centro de estudos de história municipal

ALTINHO

de antes da fazenda até a freguesia de Nossa Senhora do Ó

(Subsídios para a sua História)

NELSON BARBALHO

biblioteca pernambucana de história municipal

25

Nelson Barbalho 14-10-82

A profundidade do saber de pesquisador, que passou quarenta anos percorrendo arquivos interioranos, aliada aos setenta anos de um caruaruense que não dispensa as sandálias de couro nem o linguajar simples e franco de sua terra, deram a Nelson Barbalho características próprias na sua forma de escrever nossa história agrestino-sertaneja.

Neste livro, ele busca as origens do Altinho a partir dos legítimos donos da terra, os índios, pesquisando seus antepassados mais remotos.

Nestas 550 páginas ele move o relógio do tempo, dos Cariris, primeiros habitantes conhecidos da região, passando pela tomada do território pernambucano aos índios, com os colonos portugueses se instalando nas primeiras sesmarias, pelas lutas no Quilombo dos Palmares, e pela instalação da sesmaria de Ararobá. Mais adiante chega à Cabanada e aos primeiros personagens da República, até a instalação das primeiras famílias habitantes da recém-criada freguesia de N. S. do Ó de Altinho.

Está sempre presente do início ao fim deste trabalho um alerta para algumas questões fundamentais como a legitimidade de nossos heróis e a forma como a civilização branca e cristã se impôs a pretos e índios na conquista da terra pernambucana.

ANA SUASSUNA FERNANDES

ALTINHO-

de antes da fazenda até a freguesia de nossa senhora do ó

Subsídios para a sua História

NELSON BARBALHO

biblioteca pernambucana de história municipal 25

centro de estudos
de história municipal

RECIFE — 1988

Governador do Estado de Pernambuco
MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

Secretário de Planejamento
CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO

Presidente da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco — FIAM
ANA SUASSUNA FERNANDES

Prefeito Municipal do Altinho
CARLOS HENRIQUE DE ALMEIDA CASTRO

CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MUNICIPAL — FIAM
em convênio com a
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTINHO

Barbalho de Siqueira, Nelson

Altinho — de antes da Fazenda até a freguesia de Nossa Senhora do Ó — subsídios para a sua história. Prefácio do Pe. Ediberto Alves de Oliveira, sj, Recife FIAM-CEHM/Prefeitura Municipal do Altinho, 1988.

596p (Biblioteca pernambucana de história municipal, 25).

1 — Altinho — história. I — Oliveira, sj, Pe. Ediberto Alves de, pref. II — FIAM-CEHM, Recife. III — Altinho. Prefeitura Municipal. IV — Título.

C.D.U. 981.342 (813.42) Altinho FIAM/DI/DDRR/SD

Dedicação a

Dr. CARLOS DE CASTRO, médico e prefeito do Altinho (1983-1988)

Professora MARIA DO SOCORRO RODRIGUES, secretária da PMA

LUIZ FELIPE DE SIQUEIRA GALAMBA, meu primeiro neto

LEONARDO BARBALHO FARIA, meu segundo neto

RENATO BARBALHO DE SIQUEIRA GALAMBA, meu terceiro neto

Livros publicados de NELSON BARBALHO:

1. **MAJOR SINVAL** (esgotado), ed. Vanguarda, Caruaru, PE/1968

2. **TERRA DOS URUS** (esgotado), ed. Vanguarda, Caruaru, PE/1970

3. **GUERRA DOS MASCATES**, 1.º vol., (esgotado), ed. Vanguarda, Caruaru, PE/1970

4. **CARURU, CARUARU** (esgotado), ed. PMC/UFPE, Caruaru/Recife, PE/1972

5. **DICIONÁRIO DA AGUARDENTE** (esgotado), ed. PITU/CEPE, Recife, PE/1974

6. **PAIS DE CARUARU** (esgotado), ed. FAFICA/PMC/CEPE, Caruaru/Recife, PE/1974

7. **MAJOR SINVAL DA FRANCESA** (esgotado), ed. CCC/UFRPE, Caruaru/Recife, PE/1976

8. **EM REVISTA** — (Antologia, em colaboração com diversos escritores), (esgotado), ed. Editora do Escritor Ltda., São Paulo, SP/1977

9. **CABOCLOS DO URUBÁ — Caminhos e Personalidades da História de Pesqueira** (esgotado), ed. CEHM/FIAM, Recife, PE/1977

10. **50 ANOS DE CATIMBÓ — Homenagem a Ascenço Ferreira** (em colaboração com diversos escritores), (esgotado), ed. Cátedra, Rio, RJ/1977

11. **FOLCLORE 1,** (edição de luxo, ilustrada, em colaboração com diversos escritores), (esgotado), ed. Centro de Estudos Folclóricos/Fundação Joaquim Nabuco, Recife, PE/1979

12. **PESQUEIRA SECULAR** (edição comemorativa do 1.º centenário da cidade, em colaboração com diversos escritores), (esgotado), ed. Gráfica Santa Cruz, Recife, PE/1980

13. **CARUARU DE MEU TEMPO — Feliz Chão das Traquinagens** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1980

14. **ATHANÁZIO, LOBATO E RANGEL** (ensaio crítico-literário, editado em plaqueta por gentileza de Enéas Athanázio), ed. Gráfica de Blumenau, SC/1980

15. **MEU POVINHO DE CARUARU — Estórias de Gente da Gente** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1980

16. **BAÚ DE SOVINA — Caruaruísmos, Nordestinidades e Outros Bichos** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1980

17. **TREM DA SAUDADE — Parada Obrigatória: Estação Caruaru** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1980

18. **CARUARU — DE VILA A CIDADE**, ed. CEHM/FIAM, Recife, PE/1980

19. **VASTO MUNDO — Panorama Visto do Monte** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

20. **O MUNDO LIVRE DO MAJOR SINVAL — Caruaru em Prosa e Verso** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

21. **DEZ FAMÍLIAS DE CARUARU — Suas Origens, Suas Personalidades** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

22. **CARUARU DO CEL. NECO PORTO — Visão Histórica e Social — 1901 a 1904,** ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

23. **CARUARU, CIDADE PRINCESA — Visão Histórica e Social — 1905 a 1908,** ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

24. **CARUARU DO CEL. JOÃO GUILHERME — Visão Histórica e Social — 1909 a 1912,** ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

25. **CARUARU DO MAJOR JOSÉ MARTINS — Visão Histórica e Social — 1913 a 1916,** ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

26. **CARUARU DE HENRIQUE PINTO — Visão Histórica e Social — 1917 a 1920,** ed. NB/CEPE, Recife, PE/1981

27 a 41. **CRONOLOGIA PERNAMBUCANA — Subsídios para a História do Agreste e do Sertão — 1100 anos antes de Cristo até o ano de 1828 d. C.,** 15 volumes, ed. CEHM/FIAM, Recife, PE/1982 a 1984

42. **CORONEL DONO DO MUNDO** (em parceria com Luiz Luna), ed. Cátedra-Mec, Rio de Janeiro, RJ/1983

43. **DICIONÁRIO DO AÇÚCAR,** ed. Massangana, Recife, PE/1984

44. **OS AMIGOS — Uma Aventura Literária** (esgotado), ed. NB/CEPE, Recife, PE/1985

45. **1710: RECIFE versus OLINDA — A GUERRA MUNICIPAL DO AÇÚCAR — NOBRES x MASCATES — Subsídios para a História de Três Municípios: Recife, Olinda e Vitória de Santo Antão,** ed. CEHM/FIAM, Recife, PE/1986

46. **ALTINHO — De Antes da Fazenda até a Freguesia de Nossa Senhora do Ó — Subsídios para a sua História,** 1.º volume.

Pas de documents, pas d'histoire.

Seignobos

Pe. Daniel Lima escreveu:

"Cada homem carrega a história de todos os que o precederam. E faz, por sua vez, em certa medida, a história de todos os que se lhe seguirão. Nenhum de nós começa do princípio. Nascemos no meio da nossa própria história."

E eu acrescento:

Como os homens, as localidades.

Ninguém foge ao tempo e à história.

Raymundo Faoro

A história repele a fábula. A sua metodologia confere inclusive validez ao pormenor e ao acessório, sem negar-lhes o trânsito para o essencial. Ambos podem ser a janela aberta para o núcleo do acontecimento, as peças de construção global.

Mauro Mota

As sociedades humanas são tão pouco sólidas como o alicerce em que elas se edificam e florescem.

Tudo o que é humano é vão e passageiro, porque só é estável e permanente o que traz o selo divino do Alto.

Quem ler nas páginas da História os acontecimentos que têm urdido a trama de todos os negócios humanos, observará que realmente a vida é como UMA NUVEM QUE PASSA ou UMA SOMBRA QUE FOGE, no dizer iluminado das Sagradas Letras.

As sociedades de hoje já não serão as de amanhã e o juízo dos homens desaparece com as idades.

Antiga, porém sempre nova, é aquela sentença do Eclesiastes: Todas as coisas têm o seu tempo e todas elas passam debaixo do Céu seguindo o termo que a cada uma foi prescrito: Tempo há de nascer e de morrer, tempo de plantar e tempo de arrancar, tempo de destruir e tempo de edificar.

Passam os homens e as coisas: passam também as idéias.

Cônego Xavier Pedrosa

A História não tem resultado, não chega a lugar nenhum. É um permanente fluir para o desconhecido, já que cada etapa atingida cria situações inteiramente novas, na relação das forças dinâmicas do progresso, podendo o grande rio tomar à esquerda ou à direita, segundo a conformação do terreno naquela determinada passagem. E não há fim previsível, um instante em que as coisas se estabilizarão num equilíbrio perfeito e definitivo. Abandonar a noção de contínuo movimento, na interpretação da História, equivale a renunciar a compreendê-la.

Paulo Duarte

A História estuda o passado, sim. Mas não o passado morto, apresentado como mera coleção de documentos e nenhum sentido de interpretação.

Amaro Quintas

Mas vêm o tempo e a idéia do passado
visitar-te na curva de um jardim.
Vem a recordação, e te penetra
dentro de um cinema, subitamente.

E as memórias escorrem do pescoço,
do paletó, da guerra, do arco-íris;
invadem o teu sono, te perseguem,
a busca de pupila que as reflita.

E depois das memórias vem o tempo
trazer novo sortimento de memórias,
até que fatigado te recusas
e não saibas se a vida é ou foi.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

COMO SE FOSSE PREFÁCIO

Diante de acontecimentos históricos de maior relevância nos espaços nacional e estadual, a história municipal até parece ser situada em relevo inferior, ainda mais se se desenrolam freqüentes em municípios do interior. Chegam até a fugir de um contexto lógico e de uma generalidade que lhes dão seqüenciamento natural. É o que sinceramente observamos quando lemos pesquisas ou narrativas históricas, como que empalidecem episódios considerados épicos, quando têm a lhes emoldurar paisagens do sertão ou agreste adustos.

Entretanto, homens de boa têmpera e apaixonados pela memória de nossa terra, a exemplo dos altinenses natos ou afetivos, tais como MANOEL OMENA DE OLIVEIRA, JOÃO BARBOSA DE MORAIS, RUBENS LEMOS, ORLANDO JOEL DE OLIVEIRA, CARMÉLIA DINIZ, JOSÉ AFONSO MAIA e MOACIR OMENA DE OLIVEIRA que, apesar de grandes tropeços e dificuldades, conseguiram e vêm conseguindo (os que ainda permanecem entre nós) manter viva a história municipal, através de trabalhos e coletâneas de expressividade e vigor históricos relevantes.

Em 1979, quando trabalhava em tradicional Colégio religioso recifense, influenciado pelas pesquisas ali feitas, sentimos desejo de promover, em Altinho, uma Semana de Cultura, quando só foi possível a apresentação de duas palestras e interessante cena de teatro da participação, direta ou indireta, daquele município, na Guerra dos Cabanos. A partir dali surgiu, pouco depois, por interesse dos estudantes da terra, outra Semana Cultural. Aflorou a idéia de se instituir uma comissão para elaborar a História do Altinho, plenamente apoiada pelo prefeito Júlio Rodrigues Filho.

Todavia, tal iniciativa, por diversos fatores, emurcheceu para, em meados de 1984, quando voltei ao Altinho e ao tomar conhecimento da existência dessa comissão e da utilida-

de suprema de sua tarefa, reavivar-se através de contatos com pessoas interessadas nesse assunto de cultura a fim de se viabilizar aquele objetivo.

No auge desse trabalho, apareceu, em nosso caminho, o escritor e historiador NELSON BARBALHO, gente nossa, calibre da região e prospectador das nossas mais profundas raízes históricas. De bom grado aceitou NELSON esse desafio à concretização deste agora primeiro volume que vai até o ano de 1837. NELSON viu logo a importância desse seu trabalho, agora que Altinho comemora quatro datas importantes:

> — 250 anos do nascimento de José Vieira de Mello, construtor da primeira Capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó; 150 anos da Criação da Paróquia de Nossa Senhora do Ó; 100 anos da implantação e tomada de posse da Câmara Municipal e 50 anos da entronização do Monumento do Cristo Crucificado. Aqui está uma contribuição para a consulta de estudiosos e curiosos. Deste ponto, podem partir outros à cata de subsídios mais amplos de Altinho ou do Estado.

Pe. Ediberto Alves de Oliveira, sj

BIBLIOGRAFIA

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, coleção completa, Recife/1825 a 1837.

ALTINHO, informações municipais publicadas sem indicação do autor, ed. Fidepe/Fiam, Recife/1982.

AGRESTINA, informações municipais publicadas sem indicação do autor, ed. Fidepe/Fiam, Recife/1982.

CRONOLOGIA PERNAMBUCANA, 16 vols., Nelson Barbalho, ed. Cehm/Fiam, Recife/1982 a 1988.

HISTÓRIA DE GARANHUNS, 2 vols., Alfredo Leite Cavalcanti, ed. Gráfica Ipanema, Garanhuns/1968.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS, 1.º vol., sem indicação do autor, ed. Fiam, Recife/1982.

ANTIGA HISTÓRIA DO BRASIL, DE 1100 a. C. A 1500 d. C., Ludwig Schwennhagen, ed. Cátedra, Rio/1970.

CRÔNICA DA COMPANHIA DE JESUS, 2 vols., Simão de Vasconcelos, ed. Vozes-Mec, Petrópolis/1977.

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA COLONIAL, Capistrano de Abreu, ed. Civilização Brasileira-Mec, Rio/1976.

RESISTÊNCIA DO ÍNDIO À DOMINAÇÃO DO BRASIL, Luiz Luna, ed. Leitura, Rio/1965.

CASA GRANDE & SENZALA, Gilberto Freyre, ed. Imp. Of. do Estado, Recife/1966.

ELABORADA NOVA DIVISÃO REGIONAL DE PERNAMBUCO, Tadeu Rocha, in Diário de Pernambuco, Recife/12.5.1968.

AS REGIÕES NATURAIS DE PERNAMBUCO, O MEIO E A CIVILIZAÇÃO, Vasconcelos Sobrinho, ed. Liv. Freitas Bastos, Rio/1949.

CARTAS DE DUARTE COELHO A EL-REI, José Antônio Gonsalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque, ed. Imp. Univ. da UFPE, Recife/1967.

ANAIS PERNAMBUCANOS, 10 vols., Pereira da Costa, ed. Arquivo Público do Estado, Recife/1951 e anos segs.

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL, 5 vols., Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro), ed. Melhoramentos-Mec, São Paulo/1975.

AGRESTE, SERTÃO E MATA, Manuel Maria de Araújo, in Revista do Agreste, Caruaru/8.1949.

TRATADOS DA TERRA E GENTE DO BRASIL, Pe. Fernão Cardim, ed. J. Leite & Cia., Rio/1925.

COROGRAFIA DE PERNAMBUCO, Mário Melo, in Rev. do IAHGP n.º 115-118, Recife/1922.

DICIONÁRIO COROGRÁFICO, HISTÓRICO E ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO, 4 vols., Sebastião de Vasconcelos Galvão, ed. Imp. Of., Rio/1908, 1910, 1921 e 1928.

MEMÓRIA HISTÓRICA E BIOGRÁFICA DO CLERO PERNAMBUCANO, Pe. Lino do Monte Carmello Luna, ed. Dep. de Cultura, SEEC de PE, Recife/1976.

ESTUDO SOBRE O SISTEMA SESMARIAL, Costa Porto, ed. Imp. Univ. da UFPE, Recife/1965.

CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL, Capistrano de Abreu, ed. Civilização Brasileira-Mec, Rio/1975.

ENSAIOS E ESTUDOS, 4 vols., Capistrano de Abreu, ed. Civilização Brasileira-Mec, Rio/1975-1976.

TERRA DOS URUS, Nelson Barbalho, ed. Vanguarda, Caruaru/1970.

DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO, ESTATÍSTICO E HISTÓRICO DA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO, Pe. Manuel da Costa Honorato, ed. sem indicação, Recife/1863.

OS DONOS DO PODER, 2 vols., Raymundo Faoro, ed. Globo-Univ. de SP, Porto Alegre e São Paulo/1975.

O NEGRO NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO, Luiz Luna, ed. Leitura, Rio/1968.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, coleção completa, ed. O Vitoriense, Vitória de St. Antão/1954 e anos segs.

CARUARU, João de Deus de Oliveira Dias, ed. Mousinho Artefatos de Papel Ltda., Recife/1971.

HISTÓRIA DE GARANHUNS, 2a. edição, Alfredo Leite Cavalcanti, ed. Cehm-Fiam, Recife/1983.

CARURU CARUARU, Nelson Barbalho, ed. Imp. Univ. da UFPE, Recife/1972.

QUATRO SÉCULOS DE LATIFÚNDIO, Alberto Passos Guimarães, ed. Paz e Terra, Rio/1968.

MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA PROVINCIA DE PERNAMBUCO, 4 tomos, Fernandes Gama, ed. Typ. de M. F. de Faria, Recife/1846.

O TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA, ed. Imp. Of. do Estado, Recife/1948.

CICLO DO CARRO DE BOIS NO BRASIL, Bernardino José de Souza, ed. Cia. Editora Nacional, São Paulo/1958.

HISTÓRIA DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, José Aragão, ed. Cehm-Fiam, Recife/1977.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL, diversos autores, ed. Conselho Nacional de Geografia, Ibge, Rio/1956.

DO BRASIL FILIPINO AO BRASIL DE 1640, Joaquim Veríssimo Ferrão, ed. Cia. Editora Nacional, São Paulo/1968.

HISTÓRIA DOS FEITOS RECENTEMENTE PRATICADOS DURANTE OITO ANOS NO BRASIL, Gaspar Barléus, ed. Univ. de SP, São Paulo/1974.

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA PERNAMBUCANA — SESMARIAS, vols. I, II e IV, ed. Imp. Of. do Estado, Recife/1954 a 1959.

DESCRIÇÃO DAS CAPITANIAS DE PERNAMBUCO, ITAMARACÁ, PARAÍBA E RIO GRANDE, MEMÓRIA APRESENTADA AO CONSELHO POLÍTICO DO BRASIL, Adriano Verdonck, in Rev. do IAHGP, Recife/1901.

LIVROS DE REGISTRO DAS SESMARIAS DE PERNAMBUCO, manuscritos, 8 vols. consultados na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

GEOGRAFIA DO BRASIL HOLANDÊS, Câmara Cascudo, ed. Liv. José Olímpio Editora, Rio/1956.

NOBILIARQUIA PERNAMBUCANA, Borges da Fonseca.

BREJOS E CARRASCAIS DO NORDESTE, Limeira Tejo, ed. Cultura Brasileira S. A., São Paulo/1937.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS, vols. 1 a 100, ed. Tip. Monroe, Rio/1930 e anos segs.

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA EM CANHOTINHO, Baptista de Almeida e Cícero Siqueira, ed. Imp. Industrial, Recife/1922.

NOBILIÁRIO COLONIAL, Carvalho Franco, ed. Inst. Genealógico Brasileiro, São Paulo.

ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO, coleção completa, ed. IGB, São Paulo/1944 e anos segs.

DELMIRO GOUVEIA, O PIONEIRO DE PAULO AFONSO, Tadeu Rocha, ed. Im. Univ. da UFPE, Recife/1970.

PALMARES, A GUERRA DOS ESCRAVOS, Décio Freitas, ed. Movimento, Porto Alegre/1973.

OS MÁRTIRES PERNAMBUCANOS VÍTIMAS DA LIBERDADE NAS SUAS REVOLUÇÕES ENSAIADAS EM 1710 e 1817 — PERNAMBUCO, Pe. Joaquim Dias Martins, ed. Tip. de F. C. de Lemos e Silva, Recife/1853.

EXTINTOS ALDEAMENTOS DE ÍNDIOS DE PERNAMBUCO, Olympio Costa Júnior, in Revista do Norte, série III, n.º 1, Recife/1942.

PERNAMBUCO E O SÃO FRANCISCO, Barbosa Lima Sobrinho, ed. Imp. Of. do Estado, Recife/1929.

HISTÓRIA DO BRASIL, 3 vols., Robert Southey, ed. Melhoramentos-Mec, São Paulo/1977.

HISTÓRIA DAS BANDEIRAS PAULISTAS, 3 vols., Affonso de E. Taunay, ed. Melhoramentos-Mec, São Paulo/1975.

OS CARDOSOS DE ÁGUAS BELAS, Sanelva de Vasconcelos, ed. Arquivo Público do Estado, Recife/1962.

O DIÁRIO DE PERNAMBUCO E A HISTÓRIA SOCIAL DO NORDESTE, 2 vols., José Antônio Gonsalves de Mello, ed. Diário de Pernambuco, Recife/1975.

ESCRITURA DE DOAÇÃO DO PATRIMÔNIO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO Ó, DO ALTINHO, manuscrito existente no Tombo da Freguesia de Altinho, datado de 1770.

LIVRO DA CRIAÇÃO DA VILA DE CIMBRES E DE ATAS DE SEU SENADO DA CÂMARA — 1762 a 1867, manuscrito arquivado na CM de Pesqueira.

DICIONÁRIO DE PERNAMBUCANOS CÉLEBRES, Pereira da Costa, ed. Fundação de Cultura Cidade do Recife, Recife/1981.

TESTAMENTO DE ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, manuscrito existente na gaveta da série Manuscritos — 6 — 1774, do IAHGP.

TRÊS ROTEIROS DE PENETRAÇÃO DO TERRITÓRIO PERNAMBUCANO (1738 e 1802), José Antônio Gonsalves de Mello, ed. Imp. Univ. da UFPE, Recife/1966.

ESTRADA DE FERRO DO RECIFE AO SÃO FRANCISCO, ESTUDO DEFINITIVO DO UNA A BOA VISTA, J. M. da Silva Coutinho, monografia s/ind. da editora, Rio/1874.

OS CINTRA DE SÃO BENTO, Sebastião Soares Cintra, ed. particular, Recife/1983.

SÃO BENTO DO UNA, Ivete de Morais Cintra, Adalberto Paiva e Pe. João Firmino, ed. Cehm-Fiam, Recife/1984.

LIVROS DE NOTAS DO 2.º CARTÓRIO DE GARANHUNS (anos de 1811 a 1820), mss existentes no citado cartório.

A TERRA DOS GARANHUNS, João de Deus de Oliveira Dias, ed. O Monitor, Garanhuns/1954.

HISTÓRIA DE LAGOA DOS GATOS, João Pereira Callado, ed. Cehm-Fiam, Recife/1982.

OS VIEIRA DE PERI-PERI, João Pereira Callado, **in** Jornal do Commercio, Recife/30.7.1958.

CRENDICES, SUAS ORIGENS E CLASSIFICAÇÃO, Getúlio César, ed. Dep de Assuntos Culturais do Rio de Janeiro-Mec, Rio/1975.

DICIONÁRIO DO FOLCLORE BRASILEIRO, 2 vols., Luiz da Câmara Cascudo, ed. Tecnoprint Gráfica Editora, Rio/1969.

DEZ FAMÍLIAS DE CARUARU, Nelson Barbalho, ed. NB-CEPE, Recife/1980.

PESQUEIRA E O ANTIGO TERMO DE CIMBRES, José de Almeida, ed. Cehm-Fiam, Recife/1980.

ARAROBÁ, LENDÁRIA E ETERNA, Luís Wilson, ed. Cehm-Fiam, Recife/1980.

ROTEIRO DE VELHOS E GRANDES SERTANEJOS, 3 vols., Luís Wilson, ed. Cehm-Fiam, Recife/1978.

1710: RECIFE versus OLINDA — A GUERRA MUNICIPAL DO AÇÚCAR — NOBRES x MASCATES, Nelson Barbalho, ed. Cehm-Fiam, Recife/1986.

REVISTA OLIVEIRA, Orlando Joel de Oliveira, s/ind. da editora, Recife/1970.

PAÍS DE CARUARU, Nelson Barbalho, ed. PMC-CEPE, Recife/1974.

A GUERRA DOS CABANOS, Manuel Correia de Andrade, ed. Conquista, Rio/1965.

ITINERÁRIO DAS VISITAS FEITAS NA SUA DIOCESE PELO BISPO DE PERNAMBUCO NOS ANOS DE 1833 a 1840, **in** Revista do IHGB, tomo LV, 1a. parte, Rio/1882.

MINHA CIDADE, MINHA SAUDADE, Luís Wilson, ed. Cehm/Fiam, Recife/1983.

CONFISSÕES DO TEMPO ANTERIOR, Homero Freire, ed. Sec. de Turismo, Cultura e Esportes / Fund. do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, Recife/1986.

HISTÓRIA DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE, Clóvis Bevilaqua, ed. INL/CFC/MEC, Brasília/1977.

UM SERTANEJO E O SERTÃO, Ulysses Lins de Albuquerque, ed. Liv. José Olympio Editora, Rio de Janeiro/1957.

ALTINHO

001

Os primeiros habitantes dos campos altinenses e, naturalmente, seus mais legítimos donos são os Cariris, índios que dominavam a Cordilheira da Borborema e, subdivididos em tribos várias, viviam errantes, sempre mudando de sítio, sempre à procura de recantos onde houvesse abundância de caça e pesca. Nos lugares de fertilidade comprovada e de fartura alimentícia, como na ribeira do Una, iam ficando, passando temporadas mais longas, fixando-se nas terras úmidas de água perene. Foi assim que os primeiros colonizadores da chamada "civilização branca e cristã" os foram encontrar, livres e independentes, no **certam da Borborema**, que, atualmente, denomina-se Agreste Meridional de Pernambuco, zona ubérrima em cujo centro se espraia o Município do ALTINHO. Seus primitivos moradores, os Cariris, descendiam dos povos cários, do Mar Mediterrâneo, segundo o dizem historiadores da Antiguidade, cujos escritos, em resumo, aqui serão citados, a seguir, para u'a melhor compreensão das verdadeiras origens do povo altinense ainda em estado de pureza quase absoluta.

002

Dois mil e seiscentos anos antes de Pedro Álvares Cabral, o Nordeste do Brasil já teria sido descoberto e explorado pelos fenícios, — é o que ensina o historiador austríaco Ludwig Schwennhagen, através de sua **Antiga História do Brasil,** ensinamento que em muitos pontos coincide com o anteriormente exposto na **Crônica da Companhia de Jesus,** de Simão de Vasconcelos.

Segundo Schwennhagen, está largamente provado que existiu, no primeiro milênio antes da Era Cristã, uma fase de civilização brasileira. Já se conhecem, aproximadamente, dois mil letreiros e inscrições espalhados sobre todo o território

brasileiro (inclusive no Agreste Meridional: No ALTINHO há a **Pedra do Letreiro**) e gravados nas pedras com instrumentos de ferro ou bronze, ou com tintas indeléveis, quimicamente preparadas, caracteres petroglíficos evidentemente feitos por homens que sabiam escrever e usavam alfabetos dos povos civilizados do Mar Mediterrâneo. Provado também está que existiu transatlântica navegação entre esses povos e o continente brasileiro, durante muitos séculos antes de Cristo.

003

A maior parte dos letreiros e inscrições citados no tópico 002 apresenta-se com letras do alfabeto fenício e da escrita demótica do Egito. Existem também indícios da antiga escrita babilônica a que se dava o nome de **sumérica**. Ainda mais, há letreiros escritos com hieroglifos egípcios e, outras pedras, diferenciam-se variantes de letras encontradas em inscrições da Ilha de Creta, da Cária, da Etrúria e Ibéria, bem como letras gregas e mesmo latinas.

Sábios especializados no estudo da petroglifia talvez compreendam mal esse verdadeiro "caos" da antiga escrita brasileira, mas historiadores entenderão tudo claramente, pois tiram suas conclusões noutra base, já que seus estudos começam com a cronologia. Assim, primeiro indagam a data histórica de um acontecimento, ou de uma inscrição. No caso da impossibilidade de precisar o ano, procura-se a década; se esta também é incerta, define-se o século no qual se deva o acontecimento. Destarte, tudo se esclarece.

004

As navegações dos fenícios começaram 2500 anos antes de Cristo, limitadas, todavia, durante séculos, ao Mar Mediterrâneo. O Estreito de Gibraltar foi dominado pelo Império dos Atlantes, cuja capital era Gades, e a dinastia de Atlas reinou em ambos os lados do estreito cerca de 500 anos. Fora dali, nas costas e ilhas atlânticas, dominavam os tartéssios, cuja capital era Tartesses Guadiana (ou Tarsos, na foz do rio Ton Tarsis). Como disse o psalmista hebráico David, as frotas tartessianas navegaram em todos os mares e sua capital possuía riquezas tão esplendorosas quanto as existentes na Babilônia. Todos esses antecessores dos lusitanos já navegavam entre a Península Ibérica e a América Central, 1500 anos antes da Era Cristã. É provável tenham estado nas costas do Brasil os tartéssios.

005

Atlantes e tartéssios foram sobreviventes e refugiados da Atlântida, cujo último desmoronamento atribui-se tenha acontecido entre 2000 e 1800 **a. C**. Os atlantes, domiciliados em Marrocos e no sul da Ibéria, tornaram-se um povo conquistador. Cerca de 1300 **a. C**. foi destruído o Império dos Atlantes pela dinastia ibérica dos geriões, que fundaram poderoso império nacional na península, tendo por capital Carteja.

Os tartéssios abstiveram-se de qualquer ingerência nas lutas continentais, limitando-se a seu império marítimo, enquanto os fenícios, aproveitando a queda imperial dos atlantes e fazendo aliança comercial com os tartéssios, aproximaram-se dos geriões e conseguiram estabelecer estação marítima em Gades, de onde suas frotas mercantes podiam atravessar o estreito e navegar pelas costas atlânticas, mais ou menos no ano de 1200 **a. C.**, quando a cidade de Tiro (ou Turo) já havia alcançado a hegemonia sobre todas as cidades e colônias fenícias. Agora, 1100 **a. C.**, chegava a primeira frota fenícia às costas do Nordeste do Brasil; e, em 1008 **a. C.**, entraria o rei Hirã de Tiro em aliança com David, rei da Judéia, para a exploração comum da Amazônia.

006

O notável acontecimento histórico vem contado pelo rei psalmista da seguinte maneira: "O meu Senhor encheu o meu coração com prudentes conselhos. Para edificar ao Supremo um templo digno de sua glória, precisava eu de um aliado que me ajudasse com a sua riqueza. Deus me mostrou Hirã, rei daquele poderoso Tur, que ganhou tantas riquezas pela sua aliança com os tartéssios, cujas frotas andam em todos os mares". Em outro psalmo, diz David: "Quando o Supremo mandar seu delegado, o Messias, todos os reis deste mundo se submeterão ao seu império, e apresentarão tributo e ricos presentes: os reis do Egito, da Núbia, de Tartessos e das ilhas longínquas do Oceano".

Assim se deduz tinha David, o aliado dos fenícios, seguro conhecimento do império marítimo dos tartéssios e sabia que os fenícios já haviam tomado parte nesse domínio colonial. David morreu em 997 **a. C**. e, nessa data histórica, tem-se alguma firmeza para o cálculo cronológico da antiga história do Brasil.

007

Tiro, metrópole da Fenícia, foi destruída por Alexandre Magno em 332 **a. C.**; até aí, ou seja, durante 769 anos, continuariam as transações marítimas e comerciais entre a Fenícia (atual Síria) e o Brasil. As emigrações egípcias para o Brasil, em navios fenícios, teriam começo ao tempo do usurpador Chechonk, que se apoderou do trono dos Faraós em 935 **a. C.** Essa imigração receberia novo impulso pela invasão dos núbios, sob o chefe Napata, em 750 **a. C.**, o qual organizou todo o Egito. Também os cartagineses teriam participado do domínio fenício no Brasil desde 700 **a. C.**, ali ficando até a destruição de Cartago pelos romanos, em 147 **a. C.**, isto é, durante 553 anos.

Nessa época, estendida por quase todo um milênio, teriam sido escritos os letreiros até hoje deparados em inúmeros rochedos pelo interior do Brasil, inclusive nas plagas agrestino-sertanejas de Pernambuco, onde permanecem indecifrados ou não convenientemente estudados. Não seria possível tivessem todos eles sido escritos pelo mesmo sistema e alfabeto. A escrita dos fenícios, em tão largo espaço de tempo, modificou-se diversas vezes, o mesmo sucedendo à escrita demótica dos egípcios. Formou-se o alfabeto grego e, depois, surgiu o alfabeto itálico-latino. Os cartagineses foram um povo conquistador e levavam em seus navios tripulantes e soldados das mais variadas nações. As inscrições brasileiras foram escritas por mercantes e mestres de obras das minas. Seriam comunicações deixadas pelas diversas expedições, para indicar o rumo das estradas, as distâncias dos lugares, a situação das cobiçadas minas.

008

É de supor-se, argumenta Schwennhagen, que os chefes dos povos tupis, principalmente os sacerdotes-piagas, tenham aprendido o modo de escrever dos estrangeiros e o preparo das tintas indeléveis. Assim, teria começado, entre os indígenas, o costume de fazer desenhos artísticos e humorísticos nas paredes lisas dos rochedos.

Aos fenícios teria sido relativamente fácil o viajar até às costas do Brasil e penetrar pelo interior do Nordeste à cata de minas de ouro. Possivelmente se aproveitariam das correntes marítimas para a travessia do Atlântico.

Schwennhagen conta que, no fim do ano de 1926, o capitão do porto de Natal, Rio Grande do Norte, recebeu, de um pescador, uma garrafa-correio que continha notícia do cruzador inglês **Capetown**, o qual, cruzando a costa ocidental da Africa e passando pelo golfo de Guiné, lançara mensagem naquele frasco, jogado ao mar e, em rápida viagem de seis semanas, chegado às costas potiguares.

009

As correntes oceânicas saídas de Guiné, rumo ao Brasil, foram conhecidas dos navegadores da antiguidade e também dos da Idade Média. Os fenícios haviam navegado pelas costas ocidentais da Africa, como amigos e aliados dos tartéssios, fazia 100 anos, já, e tiveram conhecimento da existência da "**grande ilha**" no outro lado do Atlântico. Por isso, procurando as correntes oceânicas, chegariam em poucas semanas, como a garrafa do **Capetown**, às costas brasileiras. Cabral, navegador experimentado da frota del-rei D. Manuel, cujo bisavô já conhecera toda a costa ocidental da Africa, com todas as suas correntes, aproveitaria a sabida estrada marítima para chegar rápida e seguramente à "**ilha grande**" que seria o Brasil, de cuja costa traria em mãos o mapa geográfico.

Diodoro Sículo, escritor grego, nos capítulos 19 e 20 do 5.º livro de sua **História Universal**, descreve a primeira viagem duma frota fenícia saída da costa d'Africa, porto de Dakar, no rumo do Sudoeste, a qual teria atravessado o Atlântico. Os navegadores fenícios encontraram as mesmas correntes oceânicas de que se aproveitaria Cabral para alcançar o continente brasileiro, e chegaram, com viagem de "muitos dias", às costas do Nordeste do Brasil, efetivando proeza pioneira e tornando-se descobridores do Novo Mundo já em 1100 **a. C.** Diodoro narra a viagem dos fenícios praticamente com as mesmas palavras usadas, muito tempo depois, nos compêndios escolares brasileiros acerca da viagem de Cabral: os navios navegavam para o Sul, ao longo da costa d'Africa, mas, subitamente, perderam a vista do continente e violenta tempestade os levou ao alto mar, de onde, perseguindo as mesmas correntes, chegariam à "**ilha grande**", com praias sem fim, rios navegáveis, imensas florestas, muitas serras pelo interior, clima ameno, frutas, caças e peixes em abundância, população pacífica e algo inteligente.

010

Durante muitos dias, pelas costas da **"ilha grande"** (correspondente ao litoral entre Pernambuco e a Bahia), andaram os fenícios e, já de volta ao Mediterrâneo, contavam a novidade aos tirrênios, seus parentes e aliados, os quais, de imediato, resolveram mandar, também, uma expedição àquela **"ilha"** e ali fundar uma colônia.

Diodoro Sículo, de Agrigento, cidade grega da Sicília, autor de uma **História Universal** em 45 volumes, contemporâneo de Cícero e Júlio César, era um historiador seguro e consciencioso, realizou longas viagens, sabia várias línguas. Como grego, não morria de amores pelos fenícios nem pelos cartagineses, mas, na sua obra, fonte inesgotável para os nossos conhecimentos da antiguidade, reconheceu o grande valor dessas nações de navegantes para a civilização geral dos povos. Merece fé, por conseguinte, sua narração daquela pioneira viagem transatlântica dos fenícios à **"ilha grande"** que seria o Brasil.

011

Quando os fenícios já estavam instalados através de colônias na costa do Nordeste, surgiam na região os mineiros egípcios à procura de filões auríferos, para isso tendo de penetrar o interior, nas áreas montanhosas, onde, contudo, vivia a população indígena — os povos tapuios da raça malaia. Gente pacífica, não mostraria hostilidade contra os estrangeiros, como, aliás, em 1500, não na mostrariam em relação aos navegantes cabralinos. Os mineiros egípcios, no entanto, necessitavam de trabalhadores para suas empresas e de garantia e segurança para suas obras. Sem isso, a penetração se tornaria impossível.

Os fenícios não ficaram indecisos por muito tempo. Já conheciam as ilhas da América Central, as Antilhas — **Atlantilhas** (as pequenas Atlântidas), as quais, 1000 anos antes de Cristo, ainda eram maiores, e, no lugar em que atualmente fica o Mar das Caraíbas, havia ainda imenso pedaço de terra firme — **Caraíba**, isto é, terra dos **caras** ou **caris**. Nessa enorme Caraíba e nas ilhas adjacentes viviam naquela época as sete tribos da nação Tupi, as sete tribos refugiadas da desmoronada Atlântida. Chamavam-se **caris** e eram ligados aos povos cários, no Mar Mediterrâneo. Os sacerdotes deram-lhes o nome **tupi**, que significa **filho de Tupan**.

012

O país Caraíba, todavia, teria a mesma sorte adversa da Atlântida. Todos os anos perdia terras, desligadas em grandes pedaços, até desaparecer completamente, afundado no mar. Os tupis, seus habitantes, salvavam-se em pequenos botes, navegando para o continente, até atingir o local em que hoje se acha a Venezuela, cuja capital, **Caracas**, tem o nome ligado aos **caras** ou **caris**. Os fenícios, tendo conhecimento do fato catastrófico, resolveram transportar os tupis, em seus navios, para o Norte do Brasil. Quando chegaram os primeiros padres espanhóis à Venezuela, contariam os piagas a eles aqueles acontecimentos do passado, acentuando que metade da população das ilhas ameaçadas pelo mar retirara-se em pequenas embarcações para as plagas venezuelanas, mas, na travessia, morreriam milhares de pessoas. A outra metade seria encaminhada em grandes navios para o Sul, onde havia terras novas e firmes.

013

Vieira, apóstolo do gentio brasileiro, em vários trechos de seus livros, diz que os tupinambás e os tabajaras lhe contaram que os povos tupis haviam imigrado para o Norte do Brasil pelo mar, vindos de país que não mais existia. Proclamados os povos mais antigos do Brasil, seriam os tabajaras parte daquelas tribos que primeiro desembarcaram na costa brasileira e que sempre conservaram as suas primitivas sedes entre o rio Parnaíba e a serra da Ibiapaba.

Indaga Schwennhagen: — Qual foi o fim desejado pelos fenícios com a imigração dos tupis para o Brasil?

Ele próprio responde, esclarecendo que os fenícios procuravam um povo auxiliador para sua grande empresa, um povo inteiro que assim identificaria seus interesses nacionais com os interesses da nova pátria. Os outros povos chegados ao Mediterrâneo permaneceram sempre estrangeiros, ficando em relações com a antiga pátria e pensando em voltar para lá, tão logo fosse possível. Os tupis, não! Os tupis não poderiam mais voltar: sua pátria fora destruída pela fúria do mar. Procuravam uma nova pátria, uma terra de promissão, predestinada por eles por Tupan, como, mais tarde, diriam seus sacerdotes.

Os fenícios simpatizaram com os tupis, gentes da maior estirpe dos povos cários. Entenderam sua língua geral "do

bom andamento". Os tupis eram brancos, um pouco amarelados, como todos os povos do Sul da Europa e da Ásia Menor; tinham uma religião com sacerdotes semelhantes à organização religiosa dos fenícios. E ainda mais: eram agricultores e possuíam caráter guerreiro. Por conseguinte, um tal povo, transferido para o continente brasileiro e acomodado em suas terras, poderia tornar-se seguro aliado para os fenícios.

014

As primeiras massas dos emigrantes entraram na foz do Parnaíba, onde Tutóia seria o porto de recepção. Em face do seu avultado número, decidiram sua divisão em três tribos (ou povos), para um melhor acomodamento na nova pátria: **Tabajaras,** ficados entre o rio Parnaíba e a serra da Ibiapaba; **Potiguares,** domiciliados além do rio Poti; e **Cariris**, que tomariam as terras da Ibiapaba para o nascente. Possivelmente chegaram ao Brasil sem distinção de tribos, cujos nomes seriam escolhidos pelos chefes, depois da colocação dos emigrantes e delimitação dos respectivos territórios.

Os **Cariris** são os primeiros habitantes conhecidos do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Desse grande povo, cujas origens aqui ficaram rapidamente esboçadas, vêm as nações dos **Carapotós, Xucurus, Ararobás, Carnijós, Pankararus, Paratiós, Anchus, Pipipães** e mais gentes que dariam vida e movimentação às terras agrestino-sertanejas muitos séculos antes da invasão dos brancos portugueses e dos negros africanos, e que, por direito de conquista, seriam os seus mais legítimos donos, evidentemente.

015

João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru, 133 e págs. segs.),** em interessante estudo acerca da proto-história da área abrangida pela **Sesmaria Ararobá** (dentro de cujas fronteiras, entre outras diversas propriedades agropastoris, foram fundados o **Sítio do Altinho** e a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó),** situada em região em que, subdivididos em 22 tribos, "predominaram os Cariris", encontrados "na fase da pedra polida, isto é, no período neolítico", presta muitos informes em torno da grande nação indígena, dentre os quais estes a seguir:

— A nação Cariri, entre os povos vizinhos, Tupis e Gês, era o grupo estatal que apresentava melhor organização social. A família ou clã era o grupo básico de sua sociedade pri-

mitiva, a célula social, o fundamento das tribos, em número de vinte e duas, desta valente nação de "homens soturnos", na expressão do mestre Pereira da Costa. Dominava um regime patriarcal monogâmico, patrilocal e patrilinear. O **Cari** ou **Ari** era o chefe natural e nacional a quem todas as tribos prestavam obediência. Abaixo do **Cari**, apenas o **prai-á** era respeitado e acatado como sacerdote, nos ritos sagrados do culto do **Uricuri**.

— Herbert Baldus, nos **Ensaios de Etnologia Brasileira**, disse que, "em geral, entre os povos primitivos com instituições patrilocais e patrilineares, o matrimônio tem regras mais fixas do que entre os povos com instituições matrilocais e matrilineares". Daí a predominância e sobrevivência, nos sertões nordestinos, de tribos de raça cariri.

— A divisão do trabalho, na família cariri, era fielmente observada. O marido encarregava-se dos serviços externos de subsistência do lar, por intermédio da caça, e ainda cuidava dos inelutáveis deveres da guerra, isto é, além da defesa do clã e da integridade da tribo, contra os tupis e gês. Escorraçados pelos lusitanos, lutaram contra eles, aliando-se aos flamengos invasores, no meado do século XVII, conforme atesta Johan Nieuhof no seu livro **Memórável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. Escreveu ainda Nieuhof que "era hábito dos Cariris fazerem uma ou duas incursões anuais nessa Capitania **(de Pernambuco),** principalmente durante a seca que os privava de água fresca, mantendo-se, assim, viva, a animosidade entre portugueses e nativos". Os misteres do **menage** e da lavoura repousavam sobre os ombros das esposas; eram inerentes às mulheres, segundo Karl von den Steinen. O preparo da comida, a criação dos filhos, o trabalho nos roçados, a fabricação do vinho "cotchá", a pequena indústria caseira — cerâmica, cestas de taquara (chamadas **panacum**), trançados de palha de carnaúba, chapéus e vassouras da mesma fibra, fiação de linhas de algodão mocó, para tessitura de redes de dormir e de pescar, balaios de cipó, vestes de fibra de caruá, etc. — eram funções das mulheres. Karl von den Steinen informou que, "apesar de toda a caça, o alimento vegetal procurado pelas mulheres tem maior importância, por ser conseguido com mais regularidade e em abundância. As mulheres buscam as raízes por meio de um pau despontado, trepam com agilidade nas palmeiras, entre as quais o "**aauçu** ou "**babaçu**" e o "**aricuri**" ou "**uricuri**" têm preferência, recolhem as nozes, cortam na copa o palmito e colhem as frutas do jatobá e do pequi". Herbert Baldus disse que "é erro pensar que en-

tre os silvícolas exclusivamente a mulher se dedique à colheita do alimento vegetal silvestre e à agricultura. Ambos os sexos recolhem todo o comestível que podem achar, se bem que entre os povos caçadores as mulheres se ocupem de preferência da colheita de vegetais, que representam o alimento mais importante e que mais regularmente pode ser obtido, enquanto os homens se esforçam para fornecer a carne". Os Cariris, por serem caçadores de alto coturno, suas mulheres dedicavam-se, cotidianamente, à cata dos frutos silvestres e das raízes tuberosas (cará e batata), bem como à arte cerâmica.

016

Dados ainda fornecidos por João de Deus **(ob. cit., 141 e págs. segs.):**

— Entre os Cariris, nenhum ritual solene era observado no matrimônio, isto é, a nenhuma prova de iniciação matrimonial eram submetidos noivos e noivas, o que não se verificava com os índios Carajás, povos ancestrais, que, segundo Lima Figueiredo, para a conquista da noiva, o vencedor seria aquele que mais rapidamente carregasse um toro pesado de madeira, e, entre os Tupis, os Maués introduziam as mãos do pretendente numa panela cheia das venenosas formigas "**tocandira**". O matrimônio entre os povos de raça cariri era realizado, dentro do clã ou fora dele, ou entre sipes diferentes (endogamia ou exogamia), pela compra da esposa por intermédio da caça (veado, paca, cotia, tatu, etc.) que o futuro marido entregava ao pai da donzela ou, então, pelo seqüestro da mesma e, ainda, pelo rapto, quando entre clãs ou sipes diferentes, o que, de certo modo, era motivo de guerra para o jovem guerreiro, que se sentia ufano de combater pela sua jovem predileta. Entre os cariris, era dos jovens a iniciativa do pedido de casamento, mediante a oferta à donzela de sua predileção de uma peça ou artefato lítico de caça ou de adorno. Mediante este simples ato ficava selado o compromisso formal do matrimônio, cujas comemorações mais importantes eram as dos nascimentos dos filhos, comemorados com o plantio de uma palmeira uricuri no terreiro da aldeia, bem como a época da puberdade das filhas com a primeira fase catamenial, fato que as tornava adrede aptas para a sagrada maternidade, no recesso do clã. Este fato social era solenemente comemorado no seio da tribo, na aparatosa festa de iniciação da menina-moça. O hábito da **couvade** não era conhecido entre os povos de raça cariri.

Ainda tem a palavra João de Deus:

— Nessas sociedades primitivas, primário era o conceito da divindade. Apesar das cerimônias do culto do **Uricuri** e do enterratório de cabeças humanas em cerâmica especial de pequenas urnas funerárias, a idéia de Deus parece não ter entrado na concepção religiosa dos aborígenes brasileiros, segundo asseverou Couto de Magalhães, em sua obra-prima — **O Selvagem**. O grupo religioso, ou sobrenatural, não chegou a constituir-se entre os povos cariris e tupis, segundo se depreende dos estudos recentes de Alfred Metraux. Os **praiá** e **pagé** encarnavam um culto embrionário, entre os cariris e tupis. Esses **praiás** e **pagés** eram religiosamente formados por indivíduos idosos que se destacavam, por seus méritos pessoais, nos diversos clãs indígenas, nas tribos. O culto do **Uricuri** somente era comum aos homens; as mulheres e crianças, inclusive pessoas estranhas, eram excluídas dele, totalmente, consoante afirmou Max Boudin. As mulheres, todavia, tomavam parte ativa na dança sagrada do **toré**.

— Substituía, entretanto, o espírito religioso uma arraigada crendice, u'a magia e um manismo, antes mesmo do que um animismo, tal a grande superstição de que eram dotados os cariris, como povos altamente totêmicos, de civilização marginal. As reuniões cerimoniais do **Uricuri** e as solenidades do **Aiucá**, à sombra dos juazeiros sagrados, definem muito bem o espírito de magia existente. Entre as árvores que veneravam, encontram-se os juazeiros e as palmeiras, as quais sempre deixavam intactas, onde quer que as encontrassem, para as cerimônias festivas, nos "**terreiros**" e nas **caatingas**. "Durante essas festas, — disse Martius —, é que se discute e resolve sobre desafios e expedições de guerra contra tribo vizinha, sobre caçadas em comum. Assim, durante meses e anos, os índios passam em caçadas, guerras, festas selvagens e tarefas caseiras, uma vida grosseira, sem ideal, ignorante da alta vocação a que a humanidade tende".

— "As mulheres e meninos, — disse o Padre Fernão Cardim —, também os ajudam nesses **chachados** e cantos; fazem seus trocados e mudanças com tantos gatimonhos o trejeitos que é coisa ridícula. De ordinário, não se bolem de um lugar, mas, estando quedos em roda, o fazem os meninos com o corpo, mãos e pés. Não se lhes entendem o que cantam, mas disseram-me os padres **(jesuítas)** que cantavam em trova quantas façanhas e mortes tinham feito seus antepassados."

018

Prosseguem os ensinamentos de João de Deus:

— As famílias cariris eram numerosas em virtude da prolificidade das mulheres. Martius, referindo-se aos **Coropós** da ribeira do São Francisco, disse que ali "a natureza cercou o homem de numerosos inimigos e, parecendo querer indenizá-lo, prodigalizou-lhe o necessário para a vida simples, em toda parte, concedendo-lhe a bênção de numerosa prole. É extraordinária a fecundidade das mulheres; e o crescimento da população, naquele distrito, é um dos fenômenos mais prodigiosos". — "Nesse sentido, é notável o fato de serem eles muito mais prolíferos, comparados com outros índios, calculando-se a média de seis indivíduos em cada família."

— Os cariris, contando na generalidade centenas de famílias, nas vinte e duas tribos, chegavam a atingir milhares de silvícolas, no total de sua população.

— As aldeias compunham-se de choupanas rústicas de madeira e palha de palmeiras, ou de taipa, construídas no terreiro limpo e aplainado. As palhoças grandes e retangulares, em meia água, sem compartimentos internos, destituídas de janelas, somente dispunham de uma porta de entrada, na frente, e outra de saída, nos fundos.

— O Padre Cardim informou que "moravam os cariris, antes de sua conversão, em aldeias, de casas muito compridas, de duzentos, trezentos e quatrocentos palmos, e cinqüenta de largo, pouco mais ou menos, fundadas sobre grandes esteios de madeira, com as paredes de palhas ou de taipa de mão, cobertas de folhas de palmeira".

— A nação Cariri, que contava com 22 tribos no território nordestino, orçava em algumas dezenas de milhares de indivíduos. Ela crescia, naturalmente, em população e índice demográfico, antes do advento... dos colonos lusitanos. Era o dinamismo horizontal e vertical da raça, resultante de sua expansão lenta e secular dentro das lindes naturais de seu território (polígono das secas), sinal evidente até então de prosperidade e de progresso.

— Os choques bélicos dos cariris com os vicinais tapuias aferiram-lhes o valor étnico e lingüístico, pela sobrevivência do idioma e formação de novas etnias, que caracterizavam as linhagens gê-cariris, quando dos recontros com os tapuias e seqüestros e raptos de suas mulheres, como houve exemplo com as tribos lindeiras, no baixo rio São Francisco, como os **Acunãs**, de Penedo, e os **Carnijós** ou **Fulniôs**, do Panema, segundo Mário Melo.

— Este é o quadro real da evolução cariri, antes do advento do colono português e, portanto, antes do seu retraimento forçado do litoral para o sertão.

019

As notas seguintes ainda são de João de Deus:

— Estabelecidos os cariris em Pernambuco, com os **Caranhu,** na serra de Garanhuns, os **Sucuru,** na serra de Ararobá, e os **Pancaru,** na serra de Tacaratu, os fatos ocorreram-lhes de modo adverso, isto é, a vida decorreu-lhes cheia de incidentes, no processo de aculturação com os alienígenas. Acossados, de um lado, pelas guerras contínuas e ferozes que lhes moveram os tupis e gês, dentro das selvas, e, por outro lado, pelos efeitos causticantes das secas, nas caatingas, além do encontro na ribeira do São Francisco dos colonos lusitanos, que subiam o grande rio, os cariris não se advertiram de sua involução social, ou melhor, da retrogradação de sua cultura ancestral, em face das derrotas bélicas e do nomadismo constante, devido à ação nefasta dos cataclismos regionais, pela infixidez das tribos e da mortandade pela guerra e pela fome, ocasionando de súbito o decréscimo dos índices demográfico e cultural, resultado da aculturação, portanto, dos povos de língua cariri, pelo decorrer dos séculos em fora.

— Tal era a situação de sua decadência tribal, quando do aparecimento dos sertanistas intrépidos, paulistas e mamelucos, na sua penetração, nas "entradas" para o Oeste, galgando o vale do rio São Francisco, na segunda metade do século XVII.

— No seu caminhar incessante para o sertão, os colonizadores lusos, segundo Capistrano de Abreu, defrontaram os silvícolas, entre os quais se sobressaíam os cariris, antigos dominadores do litoral, então acuados entre o São Francisco e a Ibiapaba. E ao contato demorado com os ádvenas, na guerra ou na paz, resultou maior a sua aculturação, devido à miscigenação e bilingüismo, ou a escravização e extermínio quase total destes povos de características étnicas e eugênicas tão notáveis. Os silvícolas que não se submeteram ou se venderam aos sertanistas foram batidos em múltiplos recontros, na **caatinga** ou na ribeira do grande rio, e mortos ou rechaçados mais para o interior dos antiplanos.

— Houve, então, nessa fase da marcha da civilização para o Oeste, o maior extermínio de silvícolas que a História do Brasil registra, com os indígenas perseguidos pelos colo-

nos se aprofundando nas caatingas, ou se encastelando nas serras, em permanente fuga, pelo pavor que lhes causavam e de que davam tão tristes notas, no dizer de Luiz Amaral, os brancos civilizados, os **caraíbas** colonizadores.

— Já muito antes do século XV **(sic, por XVI),** os **Sucuru** e **Caranhu** estabeleceram-se nos montes e colinas que margeiam os paisagísticos vales dos rios (**Una**), Ipojuca e Mundaú, para em seguida galgarem os cumes das montanhas circunjacentes, num movimento instintivo de defesa contra os ataques dos inimigos. Depois de fixados nas serras, nos brejos de altitude **(como os altinenses, por exemplo),** puderam viver tranqüilamente, até os primeiros séculos da colonização do país, da caça e dos frutos silvestres, como caçadores, e praticando uma lavoura incipiente nas vazantes e nas chãs, cultivando o milho, cujas sementes trouxeram consigo, na sua migração, e a mandioca, depois do contato e aculturação com os tupis, nos terrenos de "roça" das aldeias.

— No microclima das serras (Ararobá, Jaracatiá, Tará, Garanhuns etc.), nas argilas aluviais férteis e profundas, bem como nos colúvios rasos de massapê, cultivaram com carinho a espécie de fumo da qual preparavam o tabaco "badzé", que fumavam em seus cachimbos de barro ou de raízes da jurema, nas reuniões cerimoniais do **Ajucá,** do culto do **Uricuri,** segundo o prof. Osvaldo Gonçalves de Lima.

— Nos solos rasos, compactos e cascalhentos da **caatinga**, ou nos arenosos, incoerentes, os tabuleiros, era mesmo impossível implantar uma lavoura lucrativa, só servindo, quando cobertos de pastagens, para a pecuária, até então desconhecida dos aborígenes, ou dando margem a uma indústria extrativa têxtil de fibras do caruá, para redes e bolsas.

— Neste sistema de economia operativa, fabricavam o "**cotchá**", bebida fermentada de raízes da jurema branca, com que acalentavam os sonhos e as recordações nostálgicas de sua cultura ancestral ou da pátria de origem, da "região do lago encantado", da "terra onde nunca se morre", ou do "antigo reino de Cara".

020

Por fim, João de Deus de Oliveira Dias conclui suas preciosas notas, ensinando:

— O filólogo Rodolfo Garcia, na Introdução que escreveu para o **Catecismo Cariri,** do Padre Luiz Vicêncio Mamiani, disse que — "etnograficamente, se distinguem os Cariris dos

povos vizinhos, pela agricultura mais desenvolvida, embora em grau inferior à dos tupis; teciam e faziam redes de algodão e fabricavam cerâmica rudimentar semelhante à de certas tribos amazônicas. A aversão pelo litoral, que Martius lhes imputou, é contrária à documentação histórica. Sabe-se que daí só se retiraram quando forçados pelos adversários mais poderosos; mesmo internados no sertão, suas residências preferidas eram as ribeiras (como, por exemplo, **a do Una**) só procuravam as serras como refúgio efêmero contra as agressões dos inimigos".

— A área geográfica habitada pelos Cariris era mais extensa do que se supunha. "Desde o Paraguaçu e Rio São Francisco até mesmo o Gurupi, encontraram-se disseminados os Cariris, quando os portugueses começaram a ocupar o Norte e o Nordeste do Brasil".

— "Da tradição conservada pelos missionários, infere-se que vieram da parte norte, de um lago encantado, que bem pode ser o Amazonas — sugere Capistrano de Abreu. Ao descerem pelo litoral, foram detidos pelos tupis, que os teriam acossado para o interior, rumo ao Oeste".

— "Outras tribos **(dos Gês)** saltearam os Cariris, enquanto eles se internavam sertão a dentro, pelas serras do Araripe e da Borborema (Cariris Velhos e Cariris Novos), que ainda recordam seus nomes, na toponímia brasileira, nas ribeiras do Parnaíba, do Acaracu, do Jaguaribe, do Açu, do Apodi e outros, até o rio São Francisco e territórios adjacentes".

— "Sob o nome genérico de **Tapuias** andavam, nos primeiros tempos coloniais, confundidos com outros índios que infestavam a região de seu domínio, por isso mesmo, ainda se torna difícil saber com absoluta certeza, entre tantas alcunhas tribais, quais eram os de origem Cariri, quais eram os Caribes e os Gês".

— "**Kiriri,** alterado em Cariri, é qualificativo tupi que significa calado, silencioso; e que indica, sem dúvida, uma característica etnográfica tanto mais notável quanto se sabe que os outros índios eram palradores incoercíveis".

— O prof. Artur Ramos, na sua **Antropologia Brasileira,** cita a família Cariri, concluindo nos seguintes termos: "Os Cariris acham-se quase totalmente extintos ou assimilados. Resta um pequeno núcleo deles em Pernambuco, do grupo histórico dos Carnijós, em Águas Belas, talvez os últimos representantes da família outrora tão extensa. Se as informações históricas e os dados lingüísticos são apreciáveis, os estudos

étnicos e culturais são, ao revés, falhos ou quase inexistentes". "Apenas sabemos que os Cariris se aproximavam culturalmente dos Tupis, pois conheciam a agricultura, embora mais incipiente que a destes últimos. Faziam redes de algodão e conheciam uma cerâmica rudimentar".

021

Tangidos para o Sertão ou caçados para o trabalho escravo nos engenhos de açúcar da Mata e do Litoral, dizimados pelas moléstias epidêmicas transmitidas pelos brancos ou exterminados a ferro e fogo nas chamadas "guerras justas" efetivadas em nome da "civilização branca e cristã", os pobres Cariris da Borborema, inclusive os do Agreste Meridional, entre os quais estavam os altinenses, praticamente desapareceram do mapa geográfico da região e atualmente, no ALTINHO, não mais existe índio puro, nem cariri, nem tapuia, nem de qualquer outra nação primitiva. Se ainda sobrevivem remanescentes seus, apresentam-se, contudo, inteiramente descaracterizados e sem a memória de seus antepassados. No entanto, convém frisar-se que as primeiras famílias civilizadas dominadoras das terras altinenses são **meio-sangue,** isto é, descendiam de portugueses e de cariris, como o será comprovado, aqui, na época oportuna, quando se tratar da **Sesmaria Ararobá,** cujo desbravador e povoador, Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, ao que se sabe, jamais foi casado e teve três filhos de mulheres índias, ou seja, mulheres cariris.

Os primitivos cariris do ALTINHO desapareceram, mas o dialeto de suas tribos conseguiu sobreviver, pelo menos parcialmente, sendo assimilado pelo povo da região, cujo linguajar ainda hoje é dosado de termos puramente cariris, como, para ilustrar, estes poucos exemplos apanhados ao vivo e aqui registrados por ordem alfabética:

ARAÇÁ — Mirtácea do gênero **psidium**. Frutinha miúda de sabor adocicado, apresentando alguma variedade e sendo bastante popular nas feiras do ALTINHO.

ARAPUÁ — Tipo de abelha de ninho (ou favo de mel) redondo e muito vulgarizado no Agreste de Pernambuco.

ARARA — Espécie de papagaio de grande porte e de cores bem mais variadas que aquelas apresentadas pelas aves do tipo comum. Apelido dado ao matuto nordestino que emigra para o Sul do País viajando **assungado** em caminhão desconfortável — "que nem arara no poleiro".

ARIPUÁ — Tipo de abelha assanhada e picadora. Mel ordinário.

BARAÚNA — Tipo de madeira duríssima utilizada em construção de casas pelo interior do Nordeste, também chamada de **braúna** e de **árvore-preta-da-mata,** sendo muito difundida primitivamente nas florestas do ALTINHO e adjacências.

BATORÉ — Mirim, baixo, pequeno.

BURANHÉM — Tipo de pau adocicado. Chicote utilizado para tanger cavalos.

CAIPORA — Fantasma do mato. Sujeito sem sorte. Azar.

CAJÁ — Fruto da família **Anacardiáceas**. **Spondias venulosa**. "Fruta de ponche", de sabor meio ácido, miúda porém de caroço enorme em relação ao tamanho, abundante nos brejos altinenses.

CAPIM — Gramínea muito usada como forragem para o gado vacum ou cavalar.

CAPOEIRA — Mato destruído. Esconderijo de galinhas. Tipo de briga, cujas armas são os braços e as pernas dos capoeiristas, vinda dos tempos dos Quilombos dos Palmares. Nome (no plural) de cidade do Agreste Meridional.

CARPINA — Carpinteiro, carapina, marceneiro de obras rústicas. Nome de cidade da Zona da Mata.

CARUÁ — Fibra da família **Bromeliáceas,** muito resistente e bastante encontrada em todo o Agreste, inclusive com os nomes de crauá, caroá, caruatá. Nome de serra no Município de Gravatá.

CAÇUÁ — Tipo de cesto, de grandes proporções, grosseiramente tecido de cipós, o qual, adaptado à cangalha, serve para a condução de cargas em alimárias.

CATINGA — Caatinga, mato alvacento, especial, típico do semi-árido nordestino. Mau cheiro.

CATINGUEIRA — Espécie de planta leguminosa, típica da caatinga. Madeira muito utilizada no interior do ALTINHO para o fabrico de carvão.

CATOLÉ — Variedade de palmeira que produz um coco minúsculo — "doce que só mé, mas a casca amarga que só fé" (conf. embolada popular no Nordeste).

COITÉ — Cuia. Vaso grande.

CURURU — Sapo grande, muito encontrado nas margens do rio Una.

EMBURANAS — Árvore da família **Burseráceas**. Imburana. Umburana. Nome de serra no Município de Caruaru.

EXU — Tipo de abelha preta. Satanás. Nome de cidade no Sertão do Araripe.

GAMBÁ — Timbu. Seio ôco. Diz-se do sujeito que bebe demais, cachaceiro.

GOIABEIRA — Árvore da goiaba, que é fruta polpuda, muito saborosa, excelente para o fabrico de doce. A planta é muito difundida no ALTINHO.

IPOJUCA — Estagnado, podre, banhado de águas pútridas. Nome de rio sertanejo-agrestino, com foz no Município de igual apelido.

ITUGUAÇU — Grande cachoeira. Antigo nome de Cachoeira Grande (atual Ituguaçu), distrito do ALTINHO.

JACARÉ — Tipo de crocodiliano. Sinuoso. Facão de baiano. Diz-se de quem tem a boca muito exagerada. Nome de povoado no Município de Caruaru.

JARARACA — Tipo de cobra venenosa. Mulher braba. Apelido de sogra.

JATOBÁ — Tipo de árvore leguminosa, cujo fruto tem casca dura e grossa, polpa seca mas de excelente paladar. Espécie de abelha, cujo mel é "medicinal". Antigo nome do Município de Jataúba.

JERIMUM — Abóbora, um dos alimentos básicos do matuto altinense.

MANDAÇAIA — Abelha da família **Melipônidas**. Nome de povoado no Município do Brejo da Madre de Deus.

MANDACARU — Variedade de **Cactáceas**, cardeiro, "pau de espinho". Fruto de casca espinhenta, mas, retirada esta, comestível.

MARIBONDO — Tipo de vespas de picada dolorosa.

MOCÓ — Tipo de roedor parecido com lebre. Matuto agrestino. Nome (no plural) de povoado no Município de Caruaru.

MONDÉ — Alçapão. Laço. "Mundéu", grande quantidade. Nome de riacho e de povoado no Município do ALTINHO.

MUSSU — Enguia de água doce. Escorregadio. Qualificativo de político falso e difícil de ser apanhado pelo pé.

PIPOCA — Grão de milho torrado e flocado. Verruga.

PITANGA — Árvore da família das **Mirtáceas**, cujo fruto, vermelho, tem sabor excelente. Rosto corado.

SAGÜIM — Tipo de macaco de pequeno porte. Sauim. Careteiro.

TABOCA — Vara de bambu. Haste oca. "Pau de se fazer pife". Foguetão depois de explodido.

TAPURU — Larva de inseto. Verme.

TIMBÓ — Tipo de cipó aproveitado no fabrico de vassouras.

TRAPIÁ — Tipo de árvore muito frondosa. Monte manchado. Nome de povoado no Município de Riacho das Almas.

UBÁ — Piroga. Bote. Canoa.

UMBU — Fruto do umbuzeiro. Imbu, de sabor excelente.

UNA — Divisão, partilha. Nome do principal rio que banha o ALTINHO.

URUBU — Abutre da família **Cartátidas**. Ave negra, amante da carniça e, diz-se, agourenta. Sujeito vestido de preto. Negro de luto fechado.

URUS — Ave da família dos **Odontophorídeos**. Árvore do urubá. Cestos pequenos de fabricação indígena.

022

ALTINHO — segundo verbete encaixado na **Enciclopédia dos Municípios, A-B, vol. 1** — localiza-se "na zona fisiográfica do Agreste, Microrregião Agreste Meridional Pernambuco (109)", inserida em zona de transição entre a Mata e o Sertão.

A divisão de Pernambuco em três zonas distintas é discutível. Nem todos os estudiosos da matéria a aceitam passivamente, como, por exemplo, o prof. Vasconcelos Sobrinho, para quem o Estado possui apenas duas zonas — a da Mata; a das Caatingas.

Nos primitivos tempos da colonização pernambucana, ainda bem não findava a mataria do pau-brasil (que deu nome à Zona da Mata), já a terra subseqüente era tida e havida por "**certam**", desprezando-se inteiramente as suas características fisiográficas de faixa intermediária entre Litoral/Mata e Sertão. Na verdade, onde não havia propriedade e domínio do coloni-

zador branco era tachado de "**certam**", mesmo que o território estivesse situado em plena Mata.

Em moderno estudo sobre a divisão regional de Pernambuco, Tadeu Rocha ensina que as preocupações de espírito científico e sentido prático, na reformulação do vasto problema da repartição regional do território brasileiro, levaram os técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia a ouvir diversos geógrafos estranhos a seus quadros, porém atuantes em diferentes áreas do país. A medida tornou-se necessária pela vivência destes estudiosos em meio a fatos especiais, quer do ponto de vista da Geografia Física, quer do da Geografia Humana, que, hoje em dia, aliás, orienta a conceituação e caracterização das grandes regiões e das microrregiões homogêneas, conforme pregam os mais categorizados mestres europeus.

Em tais condições, no caso pernambucano, foram identificadas doze microrregiões homogêneas, sendo três na Zona da Mata, três no Agreste e as seis restantes no Sertão.

A urgente necessidade de reconstrução dos países europeus e da estruturação dos novos Estados africanos e asiáticos, após a Segunda Grande Guerra (1939-1945), — no ensino de Tadeu Rocha (ELABORADA NOVA DIVISÃO REGIONAL DE PERNAMBUCO) —, determinou o incentivo dos estudos regionais, que atendem "incontestavelmente a uma necessidade imperiosa de nosso tempo", no dizer do mestre-geógrafo Bernard Kayser. Assim, o estudo regional tornou-se indispensável aos economistas, que o enriqueceram "com uma linha de pensamento, um vocabulário e um modo de apresentação originais e fecundos", segundo o mesmo professor. Os geógrafos reformularam, então, os métodos e as técnicas da pesquisa regional, como também o conceito e a caracterização das regiões. Destarte, a região deixou de ser identificada por fatos de Geografia Física (uma das Ciências da Terra), para ser singularizada por fatos da Geografia Humana (uma das Ciências do Homem). Em **A Geografia Ativa,** escrita em colaboração com Raymond Gugliemi, Pierre George e Yves Lacoste (mestres da Sorbone, os dois últimos), o professor Kayser afirma categoricamente que "as regiões naturais, as regiões históricas se encontram, há muito tempo, relegadas entre os acessórios inutilizáveis" e que região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não imutável, inscrito em um quadro natural determinado e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia e sua integra-

ção funcional em uma economia global. Sendo, pois, a região, "uma criação humana", não se deve esquecer sua evolução histórica, muitas vezes iniciada com a ocupação de vales fluviais, caso típico do ALTINHO, nascido, criado e desenvolvido no vale do Una, em cujas margens se espraiam suas terras de fertilidade imensa.

Como adverte o prof. Kayser, "da mesma forma que se pode rejeitar o conceito de **regiões naturais,** mas conservar o fator natural de formação das regiões, é preciso desvencilharmo-nos das **regiões históricas,** mas levar sempre em conta a importância dos fatores históricos da elaboração regional". Outro mestre da Sorbone, Michel Rochefort, assim define as regiões homogêneas: "Áreas caracterizadas por uma semelhança mais ou menos completa das atividades de produção e, em particular, da atividade agrícola, expressa, entre outras, pela venda média **per capita**".

Tadeu Rocha, reportando-se à região do Agreste de Pernambuco, afirma que, entre os rebordos oriental e ocidental da Borborema, ficam as terras em que predomina o clima semiárido e começa a vegetação de caatinga. Nas partes mais elevadas da Borborema, localizam-se os "brejos", com o seu clima tropical de altitude e sua vegetação florestal. Na área agrestina, de quase 18.000 km2, foram identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia três microrregiões homogêneas — Agreste Norte-Oriental, Agreste Centro-Ocidental, Agreste Meridional.

Para as finalidades deste livro, aqui interessa ressaltar o Agreste Meridional, em cuja área se interligam 29 Municípios: Sairé, Camocim de São Félix, Barra de Guabiraba, São Joaquim do Monte, Bonito, Agrestina, ALTINHO, Ibirajuba, Lajedo, Calçado, Jupi, Panelas, Lagoa dos Gatos, Cupira, Jurema, Caetés, Angelim, Canhotinho, São João, Garanhuns, Paranatama, Saloá, Brejão, Palmeirina, Correntes, Lagoa do Ouro, Bom Conselho, Terezinha e Iati.

O Agreste Meridional tem as seguintes limitações: Ao Leste, a Zona da Mata e o Agreste Centro-Ocidental; ao Sul, a Zona da Mata e o Estado de Alagoas; ao Oeste, o Sertão do Ipanema; e ao Norte, o Agreste Centro-Ocidental.

023

Situado em pleno Agreste Meridional, o ALTINHO, segundo a citada **Enciclopédia dos Municípios,** tem sua sede a 360 m, de altitude e a 168 km do Recife, a capital do Estado,

"percorridos pela PE-149 e BR(s)-104-233 (via Agrestina e Caruaru)". Apresenta as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude Sul — 8°33'45"

Longitude W.GR. — 36°33'45"

Seu clima "é de transição climática entre os tipos BShs' e As' com predominância do primeiro, semi-árido quente".

O Município, que atualmente "possui uma área de 328 km2", representando apenas 0,34% do Estado, tem os seguintes limites: Ao Norte, Caruaru, São Caetano e Agrestina; ao Sul, Panelas, Ibirajuba e Cupira; ao Leste, Agrestina e Cupira; e ao Oeste, São Caetano e Cachoeirinha.

024

Voltando ao tema central do tópico 022, faz-se necessário salientar que o renomado ecologista Vasconcelos Sobrinho, em **As Regiões Naturais de Pernambuco, o Meio e a Civilização,** não concorda com a divisão do Agreste pernambucano em três microrregiões homogêneas distintas entre si, pois, segundo seu entendimento, sendo Pernambuco uma faixa de terra estreita a projetar-se por mais de setecentos quilômetros para o interior do continente, paralelamente ao equador, dentro do oitavo grau de latitude sul; apresentando, no sentido da largura, apenas modificações de aspecto; e, no sentido do comprimento, variando seu clima, que possui as duas alternativas típicas e possíveis às regiões tropicais — o clima úmido e o clima desértico —, surgem-lhe, em decorrência desses fatores, duas zonas bem definidas de produção, as quais se subdividem em função do solo e da altitude — a **Zona da Mata** e a **Zona das Caatingas**. Em tais condições, ensina: "A divisão antiga, em litoral, mata, agreste, caatinga e sertão, é errada porque é anticientífica. É anticientífica porque não consulta as condições do meio — do solo, do clima e da flora — e somente a observação real e objetiva constitui a ciência verdadeira".

Em prosseguimento, diz que, se consultada a natureza ao invés de fazer-se trabalho de gabinete, vazio de significado real, tem-se que dividir Pernambuco em apenas duas grandes zonas fitogeográficas — a da Mata e a das Caatingas.

Para ele, a Zona da Mata, caracteriza-se pela estrutura do solo, argiloso, profundo, rico em unidade, por uma at-

mosfera úmida e pesada, de alta pressão barométrica, e ainda por um regime pluviométrico favorável às formações vegetais do tipo higrófilo — as matas tropicais densas e pujantes.

Já a Zona das Caatingas é caracterizada pelo solo pouco profundo ou inexistente, pela atmosfera seca e leve, de baixa pressão barométrica, o regime pluviométrico e água de subsolo suficientes apenas para manter uma formação do tipo xerófito — a vegetação ressequida que o índio chamou de caatinga. Zona muito extensa, apresenta, vez por outra, situações que se diversificam do meio. Todavia, a permanência das mesmas espécies típicas da flora e fortes características gerais indicam claramente tratar-se de uma única zona fitogeográfica natural, com suas divisões e subdivisões, formando subzonas e regiões.

Para Vasconcelos Sobrinho, são as elevações do solo que marcam sempre, nitidamente, os limites das diversas zonas e subzonas florísticas de Pernambuco. Assim, considerando a cordilheira da Borborema como o complexo orográfico mais expressivo do Nordeste, inclusive suas derivações que atingem Pernambuco, seccionando-o duas vezes, obliquamente, e delimitando-lhe as zonas fitogeográficas, acentua que a primeira dessas derivações limita a Zona da Mata com a das Caatingas, constituindo uma série de elevações sem nome, entre as quais, ao longo de seu percurso, sobressaem-se pontos de maior destaque e expressão, como a Serra da Passira, a das Ruças (com cedilha mesmo, pois o nome vem de **ruço,** nevoeiro, a neve que o matuto chama de **ruça**), a do Caranguejo, a do Retiro, a dos Garanhuns e a de Bom Conselho, todas formadoras de cordilheira mirim e derivante da dos Cariris, a correr no sentido norte-sul e, ao Sul do Estado, a penetrar fundamente o interior até atingir o Município de Bom Conselho e espraiar-se por Alagoas, aí se fixando o ponto mais penetrante da Mata, com um afastamento aproximado de 300 km do litoral, e formando sua maior largura. Rumo ao norte, essa cordilheira corta os Municípios de Correntes, Garanhuns (com a serra de igual nome) e Canhotinho, seguindo depois pelos Municípios de Quipapá, Jurema, Panelas e Lagoa dos Gatos, espraiando-se em Bonito e São Joaquim do Monte com ramais para Agrestina, bordejando os limites sul do Município de Bezerros (na Serra do Retiro), prosseguindo entre Amaraji e Gravatá e, já com o nome de Serra das Ruças, limitando Gravatá e Pombos com Vitória de Santo Antão, de onde parte para Glória do Goitá, em cujas terras as ramificações tornam-se ca-

da vez menos elevadas, e depois, abruptamente, ressurge em enorme elevação — a Serra da Passira, um de seus pontos dominantes — e atravessa o Município do Limoeiro, a ligar-se com as pequenas serras de Orobó, Bom Jardim, Macaparana, unindo-se, por fim, ao maciço dos Cariris, nos limites com a Paraíba, e, por este, com o grande sistema da Borborema.

"Temos deste modo — escreve Vasconcelos Sobrinho — uma linha sinuosa, marcando os contornos da Zona da Mata em seus limites com a Caatinga. Em alguns pontos a divisão é tão nítida que, ao subir o espigão da serra, a vista alcança de um lado a caatinga ressequida, enquanto do outro a mata realça toda a sua pujança sem qualquer região de transição. Em outros, porém, a serra alarga-se ostentando chãs ou bacias úmidas onde cresce uma faixa de vegetação típica, intermediária. Por exemplo, quem de Bezerros, Município situado na caatinga, dirige-se para Bonito, tipicamente da mata, sobe logo, a uns escassos 3 quilômetros de Bezerros, a primeira crista da cordilheira que limita as duas zonas — a Serra do Retiro. Esta crista, com 700 metros de altitude, inicia uma faixa de vegetação intermediária que se alarga por 6 quilômetros atingindo quase a vila de Camocim **(atual cidade de Camocim de São Félix)**, pertencente ainda a Bezerros **(não mais o é)** e já em plena mata. Em qualquer ponto onde a linha sinuosa da cordilheira avança para o interior, constituindo um complexo de serras e vales úmidos e férteis, a caatinga cede terreno à mata. Assim é em Agrestina, em Bom Jardim e noutros pontos."

O fato exposto na primeira parte deste tópico gera quase sempre uma faixa intermediária entre Mata e Caatinga. Primitivamente, a Mata teria dominado nessas faixas intermediárias, sendo destruída, contudo, pela erosão e pela ação depredatória do homem tachado de civilizado, e apresentando dificuldade em restaurar-se, principalmente porque as faixas constituem ótimas áreas agrícolas, ninguém se lembrando mais da necessidade de recuperação da primitiva mata. Assim, torna-se bastante difícil marcar, no mapa, os limites precisos das zonas, desde que, as mais das vezes, existe faixa com terra de ninguém, sem caracteres definidos.

Do mesmo modo que a Mata se separa da Caatinga por uma linha de elevações, a própria Caatinga ostenta duas subdivisões muito nítidas, também originadas por uma linha de serras situadas mais para o interior do Estado, formando a segunda derivação dos Cariris e criando as sub-regiões do Agreste e do Sertão.

"Queremos tornar claro que o Agreste não constitui uma zona, como também o Sertão; — são apenas subzonas do grande conjunto das caatingas, o qual é uma zona de caráter nacional, pois abrange vários Estados, tal como a Zona da Mata" — acentua Vasconcelos Sobrinho, que permanece com a palavra, ensinando:

"As diferenças de solo e de vegetação no Agreste e no Sertão apenas permitem a criação de subzonas. O Agreste separa-se do Sertão, como foi dito, por um segundo cordão de serras que, partindo dos Cariris ao norte, busca o sul, cortando o Estado de lado a lado, tal como a primeira cordilheira que limita a Mata da Caatinga.

"Esta segunda cordilheira, cujo ponto mais importante é a Serra do Mimoso, com picos de 800 metros de altitude, entre os Municípios de Pesqueira e Arcoverde, além de limite fitogeográfico, desempenha a relevante função de divisor de águas, vez que separa a bacia do Atlântico da do São Francisco.

"A Serra do Mimoso liga-se ao norte com os Cariris e, como estes, é de formação primária. Logo depois, porém, a 6 km de Arcoverde, imiscui-se no maciço terciário de Buique, constituído pela Serra do Catimbau, Chapada de São José e outras elevações, as quais, atingindo altitudes superiores a 800 metros, espalham-se em várias direções, alcançando no sul o Município de Águas Belas e atravessando os limites do Estado de Alagoas

"Como ficou esclarecido, Pernambuco é cortado de norte a sul por dois sistemas orográficos secundários, saídos dos Cariris e integrantes do grande sistema nordestino da Borborema. E, cada vez que isto acontece, um novo aspecto fisionômico surge, com zonas e subzonas fitogeográficas típicas.

O Agreste de Pernambuco, portanto, não seria uma zona intermediária entre a Mata e o Sertão, mas, tão-só, cientificamente, uma subzona da Caatinga, subdividindo-se, por sua vez, em sete regiões — a do Surubim, a da Passira, a Central, a dos Brejos, a do Bebedouro, a de Transição e a das Areias.

025

O ecólogo Vasconcelos Sobrinho considera o Agreste como a subzona de maior potencial econômico de Pernambuco — área cerealífera por excelência, prestando-se, ainda, com amplas possibilidades, a várias outras atividades agrícolas e pastoris, com sua pastagem arbórea e seu clima ameno exce-

lente para a criação do gado de leite. De fato, o Agreste é o grande produtor de cereais de Pernambuco, pesando forte em sua balança comercial, com o feijão e o milho cultivados largamente em todas as suas regiões, e constituindo-se deveras em legítimo celeiro estadual.

Situado entre a Mata e o Sertão, o Agreste beneficia-se do regime higrométrico da primeira Zona, de invernos normais, e do clima da segunda Zona, apresentando regiões de condições tão diversas que o tornam aproveitável para grande número de indicações agrícolas.

Quanto às sete regiões naturais do Agreste, frise-se que nenhuma delas coincide com os limites políticos dos Municípios, possuindo, geralmente, determinado Município (como é o caso, por exemplo, do ALTINHO), interferência de várias regiões e, de igual modo, uma determinada região abrange, às vezes, completamente, um ou dois Municípios e, apenas em parte, três ou quatro outros. Isto acontece pelo simples fato de a natureza não haver consultado os homens, ou então o homem não ter consultado a natureza, no processo de delimitações das fronteiras.

No ensinamento de Vasconcelos Sobrinho, as terras altinenses caracterizam-se pela tipicidade de duas regiões naturais da subzona agrestina da Zona das Caatingas — a do Bebedouro, a das Areias.

Região do Bebedouro — Abrange serras e vales do Município de Bebedouro (atual Agrestina), atingindo áreas dos de Caruaru, São Caetano, ALTINHO, Ibirajuba, São Joaquim do Monte, Panelas, Cupira e Jurema. Solo vermelho, escuro ou claro, argilo-silicoso, profundo, com muitas manchas úmidas de extraordinária fertilidade. É o solo igual ao da Região dos Brejos, do qual é desligado, contudo. Excelente para a fruticultura, o cultivo do café e até da cana-de-açúcar, como acontece no Vale do Pau Santo, é a região que mais abastece e dá fama à célebre Feira de Caruaru, atração turística de todo o Nordeste do Brasil. Nela cultivam-se cereais e algodão e cria-se gado, tanto vacum quanto cavalar e caprino.

Região das Areias — Abrange trechos dos Municípios de Garanhuns, Brejão, São João, Calçado, Canhotinho, Palmeirina, Angelim, São Caetano, ALTINHO, Capoeiras, Cachoeirinha, Jupi, São Bento do Una, Alagoinha, Venturosa e Pedra. Solo fortemente silicoso, silico-argiloso até argilo-silicoso, com áreas bastante fracas. Tem inverno abundante, mas o solo é de difícil aproveitamento por seu alto grau de lavagem, o qual o fez perder quase toda a matéria orgânica primitiva. No sub-

solo apresenta água boa e farta. Zona do cultivo de fumo, batatas, cereais, abacaxis, etc. Há criações de gado. Sua vegetação nativa caracteriza-se pelos palmeirais apresentados. Oferece uma das maiores manchas de areia de Pernambuco, dando a impressão de verdadeiras dunas.

O estudo do prof. Vasconcelos Sobrinho é claro, preciso, objetivo, científico, baseado em observações feitas **in-loco** pelo renomado ecólogo pernambucano, mas, na prática, ninguém o aceita ou segue — nem governantes, nem governados. A burrice é livre. No Brasil, a lei é a vontade dos poderosos do dia. Assim, no caso das zonas fitogeográficas de Pernambuco, prevalece, até hoje, a palavra oficial do governo e o Estado fica mesmo dividido em três zonas distintas — Mata, Agreste e Sertão.

026

É possível que, logo no primeiro século da colonização de Pernambuco, no Agreste Meridional tenham vivido, misturados aos Cariris, muitos portugueses trazidos de Lisboa como degredados e despejados na Donataria de Duarte Coelho como elementos nocivos à sociedade implantada na pancada do mar. Tais elementos, indesejados pelo 1.º donatário, teriam preferido a selva ou o "**certam**", como se chamava o Agreste, na época, enfrentando feras e índios, desafiando a natureza rústica das matas e caatingas, adaptando-se ao viver gentio e até gerando os primeiros **meio-sangues** (filhos de brancos e índias) do interior pernambucano. Tudo isso se pode concluir dos relatórios de missionários jesuítas enviados para Portugal a seu respeito.

De fato, em ermida consagrada a N. S. das Graças e inicialmente destinada aos religiosos da Ordem de Santo Agostinho, fixaram residência, aos 2 de agosto de 1551, os dois primeiros jesuítas desembarcados na Capitania duartina — os padres-missionários Manuel da Nóbrega e Antônio Pires. De imediato se dedicariam à assistência religiosa prestada aos portugueses da faixa litorânea e à conversão dos índios, visitando engenhos-de-açúcar, fazendas agropastoris e as poucas povoações civilizadas já existentes na Colônia.

Passado algum tempo, o perspicaz Pe. Nóbrega, depois de haver observado longa e profundamente a vivência na florescente Nova Luzitânia, enviou circunstanciada carta aos **Padres e Irmãos do Colégio de Lisboa,** através da qual, reportando-se ao estado moral da Colônia visitada, assevera, categórico, em certos trechos:

"Andam muitos filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e, sendo cristãos, vivem em seus bestiais costumes. Espero em Nosso Senhor de os tornar a todos à virtude cristã, e tirá-los da vida e costumes gentílicos".

"Os cléricos **(que estavam plasmando o caráter e a personalidade dos primeiros pernambucanos descendentes de portugueses)** desta terra têm mais ofícios de demônios que de cléricos; porque, além de seu mau exemplo e costumes, querem contrariar a doutrina de Cristo, e dizem publicamente aos homens que lhes é lícito estar em pecado com suas negras, pois que são suas escravas, e que podem ter os salteados, pois que são cães, e outras coisas semelhantes, por escusar seus pecados e abominações, de maneira que nenhum demônio temos agora que nos persiga senão estes".

Aos 14 dias do setembro seguinte, agora se dirigindo a El-Rei D. João III, o realista missionário, entre outros valiosos informes em torno da vida em Pernambuco, prestou estes aqui transcritos:

"O sertão está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio. Havia grandes ódios e bandos. As coisas da Igreja mui mal regidas; e as justiças pelo conseguinte".

"Por toda esta costa há muitos homens casados em Portugal e vivem cá em grandes pecados com muito prejuízo de suas mulheres e filhos".

"Nestas partes há muitos escravos e todos vivem em pecado com outras escravas; alguns dos tais fazemos casar, outros receiam ficar sem seus escravos forros e não ousam casá-los".

"E mande dar alguns escravos de Guiné à casa **(Colégio dos Jesuítas, em Olinda)** para fazerem mantimentos, porque a terra é tão fértil que facilmente se manterão e vestirão muitos meninos, se tiverem alguns escravos que façam roças de mantimentos e algodoais".

Apesar de muito piedoso, Nóbrega era escravista, combatia a dissolução de costumes, mas não combatia a escravidão. Sem combater torpezas e misérias da vida escrava na Colônia, Pe. Nóbrega procuraria consertar alguns desmandos observados, principalmente, na vivência pelo interior da Capitania, no seu **"certam"**, como se registrava.

Saliente-se que, quando o padre escreve **"certam"**, evidentemente, refere-se, quando muito, ao fundo da Mata e ao Agreste, pois, naqueles idos, mal findava o Litoral, tudo era considerado sertão brabo, mormente algumas regiões agresti-

nas já penetradas pelos "brasileiros" (extratores de pau-brasil) e habitadas por homens brancos degredados, negros fugidos do terror da escravidão nos engenhos-de-açúcar, índios mais ou menos pacificados e mulheres de todos os tipos e procedências, geralmente fêmeas superexcitadas e capacitadas à prática de todas as perversões sexuais possíveis e imagináveis em companhia dos **garanhões desbragados** a que alude Gilberto Freyre. Uma dupla maneira de viver, um duplo e paralelo modelo de civilização, por conseguinte, ia tomando incremento em Pernambuco — a civilização, de toques aristocráticos, mais ou menos firmada nas terras moles e produtivas da Zona da Mata, séculos mais tarde qualificada de **civilização do açúcar**; e a outra, a muito rica de ousadia e coragem sem limites, espalhada e imposta pelos **cabras machos** pioneiros de fato no desbravamento do interior da Nova Luzitânia, sujeitos virís, derrubadores de florestas de pau-brasil, preadores de índios, fornicadores e emprenhadores de índias e negras, pegadores de boi brabo pela cauda nas terras cascalhentas e semi-áridas da agrestina subzona da Caatinga, séculos adiante, também, apelidada de **civilização do couro**.

027

Já se afirmou ser Pernambuco uma espécie de **mostruário sociológico** do Nordeste do Brasil, motivando-se o fato por sua configuração e situação geográfica realmente singulares: Estreita faixa de terra alongada no sentido dos paralelos em extensão superior a 700 quilômetros, indo atingir, em expressivo corte longitudinal, as zonas fisiográficas mais características da vasta área nordestina.

Por causa disso, Pernambuco pode dar-se ao luxo de possuir, em seu território, aqueles dois citados tipos de civilização tropical, começando, primeiro, pela incrementação do alto nível social da afidalgada e litorânea **civilização do açúcar,** toda moldada em usos e costumes europeus, e, em segundo lugar, desprezando, propositadamente ou não, a já também implantada **civilização do couro,** destituída de certos requintes importados da Europa e, por isso mesmo, talvez, mais autêntica, embora mais rude, muito mais nativista, mais brasileira, nada obstante mostrar-se mais pobre e tão primitiva em seus distantes cenários na imensidão das Caatingas que até parece uma verdadeira semi-civilização.

Para o sociólogo Manuel Maria de Araújo, a civilização aristocrática de Pernambuco teve sua área geográfica nas ter-

ras gordas do Litoral/Mata, terras quase sensuais de tão pegajosas, como sugere Gilberto Freyre; e teve, a **civilização do couro,** seu habitat nos tabuleiros ásperos e caatingas espinhentas do Agreste e do Sertão. Ambas retratam-se na terra: Terra mole, massapê, barro vermelho, várzeas cortadas de rios e riachos perenes, **corgos** fecundos de matas virgens, estourando água por toda banda. Terra dura, caatinga, tabuleiros, rios secos, muito sol, seca, pedras, espinhos, mandacarus. A primeira é **civilização do açúcar,** de casa-grande, de salas mobiliadas de jacarandás de estilo, de retratos graves de figuras do Império, de senhoras fidalgas de pé na meia, educadas em colégios de freiras, falando até francês, de doutores ou de coronéis de botas de couro da Rússia e chapéu do Chile. De poetas de salão e rapazes amaneirados, de olhares revirados e lencinhos perfumados no nariz. Uma civilização de negros que servem docilmente, de sinhôs e sinhás, de sinhazinhas, de donos de cavalos-de-sela arreados com fivelas de prata e couro inglês, de **nobres** que, mesmo encalacrados de dívidas, não saíam desses luxos, como se pode ler em Koster. A outra civilização, dura como couro cru e áspera que nem terra do Moxotó, não deu senhor-de-engenho montado em cavalo que anda de **baixa-a-meio** nas estradas fáceis dos **cananás;** nem sujeito amaricado, cheio de dengo e criado por **vó**: O que dá é vaqueiro-todo-de-couro-fedorento atrás de rezes ariscas como onças nos sem-fim das veredas sertanejas. Vaqueiro todo encourado, queimado de sol, picado de espinhos, machista até dizer basta, **cabra** que traz na alma aquele complexo do "verde e do magrém" criado **derna** menino pelos desencontros da fartura e da fome, da seca e do inverno; o que dá são esses pedaços de idade média brasileira que ainda agora aí estão vivíssimos desafiando tudo quanto é modernidade. O que deu foi cangaceiro do bom, a misturar crimes selvagens com gestos de nobreza. Beatismo. Fanatismo. Pedra Bonita. Conselheiros. Padres Cíceros. Mestre Quiou. Retirada. Frêis Damiões. Coronéis de barranco. Cantadores e repentistas. Vaquejadas. Missa do Vaqueiro. Negros senhores de seu nariz. soltos na buraqueira e nas picadas das caatingas imensas.

São esses, a largos traços, os esquemas típicos das duas civilizações, sendo necessário aqui observar que em ambas existe o "aspecto histórico" que se perde no passado e a feição atual, muito modificada em certos pontos ou em outros fiel ainda àquele aspecto histórico. Cabe ao estudioso, ao pesquisador, levar em consideração esses dois "momentos" da realidade civilizacional do Nordeste. Os aspectos que já não

existem, que pertencem ao passado histórico, ou estão por desaparecer, e esses outros que se acham à vista pedindo pesquisa, estudo, interpretação. Como zona (ou subzona, como o quer Vasconcelos Sobrinho) intermediária, situa-se o Agreste, que, pela posição fitogeográfica e formação histórica, pende para a **civilização do couro**.

Atualmente, o que mais caracteriza boa parte do Agreste de Pernambuco é a sua "marginalidade sociológica" decorrente de sua posição fitogeográfica intermediária, sofrendo a ação de duas correntes opostas sociologicamente: A que parte da capital e a outra que chega dos sertões. E é por isso que a área agrestina apresenta fases curiosas de transição sociológica e psicológica e uma paisagem social cheia de contrastes. Nela, ao lado do vaqueiro, do tangerino, do coiteiro, do bacamarteiro, do brejeiro, do catingueiro que planta roçados a enxada, orando e pedindo a Deus (ou a **mô padim pade Ciço**) que chova e o milho germine e cresça, **apendoe** e **grane**, aparece o industrial **nouveau-riche**, que, metido a sebo e a cavalo do cão, discute democracia, usa maquininha de calcular, fala muito em progresso e desenvolvimento, ou capitalista (via de regra, agiota) que passa de automóvel de luxo, vai todo ano ao Rio de Janeiro e São Paulo, faz viagem de excursão pelas estranjas, freqüenta motéis e realiza altos negócios comerciais.

ALTINHO, terra de sociedade fechada e tendente ao machismo, com sua população parada no tempo, guardando ainda a fisionomia cultural dos primeiros desbravadores (negros fugidos da escravidão, brancos degredados de valentia sem par, vaqueiros da **Sesmaria Ararobá** comandados pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO) e agricultores, possui, por outro lado, na sua surpreendente galeria humana, tipos que se destacariam no comércio e, também, nas letras e na política. Lugar bem intermediário sociologicamente, apresenta-se com uma realidade cultural que sofre no seu marginalismo acentuado o choque permanente de dois complexos a que se poderia tachar de **espírito do sertão** e **espírito da capital**, os quais nada mais são do que manifestações daquelas duas fisionomias nacionais a que se refere Euclides da Cunha. O altinense é um homem agrestino autêntico, em cuja sociedade ainda se vai processando o trabalho de choque cultural do Agreste com o Litoral/Mata e com o Sertão — o Sertão sempre a perder terreno, desaparecendo na absorção intensa e na descaracterização progressiva. ALTINHO — como, de resto, todo o Agreste — apresenta fartura de tipos para estudos e observa-

ções, tipos que surgem ou tendem a desaparecer; e, sobretudo, oferece uma riqueza de material a pesquisar, a interpretar nas superposições psíquicas dos tipos em transição.

028

Nos **Prolegômenos ao Livro I da História do Brasil**, de Fr. Vicente do Salvador, ensina Capistrano de Abreu acerca dos Cariris e Gês:

"**Cariris**, primeiros habitantes de grande extensão do litoral, onde ainda os portugueses os encontravam em partes do Maranhão e do Ceará e à esquerda do baixo São Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada dos europeus. Começavam pelo menos no Paraguaçu e chegavam ialvez ao Itapucuru no Maranhão. Parecem de todo extintos e não ter tido representantes fora do Brasil. Lucien Adam publicou um estudo comparativo da **(sua)** língua, Paris, 1897".

"Os **Gês**, nome dado por Martius, tirado da terminação **gé** ou **gué** de muitas tribos: quase restritos ao Brasil. Ainda hoje representam-se nos Apinagés, Craós, Acuens de Goiás, Suiás do Xingu, Cãigãgs, os chamados Bugres de Santa Catarina e Coroados do Rio Grande do Sul. Segundo alguns, filiam-se a eles os Botocudos de Espírito Santo e Minas".

Para Alfredo de Carvalho, o ameríndio que, à época do descobrimento, povoava o território de Pernambuco, integrava duas ou mais raças distintas. No Litoral/Mata, em agrupamentos mais ou menos estáveis, viviam Tupis das tribos Caetés e Tabajaras, enquanto mais para o ocidente, em cabildas esparsas, vagavam os restantes dos primitivos habitantes do país — Tapuias e Cariris.

"Das línguas destes selvagens — acentua Carvalho — deriva a totalidade dos nomes de feição indígena ainda hoje ocorrentes na nossa corografia, apesar da concorrência secular das denominações portugueses e malgrado mesmo a sua imposição, em muitos casos, oficial".

Em Pernambuco, a invasão lusa ocorreu pelo litoral, ocupando-se, primeiramente, alguns acessíveis pontos da ampla faixa litorânea, abrangente, além da pancada do mar, da zona denominada da Mata, em seguida à qual, rumo ao Oeste, surge área fisiográfica intermediária entre as terras moles e produtivas do Litoral/Mata e aquelas áridas e secas do Sertão brabo — o Agreste, a **Terra dos Urus**, em cuja enorme região ainda viviam, em cabildas esparsas, Tapuias e Cariris, dominando a cordilheira da Borborema e caracterizando com ter-

mos de seu dialeto lugares e coisas, de maneira tão acentuada que, no linguajar da atualidade, tais expressões permanecem vivíssimas, nada obstante a luta ultrassecular por sua descaracterização. Um vocabulário agrestino-indígena o comprovaria exuberantemente, como aqui foi feito em diminutas proporções **(ver tópico 021)**.

029

D. João III, rei de Portugal, já em 1532 cogitava de iniciar, em bases definitivas, a colonização e o povoamento do Brasil, cujo país ficaria subdividido em capitanias hereditárias concedidas com vantagens quase feudais, face aos privilégios e prerrogativas conferidos aos seus donatários nas respectivas cartas de doação e posteriores forais das terras doadas, cujos verdadeiros donos, os índios, não seriam ouvidos nem cheirados, tudo se processando à sua revelia, pois, para o reino, era como se eles não existissem ou fossem apenas paisagem.

Em **Casa Grande & Senzala,** Gilberto Freyre ensina que, ao organizar-se a sociedade brasileira, econômica e civilmente, o fato acontece depois de todo um século de contato dos portugueses com os trópicos, quando, na Índia e na África, ficara patenteada sua aptidão para a vida tropical. "Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil, mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor. — Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio — e mais tarde de negro — na composição".

Do ponto de vista português, o Brasil ainda se achava em estado bruto, tudo ao sabor da natureza, tudo ainda por se fazer. Chegada estava, portanto, a hora de o português construir um novo mundo nos trópicos, seja espoliando e dizimando suas populações indígenas, seja civilizando e adaptando-se ao adverso meio ambiente. De qualquer maneira, seria preciso enorme contingente de colonos para desbravar, fixar-se, povoar, fazer riqueza, domar, espalhar civilização pelas vas-

tidões sem fim das terras do Brasil. Teria o reino gente bastante para a aventura gigantesca? Ensina Capistrano de Abreu **(Capítulos de História Colonial, 17)** que, em 1527, a soma total dos fogos (casas) em todo o reino luso andava por duzentos e oitenta mil quinhentos e vinte e oito. Dando a cada um destes fogos um número de quatro indivíduos, a população reinol seria naquele ano de apenas 1 milhão cento e vinte e dois mil e doze almas. Com este pessoal exígüo, que não bastava para enchê-lo, iria Portugal povoar o mundo. Como consegui-lo sem atirar-se à mestiçagem desbragada?

Realmente, o único caminho percorrido para dominar as terras do Brasil seria o da mestiçagem em alta dose, mestiçagem intensa de lusos com índias, a princípio, e, depois, com negras escravas trazidas da África, daí surgindo mestiços de todos os tipos e cores, o grosso da população brasileira.

030

No Brasil, de acordo com Alberto Passos Guimarães **(Quatro Séculos de Latifúndio, 5)**, a terra era um bem comum, pertencente a todos os índios, e muito longe se achavam os seus donos naturais da suspeita de que poderia alguém transformá-la em propriedade privada, como aconteceria agora em decorrência dos planos e decisões de D. João III, o iniciador do latifúndio nas terras brasílicas, distribuídas com a generosidade e a irresponsabilidade de quem não é proprietário.

Assim, havendo dividido o Brasil em capitanias hereditárias, el-rei lavrava, em 10 de março de 1534, em Évora, carta de doação das terras de Pernambuco em favor do fidalgo Duarte Coelho, de Entre-Douro e Minho, valente guerreiro na campanha da India, homem forte, determinado, austero, empreendedor, escravista ferrenho, filho de Gonçalo Pires Coelho e neto paterno de Martim Coelho, senhor de Filgueiras, o qual era assim agraciado por seus méritos e serviços prestados à coroa lusitana. Duarte Coelho, 1.º donatário de Pernambuco, era casado com Brites de Albuquerque, irmã do célebre machista Jerônimo de Albuquerque, o **Adão Pernambucano**, braço direito do cunhado na conquista e, principalmente, no povoamento da Capitania Leão do Norte, na qual passaria a viver até à morte, em idade bastante avançada.

Fernandes Gama **(Memórias Históricas, I, 42)** transcreve na íntegra a carta de doação régia em favor de Duarte Coelho e descendentes — título primário da propriedade territorial da Capitania de Pernambuco. Pelo documento, o 1.º donatá-

rio era contemplado com "sessenta léguas de terra na dita costa do Brasil, as quais começarão no rio de S. Francisco, que é do Cabo de Santo Agostinho para o sul, e acabarão no rio que cerca em redondo toda a Ilha de Itamaracá, ao qual rio ora novamente ponho nome de Santa Cruz".

As 60 léguas de terra — "de largo ao longo da costa" — doadas a Duarte Coelho dividiam-se em duas partes: A primeira, de apenas dez léguas, é que pertencia de fato e de direito ao 1.º donatário, que, sobre elas, poderia exercer domínio pleno — "lyvre, izemta" —, sujeito tão-somente ao dízimo à Ordem de Cristo, inclusive, dentro do prazo de 20 anos a contar da data da posse, o direito de separá-las onde quisesse, "não as tomando, porém, juntas senam repartydas em quatro ou cynquo partes, e medindo, entre cada parte, a distância de duas léguas". E a outra — as 50 léguas restantes — destinava-se a terceiros, devendo o capitão-governador limitar-se a redistribuí-las entre os moradores que as requeressem, tal e qual se fazia no reino em obediência à Lei das Sesmarias. Sobre essa vastidão territorial — dentro da qual estavam as terras do ALTINHO, que, assim, jamais pertenceram ao 1.º donatário — o domínio de Duarte Coelho seria quase nenhum, daí o dizer antigo documento que — "o donatário não he lhe senhor absoluto das terras senam cesmeiro e repartidor... e enquanto cesmeiro não he mais cesmeiro que os outros cesmeiros, conforme a verba de sua daçam" **(Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, 368-369)**.

Como se pode observar, toda a imensa região constituída pelo Agreste, com exceção da faixa do Norte, pertencente inicialmente à Capitania de Itamaracá, estava encravada na Capitania de Pernambuco, mas o 1.º donatário disporia das terras agrestinas, assim como das sertanejas, apenas para repartí-las e distribuí-las entre os seus desbravadores-requerentes, podendo fazê-lo em nome del-rei, pois não as possuía nem de fato nem de direito.

031

Aos 24 de setembro de 1534, em Évora, D. João III assinava carta de privilégios aos homiziados, concedida a Duarte Coelho em atendimento a pedido/sugestão deste acerca do povoamento de Pernambuco. O importante documento, de fundamental interesse para u'a melhor compreensão do processo de formação primitiva da sociedade altinense, vem transcrito nas **Cartas de Duarte Coelho a El-Rei,** com a seguinte redação:

"**Dom João, etc.**

"a quantos esta minha carta virem, faço saber que vendo eu como muitas pessoas de meus reinos e senhorios andam continuadamente homiziadas e com temor de minhas justiças por delitos que cometem, e a maior parte dos ditos homiziados se ausentam e vão viver **(sic)** em outros reinos, e por que hei por melhor e mais serviço de Deus e meu que os sobreditos fiquem intes em terras de meus senhorios e vivam e morem nela, especialmente na capitania da terra do Brasil, de que ora fiz mercê a Duarte Coelho, fidalgo de minha casa, para que ajudem a morar e povoar e aproveitar a dita terra. por estes respeitos e por alguns outros que me a isto movem, hei por bem e me praz daqui em diante para sempre, quaisquer pessoas, de qualquer qualidade e condição que sejam, que andarem homiziados ou ausentes por quaisquer delitos que tenham cometido, não sendo por cada um destes quatro casos seguintes, a saber, heresia, traição, sodomia, moeda falsa, que estes tais, indo-se para o dito Brasil a morar e povoar a capitania do dito Duarte Coelho, não possam lá ser presos, acusados, nem demandados, constrangidos nem executados por nenhuma via, nem modo que seja, pelos casos que cá tiverem cometido até o tempo em que se assim foram para o dito Brasil, posto que já sejam sentenciados e condenados a morte natural, e bem assim me praz que se os ditos homiziados depois de estarem na dita terra do Brasil, e nela residentes por espaço de quatro anos cumpridos ou acabados, quiserem vir a meus reinos e senhorios a negociar suas coisas, que o possam fazer, trazendo certidão do dito Duarte Coelho, ou de qualquer outro Capitão da dita capitania que pelo tempo for de como vêm por sua licença, e que esteve na dita terra os ditos quatro anos ou mais tempo, e com tal certidão poderão os sobreditos andar livremente e seguros em meus reinos e senhorios e negociar o que quiserem por tempo de seis meses somente, que começarão do dia que chegarem ao porto ou lugar que desembarcarem, no qual tempo de seis meses não poderão assim mesmo ser presos, acusados, nem demandados pelos casos sobreditos por que se foram para a dita terra do Brasil, e eles porém não poderão no dito tempo entrar no lugar do malefício nem em minha corte, e entrando este seguro lhes não valerá, e assim serão obrigados de, tanto que chegarem ao porto ou lugar em que vierem desembarcar, se apresentar às justiças do tal lugar e cobrar sua certidão nas costas da que trouxerem do dito Capitão, em que declarem o dia, mês e ano em que assim chegarem, para que daí em di-

ante comecem os ditos seis meses, e porque aqueles que uma vez vierem do dito Brasil, com a dita certidão, e andarem em meus reinos ou senhorios os ditos seis meses, tanto que se tornarem a ir para o dito Brasil não poderão mais tornar aos ditos meus reinos ou senhorios salvo depois de passados outros quatro anos do dia que chegarem ao dito Brasil, quando se assim para ele tornarem e cá tiverem andado os ditos seis meses e desta mesma maneira poderão daí em diante de quatro em quatro anos, vir as mais vezes que quiserem e em outra maneira não, notifico assim ao dito Capitão da dita capitania que ora é e ao diante for e aos juízes e justiças dela e a todos os corregedores, desembargadores, ouvidores, oficiais e pessoas de meus reinos e senhorios a que esta minha carta ou o traslado dela em pública forma for mostrada e o conhecimento dela pertencer e mando a todos em geral e a cada um em especial que em tudo e por tudo a cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como se nela contém, sem dúvida, nem contradição alguma que a ela seja posto, porque assim é minha mercê. E por firmeza dela mandei passar esta carta, por mim assinada e selada do meu selo pendente. Manuel da Costa a fez em Évora a 24 dias do mês de setembro, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1534".

Via de regra, os primeiros degredados e homiziados remetidos ou despejados nas costas brasileiras pouco ou nada tiveram com o povoamento oficial, perdidos que ficariam no meio das populações indígenas, estimadas, na época, acima de dois milhões de almas. Também, pouco ou nenhum destaque teriam na colonização do Brasil, integrados como ficaram aos gentios, acasalando-se com suas mulheres, passando a andar nus pelos matos, praticando usos e costumes indígenas, inclusive até militando em seus feitiços e crenças. Sua maior importância surge quando os primeiros efetivos colonizadores fixam-se na terra e passam a utilizá-los como **línguas,** isto é, como intérpretes ou intermediários nos contatos com os índios ou na sua preação. De modo geral, eles não seriam prejudiciais à colonização e, no caso específico de Pernambuco, onde seriam despejados aos magotes, se prejuízo houve foi de seu excesso, o que daria muitas dores de cabeça ao próprio Duarte Coelho, o donatário que os pedira a el-rei para poder povoar mais depressa o solo pernambucano, onde, nos primórdios da colonização, evidentemente, o elemento branco era bastante diminuto.

Em 1535, Duarte Coelho, familiares e demais companheiros de viagem, depois de instalados e fortificados em Igaraçu, a primeira vila criada na Colônia, marcharam para o lado sul, à procura de local mais adequado para servir de sede de seu governo, findando por descobrir Olinda, em cujo lugar, depois de muitas lutas e de derrotar os Caetés, primitivos habitantes da velha Marim, faria erguer seu castelo, de onde passaria a dar começo à exploração efetiva de suas terras, para isso usando de tão grande energia que, em pouco tempo, a vila olindense já contava com quase 700 prédios edificados.

De logo, as terras moles e férteis da orla marítima e da Zona da Mata passariam a ser descobertas, invadidas, ocupadas e divididas entre os fidalgos acompanhantes de Duarte Coelho, os quais por suas áreas desbravadas se iriam acomodando com os seus familiares, seus escravos africanos, seus artífices agregados vindos de Portugal e "seus" índios domesticados como animais selvagens. Além de toda essa gente, ainda haveria aqueles degredados remetidos pelo reino, aos magotes, em renovadas levas, para a Capitania pernambucana. Justiça se lhes faça — estes degredados eram trabalhadores de fato, valentes, ousados, corajosos, e jamais ficariam de braços cruzados e conformados com o já conquistado na faixa litorânea praticamente dominada pelos **nobres**. Criminosos ou não, também eram gananciosos, consideravam-se livres no Brasil, não queriam submeter-se à dureza ou à violência do regime ditatorial imposto na Colônia pelo 1.º donatário. Assim, muitos deles, atravessando a mataria imensa do pau-brasil, rumariam para o **certam**, isto é, o interior da Capitania, marchando através de seus caminhos naturais, ou seja, pelos vales de seus grandes rios, nem sempre perenes, como o Capibaribe, o Tapacurá, o Ipojuca, ou mesmo o Una, em cujos médio e alto cursos refugiavam-se Tapuias e Cariris de várias tribos nômades que iam emprestando seus nomes às regiões por eles habitadas e, mais tarde, pelos brancos invadidas. Também como os **nobres**, os sem nobreza procurariam subjugar os legítimos donos da terra pernambucana a ferro e fogo, assustando-os, tangendo-os para mais longe, sempre mais longe, massacrando-os impiedosamente, caçando suas mulheres a fim de copulá-las e emprenhá-las sem quaisquer resquícios de amor. Em tais condições seria e se desenvolveria a penetração do branco, "civilizado e cristão", pelas terras da Zona da Mata e Zona das Caatingas, atingindo e mesmo atraves-

sando o sistema orográfico da Borborema, desbravando o Vale do Una, descobrindo as potencialidades da **Região do Bebedouro** e da **Região das Areias,** nas quais se situavam as terras fertilíssimas do ALTINHO.

033

Aos 20 de dezembro de 1546, Duarte Coelho, tendo em vista o exagerado número de degredados e homiziados largados pelos navios reais nas costas pernambucanas — onde tais criminosos e aventureiros passavam, por expressa determinação régia, a desfrutar de plena liberdade —, expedia carta a el-rei, a quem rogava a suspensão da remessa de tanta gente desclassificada para a sua donataria, a qual, de elementos nocivos, já se achava mui bem provida. Dizia textualmente:

"Quanto é, Senhor, ao privilégio e liberdade que Vossa Alteza deu a mim acerca dos homiziados, ainda que aí sejam condenados por suas justiças; vindo a estar e a povoar comigo em minhas terras, não poderão, por aqueles casos, ser aqui citados nem demandados. Desta maneira, Senhor, se entende, mas as outras terras e capitanias às quais Vossa Alteza tem dado esta liberdade, entendem-na ao revés, porque os delitos e malefícios aqui cometidos e feitos, aqui hão de ser punidos e castigados como for a razão e justiça. Se de minhas terras fugirem alguns malfeitores para outras, com temor do castigo, ou de outras para a minha, esta tal liberdade e privilégio não lhes deve valer, porque se assim for, como estes outros capitães costumam fazer, digo, Senhor, e afirmo que se não povoará a terra, mas em breve tempo se despovoará e irá tudo ao través, pelo que, Senhor, digo que é muito necessário que todos em geral usem das cartas precatórias e as cumpram, e que Vossa Alteza o mande.

"Outrossim, Senhor, já por três vias tenho escrito e dado conta a Vossa Alteza acerca dos degredados, e isto, Senhor, digo por mim e por minhas terras, e como é pouco serviço de Deus e de Vossa Alteza e do bem e aumento desta Nova Luzitânia, mandar para aqui tais degredados, como de três anos para cá me mandam. Porque certifico a Vossa Alteza e lhe juro pela hora da morte, que nenhum fruto nem bem fazem na terra, mas muito mal e dano, e por sua causa se fazem cada dia males, e temos perdido o crédito que até aqui tínhamos com os índios, porque o que Deus e a natureza não remediou **(sic),** como eu posso remediar, Senhor, senão com cada dia os mandar enforcar?, o que é grande descrédito e

menoscabo com os índios. Outrossim, não são para nenhum trabalho, vêm pobres e nus, e não podem deixar de usar de suas manhas, e nisto cuidam e planejam sempre fugir e se ir. Creia Vossa Alteza que são piores aqui do que peste, pelo que peço a Vossa Alteza, pelo amor de Deus, que tal peçonha para aqui não me mande, porque é mais destruir o serviço de Deus e seu e o bem meu e de quantos estão comigo, que usar de misericórdia com tal gente, porque até nos navios em que vêm fazem mil males, e como vêm mais dos degredados que da gente da tripulação dos navios, revoltam-se e fogem e fazem mil males, e achamos menos dois navios, que por trazerem muitos degredados estão desaparecidos. Torno a pedir a Vossa Alteza que não me mande tal gente, e me faça mercê mandar às suas justiças que os não metam por força nos navios que para minhas terras vierem, porque é, Senhor, deitarem-me a perder".

Pela contundente denúncia feita por Duarte Coelho a el-rei, acerca da nocividade dos degredados na Colônia, é de ver a trabalheira infinda dada às poucas autoridades constituídas da Capitania por semelhante tipo de aventureiros. O sossego público na faixa litorânea era quase inexistente. E, em face do rigor dispensado pelo enérgico donatário em relação àqueles desclassificados, a ponto de mandar enforcá-los diariamente, muitos deles, felizmente os mais predispostos ao trabalho livre e rendoso, como a extração do pau-brasil, por exemplo, imitavam outros elementos anteriormente despejados na Colônia e preferiam também, por sua vez, enfrentar a rudeza do meio ambiente e os Tapuias e Cariris dominadores da Borborema, procurando assim escapar à cruel ditadura do donatário, internando-se pelos vales dos grandes rios (Capibaribe, Ipojuca, Una) e cortando a Mata, através da floresta, até a fixação nas Caatingas, região agrestina principalmente, onde poderiam sobreviver sem a necessidade de prestação de contas a quem quer que fosse.

034

Em **Casa Grande & Senzala**, Gilberto Freyre, geralmente condescendente com os feitos portugueses no Brasil, tratando de tais degredados, escreve:

"É possível que se degredassem de propósito para o Brasil, visando ao interesse genético ou do povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual: por abraçar e bei-

jar, por usar de feitiçaria para querer bem ou mal, por bestialidade, molície, alcovitice. A ermos tão mal povoados, salpicados, apenas, de gente branca, convinham superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genética, aos interesses políticos e econômicos de Portugal e Brasil. — Atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua, aqui se estabeleceram por gosto ou vontade própria muitos europeus do tipo que Paulo Prado retrata em traços de forte realismo. Garanhões desbragados."

Possivelmente assim se desenvolveria, com base nesses **garanhões desbragados** em conúbios permanentes com índias dóceis e negras perdidas por brancos, o fundamento ou um dos fundamentos de uma nova civilização tropical — a **civilização do couro**, surgida na Colônia pernambucana em região distante dos canaviais e engenhos de açúcar, pois situada, espraiada e solidificada na Borborema e caatingas do Oeste de Pernambuco.

035

Atrás dos degredados que, subindo pelos vales do Capibaribe, Ipojuca e do Una, internavam-se pela Mata e fixavam-se no Agreste, adaptando-se aos usos e costumes dos Tapuias e Cariris pela região espalhados, é possível tenham ido os primeiros negros horrorizados com a crueldade do trabalho escravo na bagaceira e nas fornalhas dos engenhos de açúcar. Negros e negras. Todos preferindo a aventura incerta nas plagas agrestinas, onde se consideravam livres e senhores de si, à vida atribulada e mesquinha na faixa litorânea, onde apenas prevalecia a prepotência dos brancos tachados de **nobres,** escravistas sem exceção, implantadores na Colônia do outro tipo de civilização já referido nas páginas desta obra — a **civilização do açúcar**. Brancos ousados, garanhões desbragados, superexcitados sexuais, negros e negras também mui chegados às porfias do sexo, tudo em mistura com índios assustados e índias dóceis — eis aí os ingredientes mexidos e remexidos no cadinho de dentro do qual ia saindo um novo produto genético — o homem agrestino, o homem das caatingas. o mestiço livre, metido a cotucar onça com vara curta e a derrubar boi brabo à mão, com simples mucica no rabo do animal em louca disparada.

O índio não poluía a região em que habitava, nem tornava a sua terra em verdadeiro deserto, mas os invasores, que o tachavam de selvagem, com as derrubadas das florestas de pau-brasil, com as caldas dos engenhos despejadas nos leitos dos rios, com as queimadas gigantescas para o preparo das roças e dos **cananás,** iam-se apoderando da terra, impondo seu regime a ferro e fogo, poluindo o meio ambiente, destruindo a mata virgem, espalhando a desertificação por toda a parte por onde passavam e mandavam.

Duarte Coelho, sem dúvida alguma um idealista, queria criar uma "Nova Luzitânia" em sua donataria, mas os portugueses em geral, com raras exceções, de Pernambuco queriam apenas extrair riquezas o mais rápido possível, obter lucros fabulosos com o pau-brasil e, findo este, desertificada a mata, azeitar as canelas e dar as de Vila-Diogo, sem o mínimo interesse pelo povoamento e prosperidade da Colônia, sem amor à terra, sem pretender transformar a Capitania num centro civilizado à moda de Portugal. Suas atividades, no geral, eram predatórias, enquanto o 1.º donatário era um construtor de mundos. Os primeiros eram fazedores de deserto; o segundo era um povoador de desertos.

Por outro lado, Duarte Coelho via a organização imposta a ferro e fogo em Pernambuco ser obstruída ou quase destruída no reino por gente acostumada a fazer intrigas, gente jamais afeita a administrar qualquer coisa com eficiência e proveito. El-rei nem sempre ia pelos autos duartinos, deixando-se emprenhar pelos ouvidos ou fazendo ouvidos de mercador a suas súplicas, advertências e reivindicações. Entristecido com semelhante estado de coisas, o extraordinário Duarte Coelho tornava a escrever ao monarca, em cuja carta, nos trechos principais, dizia em 15 de abril de 1549:

"Por esta, Senhor, quero dar conta a Vossa Alteza do que, depois de outra escrita e daqui partida há vinte dias, vim a saber por carta de meus amigos, em especial de uma de Manuel de Albuquerque **(irmão de D. Brites),** que me deu conta disso, por já aí ter tido alguma conversa sobre isto com algumas pessoas que no negócio entendem, ou querem entender, as quais, segundo por uns apontamentos vi, se oferecem a Vossa Alteza para povoar ou ajudar a povoar as capitanias perdidas, de lá de baixo, e outras cousas mais que nos apontamentos vi, para o que pedem a Vossa Alteza que por vinte anos lhes dê todo o pau-brasil de toda a costa, e antes de tu-

do o destas terras da Nova Luzitânia; e lhe pedem ainda que dentro do dito tempo lhes largue e dê todos os dízimos e vendas de todas as terras e costa do Brasil, assim o rendimento daqui como o daí, do que for de cá, e outras cousas que nos apontamentos vi.

"E posto que, Senhor, se me ofereciam algumas cousas neste instante para dizer sobre isto, sofro e calo e não o faço por não ter certeza se Vossa Alteza o aceitará de mim, segundo minha sã e verdadeira intenção, e por haver três anos que por quatro vias tenho escrito e dado conta a Vossa Alteza de tudo o que me pareceu seu serviço, e até o presente não tenho visto nem tido resposta. O que, Senhor, me parece proceder do pouco crédito que tenho com Vossa Alteza."

"O fazer brasil **(extrair o pau-brasil, com o estúpido e constante desmatamento do Litoral e interior da Capitania até à Borborema),** Senhor, que com tanta desordem o querem fazer, é tão danoso e tão odioso o fazer-se nesta comarca de Olinda e Santa Cruz, que já tenho escrito a Vossa Alteza e enviado documento de prova, pedindo-lhe, há três anos e por três vias, que proveja sobre isso, porque, de quantos alvarás de permissão que Vossa Alteza tem mandado passar, todos se querem utilizar deles aqui, o que será acabar de deitar a perder tudo. E, para ser pior, está pegada comigo a terra de Pero Lopes de Souza **(a Capitania de Itamaracá),** que Deus haja, onde não está o próprio pastor, mas um mercenário por intérprete e feitor de armadores, que de outra cousa não se ocupa senão em fazer brasil. Já disto tenho dado conta a Vossa Alteza para que proveja nisto. Peço a Vossa Alteza que mande do Cabo de Santo Agostinho até o Capibaribe-mirim, que é o extremo dos **(índios)** potiguares, que pode ser doze ou treze léguas pouco mais ou menos. ocupadas por uma só nação de Indios, que nessa sobredita comarca não se faça brasil algum **(isto é, não continue a depredação da mataria do pau-brasil)** daqui a dez ou doze anos, para que a cousa se torne a meter em ordem, pois há tantos outros portos em que o podem fazer, assim como no Cabo de Santo Agostinho até o Rio São Francisco, que é na mesma minha costa, como daí para baixo e no litoral dos potiguares, que são de outras nações contrárias destes. E fazendo-o nesses sítios não nos causam dano; e a quem Vossa Alteza houver por bem de dar licença, quer na região dos potiguares, quer nos outros meus portos do sul, pode, Senhor, vir aqui para maior segurança, e toda ajuda e favor que eu lhes puder dar, dar-lhes-ei de boa vontade, assim para os potiguares, que estão em distância daqui de doze, tre-

ze, quinze, vinte. trinta e quarenta léguas, tudo costa onde há **(pau)** brasil muito bom e mais barato que este daqui, assim pela desordem, como estar a dez, doze, quinze léguas pelo sertão a dentro **(já em plena Borborema, portanto, atingindo em cheio as terras do ALTINHO, evidentemente),** como querendo ir dos outros meus portos do Cabo de Santo Agostinho para o sul, onde se acha outra nação contrária destes. Porque, assim como os meus bergantis e os caravelões dos moradores andam a maior parte do ano por toda a minha costa, assim o poderão fazer os seus navios, e eu os favorecerei no que puder, e aqui se poderão fornecer e aviar de intérpretes e do mais que lhes convier, e poderão comprar e vender aos moradores e povoadores da terra e fazerem seu proveito, sem nos causarem dano assim a mim, como aos que comigo estão."

A angústia do velho governador era notória, mas, como de hábito. el-rei, muito mais preocupado com a extração de ouro e lucros rápidos emanados da Colônia do que com o seu povoamento e progresso, não levaria em conta o idealismo, a eficiência, o método, a disciplina, a vontade férrea de povoar Pernambuco racionalmente, a honradez e as justas ponderações de Duarte Coelho, abandonando-o ao sabor da natureza e, por outro lado, prestigiando aventureiros que, através da extração predatória do pau-brasil, talvez pudessem fornecer-lhe riquezas imediatas, embora fossem tornando a Colônia duartina uma espécie de terra arrasada, um quase deserto, logo no primeiro século de sua civilização branca e cristã.

Muito mais tarde, quando do surgimento das sesmarias pelo Vale do Una e adjacências, nas terras do ALTINHO já não mais existiam florestas de pau-brasil e toda a região, tanto a do Bebedouro quanto a das Areias, já apresentava nítidas características de Zona das Caatingas, nos moldes estudados pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho.

037

Depois da morte de Duarte Coelho, a Capitania de Pernambuco passava para o governo de seu filho Duarte Coelho de Albuquerque. o 2.º donatário, jovem sem o idealismo e o pulso forte do pai, pouco interessado, por sua vez, no desbravamento e povoamento da Colônia, tanto que, poucos anos depois, resolvia fixar-se em Portugal, deixando a donataria sob o controle de sua mãe, a "capitoa" Brites Maria de Albuquerque, a quem passara a competente procuração.

Na época, em relação às lutas contra os índios, a Capitania já estava relativamente pacificada, pelo menos na faixa litorânea. Mesmo assim, pelo lado do mar, sempre havia o perigo iminente de ataques por parte de corsários europeus de várias nacionalidades, todos em busca de ouro, pau-brasil e até de açúcar,, todos inimigos da colonização lusitana. Pelo lado da terra, principalmente ao Oeste, sobressaíam-se levas e levas de índios inconformados com a invasão branca, que, na verdade, nenhuma vantagem lhes trouxera. Muito pelo contrário, somente prejuízos lhes oferecia: Ocupação de sua natural propriedade territorial, derrubada de suas matas, destruição de seus povoamentos, escravização de seus homens mais robustos, prostituição de suas mulheres mais jovens e atraentes, mortandade de seus guerreiros mais valentes, cachaça,, miséria, degradação de costumes.

O índio preado e trazido para o trabalho escravo nos engenhos de açúcar do Litoral/Mata jamais se conformara com a situação e produzia tão pouco que era muito mais eficiente para os **nobres** o intensificar-se a importação de negros da África, os quais, mesmo a murro e a canelão, submetiam-se melhor ao tacão dos fabricantes de açúcar, embora o seu custo fosse bem mais elevado do que o dos índios preados. Para isso, os açucarocratas haviam sido beneficiados por uma carta de ordem assinada por D. Catarina, rainha regente de Portugal, e dirigida ao governador da Ilha de São Tomé, na África, determinando que, mediante certidão do governo-geral do Brasil, pudesse cada senhor-de-engenho brasileiro importar até 120 **peças,** isto é, escravos, procedentes do Congo, pagando à fazenda real apenas um terço dos direitos, ao invés dos 50% até ali cobrados.

A ordem régia atendia a reclamos dos agroindustriais do açúcar, dada a escassez de braços cativos na lavoura canavieira; e assim concorreria enormemente para a incrementação do tráfico negreiro destinado a Pernambuco, em cuja Capitania, no ano de 1584, no cálculo do padre José de Anchieta, já haveria dez mil africanos escravizados, pouco mais ou menos.

Pernambuco se afirmava através da indústria açucareira, mas, como se dizia na época, **sem negro não há açúcar,** pois o índio — um homem livre por natureza — não demonstrava submissão ao trabalho escravo e o branco, mesmo o branco degredado, recusara-se sistematicamente aos trabalhos manuais no campo, fugindo do eito, da bagaceira, como o diabo da cruz. Era também um homem livre e, como livre, jamais

praticaria trabalho típico de negro cativo. A escassez de mão-de-obra era notória nos engenhos, dentro de cujas terras havia homens livres (brancos, mulatos, mamelucos) detentores de um grau mínimo de autonomia — os lavradores das **fazendas obrigadas**, donos de algumas **peças** de escravos cultivadores da terra e produtores das canas de açúcar fornecidas aos engenhos, sob condições, contudo, não mui vantajosas para o **meeiro produtor**, já que o senhor-de-engenho detinha em seu poder a metade do açúcar proveniente da cana moída pertencente ao fornecedor. Era perene o mal-estar havido entre aqueles homens livres e os senhores de engenho, que só enxergavam solução para o impasse na importação em massa do elemento negro predestinado à escravidão, visto que, na colônia em que branco não queria trabalhar manualmente, só os senhores de escravos poderiam fazer progredir qualquer empreendimento produtivo.

Em conseqüência disso, com a vinda de mais africanos, a faixa litorânea ainda mais se enchia de negros, enquanto os brancos e mulatos livres, não possuidores de terras nem de meios para a instalação de engenhos, preferiam internar-se pelo **certam**, vales acima do Una, do Ipojuca e do Capibaribe, indo para as terras da Borborema, em cujas áreas, com recursos parcos, poderiam cultivar algodão, criar gado, plantar roças de subsistência, prosperar, independer do açúcar, com a incrementação da pecuária, por exemplo, nas regiões do Bebedouro e das Areias, ambas já devastadas mas ainda incultas e à disposição dos colonos pobres mais ousados, dos **cabras machos** que não tinham medo de cara feia de índio nem da aspereza das Caatingas.

038

Na penúltima década do século XVI, voltava o Nordeste do Brasil a atravessar longo período sem chuvas e a apresentar pavoroso quadro de misérias sem fim, principalmente no seio das populações indígenas do interior, as quais, para não morrer de fome e sede, viam-se obrigadas a fugir de suas terras, descer as encostas da Borborema, enfrentar gente inimiga na costa. Notícia exata, documentada, sobre esse flagelo da seca no Agreste e no Sertão de Pernambuco, inclusive, quem a presta é o padre Fernão Cardim, o qual, em 1583, achava-se em missão na Capitania duartina. A seu respeito escreve:

"O ano de 83 **(1583)** houve tão grande seca e esterilidade nesta província **(de Pernambuco)** que os engenhos d'água não moeram muito tempo. As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco — **(relembre-se que, na época, finda a Zona da Mata, do início da Borborema para cima, inclusive todo o Agreste, tudo era considerado sertão) —**, pelo que desceram do sertão apertados pela fome, socorrendo-se aos brancos, quatro ou cinco mil índios **(Tapuias** e **Cariris)**. Porém passado aquele trabalho da fome, os que puderam se tornaram ao sertão, excetos os que ficaram em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade".

Os 4 ou 5 mil Tapuias/Cariris flagelados, transformados em míseros retirantes, descendo aos magotes as serras da Borborema, espavoridos, magérrimos, famintos, praticamente se entregando ao inimigo branco e senhor do Litoral/Mata, como que caíam do céu para as mãos gulosas dos donos da agroindústria açucareira pernambucana, os quais viviam em reiteradas preocupações pela falta de mais braços para o eito, já que o elemento negro, trazido da África, ainda era relativamente escasso para as grandes e cada vez maiores necessidades de seus engenhos e fazendas, e, além do mais, custava-lhes bastante caro. O índio não, — estava chegando de graça, trazido pelos próprios pés e pelo "abençoado" flagelo da seca e surgido em quantidade jamais imaginada naquelas paragens. Assim, aqueles infelizes que "ficavam em casa dos brancos ou por sua, ou sem sua vontade" — tornavam-se, historicamente, os precursores da trágica e ainda não eliminada odisséia ultrassecular dos **retirantes** egressos dos sertões pernambucanos e vitimados periodicamente pela inclemência do tempo em seus nordestinos ermos entregues ao deus-dará — odisséia ainda sem fim nesta penúltima década do século XX, por mais incrível o pareça, e transformada pela incompetência governamental numa espécie de sinfonia inacabada da miséria agrestino-sertaneja do Nordeste do Brasil.

039

A crueza de 1583, sua verdade é uma única — Agreste e Sertão de Pernambuco eram regiões totalmente desassistidas pelas autoridades do reino, pelos governantes da Capitania, e desprezadas pelos **nobres** enriquecidos no Litoral/Mata.

Conquistado o interior pernambucano, poucos foram os fidalgos da **civilização do açúcar** que se aventuraram à fixação, sua e de seus familiares, na vasta área das Caatingas, pois os colonizadores portugueses e os primeiros luso-brasileiros nascidos em berço de ouro na donataria duartina tinham olhos apenas para a monocultura do açúcar, só enxergavam polpudos lucros na exploração intensa das terras úmidas e moles da faixa litorânea, só entreviam vantagens quase imediatas no cultivo puro e simples da cana de açúcar. Para todos eles, o que valia era dinheiro; e o mais seria tema para sermão de padre idealista metido a reformar o mundo através da oratória e da demagogia. Agreste, Sertão, terra dura, pedras, índios bravios, céu limpo e rio seco? Que todas essas "maravilhas" fossem ficando mesmo para os degredados e outros aventureiros apreciadores de cutucar onça com vara curta. Eles, os aristocratas do açúcar, eram, como diria o matuto agrestino, "farinha de outro saco" —, tinham-se por **nobres**, eram "senhores e possuidores" do Litoral/Mata, viviam no conforto das casas-grandes, escorados em fortuna material acumulada em botijas de ouro bem escondidas ao redor ou mesmo dentro de suas notabilíssimas residências. De outro tipo de vida não queriam saber.

Somente os deserdados da sorte é que procuravam internar-se pelos vales dos grandes rios, escalar as encostas das serras enormes, descobrir novos mundos nos tabuleiros das Caatingas e suas subzonas. Tais pessoas sem fortuna constituíam a grossa maioria da sociedade colonial de Pernambuco nas últimas décadas do século XVI, maioria formada pelos escravos (pretos e índios), pelos mestiços livres (filhos de europeus em cruzamentos com índias brasileiras e negras africanas, ou filhos de pretos com índias, etc.) e pelos degredados (brancos desclassificados egressos do reino luso). Todos esses pobres viventes, em havendo oportunidade, tratavam era de fugir do tacão dos **nobres** e de penetrar no Agreste considerado deserto — a **borborema** —, em cujas terras de caatingas e brejos, como aquelas do ALTINHO, por exemplo, poderiam viver em plena liberdade e também enriquecer e imitar os senhores e possuidores da edênica e pródiga Zona da Mata, a zona dos privilegiados da Colônia. Seria com base nesses elementos destemidos e viris que se iria moldando a nova "civilização" de Pernambuco, paralela à fina e rica civilização dos fidalgos do açúcar —, **civilização** fundamentada no couro de boi, na agricultura diversificada, na casa de farinha, na carne de sol, no queijo de coalho, e de-

senvolvida na faixa maior e mais profunda da Capitania — a faixa agrestino-sertaneja das caatingas, dos carrascais, dos tabuleiros sem fim, do mandacaru que não dá sombra nem encosto, dos rios de pó e dos montes de pedras, faixa dos **cabras da peste,** dos garanhões desbragados que, ao invés de damascos e veludos, usavam era fedorentos gibões de couro, e, no lugar dos finos vinhos importados do reino, embicavam de mesmo era cachaça feita na terra, "bebida de macho", difundida às canadas para a felicidade de uns poucos industriais da cana e desgraça geral de muitos milhares de contumazes consumidores.

040

Aquele tenebroso fenômeno denunciado pelo Pe. Fernão Cardim, com os seus adendos de miséria social e a odisséia de seus espavoridos retirantes, em proporções bem mais avultadas haveria de repetir-se, através dos tempos, até os dias atuais, tanto no Sertão quanto no Agreste, muito mais pelo descaso dos governantes e pela imprevidência generalizada do homem agrestino-sertanejo, do que mesmo pela repetição das secas em si. Em outras partes do mundo — em Israel, por exemplo —, graças aos bons governantes e ao dinamismo, à união, à inteligência de seu povo, à previdência de seus conselheiros, ao interesse sem demagogia de seus donos do poder, já se têm transformado verdadeiros desertos em autênticos oásis, mas, no Agreste de Pernambuco, o contrário é o que vem acontecendo — deixa-se uma região reconhecidamente fértil ir-se transformando em deserto pela ação predatória do homem ajudado pela indiferença dos governantes em geral. Uma palha não se move para a racional perenidade dos leitos de seus rios, onde a água só se acumula — e assim mesmo fugazmente — durante os períodos das grandes invernadas. Depois é o pó, o **rio seco,** a falta d'água a caracterizar a caatinga, a miséria social de uma população sem líderes autênticos, conformada com a sina, a pobreza entranhada de um povo, a desolação, a secura até nos gestos da gente agrestina em geral. No entanto, Pernambuco tem mais de 1.000 leitos de rios e riachos — trezentos, ou mais, desses álveos generosamente cavados pela natureza localizam-se pelas diversas regiões do Agreste, inclusive a **do Bebedouro** e a **das Areias:** Uma quantidade realmente fabulosa, a qual, se racionalmente aproveitada, se honesta e inteligentemente explorada, sem dúvida alguma haveria de transformar a terra dura

e árida do Agreste em terra úmida, mole e pegajosa feito aquele massapê fertilíssimo da Zona da Mata.

041

ALTINHO é terra banhada pelo rio Una, "cuja área da bacia pertencente ao Município é de 5,55%", segundo a **Enciclopédia dos Municípios, 68**.

Sebastião Galvão **(Dicionário, I, A-O, 22),** reportando-se à hidrografia do primitivo Município altinense, registra: "O rio Una é o mais notável dos que banham a freguesia e município do Altinho, e faz ele seu curso ali na direção de poente a norte e de nascente a sul; tem as águas salobras e corta a corrente pelo verão. Os riachos Taquara, Chata, Cabeleira, Mentiroso, Prata e alguns outros são seus afluentes naquela região".

Toda a riqueza do solo altinense advém do Vale do Una, cujo rio, no informe de Sebastião Galvão **(Dicionário, IV, S-Z, 185-186),** — "nasce no lugar **Mundo Novo,** 48 km acima e a oeste da cidade de S. Bento **(as informações de SG são de 1927),** formado das águas da serrania denominada Cavaco por entre os municípios de Cimbres, S. Bento e Pedra; dali, descendo pelos lugares Xucuru e Mimoso, atravessa uns lagoedos, donde manam ligeiros córregos que lhe abrem mais o leito e engrossam suas águas, e passa na fazenda Simão do Una; prosseguindo, banha, à direita, a cidade de S. Bento, e ainda neste município o povoado Cachoeirinha **(atualmente cidade)**; vai para o município do ALTINHO e, na direção de oeste a norte, passa nessa cidade e, por entre ziguezagues, se encaminha para o município do Bonito, regando o povoado Laje Grande; desse lugar, se inclinando sensivelmente à sudeste, penetra no município de Palmares e banha o povoado Mutuns, Usina Treze de Maio, a cidade de Palmares, os engenhos Trombetas, S. Manuel, Venus, Cachoeira, d'Antas e Formigueiro; tomando **(o rumo)** então para o município de Água Preta, corta as terras dos engenhos Ilha Grande e Lopes, e deixando esse município vai separando os de Barreiros, à esquerda, e Rio Formoso, na freguesia de Una, à direita, banhando nesta última os engenhos Limeira, Mauricéla, Areial, Santa Rosa, Cocalzinho, Cocal, Oriente, Saué, Angico, Coqueiro, Jundiá, Piabas de Cima, Piabas de Baixo, Propriedade, Baté e a povoação de Una; e no primeiro município (Barreiros) os engenhos Outeiro Alto, Boa Esperança, Barra, Saboroso, Araguaba, Campo Verde, Cachoeira, Rebouças, Roncadorzinho,

Bombarda, Bom Tom, Roncador, Tibiri, a cidade de Barreiros, o engenho Várzea do Una e o povoado Abreu de Una, onde faz sua foz no oceano, junto à ponta do Gravatá. A extensão do rio Una é de uns 300 km. Em seu percurso, da nascente à foz, recebe os seguintes afluentes: No município de S. Bento os riachos Figueiredo, José Bento, Riachão, Santana, das Éguas, o Salgado, o Gravatá, Capoeiras, Imbé. o Gama, Queimada Grande, Macambira e Munagos; no município do Altinho — os riachos Taquara, Chata, Carrilho, Cabeleira, Mentiroso, Prata e outros; no município do Bonito: os riachos Camevou, Prata, Verde, Capivara e outros menos importantes; no município de Palmares: o Pirangi, Ribeirão, etc.; no município de Água Preta: os rios Pirangizinho Preto, Veloz ou Macaco, Almocega, Jacuípe, etc.; na freguesia de Una do Rio Formoso: os riachos Limeira, Mauricéa. Areial, S. Rosa, Oriente, Angico, Coqueiro, etc.; e finalmente no município de Barreiros: os riachos Cachoeira, Roncadorzinho, Bombarda, Roncador, Carassu e outros. A palavra **Una** é vocábulo tupi e significa preto, escuro."

042

Com fundamento em antigos estudos potamográficos publicados pela revista do IAHGP, no ano de 1919; no **Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco,** de Sebastião Galvão; e em diversos trabalhos da atualidade, aqui se enumeram, a seguir, os principais rios, riachos e lagoas do primitivo território altinense, rios, riachos e lagos da **Região do Bebedouro** e da **Região das Areias,** as quais formam o **Grande Altinho,** incontestavelmente:

ARROZ — Lagoa situada no Município do Altinho.

CABELEIRA — Nasce na serra da Cabeleira, corre no Município do Altinho e despeja no Una. depois de 18 km de curso.

CAPIM — Lagoa situada no Município do Altinho.

CARRILHO — Nasce na serra do Moleque, tem 6 km de extensão, corre no Município do Altinho e despeja no Una.

CHATA — Nasce no lugar denominado Divisão, que antigamente pertencia ao Município de Garanhuns; corre pelos Municípios de Jupi, Ibirajuba, Altinho e Agrestina; e despeja no Una.

FIGUEIREDO — Nasce no lugar denominado Fazenda Nova, corre no antigo território de São Bento e despeja no Una.

GAMA — Nasce na serra do Imbé, corre no antigo território de São Bento, tem 70 km de curso e despeja no Una.

JOSÉ BENTO — Nasce na Fazenda do Meio, corre no antigo território de São Bento e despeja no Una.

JUPI — Nasce e corre no antigo território do Altinho e despeja no Una.

LAJE — Lagoa situada no Município de Agrestina.

MACAMBIRA — Nasce e corre no antigo território de São Bento e despeja no Una.

MENDES — Nasce e corre no território de Agrestina e despeja no Una.

MENTIROSOS — Nasce entre as serras Vermelha e do São Francisco, tem 20 km de curso, corre nos territórios do Altinho e de Agrestina, despeja no Una.

PINTOS — Nasce e corre no território do Altinho e despeja no Una.

PRATA — Nasce na serra do Buraco, tem 18 km de curso, recebe águas dos riachos Pratinha e Capema, corre no território do Altinho e despeja no Una.

PRATINHA — Nasce e corre no antigo território do Altinho, recebe águas do riacho Capema, deságua no Prata, que despeja no Una.

QUEIMADA GRANDE — Nasce e corre no antigo território de São Bento e despeja no Una.

RIACHÃO — Nasce e corre no antigo território de São Bento, tem 30 km de curso e despeja no **Una.**

TAQUARA — Nasce na Serra Vermelha (Sebastião Galvão diz ser a Serra Morro Verde), tem 10 km de curso. corre no território do Altinho e despeja no Una.

UNA — Atualmente se diz que nasce no Sítio Barrocas, a 800 m de altitude, tem aproximadamente 300 km de curso, recebe inúmeros afluentes por ambas as margens, porém é um rio que corta, isto é, um rio sem perenidade na época do verão. Corre pelos territórios de Caetés, Capoeiras, São Bento do Una, Cachoeirinha, Altinho, Agrestina, Barra de Guabiraba, Bonito, Palmares, etc.

043

Quando a colonização já estava firmemente implantada na Mata-Sul da Capitania, é possível que, rumo ao Oeste. tenha sido o Vale do Una o primeiro ou um dos primeiros caminhos de penetração palmilhados pelos colonizadores do extremo meridional daquela região — fossem **brasileiros** (extratores do pau-brasil), fossem degredados brancos inconformados com o sistema feudal imposto na donataria duartina, fossem mestiços criadores de gado bovino, fossem negros corajosos fugidos da escravidão e da miséria social sem fim existentes nos engenhos de açúcar. O Vale do Una, a partir da praia atlântica, ali estava, à disposição de todos, úmido e fértil, um convite perene à penetração e à descoberta de outras paisagens e outros mundos sem a monotonia canavieira do **paião**. Não importa quem primeiro desbravou o Vale do Una: O importante é que, desde o primeiro século da colonização de Pernambuco, a ribeira do grande rio foi penetrada, pelo menos, até atingir o sistema orográfico da Borborema, onde, segundo as crônicas coevas, ainda existiam florestas de pau-brasil, cuja extração era bom negócio para os **brasileiros** e uma das riquezas da época. Por outro lado, havia o gado que,

criado em terras de engenho, devastava os **cananás** e causava enormes prejuízos aos industriais da monocultura da cana de açúcar. Seria preciso removê-lo para plagas mais distantes. Onde? O **certam**, cujo caminho de penetração, para aquela gente, ali se iniciava, através do Vale do Una. Desbravá-lo era o lógico, o natural.

Costa Porto **(Estudo Sobre o Sistema Sesmarial)** ensina que, ao longo do século XVI, a pecuária quase que ficou restrita à faixa litorânea, mesmo porque poucos eram os que ousavam penetrar além de poucas léguas da costa. De começo, o gado constituía "a retaguarda econômica dos engenhos", no dizer de Simonsen, vivendo assim uma estreita simbiose com o canavial e fábricas de açúcar. Estas utilizavam os rebanhos somente para alimentação dos aglomerados rurais entregues à labuta da agroindústria açucareira e, principalmente, como tração nos engenhos-trapiches. Mesmo assim, lembra Costa Porto, o criatório no Litoral/Mata não era relevante, nem em volume, nem em extensão, mantendo-se apenas os rebanhos imprescindíveis à faina da agroindústria açucareira, mesmo porque, à proporção em que se iam expandindo os canaviais e as fábricas de açúcar, teria começado a repontar o velho conflito entre o agricultor e a criação — a peleja ultrassecular entre o **agrícola** e o **pastororium**, atividades díspares, as quais nunca se viram com bons olhos. Não existia ainda, como sublinha Simonsen, o grande harmonizador plástico — o **arame farpado** —, que poderia mantê-los, cada qual, em seu setor próprio, sem maiores problemas. Do choque entre ambos, o prejudicado seria o rebanho. O canavial não causava muito mal ao gado, enquanto as reses soltas provocavam enormes prejuízos à lavoura canavieira, tornando mister confiná-las em fortes cercados, dispendiosos, naturalmente, o que acarretaria pesados ônus aos senhores de engenho, que, então, buscavam solução intermediária e conciliatória, criando tão-só o extritamente necessário ao atendimento das necessidades normais da agroindústria açucareira.

Por outro lado, generalizava-se em Pernambuco, desde os começos da colonização, a crença de que o solo litorâneo não se apropriava à criação de gado. A seu respeito, doutrina Capistrano de Abreu **(Caminhos Antigos)** que "a mata é incompatível com a criação de gado ainda agora se vê no Amazonas. A pouca luz que coa através das copas unidas do arvoredo não permite a formação do pasto; para os ruminantes, a opulência vegetativa redunda em inanição irremediável".

Em tais condições, ainda na palavra de Costa Porto, a situação geral da Colônia nordestina forçou ou déu lugar à formação de duas civilizações paralelas, de dois mundos, dois planos distintos, na marcha povoadora — a **do canavial,** agarrada à faixa costeira, mais bem vestida, mais fértil, de solo molhado, rico, cheio de húmus, dominado sobretudo pelo sentido da economia "colonialista", que obrigava o engenho a não se afastar dos pontos de embarque do açúcar; — e a **do pastoreio,** localizada na Zona das Caatingas (Agreste e Sertão), onde se situavam os terrenos pobres (por falta de perenização de seus rios e riachos), de flora modesta, pouco adequados à agricultura intensa, a caatinga pouco remuneradora das serras, e cujo aproveitamento seria fruto exclusivo da criação do gado.

Acerca disso, o documentário da época mostra quão soa afim a mentalidade do colono: Solo vizinho do mar, fértil, sempre úmido, mole, pegajoso, rico de húmus, via de regra é excelente para canaviais e engenhos de açúcar, enquanto as terras carrasquentas, distantes da costa, consideradas ruins, perigosas, situadas no **certam,** estas sempre eram requeridas, nos processos sesmariais, para o pastoreio. Nos respectivos requerimentos (muitos dos quais, referentes ao Agreste Meridional, inclusive o ALTINHO, serão apresentados aqui, na época oportuna) de terras há freqüentes alusões a áreas que "nam servem senam para gados... por haver muito penedio e partes mui fragosas", áreas próprias apenas "para criar gado sem outra serventia alguma mais, nem mister, por serem as terras inúteis para todo gênero de lavouras e muito desertas e grandes sertões".

Em suma: Na vanguarda da economia "colonialista" de Pernambuco destacava-se a cana de açúcar confinada e desenvolvida na faixa litorânea da Zona da Mata; e na retaguarda, desenvolvendo-se sem nenhuma planificação e quase ao sabor da natureza, sobressaía-se o gado, pastando nos tabuleiros sem fim da ampla faixa agrestina, onde o elemento humano dominador, como o do Sertão, não primando por quaisquer resquícios de nobreza ou fidalguia, constituía-se ou ir-se-ia constituindo de forte mesclagem de índios, brancos valentes oriundos de famílias modestas e pretos fugitivos da escravidão torturante emanada dos "nobres" senhores de engenho da costa. Todo esse povo, no Agreste, considerava-se livre, soberano, senhor de si e de seus caprichos e desejos os mais diversos imagináveis. Eram pessoas de coragem inaudita e de independência pessoal admirável. Jamais se subme-

teriam ao tacão dos fidalgos da agroindústria açucareira, preferindo a dureza das caatingas e a hostilidade de algumas tribos indígenas ao conformismo típico dos destituídos de personalidade, simples mamulengos acionados ao bel-prazer dos senhores de engenho. No Agreste em geral impunham sua vontade e seu sistema de vida. Sem dúvida alguma, é mesmo um outro o sistema de vida surgido, imposto e ampliado durante o século XVI nos brejos e carrascais das terras agrestino-sertanejas da Capitania governada por Duarte Coelho e seus descendentes, para as quais foi tangido o boi — o elemento fixador — e, atrás do boi, o vaqueiro, o fazendeiro, o criador de gado, o pioneiro no fabrico de manteiga de gado, carne de sol, queijos do sertão emalados.

044

O boi também tem sua história e liga-se intimamente com o carro — o carro de boi, evidentemente, o primeiro veículo de tração animal surgido sobre a face da terra. No ALTINHO, sem dúvida alguma, também foi o carro de boi o primeiro veículo de tração animal a desbravar, percorrer e movimentar-se por seus caminhos, trilhas e picadas. Ainda hoje, quatro séculos passados, o carro de boi é largamente utilizado nos campos altinenses. Na história da civilização do mundo, o carro de boi tem importância fundamental. Ao carro antecedeu a roda.

Para o prof. Robert Lowie, da Universidade da Califórnia, USA, a invenção da roda se deve aos babilônios, mais ou menos 3.300 anos antes da Era Cristã. Os chineses, por sua vez, reclamam para si a glória de seu invento. Tudo é nebuloso, porém, e não se pode precisar quem inventou e quando a roda foi inventada. Segundo Bernardino José de Souza **(Ciclo do Carro de Bois no Brasil)**, a roda, de acordo com vestígios encontrados e já interpretados, teria surgido com o homem neolítico ou do período da pedra polida, em terras do continente eurásico. Derrubada a árvore, seu tronco roliço desliza aos olhos do homem com muito mais facilidade que o pedaço de pau quadrado. Daí lhe vem a idéia de cortar o tronco e fazer os primitivos toros roliços de madeira — assim aparecendo o rolo, ou um cilíndrico corpo que ele coloca entre o solo e a carga, como ainda hoje fazem os jangadeiros nordestinos quando levam para o mar ou trazem para a praia a jangada. Deste modo, viu que, sem grandes esforços, poderia

transportar a longas distâncias cargas impossíveis de condução sobre os ombros humanos ou o costado dos animais.

Depois de muito utilizado o rolo móvel, já encaixado num estrado de arrasto, é que surge a idéia da roda, formada inicialmente por um disco circular talhado num só tronco de árvore — a roda inteiriça, secundada, mais tarde, pela roda formada de várias peças de madeira modeladas de forma circular, justapostas umas às outras e ligadas entre si tanto por fora quanto por dentro — era o surgimento da roda maciça, roda plena, roda fechada, base para a futura roda de travessas, que se aperfeiçoaria na roda de raios ou radiada, composta de uma circunferência de madeira com raios mais ou menos grossos, que convergem a um cubo central.

A invenção da roda, segundo E. M. Sanford, promoveu o desenvolvimento das trocas e do transporte e determinou a construção de caminhos, enquanto, por outro lado, deu origem ao carro, que, de modo geral, é qualquer veículo composto essencialmente sobre rodas que permitem a tração com mínimo atrito e maior comodidade e economia.

Nas **Georgicas**, Vergílio Maro atribui a invenção do carro a Erictôneo, rei de Atenas, cujas pernas tortas o impediam de andar a pé; mas, muito antes do grego genial, já os carros rodavam nas planícies da Mesopotâmia e do Egito, bem como nas terras acidentadas da India e da China.

Do carro primitivo, puxado pelo homem, ou por muitos homens, é que vem o carro de bois, **o gemedor**, o carro que canta e chora, do tipo de eixo rolante, adelgaçando-se as rodas e adquirindo a mesa u'a maior coesão. Anote-se, contudo, que, relacionada intimamente com a invenção da roda e o aparecimento do carro, está a domesticação dos animais. Como lembra Vidal de la Blache, as aplicações da roda se desenvolveram em razão do emprego da tração animal. O boi e o cavalo foram, provavelmente, os primeiros animais utilizados na tração dos veículos; e, quanto aos bovinos, é assente, entre os estudiosos, que lhes cabe a primazia no tempo, aparecendo já como animais de tiro nas gravuras ruprestes da idade do bronze: é o que também consta das mitologias germânicas e referem as tradições mais remotas dos povos da antiguidade oriental e clássica. Ao raiar das primeiras civilizações já rodava e gemia o carro de bois do Mediterrâneo ao Pacífico: Utilizaram-no, desde os primeiros dias, chineses e egípcios, assírios e babilônios, hebreus e filisteus, fenícios e hititis, iranianos e hindus.

O carro de bois foi o primeiro veículo que rodou no Brasil, o primeiro que penetrou com suas cargas imensas as terras duras e carrasquentas do Agreste e do Sertão. Trazido pelos lusitanos, surgiu na aurora da civilização cristã da Capitania duartina, sendo contemporâneo das primeiras tentativas definitivas de posse, povoamento e colonização. Por sua causa, em Pernambuco, abriram-se as primitivas **picadas** carroçáveis — os primeiros caminhos civilizados do pau-brasil e do açúcar, seguidos das rudes estradas rumo ao Oeste, os célebres **caminhos das boiadas**, base indiscutível das rodovias da atualidade, pelos quais a civilização penetrava nas áreas agrestino-sertanejas, levando aos seus povoadores as mercadorias mais pesadas, impossibilitadas de condução no costado das bestas de carga, e de lá voltando os carros de bois carregados de mantimentos diversos para os moradores do Litoral/Mata dominado pela monocultura da cana de açúcar.

É de ver o espanto inicial da indiada vivente na Borborema ao ouvir o chiado dos primeiros carros de bois penetradores de suas plagas, inclusive a área altinense, levadores de civilização aos seus habitantes, desbravadores das terras incultas que, mais tarde, seriam requeridas pelos descobridores e concedidas a eles em forma de sesmarias. No ALTINHO, o carro de bois apareceu e ficou para sempre, servindo para o transporte de cargas as mais diversas entre si, inclusive gente. Ainda hoje, na zona rural altinense, o carro de bois é veículo dos mais utilizados. Raro é o sítio ou a fazenda que não possua e movimente o seu carro de bois forte, rústico e gemedor, principalmente gemedor, pois, como se dizia em Portugal ao tempo da colonização do Brasil, carro que não geme e não chia nunca anda bem. A seu respeito, cantava-se esta quadrinha:

Quem quiser que o carro cante
Molhe o seu eixo no rio;
Depois do eixo molhado
Canta como em assobio.

045

É possível que o indígena vivente no LUGAR DO ALTINHO haja demorado a aceitar o carro de bois, a adaptar-se ao seu transporte, para a época, considerado rápido e eficiente, a acostumar-se com o chiado, a gemedeira monótona escuta-

da de longe na sinfonia inacabada do cocão. Aceitou-o, contudo, e chegou mesmo a utilizá-lo, por ensino e influência dos vaqueiros do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, seus civilizadores. Chegando, Vale do Una acima, e adaptando-se aos caminhos e picadas altinenses, o carro de bois não se expandiu e não se vulgarizou depressa na região por causa dos inúmeros obstáculos apresentados pelo território respectivo, todo ele plantado em cima da Borborema, onde havia muitos vales e, conseqüentemente, muitas montanhas também. Indios bravios e montes de difícil escalada impediam u'a maior rapidez na penetração e fixação do homem branco no ALTINHO. Domar os índios talvez tenha sido mais fácil do que dominar o sistema orográfico da região.

As montanhas do solo do Brasil estão filiadas a dois sistemas orográficos: O de **Parima,** no qual se acham as serras da Amazônia; e o **Brasileiro,** com as cadeias **Oriental, Central** e **Ocidental**.

A cadeia **Central** estende-se para o Sul e pelos limites ocidentais do Norte de Minas, Bahia e Pernambuco, bifurcando-se em dois ramos, denominados **Ibiapaba** e **Borborema**.

Ibiapaba traça a linha divisória entre o Ceará e o Piauí; e **Borborema** desce do Rio Grande do Norte e atravessa a Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

O solo pernambucano, a partir de uma faixa de cerca de 100 quilômetros, do oriente para o ocidente é um planalto que se eleva pouco a pouco até atingir em alguns pontos a 1.100 metros de altitude, conforme a **Carta Hipográfica da Região Semiárida do Brasil,** organizada pelos engenheiros Horace William e Roderic Crandal, publicada em 1910 pelo Ministério da Viação.

Um dos pontos culminantes de Pernambuco é a **Serra do Acaí,** a 1.100 metros de altitude, seguindo-se-lhe a **Serra do Jacarará,** a 1.080 metros, — ambas ramificadas à **Serra dos Cariris Velhos,** da cordilheira da Borborema —, a **Serra Negra,** a 1.050 metros, e a **Serra da Baixa Verde,** a 1.010 metros de altitude.

A cordilheira da Borborema, que se inicia no Rio Grande do Norte e vai até Alagoas, atravessa Pernambuco do Nordeste para o Sul, acerca de 120, 150 km da costa, disfarçada em vários nomes e atingindo em cheio o LUGAR DO ALTINHO.

Aqui, como se fez em relação aos rios e riachos das regiões **do Bebedouro** e **das Areias**, em ordem alfabética e com

fundamento em observações pessoais **in loco**, em várias cartas orográficas e em estudos de pesquisadores diversos — Pereira da Costa, Alfredo de Carvalho, Mário Melo, Sebastião de Vasconcelos Galvão —, segue-se enumeração das principais serras do GRANDE ALTINHO, abrangente, nos primeiros tempos daquelas duas citadas regiões, em sua quase totalidade:

ABA DA SERRA — no Município do Bonito, na qual existem minas de fino gesso e excelente argila plástica apropriada para vários misteres.

AR — no Município de Bezerros.

ARATICUM — no Município do Bonito, 500 m de altitude.

AZUL — no Município de Bezerros.

BANANEIRA — no Município do Bonito.

BANDEIRA — no Município de Caruaru.

BARBALHO — no Município do Bonito, 880 m de altitude. Curiosamente, tem a forma de uma cabeça humana e possui fonte d'água potável.

BATICUBA — no Município de Bezerros.

BESOURO — no Município do Bonito, 800 m de altitude.

BOA VISTA — no Município do Bonito, 880 m de altitude.

BONITINHO — no Município do Bonito, 445 m de altitude.

BOQUEIRÃO — no Município de Bezerros.

BREJINHO — no Município do Altinho, onde também é chamada de **Taboca**, 900 m de altitude.

BREJO CABELEIRA — no Município do Altinho, 6 km de extensão, 600 m de altitude.

BREJO CACHOEIRA — no Município do Altinho, 7 km de extensão, 500 m de altitude.

BREJO DO BURACO — no Município de São Caetano. 1.027 m de altitude.

BREJO VELHO — entre os Municípios de São Caetano e Altinho.

CABELEIRA — no Município do Altinho.

CACHOEIRINHA — no Município do Altinho.

CACIMBINHAS — no Município de Bezerros.

CAIPORA — no Município de Bezerros.

CAMARATUBA — no Município de Camocim de São Félix, 800 m de altitude.

CAMARATUBA — entre os Municípios de Altinho e Agrestina.

CATIMBÓ — no Município de São Caetano.

CAVALOS — no Município de Caruaru, notável pelos **olhos d'água** que apresenta, os quais jamais secaram.

CHATA — no Município de Agrestina.

COELHO — no Município do Altinho.

COVA DA DEFUNTA — no Município do Bonito.

JABUTICABA — no Município de Agrestina.

JAPARANDUBA — no Município do Altinho.

JUMBEBA — no Município de Bezerros.

JUPI — no Município de Jupi, conhecida antigamente pelo nome de **Opi**.

JURUBEBA — no Município de Bezerros.

LAÇOS — no Município de Agrestina.

LETREIRO — no Município do Altinho.

MACACOS — no Município do Bonito.

MACHITO — no Município do Altinho.

MANIÇOBA — no Município de Ibirajuba.

MARAVILHA — no Município de Bezerros.

MENDES — no Município de Agrestina

MILHÃ — no Município do Altinho.

MONDÉ — no antigo território do Município de Bezerros.

MULATINHA — no Município do Bonito, 780 m de altitude.

ONÇA — no Município de São Caetano.

PELADA — no Município de Caruaru.

PICO DO JARDIM — no Município do Altinho.

PRATA — no Município do Bonito, 900 m de altitude.

QUANDUS — no Município de Agrestina.

QUEIMADA DA DEFUNTA — no Município do Bonito.

QUITÉRIA — entre os Municípios de Caruaru e Agrestina.

RAPOSA — no Município de São Caetano.

RETIRO — no Município de Bezerros.

RODEADOR — no Município do Bonito, 700 m de altitude, famosa pela guerra ali desenvolvida em 1820 contra fanáticos sebastianistas.

SÃO FRANCISCO — no Município de Caruaru.

SAPATO — no Município de Bezerros.

SAQUINHO — no Município do Altinho.

TABOCAS — no Município do Altinho, a qual, seg. Sebastião Galvão, forma cordilheira com as serras Vermelha, Muro Verde, Santo André e Cabeleira.

URUÇU — no Município de Agrestina.

VERDE — no Município de Agrestina.

VERMELHA — no Município do Altinho.

VOLTA — no Município de São Caetano.

046

Na montanhosa região do ALTINHO e adjacências a agricultura é farta e diversificada e seu mostruário agrícola pode ser renovadamente observado ao vivo nas semanais feiras altinenses, em cujas toldas e barracas se comercializam todos os produtos extraídos de seu solo ubérrimo, inclusive plantas medicinais, largamente utilizadas pelo povo com efeitos salutares e às vezes mesmo miraculosos em relação às curas de certas doenças. Aqui, em ordem alfabética, relacionam-se algumas dessas extraordinárias plantas, com as suas virtudes medicinais indicadas pelo "Doutor Raiz", apelido dado pelo vulgo a qualquer tipo de **meizinheiro** ou de curandeiro popular. todas encontradas, em determinadas épocas, nas feiras do ALTINHO e produzidas na região respectiva:

ABACATEIRO — O fruto, de excelente sabor, é verdadeiro afrodisíaco, estimulante das funções sexuais. Seu caroço é utilizado, através do suco, para a marca de roupas, por ter a nódoa indelével. O chá de suas folhas ou galhos cura moléstias das vias urinárias e desobstrui complicações no fígado e no baço.

AÇAFROA — Também conhecida pelo nome de **urucu**, é planta largamente usada na tinturaria. Suas sementes, em forma de chá ou de xarope, combatem defluxos, bronquites e asmas. Misturadas com esterco de passarinho de mangueira e cozidas, adicionando-lhes depois mel de abelhas, curam as tosses rebeldes.

AGRIÃO — Em forma de xarope, combate as bronquites. É empregada também nas pessoas afetadas de moléstias da pele, nas predispostas às escrófulas e nas portadoras de escorbuto.

ALECRIM — Usado em forma de clistér, combate febres malígnas. Como peitoral, cura defluxos e tosses renitentes. Sob a forma de chá, serve de calmante do sistema nervoso. Suas folhas pisadas e misturadas com alho e azeite doce, formando uma papa, são usadas em fricções nas partes lesadas, para a cura de certos tipos de paralisia.

ALFAVACA — Bastante aromática, é empregada em banhos de reumáticos. Como xarope, combate tosses rebeldes. O sumo é usado em casos de hemoptise Seu cozimento combate a diabetes.

ALFAZEMA — Como estimulante, é empregada em banhos aromáticos. Queimada nos quartos, a fim de torná-los cheirosos. Afugenta insetos que atacam tecidos de lã. O clistér desembaraça o reto e ativa as forças uterinas. Acalma as dores de dente, se usada em cozimento e aos bochechos.

ALGODOEIRO — Folhas e sementes são emolientes e usam-se, em infusão preparada com 4 gramas de flores ou folhas e 300 gramas de água fervente, nas irritações pulmonares e na disenteria. A raiz é diurética. A infusão de seus caroços facilita a menstruação.

ALHO — Alguns dentes, cozidos no leite, atuam como vermífugo. Usa-se para abortar defluxos e resfriados. Como preventivo contra males em geral, tem grande utilização como tempero na alimentação diária.

ANGÉLICA — Estimulante forte, tem uso nas digestões laboriosas, nas bronquites e nos vômitos espasmódicos. Sua flor cura sufocações e falta de fôlego.

ANGELIM — As sementes são usadas como vermífugo. Aplicado internamente, o suco do entrecasco age como poderoso antídoto da picada de cobra jaracuçu. Possui propriedades antifebris. Sua tintura, feita com a casca e a raiz, cura cortes penetrantes causados por armas brancas. A planta é venenosa e seu uso exige cautela.

ANGICO — Usada em banhos, cura leucorréias, inchações das pernas e úlceras expostas. O xarope das folhas e a resina curam bronquites. Combate a hemoptise. O entrecasco é utilizado no curtimento de couros e peles.

ARAÇAZEIRO — O chá de suas folhas cura diarréia e disenteria. Apilcam-se as folhas em banhos nas feridas expostas, com o fim de cicatrizá-las.

AROEIRA — A casca é usada como adstringente e também nas anginas e nas feridas de garganta. A resina serve de emplasto e dá combate às dores reumáticas.

ARRUDA — As folhas facilitam a menstruação. Utilizada em "lambedor", cura tosses renitentes. Seu galho anula "olho grande" ou inveja, enquanto se conservar verde.

AVELÓS — O leite mata verrugas e cancróides.

AVENCA — Em infusão ou xarope, combate bronquites e tosses.

BAMBU — A raiz cozida é empregada como diurético; e, em banhos, combate as hidropisias.

BANANEIRA — Da filaça do tronco se fazem cordas, papéis, estofos, etc. A água encontrada em suas raízes ou no tronco cura feridas, diarréias, disenterias e é aplicada também no combate à tuberculose. O mangará cozido em água cura moléstias testiculares. As flores, infundidas na água e postas ao sereno, usadas em banhos, curam moléstias dos olhos. As folhas, em forma de xarope, combatem a tosse dos tuberculosos.

BARBA-DE-BODE — Seu cozimento cura inflamações do fígado.

BARBAMITÃO — A casca, bastante rica em tanino, é adstringente, sendo muito utilizada nos curtumes de couros e peles. Seu cozimento é usado no tratamento das flores brancas, nas lavagens das feridas e nas diarréias.

BARRIGUDA — A lã é empregada no fabrico de travesseiros, almofadas, colchões, etc. O lenho, o extrato da casca e a resina são usados na cura das hérnias.

BATATA-DE-PURGA — A raiz é usada como purgativo. Usada contra moléstias da pele.

BELDROEGA — As folhas, aplicadas sobre as feridas expostas, facilitam sua cicatrização. Seu cozimento é diurético. O suco serve para a

cura de inflamações nos olhos. As sementes agem como vermífugo.

BOGARI — A raiz cura icterícia (o matuto chama "inteiriça").

BURANHAÉM — A casca, adstringente, é usada no tratamento de úlceras antigas.

CABAÇO-DE-CUIA — O miolo da fruta quente serve para a cura das hidroceles e carnosidades dos testículos, pondo-se o escroto dentro de seu preparado, durante vários dias, mudando-se diariamente a porção usada e dando-se ao paciente banhos-de-assento com as suas folhas.

CABEÇA-DE-NEGRO — A fécula, extraída da raiz, serve como depurativo, purgativo e preventivo das erisipelas. Em 1856, no Agreste de Pernambuco, curou inúmeros casos de portadores da cólera-morbo.

CABOATÃ — Combate tosses rebeldes e é carminativo na asma.

CAJAZEIRO — O cozimento das folhas combate as diarréias e leucorréias. Em banhos, serve a quem tem frouxidão nos membros inferiores.

CAJUEIRO — A casca, adstringente, é usada em banhos no combate às inchações das pernas. A água do fruto é sucedânea da salsaparrilha. O suco cáustico das cascas das castanhas serve para a retirada de verrugas e calos nos pés, e cauteriza certos tipos de impingens. A fuba feita das castanhas assadas é afrodisíaca. O caju é excelente tiragosto nas "triscadas" de aguardente.

CAMOMILA — O chá da flor da macela, além de tônico, é usado nas indigestões e fastios.

CANINANA — Usada como anti-reumático e anti-sifilítico. É diurética.

CAPEBA — O "lambedor" das folhas e raízes cura tosses rebeldes. É desobstruente do fígado.

CAPIM SANTO — O chá é usado nas digestões difíceis, flatulências, etc.

CARA-INHAME — Combate a morféia.

CARNAÚBA — O cozimento cura boubas e, na forma de clistér, alivia as hemorróidas.

CAROBA — As folhas são empregadas contra as boubas e a sífilis.

CARRAPICHO — A infusão das folhas é emoliente e cura as icterícias e as blenorragias.

CATINGUEIRA-DE-PORCO — Anti-dispéptico, hemostático, útil nas tonteiras e dores de cabeça. Quem dorme sobre travesseiros cheios de suas folhas não sofre de tonteiras.

CATOLÉ — O óleo do coco cura bichos-do-pé e é útil no tratamento da erisipela.

CEBOLA-CECÊM — O bulbo, em xarope, cura afecções pulmonares e combate a asma.

CEDRO — Adstringente, útil aos que padecem de sarcocele.

CENOURA — A polpa raspada, sob a forma de cataplasma, é usada no tratamento dos tumores cancerosos do seio, agindo como emoliente.

CIDREIRA — O chá é excitante e anti-espamódico.

COENTRO — O chá estimula a ação do estômago.

COQUEIRO — A água é refrigerante e útil nos incômodos renais. O leite acaba com a lombriga solitária ou tênia.

CRAVO-DE-DEFUNTO — Estimulante e diaforético. O óleo serve de vermífugo.

CRISTA-DE-GALO — Também conhecida pelo nome de **fedegoso**. Combate defluxos, tosses rebeldes, bronquites, etc.

CUMARU — As sementes, maceradas em álcool, formam tintura usada como tônico nervino. O óleo cura ulcerações da boca. O entrecasco, usado em "lambedor", cura tosses rebeldes.

ERVA-BABOSA — Cura hemorróidas e é útil nos casos de panarício.

ERVA-DOCE — Facilita a micção, aumenta a secreção do leite materno, dissipa flatulências.

EUCALIPTO — O chá é usado no combate às afecções dos brônquios e nas pulmonares. As folhas são úteis nas febres intermitentes e nas contínuas. O óleo cura dor de dente.

FIGUEIRA — Os frutos, cozidos no leite, são empregados em gargarejos contra as dores na **garganta**.

FUMO — As folhas, torradas, são usadas no tratamento das nevralgias, epilepsias, coqueluches, tétanos, asmas, catarros crônicos, paralisias da bexiga, etc.

GAMELEIRA — O leite é vermífugo e excelente medicamento contra a opilação.

GENIPAPEIRO — Seu vinho é aplicado no tratamento das anemias, moléstias do estômago e fígado, etc.

GERGELIM — O óleo extraído das sementes é empregado para temperos e no fabrico do sabão. É laxante brando. Emprega-se em fricções contra as manchas da pele, inclusive impingens, e

na cura do reumatismo. A fécula é usada nas hidropisias. O pó das sementes faz passar as dores de cólicas.

GIRASSOL — O chá das folhas é anti-febril. A raiz, pulverizada e transformada em vinho, cura anemia. Os galhos são excelente combustível.

GOIABEIRA — O cozimento das folhas é empregado em banhos como adstringente nas inchações das pernas.

GRAMA — O cozimento da raiz é emoliente e diurético.

HORTELÃ — A infusão faz expelir gases do estômago, provoca a menstruação e facilita o parto. A folha larga é usada em "lambedor" para a cura das tosses renitentes.

IMBAÚBA — O xarope dos olhos e frutos é útil no tratamento das afecções pulmonares.

IMBÉ — As folhas curam as úlceras. A raiz é purgativa e, seca e reduzida a pó, serve no tratamento da hidropisia.

IMBURANA — O bálsamo destilado da árvore por incisão é útil no tratamento das úlceras. O xarope do entrecasco cura bronquites.

IMBUZEIRO — Os frutos e as túberas das raízes são úteis aos que têm febre.

INGÁ — O cozimento das cascas cura feridas renitentes e, em forma de clistér, combate as diarréias.

IPECACUANHA — O matuto agrestino a chama de **papaconha**. Cura disenterias. Usado como bebida comum, o cozimento de suas raízes combate a diabetes. É usada também para provocar mênstruos tardios, para atenuar sofrimentos

hemorroidários e para desobstruir o fígado e o baço.

JABOTICABEIRA — Adstringente. O cozimento da casca cura diarréias.

JAPECANGA — Depurativo, anti-sifilítico, anti-reumático.

JALAPA — A resina é purgante usado nos casos de estupor e paralisia.

JAMBEIRO — O cozimento da casca cura disenterias.

JAQUEIRA — Bagos de jaca mole curam tosse.

JARACATIA — O leite extraído do fruto cura opilação, anemia e hidropisia.

JASMIM-DO-MATO — Raízes e folhas, fervidas em água, curam blenorragias.

JATOBÁ — As sementes curam asma. A seiva é tônico estimulante das funções gástricas e age como revigorante do organismo.

JUAZEIRO — A infusão da casca combate as caspas. Em forma de "lambedor", cura bronquites e asmas. O cozimento da casca, usado internamente e em banhos, cura eczemas.

JUCÁ — A raiz é purgativa, desobstruente, e cura hidropisia. Hemostático, anti-anêmico, anti-diabético. A infusão das sementes ou da casca serve no tratamento da tuberculose pulmonar.

JUREMA — A casca é adstringente e seu cozimento é útil na lavagem das feridas, cicatrizando-as rapidamente.

JURUBEBA — Anti-anêmico. A infusão da raiz é aconselhada nas obstruções do fígado.

LARANJEIRA — O chá da casquinha provoca a transpiração. O chá das folhas serve de calmante.

LIMOEIRO — Em forma de limonada, grande medicamento em casos de câmaras de sangue ou disenteria, agindo ainda como preservativo das influenzas, das cólicas hemorroidárias e dos ataques de reumatismo. O limão combate o escorbuto e produz efeito positivo quando espremido sobre as úlceras putridas. Chá de limão é aconselhado nas afecções pulmonares.

LOURO — O chá das folhas é calmante, anti-nervoso e excelente para acabar com as dores estomacais e os gases intestinais O xarope cura defluxos e tosses rebeldes.

MACELA — O chá, a infusão e a tintura são empregados nas digestões difíceis, cólicas, indigestões, fastios, diarréias, etc.

MALVA — Possui propriedades emolientes. A infusão das folhas ou flores cura bronquites, defluxos e demais moléstias inflamatórias.

MAMOEIRO — O leite, usado externamente, acaba com as sardas. O chá das folhas é bom remédio para as moléstias estomacais. O xarope das flores cura defluxos e tosses rebeldes.

MAMONA — De suas sementes se faz o **óleo-de-rícino,** purgativo de efeito rápido.

MANACÁ — Anti-sifilítico, abortivo, excitante dos vasos linfáticos.

MANDACARU — O cozimento do tronco descascado cura moléstias das vias urinárias, serve para a extração de cálculos renais e da uretra. O xarope ameniza as tosses nervosas.

MANDIOCA — A manipueira combate a beriberi.

MANGABEIRA — O leite é usado no tratamento das hérnias e das bronquites. A casca da raiz é empregada no fluxo catamenial tardio ou suprimido.

MANGERICÃO — Estimulante. O chá é anti-febril e o cozimento acaba com as dores do corpo. O xarope cura tosses rebeldes. Tem utilidade nas dispnéias e nas hemoptises.

MANGERIOBA — O cozimento da raiz cura erisipelas, febres malígnas e defluxos. As sementes torradas produzem um tipo de café medicinal aplicado no combate às anemias. Calmante do sistema nervoso. Sedativo nas asmas, nas tosses convulsas, nas sufocações e nos catarros pulmonares.

MANGUEIRA — O xarope feito com as flores cura as tosses rebeldes e as moléstias do aparelho respiratório. As cascas agem como adstringente eficaz.

MARACUJA — O cipó, a raiz e as folhas fazem efeitos análogos aos da salsaparrilha, sendo o seu cozimento diurético e abortivo.

MARMELEIRO — Caroços, folhas e entrecascas servem no tratamento das tosses asmáticas. O sumo age como contra-veneno das cobras.

MASTRUÇO — O matuto diz **mentrui**. O sumo é consolidante nas fraturas dos ossos. Misturado com leite, o suco extermina os vermes. O cozimento das folhas atenua as febres e o xarope cura até tuberculose pulmonar.

MATAPASTO — O suco ou o cozimento cura febres malignas e a pleuris.

MELANCIA — Excelente para o bom funcionamento dos rins.

MELÃO — Acalma a irritação das entranhas e facilita a micção.

MELÃO-DE-SÃO-CAETANO — O chá das folhas combate as indigestões, a constipação, as cólicas verminosas, a leucorréia, etc.

MIDUBIM — Também chamado de **amendoim**. Torradas ou cozidas, as sementes agem como poderoso afrodisíaco.

MILHO — O chá do cabelo, ingerido continuadamente, cura o sarampo, a catapora, o sangue-novo, etc. O cozimento, adoçado com açúcar e bebido todos os dias, cura tuberculose pulmonar.

MORORÓ — O entrecasco, em infusão, é usado eficazmente no tratamento das contusões.

MUCUNÃ — O pó das sementes é vomitivo e purgativo. A penugem das vagens, misturada com um xarope, é poderoso anti-helmíntico.

MULUNGU — Calmante ativo do sistema nervoso. Usa-se no combate à asma, à bronquite, às tosses convulsas, etc., em forma de xarope ou tintura. Também cura a coqueluche.

OITICORÓ — O cozimento do entrecasco ou do caroço do fruto combate a diarréia e a disenteria.

PAUDARCO — O cozimento da casca é anti-sifilítico.

PAPOULA — O chá das flores é emoliente e narcótico.

PEGA-PINTO — O cozimento da raiz, além de diurético, acaba a hepatite.

PIMENTA-CUMARI — O cozimento das folhas, com algumas pimentas dadas em clistér, cura as hemorróidas.

PITANGUEIRA — O cozimento das folhas extermina dores reumáticas. O chá, dos frutos ou das folhas, acaba a diarréia.

PITOMBEIRA — O caroço do fruto, por sua grande adstringência, cura a diarréia.

QUIXABEIRA — O cozimento da entrecasca faz efeito eficaz no tratamento das boubas; e o chá faz cessar as hemorragias.

ROMEIRA — O chá da romã é adstringente. A casca da raiz extermina a solitária.

SABUGUEIRO — Em "lambedor", cura as tosses rebeldes. O chá das flores combate as constipações, os defluxos, as tosses.

SALSAPARRILHA — Depurativo por excelência.

SAMAMBAIA — O cozimento das cascas e das folhas, usado em banhos, desinflama os testículos. Pisado e misturado com banha de porco serve para a cura das hemorróidas.

SAPÉ — O cozimento da raiz é diurético.

SAPUCAIA — O óleo da amêndoa cura o reumatismo. O cozimento da casca ou do fruto é útil no tratamento da icterícia e depois das febres intermitentes, evitando as recaídas.

SICUPIRA — O cozimento da casca é usado em banhos contra as moléstias da pele. O suco é contra o veneno da cobra jararaca

TABOCA — A raiz é aproveitada nas hidropisias. O cozimento é diurético.

TAMARINEIRO — A polpa é temperante e levemente laxativa. Diluída em água fervente, é útil nas febres biliosas e nos embaraços gástricos.

TANSAGEM — As folhas agem como adstringentes.

TIMBÓ — O cozimento da casca da raiz, em mistura com a farinha-de-linhaça, forma uma cataplasma usada nas moléstias do fígado. O suco, esfregado no corpo, cura a sarna.

TINHORÃO — As folhas, em decocção, são usadas em gargarejo contra as esquinências.

TRAPIÁ — O cozimento da casca ou das folhas, dado em banhos, cura o reumatismo de origem sifilítica.

TREVO — Anti-escorbútico. O chá é diurético.

TUCUMÃ — O cozimento é emoliente e calmante. O sumo é usado no tratamento das dores e inflamações dos olhos, sendo pingado três vezes ao dia.

UBAIA — O cozimento é usado no tratamento das moléstias das vias urinárias e das leucorréias.

XURTIGA — O extrato cura moléstias da pele. O xarope serve como preventivo e curativo das hemorragias.

VASSOURINHA — A infusão cura as tosses rebeldes. O cozimento, usado em clistér, cura as hemorróidas.

XVELAME — A raiz é purgativa. O xarope é usado nas moléstias cutâneas. Depurativo excelente.

XIQUE-XIQUE — O xarope do miolo é peitoral.

047

Em se tratando de avanço disciplinado, sistemático e oficial, rumo ao Oeste, o século XVII iniciava-se ainda sob o signo da lentidão, do descaso ou da timidez, nada obstante o

interesse filipino pela penetração e povoamento dos sertões brasileiros. Os aristocratas do açúcar, porém, consideravam-se realizados, ricos e felizes — e quem está bem não se muda, nem modifica seu sistema de viver.

Segundo Varnhagen **(História Geral do Brasil, II, 14)**, Pernambuco era a Capitania mais adiantada e mais rendosa — e a única em que realmente havia luxo e trato cortesão.

Satisfeitos nas povoações litorâneas, os pernambucanos de grosso cabedal, os açucarocratas, pouco ou nenhum interesse teriam pela fixação em massa nas terras adustas e inóspitas das caatingas sobre o além da Borborema, onde o desconforto lhes parecia ser total e absoluto. A marcha para o Oeste fazia-se timidamente, desinteressadamente.

No século XVI, quando, do ponto de vista dos brancos ditos civilizados, tudo ainda estava por fazer na faixa costeira, poderia admitir-se o descaso pelo interior mais fundo da Capitania duartina, mas, agora, praticamente consolidada a posição dos colonos no litoral, a situação era bem outra e. para o próprio mantimento da Colônia — onde os principais gêneros alimentícios eram importados da Europa e tinham custo elevado —, seria do máximo interesse a ocupação do Agreste e do Sertão, que bem poderiam ser, como de fato o seriam mais tarde, os celeiros de Pernambuco. Mas, para os açucarocratas do arranhar dos caranguejos, era como se o tempo houvesse parado e o mundo não estivesse em permanente evolução — pensavam, viviam, agiam como se o novo século ainda não tivesse aparecido.

Acerca da pouca penetração rumo ao interior agrestino-sertanejo, José Aragão **(Hist. da Vitória de St. Antão, I, 12)**, transcreve esta objetiva observação de Almeida Prado: "Os duartinos se tinham fixado de primeiro à beira-mar, na faixa de terra boa, a melhor e mais acessível ao invasor. Mas, ao quererem avançar pelo sertão, se lhes deparou a invencível esterilidade do deserto, onde o abastecimento de água e gêneros era difícil, com os meios de que dispunham". — "Pouco adiantaria aos descendentes dos duartinos aventurarem-se pelos carrascais, que vão do Agreste pernambucano ao coração goiano. no momento em que não tinham mãos a medir em torno de si, quando tudo estava por fazer nas terras costeiras. Sequer com propósito venatório admitia-se a proeza, porquanto a esterilidade da zona até a caça afugentava". — "Desviados do interior pelos fatores geográficos e econômicos, dirigiram-se os pernambucanos para outro lado, que foi o litoral".

048

Enquanto os fidalgos do açúcar iam-se acomodando na pancada do mar ou comandavam conquistas litorâneas em direção do Norte do Brasil, os pernambucanos sem penduricalhos nos nomes e sem fidalguia nos gestos e nas palavras — como o extraordinário desterrado luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, por exemplo, — iam destruindo a Mata, extraindo pau-brasil, abrindo picadas para o trânsito dos carros-de-bois, subindo os vales dos grandes rios (Capibaribe, Ipojuca, Una) e as encostas das grandes serras da Borborema, aventurando-se pelo Agreste, descobrindo, enfim, que o chamado "deserto" não era tão estéril como se pensava, nem o diabo sertanejo tão feio como se pintava. Gente simples, sem meios de levantar engenhos de açúcar no litoral, não querendo trabalhar feito negro cativo nas indústrias dos **nobres**, desbravava a Mata. invadia-lhe as terras e aí, no peito e na marra, com a coragem e a cara, fixava-se de qualquer modo, tornando-se agricultores livres, donos de casas de farinha, criadores de gado péduro, fabricantes de queijos, manteiga, fumo-de-rolo. O interior do distrito do PENEDO (ao qual pertencia boa parte do Agreste Meridional) já começava a encher-se dessa corajosa gente — brancos degredados, mulatos cobridores de índias, curibocas, negros do mato, aventureiros do pau-brasil. No limiar do século XVII todo esse povo, pioneiro no povoamento civilizado do interior brabo da Zona da Mata, já era uma realidade, como o comprovam diversos documentos da época, já vivia independente da faixa litorânea, já trafegava pelos vales do Una, do Sirinhaém. do Ipojuca, do Capibaribe, do Goitá, do Tapacurá, do Cotunguba, já estava prestes a ocupar em definitivo a área agrestina e espalhar-se com sítios de cultura e fazendolas de gado por seus brejos e tabuleiros. Ratifica-o, de maneira indiscutível, o depoimento de seis lustros mais tarde, prestado através de manuscrito do holandês Adrian Verdonck, em cuja **Memória,** citada por Pereira da Costa **(Anais, II, 398-399)**, diz, reportando-se à Zona da Mata:

"Há um lugar muito grande e habitado chamado Mata do Brasil **(isto é, do pau-brasil)**, o qual está situado a nove ou dez milhas ao sul de Pernambuco **(ou seja, do Recife, de onde escrevia o memorialista)** para o interior; ali moram muitos camponeses que fazem considerável porção de pau-brasil com os seus mouros **(negros escravos importados da África)** e brasilienses **(índios pernambucanos)**, cujo corte é livre, e cada um

pode tirá-lo onde quiser; depois de limpo, e conduzido a São Lourenço, onde é vendido aos contratadores do rei à razão de 400 a 480 réis por cada 128 libras ou 4 arrobas. ordinariamente, e ainda assim fazendo-se o pagamento em mercadorias por preços de cento por cento acima do seu valor, sendo que o negócio só pode ser feito deste modo porque a ninguém, exceto estes contratadores, é permitido mandar o pau-brasil para Portugal, e ninguém pode comprá-lo, sob grandes penas.

"O pau-brasil que anualmente vem desta Mata do Brasil é em grande quantidade, e ali há também em abundância gado e aves de toda espécie, e tanta caça que causa admiração. Nesta Mata do Brasil podem morar de 150 a 200 homens, pouco mais ou menos; é onde também fazem muita farinha de mandioca e colhem fumo e grande quantidade de milho, feijão e toda sorte de frutos."

Pelo depoimento de Verdonck, observa-se que o trabalho de extração do pau-brasil era livre, "e cada um pode tirá-lo onde quiser", mas, por outro lado, existia a obrigação de sua venda exclusiva aos contratadores do rei, o que evidentemente restringia bastante a liberdade do negócio, cujos lucros maiores ficavam mesmo com a coroa e alguns de seus protegidos em Pernambuco — os tais desonestos comerciantes que, em São Lourenço da Mata, mesmo recebendo a mercadoria a preço de banana podre em fim de feira, não a pagavam em moeda corrente e. sim, em gêneros alimentícios cujo valor recebia extorsivo aumento de cem por cento. Assim era que se iam capitalizando alguns comerciantes lusos na Colônia — os favoritos del-rei, por excelência.

Observa-se, também, que, com o desmatamento da região, ocupavam-se suas clareiras com lavouras de milho, feijão, frutas diversas, mandioca, fumo, algodão, e com fábricas rústicas de farinha de mandioca e criação de gado, tudo abundantemente.

049

Possivelmente, entre aqueles 150 ou 200 homens que já viviam e residiam no interior brabo da Zona da Mata, estariam os requerentes de algumas áreas de seu território, inclusive alguns descendentes de fidalgos da monocultura da cana de açúcar, os quais, se lá não se fixavam em definitivo, pelo menos para ali mandavam parentes pobres, ou filhos bastardos, ou loco-tenentes. ou simples agregados e até mesmo escravos

vigiados pelos respectivos feitores. José Aragão **(ob. cit., I, 16-17)** evidencia uns poucos nomes desses desbravadores com sesmarias pela Mata, já em caminho para o Agreste:

Diogo Gonçalves, a quem, em 1575, a "capitoa" Brites de Albuquerque concedera pequena data de terras — 800 braças em quadra — "nos limites onde se chama Camositas e Taprambatco, e Tapacora **(ribeira do Tapacurá)** e Aratapagipe";

Isabel de Albuquerque — filha de Jerônimo de Albuquerque, **o Torto,** e da índia Maria do Espírito Santo Arcoverde —, à qual sua tia Brites, na qualidade de governadora de Pernambuco, em 1577, concedera 1 légua de terra em quadro nos limites de Jaboatão;

Manuel Vaz, a quem, em 1577, Jerônimo de Albuquerque concedera sesmaria na parte do Moribara, com 300 braças de comprido por 200 de largo; e

André de Albuquerque, célebre personagem da História de Pernambuco e da Paraíba, também filho de Jerônimo de Albuquerque e da índia Maria do Espírito Santo Arcoverde. A ele, aos 4 de agosto de 1591, o capitão-governador loco-tenente Pedro Homem de Castro concedera sesmaria constante de "um lugar que chamam as Tabocas, para a banda do sertão". A propriedade de André de Albuquerque nas **Tabocas** media duas léguas de terras situadas na ribeira do Tapacurá, e, ao tomar posse do lugar, como testemunha do respectivo ato, figurava um ocupante da região chamado João de Braga, **o moço,** provável parente próximo do Diogo de Braga, que, alguns anos mais tarde, nas imediações das **Tabocas,** fundaria a **Cidade do Braga,** da qual se origina a atual Vitória de Santo Antão.

Além dessas poucas sesmarias concedidas para os lados do **certam,** sabe-se que, antes de findar-se o ano de 1603, surgia a "doação que fez Jorge de Albuquerque Coelho, 3.º capitão e governador desta Capitania de Pernambuco, aos Padres de S. Bento para poderem fundar Mosteiros em toda a dita Capitania".

O respectivo documento — divulgado em 1906 através do n.º 69 da **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano** — é bastante longo e algo monótono. No trecho de maior interesse para a história do ALTINHO e de todo o Agreste, fica patenteada a doação de — "quatorze léguas de terra para que nas primeiras sete da praia do mar pela terra dentro se faça o que acima fica dito **(fundação de**

povoado) e no cabo das ditas sete léguas pelo sertão mais dentro se tomarão outras sete léguas em que se faça outro tanto **(isto é, novo povoado)**. Entanto que cada povoação destas tiver de cem moradores para cima hei por bem que se chame Vila e à dita Vila se porá o nome que bem me parecer a mim e aos ditos Religiosos, mas não se chamará Vila enquanto não tiver Mosteiro".

Não existem ainda provas concretas de que hajam os beneditinos fundado povoações e edificado mosteiros no Agreste, mas, através de alguns lançamentos feitos no **Livro do Tombo** daquela ordem religiosa, comprova-se a penetração de seus missionários na área agrestina de Pernambuco, na qual procuraram não apenas catequizar e cristianizar suas populações indígenas, e, sim, também, criar gado e cultivar mandioca (cuja farinha já era produto bastante consumido e valorizado em todos os núcleos populacionais do Nordeste).

Em suas terras — na ribeira do Capibaribe, no fundo da Mata (região das Tabocas), no vale do Tapacurá, na várzea do Goitá —, sabe-se, os beneditinos instalavam diversos currais de gado, inclusive nas proximidades das fazendas agropastoris do colono Pedro da Cunha de Andrade. Muitos desses currais e fazendas de criação seriam destruídos, em 1636, pelas forças holandesas saídas da praça do Recife.

Além das terras doadas por Jorge de Albuquerque, os beneditinos conseguiam do governo de Pernambuco, segundo consta do **Livro de Tombo do Mosteiro de S. Bento,** toda "a terra que se achar não ser data, de uma e outra parte do rio Tapacurá, onde está o Paço Velho, e pelas alagoas que chamam Alagoa Comprida e Alagoa Redonda, até à Mata do Brasil"; e adquiriam, por compra, dos irmãos André e Isabel de Albuquerque, duas léguas de terra em quadro — uma, de André, de parte daquela sesmaria que este obtivera nas **Tabocas**, onde havia currais de gado, controlados inclusive pela família Braga, e outra, de Isabel, referente à também sesmaria que a filha de Jerônimo de Albuquerque ganhara nos limites de Jaboatão. Por sua vez, desistindo da exploração de suas sesmarias situadas na Zona da Mata, os sesmeiros Cristóvão Pais e Manuel Vaz faziam doação das respectivas datas de terras ao Mosteiro de São Bento, cujos religiosos, assim, no dizer de José Aragão **(ob. cit., I, 17)**, já sendo dominadores de vasta região na ribeira do Goitá, no Agreste, tornavam-se "senhores e possuidores de ampla extensão de terras no vale do Tapacurá, em território hoje pertencente aos municípios

de São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão, cujo roteiro e medição foram feitos pelo demarcador de Olinda, Gaspar Varela". — "Dos fins do século XVI às primeiras décadas do século XVII, quase toda a região compreendida nas ribeiras do Tapacurá e do Jaboatão estava povoada por lavradores e criadores, que nelas obtiveram sesmarias ou compraram terras, e estabeleceram engenhos, fazendas e sítios".

Embora lentamente, a marcha em direção ao LUGAR DO ALTINHO e adjacências se ia fazendo em caráter definitivo, com o estabelecimento de muitas propriedades agropastoris e sem o aventureirismo típico de alguns lustros antes, quando a penetração era meramente acidental, depredatória, provocada tão-só pela ganância desmedida dos extratores de pau-brasil.

050

Enquanto a interiorização não acontecia em bases racionais e definitivas, Pernambuco ia recebendo em suas duas principais povoações — Olinda e Recife — muita gente suspeita, bastante parecida com aqueles contraventores que, na terra, constituíam verdadeira praga social. Segundo Varnhagen **(ob. cit. II, 65)**, originavam-se tais elementos, principalmente, da Holanda, da França e da Inglaterra: "Muitos feitores de engenho eram destas nacionalidades, e se haviam, durante anos, conduzido honradamente; mas, em presença dos ataques de seus compatriotas e dos conluios provocados com um ou outro, difícil era seguir tendo neles confiança. Começara a metrópole (9 de fevereiro de 1591) a restringir e até a proibir (carta de lei de 18 de março de 1604) a vinda de outros, ordenando até (lei de 18 de março de 1605) a morte e confisco dos que viessem, sentenciando-os logo sumariamente e ordenando (27 de setembro) que se fizessem internar a doze léguas da costa **(já na Borborema ou suas proximidades)** os que aí estivessem, pena que faria esconder alguns deles que escapariam na primeira ocasião. — Além dos estrangeiros, apresentavam-se ainda outros meio-inimigos, ou ao menos disso mui suspeitos. Eram os cristãos-novos, muitos dos quais, de sangue português, se encontravam disseminados por toda a costa, e alguns até com ordens sacras, e aos quais a metrópole ora perseguia, ora favorecia. Depois de haver consentido que passassem muitos ao Brasil, proibiu a vinda de outros; mas, reconhecendo logo que isso não estava em harmonia com o desejo

que mostrara de ver povoado o Brasil, cassou a proibição. Depressa, porém, mudou de parecer: reunindo-se judeus e cristãos-novos na metrópole e oferecendo, para as vigências do Estado, a avultada quantia de um milhão e setecentos mil cruzados, incluídos nela duzentos **(mil)** para poderem comerciar livremente com as colônias, tudo lhes foi concedido. Baixou-se até ordem rigorosa para que ninguém lhes chamasse judeus, nem cristãos-novos, nem confessos, nem marranos".

Com todas essas confusões e arbitrariedades era natural que aumentasse em muito a onda de irregularidades em todo o Brasil, o que levou o governador geral a solicitar a vinda urgente, da metrópole, de um magistrado insubornável e a propor a criação de duas novas Ouvidorias, uma das quais em Pernambuco, cuja Capitania estaria transformada em terra sem lei.

051

Mesmo assim, escorado no negro, Pernambuco recebia a brisa gostosa do mar, balançando-se em rede macia, sensual e doce, com os punhos gemendo por fora e as índias dóceis e libidinosas gemendo por dentro no fabrico sem fim de toda a espécie de mamelucos e mestiços afins e derivados. Vida boa não quer pressa e quem tem defunto ladrão não fala em roubo de vivo. Que a Colônia se fosse enchendo de judeus e cristãos-novos, com seus negócios escusos e suas traficâncias plebéias, — nada disso criava sérios problemas para o senhor-de-engenho cioso de sua **nobreza** e do poderio de suas armas de uso recomendado pelo próprio governo-geral do Brasil. Senhor-de-engenho era senhor do mundo — e o mundo, para os aristocratas do açúcar, restringia-se ao engenho e a Olinda, a capital, reduto central dos fidalgos pernambucanos e em cuja praça se luxava muito mais que em Lisboa, a metrópole. Desde que Olinda não fosse toda invadida pela plebe estrangeira ou meio-estrangeira, tudo bem — nada haveria a necessitar de modificação. Os avanços e recuos das determinações filipinas afetavam pouco a vivência da fidalguia pernambucana desde que os compradores de vantagens no Brasil se recolhessem à sua insignificância, confinados no setor olindense ou mercantil da povoação do Recife, onde iam dominando o comércio da Colônia, devagar e sempre, estabelecendo armazéns — os célebres **passos do açúcar** — e movimentando o arremedo de porto com enormes exportações de

matéria prima e maciças importações de produtos manufaturados, inclusive gêneros alimentícios, vestimentos e todo um mundo de futilidades industrializadas, tudo negociado, pelos engenhos e povoações interioranas, através de mascateação, com lucros desmesurados.

A principal preocupação dos **nobres** de Pernambuco não era a vinda de judeus para a Colônia nem a ida de povoadores para o Agreste e o Sertão, mas, tão-só, a compra de mais negros para o cativeiro nos engenhos de açúcar, pois era o negro quem dava vida e movimento a todas as transações industriais e comerciais da Capitania duartina. Por causa de fatos dessa natureza era que o Pe. Antônio Vieira sentenciava que — **o Brasil tinha a alma na África e o corpo na América**. Era o elemento negro quem se esfolava no trabalho cativo para sustentar o luxo e a orgia dos brancos metidos a fidalgos. D. Francisco Manuel de Mello, perspicaz escritor lusitano do século XVII, classificava o Brasil como — **paraíso das mulatas, purgatório dos brancos e inferno dos negros.** Como nos engenhos do Litoral/Mata não havia folga para o escravo, ao menor cochilo dos brancos e seus feitores, disso se aproveitavam os negros mais ousados para a fuga em direção ao interior, subindo os vales dos grandes rios, escalando as serras da Borborema, refugiando-se onde os **nobres** ainda sentiam medo de morar — no pleno Agreste de Pernambuco, em cujas vastidões territoriais poderia haver a ferocidade dos Tapuias e Cariris ou mesmo a de animais selvagens, ambas, contudo, não tão malinas quanto o trato dos brancos litorâneos em relação aos africanos cativos. Para estes, o Agreste representava uma Canaã, era a terra da liberdade plena e da vida digna, muito diferente da podridão moral e social lá de baixo, onde "nobreza" não passava de um apelido destituído de fundamento e muito parecido com safadeza — e nada mais. No Agreste — principalmente no Agreste Meridional —, os negros se aquilombavam, fundavam mocambos (povoações) diversos, como, por exemplo, o **Mocambo do Quilombo,** no LUGAR DO ALTINHO, cujo lugar ainda hoje sobreexiste (com o nome de QUILOMBO). Ali, reproduziam-se através das índias ou mesmo de brancas e mulatas raptadas nas fazendas do fundo da Mata. De fato, são os negros, os quilombolas livres, os primeiros "civilizadores" das plagas agrestinas, seus desbravadores e domadores, seus povoadores por quase todo o século XVII, os verdadeiros descobridores de suas riquezas e potencialidades. Inversamente à classificação

de D. Francisco Manuel de Mello, o Agreste agora poderia ser considerado como um céu para os negros, purgatório para os índios e inferno para os brancos em geral.

052

Enquanto no Agreste os negros já começavam a viver como seres humanos e a organizar um Estado em bases relativamente sólidas, no Litoral o comércio do açúcar entre Pernambuco e a Europa ia passando das mãos dos **nobres** para o controle dos criptojudeus ou cristãos-novos de espírito empreendedor, descontentes com o jugo filipino e saídos de Portugal para a colônia duartina, onde as possibilidades de lucros fabulosos eram menos difíceis que em outra qualquer Capitania do Brasil e onde o peso da união das coroas lusa e espanhola era mais suportável que na Península Ibérica, afastados que ficavam da Inquisição e seus pavorosos **autos de fé**. Em Pernambuco, os portugueses de origem judaica deparavam-se com os cristãos-velhos portadores daquilo que os espanhóis tachavam de **afán de nobleza** — a tal mania, abrasileirada e ampliada, de todo branco se fazer passar por fidalgo. E, por conta da "fidalguia", o cristão-velho mantinha arraigado dentro de si o estúpido preconceito de que todo trabalho manual era deprimente, ao invés de ser ocupação nobilitante. O senhor-de-engenho gostava de mandar e ser obedecido — não de trabalhar com desgaste físico. A indústria açucareira era toda ela trabalhada pelos negros escravos e mais pessoas livres agregadas ao engenho, ao passo que o comércio de açúcar dava trabalho direto ao branco capitão de indústria. Assim, ladina, sorrateiramente, o cristão-novo aceitava as lides comerciais da Colônia, dava um duro enorme nos armazéns do Recife, exportava açúcar, pau-brasil e fumo para a Europa, de onde, por sua vez, importava mercadorias avidamente disputadas pelos açucarocratas, enriquecia com relativa rapidez, capitalizava-se, financiava, enfim, as atividades canavieiras de Pernambuco, de cuja praça já se considerava dono, pelo menos economicamente. Depois de capitalizado, a pretensão-mor do comerciante exportador de açúcar era imitar o senhor-de-engenho — bancar o nobre. Mas, como adverte Marc Bloch, a **nobreza capitalista** não passa de abuso de linguagem, mesmo quando o capitalismo domina a sociedade. Visto que a classe dominante, em si, não forma nobreza, que, para ser caracterizada, deve reunir duas condições,

como lembra Raymundo Faoro **(Os Donos do Poder, I, 131):** O estatuto jurídico que confirma e materializa a superioridade por ela pretendida e a perpetuação do estatuto na descendência.

A nobreza pernambucana, com raras exceções, era caricata; e o capitalismo bastante enganador. Como acentua Gilberto Freyre **(Casa Grande & Senzala)** — "País de Cocagne coisa nenhuma: terra de alimentação incerta e vida difícil é que foi o Brasil dos três séculos coloniais. A sombra da monocultura esterilizando tudo. Os grandes senhores rurais sempre endividados. As saúvas, as enchentes, as secas dificultando ao grosso da população o suprimento de víveres. O luxo asiático, que muitos imaginam ao Norte açucareiro, circunscreveu-se a famílias privilegiadas de Pernambuco e da Bahia. E este mesmo um luxo mórbido, doentio, incompleto. Excesso numas coisas, e esse excesso à custa de dívidas; deficiências noutras. Palanquins forrados de seda, mas telha vã nas casas-grandes e bichos caindo na cama dos moradores".

A base de tudo — muito instável — é o escravo, que acionava os engenhos montados sob empréstimos com juros escorchantes. Os engenhos produziam o açúcar, que ia para o poder dos credores. E o açúcar somente tem valor lá fora, do outro lado do Atlântico. Em tais condições, no ensinamento de Faoro **(ob. cit., I, 132),** "o setor dinâmico do engenho era o externo, o das transações internacionais, que orientava o açúcar ao mercado e trazia o escravo, à custa de juros mordentes e lucros extorsivos. Aí entrava o comércio, numa rede que envolvia e atava donatários, senhores de engenho, mercadores, não raro com empresas organizadas".

053

Para se libertar desse círculo vicioso, Pernambuco precisava de expandir-se, de alargar seus domínios, de ir para o interior brabo, não em busca de pau-brasil, mas de suas sonhadas minas de ouro e prata. Parece, contudo, que os aristocratas do açúcar, por um lado, não sentiam ânimo pelas entradas e, pelo outro, temiam os Tapuias e os Cariris da Borborema, os mais lídimos defensores da terra, temível barreira de gente altiva a defender, em luta de vida e morte, o seu habitat — as plagas agrestino-sertanejas, praticamente ainda virgens de povoamento branco oficializado no primeiro quartel do século XVII. Quem irá viabilizar o bandeirismo conquistador,

descobridor de pedras e metais preciosos, desbravador de mundos ignotos, é o paulista, em cujas terras a cana de açúcar mingoou e os poucos engenhos instalados jamais se nivelaram aos **reais** da Capitania duartina. Pernambuco ainda era açúcar, cuja produção, inteiramente voltada para o comércio exterior, controlada por organizações sem pátria **(as multinacionais de hoje)**, integrada na economia européia via-Portugal, fazia prosperar tão-só, em termos reais, a classe para a qual não importava quem fosse o senhor do momento — lusitano, espanhol, holandês, bretão —, desde que o seu lucro fosse líquido, avultado e certo — a classe dos comerciantes, dominada na Colônia pelos cristãos-novos, criptojudeus que negociavam e trapaceavam, compravam e revendiam, financiavam os açucarocratas e forneciam-lhes as utilidades produtoras e as inutilidades improdutivas ou desnecessárias. O comerciante, ficando rico, pretendia ser nobre; repelido pelos fidalgos da terra, ia virando burguês, comprando comendas e tentando corromper quem fosse pobre, ou endividado. O que ninguém queria — fosse açucarocrata, fosse comerciante exportador de açúcar — era saber de povoamento do interior longínquo da Capitania.

Na verdade, os pernambucanos espalharam-se pelo Sul e povoaram as Alagoas, deslocaram-se para o Norte, conquistando e povoando a Paraíba, o Rio Grande, o Ceará e até mesmo o Maranhão, mas pareciam temer a barreira formada pela Borborema, transposta a qual todo um mundo fértil e generoso jazia à espera de colonização humana e racional — o Agreste de Pernambuco, enorme área de caatingas e brejos, de vales imensos e rios caudalosos, de pastos sem fim para o gado e de várzeas em que se plantando tudo nasceria, até mesmo cana de açúcar, que jamais fora cultura exclusiva do Litoral/Mata e haveria de desenvolver-se, com muito proveito e grandes lucros, tanto no LUGAR DO ALTINHO quanto do LUGAR DO CARURU, tanto na REGIÃO DO URUBÁ quanto nas SERRAS DOS GARANHUNS, mesmo que tais lugares fossem considerados agrestes.

054

Por que "agreste"? Qual a origem do nome?

Diz Maria Fagundes de Souza Doca **(Tipos e Aspectos do Brasil, 64-66)** que é na região fitogeográfica brasileira, por Martius denominada **Hamadryades**, de forma oblonga, tendo

sua maior dimensão no sentido NE-SO e situada mais ou menos entre 3° e 13° de latitude sul e 35° e 48° de longitude W. Gr., que se encontram esses tufos vegetativos, verdadeiros parques ajardinados, conhecidos pelo sugestivo nome de "agrestes".

Num solo pedregoso, duro e areento, onde condições higrométricas escasseiam, consegue a vegetação previdente expandir-se, após uma floração na qual predomina o amarelo, com "frutos providos de asas ou envolvidos em espessas polpas faronáceas facilitando a germinação" (Ph. von Luetzburg).

Sem preocupações heliotrópicas, desenvolvem-se os "agrestes" em árvores altas e isoladas, de troncos erectos, bem formados e intercalados de arbustos. A folhagem de toda a vegetação desse parque, tanto arbórea quanto arbustiva, é em geral coriácea e organizada de modo a resistir à perda excessiva de evaporação, caducando, contudo, na estação estival. Solo atapetado de relva e embelezado de longe em longe por palmeiras de pequeno porte, nele se transita facilmente, livre como é de arbustos xerófilos e das cactáceas hostis, que tanto enfeiam e amaranham os ressequidos matos caatinguais.

Diferindo das demais vegetações nordestinas por seus hábito e **habitat,** é uma flora intermediária entre a Mata e o Sertão. Árvores que crescem cerca de dez metros, só lhes ultrapassando em altura os espécimes das matas verdadeiras. Vegetação de caráter subxerófilo, contenta-se com um ambiente semiárido, de escassas condições higrométricas.

Acham-se os "agrestes" disseminados por todo o Nordeste e encontram-se de preferência junto à Mata da encosta atlântica que constitui uma transição florística entre esta Zona e a do Sertão, à feição de franja, orlando as matas serranas e alguns rios do interior.

Segundo a citada autora, a maior extensão aglomerada dos parques de "agrestes" pertence ao Piauí, sendo o norte do Estado todo ocupado por esse tipo de mato e invadido na parte ocidental de seu território pela vasta "zona dos cocais", onde predomina o babaçu, zona que, começando rente à faixa litorânea do Maranhão, toma-lhe, mais ou menos, metade de suas terras. "Comprova-se, assim, mais uma vez, que não se pode dar limites precisos às zonas fitogeográficas, porque estas sempre se interpenetram". Em Pernambuco, no sentido Leste-Oeste, cortando o Estado de Norte a Sul, o parque dos

"agrestes" desenvolve-se da Serra das Ruças à Serra do Mimoso, com algumas variações.

Entre as várias famílias da flora típica do "agreste" encontram-se as combretáceas, as mirtáceas e as leguminosas, das quais a **Hymenaea coorbaril, Lin.,** conhecida vulgarmente por **jatobá** (primitivo nome do atual Município de Jataúba, no Agreste Setentrional), e a sucupira **(Bowdichia virgilioides, H. B. K.)** são as mais belas e mais representativas espécies arbóreas desses parques, realçados ainda pelas bocaiuveiras **(Acrocomia sup.),** carnaúbas **(Copernica cerifera),** guavirobas **(Cocos commosa, Mart.)** e algumas outras espécies das palmáceas.

Seu tapete de relva e seus arbustos são compostos, em grande parte, de espécies herbáceas e arbustivas existentes também nos "cerrados" de Mato Grosso. Embora tenha-se o solo do Agreste como pouco apropriado para a agricultura, pode ser utilizado, no entanto, com real vantagem, como é o caso do ALTINHO, para a pecuária, por ser rico de gramíneas e de leguminosas, cujos valores nutritivos em suas espécies forrageiras se compensam mutuamente.

Ensina Maria Fagundes, com segurança, que "a ignorância e a imprevidência humana, empenhadas há quatrocentos anos em devastar e incendiar a vegetação nativa, têm reduzido a área ocupada pelos "agrestes". Mais algumas queimadas e, segundo a opinião de von Luetzelburg, teremos esses parques semiáridos de todo transformados em vegetação xerófila".

"Dada a situação precária no que se refere à água e às demais influências edáficas de terreno eluvial que lhe é próprio, torna-se difícil, porém não impossível, reflorestar o "agreste". E é do que se está cogitando presentemente **(último quartel do século XX),** visto não mais o empirismo presidir aos empreendimentos humanos. Modificam-se, num entusiasmo novo, por meio da açudagem, da drenagem, dos postos agrícolas e do reflorestamento, os solos pedregosos e areentos do "agreste" e do "sertão", não tanto para que influam em seu regime pluviométrico, mas para que sejam ao menos aproveitados os milhões de metros cúbicos de água que nos tempos chuvosos lá tombam perdulariamente."

055

De fato, nos primeiros tempos, antes do povoamento branco em seu solo, o Agreste de Pernambuco tinha o nome

de **lugar dos agrestes,** isto é, dos jatobás e das sucupiras, onde havia também o pau-brasil, a aroeira, as gameleiras frondosas. A mão do homem dito civilizado, através dos tempos, foi devastando, queimando, extinguindo toda essa riqueza vegetal da região, não cuidando, por outro lado, de seu reflorestamento, a tal ponto que, hoje em dia, pau-brasil no solo agrestino não existe mais um só pé, para servir de modelo na região. Os jatobás rareiam, as sucupiras vão pelo conforme. A imprevidência aliou-se à burrice — e as duas, juntas, fizeram do antigo parque dos agrestes o quase desertão da Borborema.

Com fúria avassaladora, permanecia a devastação das matas pernambucanas, inclusive as do Agreste, onde também havia verdadeiras florestas de pau-brasil. O que à natureza custava um século de trabalho, o machado do homem civilizado destruía numa hora, impiedosamente, para gáudio do supérfluo e das minorias privilegiadas da Europa. E de reflorestar as áreas desertificadas ninguém se lembrava. A situação era grave, quase calamitosa. Denúncias a seu respeito seguiam para o reino desde 1606.

Como de costume, desde o início da colonização da Capitania duartina, não haviam zonas fixas, predeterminadas, para a derrubada das árvores, a qual ainda se procedia a critério dos colonos e nos recantos mais diversos entre si, indisciplinadamente. Derrubavam-se sucupiras seculares para o simples fabrico de carros-de-bois e de peças várias utilizadas nos engenhos-de-açúcar; derrubava-se madeira de lei até para servir de combustível (lenha) nas casas-das-fornalhas da indústria açucareira; derrubava-se todo e qualquer pé de pau-brasil deparado no caminho, ninguém se preocupando com problemas de desertificação. As florestas de pau-brasil eram as mais devastadas, pelos lucros imediatos de sua extração e pela permissividade oficializada de sua remessa para os portos europeus, rendendo altos juros, sem aplicação de capital, para as burras do reino.

Procurando escapar ao pagamento de direitos ao reino, os mercadores mandavam cortar o pau-brasil nas florestas agrestinas e faziam-no transportar, por portas travessas, a pontos ermos da costa, dos quais embarcavam o produto para a Europa, onde seu preço era elevado. "As florestas sofriam dano com o ataque desenfreado que se lançava às árvores, o que erguia protestos dos oficiais da Administração e das pessoas lesadas com esse comércio. E sucedia por vezes que os

colonos abandonavam parte da madeira cortada, pois apenas queriam **"o pau roliço e mucisso"** e não os ramos e ilhargas, o que trazia a perda, no meio do sertão, de muito pau de boa qualidade" — assegura Joaquim Veríssimo Serrão **(Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640 — 112)**.

Já em março de 1605, Filipe III escrevera ao bispo D. Pedro de Castilho, ordenando que por todas as formas se evitasse a "devassidão" com que a madeira era extraída e carregada. As reclamações oriundas do Brasil, acerca do modo devastador com que se procedia o corte das matas, não deixavam de inquietar o monarca, como este revela em outra carta ao mesmo antiste, "pois tudo faz grande dano às árvores, que em breve se virão a acabar e perder de todo".

Em Pernambuco, o problema da desertificação de suas terras já se ia tornando secular, derrubavam-se as matas desde os primeiros instantes do surgimento do elemento branco em suas costas. A desertificação era real e progressiva, prevista, aliás, pelo próprio 1.º donatário, quando o grande administrador que fora Duarte Coelho já o equacionara através de carta dirigida a el-rei, chamando-lhe a atenção para a indisciplina e a ganância desenfreada dos fazedores de desertos pela exagerada extração do pau-brasil sem replantio e com o estúpido desmatamento do litoral e do interior. Fora em vão a luta duartina, pois os fazedores de desertos permaneciam impunes, multiplicados cada vez mais ousados e, muitas vezes, protegidos pelo reino.

056

A sangria no corte indisciplinado da madeira e os descaminhos do pau-brasil deixavam Filipe III tão preocupado que, depois de inteirado da grave situação, decidia intervir — proibindo o desmatamento? fomentando o reflorestamento? agindo racionalmente? Não!... A preocupação do monarca não era pela desertificação do Brasil e muito menos pela de Pernambuco, mas, sim, pelo contrabando do pau-brasil para a Europa, pois, saindo ilegalmente a madeira, cadê os lucros incomensuráveis da coroa? O gato comeu. Que se desertificasse o Brasil, desde que o fato fosse rentável, altamente rentável, para a Fazenda Real. Daí sua ordem, como observa Joaquim Veríssimo Serrão **(ob. cit., 111-112)**: "Doravante nenhuma pessoa seria autorizada a mandar cortar madeiras — por si ou por meio de feitores e escravos — sem licença do Provedor da

Fazenda em cada uma das Capitanias; e a dita licença apenas seria dada aos que gozassem de boa cotação por parte das autoridades. O nome dos beneficiados **(os favoritos del-rei, propagadores do afilhadismo em terras brasileiras)** seria inscrito num livro de assentos, com a indicação da qualidade e locais em que a madeira fora recolhida". E mais: "Quem mantivesse o hábito, ruinoso para a Fazenda Real, de abandonar a madeira cortada, ficaria sujeito a uma severa pena".

O desmatamento, portanto, prosseguia, com a diferença apenas de agora ser controlado pelo Provedor da Fazenda: "E para que em tudo houvesse a necessária vigilância, Filipe IV ordenava que, nas Capitanias em que existissem matas, fossem colocados vários guardas: dois para a fiscalização da terra, a quem competia denunciar os culpados, recebendo cada um o ordenado variável de 20% sobre o montante das condenações. E outros guardas, a nomear pelas Câmaras locais, seriam destacados para a simples vigilância das florestas". Os guardas-florestais combatiam os contraventores, é certo, mas garantiam a derrubada das matas, desde que os fazedores de desertos pagassem impostos e dessem lucros aos cofres do Estado. Apesar do controle real, da vigilância feroz dos guardas-florestais, o contrabando do pau-brasil continuava de pé, firme, forte, crescente, com manifesto prejuízo para a coroa, tanto que, para castigar os culpados e atenuar os desvios feitos no negócio da madeira, Filipe III, em 1607, determinara o envio para o Brasil de um magistrado da Justiça, para agir com todo o rigor da lei, escolhendo para isso o licenciado Sebastião de Carvalho.

Com ou sem magistrado, o fato é que a estupidez do desmatamento ininterrupto prosseguia ferozmente e alastrava-se não só pela Zona da Mata, mas, também, pelos vales dos grandes rios — Una, Ipojuca, Capibaribe, principalmente —, acabando com os seus cedros e outras madeiras de lei, destruindo tudo quanto de belo e de útil a natureza havia doado a Pernambuco e atingindo em cheio o Agreste, a região-celeiro de todos os viventes do Litoral/Mata da Capitania.

057

D. Diogo de Menezes de Siqueira desembarcara em Pernambuco, logo no começo de 1608, passando, de imediato, a exercer o cargo de governador-geral do Brasil, para o qual fora nomeado desde agosto de 1606. Fixara-se em Olinda, on-

de haveria de permanecer durante todo um ano e de onde governaria com tamanha austeridade e firmeza que o bispo e os jesuítas, talvez enciumados, talvez prejudicados em seus negócios inconfessos, punham-se em campo oposto e procuravam minar, destruir a obra governamental até mesmo naquilo que apresentava de mais interessante — a defesa dos direitos humanos do índio brasileiro.

Ao botar os pés em Pernambuco, D. Diogo tinha recepção apoteótica, como anota o Pe. Jácome Monteiro, seu companheiro de viagem de Lisboa até o Brasil: "400 homens de cavalo, num bem concertado, e que podiam aparecer em qualquer parte da Europa".

Historia Joaquim Veríssimo Serrão **(ob. cit., 123-124)** que era intenção de D. Diogo de Menezes, desde sua posse no governo-geral (ocorrida aos 7 de janeiro de 1608, em Olinda), defender o aldeamento dos índios, nos termos do novo **Regimento**, levando em consideração os direitos humanos do gentio. Aí já começava a pisar nos calos dos jesuítas, que se julgavam **donos** dos indígenas em geral. Achava que os índios deveriam ser trazidos, de maneira racional e consciente, para a fé cristã, e dirigidos, no plano espiritual, por um sacerdote que os soubesse doutrinar. Ainda mais: No domínio temporal, os índios deveriam dispor da presença de um homem branco — "que lhes sirva de seu capitão" —, de um escrivão e de um meirinho, para os ensinar e disciplinar nos benefícios da vida em comunidade. "A fixação dos nativos levaria à formação de Câmaras **(Municipais)** nos referidos povoados, de modo que cada aldeia **"fosse uma vila formada"** e os índios pudessem cada vez mais ascender a um grau maior de civilização". Em suma: D. Diogo de Menezes de Siqueira queria tratar o índio não como bicho do mato a ser preado, cativado, explorado impiedosamente pelo branco, como vinha acontecendo desde os primórdios da colonização, mas, sim, como o ser humano que sempre fora, era e seria, de acordo com a **Lei de Deus**, tão desrespeitada sobre a face da terra em todos os tempos e todos os quadrantes, principalmente no Brasil. Com semelhante plano em mente e em caminho de execução, D. Diogo, para o bispo, ao invés de um governador-geral manso e acolhedor, piedoso e humanitário, de logo se apresentava como uma espécie de elemento subversivo, indesejável e perigoso, a agitar as massas indígenas, a prejudicar os interesses pecuniários da sociedade cristã imposta à Colônia, a prestar grande desserviço à "obra de Deus" no Brasil.

O plano de D. Diogo, pioneiro em plagas brasileiras, teria inúmeras vantagens, das quais o novo governador-geral destacava as seguintes, na palavra de Serrão: "Não apenas os índios seriam fixados na terra, com os seus direitos melhor respeitados, como a sua mão-de-obra se tornaria valiosa para o surto da terra, ajudando ao trabalho dos engenhos e roças. Impunha-se dar ao nativo hábitos de uma vida nova, despertando nele o gosto do labor agrícola e pondo termo ao espírito de revolta que sentia pelos moradores brancos. Por outro lado, com tão valiosa ajuda dos índios, enfraquecia-se o afluxo de escravos negros ao Brasil, que o governador Menezes considerava um mau serviço prestado à colonização da terra".

Na defesa deste seu último princípio, D. Diogo alegava que os colonos viviam obrigados a contrair pesadas dívidas para a obtenção de escravos africanos, mas, como estes, depois de algum tempo, inconformados com os maus tratos recebidos no eito, na bagaceira, nas casas-das-fornalhas e até mesmo nas senzalas do Litoral/Mata, fugiam subindo os vales dos grandes rios e aquilombando-se em Cucaú, no Goitá, na Passira, no Caruru, no LUGAR DO ALTINHO, no Mata Negro, nas TERRAS DE OPI, nos Garanhuns, por todo o Agreste, enfim, principalmente o Agreste Meridional, onde se sentiam seguros e bem abrigados, e de onde não mais retornavam, — ficavam os engenhos-de-açúcar forçados à paralização, com avultado prejuízo para seus senhores, para a Fazenda Real, etc.; enquanto que, pagando-se um justo preço aos índios e procurando fixá-los com liberdade nas lides açucareiras, a obra de colonização do Brasil teria raízes mais humanas e mais sólidas para o futuro. Em carta de 23 de agosto de 1608, D. Diogo, tratando da questão em bases objetivas e racionais, advertia a el-rei: "Os negros andam alevantados e ninguém pode com eles; e podem crescer de maneira que custe muito trabalho o desbaratá-los".

Era a voz de um profeta que se fazia ouvir em Olinda naquela primeira década do século XVII, mas não encontrava ressonância nem entre os poderosos senhores de engenho e nem entre os também poderosos frades jesuítas, que eram os intelectuais de mais evidência na Colônia. Achava o governador-geral que o monarca deveria tomar, sem demora, as devidas providências, reestruturando basicamente o sistema colo-

nizador implantado no Brasil desde os primeiros tempos da dominação portuguesa. Os jesuítas, contudo, não queriam nem ouvir falar em reforma social e em tratamento mais humano para os índios. O que queriam, sob o pretexto da catequese, era continuar explorando a ingenuidade indígena, aldeando os desgraçados caboclos em sítios afastados das povoações brancas e fazendo-os trabalhar praticamente de graça, em semidisfarçada escravidão, com alta rentabilidade para a Companhia de Jesus, naturalmente. O fato consta de muitos trechos de obra contemporânea denominada **Rezão ou Estado do Brasil**, como os seguintes:

"Os índios da terra... que parecem de maior facilidade, menos custo, e maior número, como andam metidos com os Religiosos, a quem vivem sujeitos... de maravilha fazem serviço, nem dão ajuda aos leigos que de sustância seja, antes sendo chamados dos pobres moradores acontece levarem-lhes o salário de antemão; sem lhes fazerem nada, sendo causa que os pobres o percam, e as peitas que costumam dar-se a quem lhes administra, como tudo se saberá tirando-se devassa; daqui resultam grande queixumes contra os Religiosos, os quais se querem mostrar que castigam estas coisas com seus cárceres privados ou açoites, por levemente que sejam, estão os índios tão mimosos e tão pouco práticos no uso da nossa justiça e obediência, que logo se vão ao mato, donde fazem, como dito é, abomináveis vivendas e rito, juntando-se **(em diversas áreas do Agreste Meridional)** com os negros de Guiné também fugidos **(do terror da escravidão)**, do que resultam mortes, furtos escandalosos e violências, por cujo respeito se não pode atravessar o sertão comodamente de umas partes a outras, nem dilatarem-se as povoações pela terra dentro.

"Se os portugueses tomam as armas contra estas desordens, e com trabalho e custos de suas fazendas e vidas são contra estes mocambos **(povoações negras espalhadas pelo Agreste, inclusive pelo LUGAR DO ALTINHO)** ou ladroeiras, e desfazendo-as, trazem presos os ditos fugidos, logo a piedade dos padres e necessidade em que deles vivem os leigos buscam leis para os não castigarem, antes repartindo-os entre si os largam das prisões; das quais tanto que se vêem livres, tornam-se às aldeias dos ditos padres, que como a gente livre e que eles têm em sua proteção, de boa vontade os recolhem e ocultam, e se parece que ali todavia os buscam seus donos, tornam-se ao mato; de modo que fica sendo este domínio ab-

soluto dos religiosos uma miséria secular dos leigos, que mostra não poder ter fim, e não tendo, bem se vê quão trabalhoso e quase impossível será o dito aumento.

"Destas desordens tanto introduzidas, nasce que nenhuma obra de bem público se colha, e assim os índios, sem os buscar quem pode, vão por donde querem mais bárbaros e mais ociosos que nunca".

Como se pode perceber, com exceção de D. Diogo de Menezes, ninguém queria a liberdade e o bem-estar do indígena — nem os jesuítas, nem os senhores de engenho. Estes o queriam no cativeiro; aqueles, no trabalho gratuito nas aldeias formadas a título de proteção do gentio, cuja situação, assim, era aquela do **se ficar, o bicho come; se correr, o bicho pega**. Por causa disso é que a indiada do Agreste fugia do branco — jesuíta ou senhor-de-engenho — como o Diabo da cruz, preferindo conviver em suas aldeias com os negros em fuga para os quilombos palmarinos e com os mulatos e demais mestiços por suas terras surgidos atrás da extração do pau-brasil e da cohabitação com as índias dóceis em geral.

Em tais condições, o plano de interiorização do governador-geral aportado na Capitania duartina ficaria para ser executado quando Deus desse bom tempo. E não mais se falaria nele. Assim, descambava a segunda década do século XVII para sua parte final e o governo filipino, apesar de considerado favorável à interiorização do Brasil, não arredava uma palha e nem sequer ordenava ao governador-geral ou a seus representantes em Pernambuco a formação de **bandeira** ou de simples **entrada** na direção Oeste da Capitania, para a penetração em massa e o definitivo povoamento do Agreste e do Sertão pernambucanos, cujas riquezas e potencialidades ainda se mantinham praticamente virgens, apenas arranhadas, de longe em longe, por alguns particulares que, possuindo bois e cavalos em grande quantidade, para ali enviavam seus vaqueiros e criadores, homens valentes, honestos e trabalhadores, mas, apenas serviçais, sem o poder de decisão que caracteriza o construtor de mundos, o povoador que vem para ficar e progredir. Ainda bastante tímida era a interiorização de Pernambuco no ano de 1616, nada obstante a coragem, o denodo, até mesmo o heroísmo típico dos grandes chefes pernambucanos como o governador Alexandre de Moura e o conquistador de terras Jerônimo de Albuquerque Maranhão, os quais agora se haviam transformado em libertadores das terras maranhenses, arrebatadas do poder dos franceses e reanexadas à coroa filipina.

Em 1630 ocorria a invasão holandesa e tinha início a derrocada dos **nobres** de Pernambuco, muitos dos quais fugiriam para a Bahia, enquanto outros, em menor número, ou ficavam lutando e enfrentando o inimigo nas proximidades do Recife, ou se infiltravam pelo interior da Capitania, subindo pelos vales dos grandes rios, cujos caminhos também seriam palmilhados pelos flamengos, principalmente o **caminho do Capibaribe**.

Câmara Cascudo **(Geografia do Brasil Holandês, 178)** escreve que, segundo Walbeeck, só a várzea do Capibaribe valia a metade de toda a Capitania; e acrescenta: "A **Mata do Brasil**, vaguidade que denuncia o pouco conhecimento, era "um lugar muito grande". 9 a 10 milhas ao Sul de Pernambuco **(Olinda)**, "onde moravam alguns portugueses com seus mouros **(escravos africanos)** e brasilienses **(índios)**, sendo aí livre o corte de pau-brasil. As carradas **(transportadas em carros-de-bois)** vinham para São Lourenço, compradas quatro arrobas por 450 a 480 réis".

No dizer de Câmara Cascudo **(ob. cit., 179)**, não se alongava muito da pancada do mar a posse portuguesa em Pernambuco, restrita quase somente à fixação nas várzeas açucareiras e ao amanho do gado de corte e para tração nos engenhos-trapiches. "Essa gadaria não chegava a constituir a massa das boiadas alagoanas, sergipanas ou norte-rio-grandenses, tornadas depois objeto de cuidado e atenção maior pelo conde de Nassau".

De modo geral, coincidiam as áreas do domínio holandês com a diminuta penetração colonial portuguesa, pois, comprimido pelo ódio da população que o imobilizava como numa cinta de isolamento, o invasor flamengo se confinara ao longo da costa, pouco se expandindo na direção Oeste e utilizando apenas os engenhos já existentes: "São as mesmas rodas d'água, os mesmos bois lentos que movem, gemendo, os cilindros verticais, triturando a cana de açúcar. Só o sonho das minas de prata e ouro **(de presumida existência no Agreste e no Sertão)** sacode o flamengo um pouco mais para o centro. São incursões rápidas e malogradas, sem resultados para a geografia porque os documentos que conhecemos registram toponímia sem possibilidade de identificação ou inexistente. Mesmo assim o raio é restrito e jamais ultrapassa à linha média da área integrada na vida econômica e social de Pernambuco".

Evidentemente, não será sob o tacão neerlandês que os campos do ALTINHO serão povoados do elemento branco progressista e civilizador. As incursões dos batavos pelo Agreste Meridional se adentrariam apenas de passagem, em campanhas guerreiras, até os CAMPOS DOS GARANHUNS, quando procurariam extinguir, sem êxito, os quilombos palmarinos, ali já implantados desde o último quartel do século XVI. Sentiam-se inseguros fora das vistas do mar, penetravam o solo agrestino como se estivessem pisando terreno minado. Não se sabe se tomaram conhecimento da existência do povoamento das TERRAS DE OPY (onde hoje se espraia a cidade do JUPY), de iniciativa de um lusitano fabuloso — o desterrado ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o primeiro homem branco que se conhece a criar gado, construir casas e fundar templo religioso no Agreste Meridional, cuja aventura extraordinária aqui será registrada na época oportuna. A pioneira povoação de OLHO D'ÁGUA DO PY, fundada por ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, muitos anos depois da expulsão dos holandeses se tornaria o núcleo da imensa SESMARIA ARAROBA, dentro de cuja jurisdição surgiriam a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e o **Sítio do Altinho,** dos quais se origina a atual CIDADE DO ALTINHO.

Baseado em mapa de Marcgraff, Barléus informa que, pelo centro, a entrada mais funda dos batavos, seguindo o vale do Capibaribe e daí subindo pelo do Tapacurá, ficaria mesmo na zona pastoril da família BRAGA e em terras de André de Albuquerque, sem novidade alguma para os luso-pernambucanos, tudo não indo (a não ser de passagem) além da região das Tabocas, onde os flamengos gozariam de influência ocasional e passageira, assim como em ANQUACTA, nome que davam à velha ribeira do GUAYTA, já desbravada e ocupada pelo colono Gaspar Pires e seus descendentes desde o último quartel do século XVI, terras posteriormente redoadas ao criador de gado Pedro Barroso. Pelo Sul, região do Una, do Sirinhaém, do Ipojuca, iam ficando mesmo pelas terras dos engenhos, os mais distantes dos quais, no rumo Oeste, eram o **Aracoara,** confiscado a Vicente Campelo, o **Todos os Santos,** de Sebastião Paes Ferreira, o **Pindoba,** de Bernardo Vieira de Melo (filho daquele ANTÔNIO VIEIRA DE MELO fundador de JUPY e pai do futuro sargento-mor Bernardo Vieira de Melo, o líder republicanista de 1710), o **Trapiche,** de Duarte Saraiva, alguns outros de menores expressões. E na Mata-Norte, subindo a longa ribeira do Tracunhaém, era que os holandeses mais esticavam para o interior os limites geográficos de seu

domínio em Pernambuco, penetrando terras limoeirenses em pleno Agreste Setentrional e indo até os currais de gado do fazendeiro Gregório de Barros e dois outros mais para dentro, dos herdeiros de Dionísio Velho Barbosa e do capitão Domingos Lopes Barbosa, troncos da tradicional família BARBOSA, do Limoeiro.

060

Os holandeses sempre trataram os índios como seres humanos livres e independentes, chegando a levar muitos deles (como o notável Pedro Poti, por exemplo) para a Holanda, onde se alfabetizavam, freqüentavam cursos diversos, aperfeiçoavam-se em vários ofícios, civilizavam-se, enfim. Por isso, passavam a contar com a simpatia indígena em geral e com muitos aliados nas pessoas dos Tapuias e Cariris dominadores da cordilheira da Borborema, inclusive os campos do ALTINHO, e inimigos figadais dos portugueses que até ali apenas queriam preá-los, escravizá-los, explorá-los.

Em 1645 os batavos chegaram a realizar uma **Assembléia de índios** — a primeira e talvez a única acontecida no Brasil —, ocorrida durante 5 dias, sob a direção de Domingos Fernandes, na aldeia Tapesserica, distrito de Goiana, na qual tomavam assento, como observa Pereira da Costa **(Anais, III, 195)**, "os capitães de todas as aldeias do Brasil **(—Holandês)**, os seus tenentes e alferes, e os seus juízes e adjuntos, atingindo o número de 145 indivíduos, **índios brasis**, dos mais notáveis aliados dos holandeses, e alguns mesmo educados, ou que estiveram na Holanda, como Pedro Poti e Antônio Paraupaba".

Sabe-se que os holandeses estiveram em contato permanente com os Tapuias e Cariris da Borborema e sobre eles deixaram alguns preciosos depoimentos, inclusive um muito seguro nas observações, firmado por Elias Herckmann, através do qual se evidencia ponto de vista batavo acerca das gentes nativas que, naqueles idos, habitavam o interior pernambucano, o Agreste principalmente.

O trabalho de Herckmann, publicado inicialmente na crônica do Instituto de Utrecht, faz parte das **Atas da Assembléia Geral** e, em certos trechos referentes ao gentio agrestino, mostra "breve descrição dos costumes dos tapuias", esclarecendo:

"Os tapuias constituem um povo que habita no interior para o lado do ocidente, sobre os montes e suas vizinhanças

(a Borborema), em lugares que são os limites os mais afastados das Capitanias ora ocupadas pelos brancos, assim neerlandeses como portugueses.

"Dividem-se em várias nações. Alguns habitam transversalmente **(dwers van)** a Pernambuco, — são os Cariris, cujo rei se chama **Kerioukeiou**. Uma outra nação reside um pouco mais longe, — é a dos **Caririwasys**, e o seu rei é **Karupoto**.

"Não têm lugares certos ou aldeias onde morem; vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro. Na estação do caju, que é novembro, dezembro e janeiro, descem às praias, porquanto pouco ou nenhum caju se encontra muito para o interior. Assim, regulam-se pelas estações do ano para procurar o seu alimento.

"Andam inteiramente nus, exceto em algumas ocasiões de festa, ou quando vão à guerra, quando então geralmente cobrem o corpo de penas de araras, de maracanãs, papagaios e periquitos, que entre eles são mui formosos. Puxam a pele sobre o membro viril e o prendem com um atilho, de modo que fique todo metido no corpo. Esse liame é a folha de figueira com que encobrem as suas vergonhas, e, soltando-se ou rompendo-se, é isso tão escandaloso para eles quanto o seria entre nos descobrir alguém as suas partes pudendas.

"Não usam barba nem trazem cabelo em parte alguma do corpo (salvo na cabeça).

"São homens incultos e ignorantes, sem nenhum conhecimento do verdadeiro Deus ou dos seus preceitos; servem, pelo contrário, ao Diabo ou a quaisquer espíritos maus, como, tratando com eles, temos muitas vezes observado. Para esse fim têm eles os seus feiticeiros, que são tidos em grande consideração. Quando saem a guerrear contra seus inimigos e querem saber como lhes sucederá a empresa, ou quando se acham longe dos seus amigos e desejam saber como eles passam, ou quem será morto ou não, esses tais feiticeiros conhecem vários modos de fazer vir o espírito ter com eles debaixo da forma que desejam, mas geralmente com a sua própria figura, como se fora também um tapuia **(caso típico de materialização do espírito, está evidente)**.

"Levam uma vida inteiramente bestial e descuidadosa. Não semeiam, não plantam, nem se esforçam por fazer alguma provisão de víveres. Quando vão a algum lugar na região interior fora de suas terras, onde há gado e outros animais, posto que sejam selvagens e não se deixem apanhar nos bosques, eles podem todavia alcançá-los e atirar-lhes as suas aza-

gaias, de modo que os abatem, e podem então fazer disso o seu alimento. Comem tudo, sem guardar coisa alguma para o dia de amanhã. Quando estão em lugar onde há abundância, um homem dos deles pode comer tanto quanto cinco ou seis dos nossos; e quando se acham, pelo contrário, em lugares escassos, também podem jejuar quatro ou cinco dias, apertando o ventre com certas cascas de árvores, o que lhes faz esquecer um tanto a fome, até que venham a comer outra vez, e então desatam a ligadura da fome.

"A gula dos tapuias é tal que, nas suas excursões, eles não podem demorar-se em lugar mais de dois e três dias; porquanto, tendo comido tudo o que existe aí, devem ir procurar outros sítios. Por isso eles não levantam casas, a não ser alguns ramos a servir de abrigo contra a chuva ou o sol ardente.

"As mulheres são, indistintamente, pequenas e mais baixas de estatura que os homens. São também de cor atrigueirada, mui bonitas de cara, e trazem compridos os seus cabelos negros. Também andam nuas, encobrindo todavia as suas vergonhas adiante e atrás com folhas verdes. São mui serviçais e submissas aos seus maridos em tudo o que eles desejam que seja razoável.

"Os maridos não suportam o adultério, e gostam muito da fidelidade."

061

Mesmo nos tempos dos flamengos, os Tapuias e Cariris ainda constituíam o grosso das populações que habitavam terras do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Houve bastante congraçamento social entre eles e os holandeses, que os tratavam com muita consideração e gostavam de observá-los de perto em seu próprio habitat. Barléu, descrevendo-lhes usos, costumes, índoles, etc., ensina que, durante o governo de Maurício de Nassau, esses índios interioranos vagueavam à maneira de nômades, pouco se detendo em aldeamentos fixos e mudando de morada conforme a quadra do ano e a facilidade ou não de alimentação.

Eram de compleição robusta, minazes no semblante, ferozes no olhar e de cabelos pretos. Corriam velozmente, eram todos antropófagos e aterrorizavam aos outros índios e aos portugueses em geral por sua fama de crueldade. Faziam por

astúcia o que não poderiam fazer pela força, preferindo enganar o inimigo a experimentá-lo em guerra aberta, mas, compelidos pela necessidade, não recuavam da luta, por mais feroz esta se mostrasse. Pelejavam com arcos e flechas, dardos de pedra e clavas de pau.

Achavam nada ser feio ou vergonhoso para aquele que deleita a vista com os males dos adversários.

Deixavam para as mulheres e os velhos os cuidados familiares e de tudo o mais em que houvesse honra e utilidade cuidavam os homens mais vigorosos.

Banhavam-se nos rios e, após o banho, esfregavam o corpo com areia grossa, lavando-se outra vez e espreguiçando-se todos como para sacudir e afugentar a moleza, estaiando, em forte tensão, as articulações de todos os membros.

Gostavam-se de aquecer perto do fogo, raspar e coçar a pele com um pente de dentes de peixe, a modo de raspador, fazendo-o até que, abertos os poros, tirassem sangue do corpo, dizendo que assim se tornariam bem dispostos para qualquer jornada e não se quebrantariam de cansaço.

Sua alimentação era simples frutas agrestes, caça fresca, peixes e mel, sem temperos, nem condimentos.

As mulheres idosas e estéreis encarregavam-se da cata de raízes com as quais fabricavam grosseiro tipo de pão; e as jovens, coabitando com os homens, colhiam amendoins para uso comum e preparavam o de comer de todos. O trabalho dos homens limitava-se à pesca, à colheita do mel e à caça. Para eles era glorioso porfiar na luta e no embate das lanças.

Ao cair das noites propícias aos folguedos do amor, os homens jovens uniam-se às donzelas casadoiras, cantando e dançando. As moças ficavam por trás dos respectivos namorados e isto era sinal equivalente a um pedido de casamento. Sempre que se pedia a mão de uma virgem, o rapaz oferecia ao futuro sogro presentes que consistiam em caça e mel.

Tinham grande veneração por seus feiticeiros e adivinhos. Nada do que interessava à comunidade se fazia sem a assistência deles, fosse para darem força a um bom desígnio, fosse para obstarem a um pior. Retiravam-se para as matas, a fim de consultarem o "demônio", murmurando muito e chamando, na volta, em altas vozes: **Ga, ga, ga** e **Anes, anes, anes, Iedas, Iedas, Iedas, Hade, Congdeg**. A estas palavras gritava o povo: — **Houh!** Com o feiticeiro, traziam algum "demônio" ou quem, com sua aparência, se pronunciasse sobre o êxito

de uma expedição, ou sobre os sentimentos favoráveis ou não que lhes iriam mostrar as tribos para junto das quais partiam, ou sobre a caça de animais bravios, ou sobre a fartura do mel. Se o "demônio" dizia coisas desagradáveis e infaustas, açoitavam o adivinho e o "demônio". Eram supersticiosos por natureza.

Seus feiticeiros e adivinhos iam para as brenhas a fim de causarem forte impressão nos crédulos com o segredo do lugar e o pavor das trevas. Diziam-se ministros do demônio e a este tachavam de conhecedor do futuro.

Com solenidade, praticavam a incisão dos meninos: "Ficam de pé numa longa fila os feiticeiros, cantando e saltando à maneira dos sacerdotes sálios. Um deles sustém na mão a criancinha elevada ao ar, enquanto o povo olha para ela, e, depois de umas tantas carreiras, coloca-a sobre os joelhos. Aproximando-se, outro sacerdote fura-lhe com um pau agudo as orelhas e os lábios e neles introduz ossinhos, e durante isso chora a mãe dela."

As virgens que desejavam casar com honra sua e dos pais eram guardadas em casa até se manifestarem, através da menstruação, os sinais da puberdade, quando as mães revelavam o segredo aos adivinhos e estes ao chefe, que julgava poder a donzela casar honestamente, louvando-a e à sua mãe pela guarda da virgindade.

Todos quantos se distinguiam na luta, no combate com lanças e na caça consideravam-se os mais nobres e entravam no rol dos heróis. Além disso, pela excelência de seu valor e fortaleza, mereciam ser ambicionados pelas próprias virgens, pois julgavam que os melhores nascem dos melhores e que não é em vão o nome da nobreza, mas se transfunde com o sangue.

Apesar de polígamos, eram bem severos os casamentos. Quando uma das mulheres ficava grávida, abstinham-se de relações sexuais com ela e coabitavam com as outras. As que estavam para dar à luz um filho, retiravam-se para as matas e esconderijos, desde que houvesse serenidade no céu. Nascida a criança, cortavam-lhe o umbigo com um caco afiado, cozinhavam e as próprias mães devoravam as secundinas, banqueteando-se e alimentando-se a um tempo consigo mesmas. Era costume lavarem-se duas vezes por dia a puérpera, salvo se esta fosse sua única mulher. Os adultérios eram raros, cabendo a punição aos maridos, que, se traídos, expulsa-

vam de casa a infiel, depois de açoitá-la violentamente. Se pegada em flagrante, a infiel era morta pelo marido.

Em lugar de Deus, veneravam a Ursa Maior ou o Setentrião. Quando, pela manhã, avistavam essa constelação no céu, alvoroçavam-se. exageradamente alegres, dirigindo-lhe cantos e danças.

Quando queriam purgar o corpo, introduziam na garganta, até o estômago, uma haste formada de folhas ásperas, com a qual tiravam sangue.

Uma vez por ano, durante o estio, reuniam-se em bandos para a realização de três dias de festas, com bailes, cantos, concursos de lanças e outros jogos consagrados ao Setentrião.

Nas mortes dos amigos, os feiticeiros talhavam os cadáveres membro a membro. As mulheres velhas acendiam grandes fogueiras para assar os membros cortados e celebravam as exéquias com lágrimas e lamentões. As mulheres comiam a carne assada, raspando-a até os ossos, em sinal de afeto e fidelidade.

"Os cadáveres dos magnatas eram devorados por magnatas, isto é, a cabeça, as mãos e os pés. Guardavam cuidadosamente os ossos até à celebração do seguinte festim solene. Então os engoliam reduzidos a pó e dissolvidos em água. O mesmo se fazia com os cabelos do defunto que os parentes bebiam, e não voltavam às suas danças e cantos senão depois de consumirem todos os restos do cadáver."

Criam na imortalidade das almas, isto é, das almas daqueles finados de morte natural e não de mordedura de serpente, nem de veneno. nem de qualquer violência praticada pelo inimigo. Diziam ter vivido noutra encarnação vida ótima e muito fácil quando, sem trabalho, encontravam alimento abundante.

Andavam nus e sujos. As mulheres cobriam as partes pudendas com um cinto de folhas, conservando descoberto o resto do corpo. Cada novo dia punham outro cinto de folhas frescas. Os homens escondiam os órgãos sexuais com tangas feitas de cascas de árvores. Eram depilados em todas as partes do corpo, exceto no alto da cabeça, onde deixavam crescer comprida guedelha, com ostentação e jactância.

Com medo de serpentes venenosas, não saíam à noite; e só iniciavam uma jornada depois de o sol haver desfeito o orvalho nos campos.

Acolhiam os amigos com muita alegria e, logo em seguida, com choro.

Assim eram, ao tempo de Nassau, segundo as crônicas coevas, os Tapuias e Cariris da cordilheira da Borborema

062

Desde o ano de 1640 havia surgido no Brasil o **Itinerário desde a Cidade Maurícia até o Forte Maurício situado junto ao Rio de São Francisco,** o primeiro roteiro de penetração oficial a começar do Recife até atingir, no rumo Sul, currais de gado na região sanfranciscana, pioneiro **caminho das boiadas** que ligava a capital do Brasil-Holandês à "mui nobre e sempre leal Vila do Penedo do Rio São Francisco"

Elevara-se o PENEDO à categoria de Vila/Município aos 12 de abril de 1636, como vem registrado nas memórias de guerra de Duarte de Albuquerque Coelho, 4.º donatário e Conde de Pernambuco; e ali, depois de 1637, ordenara Maurício de Nassau a construção de um forte com o seu nome, o qual, segundo Barléu **(ob. cit., 144),** "presidia a passagem do rio de São Francisco, e está construído num morro alto e inclinado, a 5 ou 6 léguas do oceano, na margem do Norte. Dá acesso apenas de um lado. Poderoso pelos seus cinco bastiões e sete peças de metal, domina a planície circunjacente, submersa, durante os meses estivos, nas águas estagnantes". Com 1.600 homens em armas, o Forte Maurício ficava sob o comando do general Sigismundo Van Schkoppe.

Celeiro abastecedor de carne bovina para os flamengos domiciliados no Recife, os campos penedenses eram de fundamental importância para os planos nassovianos — sua vila era sede da organização administrativa da zona sertaneja e ponto terminal dos **caminhos das boiadas**. Diz Câmara Cascudo **(ob. cit., 169)** que os itinerários oficiais principiavam ou acabavam no PENEDO, como extremo limite da vida regular, das garantias da deslocação civil e impulso comercial do tempo. A jurisdição municipal do PENEDO pertenciam muitas terras do Agreste Meridional, do Sertão do Ararobá, de parte do Sertão do Ipanema e de quase todo o Sertão do Moxotó, de Pernambuco, a cuja Capitania estava subordinada a vila penedense.

Muito movimentadas, havia três entradas que partiam do PENEDO em direções diferentes entre si, como ensina Câmara Cascudo **(ob. cit., 169-170)** — 1a., subindo o São Francisco, até atingir os currais do alcaide-mor BELCHIOR ÁLVARES

CAMELO e terras na Curva do Guitlipa; 2a., o **Passo do Governador,** descendo para Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Loreto, Piripiri, até o Piabi; e 3a., o **Caminho de Camarão,** que, com setenta léguas de extensão e alguns trechos popularizados no tráfico militar entre as povoações, passava quase pelos extremos do Piassabuçu, do Piauí, do Cururipe, Jiquiá, Urubutinga, alto São Miguel, atravessando os férteis campos do Nhuanhu (Inhauns), de onde se voltava para o Sul, cortando o Potimiri, o Potiguaçu, o Subaúna, o Itinga, o Salgado, e tocando o povoado de Nossa Senhora do Rosário, daí partindo para a povoação de Santo Amaro, baixando para Velho (atual cidade do Pilar), engenho de Gabriel Soares da Cunha, 1.º alcaide-mor de Madalena (Alagoas), Nossa Senhora da Anunciação, São Gabriel etc.

063

Algumas léguas acima da vila do PENEDO começavam os currais de gado do abastado fazendeiro luso BELCHIOR ALVARES CAMELO, um dos ascendentes da primeira família civilizada do ALTINHO e, na época, o maior latifundiário daquelas paragens sertanejo-sanfranciscanas, 1.º alcaide-mor da vila penedense, dono de terras espalhadas desde o Cururipe até o São Francisco. Quando os holandeses dominaram a região, em 1637, Belchior, talvez por conveniências particulares, ou para não ver a devastação de sua imensa propriedade pelas forças invasoras, aderiu a Nassau, tornando-se seu colaboracionista e o seu homem de confiança no vale do São Francisco. Nas crônicas flamengas, seu nome, registrado como **Belch Alvarez,** tem larga evidência como amigo e auxiliar prestigiado do conde Maurício de Nassau, que o manteria no cargo de alcaide-mor, título de origem mourisca, de correspondência aproximada ao posto de governador militar de um vila ou cidade, e cujo titular era obrigado a administrar o Forte sob sua responsabilidade, guarnecendo-o devidamente e aprovisionando-o para a defesa, e dali pouco se ausentar, salvo em caso de extrema necessidade, quando então seria substituído por pessoa de sua inteira confiança. Gozava o alcaide-mor de muitos privilégios, inclusive o de ter parte nas multas impostas aos infratores. Controlava todas as forças vindas de fora para o âmbito de sua jurisdição.

Pereira da Costa **(Anais, I, 139)** faz referências a BELCHIOR ALVARES CAMELO (chama-o Belchior Alves Camelo,

quando, na verdade, este era filho daquele), dizendo-o **Familiar do Santo Ofício,** nos idos das Visitações e da Inquisição em Pernambuco, e "alcaide-mor da vila do rio São Francisco". Seria ele o doador do terreno onde, a partir de 1656, fundar-se-ia o Hospício da Penha, no Recife, em cujo local haveria de ser sepultado.

Casado em Pernambuco com a jovem JOANA BEZERRA, filha de Antônio Bezerra, "o Barriga da casa dos Morgados das Paredes" (segundo a **Nobiliarquia Pernambucana,** de Borges da Fonseca), e de Isabel Lopes, — o poderoso BELCHIOR ALVARES CAMELO era português de Ponte do Lima e viera para a Capitania duartina, muito moço ainda, no último quartel do século XVI. Pereira da Costa **(Anais, II, 37-42)** volta a ocupar-se de seu nome, agora para informar que, antes da invasão holandesa, Belchior Alvares Camelo já era dono de uma ilha recifense, local em que atualmente se espraia o Bairro de São José.

Ao desembocar no Recife, o **rio dos Cedros** ou **rio das Capivaras** (atual rio Capibaribe), antes de unir-se ao mar, formava diversas ilhas, que, no Foral de Olinda, de 1537, são designadas apenas como **Ilhas do Porto dos Navios**. Mais tarde, passando essas terras ao domínio e posse dos filhos naturais de Jerônimo de Albuquerque, o **Adão Pernambucano,** por sua morte, em 1584, cada um deles tratou foi de ir vendendo a terra ou ilha que lhe tocava na partilha. Uma delas ficara em poder de André de Albuquerque e recebia o nome de seu novo proprietário, situando-se ao sul da ilha de Santo Antônio.

Transferida a **Ilha de André de Albuquerque** para a propriedade de sua filha Luísa de Melo Albuquerque, esta vendeu-a a BELCHIOR ALVARES CAMELO, por 9.750 cruzados, "em época desconhecida, mas anterior à invasão holandesa em 1630, porquanto do **Inventário das casas da povoação de Santo Antônio,** procedido em 1654, consta já a sua propriedade da ilha, pela de vários dos seus prédios, térreos ou de sobrado, reivindicados por seu filho, o capitão Belchior Alves Camelo, por pertencerem ao morgado ou capela que seu pai instituiu, prestando uma justificação perante o provedor da Fazenda Real, que proferiu favorável sentença".

Além da **Ilha de André de Albuquerque,** o fazendeiro BELCHIOR ALVARES CAMELO, nos seus arredores, adquirira por compra avultado lote de terras, inclusive mangues e alagados, situado na extremidade da Ilha de Santo Antônio, e, em ampliação, a parte tocada a Gonçalo de Albuquerque (também

filho de André), na qual se situava mais outra ilha, que recebeu o nome da esposa do adquirente — **Ilha de Joana Bezerra,** nome conservado até hoje. Comprou também, a Manuel Saraiva de Mendonça, o **Sítio da Madalena,** que, antes, por herança, pertencera a Antônia de Albuquerque, mulher de Gonçalo Mendes Leitão e filha do citado Jerônimo de Albuquerque.

064

BELCHIOR ALVARES CAMELO-JOANA BEZERRA é casal-tronco, em Pernambuco, do qual descendem os VIEIRA DE MELO, pioneiros no desbravamento e povoamento branco do LUGAR DO ALTINHO, como o será comprovado na época oportuna. É possível que o alcaide-mor Belchior Alvares Camelo, em suas andanças pelo interior das terras penedenses e adjacências, haja transitado pelas TERRAS DE OPY e passado algum tempo no OLHO D'ÁGUA DO PY **(ver tópico 059),** travando conhecimento e fazendo amizade com o desbravador e povoador civilizado do lugar, o desterrado luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que, antes da invasão holandesa, já havendo enriquecido com a criação de gado no Agreste Meridional de Pernambuco, descera até à pancada do mar e, na Mata-Sul, adquirira por compra terras de canaviais, na jurisdição do Cabo de Santo Agostinho, onde fundara o **Engenho Modixote,** acerca do qual existe registro no **Dicionário** (vol. I, A-O, 388) de Sebastião Galvão, assim:

"**Modixote** — Uma propriedade desta denominação situada no Município do Cabo, que pertenceu a Antônio Vieira de Melo, cavaleiro fidalgo português, chegado ao Brasil antes de 1630, o qual foi o tronco da família Vieira de Melo em Pernambuco, como refere a Nob. Pernambucana".

A fabulosa aventura do português ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, senhor de Modixote, aqui será registrada na época oportuna. Agora se diz, apenas, que é possível haja surgido, dentro dos limites ou nas proximidades de sua imensa propriedade na Mata-Sul de Pernambuco, o célebre **Engenho Pindoba,** pertencente a ele e, depois, ao seu filho BERNARDO VIEIRA DE MELO (pai do sargento-mor de igual nome, o líder republicanista de 1710), ambos — o luso Antônio e seu filho Bernardo — guerreiros que deram combate, durante muitos anos, aos invasores batavos, de cujas lutas obtiveram largas recompensas. É desse povo lutador e valente que vem a primeira família altinense.

No Brasil-Colonial os casamentos não se realizavam como na atualidade, com o prévio conhecimento da moça com o rapaz, o namoro, o noivado e, às vezes, até o relacionamento sexual entre os comprometidos antes da noite nupcial. Na época de BELCHIOR ÁLVARES CAMELO e ANTÔNIO VIEIRA DE MELO a moça destinada ao casamento com o jovem preescolhido pelo pai somente conhecia o noivo na data do matrimônio. Os pais da candidata e os do candidato faziam do casamento uma espécie de negócio seguro e vantajoso para ambas as partes. No geral, filha de grande proprietário rural era destinada a filho de grande proprietário rural — e com isso era mantida a segurança das propriedades e evitava-se o seu esfacelamento com a introdução de elementos considerados nocivos pelas famílias contratantes. O amor entre os nubentes — dizia-se — haveria de surgir da noite de núpcias por diante.

Em tais condições, deve ter-se realizado o casamento de MARIA CAMELO, pernambucana, filha do latifundiário BELCHIOR ÁLVARES CAMELO e de JOANA BEZERRA, com o jovem capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO (futuro senhor do **Engenho Pindoba,** na Muribeca), 5.º filho do português ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, senhor de **Modixote** e povoador das **Terras de Opy,** e da pernambucana MARIA MARGARIDA MUNIZ BITTENCOURT.

Apesar de desterrado, o luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO era de boa origem, segundo Borges da Fonseca, que, em sua **Nobiliarquia Pernambucana,** cuidando dos VIEIRA DE MELO, informa a seu respeito:

"Esta família é antiga nesta Capitania e tem nela sua origem em Antônio Vieira de Melo, cavaleiro fidalgo e natural de Catanhede, que passou a Pernambuco muito antes dos Holandeses.

"Não podemos descobrir o ano em que passou e só achamos em Fr. Manuel Calado, e consta dos livros da Câmara **(Municipal)** da cidade de Olinda, que ele era um dos Vereadores da Câmara da dita cidade **(então vila, ainda),** no ano de 1630 em que os Holandeses se apoderaram desta Capitania, e foi Juiz Ordinário da mesma Câmara.

"Na guerra da Restauração de Pernambuco serviu com grande reputação no posto de Capitão de Cavalos, e depois da guerra foi Sargento-mor da Comarca (o qual aqui chamam vulgarmente Sargento-mor do Estado) e foi senhor de uma pro-

priedade no Cabo de Santo Agostinho, junto a Pirapama, a que ainda hoje chamam Modixote de Antônio Vieira.

"Por um instrumento de gênese, que tive em meu poder" (...) "consta que o dito Antônio Vieira era filho de Manuel Francisco e de D. Francisca Gonçalves, gente honrada e das principais da vila **(portuguesa)** de Catanhede.

"Casou Antônio Vieira de Melo nesta Capitania com D. Margarida Muniz, filha de Marcos Fernandes Bitancourt e de D. Paula Antunes Muniz, naturais da Ilha da Madeira, e do seu matrimônio nasceram":

F1) — Antônio Vieira de Melo, que também foi Sargento-mor da Comarca e Cavalheiro da Ordem de Cristo; casou na Bahia com D. Ana de Campos, filha de Jacinto de Campos, e de seu matrimônio não houve sucessão".

F2) — "José Vieira de Melo, que foi Clérigo Presbítero e Vigário confirmado da paroquial freguesia de São Miguel de Ipojuca".

F3) — "Manuel de Melo, que faleceu na Bahia solteiro".

F4) — "Dionísio Vieira de Melo, Cavalheiro fidalgo, foi Capitão de Infantaria paga e Cavalheiro da Ordem de S. Bento de Aviz. Casou com D. Maria Barbosa, filha de Antônio Teixeira Barbosa, natural de Porto Carreiro, Bispado do Porto, e de D. Ana Mendes, irmã do padre Francisco Dias Teixeira, neta paterna de Gaspar Teixeira e de D. Ana Nogueira, pessoas nobres e limpas da dita freguesia de Porto Carreiro, como me constou por um instrumento que tive em meu poder, passado em 14 de fevereiro de 1680, pelo dr. Hilário da Rocha Carreiro, Provisor e Vigário Geral do Bispado do Porto, Fernando Correia de Lacerda". Com sucessão.

F5) — "Bernardo Vieira de Melo", que "foi também Cavalheiro fidalgo e Capitão de Ordenança. Casou com Maria Camelo, filha de Belchior Alves **(isto é, Álvares)** Camelo, natural de Ponte de Lima, familiar do Santo Ofício, Capitão-mor e Alcaide-mor da vila **(do PENEDO)** do Rio de São Francisco, instituidor do Morgado o qual a que chamam das Alagoas, e de D. Joana Bezerra, filha de Antônio Bezerra, o Barriga da casa dos Morgados das Paredes, em Viana, e de sua mulher D. Isabel Lopes, natural da Madeira". É pelo casal Vieira de Melo-Maria Camelo que descendem de Belchior Álvares Camelo-Joana Bezerra os VIEIRA DE MELO pioneiros no povoamento civilizado do ALTINHO. Da sucessão respectiva se cuidará no tópico a seguir.

F6) — "D. Ângela Vieira, que casou com o Dr. Antônio Pereira da Fonseca, que foi Ouvidor na Ilha Terceira, e faleceram sem sucessão".

F7) — "D. Paula Vieira de Melo, que casou com Gonçalo Novo de Lyra", havendo sucessão.

065

Depois de casado, o capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO passou a viver e residir no **Engenho Pindoba,** na Muribeca. Possuía imóveis também no Recife e em Olinda. Ao lado do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, seu pai, e de outros parentes, lutaria bravamente contra os holandeses e em 1671, por causa disso, seria beneficiado com a doação oficial das **Terras de Opy** e de outras mais, todas situadas no Agreste e no Sertão de Pernambuco, tornando-se assim co-proprietário da gigantesca **Sesmaria Ararobá**, dentro de cuja jurisdição seu filho Antônio Vieira de Melo haveria de fundar inúmeros sítios de cultura e fazendas agropastoris, inclusive a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e o **Sítio do Altinho,** dos quais procede o ALTINHO dos dias atuais, como o será comprovado na época oportuna.

Segundo Borges da Fonseca, do casal BERNARDO VIEIRA DE MELO-MARIA CAMELO houve os sete seguintes filhos:

F1) — "Bernardo Vieira de Melo, Cavalheiro fidalgo, foi capitão-mor de Igaraçu e na expedição da conquista dos Palmares, de que foi encarregado pelo Governador Caetano de Mello de Castro, procedeu tão valorosamente, como ainda lhe publica a fama e escreve **(Sebastião)** Pitta na sua História da América Portuguesa, livro 8.º n.º 36 pág. 479. que por este grande serviço foi Capitão-mor e Governador das Armas da Capitania do Rio Grande do Norte e no seu tempo se conseguiu subjugarem-se os rebeldes índios Janduís, que continuadamente oprimiam aquela Capitania, e ultimamente foi Sargento-mor e Comandante do Terço de Infantaria que El-Rei mandou criar nos Palmares. Foi senhor do Engenho de Pindoba, na freguesia de Ipojuca, que sua tia D. Juliana Bezerra, irmã de sua mãe, apelou para ele e seus descendentes. Casou duas vezes, primeira com D. Maria de Barros, filha de André de Barros Rego, Cavalheiro da Ordem de Cristo e senhor do engenho de São João da Mata, e de D. Adriana de Almeida, e deste matrimônio não teve sucessão. — Casou segunda

vez com D. Catarina Leitão, filha do Capitão Gonçalo Leitão Arnoso e de Maria Leitão. Neta por parte paterna de Pedro Leitão Arnoso, natural de Braga, Cavalheiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício e proprietário do Ofício de Escrivão dos defuntos e ausentes da Bahia, e de D. Isabel Lopes, filha de Pedro Lopes e de D. Maria Mateus; e por parte materna de Antônio Leitão Arnoso, natural de Braga, e de D. Úrsula Lopes, filha do dito Pedro Lopes". Houve sucessão.

F2) — Manuel de Melo Bezerra (morto, acidentalmente, em 1710, durante a Guerra dos Mascates), que casou duas vezes: 1a., com Cosma da Cunha, filha de Gonçalo Novo de Brito e de Cosma da Cunha; e 2a., com Maria de Almeida, viúva do capitão Valentim Tavares de Lyra e filha de Pedro Correia Barbosa e de Isabel de Moura. Borges da Fonseca não cita os filhos havidos em ambos os leitos.

F3) — "Antônio Vieira de Melo, que é familiar do Santo Ofício e vive solteiro no Ararobá neste ano de 1748". Apesar de solteiro, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, em sua casa residencial no JUPI, vivia em companhia de duas ou três índias cariris, nas quais fez três filhos (reconhecidos e legitimados pelo pai): JOSEFA MARIA DO Ó (a quem tocaria, como dote de seu casamento com o português CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, as terras do SITIO DO ALTINHO e da FAZENDA DE NOSSA SENHORA DO Ó), ANTÔNIO VIEIRA DE MELO (de quem descendem os célebres VIEIRA DE CARUARU) e Alexandre Muniz de Melo (de grande descendência no Agreste Meridional de Pernambuco).

F4) — "Manuel de Melo, que morreu menino".

F5) — "D. Maria Camelo, que casou com Francisco de Barros Rego", havendo sucessão.

F6) — "D. Ângela Vieira", que "casou com Francisco de Sá Peixoto, filho de João Peixoto Viegas e de D. Joana de Sá, de família nobre da Capitania da Bahia, para onde foram viver", havendo sucessão.

F7) — "D. Sebastiana de Melo, que casou com seu sobrinho Manuel de Nobalhos Yorrea", filho de Francisco de Nobalhos Yorrea e de Maria de Melo, sem sucessão.

066

Por decisão de Maurício de Nassau, em janeiro de 1644, deixava o Recife em direção do Agreste Meridional a primeira grande expedição militar holandesa a penetrar aqueles ermos, possivelmente marchando pela Mata-Sul, subindo pelo Vale do Rio Una e atravessando o LUGAR DO ALTINHO, tudo com o fim específico de dar combate aos negros da **República dos Palmares** através de seus mais distantes quilombos implantados desde a floresta de Cucaú até as serras dos Garanhuns e da Barriga, por cuja enorme área se espalhavam seus **mocambos** (povoações negras), um dos quais se localizava no ALTINHO — o **Mocambo do Quilombo**.

Numa petição do sesmeiro Pero Barroso, dirigida em 1623 ao então governador Matias de Albuquerque, já se falava em "lugar e paragem mui combatida e infestada de negros do mato levantados", local, na época, situado em pleno Agreste Norte-Oriental de Pernambuco. Assim, percebe-se facilmente, desde as primeiras décadas do século XVII as terras agrestinas já acolhiam e alimentavam negros africanos e seus descendentes escravizados e fugitivos do Litoral/Mata. tornando-se deste modo uma espécie de abrigo-paraíso onde a liberdade era plena para a raça negra em geral.

Barléu **(ob. cit., 253-254)**, esposando ponto de vista batavo acerca do problema palmarino e tecendo considerações sobre os quilombolas, registra:

"Os Palmares são povoações e comunidades de negros. Há dois desses quilombos: os Palmares grandes e os Palmares pequenos. Estes são escondidos no meio das matas, às margens do rio Gungoui, afluente do célebre Paraíba. Distam de Alagoas vinte léguas e do Paraíba, para o norte, seis. Conforme se diz, contam seis mil habitantes, vivendo em choças numerosas, mas de construção ligeira, feitas de ramos de capim. Por trás dessas habitações há hortas e palmares.

"Imitam a religião dos portugueses, assim como o seu modo de governar: àquela presidem os seus sacerdotes, e ao governo os seus juízes. Qualquer escravo que leva de outro lugar um negro cativo fica alforriado; mas consideram-se emancipados todos quantos espontaneamente querem ser recebidos na sociedade.

"As produções da terra são os frutos das palmeiras, feijões, batatas doces, mandioca, milho, cana de açúcar. Por outro lado, o rio setentrional das Alagoas fornece peixes com

fartura. Deleitam-se aqueles negros com a carne de animais silvestres, por não terem a dos domesticados. Duas vezes por ano, faz-se o plantio e a colheita do milho. Colhido este, descansam quatorze dias, entregando-se soltamente ao prazer. A esses palmares se vai margeando a Alagoa do Norte. Certo Bartolomeu Lintz **(Bartolomeu Lins de Vasconcelos, filho do alemão Cristóvão Lins)** vivera entre eles para que, depois de ficar-lhes conhecendo os lugares e o modo de vida, atraiçoasse os antigos companheiros e servisse de chefe da presente expedição.

"Os chamados Palmares grandes, à raiz da serra Bahé, distam trinta léguas de Santo Amaro. São habitados por cerca de 5.000 negros, que se estabeleceram nos vales. Moram em casas esparsas, por eles construídas nas próprias entradas das matas, onde há portas escusas que, em casos duvidosos, lhes dão caminho, cortado através das brenhas, para fugirem e se esconderem. Cautos e suspicazes, examinam por espias se o inimigo se aproxima. Passam o dia na caça e, ao entardecer, voltam para casa e se inquetam com os ausentes. Espalhando primeiro vigias, prolongam uma dança até à meia-noite e com tanto estrépito batem com os pés no chão que se pode ouvir de longe. Dão ao sono o resto da noite e dormem até às 9 ou 10 horas da manhã. O caminho destes Palmares é do lado das Alagoas. Encarregara-se um tal Magalhães, morador nas Alagoas, de comandar uma expedição contra estes Palmares, mas deveria ser tentada só em setembro, porque, adiantando-se o estio, há falta de água. Assim, calcularam os holandeses que poderiam subjugar aquelas populações com uma força de 300 soldados, armados de mosquetes e espingardas, 100 mulatos e 700 índios guerreando com as suas próprias armas. Os petrechos bélicos eram machados, enxadas, bipenes, facões, que serviriam para abrir e aplainar os caminhos, fora os instrumentos empregados em nossas guerras. Prometiam-se recompensas aos índios, único meio de animá-los para o perigo".

Para comandar a expedição aos quilombos palmarinos — "para onde se dirigia um aluvião de salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas, os quais eram dali mandados às Alagoas para infestarem as lavouras" —, Nassau contratou o capitão Rodolfo Baro, afamado em Pernambuco por seu arrojo.

Aos 1.100 guerreiros saídos do Recife sob o seu comando, Baro, que já conhecia todo o Agreste de Pernambuco,

reuniu 100 Cariris e Tapuias, amigos seus, com os quais convivera nas aldeias dos **Waripebas** e **Carapotós**. Teriam atravessado quase todo o Agreste Meridional e ido estacionar na Serra dos Garanhuns, em local que ficaria conhecido pelo nome de **Sítio do Flamengo,** onde, preparando-se para devastar e saquear os Palmares pequenos, as forças de Baro caíram sobre os Palmares grandes, tentando destruí-los a ferro e fogo. Informa Barléu que — "tombaram 100 negros e um dos nossos logo no início do ataque, ficando quatro feridos. Levaram-se prisioneiros trinta e um, entre os quais sete índios e alguns mulatos de menoridade **(demonstrando assim que, evidentemente, os quilombos palmarinos eram mistos, formados de negros (africanos e crioulos), índios agrestinos, mulatos diversos e até de muitos brancos aventureiros que serviam de intermediários nas negociações existentes entre a "República dos Palmares" e vários comerciantes estabelecidos na praça do Recife)**. Defendiam-se estes salteadores com uma tranqueira dupla, dentro da qual cabiam mil famílias, além das cafuas dos solteiros. Em torno, estendiam-se canaviais, mas, exceção feita do grande número de galinhas, não se observava abundância de outros animais. Nada lhes refreia a cobiça de presa, e resistem com uma alimentação escassa e simples, indiferentes, como os de Angola, a quaisquer alfaias e elegâncias".

Indiscutivelmente, a história das guerras palmarinas faz parte integrante da própria História do Agreste, principalmente o Agreste Meridional de Pernambuco, porque foi em vastíssima área de seu território que também se desenvolveria, por quase um século, a peleja imensa entre impiedosos brancos escravistas e pretos heróicos que, ao cativeira ultrajante, preferiam até mesmo o suicídio, oferecendo às gerações futuras significativa lição de altivez, de estoicismo, de liberdade e de respeito à condição humana, lição nem sempre aprendida nem assimilada até nossos dias confusos e cheios de ignóbeis truques, safadezas, camuflagens e submissões a modernos métodos de escravização não apenas de negros, mas, sobretudo, de brancos, mulatos, índios, etc., deste nosso Brasil ainda não integralmente liberto, apesar da discurseira e da demagogia em contrário.

067

Depois de 24 anos de permanência no Nordeste, os batavos, mostrando-se inadaptados e talvez até desinteressados

do domínio do chamado Brasil-Holandês, eram derrotados pelos pernambucanos e capitulavam aos 26 de janeiro de 1654.

Pereira da Costa **(Anais, II, 372)** diz que o Pe. Antônio Vieira, referindo-se ao desfecho da guerra de restauração de Pernambuco, escreveu: "Os pernambucanos, batendo e vencendo os holandeses, expulsando-os do território usurpado, deram de mão beijada a Portugal 3 cidades, 8 vilas, 14 fortalezas, 4 capitanias, 300 léguas de costa, e lhe desafogaram o Brasil, franquearam os seus portos e mares, libertaram seus comércios e seguraram seus tesouros".

Incomensurável tolice pernambucana à parte, diz o homem interiorano, em sua ultrassecular experiência de viver cara a cara com a natureza e em sua sabedoria haurida na fonte da própria vida, — que todo mal traz um bem. O dito, sem dúvida alguma, ajustar-se-ia como uma luva, se aplicado naquele inesperado "mal" acontecido em 1630, com uma nova invasão da terra pernambucana e um novo domínio, de quase um quarto de século de duração, sob o jugo dos holandeses.

Por todos os luso-brasileiros considerada um mal, a invasão batava, contudo, traria um bem, dentro de seu bojo, pelo menos para o Agreste e o Sertão de Pernambuco. De fato, pergunta-se, sem o "mal" flamengo, praticamente restrito ao Litoral/Mata da Capitania mas de indiscutível repercussão e influência social no restante de suas regiões interioranas, em cujas populações luso-brasileiras, ou mais brasileiras que lusitanas, despertaria nítido sinal de nativismo pioneiro em terras brasílicas; sem esse "mal" — repete-se para mais se acentuar a indagação — teria havido a pressa agora sentida de povoar o interior? teria havido a reiterada condescendência nas concessões múltiplas de sesmarias e datas de terras espalhadas por todo o Agreste e Sertão, provocando em seus ermos, quase de imediato, aquele seu notável surto desenvolvimentista da chamada **civilização do couro** que ainda hoje deixa surpreendido o seu vizinho da planície, o **civilizado do açúcar?**

Há, ainda, vários pontos obscuros e contraditórios na história do domínio holandês no Brasil, cuja matéria, não sendo pacífica nem definitiva, evidentemente não caberia dentro dos modestos propósitos e finalidades deste livro de simples subsídios para a história do ALTINHO. Mesmo assim, pode-se afirmar que a ocupação batava, não criando raízes em Pernambuco, jamais deveria ser considerada uma aculturação. No Brasil, os holandeses sempre agiram como simples comissários e corretores, com raríssimas exceções (uma das quais

foi Nassau), sem trazer vantagens econômicas nem criar riquezas na Colônia. O pouco que trouxeram na chegada levaram na saída, ou antes desta, acrescido de juros bem polpudos. Politicamente, porém, contribuiram em muito para modificar a mentalidade do povo pernambucano em geral, causando, de certa maneira, alguns arranhões em suas origens e em seus sentimentos tipicamente lusitanos, plantando, involuntariamente, aliás, o primeiro marco da vocação brasileira em favor da libertação nacional, evidenciando a tendência do pernambucano, pelo menos, para o viver independente e autônomo. Agora, culturalmente, pode-se considerar neutra a interferência dos flamengos em Pernambuco, mesmo porque, na época, os neerlandeses eram pobres tanto nas artes quanto nas letras, nada obstante a grandiosidade da efêmera fase nassoviana no Recife.

Na verdade, em suma, o domínio holandês tem na história pátria apenas uma importância indireta, reflexa: Aquela, já citada, de ter sido o mecanismo provocador do sentimento nacionalista no Brasil. pois seria ao impulso da resistência ao invasor batavo que os brasileiros se sentiram, realmente, uma pátria.

Consumada a expulsão, os pernambucanos cometiam, de imediato, a besteirada de reentregar a Portugal, "de mão beijada", na expressão vieirista, a generosa terra de Pernambuco, a qual, sob a forma de Capitania (não mais hereditária), dagora por diante passava a ser administrada pela coroa lusa, por intermédio de capitães-generais nomeados governadores, cessando assim, completamente, o direito dos antigos donatários e seus sucessores.

Todas essas verdadeiramente revolucionárias transformações exerceriam forte influência e concorreriam, ao mesmo tempo, para um mais intenso e rápido deselvolvimento do Agreste e do Sertão. A partir de agora a vez de crescer e enriquecer seria da região agrestino-sertaneja, enquanto que, em relação à opulência passada, o Litoral/Mata entraria em fase de empobrecimento generalizado. A civilização do açúcar ia cedendo lugar à civilização do couro; os senhores de engenho da tradicional fidalguia pernambucana como que estacionariam. enquanto tomariam vulto os fazendeiros de gado, homens sem açucarocracia, os homens rudes do aboio nostálgico e do fedorento gibão-de-couro, sertanejos das vaquejadas e das "bicadas mode calibrar os panos-do-figo", os grandes caçadores de urus — aves da família dos **odontophorídeos,** as

quais, no dizer do Pe. Fernão Cardim, como as pombas e as rolas, "em certos campos muito dentro do sertão são tantas que, quando se levantam, impedem a claridade do sol e fazem estrondo como um trovão".

068

Visivelmente satisfeito com a restauração de Pernambuco e Capitanias anexas, cujo domínio voltara ao trono luso com incrível facilidade, em face da tolice e da exagerada fidelidade a Portugal dos pernambucanos em geral, D. João IV, querendo bancar o generoso com estes súditos tão ingênuos, aos 29 de abril de 1654, assinava a seguinte resolução **(Cronologia Pernambucana, III, 227-228):**

"Eu El-Rei, Faço saber aos que esta Minha Provisão virem, que, tendo respeito ao grande valor com que se houveram os soldados do Arraial de Pernambuco na ocasião em que lançaram os Holandeses das forças do Recife, e a constância, e igualdade de ânimo, com que sofreram os trabalhos daquela guerra, Desejando remunerá-los, se não como eles merecem, ao menos como é possível, e permite o aperto em que as Guerras destes Reinos têm posto às cousas em todas as partes: Hei por bem, e Me praz que pelos ditos soldados se repartam as terras, que de qualquer maneira me podem pertencer nas Capitanias do Norte **(isto é, do Nordeste)**, que ocupavam os Holandeses ao tempo em que se começou aquela Guerra; e que da mesma maneira se provejam neles todos os ofícios de Guerra, Fazenda e Justiça, que por esta vez se houver de prover nas mesmas Capitanias, salvo os que requerem suficiência tal que se não cabe nos ditos soldados, por não ser de sua profissão; e que a dita repartição de terras, e provimento de ofícios a façam o Mestre de Campo General Francisco Barreto, e os mais Mestres de Campo dos Terços de Infantaria, que a farão proporcionalmente ao merecimento de cada um, com declaração que, havendo algumas pessoas, que pretendam ter direito às ditas terras e ofícios, o requererão pelos meios ordinários; e que esta resolução não prejudicará aos requerimentos que os Cabos, e pessoas de conta do mesmo Exército houverem de fazer para satisfação de seus serviços: Pelo que mando ao dito Mestre de Campo Geral, e Mestres de Campo dos Terços, que em tudo cumpram e guardem mui pontualmente esta Provisão como nela se contém, sem dúvida, nem embargo algum, a qual sou servido que valha como

Carta passada em Meu Nome, por Mim assinada, e passada pela Chancelaria, posto que por ela não passe, e que valha como Carta sem embargo da Ordenação do Livro Segundo, Títulos cinqüenta e nove, trinta e nove, e quarenta, em contrário; e se passou por duas vias. Manuel de Oliveira a fez em Lisboa a vinte e nove de abril de **(mil e)** seiscentos cinqüenta e quatro. O secretário Marcos Rodrigues Tinoco a fez escrever. — **Rey**."

069

Em face dos termos da carta régia, como verificar, naquela altura dos acontecimentos, respeitados os direitos de propriedade, tendo em vista os confiscos levados a efeito pelos holandeses, as bruscas mudanças de proprietários territoriais, etc.. quais as terras que poderiam pertencer a el-rei, para a distribuição legal aos restauradores de Pernambuco? Negócio meio enigmático, de cujo embaraço se livrariam os governadores autorizados a fazer a distribuição concedendo-as indistinta e arbitrariamente, a torto e a direito, através de cartas de sesmaria deferidas a quem melhor lhes parecesse. Os mais espertos, geralmente os amigos e apadrinhados dos governantes em geral, seriam os mais beneficiados na farta distribuição de terras procedida daí por diante — requeriam-nas a seu bel-prazer, uma. duas, dez vezes, com o tamanho que bem entendiam, na certeza da impunidade e do deferimento; e desse esculhambado disciplinamento é que se geraria o latifúndio nordestino — muitas terras em poucas mãos —, tão prejudicial ao sistema agrário brasileiro até os dias atuais, visto que sua reforma, honesta, prática, ampla, racional, até aqui jamais saiu do papel. El-rei mandava que as terras fossem distribuídas de sesmaria na forma das Ordenações, porém as cartas de doação e os forais deixariam em aberto o problema da área — e como área territorial era o que mais existia no Brasil daqueles tempos, haja concessões de 10, 20, 50, 100 e mais léguas de terras a um único sesmeiro (geralmente abastado), com a agravante da reincidência.

As sesmarias seriam distribuídas sem ônus algum, salvo o dízimo a Deus, em face do que, absolutistas em suas Capitanias, os capitães-generais governadores fariam as respectivas concessões deixando de impor aos sesmeiros a necessária cláusula de demarcação dos terrenos dentro de 5 anos, sob pena de perdê-los. como em Portugal. Por outro lado, não ha-

veria exame rigoroso nos requerimentos de terras, de modo que ninguém se daria ao trabalho de verificar se já havia sido dado a terceiro terreno agora requerido, disso nascendo ser concedido o mesmo terreno a dois, três e mesmo quatro requerentes diversos, e surgindo em conseqüência intermináveis questões de terras, geralmente decididas na ponta do punhal ou no papoco dos bacamartes, através da violência, pura e simplesmente.

Fosse como fosse, o fato irreversível é que a ordem real entrava em vigor e, como primeira conseqüência sua, surgida quase de imediato, tinha início o povoamento oficial, "branco e cristão", e mais intensivo, das áreas agrestino-sertanejas de Pernambuco, povoamento feito por pernambucanos, baianos, portugueses e caboclos da terra. Estranhamente, não ocorreria distribuição daquelas terras entre os negros, mesmo os heróicos **henriques** (pretos comandados por Henrique Dias) que tanto lutaram e tanto concorreram para a expulsão dos flamengos do solo brasileiro. A injustiça é flagrante.

070

Limeira Tejo, reportando-se ao povoamento do interior pernambucano, no livro **Brejos e Carrascais do Nordeste**, ensina que a vida no Agreste brabo, como no ALTINHO, no CARURU, no ARAROBÁ, no LIMOEIRO, etc., nasceu dos currais de gado grosso com que os sertanistas iam marcando o caminho de suas penetrações pela Borborema. Quando o Litoral/Mata já possuía uma sociedade secularmente estruturada, a zona agrestina abrigava ainda um povo de vaqueiros e preadores de índios, vivendo à lei da natureza e matando-se por uma simples ribeira de riacho na terra sem água.

Foi um mundo de heróis, esse que surgiu, frutificou e cresceu diferente e difícil. O fogo das queimadas gigantescas o devastou, abrindo na capoeira o caminho de um conquista violenta e machista, assentando as bases de uma agricultura de emergência. Seus largos chapadões convidavam à dispersão pastoril num mundo ainda sem cercas. Nada limitava a corrida pela caatinga a dentro, quando os vaqueiros estendiam seus campos e pastagens para o Oeste. O indígena — Cariris e Tapuias — era feroz, mas não constituiu barreira diante da qual tivesse de estacar a penetração e tornou-se apenas um obstáculo que se teve de romper e domar a ferro e fogo,

com o entusiasmo selvagem de uma campanha perigosa e fascinante ao mesmo tempo.

Para o agrestino Tejo, a região do Agreste é um sertão atenuado e já ocupado economicamente de maneira firme e definitiva. Nada mais de pantanal, de terras baixas, de verduras perpétuas. O ar está parado, invadido por uma luz intensa, abafado pelo mormaço que sobe da terra esquentada. Os campos ressequidos, desolados, são como a cinza imensa que houvesse ficado do incêndio do mundo. Não se ouve pelo verão o menor ruído de água a correr. Não se avista mais nenhuma sombra de árvore. Só lá no fundo do horizonte há perfis azulados de montanhas sem fim, para onde a vista pode fugir e descansar das cores cavas dessa paisagem incendiada.

O marmeleiro e a catingueira são a nota dominante de toda a vegetação. A poeira dos redemoinhos de vento cobre o mundo todo. Já ao nascer, o sol queima que nem um **cobreiro** vivo. Pequenos lençóis de areia abrem claros, de quando em quando, na continuidade vegetal desse mundo bruto. São os pontos avançados do deserto físico que, sem encontrar a resistência da mais ligeira umidade, vem vindo do Sertão para vingar a natureza destruída pelo fogo dos invasores.

Com as entradas definitivas pelo Agreste e pelo Sertão, um novo mundo era descoberto pelos brancos em geral, em cujas regiões os novos governantes da Capitania já começavam a descobrir e enxergar o autêntico celeiro abastecedor das populações litorâneas atoladas no massapê da monocultura da cana de açúcar para a exportação desenfreada de um produto que só enriquecia pequena minoria de privilegiados senhores de engenho. A **civilização do couro** começa a impor-se e a marchar firme para a sua fase de consolidação. Sua história — da qual a conquista e posse do LUGAR DO ALTINHO poderia representar síntese bastante expressiva — seria dura, cruel, por vezes impiedosa. Na terra agrestino-sertaneja todas as suas pedras, todas as suas árvores, todos os seus grotões e capoeiras, tudo irá falar em rixas lendárias, de combates horrendos, de crimes pavorosos, de perversidades incríveis. No ermo pavoroso desses descampados se levava e se levaria uma vida sem humanidade, de ódios primitivos, de injustiças sociais, cimentada a sangue, suor e lágrimas. Uma história coronelista de truculências, de vinganças mesquinhas e monstruosas, de crueldades espantosas, história escrita a

ferro e fogo, barbaramente, pelas gentes que defendiam um lugar ao sol nesse mundo hórrido.

A princípio foi o pobre tapuia/cariri que era preciso tanger, empurrar, afastar, sem dó nem piedade, para os confins misteriosos da terra desconhecida. Depois, é a luta dos posseiros, a luta entre os próprios conquistadores pela posse violenta dos terrenos onde se encontrava a água, abundantíssima na fase invernosa, escassíssima durante as prolongadas épocas de seca. Tendo tomado de empréstimo aos índios sua organização social, aceitavam também os invasores a sua fatalidade guerreira. A **gens** do sertanista era, antes de tudo, um grupo de resistência. Mas, nessa sociedade primária que se desenvolvia num meio economicamente de superpopulação absoluta, isto é, onde os recursos de subsistência eram insuficientes para o número de habitantes, não era possível estabelecer o limite em que essa resistência deixava de o ser, para se transformar em agressividade.

No mundo agrestino em desenvolvimento a seleção se foi fazendo — não pelo critério biológico, mas, sim, pelo do socialmente mais forte, ou seja, o mais bem armado. Caso típico de coronelismo. O vencido ficava cheio de ódios. E o vencedor, reconhecido depois juridicamente o dono da terra, permitiu-se o exercício de uma tirania apoiada na justiça oficial que, deformada e submissa aos coronéis donos do mundo municipal, veio de ser distribuída em suas plagas. É disso que se originariam as inimizades tremendas entre grupos familiares e que, até bem pouco, davam à fisionomia local u'a nota desumana de guerra permanente. As lutas políticas — lutas pelo poder — dariam depois uma intensidade tal aos ódios que se chocavam, a ponto de cada chefe de facção ficar sendo, na prática, um autêntico chefe de bandidos. Suas eleições quase nunca passariam de simples pretexto para se derramar sangue humano, feito o sertão brabo, onde se assassinavam juízes de Direito como se mata cachorro doido na rua, tudo caindo na mais cínica impunidade. Por outro lado, esses magistrados ou pertenciam à família que "estava de cima", ou eram casados nela — distribuindo, portanto, uma justiça doméstica, facciosa, indecente.

Nessa sociedade, de modo geral, estar de cima queria dizer ter força para tomar a terra do inimigo, mandar a polícia (ou a capangagem do coronel-manda-chuva) invadir a sua propriedade, desarmar os moradores, violentar-lhes as filhas, apropriar-se de bois e cavalos. Estar de baixo significava ter

a desgraça batendo na porta ou entrando em casa sem bater, e ter de lutar que nem fera bravia para não ser corneado, violentado, arruinado, morto.

O realista quadro tejista escora-se no passado histórico da região agrestino-sertaneja, a região das caatingas, onde a movimentação agora em 1654 se iniciava com a distribuição de suas terras através de cartas de sesmaria, geralmente concedidas a seus descobridores, os quais ali situariam, como no LUGAR DO ALTINHO, por exemplo, sítios de cultura e fazendas de criação, assim fundando pequenos núcleos populacionais, de onde vêm, em crescente desenvolvimento, seus povoados, vilas e cidades.

071

Essas descobertas e explorações de mundos semidesconhecidos e ainda ocupados por Tapuias e Cariris tão selvagens quão valentes, eram levadas a efeito por iniciativa particular, indisciplinadamente, por esses às vezes célebres e temerários sertanistas e bandeirantes que, reunindo gente armada a seu redor e às suas expensas, internavam-se ao deusdará, sem norte e sem guia, pela amplidão sertaneja, em busca de aventuras e do desconhecido. Seriam eles os cabras machos pioneiros no desbravamento sertanejo e na fixação definitiva em terras do Agreste, acerca de cuja região escreve **Tadeu Rocha:**

"Situado entre a planície costeira e a depressão sertaneja, o Agreste pernambucano confunde-se com o planalto da Borborema. Com a largura de 100 e 150 km, ele corta Pernambuco de norte a sul, apresentando rebordos bem nítidos, que parecem constituir dois esporões orográficos. O mais oriental é formado pelas "serras" que se erguem por trás da planície atlântica — a Zona da Mata — e possui nomes locais, inclusive o de RUÇAS, por onde se costuma galgar a velha chapada. O esporão ocidental é a descida para o planalto sertanejo, através das "serras" do Acaí, Mimoso, Buíque, Garanhuns e Bom Conselho. No Agreste, o clima passa de tropical (quente e úmido) a semi-árido (quente e seco). Ali também começa o domínio das caatingas, que se estendem até a Bahia e o Piauí. Somente nas cristas da Borborema é que elas cedem lugar aos "brejos", onde o clima menos quente e mais úmido gera solos mais profundos, de grande interesse para a agricultura regional."

"Concluída a Guerra Holandesa com a Restauração Pernambucana, os nossos criadores de gado puderam, então, espalhar os seus rebanhos pelo planalto da Borborema, cujo nome tupi significa mesmo — o deserto. Os rebanhos dividiram-se pelos "currais de fora", até à boca do sertão do São Francisco, porque mais além já estavam localizados os "currais de dentro" de origem baiana. Nos começos do século XVIII, exatamente no ano de 1738, já eram palmilhados dois conhecidos roteiros, entre o Recife e o sertão de Pernambuco, através do Agreste. O primeiro era o **Caminho do Capibaribe,** aliás o mais antigo, pois a civilização nordestina nascera nas várzeas desse rio. O segundo, o **Caminho que segue pelo Pojuca e passa pelo Urubá,** utilizava os vales secos do Ipojuca e do Una **(passando pelo LUGAR DO ALTINHO, naturalmente).** Ainda hoje, com toda a moderna técnica ferroviária e rodoviária, os vales desses três rios, que descem do rebordo ocidental da Borborema, constituem os Caminhos de penetração do Agreste pernambucano."

072

Os luso-brasileiros restauradores de Pernambuco, cientificados da Resolução régia de distribuição de terras interioranas entre aqueles batalhadores que as quisessem desbravar e povoar, tentavam a penetração acentuada do Agreste, cuja região, através principalmente dos vales do Capibaribe, Ipojuca e Una, se lhes tornara familiar durante os avanços e recuos da campanha contra os flamengos, mas, além das barreiras naturais, a começar da **Serra Comprida** (atual **Serra das Ruças**), formadas pelas sucessivas montanhas integrantes do sistema orográfico da Borborema, topavam com outras barreiras mais perigosas, constituídas por diversas tribos de ferozes tapuias-cariris, por um lado, e por verdadeiras legiões de assaltantes negros, pelo outro, negros de modo geral vinculados aos quilombos palmarinos espalhados não apenas pelo interior das Alagoas, mas, também, por todo o Agreste Meridional pernambucano. Assim, as entradas dos sertanistas saídos do Litoral/Mata tinham de processar-se lenta e cautelosamente, mesmo porque o governo lhes oferecia as terras, porém não lhes dava armas, munições nem outros meios de conquista e fixação nas terras agrestino-sertanejas.

De modo geral, até depois da expulsão dos holandeses, a paisagem do Agreste de Pernambuco sofrera a ação do

homem civilizado apenas em pequenas áreas do Goitá, do Limoeiro e do Jupi. O resto ainda vivia mais ou menos ao sabor da natureza, para a qual parece não existir o tempo, pois o que marca a sua passagem e permite constatar a existência de um passado, do presente e de um futuro são as mudanças que transformam aquilo que já foi em algo que já não é mais. A natureza é imutável, imersa em seu eterno ciclo de nascimento, vida, morte e renascimento jamais deixa de ser a mesma a qualquer tempo, como se não vivesse ou como se vegetasse indefinidamente. O Agreste de meados do século XVII era o mesmo Agreste do início da colonização de Pernambuco, o mesmo Agreste de todos os tempos.

Com o parque industrial açucareiro implantado em suas áreas e com a depredação florestal advinda da estúpida extração excessiva do pau-brasil, o panorama do Litoral/Mata de Pernambuco já era bem outro, inteiramente diferente daquele apresentado pouco mais de um século antes, perdera a virgindade da mataria, conhecera a poluição dos rios. entrara em fase regressiva. A Mata agora era terra de muitos donos; o Agreste era terra ainda à espera de donos, os quais já iam aparecendo, atraídos por sua natureza bravia. fugindo do mundo das fornalhas infernais da aristocracia açucareira. fugindo talvez do frio e cruel mundo comercial das localidades litorâneas. Nas plagas agrestino-sertanejas tudo ainda estava por fazer. A terra é dura, carrasquenta, considerada pobre para a agricultura, embora propícia para a criação de gado. É terra de interior brabo, o mato, o "certam" das crônicas coevas, lugar de solidão, mais difícil de penetrar que no Sul do Brasil, onde os rios correm para o coração do continente, como em São Paulo, e não para o mar, como no Nordeste.

No Litoral/Mata a terra ia ficando pouca para tanta gente a ocupá-la, era cultivada apenas pelos senhores de engenho, os açucarocratas que tangiam para o interior da Capitania índios, pequenos agricultores livres, gado, tudo quanto não fosse cana de açúcar.

Felizmente o gado se conduzia pelos próprios pés. Era tangê-lo e seguir atrás — onde passa o boi, passa o homem, com ou sem cavalo. É o gado quem sobe a Borborema e puxa o homem lá para cima; é o gado quem povoa o Agreste e o Sertão, fixando-se por toda a ribeira do São Francisco — o **Rio dos Currais** —, espalhando-se da Bahia até o Maranhão, radicando-se e dando-se bem em todo o interior do Nordeste. Por isso, antes de tudo, o sertanejo nordestino é um criador

de gado, o **civilizado do couro,** tipo viril, duro na queda e muito ingênuo ao mesmo tempo, supersticioso que só ele.

073

Fincado no Agreste e no Sertão, o vaqueiro dependerá pouco do **civilizado do açúcar**. Seu mundo agropastoril coexistirá com o das grandes plantações açucareiras, mas sempre será independente deste. Os agrestino-sertanejos negociam com os litorâneos, vendendo-lhes gado, carne do sertão, queijos, manteiga, fumo de rolo, feijão, milho, etc. e comprando-lhes implementos agrícolas, roupas, sapatos, armas de fogo, munições, pólvora. Na verdade, contudo, exceção para a pólvora, as armas e munições respectivas, não precisam de nada disso, pois do boi extraíam tudo, ou, como se diz pelo interior nordestino, do boi só não se aproveita o berro — o boi era e é ao mesmo tempo seu meio de vida e seu meio de obter dinheiro. Quando esta segunda função se torna difícil, por exemplo, durante uma crise do açúcar, a primeira lhe basta, costurando-se com as próprias linhas. Falta sal para o gado? O sertanejo não se aperta: Há salinas naturais, os **lambedouros** do Sertão, água salgada às margens do São Francisco. Há falta de roupas? de sapatos? O couro do boi fornece-lhe tudo isso de graça e com muito maior duração.

O Sertão é um mundo isolacionista e auto-suficiente. Não fosse o flagelo das secas periódicas...

Estiagem à parte, o sertanejo, com o tempo, acostuma-se com a rudeza do Sertão e não sente a menor atração pela pancada do mar, preferindo mesmo, quando necessário, nos negócios com o Litoral, usar um intermediário — o comerciante estabelecido no meio do caminho, ou seja, no Agreste, onde os dois mundos se encontram e se entendem. Mesmo porque todo agrestino é meio sertanejo, é muito mais sertanejo que litorâneo, como o altinense, por exemplo. O homem do Litoral/Mata é caranguejo com medo de terra seca. Quando rico e poderoso, faz como João Fernandes Vieira, em 1655, — adquire terras no Agreste e no Agreste não pisa, mandando seus vaqueiros desbravá-las, povoá-las, criar gado em seus pastos, tudo sob a direção de um administrador ou feitor. Quem vai fixar-se definitivamente no Agreste é o sertanista calejado no ofício, o sertanejo que **desce** — como os **Barros de Santa Tereza** — e acomoda-se no meio da jornada, com raras exceções.

O Agreste é o meio termo de Pernambuco — tende a plantar e colher, como no Litoral/Mata, mas, também, tende a criar gado, como no Sertão. Mas é o Sertão quem mais o marca. Como qualquer sertanejo lá de cima, o agrestino planta e cria muito mais para subsistir do que para comerciar, embora, por influência do homem litorâneo, sirva de intermediário entre muitas transações comerciais.

O homem do Agreste, como o altinense, por exemplo, talvez seja o pernambucano mais autêntico, pois, dentro de si, carrega virtudes e defeitos do litorâneo lá de baixo e do sertanejo lá de cima, tanto se destaca no criatório quanto no comércio, gosta de açúcar e de carne de sol, utiliza a **peixeira** como também o bacamarte-boca-de-sino, diverte-se tanto num reisado como numa vaquejada, forma-se nas faculdades da capital e logo em seguida se soca no mato, exibindo anel de doutor no dedo e empunhando chicote para tanger gado nas fazendas de criação. Assim é a formação do homem do Agreste, o **civilizado do couro**, cuja história vem dos currais implantados em suas terras por sertanistas destemidos do quilate de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, JOSÉ VIEIRA DE MELO, entre outros, e terá prosseguimento através de seus descendentes e agregados.

074

Aos 22 de julho de 1654, o velho sertanista ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, português tantas vezes citado nesta obra como pioneiro no desbravamento e povoamento do Agreste Meridional, comparecia perante a Repartição das Armas do Governo Geral do Brasil, na Cidade do Salvador, Bahia, e registrava — segundo **Documentos Históricos, XVIII, 264/266** — a carta-patente lavrada pelo rei de Portugal em seu favor, por haver lutado contra os holandeses entre 1630 e 1637, "sempre com muita bravura". Seus principais feitos bélicos destacavam-se no Arraial do Bom Jesus, nas fortificações de Porto Calvo, no violento encontro de Sirinhaém e na batalha contra as forças de Henrique de Nassau.

Licenciado depois das lutas de 1637, visitara a Espanha, onde cogitara de sua reabilitação política e social junto ao governo lusitano, já que havia vindo para o Brasil como um desterrado. Estudado seu caso, D. João IV, aos 12 de setembro de 1646, em reconhecimento de seu heroísmo na guerra contra os flamengos, promovera-o ao posto de Capitão de Infan-

taria, fazendo-lhe mercê de "uma Companhia de Infantaria das que ficarem de Presídio em Pernambuco".

Já muito velho e bastante cansado, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, senhor e possuidor da propriedade denominada **Modixote (ver tópico 064),** recolhera-se ao **Engenho Pindoba,** na Muribeca, pertencente ao seu filho BERNARDO VIEIRA DE MELO, que também se destacara como bravo guerreiro nas lutas de 1645/54 pela restauração de Pernambuco. Ali, o bravo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO teria falecido de "morte morrida" na santa paz do Senhor.

No livro **O Centenário da Independência em Canhotinho,** seus autores Baptista de Almeida e Cícero Siqueira, reportando-se ao português ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, afirmam que a história da fundação da cidade do JUPI (na época da edição do livro, 1922, ainda simples distrito do Canhotinho) é quase lendária; e, baseados em seguras declarações do capitão Vespasiano José de Melo, divulgam a seu respeito a seguinte versão:

— Foi o fundador do Jupi, há trezentos e tantos anos, Antônio Vieira de Melo, desterrado pelo Rei de Portugal e conduzido ao Brasil, desembarcando na Bahia, cujo governo o deportava para os confins dos sertões nordestinos. Consigo, Antônio Vieira de Melo levava uma espingarda carregada; e, uma vez expulso da capital, embrenhava-se pelas matas, sem roteiro de qualquer espécie, andando semanas e semanas, assaltado de mil e um perigos, até cair prisioneiro numa taba indígena localizada na área hoje ocupada pela cidade alagoana de União (antiga **Imperatriz**). Os índios o cercavam e conversavam entre si. Nesse ínterim, aproveitando-se de uma distração, Antônio Vieira de Melo detonava sua espingarda, matando uma ave. Diante desse acontecimento jamais presenciado pelos gentios ao redor, surpreendiam-se estes, tornando-se o astuto português não só um detentor de suas simpatias mas, ao mesmo tempo, um grande personagem entre eles.

— Passaram-se alguns meses e, um belo dia, o desterrado lusitano convidava seus companheiros de selva para a construção de uma aldeia junto a uma fonte permanente de água. Em face disso, o chefe da tribo o informava de que a melhor fonte sua conhecida ficava muito ao Norte e chamava-se OLHO D'ÁGUA DO PY (local em que, atualmente, se situa a Cidade do JUPI, no Agreste Meridional de Pernambuco) E para lá rumavam todos. Chegados ao local, construíram — os índios e Antônio Vieira de Melo — fortes mocambos para mo-

radia, passando todos, daí por diante, a viver na mais íntima camaradagem. Um dia, porém, entendera Antônio Vieira de Melo de visitar a Bahia e, firme no propósito, pedia ao chefe da tribo a cessão de dois índios de confiança e experientes, para companheiros de viagem, sendo atendido.

— Na Bahia, onde surgiam sãos e salvos, os destemidos andarilhos eram recebidos com admiração pelo governador, a quem Antônio Vieira de Melo expunha todos os seus feitos e solicitava ferramentas e sementes para o cultivo da terra agrestino-pernambucana do OLHO D'ÁGUA DO PY, conseguindo-as prontamente e regressando a seus pagos, onde, dali por diante, ensinava aos companheiros da aldeia o uso das ferramentas e das sementes. dando início, ali, aos primeiros roçados daqueles ermos. Um pouco mais tarde, procurando saber onde encontraria gado para a criação, era informado de sua existência em larga quantidade apenas no Piauí, para cuja região, de acordo com o chefe da tribo, expedia quatro índios com as instruções necessárias para apanhar as reses e trazê-las para o OLHO D'ÁGUA DO PY. Passado um ano. finalmente, reapareceram os quatro índios conduzindo 8 cabeças de gado — 2 touros e 6 vacas, completamente domesticados. E assim, naquele perigoso fim de mundo, surgira sua primeira fazenda agropastoril.

— Conta-se mais, desse extraordinário Antônio Vieira de Melo, que, em outra de suas idas à Bahia, caindo prisioneiro de uma feroz tribo e com ela lutando para salvar-se, fizera uma promessa a Nossa Senhora **(do Rosário),** jurando que, se Ela o livrasse da morte quase certa, ele levaria sua imagem para o OLHO D'ÁGUA DO PY e cingiria sua fronte com uma coroa de ouro. Milagre ou não, o fato é que escapava da peleja; e cumprira a promessa, "conduzindo a imagem que ainda hoje é festejada no Jupi". Quanto à coroa — prosseguem afirmando Baptista de Almeida e Cícero Siqueira em 1922 —, que é de ouro maciço, há bem pouco tempo um amante de coisas históricas ofereceu por ela 2 contos de réis **(verdadeira fortuna, na época)**.

— Terminado o tempo de sua deportação **(quando já era um homem muito rico),** voltou Antônio Vieira de Melo a Portugal, de onde trouxe para o Brasil, tempos depois, a sua família **(isto é, os seus pais)** e o direito de posse da terra que cultivara **(e que serviria de sede, mais tarde, da célebre e imensa SESMARIA ARAROBÁ)**.

— Há bem pouco tempo, o tte. Eduardo José de Melo, o varão centenário de quem falamos na parte histórica de Canhotinho **(o qual, em 1922, tinha 101 anos de idade e ainda estava perfeitamente lúcido)**, possuía os papéis onde estava traçada a sesmaria doada pelo Rei de Portugal a Antônio Vieira de Melo.

— Eis como se conta, em poucas palavras, a origem de OLHO D'ÁGUA DO PY **(também conhecido, na época, pelo apelido de TERRAS DE OPY)**, que as gerações sucessivas mudaram para o nome de Jupy.

— De Antônio Vieira de Melo é bisneto o mesmo tenente Eduardo José e também o foi Francisco Inácio de Paiva e Melo, dirigente político do Jupy por muitos anos e avô de Francisco Inácio de Paiva Melo Jr. (Cel. Paizinho), chefe de Canhotinho **(até março de 1902)**.

075

Esse notável ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, tronco da família Vieira de Melo em Pernambuco, nada obstante haver passado para o Brasil na deplorável condição de desterrado, enriqueceu em conseqüência de sua aventura nas TERRAS DE OPY e, mais tarde, adquiriu o **Modixote,** grande propriedade rural na Mata-Sul de Pernambuco, passando a integrar, daí por diante, o círculo social dos **nobres** da Capitania duartina. Segundo o **Nobiliário Colonial,** teve mercê do lançamento do Hábito de Aviz em 15 de dezembro de 1654, "pelos serviços prestados desde 1630 até 1650 em Pernambuco (Olinda), Nazaré, fortificações do Cabo de Santo Agostinho, Paranamirim e Porto Calvo". Dele se diz ter sido um grande sertanista e seria de fato o primeiro homem branco a desbravar e povoar as TERRAS DE OPY, em cuja serra central teria fundado uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário. Conhecia profundamente o Agreste Meridional e possivelmente travara conhecimento com os quilombolas que teriam dado o nome aos CAMPOS DOS GARANHUNS, não se sabe se lutando contra eles ou se convivendo pacificamente com eles. Sabe-se, apenas, que as terras pelas quais andou, procurando civilizá-las, mais tarde seriam requeridas por seu filho BERNARDO VIEIRA DE MELO **(ver tópicos 064 e 065)**, o senhor do **Engenho Pindoba,** e mais dois companheiros de lutas contra os flamengos, e constituiriam a SESMARIA ARAROBÁ, em cuja área vastís-

sima surgiriam diversas localidades agrestino-sertanejas, inclusive o ALTINHO, uma de suas principais.

Em Portugal, os VIEIRA DE MELO eram gentes fidalgas e possuíam brasões de armas. Segundo **Brasões de Portugal,** trabalho publicado na **Nobiliarchia Portuguesa,** de Antônio de Vilas Boas e Sampaio, o brasão da família VIEIRA tem — "em campo vermelho seis vieiras de ouro, em duas pallas realçadas de preto. TYMBRE: dous bordões de Santiago de vermelho, em aspa, ferrados, com huma vieira das Armas entre elles, & atados com hum troçal de prata. A Belchior Vieira de Ternate se deu por Armas em campo vermelho hum baluarte de prata sem portas, lavrado de preto, de dentro do qual apparece hum braço vestido de malha, com espada nua, cabos de ouro, ao pé de huma cabeça de Mouro tocada de prata. TYMBRE: o braço com a cabeça pendurada de huma fita".

No trabalho **Origem de Algumas Famílias Portuguesas que têm brasão de Armas,** Salvador de Moya assegura que a família VIEIRA descende — "de d. Arnaldo de Baião (983), da Gasconha (França), que morreu de uma seta no cerco de Viseu. Por linha feminina descende de Caio Carpo, régulo da Maia, no tempo dos romanos, quando foi aportar a Galiza o corpo do apóstolo Santiago, que apareceu coberto de conchas ou vieiras".

Quanto ao MELO, segundo **Brasões de Portugal,** seus familiares — "têm por Armas em campo vermelho seis besantes de prata, entre huma doble Cruz, & huma bordadura de ouro. TYMBRE: huma águia preta abuzentada de prata" e "procedem de D. Pedro Fermaris contemporâneo do Conde D. Henrique. He seu solar a Villa de Mello na Provincia da Beira. He delles a Casa do Duque do Cadaval, Marquez de Ferreira, do Conde de S. Lourenço, & do Conde da Ponte Monteiro mor & dos senhores da Villa de Mello, que he o solar desta Família". E, segundo Salvador de Moya, — "procede esta família de D. Pedro Fornaris, contemporâneo do conde d. Henrique de Borgonha (pai do 1.º rei de Portugal). O solar desta família é a vila de Melo, na Província da Beira. Dela descendem os duques de Cadaval e outros titulares. Pedro Fornaris teve assento na vila de Guimarães, bem como os seus descendentes. Mais tarde, seu descendente Mem Soares Guimarães, ao comprar o senhorio da vila de Melo (a 4 léguas da cidade de Guarda), de Gonçalo de Sá, — começou a usar o apelido de Melo. Também usaram os desta família o apelido "**Riba de Visela**",

porque moravam junto a este rio, o qual corre por trás da serra de Santa Catarina".

Aqui ficam registrados, portanto, os brasões de armas e as origens portuguesas dos VIEIRA E MELO, que constituem a primeira família civilizada nascida no LUGAR DO ALTINHO, precisamente na casa-grande da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** do capitão CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, casado com JOSEFA MARIA DO Ó, que era filha do extraordinário sertanista ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, homônimo e neto **(ver tópicos 064 e 065)** do citado ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, senhor de **Modixote** e povoador das TERRAS DE OPY.

076

Tadeu Rocha **(Delmiro Gouveia, 111),** reportando-se à concessão de várias sesmarias no interior pernambucano em meados do século XVII, esclarece:

"O clássico ensinamento do mestre Capistrano de Abreu sobre a limitada expansão geográfica de Pernambuco para o Oeste, durante o período colonial, já está completamente superado. Enquanto o grande historiador situa as entradas pernambucanas, pelos meados do século XVIII, na faixa oriental do Agreste, precisamente na altura de Bezerros, as nossas velhas famílias de criadores de gado já povoavam o ocidente dessa região e várias partes da zona sertaneja, onde começaram a surgir as primeiras paróquias. As freguesias de Bom Jardim (1757), Garanhuns (1786) e Brejo da Madre de Deus (1797), foram criadas tanto no norte como no sul da zona ocidental do Agreste, durante a segunda metade do terceiro século da nossa história, quando também surgiram no sertão as freguesias de Águas Belas (1766) e Buíque (1792), diretamente ligadas à colonização pernambucana. Sobre todos estes marcos da nossa expansão colonial avulta a localidade de Cimbres, que foi paróquia em 1692 e mereceu a categoria de Vila em 1762. No caso de Águas Belas, sabe-se que o sertanista João Rodrigues Cardoso, seu fundador, partiu de Santo Antão da Mata e foi localizar-se junto à serra do Comunati, na bacia do rio Ipanema, afluente do São Francisco.

"Foi mesmo subindo o São Francisco que se iniciou a penetração pernambucana para a zona sertaneja, nos começos do século XVII. As pesquisas do sergipano Felisbelo Freire, sobre história territorial, e do cearense Pe. Antônio Gomes de Araújo, a respeito de famílias sertanejas do Nordeste, e os

recentes estudos dos historiadores Diegues Júnior, Barbosa Lima Sobrinho, Amaro Quintas e José Antônio Gonsalves de Melo, referentes à nossa evolução econômica e social, permitem concluir que os pernambucanos se adiantaram aos baianos na conquista do baixo e do baixo-médio São Francisco e estenderam os **currais de fora** até o sertão. Antes de subir os vales do Capibaribe, Ipojuca e Una, foram povoando a margem esquerda do grande rio e em 1611 já ocupavam as abas da zona sertaneja, como se vê no **Livro Que Dá Rezão do Estado do Brasil**, na sua primeira redação conhecida, de 1626, cujo manuscrito pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Examinando as cartas anexas ao precioso manuscrito, o historiador Diegues Júnior identificou o lugar Jaciobá como o sítio da cidade alagoana de Pão de Açúcar, no sertão do São Francisco, onde os brancos se fixaram em 1611.

"Pondo-se de parte qualquer preocupação com os problemas históricos de descobrimento e conquista do curso inferior do São Francisco, encontram-se logo os fatos antropogeográficos da colonização das suas margens, iniciada com a restauração de Penedo por Jorge de Albuquerque Coelho, na sua expedição de 1560/65, ficando-lhe reservada uma data de terra na margem esquerda do rio. Ao mesmo tempo que a localidade do Penedo prosperava, a ponto de ser elevada a Freguesia em 1614 — ao que se deduz de uma petição do Senado da Câmara da Vila, dirigida a El-Rei em 1732 — e de merecer a categoria de Vila **(e Município, conseqüentemente)** em 1636, a civilização ia subindo a margem norte do São Francisco.

"Na opinião do historiador alagoano Craveiro Costa, coube a Belchior Alvares Camelo, primeiro Alcaide-Mor do Penedo **(ver tópicos 062 a 064)**, as terras situadas entre Picão de Coruripe e a foz do São Francisco, no litoral sul da Capitania de Pernambuco. No ano de 1596, foi doada a João da Rocha Vicente uma sesmaria "na testada do Reguengo de Jorge de Albuquerque", segundo consta de uma velha sentença do Juízo da Ouvidoria Geral do Cível da Cidade da Bahia, onde também se aceita que o dito João da Rocha Vicente e seu genro Sebastião da Rocha Dantas "foram os primeiros povoadores que houve em o rio São Francisco e que eles seguraram os caminhos dos assaltos e furtos que faziam os gentios levantados e os escravos de Guiné."

Com o desbravamento e povoamento de vasta área do sertão são-franciscano, onde destemidos sertanistas passavam

a viver criando gado em largas proporções, como BELCHIOR ALVARES CAMELO, André da Rocha Dantas, João da Rocha Vicente, Sebastião da Rocha Dantas, entre outros, e com a transformação das TERRAS DE OPY, no Agreste Meridional, em cultivada propriedade agropastoril, é possível haja sido intensificado o tráfego pelo **caminho do Una,** no meio do qual se situava o LUGAR DO ALTINHO, ainda despovoado em meados do século XVII em face, talvez, dos quilombolas, que infestavam a região assaltando a quem, desprevenido, por ali transitasse, roubando gado, destruindo sítios e fazendas, amedrontando todo o mundo ao redor. Consta que, na jurisdição do LUGAR DO ALTINHO, os negros mantiveram, durante largo espaço de tempo, a povoação denominada MOCAMBO DO QUILOMBO, cujo local ainda hoje sobreexiste, com o nome de QUILOMBO.

077

Competia ao governo de Pernambuco o repartir e doar as terras devolutas de sua Capitania, principalmente entre os soldados e oficiais que haviam arriscado suas vidas na guerra de restauração, como o ordenara o reino **(ver tópico 068),** mas, abusando do poder, o governador-geral do Brasil, intrometendo-se indebitamente nos negócios pernambucanos, passava a conceder suas terras a seu bel-prazer, distribuindo-as entre seus amigos e bajuladores, mediante simples petição sem qualquer fundamento legal, desta maneira criando latifúndios improdutivos e prejudicando enormemente agricultores e criadores saídos de Olinda e do Recife para o cultivo do solo agrestino-sertanejo. O mais grave era que, via de regra, o governo pernambucano (exercido também por lusitanos, como o governo-geral) acomodava-se à anômala intervenção e deixava que as terras destinadas aos vencedores dos holandeses fossem repartidas fartamente entre baianos nem sempre merecedores de possuí-las e quase sempre desinteressados no progresso e no desenvolvimento de Pernambuco. Contudo, mandava quem tinha força e obedecia quem era fraco. Em tais condições, o desembargador Cristóvão de Burgos e Contreiras, apesar de já possuir vastidões de terras na Bahia, em Sergipe e nos sertões de Pernambuco, usando da influência de seu cargo junto ao governo-geral e crescendo os olhos sobre vasta área territorial existente nas fronteiras das Alagoas com o Agreste Meridional (região em que, mais tarde, se for-

maria o Município de Palmeira dos Indios), fazia requerimento, em 1661, assim redigido:

"Dizem o doutor Cristóvão de Burgos, dona Maria de Burgos, viúva do capitão Manuel de Couto e Eça, Pedro Ferreira de Afonseca, João Fragoso de Afonseca, Francisco Ferraz de Souza, Baltazar Pires, Manuel Ribeiro de Almeida e dona Ventura de Souza, que têm notícia de que no Distrito de São Francisco. Capitania de Pernambuco, donde está um Riacho chamado Mundaú e neste uns campos de terras, e terras que servem de pastos de gados, os quais até o presente se não ocupou, nem pessoa alguma o povoou, estão devolutos, e os Suplicantes os querem para ir mandar povoar com seus gados, escravos, criados, o que é em Serviço de Sua Alteza aumento de seus dízimos e aumento de rendas reais; portanto pede a Vossa Excelência lhe faça mercê dar de Sesmaria para os Suplicantes, todos os oito, correndo do dito riacho Mundaú, para a parte do norte, 30 léguas de campos e pastos que houver, ou juntos ou divididos, conservando matos e caatingas e porá a perto de Garanhuns **(onde viviam os quilombolas que deram nome ao lugar)** até entestar com as terras do Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco **(situadas entre o Agreste Meridional e o Sertão do Ipanema e o do Moxotó)**, e possuem seus herdeiros, e para a parte do dito Rio de São Francisco até entestar com terras de Cristóvão Falcão e, pelo dito riacho abaixo, dez léguas, servindo de pião às sobreditas confrontações o mesmo riacho Mundaú, as quais terras e campos eles Suplicantes pedem como terras devolutas, desaproveitadas e não povoadas de outrem. E receberá mercê."

Era um absurdo o conceder-se a tão pouca gente uma sesmaria de trinta léguas de extensão e, ainda mais, em Capitania que tinha governador e cujas terras desaproveitadas destinavam-se a pernambucanos expulsadores dos batavos, mas a petição do Dr. Burgos, seguindo os "trâmites legais", ia para as vistas do Provedor-mor do Brasil, que dava no processo este despacho:

"Senhor, os Suplicantes são pessoas principais e afazendados e outros, criadores de gado, que são os próprios, para se mais breve e facilmente poderem povoar as terras que pedem: que, como são oito heréus, excedem às trinta léguas de que dispõem o Foral e Ordenações de Sua Alteza e assim me parece, sempre sendo juízo de terceiro, na forma que as Ordenações e Foral mandam, se lhes deve deferir, concedendo-se-lhes as trinta léguas de terras contínuas, e sem reser-

var matas e caatingas, para escusar dúvidas. Dezembro, 22 de 1661 — **Antônio Lopes de Uchoa** — Provedor-mor."

Em face do parecer, o magnânimo e irresponsável governador-geral do Brasil, tte. Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, atirando com pólvora alheia, deferia a petição do Dr. Burgos, que, logo mais, procurava registrar a doação na sede da Capitania de Pernambuco, "onde estavam localizadas as trinta léguas requeridas", recebendo despacho favorável. Era assim, portanto, que se ia concedendo a balanos boa parte das terras agricultáveis do Sertão e do Agreste de Pernambuco, sem aparecer, na época, nenhum protesto pernambucano contra semelhante apropriação, nada obstante processar-se de modo estranho e bastante irregular.

078

Agora, governava o Brasil o Visconde de Barbacena, de quem era amigo o insaciável desembargador Cristóvão de Burgos e Contreiras, cujos vaqueiros continuavam percorrendo o Sertão e o Agreste de Pernambuco à procura de novas áreas territoriais ainda inaproveitadas, principalmente nas proximidades dos Quilombos dos Palmares, onde o doutor-patrão sabia não haver gente pernambucana estabelecida com propriedade agropastoril.

Homem de largo prestígio nas mais altas rodas da capital do país, o Dr. Burgos, inescrupuloso como era e tendo em vista a nova mudança de comando no governo-geral, mais uma vez voltava a utilizar a tática de costume, infalível, encabeçando outro pedido de terras, repetindo o surrado mas eficiente chavão de ter gado em grande quantidade e não possuir terras para criá-lo, fazendo a demagógica alegação de querer trabalhar a serviço do reino e para o aumento de seus dízimos e rendas, etc., a fim de, cumprido o ritual de praxe, solicitar para ele e os companheiros habituais de latifúndios mais "trinta léguas de terras na Capitania de Pernambuco", segundo vem publicado em **Documentos Históricos, vol. XX**. Desta feita, o felizardo representante da justiça portuguesa no Brasil, já sendo poderoso latifundiário no Sertão, quer sê-lo também no Agreste Meridional, requerendo a nova data de terras nas fronteiras da gigantesca sesmaria de seu velho amigo Nicolau Aranha Pacheco.

O Visconde de Barbacena, sem mandar consultar ao menos o livro de registro das sesmarias, assinava a conces-

são. Por precaução, para evitar confusões futuras, o desembargador-latifundiário mandava registrar o respectivo traslado no Livro 7 da Fazenda Real da Capitania de Pernambuco, fls. 138. aos 11 de outubro de 1678, e assim, sem maiores gastos, tornava-se um dos grandes donos de terras agrestino-pernambucanas.

Segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(História de Garanhuns, I, 26),** o território da enorme SESMARIA DOS BURGOS começava no mesmo ponto da data de terras dos ARANHA PACHECO, no rio Canhoto, e com ela se dividia pelo oeste até o riacho Conceição, de onde continuava a dividir-se com a mesma, pelo norte, em direção ao poente; do ponto de partida ia pela margem direita do rio Canhoto até defrontar a barra do riacho Tabocas, a 1 km da atual cidade de Canhotinho, daí rumando para o sul e dividindo-se com as "matas dos Palmares" **(isto é, dos Quilombos dos Palmares)** pelo leste até às águas pendentes para o rio Paraíba; e assim, para o oeste, atingia a encosta sul da serra da Palmeira dos Indios, prosseguindo a linha divisória até o rio denominado Dois Riachos, onde voltava a encontrar a sesmaria de Nicolau Aranha Pacheco.

Tem-se a FAZENDA DO BURGO como a primeira propriedade agropastoril fundada na extensa sesmaria, de logo denominada de NOSSA SENHORA DO DESTERRO. Depois é que surgia a FAZENDA QUEIMADA DOS PÓRCOS, cujo encarregado — no informe de Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 39)** — "invocou para ela a proteção de Nossa Senhora da Conceição, e como era localizada nas imediações das nascentes de um riacho, este foi daí por diante denominado, como ainda hoje se chama, **riacho da Conceição,** o mesmo acontecendo com a denominação da fazenda, cujo local continua se chamando **Sítio da Conceição"**.

"Estas fazendas sofreram, por parte dos negros rebeldes dos Palmares, as mesmas depredações que a do Garcia **(da qual vem a cidade de Garanhuns)** e a do Jupi **(aqui citada algumas vezes, de propriedade do capitão Antônio Vieira de Melo, seu fundador),** e ainda ficaram ocupadas por muitos anos pelos negros que, nas terras da primeira, formaram o **Mocambo da Negra Maria** (atualmente, **Sítio Muniz**) e, nas terras da segunda fazenda, o de **Pedro Capacaça** (atualmente, a cidade do Bom Conselho). — Com o aniquilamento da República dos Palmares, em 1696, foi reiniciado o desenvolvimento da ses-

maria, reorganizando-se as fazendas destruídas e, em seguida, **(ocorrendo)** a fundação da **Fazenda do Capacaça**".

079

Com a ganância que lhe era peculiar, Dr. Burgos, naturalmente, já estaria de olhos estendidos para as terras da ribeira do Una, situadas nas proximidades de sua imensa propriedade agrestino-sertaneja em Pernambuco, mas, antes de requerê-las, teria procurado saber se elas estavam mesmo, como se dizia na época, no poder legal dos VIEIRA DE MELO, cujo chefe, o luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, fora o seu desbravador e primeiro ocupante, como vem historiado neste livro. E ficaria sabendo que, aos 23 de dezembro de 1671, em Olinda, na forma regimental, tendo em vista requerimento baseado naquela Resolução de D. João IV, que autorizava a distribuição de terras pernambucanas entre oficiais e soldados combatentes na guerra contra os holandeses **(ver tópico 068)**, o capitão-general Fernão de Souza Coutinho, governador de Pernambuco, havia feito a devida concessão a quem de direito, fazendo justiça, pelo menos desta vez.

De fato, naquela data, o governador assinava carta de sesmaria, deferindo pedido de velhos guerreiros e concedendo a BERNARDO VIEIRA DE MELO (filho do português Antônio Vieira de Melo — **ver tópicos 064 e 065**), ANTÔNIO PEREIRA PINTO e MANUEL VIEIRA DE LEMOS, todos participantes comprovados e reconhecidos das lutas pela restauração da Capitania duartina, enorme sesmaria situada entre o fundo da Mata-Sul, parte do Agreste Central e Meridional e largo trecho do Sertão do Ipanema, atingindo inclusive terras do **Ararobá** e dos **Campos do Buique**, de acordo com o despacho publicado em **Documentação Histórica Pernambucana, Sesmarias, I, 74-75**, nos seguintes termos:

"Fernão de Souza Coutinho, Governador das Capitanias de Pernambuco e das mais anexas, por S. M. que Deus guarde, etc.

"Faço saber aos que esta carta de doação e sesmaria virem que havendo respeito ao que me representaram o Capitão Bernardo Vieira, Antônio Pinto e Manuel Vieira de Lemos, moradores nesta Capitania, pela petição atrás escrita, pedindo-me com o que S. A., que Deus guarde, nesta matéria me encomenda pelo novo Regimento, hei por bem e lhes faço mercê dar em nome do dito senhor como em virtude da presente

dou de sesmaria aos ditos suplicantes **vinte léguas de terra** na parte que nomeiam entre as terras de OPY **(em cujo centro ficava o OLHO D'ÁGUA DO PY, ocupado por índios cariris sob a orientação de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o desterrado luso, como vem historiado neste livro),** junto ao riacho Lima correndo para o sul até a serra de Bucó e da terra do mesmo riacho Lima correndo pelo rio de Ipojuca acima de uma banda e de outra até a serra de Tacoaty, assim e da maneira que as pedem e confrontam em sua petição, para eles, e seus herdeiros, e descendentes; as quais vinte léguas poderão tomar e demarcar em quadro, salteadas, juntas, ou apartadas como melhor lhes parecer e as acharem suficientes, estando devolutas e não prejudicando a terceiro, com todas as suas águas, campos, matas, testadas, logradouros, e mais úteis que nelas se acharem, tudo foro livre e isento de tributo, foro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus; e serão obrigados pelas ditas terras dar caminhos livres ao Conselho para fontes, pontes ou pedreiras, pelo que ordeno a todos os Ministros da Fazenda e Justiça desta Capitania ou aos que o conhecimento desta carta pertencer lhe façam dar a posse real, efetiva e atual na forma costumada e debaixo das cláusulas referidas e das mais da Ordenação, título de sesmarias, para firmeza do que lhe mandei passar a presente por mim assinada e selada com o sinete de minhas armas, a qual se registrará nos livros a que tocar.

"Dada nesta Vila de Olinda Capitania de Pernambuco aos vinte e três dias do mês de dezembro de mil e seis centos setenta e um, o alferes Diogo Roiz Pereira a fez e eu subscrevi — **Fernão de Souza Coutinho**".

080

O núcleo das vinte léguas das terras agora concedidas pelo governador Fernão de Souza Coutinho fora descoberto, desbravado e apontado pelos cariris ao desterrado luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO **(ver tópico 074),** que convencia a tribo respectiva a radicar-se ali, no OLHO D'ÁGUA DO PY, situado nas agrestinas montanhas das TERRAS DE OPY, onde hoje se espraia a cidade do JUPI. É possível que, com a colaboração dos índios, aquele aventureiro sertanista português haja transformado o lugar na **Fazenda do Opi,** onde fundaria uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. Com isso, teria ficado financeiramente rico, mas a proprieda-

de agropastoril estabelecida nas proximidades dos Quilombos dos Palmares mais tarde seria invadida e destruída pelos negros aquilombados em Garanhuns e adjacências. Seja como for, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO falava das TERRAS DE OPY ao seu filho BERNARDO VIEIRA DE MELO. talvez as considerando propriedade da família, motivo pelo qual, morto o velho, o senhor do **Engenho Pindoba** tratara de legalizar a posse daquela vastidão territorial, requerendo-a em companhia de dois parceiros na guerra de expulsão dos holandeses, já que se o fizesse sozinho o governo possivelmente não na concederia. em face de sua dilatada extensão. Na história de Pernambuco, a grande data de terras do OPY ficaria conhecida pelo nome de SESMARIA ARAROBÁ.

Pereira da Costa **(Anais, IV, 58)** esclarece que — "dos três concessionários dessas terras, que compreendem hoje todo o território dos — Campos de Garanhuns e Cimbres **(aqui há exagero no esclarecimento, pois as 20 léguas daquelas terras ocupariam apenas uma parte dos mencionados "campos"),** às margens do Una, Ipojuca e Jacuípe, — somente Bernardo Vieira se empenhou na sua exploração e colonização, na parte que lhe tocava **(OLHO D'ÁGUA DO PY e adjacências),** e, depois, do seu todo, por compra da **(área)** que pertencia a Manuel Vieira de Lemos **(menos as terras do SITIO BARRA, na ribeira do alto rio Ipanema. onde o velho LEMOS resolvera instalar-se com a família),** e apossamento da **(área)** de Antônio Pinto, por abandono e ausência sua".

Um parênteses na informação de Pereira da Costa: A fazenda fundada pelo capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO na SESMARIA ARAROBÁ, situada nas montanhas das TERRAS DE OPY e denominada FAZENDA DO JUPI, sofreria invasão dos quilombolas palmarinos e destruição da mesma maneira acontecida antes à **Fazenda do Opy,** de seu pai, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, e também acontecida aos sítios e fazendas dos BURGOS e dos ARANHA PACHECO, ficando totalmente destruída, motivo por que o capitão, já muito idoso e bastante cansado, na época, recolhido ao seu **Engenho Pindoba,** deixaria que a exploração completa e definitiva das suas 20 léguas de terra fosse feita mais tarde por seus filhos, quando estes se tornassem rapazes. Feche-se o parênteses e prossiga-se o esclarecimento de Pereira da Costa:

"A exploração dessas terras começou em 1698 **(depois, portanto, da destruição dos QUILOMBOS DOS PALMARES por forças governistas comandadas por mercenários paulistas e,**

principalmente, pelo jovem guerreiro BERNARDO VIEIRA DE MELO, filho do citado senhor do Engenho Pindoba), por iniciativa do capitão Antônio Vieira de Melo **(neto do capitão luso de igual nome e irmão do jovem Bernardo).** filho do concessionário Bernardo Vieira, — conquistando os tapuias bravios **(da tribo dos Sucurus)** e negros rebeldes dos Palmares para assenhorear-se das suas terras, tudo à sua custa e dispêndio da sua fazenda. Conseguido este resultado, situou ele diversas propriedades de cultura e fazendas de criação de gado vacum e cavalar, sendo a primeira e mais notável a do JUPI **(no mesmo local da fazenda fundada por seu avô),** onde fixou a sua residência, construiu **(ou reconstruiu o antigo templo?)** uma capela dedicada a N. S. do Rosário e várias casas para a sua gente, e, unindo a comunicação desta com as suas outras propriedades com largas e extensas estradas que abriu **(as primeiras estradas vicinais do Agreste),** lançou assim os fundamentos das cidades, vilas e povoações **(inclusive a CIDADE DO ALTINHO)** que florescem dentro de tão vastos limites, em sua origem simples fazendas pastoris ou de cultura".

081

Dentre os numerosos sítios e fazendas fundadas pelo pernambucano capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, a partir inclusive dos fins do século XVII, na gigantesca SESMARIA ARAROBA, ganhariam especial destaque estes a seguir:

OLHO D'ÁGUA, em terras do atual Município de São Bento do Una;

SANTA ROSA, na margem direita do médio rio Ipojuca, em terras do atual Município de Caruaru, de cuja cidade hoje em dia é movimentado subúrbio;

GAMELEIRA, em terras do primitivo Município do ALTINHO, do qual seria sede do 3.º Distrito (Lei Municipal n.º 7. de 1937), mudando seu nome para IBIRAJUBA (Decreto-Lei n.º 235, de .... 9.12.1938), por sugestão do historiador Mário Melo. A **Fazenda Gameleira,** durante largos anos, seria propriedade de BARTOLOMEU VIEIRA DE MELO, descendente daquele sertanista que a estabeleceu, e IBIRAJUBA, atualmente, é Município autônomo;

CACHOEIRA GRANDE, em terras do Município do ALTINHO, do qual seria sede do 2.º Distrito, mudando seu nome para ITUGUAÇU (Decreto-Lei n.º 235, de 1938) — **Itu,** grande; **Guaçu,** cachoeira —, também por sugestão de Mário Melo. A **Fazenda Cachoeira Grande,** naturalmente por herança passada de pai para filho, durante muitos anos pertenceria a MARIA INÁCIA VIEIRA DE MELO, também descendente do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, a qual era casada com o fazendeiro JOÃO LEITÃO ARNOSO;

NOSSA SENHORA DO Ó, a segunda maior fazenda da **Sesmaria Ararobá,** na época, dentro da qual se fundaria o SITIO DO ALTINHO, em terras do Município do ALTINHO e em cuja casa-grande viveriam e residiriam o capitão CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, sua mulher JOSÉFA MARIA DO Ó (filha legitimada do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO) e seus descendentes — os **Vieira do Altinho**;

CHATA, nas margens do riacho de igual nome, em terras do primitivo Município do ALTINHO, as quais atualmente fazem parte do Município de Agrestina;

CHATINHA, também nas margens do riacho da Chata, em terras do primitivo Município do ALTINHO, as quais atualmente fazem parte do Município de Agrestina;

BEBEDOR DAS QUEIMADAS, cujo nome se foi alterando, através dos anos, para **Bebedor, Bebedouro** e **Agrestina,** que é o mantido na atualidade. É do **Sítio Bebedor das Queimadas**, pertencente durante muito tempo a descendentes do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, seu fundador, que vem a atual cidade de Agrestina, sede do Município de igual nome;

SÃO FRANCISCO, em terras do primitivo Município do ALTINHO. Da **Fazenda S. Francisco** surgiu a povoação denominada ALTO DE SÃO FRANCISCO, atualmente em terras do Município de

Ibirajuba, do qual seria sede distrital com o nome de **Picirongada**. Ali, os franciscanos missionários dirigentes da Colônia Isabel fundariam a Capela de São Francisco de Assis;

TACAIMBÓ, no vale do Ipojuca, em terras do primitivo Município de Cimbres, as quais, depois, passando a pertencer ao Município de Caruaru e, mais tarde, ao de São Caetano, hoje em dia fazem parte do Município de Tacaimbó;

VOLTA, também no vale do Ipojuca. Seu nome, através dos anos, foi mudado para **Raposa**, **São Caetano da Raposa** e **São Caetano**, que é o mantido na atualidade. É do **Sítio Volta** que vem a cidade de São Caetano, sede do Município de igual nome;

JUPI, onde o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, seguindo o exemplo de seu avô homônimo, fixou residência e de onde dirigia toda a **Sesmaria Ararobá**. Ficava primitivamente no Município de Cimbres, depois no de Garanhuns e hoje em dia fica no Município de Jupi;

UNA, em terras do primitivo Município de Cimbres, passando depois para o de Garanhuns e, atualmente, fazendo parte do Município de São Bento do Una. Pertencia a uma irmã do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, a ÂNGELA VIEIRA DE MELO, casada com o baiano FRANCISCO DE SÁ PEIXOTO, pais de JOSÉ DE SÁ BEZERRA PEIXOTO, que herdaria a propriedade e, mais tarde, a passaria para o poder de CLAUDIANA XAVIER DE SÁ, sua filha bastarda; e, entre outros vários sítios de menor interesse para a história do ALTINHO;

TAQUARA, nas margens do riacho de igual nome, em terras do Município do ALTINHO.

082

Capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO, de acordo com a respectiva carta de sesmaria, poderia demarcar sua extensa data em terras juntas, ou salteadas, ou apartadas, ou em

quadro, daí o motivo por que não existe uma seqüência natural de continuidade de suas fronteiras, havendo, assim, muitos trechos territoriais desligados do corpo geral da sesmaria, embora situados nas suas proximidades, caso dos sítios **Salgado,** em Caruaru, e **Luz,** no Bom Conselho, por exemplo. Mas, para Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 27),** a SESMARIA ARAROBÁ, que haveria de permanecer inativa durante largos anos, por causa das depredações dos quilombolas, "se compunha do território cujo limite era as águas pendentes para o rio Ipojuca e o riacho Mentirosos, a meia distância da confrontação da cidade de Caruaru, e as nascentes do dito riacho, e em rumo para o sul cruzava os rios Una e Pigangi, até uma légua de distância para o sul deste último rio e conservando essa distância seguia paralelamente com ele acima até as confrontações com a atual cidade de Quipapá, de onde rumava à barra do riacho Água Vermelha no rio Canhoto, e pela margem esquerda deste rio ia às suas cabeceiras, e daí para o norte, passando pelas cabeceiras do rio Una, atingia o rio Ipojuca, continuando por este abaixo até a barra do riacho Bituri, de onde rumava diretamente para a serra da Taquara, e pelas águas pendentes deste serra, entre os rios Ipojuca e Una até onde começava".

083

Em janeiro de 1673 fracassava mais outra tentativa de destruição dos Quilombos dos Palmares, com o completo desbaratamento das forças atacantes, comandadas pelo coronel Antônio Jácome Bezerra, veterano guerreiro combatente dos holandeses em Pernambuco e alcaide-mor da vila de Igaraçu.

A guerra contra os palmarinos, como acentua Décio Freitas **(Palmares, A Guerra dos Escravos, 95),** por essa época já figurava entre as mais importantes missões atribuídas pela coroa aos governadores do Brasil e especialmente aos de Pernambuco. Motivava-o, sem dúvida, o perigoso engrossamento das hostes palmarinas, ocorrido em face da peste da bexiga e da grande fome acontecidas no Litoral pernambucano alguns anos antes, castigando severa e principalmente as categorias populares, como aliás sempre acontece no Brasil. O desespero estimulava a fuga em massa para os Palmares, não apenas de escravos, mas também de gente livre. Diz Décio Freitas **(ob. cit., 90)** que, "assustado com a tensão social, o governador expediu em novembro de 1670 um bando que proibia o uso de armas de fogo, mesmo descarregadas, por escravos

negros ou mulatos, índios, mamelucos ou homens brancos que exercessem ou houvessem exercido qualquer ofício mecânico. Os transgressores seriam trateados com três tratos de corda a braço solto na polé do Recife"

Por outro lado, os quilombolas, percebendo as renovadas tentativas de povoamento branco a crescer nas suas proximidades, com a fundação de inúmeras fazendas de gado tanto do lado alagoano quanto do pernambucano (caso das sesmarias dos ARANHA PACHECO, dos BURGOS, dos VIEIRA DE MELO), reagiam assaltando-as, levando-lhes as reses, destruindo-lhes as roças e as construções, como o tinham feito naquele mesmo ano de 1670, quando reduziram a escombros, nos Campos dos Garanhuns, a fazenda de ANTÔNIO GARCIA, a qual, daí por diante, tornava-se conhecida pelo nome de **Tapera do Garcia**. Depois atacavam a **Fazenda do Burgo,** do desembargador Cristóvão de Burgos e Contreiras, destruíam a **Fazenda do Jupi** e matavam-lhe o vaqueiro-administrador, do capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO, o velho, e invadiam os sítios e fazendas da viúva e filhos do mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco (falecido em 1670). Todos os prejudicados eram ricos, poderosos, influentes, gozavam de largo prestígio nas altas esferas governamentais de Pernambuco e da Bahia, não admitiam a invasão de suas propriedades nem se conformavam com qualquer derrota advinda de forças negras.

Irmanados, os latifundiários do Agreste Meridional pressionavam o governador Fernão de Souza Coutinho no sentido de ser enviada forte expedição militar contra os Palmares, mas, atendendo-os, o chefe da Capitania encarregara o capitão-mor ANDRÉ DA ROCHA DANTAS de organizar a nova força expedicionária e tivera o desprazer de verificar que não havia maneira de alistar gente predisposta a enfrentar as notórias atribulações da árdua campanha. Mesmo assim, o governador-geral insistira no ataque contra os palmarinos, autorizando o capitão-general Coutinho a acudir às despesas da campanha com recursos da Fazenda e dos armazéns da coroa. Em tais condições, Coutinho mandou reunir provisões em Alagoas, mas continuou às voltas com o problema da falta de efetivos, como observa Décio Freitas **(ob. cit., 91),** que acrescenta:

"No princípio de 1672 um religioso escreveu para a Bahia dizendo que o governador parecia inclinado a desistir da expedição, como o provava o fato de que mandara restituir a seus donos as provisões armazenadas em Alagoas. Interpela-

do pelo governador-geral, Coutinho atribuiu a demora a conflitos de jurisdição com o capitão-mor da vizinha Capitania de Itamaracá e manifestou o desejo de reforçar a expedição com os paulistas que nesse tempo se achavam na Bahia combatendo os indígenas. O governador-geral redargüiu que o conflito de jurisdição não justificava a demora da expedição e que os paulistas ainda continuariam muito tempo na Bahia. Pelo que, devia fazer a expedição partir sem mais delongas.

"O governador solicitou à coroa e obteve permissão para anistiar os delinqüentes que tomassem parte na campanha contra Palmares. Dessa forma, em 4 de setembro de 1672 lançou um bando em nome do Regente em que assegurava aos culpados de crimes comuns, salvo lesa-majestade, sodomia, moeda falsa e desacato, que não seriam presos durante a campanha e receberiam um perdão geral se tivessem boa conduta nos Palmares. Outrossim, os homens nobres que participassem da campanha ficariam tendo preferência em cargos, ofícios e honras da vida pública "como defensores dela". Os voluntários ficariam isentos do recrutamento para as expedições de socorro a Angola. Caberia aos capitães-mores das vilas o recrutamento da "gente assim nobre como mecânica".

Por causa das promessas reais, alistavam-se mais de seiscentos voluntários; e a força se fez, como foi dito no início deste tópico, sob o comando do veterano coronel Antônio Jácome Bezerra que, com muitas armas e munições, mantimentos para seis meses, levou seus comandados à guerra, em dezembro de 1672, exigindo-lhes disciplina antes de tudo e participando-lhes que, por ordem governamental, todo soldado que desacatasse o superior, "tirando a espada para ele ou levantando motim entre os demais", seria preso e arcabuzado. A deserção seria punida com açoites e degredo para o Ceará durante dois anos. Indisciplina de sargento até capitão: perda do posto e degredo no Ceará por dez anos.

100 homens marchavam encarregados da proteção aos comboios; os demais seguiam divididos em três colunas — a primeira, comandada pelo próprio coronel Antônio Jácome Bezerra; segunda, por Antônio da Silva Barbosa; e a última por Domingos Gonçalo. Relata Décio Freitas **(ob. cit., 92-93):**

"O plano consistia num movimento envolvente sobre a parte alagoana dos Palmares, atacando Jácome Bezerra pelo leste, Antônio Barbosa pelo norte e Domingos Gonçalo pelo sul. As três colunas penetrariam até o coração do território palmarino e então levantariam em diversos lugares arraiais

destinados a servir de base para operações de esquadrinhamento e limpeza.

"Para desgraça de Jácome Bezerra, os palmarinos estavam bem informados sobre o plano. Evacuaram os habitantes das localidades compreendidas nos desígnios do inimigo e cindiram também as suas forças em três colunas, das quais uma tratou de distrair Bezerra nas faldas da serra e as outras aguardaram Barbosa e Gonçalo em posições eminentes. Quando estas duas já haviam progredido bastante na ascensão da encosta, os negros arremeteram. O pânico transtornou as duas colunas, que fugiram em desordem ladeira abaixo, abandonando armas e munições. Os palmarinos reagruparam então as suas forças e lançaram o peso delas contra Jácome Bezerra, que foi levado de recuada até as imediações de Porto Calvo.

"O comando das forças palmarinas nesta brilhante operação esteve a cargo de um jovem negro chamado ZUMBI.

"O governador atribuiu o desastre à indisciplina das tropas e especialmente ao comandante, que não cumprira as suas instruções. Informado disso, o governador-geral determinou a punição dos culpados.

"A expectativa das inevitáveis represálias palmarinas suscitou pânico em toda a região alagoana. E de fato as represálias não tardaram. Bandos de guerrilheiros negros fustigaram impiedosamente quase toda a região. Cristóvão Lins, que fora um dos grandes incentivadores da expedição, teve o seu canavial incendiado. Quis tirar desforra à frente de um contingente de índios e mamelucos, mas os palmarinos lhe recusaram combate."

Agora, depois do fracasso de 1673, o maior entrave ao desenvolvimento branco no Agreste Meridional tinha origem nos Quilombos dos Palmares, cujos negros, cada vez mais fortalecidos e mais afoitos, sob o comando do general ZUMBI, viviam aventurando-se em reiterados ataques e correrias por todos os caminhos e veredas dos Campos dos Garanhuns, Vale do Una e ribeira do médio rio Ipojuca. Nessas terras, onde ficava o LUGAR DO ALTINHO, ainda constituía temeridade o fundar-se fazenda-de-gado ou sítio-de-cultura, pois, fazendo-o, seu proprietário correria o risco de sofrer invasão de suas propriedades, por parte dos quilombolas, de ver todos os seus pertences roubados ou destruídos, de arriscar a própria vida ou as vidas de seus agregados e trabalhadores vários, como vinha acontecendo nas propriedades rurais dos BURGOS, dos ARANHA PACHECO, dos VIEIRA DE MELO, de ANTÔNIO GARCIA e de alguns outros. A região ainda era dominada pelos

negros e, no LUGAR DO ALTINHO, ainda se mantinha de pé, numa espécie de reduto avançado dos palmarinos, o conhecido **Mocambo do Quilombo,** cujo lugar, depois da "limpeza de área" feita pelo moço capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO na SESMARIA ARAROBA, ficaria com o apelido de QUILOMBO, mantido até os dias de hoje.

084

Mais ou menos em 1676, entrava nas escaramuças dos latifundiários e senhores de engenho contra os negros palmarinos um escravista ferrenho, moço predestinado a grandes lutas (inclusive algumas inglórias), personagem das mais importantes na História de Pernambuco na fase colonial — BERNARDO VIEIRA DE MELO (Muribeca, PE, entre 1650 e 1655 / Lisboa, Portugal, 10.1.1714), filho legítimo do capitão Bernardo Vieira de Melo, senhor do **Engenho Pindoba** e dono da SESMARIA ARAROBA, e de Maria Bezerra Alves Camelo **(ver tópicos 064, 065, 074, 079 e 080),** e gente ligada à **História do Altinho,** pois as terras altinenses, antes de seu cultivo e de seu preparo para a criação de gado, foram pelo extraordinário cabo de guerra "limpas" do elemento negro aquilombado, numa campanha das mais cruéis e mais violentas das lutas dos latifundiários contra as hostes palmarinas. Quando da nomeação de Bernardo Vieira para o cargo de capitão-mor/governador do Rio Grande do Norte, conforme carta-patente régia, lavrada em 1695 (registro lançado no **Livro de Patentes,** cujo manuscrito ainda existe no Arquivo Público do Estado da Bahia), ficaria assentado logo no início do respectivo documento:

"Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a **Bernardo Vieira de Melo,** me haver servido nas Capitanias de Pernambuco, desde o ano de 1675 até 9 de janeiro de 1694 no posto de capitão de Infantaria de Ordenança, capitão de cavalos e tenente-coronel da mesma Ordenança e de capitão-mor da vila de Igaraçu, tudo por patentes dos Governadores; e no decurso do referido tempo, sendo mandado o capitão Fernão Carrilho a fazer guerra aos negros dos Palmares, facilitar todas as dificuldades que houve, oferecendo para esse efeito a sua fazenda, dando ordem para nos seus currais **(situados na SESMARIA ARAROBA, principalmente no VALE DO UNA)** se lhe dar o gado que fosse necessário para os soldados..."

Assim, já agora, no posto de Capitão de Ordenanças, o moço e destemido BERNARDO VIEIRA DE MELO, em face da velhice de seu pai, praticamente assumia o comando dos negócios da família, dirigindo os trabalhos do **Engenho Pindoba,** oferecendo resistência aos quilombolas que espalhavam o terror pela zona canavieira do sul de Pernambuco e, como informa Pereira da Costa **(Anais, IV, 449),** empenhando-se "na conquista das terras de uma grande sesmaria conferida a seu pai na zona sertaneja **(isto é, no Agreste e em parte do Sertão),** sustentando à sua custa um arraial por quatro meses", — em face do que, com a grande mortandade ocorrida, viram-se "essas terras **(inclusive os campos do ALTINHO)** livres dos índios **(e negros quilombolas),** e daí a situação de fazendas pastoris **(as principais das quais eram a do JUPI e a de NOSSA SENHORA DO Ó)** e de cultura **(inclusive o SÍTIO DO ALTINHO),** arraiais e povoações, originários das nossas florescentes vilas e cidades sertanejas" e agrestinas, como o ALTINHO. por exemplo, cujo aparecimento teve lugar exatamente dentro das fronteiras da SESMARIA ARAROBÁ e por iniciativa dos VIEIRA DE MELO.

Pe. Dias Martins **(Os Mártires Pernambucanos, 272),** qualificando BERNARDO VIEIRA DE MELO, o moço, de "herói talhado pela natureza para digno libertador da pátria", diz que ele era cunhado do coronel Leandro Bezerra Cavalcanti e do capitão-mor de Olinda, João do Rego Barros, provedor da Fazenda Real e da Santa Casa de Misericórdia, integrando assim a fina flor da **nobreza** pernambucana naqueles idos.

Do capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO, que se tornaria o célebre sargento-mor líder do movimento republicanista de 1710 (a Guerra dos Mascates), são sobrinhos-netos os primeiros altinenses nascidos na **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** filhos legítimos do capitão CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA e de JOSEFA MARIA DO Ó (esta, **meio-sangue,** nascida no JUPI, filha legitimada do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, irmão de Bernardo e também elemento de destaque nas escaramuças ocorridas em Pernambuco entre **nobres** e **mascates,** o que será historiado na época oportuna.

085

Aos 2 de junho de 1681, surgia, ao norte da SESMARIA ARAROBÁ. em pleno vale do médio rio Ipojuca, no Agreste Central de Pernambuco, a doação de uma enorme data de terras aos RODRIGUES DE SÁ, cujos membros, através de ma-

trimônios vários, se ligariam aos VIEIRA DE MELO, aos PINTO DE ALMEIDA e aos AQUINO DURO, do ALTINHO, formando, entre outras, a família RODRIGUES DURO, de muita influência tanto na sociedade altinense quanto na caruaruense. Os RODRIGUES DE SÁ constituíam família portuguesa domiciliada no Recife desde os primeiros anos do último quartel do século XVII, vivendo e residindo, ao que se sabe, em casas situadas nas proximidades do grande curral onde se efetivava semanalmente a feira de gado da praça recifense, na rua que mais tarde tomaria o nome ainda hoje utilizado pelo povo — **Rua das Calçadas,** junto ao largo do quartel das Cinco Pontas. Era família muito conservadora, bastante católica e escravista, de certo modo regida por dois sacerdotes integrantes de seu unido grupo — o cônego Simão Rodrigues de Sá e o padre Antônio Rodrigues.

Três membros do grupo familiar dos RODRIGUES DE SÁ — Simão Rodrigues (sobrinho do cônego de igual nome), Miguel Forte Velho (parente dos Pais Barreto, do Morgadio do Cabo) e Eusébio de Oliveira Monteiro (parente próximo dos Salvador Monteiro da Cruz ou Salvador de Assunção, que se tornariam agricultores-proprietários nos **Campos do Caruru** e também nos campos altinenses) — influenciados, talvez, pelo mercado agropastoril à porta de casa, no Recife, no qual entravam em permanente contato com boiadeiros, tangerinos, almocreves agrestinos, plantadores de maniva, fabricantes de farinha-de-mandioca, etc., haviam decidido ir aventurar a vida no interior da Capitania, acompanhando até certo ponto aqueles homens rudes acostumados a dormir no relento e a palmilhar as **batidas** das caatingas, dos brejos e carrascais por onde serpenteava e subia rumo ao Sertão o velho **caminho das boiadas** via-rio Capibaribe. Mais ou menos na altura da **Missão do Limoeiro,** dos padres oratorianos, desgularam-se dos comboieiros, cruzando o **rio das Capivaras,** subindo sua margem direita até a foz do **Riacho das Éguas,** por cujo vale foram dar no **Riacho Salgado** e, das cabeceiras deste, tomaram o rumo do sul, já em pleno Agreste-Central, e findaram atingindo o curso médio do rio Ipojuca, no **Lugar do Caruru,** de onde, após desbravar a região, também cortada por um **caminho das boiadas,** resolveram atravessar o rio e descer por seu vale até alguns quilômetros antes de sua grande queda da **Serra das Ruças** para a Zona da Mata, quando, caminhando ainda para o sul, descobriram as cabeceiras do rio Sirinhaém e, por sua ribeira, atingiram, na pancada do mar, a vila de igual nome, da qual, sãos e salvos, retornaram ao Recife, ago-

ra acompanhando comboieiros de mais outro **caminho das boiadas** — aquele que ligava o curral da feira recifense às povoações do São Francisco.

Em relação à época, a aventura dos três "sertanistas" fora deveras sensacional e sua narrativa em serão familiar por certo teria empolgado a família e despertado o interesse dos RODRIGUES DE SÁ, principalmente quando se falava no mundo de terras devolutas havido à espera deles em local excelente para o cultivo do algodão e da mandioca, bem como para a criação de gado, havendo fartura de água, pois, pelo meio, além dos riachos e lagoas adjacentes, passava um grande rio — o Sirinhaém. Em tais condições, o cônego Simão Rodrigues de Sá, sem perda de tempo, antes que outros o fizessem, redigiu e encabeçou pedido daquelas terras no Agreste Central, usando o artifício de praxe — ter gados e não ter terras para situá-los, querer cultivar a terra pedida, para maior lucro e rendimento da Fazenda Real, etc. Petição feita, seguiam-se, pela ordem, suas assinaturas: Cônego Simão Rodrigues de Sá, Padre Antônio Rodrigues, Simão Rodrigues, alferes João Rodrigues de Sá, alferes Francisco Rodrigues de Sá, Miguel Forte Velho, Eusébio de Oliveira Monteiro, Maria Rodrigues de Sá, Eugênia Rodrigues de Sá e Cristino Rodrigues de Sá.

Encaminhado o documento, ouvidos a respeito o procurador da coroa e o capitão João do Rego Barros, provedor da Fazenda Real, tudo se informava favoravelmente aos RODRIGUES DE SÁ, motivo por que, agora, o capitão-general Aires de Souza de Castro, governador de Pernambuco, assinava, na forma regimental, "sem foro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus" **(Doc. Hist. Pern. — Sesm., IV, 98)**, carta de sesmaria "de 30 léguas de terra entre o rio Ipojuca e de Sirinhaém, começando das cabeceiras e testadas das terras do mestre-de-campo Antônio Casado Vidal **(sic, por Antônio Curado Vidal)**, e do rio Ipojuca pelo de Sirinhaém acima de uma e outra parte", carta lavrada em nome dos dez requerentes retrocitados, a cada um dos quais tocavam três léguas de terra em quadro.

As terras doadas aos RODRIGUES DE SÁ limitavam-se ao leste com os sítios-de-cultura do mestre-de-campo Antônio Curado Vidal, cujas cabeceiras e testadas atingiam o **Riacho da Palha** e o **vale do Pau Santo**, e terras ainda devolutas; ao sul, a SESMARIA ARAROBÁ, dos VIEIRA DE MELO; ao oeste, parte da SESMARIA ARAROBÁ, na divisa com o **Sítio Volta**, do qual se origina a cidade de São Caetano, e parte das terras do governador João Fernandes Vieira, já sob o controle dos

missionários oratorianos; e ao norte, com os sítios de algodão e fazendas de criação dos VELHO BARBOSA, MOTA SILVEIRA, BARBOSA DA SILVA e outros agricultores-proprietários estabelecidos na ribeira do médio Capibaribe, proximidades da **Missão do Limoeiro**.

Na enorme sesmaria dos RODRIGUES DE SÁ, de imediato, iam sendo fundados vários sítios de cultura e fazendas de criação, tais como o SITIO DA POSSE, já no extremo-oeste das terras, ribeira do médio Ipojuca, fronteiriço com o **Sítio Volta,** dos VIEIRA DE MELO; o SITIO DO CAIUCÁ, aproveitando em cheio o riacho Caiucá, afluente do Ipojuca; o SITIO DA MULATA, na faixa úmida chamada "dos brejos", onde se situavam o sesmeiro EUSÉBIO DE OLIVEIRA MONTEIRO e seus parentes da família Salvador da Cruz ou Salvador de Assunção ou ainda Salvador Monteiro de Assunção; e, entre outros, o SITIO DO CARURU, situado à margem esquerda do médio Ipojuca, pertencente ao sesmeiro SIMÃO RODRIGUES, que, num alto próximo ao "poço dos cururus", mandava erguer casa-grande, senzala, curral de gado, armazém-depósito, etc., aproveitando a boa situação do terreno existente entre o **Morro Caruru** e o rio Ipojuca, a formar passagem obrigatória nas comunicações, pelo centro da Capitania, entre o Recife e o Sertão, passagem que, logo após o término da guerra palmarina, iria constituir o principal **caminho das boiadas** de Pernambuco, o qual, ramificando-se, interligaria o CARURU (atual CARUARU) com os GARANHUNS, passando pelo ALTINHO e sendo utilizado pelos primeiros almocreves condutores da correspondência postal saída da capital e destinada a tais localidades.

O nome do sítio do sesmeiro SIMÃO RODRIGUES era tomado por empréstimo do local em que seria fundado — o LUGAR DO KALALU ou LUGAR DO CARURU; ao norte do **Sítio do Caruru** surgiria a **Fazenda Juriti** e, abaixo, o **Sítio Salgado,** o **Sítio do Cedro,** o **Sítio Jacaré,** o **Brejo Novo,** o **Brejo das Pitombeiras,** dentre outros. Ao sul do **Sítio do Caruru** situava-se a próspera **Fazenda Santa Rosa,** dos VIEIRA DE MELO, ligada, por estrada particular, ao LUGAR DO ALTINHO, onde agricultavam os AQUINO DURO, de cuja família casaria u'a moça com o sesmeiro SIMÃO RODRIGUES, havendo descendência, inclusive o sucessor do pai na administração dos sítios e fazendas do CARURU — SIMÃO RODRIGUES DURO, sobre quem se falará, com maior riqueza de detalhes, na época oportuna.

O capitão-general D. João de Souza tanto era bom na concessão de terras sesmariais quanto o era renitente na perseguição aos negros aquilombados nos Palmares. Desde que assumira o governo da Capitania havia anunciado mover "crua guerra" aos palmarinos e não admitia quaisquer negociações de paz. Aos voluntários que se apresentassem para dar combate aos quilombolas prometera "toda a importância das pilhagens e quintos de S. Majestade". Doara terras palmarinas a poderosos senhores de engenho, na esperança de que assim o fazendo eles mandassem forças armadas para ocupá-las o quanto antes, dizimando os quilombos e matando ou aprisionando os negros. Tudo em vão.

A intensificação das hostilidades dos quilombolas e o crescente e assustador aumento das fugas de negros cativos nos meses posteriores à fracassada revolta de CUCAÚ levaram os senhores de engenho, principalmente os mais prejudicados, à aplicação de leis próprias, duras e cruéis, independentes das ordens governamentais, leis que na prática se resumiam em verdadeiros massacres de negros fujões aquilombados nos matos, como, por exemplo, o vinha praticando o moço capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO nas terras agrestino-sertanejas da propriedade de sua família — a gigantesca SESMARIA ARAROBÁ —, dentro de cuja jurisdição todos os sítios e fazendas que se fundaram tinham sido destruídos ou estavam invadidos pelos palmarinos. VIEIRA DE MELO defendia o que era seu, naturalmente, mas a sua ação na SESMARIA ARAROBÁ, a título de limpeza de área, processava-se na base de violência inaudita, era luta de extermínio da raça negra na região, mortandade sem freios nem limites. Negro encontrado na ARAROBÁ era negro morto, pura e simplesmente. Era assim que se ia impondo a civilização branca e cristã no Agreste Central e Meridional de Pernambuco — negros e índios eram tachados de bárbaros, mas, na verdade, quem cometia as barbaridades eram os brancos.

Os senhores de engenho agora chegavam ao ponto de enjeitar o dinheiro oferecido pelas tradicionais confrarias de libertos para a alforria de escravos, sob a alegação de que os negros alforriados iriam reforçar as hostes palmarinas. Em contrapartida, as confrarias alegavam que os negros em face da recusa dos senhores no alforriá-los mediante pagamento, sempre que o podiam, juntavam-se às hostes palmarinas. Surgido o impasse, a Confraria de Nossa Senhora de Goa do Lu-

pe, da cidade de Olinda, no informe de Décio Freitas **(ob. cit., 128)**, representou ao rei que "os amos se recusavam a alforriar até mesmo filhos de escravos que haviam lutado contra os holandeses. Desesperados, esses escravos se suicidavam ou fugiam para os Palmares. Pedia por isso ao soberano que, a exemplo do costume existente na Ilha de São Tomé, fossem designados "dois homens de consciência" para arbitrarem os preços de alforria dos escravos".

A representação da Confraria olindense seguia para Portugal e, enquanto se aguardava decisão régia, D. João de Souza, em Pernambuco, tratava de formar nova força expedicionária para tentar destruir os quilombos palmarinos. Para o comando da nova expedição, oferecia-se o mercenário Fernão Carrilho, já fracassado em tentativa anterior. Agora, contudo, no dizer de Décio Freitas, mostrava-se francamente favorável a uma solução negociada, talvez porque mantivesse em terras palmarinas um curral tolerado pelos negros. "O governador, que não queria ouvir falar em negociações, entregou-lhe um minucioso regimento cujo artigo 15 interditava categoricamente quaisquer entendimentos com o inimigo".

A frente de 300 homens armados, Fernão Carrilho marchava para a zona palmarina em junho de 1683, mas, logo aos primeiros contatos com os negros, sofria sérios reveses. Nada obstante, prosseguia a penetração e, de súbito, cala em poder dos palmarinos, com os quais, por conta própria, tratava de entabolar negociações. D. João de Souza, ao saber disso, ameaçava Carrilho com "gravíssimas penas", caso fizesse algum acordo com o inimigo. Em face disso, a força expedicionária simulava algumas manobras pelo Agreste Meridional, sem travar combate algum. "Explicou depois Carrilho que encontrara tudo deserto, mas o governador retrucou que o próprio comandante dera aviso aos palmarinos, dando-lhes assim tempo para se retirarem".

E assim permaneciam dominados pelos quilombolas os Campos dos Garanhuns, o LUGAR DO ALTINHO e quase todo o resto da SESMARIA ARAROBA, cuja exploração e cujo desenvolvimento ficariam para mais tarde, quando Deus desse bom tempo na região.

087

Aos 9 de outubro de 1683, D. João de Souza, em obediência a ordem régia **(ver tópico 068)**, concedida 20 léguas de terras no Agreste Central, confinadas ao norte com os Cam-

pos do Limoeiro; ao sul, parcialmente, com a SESMARIA ARAROBÁ, dos VIEIRA DE MELO; a leste, com a povoação de Santo Antão da Mata; e ao oeste, com a SESMARIA DO CARURU, dos RODRIGUES DE SÁ. Estas 20 léguas de terras agora concedidas a veteranos combatentes na guerra contra os holandeses situavam-se, conforme **Doc. Hist. Pern. — Sesm., IV, 106,** "no sítio e vizinhança do Rio Goitá, distante da beira-mar vinte e duas léguas (pouco mais ou menos), começando nas cabeceiras das terras do alferes Antônio Batista, tendo por distrito do Norte para o Sul a ribeira chamada Cotunguba — e a ribeira das Pedras, pelo dito rio Goitá acima, de uma e outra parte, correndo pelas ditas ribeiras até suas nascenças, e daí buscando o rio Ipojuca pelas cabeceiras das terras do mestre-de-campo Antônio Curado Vidal **(no riacho da Palha e adjacências)**, da parte do Norte até intestar com as **(terras)** do capitão Bernardo Quinteiro de Melo" **(sic, por BERNARDO VIEIRA DE MELO)**.

Os beneficiados com esse mundo de terras agrestinas — dentro de cujos limites iriam surgir diversas povoações de fundamental importância na vida interiorana de Pernambuco, tais como GRAVATÁ, SAIRÉ, BEZERROS, SÃO JOÃO DOS POMBOS, CAMOCIM DE SÃO FÉLIX, SAPUCAIA, RIACHO DAS ALMAS, entre outras, — eram velhos moradores de Santo Amaro de Jaboatão: Antônio da Costa da Silva, Agostinho Coelho Meireles, o licenciado Antônio de Bulhões da Cunha (do **Engenho Bulhões),** Antônio Vaz, MANUEL DE TORRES (o fundador da fazenda da qual vem a cidade de Bezerros), Salvador Ramalho, Francisco da Costa Carneiro, MANUEL ALVES DE AZEVEDO e Simão Duarte.

O co-sesmeiro MANUEL ALVES DE AZEVEDO estabelecia-se com propriedade agropastoril entre a **Fazenda dos Currais,** de seu companheiro MANUEL DE TORRES, e o LUGAR DO CARURU, dos Rodrigues de Sá; e, sendo casado, com sucessão, possivelmente é o tronco de enorme e tradicional família do Agreste Central e Meridional de Pernambuco — a ALVES DE AZEVEDO, cujos descendentes, espalhados por Bezerros, Caruaru, ALTINHO, Agrestina, São Caetano, etc., em face de entrelaçamentos matrimoniais diversos, dariam vida e origem a ramificações familiares típicas da história genealógica agrestina, tais como estas — Alves da Silva, Alves Bezerra, Alves de Oliveira, Alves Cabral, Alves do Couto, Azevedo Lira, Alves Nunes, Alves Limeira, Alves Cursino, Silva Alves, Bezerra Alves, Assunção e Azevedo, Alves Florêncio, Silva Nunes, Alves Fonseca, Nunes Alves, entre várias outras.

088

Já no fim do ano de 1689, dinâmico sertanista de apenas 20 anos de idade, o moço pernambucano ANTÔNIO VIEIRA DE MELO (Muribeca, 1669? / Recife, 1764 ou 1774?), filho do capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO (senhor do **Engenho Pindoba)** e neto paterno do desterrado luso ANTÔNIO VIEIRA DE MELO (senhor de **Modixote** e desbravador das TERRAS DE OPY, em pleno Agreste Meridional, como vem contado por diversas vezes neste livro), na qualidade de co-herdeiro e administrador escolhido pela família para explorar e povoar a gigantesca SESMARIA ARAROBA, surgia pela primeira vez no JUPI, o núcleo central de seu mundo de terras agrestino-sertanejas, onde, depois da limpeza de área levada a efeito por seu mano BERNARDO VIEIRA DE MELO (o famoso e futuro sargento-mor do Terço dos Palmares, mártir-herói da **Guerra dos Mascates)**, enxergava amplas possibilidades de estabelecer-se em definitivo na imensa propriedade territorial, já que ali os negros palmarinos não mais estavam aparecendo com a freqüência dos velhos tempos, e tratava de ir fundando, em pontos diversos da data de terras, muitos sítios-de-cultura e fazendas-de-criação, povoando assim, de gente pernambucana, boa parte do centro e do sul do Agreste, bem como dos sertões do Ararobá, inclusive proximidades da povoação de MONTE ALEGRE, dirigida pelos padres oratorianos, de cujo lugar se tornaria um de seus influentes. Fixava residência no JUPI e dentro de pouco tempo fundaria a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e o **Sítio do Altinho,** na ribeira do Una.

O relevante fato comprova-se em duas fontes distintas — 1a.) através de documentos pesquisados pelo genealogista Orlando Cavalcanti no 2.º cartório de Garanhuns, ou seja, de dois autos de processos cíveis, em cujo texto há referências à presença de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, nos **Campos dos Garanhuns,** em fins da nona década do século XVII, e, também, aos caminhos primitivos estabelecidos por ele, os quais procuravam ligar os sertões pernambucanos à "mui nobre e sempre leal cidade de Olinda", sede da Capitania. A descoberta de Orlando Cavalcanti confirma o que vem registrado em tópicos anteriores: A antiguidade dos caminhos do Capibaribe e do Ipojuca, pelos vales dos quais, desde a segunda metade do século XVII, sertanistas pernambucanos estabeleceram comunicações efetivas entre Olinda/Recife e a zona das caatingas agrestino-sertanejas. E 2a.) — através de outros documentos, pesquisados pelo historiador alagoano

Moacir Santana, referentes às velhas estradas que ligavam Pernambuco às Alagoas, os quais constituem o **Roteiro de Todas as Estradas Públicas e Atalhos de Comunicação, que há no Distrito da Vila do Penedo**.

Durante muito tempo, à jurisdição administrativo-municipal do PENEDO pertenceram os CAMPOS DOS GARANHUNS, o LUGAR DO ALTINHO, os CAMPOS DO BUIQUE, o SERTÃO DO IPANEMA, parte do ARAROBÁ, etc.; e o **Roteiro** descoberto pelo Moacir Santana põe em destaque a importância da vila penedense no sistema de comunicações e transportes não apenas das Alagoas, pois, por outro lado, indica todos os caminhos e atalhos que ligavam a sede daquele Município às povoações da futura **Capitania do Ararobá,** onde, sem sombra de dúvida, o povoador principal era mesmo o moço ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, agora posto em evidência neste livro.

Na "Carta de Inquirição de 1741", encontrada no 2.º cartório de Garanhuns por Orlando Cavalcanti, consta um depoimento de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, como "testemunha requerida e jurada aos Santos Evangelhos", através do qual esclarece que "desde o ano de mil e seiscentos e oitenta e nove que foi a primeira vez que veio ele testemunha a este sertão de Ararobá e continuou com repetidas viagens e assiste nesta Capitania **(do Ararobá)** há quase trinta anos".

A Capitania a que, em Juízo, referia-se ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e à qual dava assistência desde 1711, pouco mais ou menos, como um de seus **influentes,** era mesmo a do ARAROBÁ. É possível que ele tenha se fixado no ARAROBÁ em 1712, fugindo das prisões e perseguições movidas pelo governador Félix José Machado contra os **nobres** pernambucanos participantes da **Guerra dos Mascates,** no centro dos quais estavam os VIEIRA DE MELO, como será historiado na época oportuna. Também é possível que ANTÔNIO VIEIRA DE MELO ao pisar, pela primeira vez, em 1689, o solo ararobaense, ainda fosse um menino de apenas dez anos de idade, o que mais se coaduna com a sua longa vida, finda em 1774, possivelmente com 95 anos de idade, tendo nascido, portanto, em 1679. Se tivesse 20 anos agora em 1689, teria vivido 105 anos. Há dúvidas a este respeito.

No segundo processo pesquisado pelo genealogista Orlando Cavalcanti em cartório garanhuense há uma certidão assinada pelo Cel. MANUEL MONTEIRO DA ROCHA, juiz ordinário do Sertão do Ararobá, anexa à qual existe um traslado da carta de sesmaria de 1671, cujas terras foram parcialmente herdadas por ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, inclusive as ter-

ras referentes ao LUGAR DO ALTINHO. Nos respectivos autos de justificação judicial requerida muito depois, em 1779, pelos filhos do então já defunto povoador da SESMARIA ARAROBÁ, Alexandre Muniz de Melo e Antônio Vieira de Melo, há referências acerca das muitas estradas abertas pelo pai dos dois citados irmãos em suas terras no Agreste Meridional, para facilitar a campanha governamental contra os negros palmarinos, ali se falando claramente de "uma estrada de comunicação destes lugares para a costa pelo mais largo interior do Palmar", estrada esta que possivelmente era o **caminho das boiadas** pelo Vale do Una, passando naturalmente pelo LUGAR DO ALTINHO, onde o construtor da estrada possuía sítios e fazendas.

O **Roteiro** descoberto pelo historiador Moacir Santana é de 1819, feito pelo capitão-comandante do Distrito do PENEDO, e descreve com riqueza de detalhes todos os caminhos e atalhos que, partindo do São Francisco e abrangendo todo o sertão alagoano, ligavam a parte ocidental da Comarca à Vila das Alagoas, a leste; ao sertão do Moxotó, ao oeste; e, ao norte, aos Campos dos Garanhuns e à povoação de MONTE ALEGRE (depois CIMBRES) ,onde funcionava a **Missão do Ararobá,** dos oratorianos, e onde a estrada vinda do sertão alagoano entrosava-se no sistema do **caminho do Ipojuca,** que também se ligava às estradas feitas por ANTÔNIO VIEIRA DE MELO na SESMARIA ARAROBÁ. Todos esses caminhos e atalhos penedenses, de acordo com o **Roteiro,** começaram a ser abertos em fins do século XVI e desdobraram-se logo após a expulsão dos holandeses.

Partindo da sede da Capitania, o mais antigo roteiro pernambucano de penetração sertaneja tinha a forma aproximada de um ângulo reto — por um lado, ia de Olinda ao Penedo, tocando em Porto Calvo e na povoação das Alagoas (atualmente, Marechal Deodoro); pelo outro, subia o rio São Francisco pela margem esquerda, até a zona do **sumidouro** ou das suas últimas cachoeiras. Através de documentos, sabe-se que, já em 1611, vaqueiros, agricultores, sesmeiros e sertanistas de Pernambuco ocupavam as abas da zona sertaneja, fixando-se em Jacioba (hoje, cidade de Pão de Açúcar). Do São Francisco, os sertanistas atingiram o planalto, seguindo os vales do Traipu, do Ipanema, do Capiá e do Moxotó, sendo todo esse trabalho de penetração dos sertanistas pernambucanos interrompido a partir de 1630, em face da invasão holandesa, e só se reiniciando depois da restauração da Capitania, em 1654.

089

Aos 9 de janeiro de 1694, capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO (filho), senhor do **Engenho Pindoba,** em Ipojuca, um dos homens mais poderosos da Capitania, verdadeiro líder da **nobreza** pernambucana, irmão de Arcângela Bezerra Vieira de Melo, de Manuel Bezerra de Melo e do jovem sertanista ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, deixava o posto de capitão-mor de Igaraçu, para se integrar na expedição guerreira organizada pelo governador Caetano de Melo e Castro com o fim de tentar extinguir em definitivo os quilombos palmarinos.

Era considerado um benfeitor do Agreste de Pernambuco e acerca de seus feitos em favor do povoamento branco nas plagas agrestinas, feitos acontecidos durante dois decênios, há um documento da época, insuspeito, preciso e irrefutável: A carta-patente assinada por el-rei em 1695, quando da nomeação do valoroso cabo de guerra pernambucano para o posto de capitão-mor governador da Capitania do Rio Grande do Norte. O documento acha-se lançado no **Livro de Patentes do Ano de 1686 e seguintes,** do governo-geral do Brasil, manuscrito que ainda existe no Arquivo Público Estadual da Bahia. Em seu primeiro trecho, diz o importante papel real:

"Faço saber aos que esta minha carta patente virem que tendo respeito a Bernardo Vieira de Melo me haver servido nas Capitanias de Pernambuco, desde o ano de 1675 até 9 de janeiro de 1694 no posto de capitão de Infantaria da Ordenança, capitão de cavalos e tenente-coronel da mesma Ordenança, e de capitão-mor da vila de Igaraçu, tudo por patentes dos Governadores; e no decurso do referido tempo, sendo mandado o capitão Fernão Carrilho a fazer guerra aos negros dos Palmares, facilitar todas as dificuldades que houve, oferecendo para esse efeito a sua fazenda, dando ordem para nos seus currais **(situados na SESMARIA ARAROBÁ)** se lhe dar o gado que fosse necessário para os soldados; e mandando o Governador João da Cunha Sotto Mayor fazer um grande pedido, pelos moradores e senhores de engenho daquela Capitania, para continuar com a mesma guerra, lhe fazer grande oferta para esta despesa, por não poder a fazenda real; em 1689, ir ao limite do Sapato **(extremo-oeste da região agrestina, em pleno Ararobá)** e de São João **(também nos sertões do Ararobá, território na época infestado pelos índios Sucurus),** a fazer entregar as terras e gado que neles tinham os Padres da Congregação do Oratório; na marcha que depois fez por

cabo de sua tropa em socorro dos moradores da povoação do Ararobá, distante de Pernambuco **(isto é, de Olinda)** 90 léguas, por estar nela o tapuia da nação QUESQUE fazendo grande dano; se haver com valor ao encontro que com ele teve, matando e aprisionando quase toda esta Nação; e querendo ir sobre SACURUS SANERIM sujeitar e sitiar na Aldeia de Capibaribe, por recearem o mesmo estrago, fazendo nesta ocasião um grande serviço a Deus, e a mim, e bem a todos os moradores daquela Capitania, por ficar a campanha sossegada, sustentendo à sua custa um arraial quatro meses, lançando tropas fora e, dando em QUILOMBO DOS PALMARES, se lhes destruiram muitos mantimentos, aprisionando quatro principais cabeças, sem agravar a pessoa alguma; e por ser dos principais, servir muitas vezes de Juiz Ordinário da Vila de Igaraçu e de Vereador da Câmara da Cidade de Olinda, e na ocasião da guerra do Açu contribuir para ela com oitenta mil réis e com gados para sustento da Infantaria", etc.

090

Por toda essa sua efetiva e reconhecida colaboração com o governo português, BERNARDO VIEIRA DE MELO era nomeado em 1695 governador do Rio Grande do Norte.

Da leitura do trecho transcrito de sua carta-patente régia, pode-se entrever a luta sem tréguas acontecida no Agreste, no último quartel do século XVII, tanto para reconduzir à escravidão os negros libertos dos quilombos palmarinos quanto para domesticar as diversas tribos de Cariris e Tapuias que ainda restavam sobre a Cordilheira da Borborema. De modo geral, tanto no caso dos negros quanto no dos índios, era uma luta inglória, através da qual o que se procurava não era integrar negros e índios na sociedade branca e cristã a expandir-se em Pernambuco, mas, tão-somente, utilizá-los como mão-de-obra, farta e de baixo custo, reduzindo-os, uns e outros, indistintamente, à escravidão pura e simples, com o consenso do governo e o alheamento ou a cumplicidade da igreja católica. Os negros vinham reagindo bravamente contra semelhante estado de coisas fazia, já, um século, defendendo-se com unhas e dentes, paus e pedras, correrias pelos matos e golpes de capoeira; e concentrando-se nos PALMARES, reduto até agora inexpugnável de sua heróica resistência à opressão dos brancos. Mas — e os índios? Desunidos entre si, no geral, iam sobrevivendo ao sabor da natureza, sem garantia de nada para o presente e sem melhores perspectivas

para o futuro. Entregues ao **deus-dará,** os pobres indígenas não tinham **Palmares** algum que os abrigasse e os defendesse contra a fúria assassina dos brancos sertanistas e colonizadores. A seu respeito, escreve o historiador Olympio Costa Júnior **(Extintos Aldeamentos de Indios de Pernambuco),** com notável senso de justiça:

"A história da colonização portuguesa em terras pernambucanas, encerrando por um lado aspectos realmente singulares de esforço e tenacidade, apresenta, ao mesmo tempo, um dos episódios mais justamente lamentáveis na luta inexorável e exterminadora do indígena.

"Fundados os sólidos núcleos de população e de cultura, que tornaram Pernambuco um lugar de riquezas quase lendárias, o indígena aí figurava ou era utilizado como escravo, sob um regime de trabalho e de exploração a que nunca poderia ficar submetido sem protesto formal e violento.

"Esse protesto havia de ecoar rapidamente por toda a parte e desaparecia a paz dos primeiros dias, conseguida após pequenas escaramuças e à sombra da qual em pouco tempo tanto se tinha feito e estruturado, de modo a permitir à jovem povoação lograr uma vida de relativa abastança.

"Os centros de resistência, que os portugueses fundaram, não suportariam, contudo, as arremetidas destruidoras dos valentes e indomáveis caetés, não fosse a aliança valiosa e fortalecedora dos Tabajaras, povo de índole mansa e inimigo rancoroso dos seus vizinhos.

"As constantes hostilidades, os repetidos assaltos, as devastações de engenhos e propriedades e os freqüentes incêndios em que se empenharam denodadamente os caetés, como represália ao que sofriam, vieram apressar uma ação mais enérgica contra eles, redobrada quando foi morto o primeiro Bispo do Brasil, triste acontecimento que deu lugar à resolução régia estabelecendo a escravidão perpétua para aqueles índios, o que foi deveras fatal a todos os demais.

"Tudo isto era uma conseqüência natural do regime primário de esbulho, escravidão e morte instituído abertamente pelos chamados nobres que aqui se instalaram e que logo se afizeram às rudes circunstâncias.

"Estava pois inteiramente mudada aquela primitiva paisagem de tranqüilidade e daí em diante além das iníquas "guerras justas", — "para que um índio qualquer fosse reduzido à escravidão, nada mais era preciso do que alegar-se que ele pertencia, ou descendia da raça dos **Caetés**; e o mais re-

voltante era ser juiz nessas causas, quase sempre, o próprio denunciante".

"Nem os bons aliados de ontem escapariam à cobiça do colono, e vítimas, dentro em breve, de tais atrocidades, levantaram-se também os tabajaras, unidos aos potiguares do extremo norte de Pernambuco, muitos dos quais foram findar os seus dias atribulados em regiões remotas.

"De pronto a guerra tomou caráter sistemático e atroz, seguindo do litoral para o interior, confundindo todos os povos do mesmo destino e no mesmo infortúnio.

"Em 1560, após uma campanha que durou cinco anos consecutivos, foram os caetés batidos e afugentados para o sertão, ficando, provavelmente, aqui e ali, restos dessa gente, sem nenhuma memória das suas origens.

"Depois de tão grande desconcerto, como identificar-se, hoje, com exatidão, a procedência desses **caboclos da língua geral**, encontrados no interior e de que nos falam os relatórios, os ofícios e outros documentos?

"O demorado contratempo da guerra holandesa e a passagem devastadora dos paulistas, vindos mais tarde ao Nordeste para reduzir as grandes nações indígenas rebeladas, foram circunstâncias favoráveis a que mais se avolumasse a enorme confusão que já lavrava largamente entre os nossos silvícolas, antes daqueles dois eventos.

"Vencida, porém, a fase agitada da guerra restauradora e restabelecida a calma, um dos problemas que se apresentariam ao governo seria o do indígena até então entregue aos cuidados do missionário, sempre inexcedível realizador da obra extraordinária e assombrosa de todos conhecida.

"Reorganizados os negócios públicos, nova orientação entendeu o governo de dar ao problema e com o tempo começaram a ser criados órgãos especiais encarregados de desempenhar o grande trabalho.

"No entanto, a verdade é que as "Juntas das Missões", os "Governadores de Índios", etc., etc., nunca mais puderam fazer o que os abnegados e quase sempre anônimos missionários de várias ordens religiosas executaram com os maiores e jamais compreendidos sacrifícios."

No Agreste, poucos são os índios que escaparam à "guerra justa" dos sertanistas/colonizadores que, tangendo-os da região ou simplesmente os assassinando, iam **civilizando** as áreas ocupadas pelos brancos, nelas implantando sítios de cultura, fazendas de criação, caminhos de boiadas, pousos, arruados, povoações, curatos, freguesias, vilas e municípios,

como o faziam os VIEIRA DE MELO na SESMARIA ARAROBA, especialmente no LUGAR DO ALTINHO.

Tapuias e Cariris eram os donos naturais do Agreste de Pernambuco, mas, para o rei de Portugal, o Brasil inteiro era propriedade lusa; e o Agreste de Pernambuco não iria constituir exceção à regra — era uma área grande e fértil, excelente para render "dízimos a Deus", cobiçada pelos paulistas de DOMINGOS JORGE VELHO e distribuída entre os sesmeiros favoritos dos governadores em geral — área dada de graça, de mão beijada e papel passado, sem respeito algum ao direito dos índios, mesmo porque, perante as leis coloniais e até as leis de depois da colônia, índio jamais teve ou teria direito algum reconhecido por usurpador branco.

091

Capitão-general Caetano de Melo e Castro, governador de Pernambuco, na verdade, o legítimo artífice da campanha final da já secular guerra contra os quilombolas da Capitania, havendo transformado a vila do Porto Calvo em base de operações bélicas, desde novembro de 1693 para ali ia enviando comboios de mantimentos, que, tão logo desembarcados no ancoradouro de Jaraguá ou trazidos por terra, eram conduzidos em lombo de escravos até pontos avançados da região palmarina, enquanto enormes bandos de negros se revezavam dia e noite na abertura de uma estrada carroçável em direção do Outeiro da Barriga. Como se percebe, utilizavam-se negros para destruir negros — os primeiros, escravos; os segundos, fazendo todo o possível para livrá-los da escravidão. O fato não deixa de revelar ironia, triste ironia de uma raça tão desunida entre seus membros e tão desorientada que, explorada miseravelmente pelos brancos, submetia-se às ordens destes para a destruição de Palmares — o próprio símbolo da liberdade dos negros no Brasil.

O governador reunia poderoso exército, ao qual se reuniam 1.500 homens recrutados nas vilas do Penedo e de São Miguel; 300 homens e enorme boiada, trazidos pelos irmãos BERNARDO e ANTÔNIO VIEIRA DE MELO; 800 homens vindos da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte; 1.000 homens comandados pelo mestre-de-campo paulista DOMINGOS JORGE VELHO; e ainda inúmeros veteranos de campanhas anteriormente fracassadas contra os Palmares.

Uns dizem que esse exército tinha um efetivo de 9.000 homens, outros falam em dez mil soldados, um historiador ala-

goano calcula-o em 11.000 combatentes. Não há exatidão a seu respeito, mas, de qualquer maneira, era a maior concentração de forças militares organizadas em Pernambuco, até este fim do século XVII, pois, anteriormente, o maior exército reunido na Capitania tinha sido o holandês, cujo efetivo era de 7.000 homens. Espiões levavam notícias suas para ZUMBI e, por sua vez, os quilombolas se preparavam para o choque prestes a travar-se entre forças escravistas e negros livres domiciliados nos Palmares, inúmeros dos quais, possivelmente, fugindo da luta, internavam-se pelos sertões nordestinos, transformando-se em salteadores ou **cangaceiros**.

Barbosa Lima Sobrinho **(Pernambuco e o São Francisco, 62)** afirma que "coube a Bernardo Vieira de Melo, o comando geral da investida decisiva contra o principal quilombo dos Palmares". Fernandes Gama **(Memórias Históricas da Província de Pernambuco, IV, 37)**, referindo-se à grande expedição militar organizada por Melo e Castro, diz que "deste exército foi nomeado General em Chefe com o posto de Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, já experimentado na guerra dos negros, e que da sua fazenda das Pindobas conduziu muita gente armada, com a qual veio oferecer-se ao governador para aquela empresa". Southey **(História do Brasil, III, 22)** assegura que em Porto Calvo "se reuniu uma força de seis mil homens às ordens de Bernardo Vieira de Melo, a quem por ter derrotado e exterminado um destacamento grande destes negros se dera o comando". Finalmente, Pereira da Costa **(Anais, IV, 418)** registra que "comandava em chefe toda a força, Bernardo Vieira de Melo, distinto e valente cabo de guerra, já experimentado nas campanhas contra os negros". Taunay, contudo, acha que o comando geral das forças congregadas para a destruição dos Palmares tocou ao paulista Domingos Jorge Velho.

Nos primeiros ataques aos quilombos, as forças governamentais fracassavam inteiramente, mas, no dia 3 de fevereiro de 1694, chegava a seu acampamento a artilharia prometida por Melo e Castro — seis canhões conduzidos por duzentos homens. Com isso, a desigualdade de forças era flagrante e os negros procuravam internar-se pelo Sertão, abandonando suas fortificações e o campo da luta. Na versão de Décio Freitas **(ob. cit., 162-163)**, a retirada dos negros por um despenhadeiro, desguarnecido, iniciada silenciosamente pouco depois da meia-noite de 5 de fevereiro, ia logrando êxito total e faltava escapar apenas a retaguarda, junto à qual marchava o próprio ZUMBI, quando uma sentinela da frente comandada por

Bernardo Vieira de Melo percebia a fuga e dava o alarme: Os palmarinos, encurralados entre o despenhadeiro e o inimigo, defendiam-se com bravura. Atingindo ferocidade inaudita, o combate se fazia até corpo a corpo, na escuridão da noite. "Supõe-se que uns quinhentos **(negros)** tenham rolado pelo despenhadeiro, fato esse depois interpretado como um suicídio épico. Outros tantos tombaram mortos no local. Os que haviam podido ganhar o mato tentaram em vão se reagrupar. Face a noite escura. "tantos eram os feridos que o sangue que iam derramando servia de guia às nossas tropas", disse o governador Melo e Castro em carta ao rei. As tropas de Vieira de Melo se tinham dispersado pelas redondezas e não davam trégua aos fugitivos. Nesse Interim, Vieira de Melo mandara avisar Jorge Velho do que se passava. A caçada aos negros se generalizou e prosseguiu noite a dentro. Disse depois Jorge Velho que a coluna de Vieira de Melo "degolou aos que pôde pelas tais brenhas encontrar": acima de duzentos, só poupando a vida a duas mulheres. Ao amanhecer, as baterias despedaçaram as muralhas e os expedicionários puderam irromper na cidadela".

O governador Caetano de Melo e Castro, artífice da destruição dos Palmares, celebrava a queda do quilombo do Macaco atirando dinheiro ao povo pelas janelas de palácio, mandando rezar missa solene em ação de graças e autorizando luminárias no Recife e Olinda durante seis noites.

Extintos os quilombos palmarinos, agora, sim, iria impor-se em definitivo a civilização branca e cristã em todo o Agreste de Pernambuco, com os negros reduzidos novamente à mais torpe escravidão e os índios tangidos, massacrados ou simplesmente degolados por se considerarem ferozes, selvagens, bárbaros, o diabo. O mundo é dos fortes — ai dos vencidos!

BERNARDO VIEIRA DE MELO, herói da ocasião, viajava para o Rio Grande do Norte, a fim de assumir o governo da Capitania, ficando em Pernambuco, já engrenado nas lides agroindustriais do **Engenho Pindoba**, de Ipojuca, seu filho André Vieira de Melo, e, já se envolvendo no comando geral dos sítios e fazendas que se iam formando na SESMARIA ARAROBÁ, seu irmão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, muito jovem ainda, o qual de logo tratava de restabelecer a **Fazenda do Jupi**, para nela fixar residência e dirigir de perto a gigantesca propriedade agropastoril de que era senhor e possuidor. É possível que, nessa fase de fim de século, ele haja fundado a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e o **Sítio do Altinho**, situados em terreno ubérrimo do Vale do rio Una e próximo aos quais

já se achava totalmente desativado o **Mocambo do Quilombo,** antigo baluarte negro nas terras do Agreste Meridional de Pernambuco.

092

Segundo Pereira da Costa **(Anais, IV, 58),** é no ano de 1698 que a exploração das terras da SESMARIA ARAROBÁ teve começo por iniciativa de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, informação que entra em conflito, de certo modo, com o citado em documentos anteriores, referentes ao ano de 1689 **(ver tópico 088),** mas tudo indica que a razão talvez esteja com o autor dos **Anais Pernambucanos,** pois, se Antônio Vieira de Melo faleceria em 1764 com 95 anos de idade, teria nascido em 1669 e em 1689 contaria apenas com 20 anos de idade, sendo, portanto, ainda bastante jovem na época, moço demais para incumbir-se de tarefa tão árdua, tão imensa e tão cheia de responsabilidades como o seriam a exploração, o desbravamento, o povoamento da gigantesca sesmaria, que, naquele tempo, ainda vivia infestada de negros assaltantes saídos dos quilombos palmarinos. É muito mais razoável tenha ele, aos 29 anos de idade, isto é, agora em 1698, quando a área das citadas terras já se achava livre e desimpedida para a exploração pacífica de seus campos, dado início, em definitivo, à dita exploração, de acordo com o informe de Pereira da Costa. É possível que, em 1698, haja instalado sua casa-grande no JUPI, de imediato contando com a assessoria do vaqueiro Fagundes Bezerra, de quem era compadre, e dali partido para fundar a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e o **Sítio do Altinho**, no Vale do Una, relativamente perto de seu quartel-general de trabalhos agrícolas.

ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, por sua efetiva participação na luta contra os quilombos dos Palmares, teve o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real, a conferência do hábito de São Bento de Aviz e o posto de capitão-mor. Evidentemente, era um moço bem visto pelas autoridades portuguesas em geral, tanto quanto o era o seu irmão BERNARDO VIEIRA DE MELO, capitão-mor/governador do Rio Grande do Norte, em cuja Capitania, no dizer de Taunay **(História das Bandeiras Paulistas, I, 165-167),** agora surgiam o paulista Manuel Alvares de Morais Navarro e seu Terço, cometendo tamanha sorte de arbitrariedades que "contra ele representaram logo a Câmara de Natal e o Capitão-mor, alegando violências suas e de sua tropa contra os inermes índios do Apodi já pacificados e a quem escravizavam".

Morais Navarro era homem prestigiado pelo governador-geral do Brasil e disso se aproveitava para, mesmo depois de finda a chamada **guerra dos bárbaros**, insistir em "formar um campo entrincheirado no Açu, como base de futuras operações destinadas a, de vez, arrasar os janduins". Contra isso se erguia BERNARDO VIEIRA DE MELO, produzindo a ira do mercenário paulista e fazendo ver ao governador-geral a inoportunidade da medida, pois "a existência de tal campo iria inquietar extraordinariamente os índios já pacificados, provocando possivelmente o levante geral das tribos". D. João de Lencastre, o governador-geral, contudo, simpatizava com o chefe paulista e talvez não gostasse do capitão-mor pernambucano, daí sua atitude no apoiar o primeiro na sua insensata luta contra os índios e no desprestigiar o segundo na sua administração à frente dos destinos do Rio Grande do Norte.

Por outro lado, falava-se que entre Vieira de Melo e Morais Navarro havia, além de ciúme mútuo, interesses pecuniários contrariados. Seja como for, segundo Taunay, "na questão interveio o governador-geral do Brasil que, a 7 de janeiro de 1700, oficiava a D. Pedro II exaltando os serviços de Navarro e reprovando as manobras de Bernardo Vieira. Nesta ocasião escreveu Lencastre ao chefe paulista aplaudindo calorosamente "pelo bem com que obrara e o zelo pelo qual servia a Sua Majestade sendo tudo isso levado à real presença".

É bem provável que, desse lamentável episódio, provenha o desgosto de BERNARDO VIEIRA DE MELO pela autoridade portuguesa em geral e o seu encaminhamento para liderar os pernambucanos na pendenga de 1710, conhecida como a **guerra dos Mascates**, na qual também se envolvia o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o povoador da SESMARIA ARAROBA e o fundador do ALTINHO.

093

Pereira da Costa **(Anais, X, 398)** diz que "a exploração e povoação das terras de Caruaru vêm de fins do século XVII, mas vagamente constatados. Entretanto, ao que parece, já eram assim conhecidas e povoadas em começos do século imediato, porquanto, no testamento do capitão Manuel da Mota Silveira, falecido na freguesia de N. S. da Luz a 24 de junho de 1706, figura um legado à sua afilhada, filha de seu compadre Manuel de Oliveira, do **Caruaru**, verificando-se assim que residia ele em um lugar daquela denominação, que só pode ser o de que tratamos, uma vez que, uma igual denomina-

ção, é exclusivamente dada a um poço que há no rio Capibaribe, no lugar Gameleira, nas imediações da cidade do Limoeiro".

Na verdade, a exploração e povoamento do LUGAR DO KALALU ou LUGAR DO KALULU — nomes de origem africana, corrompidos, através dos anos, para CARARU, CARURU e CARUARU, sendo este o utilizado em definitivo até hoje — tiveram início na penúltima década do século XVII, com a doação, posse e cultivo das terras sesmariais dos portugueses RODRIGUES DE SÁ, nas quais de logo se fundaram pequenos sítios de cultura e fazendas de gado, inclusive à margem esquerda do médio rio Ipojuca e pertencente ao co-sesmeiro SIMÃO RODRIGUES, que, aproveitando o nome do lugar, deu-lhe a denominação de FAZENDA DO CARURU **(ver tópico 085).**

Agora em 1706, a FAZENDA DO CARURU ainda se achava sob a administração de seu primitivo proprietário, o fazendeiro SIMÃO RODRIGUES, sobrinho do cônego Simão Rodrigues de Sá, O. S. B., o verdadeiro chefe em Pernambuco da grande e laboriosa família, cujas origens, segundo o trabalho **Origem de Algumas Famílias Portuguesas**, publicado no **Anuário Genealógico Latino,** vol. I, 82-83, ano de 1949, são as seguintes:

"RODRIGUES — Rodrigues vem do nome próprio Rodrigo. São quatro famílias com armas diversas: a) Martim Rodrigues, Antônio Rodrigues e Paio Rodrigues obtiveram as mesmas armas; b) Antônio Rodrigues, principal rei de armas em Portugal, no tempo de D. Manuel, rei de Portugal em 1495; c) Paio Rodrigues; e d) Rodrigues de Varillas (de Salamanca, Espanha). Procede **(o apelido Rodrigues)** do conde da Vela, filho de d. Ramiro, morto em 1094, rei de Aragão. Diogo Rodrigues das Varillas, no tempo do rei Felipe II, passou a Portugal, onde se casou, e seu neto Diogo Rodrigues, em 1629, registrou brasão de armas **(Baena, CLIII)**.

"ROIZ ou RUIZ. O mesmo que Rodrigues."

"SA — Esta família descende de Paio Rodrigues de Sá, que viveu pelos anos de 1300, no reinado de d. Diniz I, no concelho de Lafões. Seu filho João Affonso de Sá, vassalo dos reis d. Affonso IV, morto em 1357, e d. Pedro I, morto em 1367, foi senhor da Quinta de Sá, no Termo de Guimarães, e ali é o solar desta família."

No antigo LUGAR DO CARURU, vale do médio Ipojuca, o fazendeiro SIMÃO RODRIGUES, possivelmente em co-

meços do século XVIII, contraiu matrimônio com u'a moça de origem lusa, integrante da família AQUINO DURO, cujos chefes já viviam agricultando e criando gado em terras da gigantesca SESMARIA ARAROBÁ, dos Vieira de Melo, talvez no Vale do Una, proximidades da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** da qual advém a povoação do ALTINHO. Tudo quanto se sabe era que a tal moça tinha o apelido de **Sinhá,** bastante comum, na época.

Entre os filhos de Simão Rodrigues e Sinhá de Aquino Duro haveria um chamado SIMÃO RODRIGUES DURO, que, em 1754, casaria com uma jovem de apenas 14 anos de idade, nascida no ALTINHO: a menina-moça ANTÔNIA TEREZA DE JESUS, quinta filha legítima do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA e de JOSEFA MARIA DO Ó. Esta era filha legitimada do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, da SESMARIA ARAROBÁ, e de uma índia cariri vivente no JUPI. Deste modo, os descendentes dos RODRIGUES DURO, do LUGAR DO CARURU, descendem, também, dos VIEIRA DE MELO, desbravadores das TERRAS DE OPY, como vem historiado neste livro, e fundadores do SITIO DO ALTINHO, no Vale do Una. Em suma: Os RODRIGUES DURO, os VIEIRA DE MELO e os PINTO DE ALMEIDA, influentes tanto no CARURU quanto no ALTINHO, no século XVIII, constituem uma só família, que, através de casamentos vários, se ramificaria com diversas outras famílias importantes da região.

Nas cercanias da **Fazenda do Caruru** (ou do **Caruaru,** é evidente), os sesmeiros de 1681 foram fundando vários outros sítios de cultura e fazendas de criação, entre os quais o SITIO DO MONTEIRO, de Eusébio de Oliveira Monteiro, casado na família Rodrigues de Sá, de cujo casal seria filho o tal "compadre Manuel de Oliveira, do **Caruaru**", citado por Pereira da Costa e pai da mencionada afilhada do então falecido capitão Manuel da Mota Silveira, membro, por sua vez, de tradicional família de agricultores do Agreste Setentrional de Pernambuco. Da família MOTA SILVEIRA, do Limoeiro e do Bom Jardim, descende o escritor Mário Souto Maior, famoso por suas extraordinárias obras de cunho folclórico.

094

Em 1709 o capitão BERNARDO VIEIRA DE MELO (cujo nome é ligado à história do ALTINHO, por motivos óbvios, já esclarecidos neste livro) conseguia a nomeação para o posto de Sargento-mor do Terço dos Palmares, mas não era

visto com bons olhos pelo governador de Pernambuco, capitão-general Sebastião de Castro e Caldas, que, sabendo-o liderar os **nobres** em suas pendengas contra os **mascates,** tratava de humilhá-lo sempre que possível; e, depois de explodida a célebre **guerra dos mascates,** em 1710, apontaria o senhor do **Engenho Pindoba** entre as "pessoas que se sabe foram os principais amotinadores das Freguesias amotinadas", escrevendo a seu respeito:

"Bernardo Vieira de Melo, que na frota veio provido no posto de Sargento-mor do 3.º do Palmar, é infiel e dos mais cavilosos, e foi ciente de tudo quanto se obrou, com uma freqüente continuação de avisos, entrando no levante seus irmãos **(Antônio Vieira de Melo, o fundador do ALTINHO, e Manuel Bezerra de Melo)** e filhos, é mal procedido, na limpeza das praças, porquanto para o último pagamento que lhe mandei fazer, passou certidão jurada, de muitos que assistiram, a quem não mandei pagar, por me constar o contrário, metendo também um soldado que havia dois anos estava com baixa, o que lhe estranhei por escrito, e tudo consta dos mesmos papéis do pagamento que se acham em poder do Tesoureiro da Câmara; e também que se apossou de nove pretos do mato que tomaram os do Arraial de São Caetano **(do Jacuípe),** e sem me dar parte, nem os remeter à Praça, **(ou)** ao Provedor da Fazenda para se quitarem e repartirem, dispôs deles, sobre o que lhe passei ordem para os remeter, o que agora não fará."

Como se pode perceber, o conceito do sargento-mor BERNARDO VIEIRA DE MELO agora era péssimo junto às rodas governamentais e, embora residisse no Recife, ele era odiado pelos comerciantes dominadores da praça respectiva (**os mascates** falados), os quais o derrotavam na batalha travada em torno da criação do Município recifense, cuja instalação seria o estopim da explosão da guerra civil em Pernambuco.

Como sargento-mor do Terço dos Palmares, BERNARDO VIEIRA DE MELO passava grande parte de seu tempo no Agreste Meridional de Pernambuco, possivelmente colaborando com a fundação de sítios e fazendas na SESMARIA ARAROBÁ (que, sendo da família, também era sua), ajudando seu irmão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO no que podia ajudar e visitando as duas principais propriedades da gigantesca sesmaria — a **Fazenda do Jupi** e a **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** onde já estariam funcionando o **Sítio do Altinho** e o **Sítio Bebedor das Queimadas,** interligados entre si por uma estrada vicinal aberta a mando do notável povoador daquela data de terras agrestinas.

095

1710 era ano seco, de crise econômico-financeira, de lavoura bastante escassa. Pernambuco estava em pé de guerra e os VIEIRA DE MELO (Bernardo, Antônio e Manuel) achavam-se inteiramente envolvidos nas escaramuças havidas entre olindenses e recifenses. O tempo era de muita miséria. Por essa época, segundo Sanelva de Vasconcelos **(Os Cardosos de Águas Belas, 30),** criava-se a **Comarca das Alagoas,** com a seguinte jurisdição: "O seu princípio pela parte do Norte em o Rio Parasinunga, que divide as duas Comarcas, das Alagoas e Pernambuco, e as Freguesias de Sam Bento e Una; termina-se pela parte do Sul em o rio Sam Francisco, que fica debaixo de dez graus e quatro minutos de Longitude do meridiano da Ilha de Ferro: pelo sertão se separa da Comarca de Pernambuco em a serra do Comonati."

Integrando a nova Comarca, achava-se a Vila do PENEDO, cuja jurisdição "era pela beira do mar até a barra do rio São Francisco e por todo ele acima até as povoações das Rodelas e pelo rio Panema acima, Comunati, Campos do Buíque, Campos de Garanhuns."

Em tais condições, passavam a pertencer à Comarca das Alagoas a área pernambucana do Sertão do Ipanema, os Campos do Buíque, o Sertão das Rodelas, os Campos dos Garanhuns, nos quais se incluíam o LUGAR DO ALTINHO e grande parte do Sertão do Ararobá, onde também se situava parcialmente a sesmaria dos VIEIRA DE MELO.

096

Para os VIEIRA DE MELO, a **guerra dos Mascates** redundou em verdadeiro desastre, sob os mais diversos aspectos. Durante sua campanha, foi morto o combatente MANUEL BEZERRA DE MELO. Terminadas as atividades bélicas, o sargento-mor BERNARDO VIEIRA DE MELO, que, para escapar às vinganças dos comerciantes lusos estabelecidos na praça do Recife, refugiara-se no Agreste Meridional, findou preso, acorrentado e remetido para a prisão em Lisboa, Portugal, onde acabou sendo eliminado pelo governo português, que, na mesma prisão, também fez eliminar seu filho André Vieira de Melo. E ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que havia deixado a administração da SESMARIA ARAROBÁ sob os cuidados do vaqueiro Fagundes Bezerra, a fim de participar diretamente da guerra entre **nobres** e **mascates,** com a derrota sofrida e para

fugir às perseguições do governador Félix José Machado, abandonou o Recife e Olinda, indo esconder-se nas plagas agrestinas de Pernambuco até se tornar mais ou menos esquecido de seus inimigos, que jamais o perdoariam de ter sido um combatente nativista e republicanista ao mesmo tempo. Mesmo assim, sendo mal visto pelas autoridades do Litoral, tornando-se **persona non grata** para o reino, refugiou-se nas TERRAS DE OPY, ou seja, na sua **Fazenda do Jupi,** reassumindo o comando da SESMARIA ARAROBÁ e cuidando de trabalhar duro e de, em suas terras, ir fundando mais fazendas de gado e mais sítios de cultura, entre os quais, no Vale do Una, além da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** e do **Sítio do Altinho,** destacavam-se o **Sítio Cachoeira Grande,** o **Sítio Bebedor das Queimadas,** o **Sítio Poços Pretos,** o **Sítio Mentirosos,** o **Sítio Azevém,** o **Sítio da Taquara,** entre vários outros todos integrantes da jurisdição do LUGAR DO ALTINHO.

097

Entre o LUGAR DO ALTINHO e o LUGAR DO CARURU, e em território distrital do **Julgado de Garanhuns,** havia um recanto denominado **Poço Cercado,** cuja terra era considerada devoluta. Dela se apossara, ao pé de uma serra perto, o capitão MANUEL MENDES DA SILVA, aí se instalando e construindo casas para os seus familiares, agregados e escravos. Daí por diante o antigo **Poço Cercado** passou a ser conhecido pelo apelido de Pé de Serra do Mendes, nome mantido até hoje. Tempos depois, já estando a cultivar a terra ao redor, o capitão MENDES tratava de legalizar a posse, requerendo uma data, na forma regimental, e conseguindo-a em 18 de março de 1727, quando o governador D. Manuel Rolim de Moura, segundo **Doc. Hist. Pern. — Sesm., I, 311, e IV, 43,** assinava carta de sesmaria em seu favor, concedendo-lhe "três léguas de terra no lugar denominado o Poço Cercado", com o foro anual de 4$000 por légua. Contudo, após o registro da data de terras, fez-se esta nota no livro respectivo: "Não teve efeito a sesmaria dada a este indivíduo acima, porque doou a outrem, como consta na Provedoria desta Capitania, por cuja razão não se cobra o foro dela".

É possível que a tal "doação" feita pelo capitão MENDES a outrem, como diz a nota, tenha sido u'a maneira maliciosa de o sesmeiro livrar-se do pagamento do foro respectivo, pois o fato é que os MENDES jamais se afastariam das terras do **Pé de Serra do Mendes** e ali se tornariam uma espécie

de "valentões da zona", tipos sempre citados na crônica policial por brigões e criadores de casos, triste tradição mantida até os dias atuais entre Caruaru e Agrestina, com raras exceções

098

Pernambuco fora mais ou menos pacificado, apesar das desconfianças recíprocas ainda existentes entre **nobres e mascates,** mas, mesmo assim, aos trancos e barrancos o governo da Capitania levava o barco a bom termo e não mais perseguia os velhos lutadores republicanistas que haviam planejado a independência pernambucana, entre os quais se destacava o fundador do ALTINHO, ou seja, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, agora inteiramente dedicado à exploração e ao progresso da SESMARIA ARAROBÁ, a grande paixão de sua vida de homem do campo, rico e dinâmico. Permanecia solteiro, mas, em sua companhia, viviam algumas mulheres indígenas, da união com as quais houve filhos, reconhecidos como seus, legitimados por ele. Dentro de suas terras já havia fundado um sem número de sítios-de-cultura, fazendas-de-criação, povoados, estradas vicinais, capelas, engenhocas, pousos, etc. Homem de largo descortínio, não contando com qualquer ajuda governamental e realizando tudo por iniciativa própria, mandara abrir caminhos para boiadas, carroçáveis meios de comunicação entre os seus sítios e fazendas (principalmente a **Fazenda do Jupi,** onde residia em definitivo) e as povoações sertanejas do PAJEÚ, à custa de seu bolso, conseguindo o êxito esperado na empreitada, porém, durante os rudes trabalhos de abertura daquela estrada ligando o Agreste ao Sertão de Pernambuco, "pelas inclemências dos climas, perdeu a vista, da qual enfermidade com a força de medicamentos ficou pouca vista em um só olho", como consta de anotação lavrada às fls. 17, do Livro n.º 16, do 2.º cartório de Garanhuns, segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 41-42),** que a seu respeito divulga:

"A operosidade deste grande homem, que tudo realizava às suas próprias custas, não somente era proveitosa ao progresso da sesmaria, como também contribuía relevantemente para o aumento das rendas públicas da Capitania do Ararobá, porque de antes se arrematavam os dízimos reais por vinte e trinta mil réis e hoje **(na primeira metade do século XVIII)** se estão arrematando os da freguesia deste Ararobá **(com igreja-matriz na povoação de MONTE ALEGRE),** por seiscentos mil réis, tudo por virtude das novas povoações".

Em face da cegueira de um olho e da pouca visão do outro, o extraordinário fundador do ALTINHO, capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, passava a dividir os trabalhos de administração da gigantesca SESMARIA ARAROBÁ com o seu velho vaqueiro e "verdadeiro amigo" ANTÔNIO FAGUNDES BEZERRA, homem de sua inteira confiança, a quem agora, como demonstração de reconhecimento pela sua colaboração efetiva e valiosa, fazia doação de uma das fazendas de gado fundadas no Agreste Meridional, — a situada nas proximidades do LUGAR DO ALTINHO, a qual tinha o nome de **Fazenda Cachoeira Grande,** da qual vem a atual vila altinense de ITUGUAÇU **(ver tópico 081)**.

A **Fazenda Cachoeira Grande,** presenteada em 28 de março de 1730 ao vaqueiro-administrador Antônio Fagundes Bezerra, — a fim de este poder dotar a "sua filha Maria Inácia Bezerra, menina que ainda hoje é", quando, já moça, viesse a se casar, — muitos anos mais tarde voltaria ao poder dos VIEIRA DE MELO, através de MARIA INÁCIA VIEIRA DE MELO, casada com o fazendeiro JOÃO LEITÃO ARNOSO. A filha de Antônio Fagundes Bezerra, Maria Inácia, em 1734 casou com JOÃO BRANDÃO DE SOBRAL, morador naquelas paragens, havendo enorme sucessão. Segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 42),** no contrato de casamento, a **Fazenda Cachoeira Grande** foi incluída "com o valor de seiscentos mil réis, no dote de três mil cruzados à sua referida filha para se casar com **João Brandão de Sobral para encargo e sustentação do matrimônio",** conforme era uso na época.

O casal JOÃO BRANDÃO DE SOBRAL-MARIA INÁCIA FAGUNDES BEZERRA é o tronco da altinense família SOBRAL, à qual também pertencem os ALVES DE OLIVEIRA, os OMENA DE OLIVEIRA e os FAGUNDES BEZERRA, entre vários outros ramos familiares.

099

Nas primeiras décadas do século XVIII, todas as questões de terras — compras, vendas, permutas, partilhas por herança, doações particulares, ocupações indébitas, posses, demarcações, etc. — referentes à área territorial situada entre as ribeiras dos rios Una e Ipojuca, nelas incluídos grande parte da SESMARIA ARAROBÁ e todos os chamados "brejos" do LUGAR DO CARURU, eram legalizadas na povoação de Santo Antônio de Garanhuns, sede do Julgado de igual nome, e escrituradas nos livros notariais do escrivão Felipe Cavalcanti (depois sucedido, naturalmente, por outros serventuários da

Justiça), o qual, com riqueza de detalhes, anotava todas aquelas transações "jurídicas" e guardava os respectivos lançamentos, acumulando assim, por força de lei, farto e excelente material bastante útil, hábil e esclarecedor de muitos pormenores históricos da vida agrestino-pernambucana. Seus registros ainda existem e foram exaustivamente pesquisados pelo historiador Alfredo Leite Cavalcanti, que, baseado neles, no **Jornal do Commercio,** do Recife, edição de 13 de maio de 1958, escreve:

"Entre as muitas fazendas fundadas por Antônio Vieira de Melo, depois da restauração da do Jupi, dos estragos causados **(ali)** pelos negros rebeldes dos Palmares e os índios tapuias, está incluída a de **Nossa Senhora do Ó,** cuja data foi — em 14 de dezembro de 1735 — dada por ele à sua perfilhada, dona Josefa Maria do Ó, como dote de casamento com o coronel Cristóvão Pinto de Almeida.

"O então território da referida propriedade foi assim demarcado: "Começando da ponta da serra, entre os rios da Chata e Una, no riacho do Negro, e daí buscando a serra da Taquara, dividindo-a com o sítio São Francisco, e pela serra e rio até a barra do rio da Chata, de onde muda o rumo seguindo pelo último rio acima até confrontar com o sítio da Chata, num cabeço mais alto no mesmo ponto da serra onde começou."

Para casar-se com JOSEFA MARIA DO Ó, filha legitimada do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e de uma das índias cariris moradoras em sua casa-grande no JUPI, o português CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, segundo costume da época, agora recebia, além da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó** (inclusive as terras do **Sítio do Altinho**), escravos, animais e coisas, de acordo com a relação seguinte, transcrita da "escritura de dote", lavrada em 14 de dezembro de 1735 pelo notário Sebastião Neto Nogueira, tabelião da Capitania do Ararobá:

"Eu Antônio Vieira de Melo declaro, perante as testemunhas, abaixo assinadas, o sargento-mor Antônio Fagundes Bezerra, seu filho Pedro Fagundes Bezerra, seu genro Ajudante João Brandão de Sobral e Bartolomeu de Castro, que com o favor de Deus tenho casado minha filha Josefa Maria do Ó com o Coronel Cristóvão Pinto de Almeida e para ajuda dos encargos do matrimônio lhe tinha dotado e de novo doto as coisas seguintes: Um negro Silvestre no valor de cento e cinqüenta mil réis, a negra Josefa no valor de cento e trinta mil réis, a negra Suzana no valor de cem mil réis e assim mais

vinte éguas entre grandes e pequenas, mansas e bravas, no valor de seis mil réis **(cada),** que importa ao todo em cento e vinte mil réis e mais oito poltros e quatro cavalos de serviço no valor de cem mil réis, mais duzentas vacas entre grandes e pequenas. mais cem machos na mesma forma, o qual dito gado está situado no **Sítio de Nossa Senhora do Ó,** que fica na beira do rio Una, como seu que é e o toma por seu aquiescimento por herança de seu pai Bernardo Vieira de Melo, pelo que lhe pôde tocar de uma larga data de terra que ele e seus irmãos estão possuindo nesta dita Capitania do Ararobá de que ele tem sido e está sendo o principal cultivador e administrador da dita terra e escolhe o dito sítio e o traspassa em dote à dita sua filha para ela e seus descendentes, o qual se acha no valor de seiscentos mil réis, o qual dito sítio para escusar de dúvidas futuras o divide e demarca na forma atual em que se encontra."

Este é um dos documentos mais importantes da história do ALTINHO, pois se refere à base fundamental da primeira família civilizada altinense, toda ela nascida e criada ali na ribeira do Una vinda do tronco formado pelo casal CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA-JOSEFA MARIA DO Ó.

100

A "escritura de dote", citada e transcrita no tópico anterior, era lavrada na casa residencial do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, sita na **Fazenda do Jupi,** fundada, fazia longos anos, por seu avô paterno, o sertanista português Antônio Vieira de Melo, como vem historiado neste livro.

Do casal CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA-JOSEFA MARIA DO Ó houve seis filhos, todos nascidos na casa-grande da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** estes seguintes:

F1) — BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA, nascido em 1736 e casado com JOAQUINA MARIA DE ALMEIDA. com sucessão:

F2) — JOSÉ VIEIRA DE MELO, nascido em 1737 e casado com ANTÔNIA MARIA BEZERRA, com sucessão. Será ele o transformador do **Sítio do Altinho,** de sua propriedade, na **Povoação da Capela,** o que se registrará na época oportuna;

F3) — JOSEFA MARIA DO Ó DE ALMEIDA, nascida em 1738 e casada com o fazendeiro CAETANO DE FARIAS DA COSTA, com sucessão:

F4) — ANA FRANCISCA XAVIER, nascida em 1739 e casada com o agricultor-proprietário FRANCISCO VELHO DE OMENA, com sucessão. Este casal é o tronco da grande família altinense dos OMENA DE OLIVEIRA;

F5) — ANTÔNIA TERESA DE JESUS, nascida em 1740 e casada, aos 14 anos de idade, com o fazendeiro caruaruense SIMÃO RODRIGUES DURO, proprietário da **Fazenda do Caruru,** na ribeira do Ipojuca, e dos sítios **Poços Pretos** e **Bebedor das Queimadas** (adquiridos por ele como dote de seu casamento com Antônia Tereza), na ribeira do Una, filho do co-sesmeiro Simão Rodrigues e da altinense Sinhá de Aquino Duro, gente já citada neste livro, com sucessão; e

F6) — CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA JR., sem maiores informações.

Homem dinâmico e de visão larga, o Cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, pouco tempo depois de casado, tratava de melhorar e ampliar o **Sítio do Altinho,** fundado por seu sogro e situado dentro dos extensos limites da **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** ali fazendo construir casa-grande para a residência da família, depósitos para mercadorias, senzala, estábulos, casa-de-farinha, casas para agregados, paiol, etc. Com isso, tornava o ALTINHO a verdadeira sede da imensa propriedade rural agora recebida como dote para a sustentação de seu casamento.

101

Em julho de 1749 o capitão-general Correia de Sá, governador de Pernambuco, declarava em processo sesmarial, a quem interessar possa, que — "a mim enviaram a dizer na petição por escrito o Capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti e o Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, que era senhor e possuidor do Sítio de Nossa Senhora do Ó, no sertão do Ararobá, que na extrema do referido sítio, no lugar chamado a **Barra da Chata,** no rio de Una, correndo para o nascente, havia terras de uma e outra parte do rio, devolutas e desaproveitadas, em que se podiam criar gados, ainda que de poucos e ruins pastos, sem terem heréus, porque de uma e da outra parte do rio acompanham duas serras, e porque receava que suposto fosse infrutífera de fato a sobredita terra lhe metesse

terceiro para se cultivar do sobredito sítio do suplicante, e para evitar este prejuízo e darem-no pedia junto com o capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti a terra que se achasse devoluta da Barra da Chata até a Cachoeira Grande **(atual ITUGUAÇU)** ao nascente de seu sítio, que poderiam ser seis ou oito léguas ou o que na verdade fosse, e de largo para uma e outra parte do Rio Una até ao pé das serras que o acompanham, por sesmaria, atendendo-se para o foro a inferioridade da terra, e, concedida por mim, queriam recorrer a S. M., para, confirmando-lhe a data, lhe assentasse o foro em remuneração dos serviços dos suplicantes, portanto me pediam na conclusão da dita petição lhes fizesse mercê mandar-lhes passar sua carta de sesmaria na forma das suas confrontações — e receberão mercê".

O processo, inicialmente, fora enviado ao Senado da Câmara de Olinda, a cujo Município pertenciam as terras requeridas, para informação, que assim foi prestada:

"Não temos dúvida da terra, digo, de notícia da terra que os suplicantes requerem, mas, estando devolutas, parece conveniente para utilidade do bem comum conceder-lhes a dita terra. V. Exa. mandará o que for servido. Olinda em Câmara, 27 de agosto de 1749".

Em seguida, fora ouvido o juiz pedâneo do Ararobá, o qual deu este esclarecimento:

"O que posso informar nesta petição dos suplicantes, por me ser pedida a dita pelo Ilmo. e Exmo. Sr. General, é que, em quanto às terras de que a petição faz menção, me consta que até o presente nunca foram povoadas e sempre estiveram desertas e desaproveitadas, e o que acima digo é público e notório. O Exmo. Sr. mandará o que for servido. Ararobá, 14 de setembro de 1749 — O Comandante e Juiz do Ararobá, **Manuel Monteiro da Rocha**."

Preenchidas as formalidades legais, estabelecido o foro anual de 4$000 por légua, o governador Correia de Sá assinava duas cartas de sesmaria em favor dos requerentes, doando a cada um deles três léguas ordinárias de terras agrestinas, na BARRA DA CHATA, cujo povoamento oficial, portanto, data de 18 de novembro de 1749, segundo **Doc. Hist. Pern. — Sesm., II, 68-72**. A dupla sesmaria receberia confirmação régia em 15 de novembro de 1751.

O capitão-mor DOMINGOS BEZERRA CAVALCANTI, na sua data de terras, fundou a **Fazenda Capivara,** enquanto o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, na sua parte, fundou a **Fazenda Barra da Chata**. Ambas as propriedades, nascidas

altinenses, mais tarde passariam a integrar a jurisdição do distrito do BEBEDOR DAS QUEIMADAS, evoluído para BEBEDOURO e, atualmente, AGRESTINA.

102

Aos 29 de abril de 1751, no Vale do Una, proximidades do LUGAR DO ALTINHO, onde já havia falecido o velho sargento ANTÔNIO FAGUNDES BEZERRA, que fora vaqueiro/administrador da SESMARIA ARAROBA e compadre de seu desbravador e povoador **(ver tópico 098)**, sua viúva, MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA, adquiria por compra feita ao capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO a **Fazenda Cachoeirinha**, por este fundada naquelas agrestinas terras sesmariais, a qual, no informe de Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 43)**, tinha o território demarcado — "na beirada do rio Una, adonde de presente está situado, e pelo rio Una abaixo correrá a demarcação dividindo igual parte com o Sítio da Cachoeira de Baixo, de que é senhor João Brandão de Sobral **(genro da fazendeira adquirente, conforme foi registrado na época oportuna)**, em forma que neste meio nem o comprador deste Sítio da Cachoeirinha nem o possuidor da Cachoeira Grande, nenhum poderá pôr, neste meio, sítio de logradouro, como assim está declarado na doação que já fez o dito vendedor do Sítio da Cachoeira quando o doou ao sargento-mor Antônio Fagundes, e tornando o dito a seguir pelo dito rio Una assim seguirá até chegar à passagem da estrada que vai do JUPI para a parte do TACAIMBÓ, e seguindo a mesma estrada para a parte do norte buscará as lagoas que lhe fiquem servindo de seus logradouros, e do fim das lagoas tudo o que nela for útil de suas beiradas correrá para o nascente até igualar com a divisa que está demarcada com o sítio da Cachoeira e do Rio Una para a parte do Sul logrará tudo o que puder beneficiar até às serras que se chamam do Boqueirão, e desta sorte deu o dito vendedor por dividido o dito sítio "

Atualmente, nessas terras negociadas em 1751 entre os VIEIRA DE MELO e os FAGUNDES BEZERRA, espraia-se parte dos territórios municipais de São Bento do Una, Cachoeirinha, Tacaimbó e ALTINHO.

103

No invernoso ano de 1754, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO viajava a cavalo, de sua residência no JUPI, para o

LUGAR DO ALTINHO, a fim de presenciar o casamento de sua neta ANTÔNIA TERESA DE JESUS, meninota ainda, de apenas 14 anos de idade, nascida na **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** de propriedade de seus pais — o coronel português CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA e a pernambucana **meio-sangue** (do Jupi) JOSEFA MARIA DO Ó. **Meio-sangue** por ser filha de branco e de índia cariri.

As festividades tinham duração de mais de um dia, com bebedorias e comedorias à vontade, folga para os escravos, tocatas de zabumba, foguetórios, desafios de cantadores-repentistas, convidados de toda a redondeza, cavalhadas, pegas de boi brabo, missa solene na casa-grande da fazenda celebrada pelo cura de Garanhuns, Pe. Manuel de Araújo Cavalcanti, e tudo o mais que era costume e se fazia na época em propriedade de gente abastada.

A menina-moça ANTÔNIA TERESA DE JESUS — uma VIEIRA DE MELO pela linha materna e uma PINTO DE ALMEIDA pela paterna — casava com um fazendeiro mais velho que ela porém muito rico, gente do LUGAR DO CARURU, no Vale do Ipojuca, onde possuía a **Fazenda do Caruru** (da qual vem a cidade de Caruaru), adquirida por herança de seus pais, isto é, casava com o capitão SIMÃO RODRIGUES DURO, filho legítimo do alferes português SIMÃO RODRIGUES DE SÁ **(ver tópicos 085 e 093)** e da pernambucana MARIA DE AQUINO DURO, que fazia parte integrante da família DURO, radicada no ALTINHO desde fins do século XVII, da qual se tornará a falar na parte final deste tópico. Para sustentação de seu matrimônio com ANTÔNIA TERESA DE JESUS, o capitão SIMÃO RODRIGUES DURO, de acordo com a respectiva "escritura de dote", recebia de seu sogro dois sítios de cultura no Vale do Una, alguns escravos de ambos os sexos, muitos poltros, cavalos e éguas, grande quantidade de vacas e novilhos, segundo era de praxe o acontecer na época, principalmente entre famílias abastadas.

Realizado o pomposo casamento, no dia seguinte, viajando a cavalo e levando o seu enxoval em baús conduzidos em carro-de-bois dirigido pelos escravos, a rica altinense ANTÔNIA TERESA DE JESUS, seguindo o noivo, capitão SIMÃO RODRIGUES DURO, ia viver e residir na **Fazenda do Caruru,** situada em pleno **caminho das boiadas,** também chamado de **caminho do Ipojuca,** reconhecido oficialmente desde 1738, o qual corresponde mais ou menos à atual estrada pavimentada,

central-tronco de Pernambuco, conhecida por BR-232. Na **Fazenda do Caruru** nasceriam os três filhos do casal:

F1) — JOAQUINA MARIA DE JESUS, nascida em 1755, também casada precocemente, feito sua mãe, pois, com menos de 14 anos de idade, contrala matrimônio, em primeiras núpcias, com o capitão MANUEL DA SILVA NUNES, mais conhecido por **Nunes dos Bezerros,** fazendeiro nos campos de São José dos Bezerros e descendente do sesmeiro Manuel Alves de Azevedo, já citado neste livro **(ver tópico 087)**. O dote de casamento (o 1.º) de Joaquina Maria de Jesus era formado pelo **Sítio Juriti** (com os respectivos imóveis, benefícios, gadaria vacum e cavalar, escravos, etc.), situado ao norte da propriedade do sogro, ou seja, ao norte da **Fazenda do Caruru,** ambas as propriedades fundadas no último quartel do século XVII, como foi historiado neste livro, pelos RODRIGUES DE SA. Com sucessão Do segundo casamento de Joaquina Maria de Jesus se falará na época oportuna.

F2) — JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ (também assinava JOSÉ RODRIGUES DE JESUS), nascido em 1756, capitão de Ordenanças, casado, aos 25 anos de idade, com sua sobrinha MARIA DO ROSÁRIO NUNES, filha dos citados Manuel da Silva Nunes e Joaquina Maria de Jesus. Com sucessão. O cap. José Rodrigues da Cruz foi quem mandou construir na **Fazenda do Caruru** (caída em seu poder, por herança de seus pais), a partir de 1781, a capelinha de N. S. da Conceição, com isso transformando a propriedade na POVOAÇÃO DO CARURU (atual CIDADE DE CARUARU).

F3) — MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, falecida solteira e em homenagem à qual seu irmão José teria erguido a referida capela de N. S. da Conceição.

A família RODRIGUES DA CRUZ (ou RODRIGUES DE JESUS), portanto, tem origens altinenses, como o tem, por sua vez, a família SILVA NUNES, de BEZERROS.

Quanto à família DURO, tradicional no ALTINHO, parece que o seu início em Pernambuco vem do século XVI, segundo Pereira da Costa **(Anais, I, 225; e II, 130 e 602)**, com o colono PEDRO AFONSO DURO, casado com MADALENA GONÇALVES, o qual era dono de terras situadas na ribeira do rio dos Cedros, adquiridas de filhos de Jerônimo de Albuquerque, o **Adão Pernambucano,** nas quais fundou um engenho a que deu o nome da esposa, daí vindo o atual **Bairro da Madalena,** no Recife. O engenho de Pedro Afonso Duro depois foi vendido a João de Mendonça. Pedro Afonso Duro era fidalgo da Casa Real e Madalena Gonçalves, nascida em 1563, em Olinda, era filha do abastado colono português Diogo Martins Pessoa. O casal teve muitos filhos, todos nascidos em Pernambuco, inclusive um, chamado Antônio Fernandes Pessoa, que era dono das terras do Jiquiá. Com a invasão holandesa, em 1630, Antônio Fernandes Pessoa retirou-se do Jiquiá para o Engenho Sibiró, em Ipojuca, onde faleceu em 1633. Sua viúva, Maria de Aguiar, voltou para o Jiquiá, onde morreu em 1647. O Jiquiá ficou em poder de uma filha do casal — Ana Duro, ou Ana de Lira Pessoa, casada, em 1as. núpcias, com Luiz da Silva, e, em 2as., com Francisco de Faria Uchoa. Houve sucessão em ambos os leitos. Em 1657, Francisco de Faria Uchoa e Ana Duro venderam o **Engenho Jiquiá** ao capitão Antônio Borges Uchoa. Em 1705 dita propriedade já pertencia aos irmãos Alvaro Barbalho Uchoa e Antônio Borges Uchoa, a cujas famílias se vincula o autor deste livro. Uma curiosidade: Em 1610, Pedro Afonso Duro e sua filha Ignez Barbosa Duro foram padrinhos no batizado de Domingos Fernandes Calabar (o célebre Calabar, da história da ocupação batava em Pernambuco, nascido em Porto Calvo), realizando-se a solenidade na Ermida do Engenho Velho, em Olinda, o qual pertencia a Jerônimo de Albuquerque. Através dessa gente importante é que vem a família DURO, do ALTINHO, tradicional no Vale do Una, segundo estas poucas exemplificações:

JOÃO RODRIGUES DURO aparece no século XVIII como proprietário da **Fazenda Santa Teresa** (da qual vem a povoação de igual nome). Era casado com RITA MARIA DA CONCEIÇÃO, por cujo leito foram identificados dois filhos: JOSÉ RODRIGUES DURO, casado com CLÁUDIA FRANCISCA D'ALMEIDA (possivelmente neta ou bisneta do cel. Cristóvão Pinto de Almeida), havendo sucessão; e ANTÔNIO RODRIGUES DURO, casado com PAULA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, com sucessão.

Um pouco mais para a segunda metade do século XVIII, aparece JOSÉ RODRIGUES DURO, senhor e possuidor da **Fazenda Azevém,** o qual era casado com MARIANA DA ROSA D'ALMEIDA (que também aparece com o nome de MARIANA DA ROCHA DE ALMEIDA, possivelmente bisneta ou trineta do cel. Cristóvão Pinto de Almeida), pôr cujo leito foram identificados quatro filhos: COSME D'ALMEIDA DURO, casado com FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO, com sucessão; JOSÉ CLEMENTE DA SILVA DURO, proprietário da **Fazenda Fortaleza,** casado com MARIA DA PENHA DE JESUS, com sucessão; EPIFÂNIO ROZENDO DA COSTA DURO, sem maiores informações; e THOMAZ JOSÉ DE AQUINO DURO, nascido no ALTINHO em 1801 e assassinado a tiros em 1853. Proprietário da **Fazenda Demarcação** (também chamada **Fazenda da Marcação),** ele era metido a valentão, político de muita evidência na sociedade altinense e, em 1851, tornou-se juiz de paz e subdelegado-de-polícia do Distrito do Altinho, pertencente na época ao Termo de Caruaru, como o seu 4.º Distrito. Ao ser assassinado, tinha mulher, IGNÁCIA MARIA DA SILVA (filha de Antônio José do Bomfim e de Ana Rita da Silva, conforme consta à fl. 128v, do Livro de Casamentos — Anos 1838-1842, pertencente à igreja de Santo Antônio de Garanhuns), e dois filhos menores, que ficaram sob a tutela de Joaquim Pereira da Silva Duro, que, em 1853, já era o juiz de paz do Distrito do Altinho.

Esse JOAQUIM PEREIRA DA SILVA DURO, que aparece como juiz de paz e como suplente do subdelegado-de-polícia do Altinho em 1853, era senhor e possuidor da **Fazenda Gado Bravo,** casado com FRANCISCA MARIA DA SILVA, que era irmã de IGNÁCIA (viúva de Thomaz José de Aquino Duro), havendo sucessão.

Comprovado fica, portanto, o prosseguimento da descendência da família DURO, no ALTINHO, em cuja sociedade seus membros sempre gozaram de muito destaque.

104

No 2.º volume de **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste,** págs. 762/781, José Antônio Gonsalves de Mello divulga "Documentos e Notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.". O 5.º documento transcrito é de 1755 e tem esta redação:

"Traslado em pública forma, com o teor de uns termos de Louvados, passado a requerimento do Capitão Antônio Vieira de Melo.

"Saibam quantos este público instrumento dado e passado em pública forma **ex officio** de mim Tabelião, e a pedimento de parte e com o teor de uma justificação de Louvados, virem; que sendo no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e cinqüenta e cinco anos, aos onze dias do mês de janeiro do dito ano, nesta freguesia de Santo Antônio do Ararobá e seus termos, por parte do Capitão Antônio Vieira de Melo me foi apresentada uma sua petição, requerendo-me que em virtude do despacho nela lhe autuasse, para com a concordata que os Louvados disserem o que souberem no arbítrio que se lhe deva pagar nas despesas que tem feito, e benefícios das terras com seus sobrinhos, filhos dos seus irmãos já defuntos; e tomada a dita petição lhe a autuei, e é a que adiante se segue, do que fiz este termo; eu Antônio Pereira da Cunha que o escrevi.

"Petição.

"Senhor Juiz Ordinário. Diz Antônio Vieira de Melo, que ele Suplicante é morador nesta freguesia do Ararobá **(na sua Fazenda do Jupi),** há quarenta anos, e com a sua assistência lidando e tratando na cultura e benefício das terras, de que é senhor e seus irmãos e sobrinhos, por uma data concedida a seu defunto pai Bernardo Vieira de Melo **(ver tópico 079);** e porque estiveram as ditas terras muitos anos apossadas dos negros rebelados do Palmar, e para entrar o Suplicante em benefício da dita terra, começou no ano de mil seiscentos e noventa e oito, sitiando o Sítio do Mimoso, e os mais muitos que hoje se vêem **(inclusive, naturalmente, o SITIO DO ALTINHO e a Fazenda de Nossa Senhora do Ó),** gastando para isso copiosa fazenda por estradas que abriu, perdas de cavalos, gastos com demandas que se ofereceram pelas ditas terras, e o detrimento de sua pessoa com risco de vida, e com efeito demarcou e povoou estes lugares, que se achavam incógnitos, sem que para isto tivesse ajuda de custo dos mais interessados, ou ainda adjutório pessoal; e porque quer o Suplicante fazer partilhas com eles nas mesmas terras, para ser pago dos gastos e perdas na dita cultura, e por si o não quer arbitrar, sim o quer fazer por Louvados perante Vossa Mercê, com pessoas idôneas e de sã consciência e antigas, que presenciaram e sabem do fato; portanto pede a Vossa Mercê seja servido mandar admitir ao Suplicante a fazer por Louvados sua justificação, sendo por eles arbitrado o que pudera gas-

tar todos os anos pouco mais ou menos na sua cultura e benefício da dita terra. e provado o que, basta se lhe dê por sentença para o requerer a bem do seu direito e justiça. E receberá mercê."

"**(Despacho do juiz ordinário Frutuoso Marques de Souza:)** — Sim, como pede. — Marques".

"Termo das pessoas em que se louva o Capitão Antônio Vieira de Melo, para arbitrarem os gastos que tem feito nos descobrimentos e benefícios, para cultura das terras que está possuindo e senhoreando nesta freguesia de Santo Antônio de Ararobá, conforme o despacho retro do Senhor Juiz Ordinário.

"Aos onze dias do mês de janeiro de mil setecentos e cinqüenta e cinco, nesta freguesia do Japi **(sic, por Fazenda do Jupi),** termo desta freguesia de Santo Antônio de Ararobá, perante o Juiz Ordinário o Capitão Frutuoso Marques, e de mim escrivão ao diante nomeado, apareceu o Capitão Antônio Vieira de Melo, morador nesta dita freguesia, pessoa de mim reconhecida pela própria de que se trata, e por ele me foi dito, que para bem se poder arbitrar os gastos que tem feito nos descobrimentos, benefícios e culturas das terras, de que se acha de posse, e são com ele heréus seus irmãos e sobrinhos, e foram pela sesmaria que tirou seu pai Bernardo Vieira de Melo e o Capitão Antônio Pinto Pereira e Manuel Vieira de Lemos, já defuntos; se louvava nas pessoas do Capitão-Maior Manuel Monteiro da Rocha, o Reverendo Padre Cura desta freguesia Manuel de Araújo Cavalcante. do Capitão-Comandante Manuel Leite da Silva, e do Coronel João Gomes de Melo, os quais se achavam também presentes, os quais disseram que eles aceitavam a eleição de Louvados, e prometiam debaixo da obrigação que lhes encarregou o dito Senhor fazer este termo, em que com ele se assinou, e eu Antônio Pereira da Cunha, tabelião atual desta dita freguesia, que o escrevi. Manuel Monteiro da Rocha, Antônio Vieira de Melo, Manuel de Araújo Cavalcanti, Manuel Leite da Silva, João Gomes de Melo, Frutuoso Marques de Souza, Juiz Ordinário."

"E sendo no mesmo dia, mês e ano, neste próprio lugar, perante mim Tabelião abaixo nomeado e assinado, apareceram e se acharam uniformes o Reverendo Cura desta freguesia o Licenciado Manuel de Araújo Cavalcante, e o Capitão-Maior Manuel Monteiro da Rocha, e o Capitão-Comandante Manuel Leite da Silva. e o Coronel João Gomes de Melo, pessoas em que se louvou o Capitão Antônio Vieira de Melo,

para arbitrarem os gastos que tem feito nos descobrimentos, benefícios, culturas e estradas que tem aberto nas terras de que se acha de posse; pessoas de mim reconhecidas pelas próprias e as mais principais desta dita freguesia; e por eles me foi dito, que eles juntos e uniformes tinham conferido, ajustado e arbitrado, e achavam e julgavam que o dito Capitão Antônio Vieira de Melo, desde o ano de mil setecentos e treze, que veio para esta freguesia de morada, gasta todos os anos nas despesas da cultura destas terras e estradas, demandas e mais benefícios, cem mil réis cada ano, o que assim julgam e arbitram pelo saberem, verem e presenciarem todos os seus gastos e contínuo zelo com que se tem empregado no aumento delas, e que para firmeza desta determinação, e se necessário for, afirmarão em juízo, ou fora dele com o juramento dos Santos Evangelhos; e me pediram que para maior validade, força e vigor, fizesse este termo, em que comigo assinaram; e eu Antônio Pereira da Cunha, escrivão do Judicial e Notas que o escrevi. — Manuel de Araújo Cavalcante, Manuel Monteiro da Rocha, Manuel Leite da Silva, João Gomes de Melo. — Eu Antônio Pereira da Cunha, Tabelião do Público e Notas da freguesia de Santo Antônio do Ararobá e seus termos, com Provisão do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Luís José Corrêa de Sá, governador de Pernambuco **et coetera**; me assinei em rasa do meu sinal costumado que uso. — Antônio Pereira da Cunha".

O que atualmente chamam de estradas vicinais, ligando as comunidades interioranas umas as outras, entre si, já era praticado no Agreste e em parte do Sertão de Pernambuco, desde fins do século XVII, pelo dinâmico e extraordinário capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, dentro dos limites imensos de suas terras integrantes da SESMARIA ARAROBÁ, como se pode verificar através da leitura de um documento de 1741, anexado em 1755 ao "Termo dos Louvados" aqui transcrito, para comprovar uma parte dos benefícios feitos pelo referido capitão em suas terras sesmariais. O documento de 1741, segundo José Antônio Gonsalves de Mello **(ob. cit., II. 763-764)**, tem esta redação:

"Luís Mendes da Silva, cabo Regente do Terço dos Palmares, por Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde **et coetera**. Certifico que há quarenta e oito anos **(desde 1693, portanto)** assisto militando nesta campanha dos Palmares, na conquista dos negros rebeldes que infestavam com tanto prejuízo e destruição desta Capitania de Pernambuco, acompanhando nestas empresas muitas vezes ao Mestre de Campo Domin-

gos Jorge Velho, e outras muitas infinitas vezes que fui mandado por Cabo das Bandeiras a correr a campanha e destruir os mocambos **(povoações negras, como a do QUILOMBO, no ALTINHO, por exemplo)** que se viam ocultos e espalhados pelos mesmos matos, em que nos fez e me fez preciso rompermos as matas em seguimento dos negros e buscando meus Cabos até sairmos às Fazendas de Antônio Vieira de Melo **(as duas principais na época eram a FAZENDA DO JUPI e a FAZENDA DE NOSSA SENHORA DO Ó, no ponto mais elevado da qual se destacava o SITIO DO ALTINHO),** nas quais mandou sempre o dito assistir-nos com todos os suprimentos necessários de mantimentos, pólvora e bala, e tudo mais conducente para as retiradas e novas empresas, tudo com grande despesa de sua fazenda, fazendo-se juntamente pela sua parte conquista dos mesmos negros, tanto no emprego de sua pessoa que assistiu na ocasião do cerco e batalha que alcançamos do ZUMBI, na qual se houve com todo o valor e procedimento que ficou ferido de uma perna; como juntamente em uma estrada de comunicação que abriu de cima das suas fazendas **(no Vale do Una, JUPI e ALTINHO)** para o Arraial de Jacuípe **(fronteira de Pernambuco com Alagoas),** na maior largura dos Palmares, a qual **(esirada)** serviu às Tropas de grande utilidade para as marchas e retiradas, e entrando juntamente a fazer povoações de fazendas de gados pelas beiradas de cima que eram caatingas às mais dificultosas marchas, onde pela aspereza se costumavam ocultar os negros, o que com estas povoações não puderam mais fazer; e nestas povoações conseguiu fabricar lugares que muitas vezes os não pude romper nem as mesmas terras vadear, pela aspereza de espinhos; e agora de presente se vêem campos com bastantes fazendas de gados e bestas, o que tudo tem feito com desvelo e despesa de sua fazenda, conseguindo-se nisto multiplicadas rendas à Fazenda de Sua Majestade; e não só estas, senão por muitas suficiências que concorrem na sua pessoa, que se faz digno e merecedor de todas as honras e mercês que Sua Majestade for servido fazer-lhe, para o que lhe passei a presente por mim assinada e jurada com o juramento dos Santos Evangelhos. Arraial dos Barrigas, vinte de março de mil setecentos e quarenta e um anos. — **Luís Mendes da Silva**".

As estradas abertas pelo notabilíssimo desbravador e povoador do Agreste Meridional de Pernambuco, inclusive e principalmente o Vale do Una. Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, partiam de sua fazenda no JUPI, ligando-a ao Sertão

do Ipanema, Sertão do Moxotó, Sertão do Ararobá, Vale do Ipojuca, LUGAR DO ALTINHO, fundo da Mata-Sul, ribeira do Jacuípe, ribeira do rio Panelas, sítio BEBEDOR DAS QUEIMADAS, Fazenda Santa Rosa (anexa à Fazenda do CARURU), etc. Todas essas primitivas estradas vicinais foram construídas por iniciativa particular, sem qualquer ajuda do governo colonial, é preciso que seja acentuado. Tudo se deve à visão desse extraordinário sertanista pernambucano que era o Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o verdadeiro fundador do ALTINHO. Seus demais habitantes apenas são seguidores da grande obra de cujo surgimento foi pioneiro o senhor e possuidor da SESMARIA ARAROBA.

105

Em 1757, dentro dos limites da SESMARIA ARAROBA mais um personagem surgia em cena e de logo se ia tornando um dos influentes da região do Vale do Una — o fazendeiro-agricultor CRISTÓVÃO DE MELO E MACEDO, que, solteiro ainda, havia proposto casamento a uma das filhas do casal JOÃO BRANDÃO DE SOBRAL-MARIA INÁCIA FAGUNDES BEZERRA, gente da **Fazenda Cachoeira Grande** (atual ITUGUAÇU, distrito do ALTINHO): A menina-moça JOANA FRANCISCA BEZERRA DE SOBRAL, com quem agora contrala matrimônio, em face do que, no dote de praxe entre pessoas abastadas, os pais da noiva incluíram o direito de o noivo "estabelecer currais para a criação de gados e organizar um sítio nas terras da **Cachoeira Grande**", no informe de Alfredo Leite Cavalcanti (**ob. cit., I, 66**), que acrescenta:

"Com o falecimento de João Brandão de Sobral, foram as terras da **Fazenda Cachoeira Grande** partilhadas entre os seus herdeiros; e o casal de Cristóvão de Melo e Macedo reuniu ao seu o quinhão que comprou do casal de sua cunhada, dona Maria da Exaltação de Sobral e Francisco Velho de Omena, em 19 de julho de 1771".

FRANCISCO VELHO DE OMENA, que é tronco das altinenses famílias dos OMENA DE OLIVEIRA, dos BRANDÃO DE SOBRAL e dos XAVIER DE OMENA, foi casado, em 1as. núpcias, com ANA FRANCISCA XAVIER, filha legítima do cel. Cristóvão Pinto de Almeida e de Josefa Maria do Ó **(ver tópico 100)**, por cujo leito nasceu FRANCISCO XAVIER DE OMENA, que, homem feito, deixava o ALTINHO para ir negociar na povoação de Lagoa dos Gatos, onde casou com FRANCISCA OMENA DE OLIVEIRA, filha do português José Oliveira Ramos,

senhor e possuidor do **Sítio do Araçá**, ribeira do rio dos Gatos, segundo João Pereira Callado **(História de Lagoa dos Gatos, 296)**, havendo sucessão. Enviuvando, FRANCISCO VELHO DE OMENA casou, em 2as. núpcias, no ALTINHO, com MARIA DA EXALTAÇÃO DE SOBRAL, filha legítima do fazendeiro João Brandão de Sobral e de Maria Inácia Fagundes Bezerra. É possível que do casal FRANCISCO VELHO DE OMENA-MARIA DA EXALTAÇÃO DE SOBRAL seja filho o fazendeiro LEANDRO PEREIRA DE SOBRAL, um dos baluartes da sociedade altinense entre os séculos XVIII e XIX.

Segundo notas do padre Ediberto Alves de Oliveira, LEANDRO PEREIRA DE SOBRAL nasceu em 1789 e, já no estado de viúvo, faleceu aos 31 de dezembro de 1861, tendo enterro solene no cemitério do ALTINHO.

Casado com ANA MARIA DE JESUS CORREIA DE BRITO, o fazendeiro LEANDRO PEREIRA DE SOBRAL deixou filhos e filhas, uma das quais se chamava MARIA PHILIPPIA DE SOBRAL, que casou duas vezes: Em 1as. núpcias, com o fazendeiro JOSÉ QUINTÃO, havendo sucessão; e, em 2as. núpcias, com um sertanejo de Flores do Pajeú, radicado no ALTINHO, nascido em 1824 e chamado MANUEL JOAQUIM D'OLIVEIRA, filho legítimo do altinense José Fernandes de Sobral e de Maria Joaquina d'Oliveira (esta, já viúva, falecida em 9 de abril de 1858). MANUEL JOAQUIM D'OLIVEIRA e MARIA PHILIPPIA DE SOBRAL se casaram no **Lugar da Paz**, no ALTINHO, em 8 de maio de 1851, sendo o casamento efetuado pelo vigário interino da paróquia altinense Pe. Manuel da Silva Burgo. Falecendo MARIA PHILIPPIA DE SOBRAL, o viúvo MANUEL JOAQUIM D'OLIVEIRA casou, em 2as. núpcias, com ROSALINA MARIA DO ESPIRITO SANTO, viúva que era do agricultor-proprietário Manuel Pereira da Silva, sendo o enlace realizado, aos 19 de maio de 1896, pelo Pe. Zacarias de Lyra, vigário do ALTINHO. Ambos os nubentes tinham filhos dos leitos anteriores.

106

Um dos descendentes dessa gente ordeira, honesta e trabalhadora, citada no tópico anterior, é o padre jesuíta EDIBERTO ALVES DE OLIVEIRA, altinense de nascimento, vigário da freguesia de sua terra natal durante 18 meses, homem de cultura vasta, profundo conhecedor da **História do Altinho**, grande colaborador de Nelson Barbalho na fase de pesquisas para a realização deste livro. Em carta emitida de Belo Ho-

rizonte, MG, aos 26 de setembro de 1986, revela o Pe. Ediberto:

"Quando regia a Paróquia **(altinense)** (01.07.1984 a 18.01.1986) fui um incansável batalhador pela preservação da memória altinense. A título de exemplo, a luta pela continuação do nome: **Praça do Centenário,** quando a ilustre Câmara Municipal, que em 07.01.87 completará 100 anos, por unanimidade pediu e o Prefeito sancionou sua mudança para **Praça Júlio Rodrigues Filho,** mas só que não vigorou, porque, com a ajuda da comunidade, continuamos chamando: **Praça do Centenário**; restauração da imagem de São Sebastião, Batistério e Quadro a óleo: o Batismo de Jesus — quase réplica do quadro pintado por Leonardo da Vinci, Florença; luta por u'a melhor preservação do Arquivo Paroquial, sem falar nas idas e vindas de mãos vazias da FUNDARPE, a qual tombou a Capela de Nossa Senhora do Ó (Igrejinha do Rosário).

"Sou um sacerdote jesuíta (nascido em 05.06.1952); fiz o Noviciado de 1974/75 na Igreja de Santo Antônio da Barra, Salvador, Bahia; Filosofia na PUC. Rio de Janeiro, em 1976/1979; Magistério, no Colégio Nóbrega, no Recife, PE; Teologia, na PUG (Pontifícia Universidade Gregoriana), em Roma, Itália, em 1980/83; Ordenação Sacerdotal em 28.08.1983 na Capela de Nossa Senhora de Fátima, do Colégio Nóbrega; 1a. Missa no dia 17.09.1983, na Matriz de Nossa Senhora do Ó, do Altinho; Vigário do Altinho de 01.07.1984 a 18.01.1986; e, por fim, 4.º de Teologia no ISI de Belo Horizonte.

"Sou o caçula dos irmãos. Eles são em número de sete: SEVERINO DOS RAMOS ALVES DE OLIVEIRA (nascido em 20.04.41), que possui o curso superior de Relações Públicas e atualmente mora com os meus pais na Cidade-Demarcação, sendo professor no **Colégio Comercial do Altinho**; EDMAR ALVES DE OLIVEIRA (nascido em 28.01.42), religioso, membro do FOCOLARE, o qual mora atualmente em Fortaleza, CE; WALFRIDO ALVES DE OLIVEIRA (nascido em 16.09.43), que possui curso superior de Economia pela UFPB e atualmente trabalha na Brennand, Várzea, Recife, PE; EDGAR ALVES DE OLIVEIRA (nascido em 08.02.45), casado com Clelde Maria Ribeiro, havendo dois filhos; ENILDA ALVES DE OLIVEIRA (nascida em 28.04.46), casada com João Agostinho; ECILDA ALVES DE OLIVEIRA (nascida em 25.01.47), casada com Luís Pinheiro, havendo dois filhos; e ELIANE ALVES DE OLIVEIRA (nascida em 05.08.48), casada com Levi Silva. Exceto os irmãos Severino, Edmar e Enilda, todos os demais moram no Recife.

"Os meus antepassados sempre foram agricultores-pecuaristas na Demarcação **(antiga Fazenda Demarcação ou Fazenda da Marcação, de Thomaz José de Aquino Duro — ver tópico 103)**, onde nasci. Lá ainda podemos ver as ruínas do Solar (Sobrado) construído por Miguel Alves da Silva, mais ou menos em 1870."

Padre EDIBERTO ALVES DE OLIVEIRA e seus sete irmãos são:

— filhos legítimos de JOÃO ALVES DE OLIVEIRA FILHO e de BRIGIDA ALVES DE OLIVEIRA;

— netos paternos de JOÃO ALVES DE OLIVEIRA E SILVA e de FRANCISCA TERTULINA DE LEMOS (os LEMOS são da Cidade de Altinho);

— netos maternos de CICERO PEDRO DOS SANTOS (os SANTOS são originários de Pau Ferro, em Panelas de Miranda) e de ALZIRA ALVES DE OLIVEIRA;

— bisnetos (por João Alves de Oliveira e Silva) de MIGUEL ALVES DA SILVA e de JOSEFA DE SOBRAL OLIVEIRA;

— bisnetos (por Francisca Tertulina de Lemos) de JOAQUIM JOSÉ DE LEMOS e de MARGARIDA DE TORRES;

— bisnetos (por Cicero Pedro dos Santos) de PEDRO ELIAS DOS SANTOS e de CÂNDIDA MARIA DA CONCEIÇÃO;

— bisnetos (por Alzira Alves de Oliveira) de MANUEL ALVES DE OLIVEIRA e de ÂNGELA CLARA DE OLIVEIRA;

— trinetos (por Miguel Alves da Silva) de MANUEL ALVES DA SILVA e de HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO;

— trinetos (por Josefa de Sobral Oliveira) de MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA e de MARIA PHILIPPIA DE SOBRAL;

— trinetos (por Manuel Alves de Oliveira) de MIGUEL ALVES DA SILVA e de FRANCISCA DE SOBRAL OLIVEIRA;

— trinetos (por Ângela Clara de Oliveira) de IZIDORO MANUEL DE OLIVEIRA e de APOLINARIA MARIA DA CONCEIÇÃO;

— tetranetos (por Manuel Joaquim de Oliveira) de JOSÉ FERNANDES DE SOBRAL e de MARIA JOAQUINA DE OLIVEIRA;

— tetranetos (por Maria Philippia de Sobral) de LEANDRO PEREIRA DE SOBRAL e de ANA MARIA DE JESUS CORREIA DE BRITO;

— pentanetos (por Leandro Pereira de Sobral, possivelmente) de FRANCISCO VELHO DE OMENA e de MARIA DA EXALTAÇÃO DE SOBRAL;

— 6ºs netos (por Maria da Exaltação de Sobral) de JOÃO BRANDÃO DE SOBRAL e de MARIA INÁCIA FAGUNDES BEZERRA; e

— 7ºs netos (por Maria Inácia Fagundes Bezerra) de ANTÔNIO FAGUNDES BEZERRA, personagem muito citado neste livro, e de MARIA DA CONCEIÇÃO BEZERRA.

107

Realizava-se mais uma transação comercial acerca de terras integrantes da SESMARIA ARAROBÁ, quando o seu proprietário, capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, tendo arrematado em hasta pública, fazia anos, "**o Sítio Taquara, nos brejos do Caruru**", conforme lançamento feito às fls. 8, v., do Livro n.º 13, do 2.º cartório de Garanhuns, revendia-o em 22 de maio de 1758, por 350 mil réis, com a seguinte demarcação:

"Pelo poente confina com o Sítio do Salgado fazendo baliza no riacho Salgado onde passa a estrada **(Recife-Cabrobó)**, e pelo riacho acima, no rumo do sul, buscando as suas nascentes até encontrar com a serra da Taquara e virá seguindo a serra pela parte do nascente com todas as vertentes que dela descem para o rio Ipojuca e assim até confrontar a ponta com a lagoa do Paulista, buscando as nascenças do riacho do Cipó e por ele abaixo até à sua barra no rio Ipojuca e pas-

sando à outra banda terá duas léguas de beirada da parte do norte a este rumo para a parte de cima buscará um serrote que quem vai pela estrada avista e deste serrote para o sul até o ponto que começou no riacho Salgado"

Os compradores do **Sítio Taquara** eram o fazendeiro CRISTÓVÃO DE MELO E MACEDO e sua mulher JOANA FRANCISCA BEZERRA DE SOBRAL, que agora passavam a negociar com produtos agropecuários também no LUGAR DO CARURU.

108

Nas proximidades do **Sítio Bebedor das Queimadas** (depois BEBEDOURO e atualmente Cidade de AGRESTINA) havia terras devolutas, conhecidas por **Terras das Impoeiras,** as quais eram desbravadas por dois irmãos saídos de Santo Antão da Mata (atual VITÓRIA DE SANTO ANTÃO) para o Agreste Meridional — os jovens CARLOS D'AZEVEDO CALDEIRA e JOSÉ PAES DE LIRA, que tratavam de requerê-las ao governador de Pernambuco, segundo **Doc. Hist. Pern. — sesm., II, 128-132,** dizendo-lhe por escrito:

"Dizem Carlos d'Azevedo Caldeira e José Paes, moradores na freguesia de Santo Antão da Mata, que eles suplicantes descobriram em distância de vinte léguas acima da dita freguesia bastante terra inculta e despovoada, no lugar do **Gado Bravo,** riacho do Mondé, onde mostra capacidade para criação de gados. por cuja razão querem os suplicantes de sesmaria duas léguas de terra no dito lugar, pegando acima das Impoeiras, a saber: meia légua pelo riacho acima, e légua e meia pelo riacho abaixo, buscando o poço da Cachoeira, com a largura desde a serra de S. Domingos até o serrote da Pedra Redonda, com todas as águas que correm para o dito riacho: e porque sendo os suplicantes os descobridores da dita terra e achando-se esta devoluta, por nunca haver sido pedida ou povoada por outro, se fazem dignos de que lhes seja dada por sesmaria na forma do estilo, com alguns anos mortos, em razão dos trabalhos e despesa que necessariamente hão de fazer os suplicantes para a sua cultura, situação de gado e benefício de águas de que o gado carece para a sua conservação e para isso carecem de que V. Exa. lhes mande passar sua carta de sesmaria. Pedem a V. Exa. seja servido conceder-lhes a terra pedida, mandando-lhes passar sua carta de sesmaria na forma pedida. E. R. Mercê."

A petição formava processo, em cuja página seguinte o governador Luís Diogo acionava a sua tramitação, de acordo com as normas sesmariais vigentes, despachando:

"No qual requerimento sendo-me apresentado, mandei por despacho de 16 de novembro do ano próximo passado, que, jurando os suplicantes não possuírem sesmaria alguma, lhes deferiria estando em termos, depois de procederem as diligências necessárias. ao que satisfizeram com o termo de juramento seguinte:

"Termo de Juramento. Aos 16 dias do mês de novembro de 1759, nesta Vila do Recife, perante mim apareceram os suplicantes Carlos de Azevedo Caldeira e José Paes, seu irmão, pessoas que reconheço pelas próprias de que se tratam, moradores na freguesia de Santo Antão da Mata, aos quais dei o juramento aos Santos Evangelhos em um Livro deles, encarregando-lhes que bem e verdadeiramente jurassem se tinham outra sesmaria ou haviam alcançado fora da que pretendiam; e recebido por eles o dito juramento que não tinham outra sesmaria mais do que a que pretendem agora alcançar, e de como assim o juraram, fiz este termo em que assinaram. E eu Vicente Gurjão, escrivão, o escrevi. — **Carlos d'Azevedo Caldeira, José Paes de Lira**."

As terras requeridas ficavam dentro da jurisdição municipal de Olinda, cuja Câmara, ouvida, prestava no processo esta informação:

"Em observância do despacho de V. Exa. proferido na petição junta dos suplicantes — Carlos d'Azevedo Caldeira e José Paes —, mandamos fixar edital na matriz de Santo Antão da Mata, e nos consta por certidão de Miguel Alves de Castro, oficial de justiça, que o dito edital estivera fixado nove dias, e que neles não fora pessoa alguma com dúvida. embargo ou contradição, pelo que nos parece se fazem dignos os suplicantes da sesmaria que pretendem, sendo V. Exa. assim servido de que mandamos passar a presente por nós assinada. Olinda em Câmara de 12 de janeiro de 1760. — E eu Francisco Xavier Louzado escrivão da Câmara o escrevi. — **Pedro Velho Barreto — João Luiz da Serra Cavalcanti — Luiz d'Albuquerque Maranhão — Félix de Paiva Barreto**".

Para o foro estabelecido — 4$000 anuais por légua — exigia-se carta de fiança, a qual era imediatamente apresentada.

Por fim, cumpridas as praxes regulamentares, o governador Luís Diogo Lobo da Silva, aos 5 de março de 1760, assinava carta de sesmaria, concedendo aos irmãos Carlos de

Azevedo Caldeira Paes de Lira e José Paes de Lira "as duas léguas de terras que requerem, sendo ordinárias e contínuas, com uma légua de largo, nos lugares pedidos e confrontados em sua petição, deixando a légua de permeio para logradouro, na forma das ordens de S. M." — "cuja terra possuirão e gozarão eles, seus herdeiros ascendentes e descendentes, como sua que fica sendo de hoje para todo sempre, com todas as suas pertenças, matas, campos, águas, rios, fontes, testadas, logradouros e mais úteis que nelas compreenderem, não prejudicando a terceiros e sendo obrigados a requerer confirmação real dentro em três anos e a medirem, demarcarem, povoarem e cultivarem na forma que determina a lei do Reino".

109

Na sua légua de terra situada na jurisdição do BEBEDOR DAS QUEIMADAS, o co-sesmeiro CARLOS DE AZEVEDO CALDEIRA PAES DE LIRA fundava a **Fazenda Impoeiras,** vizinha da propriedade rural do agricultor Francisco de Oliveira Guimarães, enquanto, na parte que lhe tocara, seu irmão JOSÉ PAES DE LIRA fundava a **Fazenda Gado Bravo,** dando início, assim, ao povoamento branco da ribeira do riacho do Mondé, próximos ao qual se localizavam o SITIO DO ALTINHO e a FAZENDA DE NOSSA SENHORA DO Ó, do Cel. Cristóvão Pinto de Almeida, tantas vezes citado neste livro.

Neto ou bisneto dos irmãos PAES DE LIRA, agora beneficiados com terras agrestinas, é o alferes JOSÉ PAIS DE LIRA, que, nos começos do século XIX, seria o comandante da povoação de SÃO JOSÉ DOS BEZERROS, à qual estava subordinado o LUGAR DO CARURU (atual CARUARU), ainda sob o domínio de descendentes das famílias VIEIRA DE MELO, AQUINO DURO e RODRIGUES DE SÁ.

O alferes JOSÉ PAIS DE LIRA era casado com LUIZA MARIA DE JESUS. Pais de:

F1) — Pedro Paes de Lira, casado com Francisca Lucas Florêncio (Dona Chiquinha), cultivadores de algodão no LUGAR DO CARURU. Pais de:

N1) — José Florêncio de Souza Pepeu (1854-1936), apelidado de **José Condé,** cultivador de algodão, casado com Constância da Silva Limeira, filha de João José da Silva Florêncio, "da Limeira" (sua fazenda no Cariri da Paraíba), e de Maria Paula Limeira (Dona Quinha). Pais de:

Bn1) — João José da Silva Limeira Condé **(João Condé),** comerciante de algodão e dono de cinema em Caruaru, falecido em 1929, casado com Ana Ferreira Condé (Donaninha), filha de José Ferreira da Silva e de Donina da Anunciação Ferreira. Pais de:

Tn1) — Elísio Ferreira Condé, médico, diretor do **Jornal de Letras,** do Rio de Janeiro, onde vive e reside desde a morte do pai, sendo casado.

Tn2) — João Condé Filho, jornalista, procurador aposentado do INPS, adido cultural da Embaixada do Brasil em Portugal (governo José Sarney), casado, com sucessão.

Tn3) — José Ferreira Condé (1917-1971), escritor, autor publicado de uma dúzia de livros, casado, com sucessão.

N2) — Manuel Pedro Florêncio de Souza Pepeu, agricultor-proprietário nos campos do CARURU, casado com Maria José de Jesus Vasconcelos (Zezé), filha dos agricultores caruaruenses Antônio Inocêncio Florêncio de Vasconcelos e Maria Francisca de Jesus, com sucessão.

N3) — Maria Francelina Florêncio de Souza Pepeu, casada com o primo José Florêncio, com sucessão.

N4) — Maria Nonata Florêncio de Souza Pepeu (Dona Natinha), casada com o viúvo João da Silva Limeira, tenente da Guarda Nacional, cultivador de algodão na **Fazenda Barreiras Queimadas,** interior de Caruaru, filho de Joaquim Florêncio de Souza "da Limeira", que era irmão de João José da Silva Florêncio, aqui já referido. Pais de:

Bn2) — José Limeira Pepeu, agricultor-proprietário, casado, com sucessão.

N5) — Maria Joana Florêncio de Souza Pepeu, casada com o agricultor Pedro Fernando, com sucessão.

N6) — Maria Francisca de Souza Pepeu, casada com Pedro de Assis, com sucessão.

N7) — Maria Madalena Florêncio de Souza Pepeu, casada com João Florêncio de Vasconcelos, filho de João Florêncio de Vasconcelos e de Maria Alexandrina de Vasconcelos (gente do **Azevém)**. Pais de:

Bn3) — Pedro Florêncio de Vasconcelos (Pedro Madalena), casado, com sucessão.

Bn4) — João Florêncio de Vasconcelos (João Madalena), casado, com sucessão.

Bn5) — José Florêncio de Vasconcelos (Zé Madalena), casado.

Bn6) — Maria Alexandrina Florêncio de Vasconcelos, casada com José Claudino da Silva, sem sucessão.

Bn7) — Nazinha Madalena, sem maiores informações.

Bn8) — Francisca Lucas Florêncio de Vasconcelos, casada com João Limeira Filho, filho do tte. João da Silva Limeira e de sua 1a esposa, Maria Pereira Tabosa (esta, filha de Pedro Antônio Tabosa, do **Brejo Vertentes,** e de Maria da Conceição de Albuquerque Tabosa), com sucessão.

Bn9) — Severina Florêncio de Vasconcelos, sem maiores informações.

Bn10) — Maria José Florêncio de Vasconcelos (Zezé Madalena), sem maiores informações.

F2) — João Francisco Pais de Lira (1852-1943), apelidado de Capitão João Velho (nome de rua em Caruaru), ricaço agiota, político nos idos imperiais, casado com Filadelfa Limeira Lira (1857-1938), Dona Delfa, filha de João José da Silva Florêncio, "da Limeira", e de Maria de Paula Limeira (1823-1914), (Dona Quinha). Pais de:

N8) — Amélia de Lira Torres (Amelinha), casada com o garçom José Olímpio Torres (Zé Preguiça). Pais de:

Bn11) — Padre Carlos de Lira Torres, que foi vigário de São Caetano.

Bn12) — Maria do Socorro Lira Torres, sem maiores informações.

N9) — Donina Deolinda de Lira Florêncio (Dona), casada com o comerciante de estivas Antônio Avelino Florêncio (Totonho Avelino), filho de Francisco Avelino Florêncio e de Rosa da Silva Florêncio. Pais de:

Bn13) — Maria de Lourdes Florêncio Menezes, casada com o sertanejo alagoano Abel Soares de Menezes (Bé Menez), comerciário, político do antigo PSD, tesoureiro da Prefeitura Municipal de Garanhuns (governo Celso Galvão), prefeito de Caruaru, chefe de família exemplar, filho de Alexandre Gomes de Menezes e de Terciliana Soares de Menezes. Pais, entre outros, de:

Tn4) — Mário Florêncio de Menezes (Dr. Mário Menezes), político, ex-vereador com assento na Câmara Municipal de Caruaru, fiscal de previdência aposentado, advogado, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), casado, com sucessão.

Bn14) — José Carlos Florêncio, advogado, político, vereador com assento na Câmara Municipal de Caruaru, fundador em 1.º de maio de 1932 e diretor até morrer do semanário caruaruense VANGUARDA, casado, com sucessão.

N10) — Francisca Eulália Pais de Lira, casada com o agricultor João Martiano da Silva Florêncio, tte. da Guarda Nacional. Pais, entre outros, de:

Bn15) — João Elísio Florêncio, falecido em 1978, advogado, comerciante de couros e peles, advogado, jornalista, líder classista, contabilista, prefeito de Caruaru, deputado estadual, secretário de Educação da PMC, um dos fundadores, em 1932, do semanário católico intitulado A DEFESA, chefe de família exemplar, casado, com sucessão.

N11) — Iaiá, solteirona.

F3) — Antônia Maria Lira da Silva Limeira, casada com o agricultor-proprietário Manuel Emídio da Silva Limeira (Sinhô Limeira), da **Fazenda Barreiras Queimadas,** tte-cel. da Guarda Nacional, cultivador de algodão, político rosista, prefeito de Caruaru algumas vezes, presidente da Câmara Municipal de Caruaru por mais de uma vez, filho de Joaquim Florêncio de Souza, "da Limeira". Pais de:

N12) — Maria Emídia da Silva Limeira (Lilia), casada com o agricultor-proprietário José Manuel de Souza Filho. Pais de:

Bn16) — Manuel Emídio da Silva Limeira (Nèzinho Limeira), agricultor-proprietário, casado, com sucessão.

Bn17) — Sinhàzinha, sem maiores informações.

Bn18) — José Francisco da Silva Limeira (Zuza Hemetério), casado.

Bn19) — Maria Nazinha Limeira Alves, casada com o agricultor-proprietário Luiz Alves da Silva, capitão da Guarda Nacional, político, comerciante em Santa Cruz do Capibaribe, cultivador de algodão, filho de João Alves da Silva, da **Fazenda Olho D'água do Félix,** e de Maria Antônia da Silva Limeira Alves (Maria Moça), que era irmã de **Sinhô Limeira**. Pais, entre outros, de:

Tn5) — Mário Limeira Alves, poeta, jornalista, servidor público aposentado, residente em Brasília, DF, casado com a espanhola Aurora, com sucessão.

Pereira da Costa **(Anais, IV, 58-59)** diz que a exploração e desenvolvimento das terras integrantes da gigantesca SESMARIA ARAROBA "começaram em 1698 por iniciativa do capitão Antônio Vieira de Melo", quando se sabe que, nove anos antes, ou seja, desde 1689, aquela imensa propriedade territorial já estava sendo explorada pelo citado filho do co-sesmeiro Bernardo Vieira de Melo, como vem historiado neste livro. Em seguida escreve:

"Antônio Vieira de Melo, quer por seus serviços prestados nas campanhas dos Palmares, quer como colonizador de tão vastos e importantes tratos territoriais da zona **(agrestino—)** sertaneja de Pernambuco, teve a doação de uma grande data de terras nos limites daqueles célebres quilombos, o foro de fidalgo da Casa Real, o posto de capitão-mor e a conferência do hábito de S. Bento de Aviz".

Tudo indica que, mais uma vez, equivocou-se o autor dos **Anais Pernambucanos,** pois, ao que se sabe, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, filho de Bernardo Vieira de Melo e de Maria Camelo de Melo, não "teve a doação de uma grande data de terras nos limites daqueles célebres quilombos", e, sim, nas proximidades dos quilombos palmarinos, recebeu, por herança de seus pais, juntamente com seus irmãos, todo um mundo de terras conhecido até hoje pelo nome de SESMARIA ARAROBA, tantas vezes citada neste livro, da qual ele se tornou administrador e principal povoador. Não teve o "posto de capitão-mor", e, sim, o de capitão de Ordenanças. E também não teve a "conferência do hábito de S. Bento de Aviz", pois este título honorífico foi conferido ao português Antônio Vieira de Melo em 1655, isto é, ao avô-homônimo do pernambucano ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que, em 1655, ainda não era sequer nascido. O documento respectivo, que por certo confundiu Pereira da Costa, vem divulgado por José Antônio Gonsalves de Melo **(ob. cit., II, 769-770),** com esta redação:

"Eu El-Rei como Governador e perpétuo Administrador que sou do Mestrado, Cavalaria e Ordem de São Bento de Aviz: Faço saber a qualquer pessoa eclesiástica constituída em dignidade mercenária em Pernambuco a quem este Alvará for apresentado, que Antônio Vieira, Cavaleiro Fidalgo da Minha Casa estando no Brasil, a quem ora mando lançar o hábito da minha Ordem, me enviou a dizer que desejava e tinha devoção de viver em toda sua vida e permanecer na Ordem e nela queria fazer profissão e renunciar o ano e dia de seu

noviciado e provação na forma das definições. Houvesse por bem de o admitir a ela, e Vendo eu sua devoção, e como é pessoa que à Ordem e a Mim pode bem servir, me praz de o admitir à profissão, e por este Vos mando, dou poder e comissão que o recebais a ele em qualquer Igreja dessa Capitania, constando-me primeiro por folha corrida diante dos Oficiais que tocar, como não tem culpas de que se haja de livrar, o que fareis segundo a forma das definições da mesma Ordem, cuja cópia com este vos será dada assinada por Bernardino de Souza, Fidalgo da Minha Casa e Meu Escrivão da Câmara do Mestrado da mesma Ordem, e como assim o recebendes à profissão lhe passareis certidão nas costas deste com declaração do dia, mês e ano, a qual com o assinado de sua profissão será o dito Antônio Vieira obrigado dentro de dois anos a mandar ao Convento d'Aviz da mesma Ordem para se assentar no Livro da matrícula dos Cavaleiros professos, e se guardar no cofre dos semelhantes, e se lhe passar certidão na forma costumada, e este se cumprirá sendo passada pela Chancelaria da Ordem. Estêvão Tavares o fez em Lisboa a vinte e nove de outubro de mil seiscentos e cinqüenta e cinco anos, por três vias de que esta é a primeira, uma só haverá efeito. Bernardino de Souza o fiz escrever. **Rei**. — Padre Antônio de Mendonça. — Alvará para qualquer pessoa eclesiástica constituída em dignidade mercenária em Pernambuco receber à profissão em qualquer Igreja da mesma Capitania a Antônio Vieira, Cavaleiro Fidalgo da Casa de Vossa Majestade estante no Brasil a quem ora Vossa Majestade manda lançar o hábito da Ordem de São Bento d'Aviz, segundo a forma das definições dela, da maneira acima, por três vias. Primeira via. Para Vossa Majestade ver. — Por portaria do Secretário Gaspar de Faria Severim de onze de dezembro de seiscentos e quatorze. Pagou cinqüenta réis em Lisboa a nove de novembro de seiscentos e onze aos Oficiais setenta réis. Bernardino de Souza. Registrado na Chancelaria da Ordem d'Aviz à folha cento e oitenta e duas. — Diogo Mardrão, primeiro Escrituárário."

O alvará é de 1655 e o Antônio Vieira agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem de São Bento d'Aviz é exatamente o avô paterno do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, povoador da SESMARIA ARAROBA e fundador do ALTINHO e pessoa não simpatizada pelo governo luso por seu passado de lutas pela independência de Pernambuco, o qual não poderia ter sido o beneficiado pelo alvará de 1655 pois nasceu em 1669. Assim se desfaz o equívoco de Pereira da Costa.

111

Na seqüência do que escreveu e foi citado no tópico anterior, permanece com a palavra Pereira da Costa:

"Filho do coronel Bernardo Vieira de Melo e de sua mulher d. Maria Camelo de Melo, nasceu **(Antônio Vieira de Melo)** em Muribeca a 14 de abril de 1669; e já no fim da vida, em avançada idade, e respeitável por tantos títulos atestatórios dos seus serviços, viu-se denunciado como implicado em uma conspiração, que não sabemos a que fins visava, ou mesmo se era real, e, assim, vítima da mais cruenta perseguição, foi recolhido preso à fortaleza do Brum, onde permaneceu por mais de um ano, respondeu a uma devassa, até que, à custa de muitos empenhos e dificuldades, conseguiu do governador sair da prisão em 18 de abril de 1764, mediante fiança de três pessoas qualificadas, tendo por homenagem a praça do Recife, — com expressa proibição de se fastar dela, fosse qual fosse a circunstância. Enfim, afeto o negócio ao soberano, foi solto por ordem régia.

"Depois desse golpe, pouco sobreviveu Antônio Vieira de Melo; e ficando mesmo no Recife, gravemente doente, teve pouco tempo de vida, e assim, conhecendo a gravidade do seu estado, celebrou o seu testamento a 22 de outubro daquele mesmo ano de 1764, cujo instrumento não assinou — por estar molestado, em cama, e não poder escrever, — o que foi feito a seu pedido, por um amigo presente. Menos de um mês depois falecia ele, como se vê do termo de abertura do referido testamento, aos 16 dias do mês de novembro de 1764.

"Nesse testamento, **cujo original temos presente,** declara ele a sua naturalidade e filiação, e que era solteiro, mas que tinha dois filhos naturais. Alexandre Muniz de Melo e Antônio Vieira de Melo, mas legitimados, assim seus herdeiros, e então nomeados seus primeiros testamenteiros

"Antônio Vieira de Melo **(o fundador do ALTINHO)** morreu na avançada idade de noventa e cinco anos, e teve sepultura na igreja do convento de São Francisco da vila do Recife, no carneiro dos seus antepassados, junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição, como prescrevera no seu testamento."

Novamente parece haver-se equivocado o autor dos **Anais Pernambucanos,** pois, apesar de afirmar ter presente o original do testamento do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e de ser o documento datado de 22 de outubro de 1764, o fato é que o original do dito testamento ainda existe e está ai-

quivado na gaveta da série **Manuscritos — 6 — 1774**, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, — e nele, no testamento do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, consta que a sua lavratura ocorreu na — "Vila de Santo Antônio do Recife aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil Setecentos e Setenta e quatro anos". 1774 e não 1764. Dez anos depois da data assinalada por Pereira da Costa, portanto. Assim, o velho proprietário da SESMARIA ARAROBA, se nascido em 1669, ao invés de haver falecido aos 95 anos de idade, teria morrido com 105 anos; ou então nascera em 1679.

112

Oportunamente, nos tópicos alusivos ao ano de 1764, voltar-se-á ao testamento do velho capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, quando se prestarão melhores esclarecimentos a seu respeito. Agora, quando ainda se relatam acontecimentos referentes ao ano de 1761, torna a historiar, em prosseguimento ao que aqui já foi transcrito, Pereira da Costa, acentuando:

"Cremos que o fato que motivara a prisão de Antônio Vieira de Melo ocorreu em 1761, uma vez que os seus bens foram seqüestrados pela Fazenda Real, e avaliados naquele mesmo ano, em virtude de terminantes ordens do governador Luís Diogo Lobo da Silva, como consta do respectivo instrumento lavrado a 2 de julho na povoação de Garanhuns, Termo do Sertão do Ararobá, Comarca de Pernambuco, pelo respectivo juiz ordinário o licenciado Ventura Rabelo Leite."

Com o seqüestro de quase todas as propriedades rurais do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, praticamente chegava ao fim a unidade territorial da outrora próspera e florescente SESMARIA ARAROBA, o maior conjunto de sítios-de-cultura, fazendas-de-criação, povoações, estradas vicinais, logradouros e arraiais criado pela iniciativa, pelo idealismo, pela extraordinária visão, pela força de vontade de um único homem, e implantado, em sua maior parte, durante mais de meio século, no centro e no sul do Agreste de Pernambuco. A SESMARIA ARAROBA era um latifúndio, não resta a menor dúvida, mas o latifúndio mais produtivo da história territorial da Capitania duartina.

O documento do seqüestro dos bens do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, com alguns adendos, vem divulgado na íntegra por José Antônio Gonsalves de Mello **(ob. cit., II, 770-777)**, da seguinte maneira:

"Mandado. — O licenciado Ventura Rabelo Leite, juiz ordinário este presente ano, neste sertão do Ararobá, comarca de Pernambuco, por S. M. Fidelíssima, que Deus guarde, etc. Mando aos oficiais de justiça que ante mim servem, que com este meu mandado, indo por mim assinado, no seu cumprimento notifiquem aos vaqueiros do Capitão Antônio Vieira, para que, dentro de três dias, venham à minha presença com os róis dos gados, vacum e cavalar, pena de não o fazendo, proceder-se contra eles: cumpram assim, aliás não façam. Dado e passado nesta povoação aos 26 de junho de 1761. E eu Manuel Tomé Cavalcanti, escrivão, o escrevi. — Leite."

"Termo de seqüestro. — Aos 2 dias do mês de julho de 1761 anos, nesta povoação de Garanhuns, Termo do sertão de Ararobá, comarca de Pernambuco, em casas de aposentadoria do juiz ordinário, o licenciado Ventura Rabelo Leite, onde fui vindo, por notificação do dito Sr. Francisco Gomes de Melo, vaqueiro e criador da fazenda da Chata — dos gados do capitão Antônio Vieira de Melo, para efeito de dar a seqüestro todo o remanescente do gado vacum e cavalar que houvesse na dita fazenda. E por ele foi dito haver só cinqüenta cabeças que já tinha dado, e tinha delas assinado termo de depósito, sujeitando-se às leis do fiel depositário; sem embargo de que, mandou o dito juiz proceder secundariamente a este termo, havendo nele por seqüestrados todos e quaisquer remanescentes que houvesse e poderia haver; e lhe encarregou todos, para que, sem segunda ordem da justiça, não deixasse sair por qualquer via de seu poder; assim prometeu fazer, em vista do que assinou este comigo escrivão. — Francisco Gomes de Melo. Em fé de verdade. — Manuel Tomé Cavalcanti.

"Lançamento dos sítios avaliados que tocam às sesmarias do Capitão Antônio Vieira de Melo, seqüestrados pela Fazenda Real, os quais se avaliaram por mandado do Ilmo. e Exmo. General **(Governador de Pernambuco)**, dos quais alguns pertencem a terceiros e quartos possuidores.

"O sítio do Mimoso, avaliado em trezentos e cinqüenta mil réis.

"O sítio do Olho d'Água, avaliado em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio do Xucuru, avaliado em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio do Olho d'Água da Pedra, avaliado em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio de Nossa Senhora do Ó **(pertencente, em 1761, a JOSEFA MARIA DO Ó, filha do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e esposa do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, anexo ao qual ficava o SÍTIO DO ALTINHO, administrado pelo jovem JOSÉ VIEIRA DE MELO, filho do referido casal)**, avaliado em seiscentos mil réis.

"O sítio de São Francisco **(nas proximidades do ALTINHO)**, avaliado em quatrocentos mil réis.

"O sítio da Cachoeirinha **(que, em 1761, não mais pertencia aos VIEIRA DE MELO, como vem historiado neste livro)**, avaliado em duzentos mil réis.

"O sítio da Cabana, avaliado em cento e oitenta mil réis.

"O sítio do Tacaimbó, avaliado, junto com o da Volta **(depois RAPOSA, SÃO CAETANO DA RAPOSA e SÃO CAETANO)**, em quatrocentos mil réis.

"O sítio do Japu **(sic, por JUPI)** e o da Chatinha, avaliados em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio do Una, avaliado em trezentos mil réis.

"O sítio da Divisão, avaliado em trezentos mil réis.

"O sítio Cabo do Campo, avaliado em cem mil réis.

"O sítio da Luz, com seu logrador dos Caldeirões, avaliado em quatrocentos e cinqüenta mil réis.

"O sítio de São José, com logrador das Cruzes, avaliado em quatrocentos mil réis.

"O sítio da Chata, avaliado em quatrocentos mil réis.

"O sítio Curralinho, avaliado em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio Inhumas, avaliado em cento e cinqüenta mil réis.

"O sítio Tacaité de Cima, avaliado em duzentos e cinqüenta mil réis.

"O sítio do Macaco, avaliado em duzentos e cinqüenta mil réis.

"O sítio Lagoinhas, avaliado em duzentos mil réis.

"O sítio Butu **(BOCU?)**, avaliado em sessenta mil réis.

"O sítio do Gongro, avaliado em duzentos e vinte mil réis

"Termo de gado vacum. — Quatrocentas e trinta cabeças de gado de toda sorte, avaliadas a mil e seiscentos réis a cabeça, importam em seiscentos e oitenta e oito mil réis.

"Termo de gado cavalar. — Setenta cabeças de gado cavalar, avaliada, cada cabeça, umas pelas outras, a três mil réis, importam em duzentos e dez mil réis.

"Termo de escravos. — Três velhos e doentes, avaliados em noventa mil réis todos três **(a trinta mil réis, portanto, cada ser humano avaliado por gente que se confessava civilizada e cristã!...)**.

"Mais outro escravo por nome Luís, avaliado em sessenta mil réis.

"Mais três pardos, avaliados em oito mil e cem réis todos três, por serem de tenra idade **(a desumanidade é flagrante)**.

"Uma casa de vivenda já velha, com seus trastes também velhos, avaliada em trinta e cinco mil e duzentos e oitenta réis.

"Soma sete contos e novecentos e cinqüenta mil e trezentos e oitenta réis.

"Dizem Alexandre Muniz de Melo e seu irmão Antônio Vieira de Melo, moradores em sua fazenda do JUPI, deste termo, que à sua notícia chegou que pessoas, suas inimigas, malsinaram a Vossa Mercê de que os suplicantes estão de posse de vários sítios de terra que pertencem aos ausentes, o que é menos verdade, porque os suplicantes possuem as suas terras em boa fé, com os seus títulos autênticos, como deles se vê; e para mostrarem a sua verdade, querem justificar perante Vossa Mercê os itens seguintes:

"Item, que os justificantes são filhos legítimos do Capitão Antônio Vieira de Melo, por se acharem legitimados com suas cartas de perfilhação.

"Item, que sendo, como na verdade ficam sendo, os suplicantes seus herdeiros, e sucessores de todos os seus bens, entre os quais são as terras de que estão de posse, como é público e notório, em virtude de sua carta de sesmarias que junto oferecem.

"Item, que da mesma carta de sesmarias se vê que a mercê fora concedida a três, Bernardo Vieira de Melo, Antô-

nio Pinto Pereira e Manuel Vieira Ramos **(sic, por Manuel Vieira de Lemos — ver tópico 079)**, porém que o descobridor, povoador e cultivador, foi tão-somente o pai dos justificantes, como filho do heréu Bernardo Vieira, quais descobrimentos e mais diligências, a bem da cultivação das terras, os fez o pai dos justificantes, à sua custa e com dispêndio de sua fazenda e risco de sua vida, como consta das certidões juntas **(algumas das quais já foram divulgadas neste livro)**, conquistando-as aos Tapuias bravos e negros rebeldes **(dos quilombos palmarinos)**, para se fazer senhor das terras de que estão de posse.

"Item, que sendo Provedor dos ausentes o Capitão Antônio da Silva Portugal, mandara fazer seqüestro em todas as terras dos justificantes, com o pretexto de que pertenciam aos heréus, Antônio Pinto Pereira e Manuel Vieira Ramos por serem estes já defuntos com herdeiros ausentes, e logo vendo na mesma a Domingos Henriques, pediu vista o pai dos justificantes do seqüestro feito nas suas terras, e teve sentença por este juízo a seu favor, e o mesmo Provedor fez pôr em praça os sítios Taquara e Tacaité, por pertencerem estes ao herdeiro Antônio Pinto Pereira, e fazendo andar em praça os sítios Lagoinha e Lagoa dos Meninos, pertencentes a Manuel Vieira, aparecendo a estes herdeiros, se habilitaram e delas estão de posse.

"Item, que o heréu Manuel Vieira Ramos e Antônio Pinto não devem ter igual parte nas terras, como o heréu Bernardo Vieira, porque aqueles só foram heréus no poder e não no cultivar; e sendo assim, nem ainda os sítios que lhes tocaram lhes deviam pertencer, porque nunca tiveram trabalho, nem gastos em benefícios das ditas terras, ainda quando o heréu Antônio Pinto, quando se ausentou, vendeu ao pai dos justificantes e seu irmão Bernardo Vieira a parte que tinha nas terras, e por não aparecer escritura de venda, se conseguiu a arrematação dos sítios Taquara e Tacaité.

"Item, que da sentença dos louvados **(ver tópico 104)**, que junto oferecem, se vê os gastos que o pai dos justificantes tem feito nos descobrimentos das ditas terras, pois pelo juiz ordinário se julgou ainda muito menos do que se tem feito até hoje, com demandas com uns e outros intrusos, que das terras se querem apossar, defendendo os justificantes tudo à sua custa sem adjutório algum. Portanto, pedem a Vossa Mercê, Sr. Provedor e tesoureiro comissário dos ausentes, seja servido mandar admitir as testemunhas dos justificantes, e com resposta do promotor do mesmo juízo, lhes dê sua sen-

tença de justificação. E receberão mercê. — Justifiquem, citado o promotor do juízo. — Amaral.

"Manuel Monteiro da Rocha, coronel desta Capitania de Ararobá, e Juiz Ordinário do mesmo lugar, por Sua Majestade Fidelíssima, que Deus guarde, etc.

"Certifico que nesta Capitania é senhor Antônio Vieira de Melo, por seus pais, de uma data de terras que compreende muita parte deste distrito, a qual encosta com a fronteira dos Palmares por esta parte de cima dos Campos **(dos Garanhuns)**, conservando-se muitas destas terras desabitadas de moradores, pela invasão dos negros rebelados, assistentes nos Palmares, sem se poder conseguir a sua cultura, como intentaram fazer os pais do dito Antônio Vieira de Melo nos campos do Jupi, impedindo-lhes os negros com assaltos, matando-lhes os vaqueiros e levando-lhes os negros que beneficiavam os gados, e estes perdendo-se por se não poderem conduzir; porém, tanto que suavizado com a primeira vitória dos Palmares, começou o dito Antônio Vieira de Melo a cultivação de suas terras com todo o dispêndio de fazenda e emprego de sua mesma pessoa, resultando muita utilidade a esta Capitania, pois com este exemplo e emprego deu lugar às mais povoações **(inclusive a do LUGAR DO ALTINHO)**, fazendo uma estrada de comunicação destes lugares para a costa pelo mais interior do Palmar, logrando com ela maior suavidade às mesmas tropas paulistas **(comandadas por Domingos Jorge Velho)** para freqüentação da campanha e conquista, povoando juntamente muitos lugares que eram antiga e continuada habitação dos negros, como o foram os campos do Gongolho, oprimindo com isto os rebelados, e ficarem as habitações mais estreitas, para serem mais fáceis as presas, abrindo juntamente por todas as suas terras muitas estradas por incultos lugares, ficando os moradores todos e viandantes logrando uma suavidade muito útil em suas comunicações por este bem público, acrescentando em suas terras muitas povoações de que resultam rendas avantajadas para a coroa de Sua Majestade; e porque todos estes serviços os fez com grande despesa de sua fazenda, obrando em tudo com um zelo ardentíssimo do bem e sossego público, por onde me parece digno de todas as honras que Sua Majestade que Deus guarde for servido fazer-lhe, para o que lhe mandei passar esta Certidão em Câmara por mim assinada e selada com as minhas armas; e por ser verdade quanto nesta se contém, afirmo com o juramento dos Santos Evangelhos.

"Manuel Monteiro da Rocha, Paulo Ferreira Pacheco, escrivão da Câmara na Capitania de Ararobá e seu termo da comarca de Pernambuco, etc.

"Reconheço o sinal ao pé da certidão acima, ser de Manuel Monteiro da Rocha, coronel da dita Capitania e Juiz nela, neste presente ano de mil e setecentos e vinte e um, e reconheço o dito Sinal pelo ver, escrever e assinar muitas vezes, e ter letras e sinais seus no meu cartório em sentenças e despachos; e por ser verdade, sob juramento do meu ofício, fiz o presente reconhecimento em que assinou comigo o escrivão, aos dezoito dias do mês de março de mil setecentos e vinte e um anos. — Paulo Ferreira Pacheco. — Manuel Monteiro da Rocha."

113

Ao documento recém-transcrito havia um **adendo final**, assim redigido:

"João de Oliveira Neves, capitão-maior da Capitania de Ararobá por Sua Majestade, que Deus guardem, etc. Certifico que nesta Capitania de Ararobá é senhor Antônio Vieira de Melo, por seus pais, de uma data de terras que compreende muita parte desta Capitania, a qual encosta pela fronteira dos Palmares por esta parte de cima dos Campos. e muitas destas se conservam desabitadas de moradores pela invasão dos negros rebelados, assistentes nos Palmares, sem se poder conseguir a sua cultura, como se quis fazer pelos pais do dito Antônio Vieira de Melo nos campos do Japi **(sic, por JUPI)**, e aí assaltaram os negros, matando-lhes o vaqueiro e levando-lhes os negros que beneficiavam os gados, e estes perdendo-se por se não poderem conduzir; porém agora que foi suavizado com a primeira vitória dos Palmares, começou o dito Antônio Vieira de Melo a cultivação de suas terras com todo o dispêndio e emprego de sua pessoa, resultando muita utilidade a esta Capitania, fazendo uma estrada de comunicação destes lugares para a costa pelo mais interior do Palmar, logrando maior suavidade às mesmas tropas para a freqüentação da campanha e sua conquista, povoando juntamente muitos lugares que eram antiga habitação dos negros, como foram os campos do Gongolho, oprimindo-os com isto até ficarem as habitações mais estreitas, para serem mais fáceis as presas, abrindo juntamente por todas as suas terras muitas estradas por incultos lugares, ficando aos moradores todos e viandantes uma suavidade mui útil em suas comunicações por

este bem público, e acrescentando em suas terras muitas povoações, de que resultam muitas vendas avantajadas a Sua Majestade; e porque todos estes serviços os fez com uma grande despesa de sua fazenda, obrando em tudo com um zelo ardentíssimo do bem e sossego público, por onde me parece digno de todas as honras que Sua Majestade, que Deus guarde, for servido fazer-lhe, para o que lhe passei esta certidão por mim assinada e selada com as minhas armas, e por ser verdade quanto nela se contém, afirmo com o juramento dos Santos Evangelhos. Ararobá, 4 de abril de 1721. — João de Oliveira Neves".

114

Como se pode perceber, através dos idôneos depoimentos prestados nas certidões retrotranscritas, o extraordinário capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO foi o verdadeiro desbravador, povoador, cultivador e benfeitor de praticamente todo o Agreste Meridional de Pernambuco, aí fundando sítios-de-cultura e fazendas-de-gado, criando povoações, construindo estradas vicinais e uma grande estrada carroçável que ligava sua residência no JUPI, via-**Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** à pancada do mar, facilitando os meios de comunicação e concorrendo em muito para um mais rápido e eficiente desenvolvimento dos núcleos populacionais do Vale do Una (onde se situava o LUGAR DO ALTINHO), tudo estabelecendo por sua conta e risco, sem receber a mínima ajuda governamental, e assim fazendo jus, como atestavam as maiores autoridades do ARAROBÁ, a "todas as honras que Sua Majestade, que Deus guarde, for servido fazer-lhe". O governo português, no entanto, não esquecia as tendências nativistas e republicanistas da família VIEIRA DE MELO e tinha todos os seus membros na conta de inimigos d'el-rei, jamais os perdoando. A estupidez era flagrante, mas, segundo Maquiavel, **contra a estupidez até Deus luta em vão**.

O fato é que o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, ao lado de seus irmãos BERNARDO VIEIRA DE MELO e MANUEL BEZERRA DE MELO e de seu sobrinho ANDRÉ VIEIRA DE MELO (filho de BERNARDO), dera efetivo combate aos **mascates,** isto é, aos capitalistas portugueses dominadores da praça do Recife, nas lutas de 1710 e 1711, e, mesmo escapando às prisões levadas a efeito pelo capitão-general Félix José Machado e refugiando-se no JUPI, onde pensava estar em segurança e esquecido do poder colonial, sempre estivera na al-

ça de mira dos mesquinhos capitalistas lusos aliados de Sua Majestade, que emprenhava pelos ouvidos. Em tais condições, apesar de já muito idoso (mais de noventa anos de idade no tempo do seqüestro de seus bens) e nada obstante ter sido de fato o maior colaboracionista agrestino-sertanejo da administração portuguesa da Capitania de Pernambuco, ao invés de ajuda governamental e honrarias emanadas da Corte em Lisboa, recebia era ordem de prisão e seqüestro de todos os seus bens. A iniustiça era flagrante e. na história do Agreste e do Sertão de Pernambuco, o nome impoluto do bravo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, desbravador e povoador da SESMARIA ARAROBA e fundador do ALTINHO, tem de ficar eternizado como o de um herói e mártir da luta empreendida pelo progresso agrestino-sertanejo-pernambucano e da luta pela libertação da Capitania Leão do Norte do jugo lusitano e colonizador. Sem dúvida alguma, é o maior vulto da História do Agreste e do Sertão de Pernambuco — Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o injustiçado de 1761.

115

Aos 3 de abril de 1762, na "Povoação dos Indios Xocurus, antigamente chamada Aldeia de Ararobá", onde os missionários oratorianos haviam instalado a MISSÃO DO ARAROBA. construído a igreja de N. S. das Montanhas e fundado a povoação de MONTE ALEGRE, era instalada pelo ouvidor-geral da Comarca de Alagoas, dr. Manuel de Gouveia Alvares, a "Vila com o nome de Cimbres", cujo território municipal era em grande parte desmembrado da vila alagoana do PENEDO, sendo a parte restante desmembrada do Município de Olinda.

A respectiva ata de instalação vem publicada na íntegra no tópico n.º 1.335, do 8.º volume da **Cronologia Pernambucana,** de Nelson Barbalho. O documento, entre várias outras providências, estabelece os limites do 1.º Município do Agreste de Pernambuco, da seguinte maneira:

"E para bem desta nova Vila de Cimbres fica o distrito abaixo assinado a saber — para a parte do Poente cabeceiras do Rio Moxotó e o riacho Cupety fazendo extrema com a ribeira do Pajeú que serão vinte e cinco léguas ou mais algumas, mas não excederá de 30, e com esta parte finda o limite desta nova Vila com o Julgado de Cabrobó. E das ditas cabeceiras do Moxotó e Cupety vem buscando o Sul até a Fazenda chamada da Cruz que poderão ser vinte léguas pouco mais ou menos, de uma parte a outra que também ali faz extremos

tanto com a Freguesia de Tacaratu como a Vila do Penedo, digo, com o Termo da Vila do Penedo e o mesmo Julgado de Cabrobó, seguindo-se estrada Real, que encontra a dita divisão para o Rio de São Francisco.

"E desta dita Vila de Cimbres buscando a parte do Sul do sobredito Termo pelo Rio Panema abaixo até a barra do Riacho Mororó que se achará desta dita Vila quatorze léguas pouco mais ou menos. E buscando o Nascente fica o distrito até o Riacho de Taquara **(entre o LUGAR DO ALTINHO e o LUGAR DO CARURU)** que serão vinte e quatro, ou vinte e cinco léguas, e tanto no dito Riacho Taquara como no outro do Mororó confina o Termo com o Julgamento de Ararobá em Garanhuns **(onde existia apenas um JULGADO e não a sede da CAPITANIA DO ARAROBÁ, como o afirmam alguns historiadores mal informados)**.

"E desta mesma Vila de Cimbres buscando o Norte estende o Termo até o Rio chamado Capibaribe e fazenda Santa Maria **(atual cidade de Santa Maria do Cambucá)** que será distância de trinta léguas pouco mais ou menos e demarca com o Termo da Cidade da Paraíba, servindo de divisa o dito Rio Capibaribe.

"E para a parte do Norte fica por fora demarcando o Termo desta dita Vila com a Comarca da dita Cidade da Paraíba, na Serra chamada da Porteira, que serão cinco ou mais léguas de distância. E se regulará este dito Termo também pelos travessões ou direituras dos sobreditos rumos entre si: Com declaração que, para a parte do Poente e também para a parte do Sul onde agora fica a nova Freguesia de Tacaratu, que antigamente era de Porto da Folha, e na qual entrava a Justiça **(do Julgado)** de Ararobá em Garanhuns, por nova ordem do Governo de Pernambuco, na posse da dita... **(parte estragada no Livro, ilegível)** ... do distrito desta dita Vila de Cimbres, de sorte que para aquela dita parte ficam somente confinando entre si os termos desta dita Vila de Cimbres, o da Vila do Penedo e o do Julgado de Cabrobó, permanecendo estes últimos como até agora se acharam, e assim não se duvida que parte o termo desta dita Vila para aquela parte adiante a dita Fazenda do Cruz a algumas léguas "

116

Em sua **Fazenda de Nossa Senhora do Ó,** no LUGAR DO ALTINHO, falecia de "morte morrida" a **meio-sangue** d. JOSEFA MARIA DO Ó, filha natural do capitão ANTÔNIO VIEIRA

DE MELO e de uma índia cariri, tendo nascido na **Fazenda do Jupi** e sendo irmã, por parte de pai, dos fazendeiros ALEXANDRE MUNIZ DE MELO e ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que agora andavam às voltas com a justiça, tentando salvar o imenso patrimônio construído pelo velho pai durante toda a sua longa e laboriosa existência.

João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru. 100)**, reportando-se ao falecimento da primeira senhora do ALTINHO. escreve: "Ela, havendo casado já trintona, morreu sexagenária, neste mesmo ano de 1764, em face do fato da prisão deprimente de seu pai e do seqüestro da maioria de suas propriedades".

Na verdade, ao que se sabe, JOSEFA MARIA DO Ó, nascida no JUPI em 1721, casara-se aos 14 anos de idade, em 1735, com o coronel português CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, indo residir no LUGAR DO ALTINHO, na casa-grande da **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** fundada por seu pai, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, no Vale do Una e em destacada parte da SESMARIA ARAROBÁ, a qual, com os sítios adjacentes, tornara-se propriedade do casal como "dote para a sustentação do casamento", como vem historiado na época oportuna.

É o casal CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA-JOSEFA MARIA DO Ó o pioneiro da civilizada família altinense em geral. é nele que se inicia a história familiar do ALTINHO, é ele a base que sustenta a sociedade inteira do ALTINHO branco e cristão, cujo lugar foi desbravado, povoado e movimentado pelo sogro do Cel. Cristóvão e pai de d. Josefa Maria, o tantas vezes aqui citado capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que, velho, doente e preso no Recife, não teve sequer o direito de comparecer ao sepultamento de sua querida filha.

De seu matrimônio com o Cel. Cristóvão Pinto de Almeida, JOSEFA MARIA DO Ó tornara-se mãe de 6 filhos — Bernardo Vieira de Almeida, José Vieira de Melo (o notável transformador do SITIO DO ALTINHO na POVOAÇÃO DA CAPELA), Josefa Maria do Ó (falecida antes de sua mãe, deixando viúvo o fazendeiro Caetano de Farias da Costa), Ana Francisca Xavier (também falecida antes de sua mãe, deixando viúvo o fazendeiro Francisco Velho de Omena, que, em 2as. núpcias, casou com Maria da Exaltação de Sobral, como vem historiado no tópico 105), Antônia Teresa de Jesus, senhora da **Fazenda do Caruru,** na ribeira do Ipojuca **(ver tópico 100).** e Cristóvão Pinto de Almeida Jr.

Com o falecimento de JOSEFA MARIA DO Ó, a sua enorme propriedade agropastoril — **Fazenda Nossa Senhora do Ó** e sítios anexos — seria partilhada amigavelmente entre os seus herdeiros, ficando subdividida assim, no informe de Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 67):**

"A metade do território, que continuou com a antiga denominação da fazenda, coube ao viúvo coronel Cristóvão Pinto de Almeida, na sua qualidade de meeiro, e a outra metade foi dividida entre os demais herdeiros, da seguinte maneira:

"As terras que ficaram integrando a fazenda começavam do Riacho do Meio e pelo Rio Una abaixo iam até o Sítio Olaria e do norte para o sul se limitavam pelas águas pendentes para o Rio Ipojuca e do mesmo modo para o Rio da Chata".

"O Sítio Olaria atingia, pelo Rio Una abaixo, a metade da malhada do Pau Santo e coube ao seu filho JOSÉ VIEIRA DE MELO. De onde terminava este dito sítio até a barra do riacho Genipapo tocou ao seu filho BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA. Da barra referida até o córrego da Malhada Grande era o Sítio Poços Pretos — **(que jamais se situou "no vale do rio Ipojuca, próximo do morro do Caruru", como o afirma João de Deus de Oliveira Dias no livro CARUARU, pág. 119, nem "ficou sendo conhecido por Sítio do Poço do Caruru e, por corruptela, Sítio do Poço do Cururu", nem tampouco teve o nome de "Poço do Caruru", pois, como se vê pela descrição precisa de Alfredo Leite Cavalcanti, o "Poços Pretos" era da ribeira do Una e integraria o futuro território municipal do ALTINHO)** —, que tocou à sua filha d. Antônia Teresa de Jesus, casada com Simão Rodrigues Duro **(este casal, sim, é que morava no CARURU)**. Deste referido córrego até a barra do riacho Canafístula era o Sítio Batalha, que coube ao seu genro FRANCISCO VELHO DE OMENA, viúvo, e com filhos da sua filha d. Ana Francisca Xavier. E do mencionado riacho até encontrar as terras do tenente José Gomes era o Sítio das Varges, que tocou ao seu genro CAETANO DE FARIAS DA COSTA, também viúvo e com filhos da sua filha d. Josefa Maria do Ó. Todos estes quinhões se limitavam da mesma forma que as terras que ficaram compondo a Fazenda Nossa Senhora do Ó.

"Uma parte da terra chamada Agreste ficou separada, por estar em litígio judiciário, porém a outra, que constituía a Várzea do Cupim e que a leste se limitava pelo riacho dos

Mentirosos até a Boa Vista, tocou aos seus filhos JOSÉ VIEIRA DE MELO e BERNARDO VIEIRA DE ALMEIDA, que "ficaram com menos terra no Rio Una."

"Depois da partilha que acabamos de descrever, o cel. Cristóvão Pinto de Almeida contraiu segundo matrimônio **(em 1765)**, com d. Maria do Rosário de Almeida; e, com o falecimento do Coronel, o Sítio do ALTINHO, como ficou denominada a antiga sede da Fazenda Nossa Senhora do Ó, tocou ao seu filho do primeiro matrimônio JOSÉ VIEIRA DE MELO."

É preciso esclarecer-se que o SITIO DO ALTINHO, mesmo antes da morte do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, já era ocupado e administrado por seu filho JOSÉ VIEIRA DE MELO, pois este, em 1770, separaria uma parte de suas terras para doá-las como patrimônio da Capela de Nossa Senhora do Ó, como o será historiado na época oportuna, enquanto o seu pai somente iria falecer cinco anos depois, isto é, em 1775. O SITIO DO ALTINHO, portanto, tocou a JOSÉ VIEIRA DE MELO antes da morte de seu pai; e não depois, como o diz Alfredo Leite Cavalcanti.

118

No seu **Dicionário de Pernambucanos Célebres,** págs. 184-185, Pereira da Costa registra 22 de outubro de 1764 como sendo a data exata do testamento do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, desbravador, povoador e proprietário da SESMARIA ARAROBA, tantas vezes citada neste livro; e, nos **Anais Pernambucanos,** IV, 58-59, acrescenta a seu respeito:

"Filho do coronel Bernardo Vieira de Melo e de d. Maria Camelo de Melo, nasceu em Muribeca a 14 de abril de 1669; e já no fim da vida, em avançada idade, e respeitável por tantos títulos atestatórios dos seus serviços, viu-se denunciado como implicado em uma conspiração, que não sabemos a que fins visava, ou mesmo se era real **(o velho fundador do ALTINHO jamais deixara de ser mal visto pelo governo português),** e assim, vítima da mais cruenta perseguição, foi recolhido preso à fortaleza do Brum, onde permaneceu por mais de um ano, respondeu a uma devassa, até que, à custa de muitos empenhos e dificuldades, conseguiu do governador **(ordem de)** sair da prisão em 18 de abril de 1764 **(1 mês e 1 semana depois da morte de sua filha JOSEFA MARIA DO Ó),** mediante fiança de três pessoas qualificadas, tendo por homenagem a praça do Recife, — com expressa proibição de se afastar dela, fosse qual fosse a circunstância. Enfim, afeto o negócio ao soberano, foi solto por ordem régia.

"Depois desse golpe, pouco sobreviveu Antônio Vieira de Melo; e ficando mesmo no Recife, gravemente doente, teve pouco tempo de vida, e assim, conhecendo a gravidade do seu estado, celebrou o seu testamento a 22 de outubro daquele mesmo ano de 1764, cujo instrumento não assinou — por estar molestado, em cima da cama, e não poder escrever, — o que foi feito a seu pedido, por um amigo presente. Menos de um mês depois falecia ele, como se vê do termo de abertura do referido testamento aos 16 dias do mês de novembro de 1764.

"Nesse testamento, cujo original temos presente, declara ele a sua naturalidade e filiação, e que era solteiro, mas que tinha dois filhos naturais, Alexandre Muniz de Melo e Antônio Vieira de Melo, mas legitimados, assim seus herdeiros, e então nomeados seus primeiros testamenteiros.

"Antônio Vieira de Melo morreu na avançada idade de noventa e cinco anos, e teve sepultura na igreja do convento de São Francisco da vila do Recife, no carneiro dos seus antepassados, junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição, como prescrevera no seu testamento.

"Cremos que o fato que motivara a prisão de Antônio Vieira ocorreu em 1761, uma vez que os seus bens foram seqüestrados pela fazenda real e avaliados naquele mesmo ano, em virtude de terminantes ordens do governador Luís Diogo Lobo da Silva, como consta do respectivo instrumento lavrado a 2 de julho na povoação de Garanhuns, termo do Sertão de Ararobá, Comarca de Pernambuco, pelo juiz ordinário e licenciado Ventura Rabelo Leite.

"Descrevendo Antônio Vieira de Melo os bens que possuía em 1764, no seu testamento então celebrado, menciona apenas os seguintes, naturalmente omitindo os demais em virtude do seqüestro que sofreram: os sítios de solta de gado vacum e cavalar denominados da Chata, Luz, Chatinha e Mimoso, mais um no lugar a que chamam Una, e os sítios Divisão, Tacaimbó e Jupi, declarando que neste, da sua habitual residência, fundara uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário."

119

Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 44)**, comentando o mesmo assunto, sem apresentar comprovação do alegado, escreve:

"Enfim, nos extremos da sua velhice, e já cansado de tantos valiosos trabalhos, Antônio Vieira de Melo, que se conservou no estado de solteiro, encarregou os seus perfilhados, Alexandre Muniz de Melo e Antônio Vieira de Melo, da administração dos seus domínios e recolheu-se à Vila do Recife, onde faleceu em 1764, com oitenta e nove anos de idade **(?)**, e, com o seu falecimento, tornaram-se os referidos perfilhados os seus únicos herdeiros.

"O primeiro, Alexandre Muniz de Melo, casou com d. Rosa Benta Joaquina, e o segundo. Antônio Vieira de Melo, casou com d. Brásida de São José.

"Depois de empossados na herança do imenso latifúndio, estes dois irmãos o que tiveram de vida a empregaram nas vendas de sítios e mais sitios, que se organizaram no seu território."

João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru, 83, 100 e 102)**, repetindo Pereira da Costa, apenas acrescenta, equivocado, que o capitão Antônio Vieira de Melo "deixou de um matrimônio irregular com uma cabocla cariri três filhos naturais, que os registrou e constavam como herdeiros, quando da feitura do seu testamento e que foram: Antônio Vieira de Melo, Alexandre Muniz de Melo e Josefa Maria do Ó" **(esta, morta antes do pai, evidentemente não poderia ter sido sua herdeira e, assim, não consta do respectivo testamento)**. Tenta, porém, remediar o que informa: "Pereira da Costa não citou o nome de Josefa Maria do Ó, como herdeira no testamento de Antônio Vieira de Melo, por não constar dele. pelo simples fato de já haver recebido sua legítima, quando de seu matrimônio com o Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, em 14 de dezembro de 1735".

Os informes de João de Deus, evidentemente, não se podem levar a sério.

José Domingues Codeceira (a quem, em parte, Pereira da Costa copiou sem citar a fonte), no **Diário de Pernambuco,** entre 11 de novembro e 11 de dezembro de 1862, divulga os "Documentos e Notas que ao Instituto Arqueológico e Geográfico oferece J. D.", segundo José Antônio Gonsalves de Mello **(ob. cit., II, 762-781)**. Ali, referindo-se ao fundador do ALTINHO, em nota de pé de página, escreve:

"Denunciado como implicado não sabemos em que maquinações de ordem e idéia elevada e generosa, sem dúvida contra o sistema político que então regia, naqueles venturosos tempos do velho regime, sem mais exame ou formalidade foi mandado recolher a uma das fortalezas do Recife. Ali es-

teve preso e quando a ordem régia de soltura chegou de Lisboa à capital de Pernambuco, Antônio Vieira de Melo demandava os puros e eternos horizontes da verdadeira liberdade. estava próximo a morrer.

"Faleceu pouco tempo depois com a idade de noventa e cinco anos, seis meses e oito dias, a 22 de outubro de 1764 e jaz o seu corpo sepultado em jazigo reservado à sua família, junto ao altar de Nossa Senhora da Conceição, na igreja do convento de Santo Antônio da cidade do Recife."

Como se percebe, cada historiador, sobre um mesmo assunto, conta história diferente. Assim, a verdadeira data da morte do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO permanece incerta.

120

Pereira da Costa afirma que ANTÔNIO VIEIRA DE MELO não assinou o seu testamento, mas o autor deste livro esteve com o original do documento respectivo diante de seus olhos e nele viu a assinatura de ANTÔNIO VIEIRA DE MELO. Dito original ainda existe e, até 1970, estava arquivado no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, na sua gaveta da série **Manuscritos — 6 — 1774**. É perfeitamente legível e trazia uma capa de papel pautado, manuscrita em 1923 pelo secretário perpétuo do IAHGP, jornalista Mário Melo, que informava: "Testamento de Antônio Vieira de Melo, filho de Bernardo Vieira de Melo e irmão do sargento-mor dos paulistas Bernardo Vieira de Melo, o herói de 1710".

Eis como é iniciado o precioso documento:

"Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho, Espírito Santo, Três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro.

"Saibam quantos este instrumento virem, como no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e setenta e quatro anos aos vinte e dois dias do mês de outubro do dito ano Eu, Antônio Vieira de Melo, estando em meu perfeito juízo e entendimento, que Nosso Senhor me deu, porém molestado em cama de doença, que Deus foi servido dar-me, temendo-me de morte, e desejando pôr minha alma no caminho da salvação por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido de me levar para Si, faço este meu testamento na forma seguinte."

O testamento, logo no início, diz claramente que foi lavrado aos 22 de outubro de 1774.

Depois de muito encomendar sua alma a Deus e de rogar misericórdia e perdão pelos possíveis pecados na terra cometidos, o testador ANTÔNIO VIEIRA DE MELO entra em cheio na parte das declarações, dizendo:

"Rogo a meus filhos Alexandre Muniz de Melo, Antônio Vieira de Melo, e meu sobrinho o capitão Feliciano de Araújo de Azevedo, e o reverendo Doutor José Bernardo Vieira de Lacerda, por serviços de Deus Nosso Senhor e por me fazerem mercê, queiram ser meus testamenteiros, meus procuradores, feitores, agentes, solicitadores, arrecadadores e administradores de minha fazenda e bens.

"Declaro que tanto que falecer será meu corpo levado para a Igreja dos Religiosos de São Francisco desta Vila do Recife, sem pompa nem fausto de enterro e na dita igreja será meu corpo sepultado na cova do altar de Nossa Senhora da Conceição, por gozar do privilégio de meus antepassados, por serem estes os que ainda hoje paramentam o dito altar pelos bens do morgado e amortalhado em hábito de São Francisco, que já o tenho em minha companhia, e, podendo ser no dia do meu falecimento ou logo no seguinte, farão os ditos religiosos um ofício de corpo presente por minha alma e será a esmola aquela em que os meus testamenteiros se ajustarem com os ditos Religiosos, aos quais também se lhes dará a cera necessária para o dito ofício que se for o dito ofício no dia do meu enterramento, muito melhor será. Deixo que os mesmos Religiosos de São Francisco deste Recife digam vinte missas de corpo presente por minha alma, no dia do meu falecimento ou logo no seguinte, com a esmola de 320 rs cada missa.

"Declaro que se pagará ao Reverendo Pároco desta freguesia os seus emolumentos.

"Declaro que sou natural da Muribeca, deste Bispado de Pernambuco, filho legítimo de Bernardo Vieira de Melo e sua mulher Dona Maria Camelo, ambos já defuntos.

"Declaro que sou solteiro e nunca fui casado.

"Declaro que os filhos que tenho são naturais e são os que acima já ficam declarados e são meus legítimos herdeiros nas duas partes de minha fazenda por estarem habilitados por Sua Majestade Fidelíssima e serem meus legítimos herdeiros.

"Declaro que os bens que possuo são em umas terras, que as houve por herança de meu pai Bernardo Vieira de Melo com vinte léguas em quadra, em cujas terras se acham qua-

tro sítios e... **(parte estragada no testamento)** ... com gado vacum e cavalar, a saber: Chata, Luz, Chatinha e Mimoso. e no lugar a que chamam Una e se acha situado com gado cavalar.

"Declaro que o sítio a que chamam Tacaimbo, em minha vida o dei ao meu sobrinho o capitão Feliciano de Araújo de Azevedo e quero que dele se utilize como seu que fica sendo, assim e da maneira que ele o possui ao presente, não obstante lhe não ter feito ainda escritura de data dele e quero valha esta verba como se fosse escritura passada em notas.

"Declaro que o sítio da Divisão, Una e Mimoso são pertencentes por herança ou data que deles fiz a meu cunhado Francisco de Sá Peixoto e à sua neta bastarda chamada Claudiana Xavier de Sá... **(parte estragada no testamento)**.

"Declaro que os escravos que possuo serão os que se acharem ao tempo de meu falecimento."

122

Em seu citado testamento, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO ainda presta, entre outras, estas declarações:

"Declaro que o gado tanto vacum como cavalar que se achar e se dará por rol para se lhe dar o valor para a facção das partilhas entre os ditos herdeiros.

"Declaro que no meu Sítio, a que chamam Jupi, tenho fundado uma capela com o título de Nossa Senhora do Rosário, e sentei o Patrimônio da dita Capela no mesmo Sítio com o rendimento de seis mil réis cada ano, para paramentos da mesma capela... **(parte estragada no testamento)**.

"Declaro que o que eu dever e o que se me dever de tudo sabem muito bem meus filhos, testamenteiros e herdeiros.

"Declaro que trago demanda com Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti, sobre o lhe tirar o Engenho Pindobinha e seus rendimentos, por pertencerem... **(parte estragada no testamento)** ... de que é escrivão Antônio de Barros Branco, cuja causa corre no Juízo da Ouvidoria Geral e a causa de pertencer o dito Engenho e seus rendimentos é porque falecendo o meu irmão Bernardo Vieira, administrando o dito Engenho com os encargos que nele deixou Dona Juliana, minha tia e que por morte do dito meu irmão passaria o dito Engenho à minha administração e por faculdade minha meti no dito Engenho a meu sobrinho Bernardo Vieira para se habilitar

na dita causa e tomar posse do engenho e satisfazer os encargos que contém no testamento da dita Dona Juliana e cobrados os rendimentos do dito Engenho. nestes rendimentos entram os ditos meus filhos na parte que lhes tocar, cuja nomeação faço no dito meu sobrinho Bernardo Vieira, filho de meu sobrinho Antônio Leitão Arnoso, pelo poder fazer em virtude do que dispõe a testadora Dona Juliana.

"Declaro que me estou defendendo de uma denúncia que de mim deram pela qual foram os meus bens seqüestrados pela Fazenda Real, isto é, somente as terras que são as que foram seqüestradas, de que é escrivão Manuel Torres da Silva Câmara Leme, que meus testamenteiros defenderão o dito seqüestro.

"Declaro que em minha vida dei um sítio de terras chamado São Francisco **(situado no ALTINHO)** a meu sobrinho Antônio Leitão Arnoso e hoje pertence dito sítio a seus filhos, confirmo e hei por confirmada a dita data e quero valha esta verba como escritura lavrada em notas.

"Declaro que em minha vida dei a meu sobrinho e afilhado o Capitão-mor João Marinho, morador nas Alagoas, o sítio de terras chamado Basílio, na beira do rio de Una e confirmo a dita data e quero valha esta verba como escritura passada em notas."

123

Já na parte final do testamento, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO declara: "... esta é a minha última vontade e por evitar toda a ocasião de nulidade e por estar molestado em cama e não poder escrever pedi a Joaquim José da Silva este por mim escrevesse e como testemunha junta comigo assinasse e eu me assinei com o meu sinal costumado de que uso".

Em seguida, encerra-se o testamento desta maneira:

"Vila de Santo Antônio do Recife aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil setecentos e setenta e quatro anos."

Vêm, logo a seguir, as assinaturas do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO. de Joaquim José da Silva e de várias testemunhas, as formalidades de registro do testamento em cartório, seu reconhecimento, etc.

É possível que tenha havido engano no lançamento do ano em que se firmou o referido testamento, o qual teria sido 1764 e não 1774 como consta. mais de uma vez, claramente, no papel respectivo, cujo original ainda existe e está arquivado no IAHGP, como foi dito anteriormente.

124

No testamento do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO há uma declaração deste, de que "o sítio da Divisão, Una e Mimoso **(cujas terras, atualmente, fazem parte integrante do território municipal de SÃO BENTO DO UNA)** são pertencentes por herança ou data que deles fiz a meu cunhado Francisco de Sá Peixoto e à sua neta bastarda chamada Claudiana Xavier de Sá".

A citada CLAUDIANA XAVIER DE SÁ, neta bastarda de Francisco de Sá Peixoto, era viúva do capitão FRANCISCO JOSÉ DE MELO BEZERRA, fazendeiro no Agreste Meridional de Pernambuco, havendo vários filhos por seu leito, cujos descendentes, ligando-se aos BARROS CORREIA, formam a família CORREIA E SÁ, espalhada pelo ALTINHO e o CARURU, a qual, por sua vez, através de matrimônios, é ligada aos ASSUNÇÃO DE AZEVEDO E SILVA, do BEBEDOURO.

125

Neste livro já foram registrados ascendentes paternos e maternos do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o fundador do ALTINHO **(ver tópicos 063, 064, 065 e 075)**; aqui e agora se registram alguns descendentes seus, principalmente os que exerceram forte influência na sociedade do ALTINHO, do Vale do Una e, por extensão, em todo o Agreste Meridional de Pernambuco.

Sabe-se que, na sua residência do JUPI, o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, em sua mocidade, vivia em companhia de algumas índias cariris, através das quais se tornou pai de três filhos nascidos naquela localidade e devidamente legitimados — JOSEFA MARIA DO Ó, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e ALEXANDRE MUNIZ DE MELO.

JOSEFA MARIA DO Ó (Jupi, 1721 / Altinho, 1751) casou com o coronel luso CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA (tronco da família ALMEIDA bastante popular tanto no Vale do Una quanto na ribeira do médio rio Ipojuca). O casal era senhor e possuidor da **Fazenda Nossa Senhora do Ó** e de vários sítios adjacentes, inclusive o SITIO DO ALTINHO. Pais de:

F1) — **Bernardo Vieira de Almeida,** senhor de sítio no Riacho Genipapo, casado com Joaquina Maria de Almeida, com sucessão.

F2) — **José Vieira de Melo,** senhor dos sítios Olaria, Agreste e ALTINHO (onde fez erguer a capela de Nossa Senhora do Ó, transformando a propriedade na POVOAÇÃO DA CAPELA, atual CIDADE DO ALTINHO), casado com a prima Antônia Maria Bezerra, filha do agricultor-proprietário José Mariano Bezerra, com sucessão.

F3) — **Josefa Maria do Ó,** falecida antes de 1764, casada com Caetano de Farias da Costa, com sucessão. Seu viúvo e filhos herdaram o **Sítio das Vargens.** como vem historiado neste livro.

F4) — **Ana Francisca Xavier,** falecida antes de 1764, casada com Francisco Velho de Omena, com sucessão. Seu viúvo e filhos herdaram o **Sítio Batalha,** como vem historiado neste livro. Em 2as. núpcias, Francisco Velho de Omena casou com Maria da Exaltação de Sobral, com sucessão.

F5) — **Antônia Teresa de Jesus,** senhora dos sítios **Bebedor das Queimadas** e **Poços Pretos,** no Vale do Una, casada com o fazendeiro Simão Rodrigues Duro, senhor da **Fazenda do Caruru** (da qual vem a Cidade de Caruaru) e do **Sítio Juriti**. Pais de:

N1) — Joaquina Rodrigues de Jesus, senhora do **Sítio Juriti,** ao norte da **Fazenda do Caruru,** e, depois da morte de seus pais, do **Sítio Bebedor das Queimadas** (do qual vem a povoação do BEBEDOURO, atual cidade de AGRESTINA); casada, em 1as. núpcias, com o fazendeiro Manuel da Silva Nunes **(Nunes dos Bezerros),** por cujo leito houve filha única: Maria do Rosário Nunes. que casou com o tio José Rodrigues; e, em 2as. núpcias, com o agricultor altinense João Pereira Bezerra, que, pelo casamento, tornou-se o senhor do **Sítio Bebedor das Queimadas,** com sucessão.

N2) — José Rodrigues da Cruz (também assinava José Rodrigues de Jesus), senhor, por herança, da **Fazenda do Caruru,** onde, seguindo o exem-

plo de seu primo legítimo José Vieira de Melo, fez erguer a capela de Nossa Senhora da Conceição, com isso transformando a propriedade na POVOAÇÃO DO CARURU, atual CIDADE DE CARUARU. Casado com a sobrinha Maria do Rosário Nunes, com sucessão.

N3) — Maria da Conceição Rodrigues de Jesus, falecida solteira.

N4) — Maria do Rosário, casada com Antônio José do Bom Fim.

126

ANTÔNIO VIEIRA DE MELO (filho), senhor e possuidor, entre várias outras propriedades rurais espalhadas pelo Agreste, da **Fazenda Tacaité** e do **Sítio Jurema,** cujas terras atualmente integram a jurisdição municipal do BELO JARDIM, — casou com BRAZIDA MARIA DE SÃO JOSÉ, cuja filiação até aqui é desconhecida. Pais de:

F1) — **Rita Victorina de Melo,** que possivelmente foi casada e teve vários filhos, um dos quais, o Antônio Victor Vieira de Melo, aparece como requerente de terras situadas em LAGES, interior da Vila de Porto Calvo, nas Alagoas, as quais lhe foram doadas pelo governador de Pernambuco em 7 de dezembro de 1792, segundo **Doc. Hist. Pern. — Sesm., IV, 6.** Desse Antônio Victor Vieira de Melo seria filho o tte-cel. Antônio Victor da Silva Vieira, político de muita evidência no Município de Caruaru na segunda metade do século XIX, casado, pai do comerciante Casimiro Vieira de Melo, cuja filha Eulália Andréa Malagueta Vieira casou com o célebre Maj. Sinval de Carvalho Santos, da tradicional **Pharmacia Franceza,** de Caruaru, havendo sucessão. Diz-se que o tte-cel. Antônio Victor da Silva Vieira era irmão do grande chefe político do Agreste no século XIX, coronel João Vieira de Melo e Silva, que, nascido no **Sítio Jurema,** retro-citado, seria bastardo. Do cel. João Vieira de Melo e Silva é filho o Dr. Alfredo Pinto

Vieira de Melo (1863-1923), que foi Deputado Federal em várias legislaturas, Chefe de Polícia do Distrito Federal, Ministro da Guerra, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal, tendo-se formado pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1886, da qual fez parte, entre outros, o Dr. Epitácio Pessoa, que, como presidente da República, tornou seu colega e amigo Alfredo Pinto, Ministro da Justiça em seu governo. Do tte-cel. Antônio Victor da Silva Vieira descende o poeta Celso Vieira, da Academia Brasileira de Letras, o qual nasceu em Garanhuns.

F2) — **Moça não identificada,** casada com o agricultor-proprietário José Mariano Bezerra, de filiação desconhecida, havendo sucessão.

F3) — **Moça não identificada,** casada com o agricultor-proprietário José Pedro de Araújo, com sucessão. É possível que a família haja vivido e residido no SITIO TACAIMBÓ, fundado no Vale do Ipojuca pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e por este dado a um seu sobrinho: Capitão Feliciano de Araújo de Azevedo, parente próximo, provavelmente, de José Pedro de Araújo.

127

ALEXANDRE MUNIZ DE MELO, falecido em 1804, senhor e possuidor de inúmeros sítios e fazendas no Agreste (principalmente o Meridional) e no Sertão, casado com ROSA BENTA JOAQUINA, falecida em 1813, cuja filiação até aqui é desconhecida. Pais de:

F1) — **Pedro José de Albuquerque,** sem maiores informações.

F2) — **Leandra Francisca de Paula,** possivelmente nascida na **Fazenda do Jupi**, onde residiam seus pais, casada com o fazendeiro José Inácio Lima, proprietário no Vale do Una.

F3) — **Antônia Maria de Melo** (ou Antônia Maria de Santana), casada com o fazendeiro Manuel Alves de Lima, senhor de terras no JUPI. Pais de:

N1) — Rita Vicência de Melo, casada com o primo Francisco Inácio de Paiva, filho de José Inácio Lins e de Efigênia Maria Muniz, com sucessão. O casal possuía sítios e fazendas no JUPI.

F4) — **Ana Teodora de Albuquerque,** casada com o fazendeiro Francisco Prudente de Naziazeno, havendo duas filhas do casal: Maria Benedita e Felícia Sebastiana, sem maiores informações. Ana Teodora também aparece como ANA TEODORA VIEIRA DE MELO.

F5) — **Efigênia Maria Muniz,** moradora no JUPI, casada com o fazendeiro José Inácio Lins (em alguns documentos aparece como José Inácio Luiz). Pais de:

N2) — Francisco Inácio de Paiva, senhor e possuidor de terras, escravos e gados no JUPI, casado com a prima Rita Vicência de Melo, filha de Manuel Alves de Lima e de Antônia Maria de Melo. Pais de:

Bn1) — Antônio de Paiva e Melo, casado com Ana Quitéria de Paiva, com sucessão mais adiante discriminada.

Bn2) — Rosa Benta de Paiva, casada com Joaquim Basílio de Barros, fazendeiro no JUPI e no ALTINHO, com sucessão mais adiante discriminada.

N3) — Joaquim Alexandre Muniz, sem maiores informações.

N4) — José de Paiva Lins, sem maiores informações.

N5) — João Severo Lins, casado com Rita Maria da Conceição, com sucessão.

N6) — João Batista Lins, sem maiores informações.

128

ANTÔNIO DE PAIVA E MELO, fazendeiro no JUPI, bisneto de Alexandre Muniz de Melo e trineto do capitão Antônio Vieira de Melo, e ANA QUITÉRIA DE PAIVA são pais de:

F1) — **Joana de Paiva e Melo,** casada com o fazendeiro José Filadelfo da Silva Burgos, integrante da grande família BURGOS, dos Campos dos Garanhuns, cujos primeiros membros, vindos de São Salvador, Bahia, fundaram sítios e fazendas na imensa sesmaria do desembargador Cristóvão de Burgos e Contreiras, bastante citado neste livro. Houve sucessão.

F2) — **Francisco Inácio de Paiva Tasso,** sem maiores informações.

F3) — **Inácio de Paiva e Melo,** fazendeiro, casado com Manuela Cordeiro de Melo, com sucessão.

F4) — **Joaquim de Paiva e Melo,** casado com Quitéria Leopoldina da Silva, com sucessão.

F5) — **Maria de Paiva e Melo,** casada com o agricultor-proprietário Manuel Aleixo Pereira, com sucessão.

F6) — **Antônio de Paiva e Melo,** falecido solteiro.

F7) — **Manuel de Paiva e Melo,** fazendeiro no Agreste Meridional, casado com Águida Luíza de Alcântara, com sucessão.

F8) — **Rita de Paiva e Melo,** sem maiores informações.

129

JOAQUIM BASILIO DE BARROS, Subdelegado de polícia do ALTINHO e fazendeiro no Agreste Meridional, casado com ROSA BENTA DE PAIVA, trineta do capitão Antônio Vieira de Melo, são pais de:

F1) — **Rita Aventina de Paiva,** casada com o agricultor-proprietário Manuel Inácio da Cunha, com sucessão.

F2) — **Francisco Inácio de Paiva Júnior**, que, tendo o mesmo nome do avô materno, foi registrado como se fora seu filho. Era o célebre **Coronel Paizinho,** chefe político de muito prestígio e influência em São Bento, Jupi, Lajedo e principalmente em Canhotinho, onde faleceu em 1902. Casou em 1865 com Maria Alexandrina de Paiva, filha de Joaquim José da Silva e de Rita Galiana da Silva, por cujo leito houve filha única: Francisca Paiva de Mendonça, casada, em 1884, com o major Otávio Augusto Furtado de Mendonça, filho de Miguel Arcanjo de Mendonça e de Umbelina de Pontes Jardim, gente de Palmares, com sucessão.

F3) — **Ana de Paiva e Melo,** casada com o primo Jerônimo de Paiva e Melo, com sucessão.

F4) — **Baldomira de Paiva Melo,** casada com Lúcio Geminiano de Melo, com sucessão mais adiante discriminada.

F5) — **Maria Catula de Paiva,** casada com o agricultor-proprietário Pedro Lins de Souza Fontes, com sucessão mais adiante discriminada.

F6) — **Coriolano de Paiva Melo,** fazendeiro no Agreste Meridional, casado com Francelina de Paiva Melo, com sucessão mais adiante discriminada.

130

LÚCIO GEMINIANO DE MELO, agricultor-proprietário no Vale do Una, e BALDOMIRA DE PAIVA MELO, filha de Joaquim Basílio de Barros e de Rosa Benta de Paiva, são pais de:

F1) — **Pautila de Paiva Crespo,** sambentense de nascimento, casada com Flaviano Apolinário Crespo, filho de Ester Crespo e, por esta, neto de uma das figuras mais destacadas da sociedade agrestina (Papacaça, São Bento, Altinho, Bonito e Canhotinho) na segunda metade do século XIX — Olavo Correia Crespo (1834-1904), ali chegado em 1856 para, como quintanista de Medicina, salvar vidas e mais vidas de pessoas portadoras do cólera-morbo, cuja epidemia, "com fúria assustadora", devastava as populações do interior pernambucano, principalmente no ALTINHO, em Papacaça e em São Bento. Dr. Olavo, além de "médico", foi político e rábula famoso em todo o Agreste Meridional. Em São Bento, casou, em 1as. núpcias, com Jacinta Emília, filha do português Joaquim de Souza Vale e de Isabel Ferreira Calado, havendo oito filhos do casal, inclusive a citada Ester Crespo; e, em 2as. núpcias, com Cândida Martins, havendo também oito filhos do casal. Pautila de Paiva Crespo e Flaviano Apolinário Crespo, são pais de:

N1) — José de Paiva Crespo, homem de fina educação e de cultura vasta, bancário aposentado no Recife, assíduo freqüentador do Arquivo Público do Estado, do Gabinete Português de Leitura e

das sessões da Academia Pernambucana de Letras, falecido solteiro em avançada idade.

N2) — Ester de Paiva Crespo, doméstica, falecida solteira, pouco depois da morte do irmão, com o qual residia na Rua do Muniz, Bairro de São José, Recife.

F2) — **Maria Ester de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F3) — **Rosa Benta de Melo,** casada com o agricultor-proprietário João Pereira da Silva. Pais de:

N3) — Ana Teodora de Melo, casada com José de Couto Júnior, da família ALVES DO COUTO, do ALTINHO, com sucessão.

N4) — Antônio Alves da Silva Viana, sem maiores informações.

F4) — **Avelina de Paiva Melo,** casada com o agricultor-proprietário Antônio Camilo. Pais de:

N5) — José Augusto da Silva, sem maiores informações.

F5) — **João de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F6) — **Quintino de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F7) — **Ana de Paiva Melo,** casada com Antônio Duca, com sucessão.

F8) — **Olinda de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F9) — **Manuel de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F10) — **Coriolano de Paiva Melo,** sem maiores informações.

F11) — **Laurinda de Paiva Melo,** sem maiores informações.

131

PEDRO LINS DE SOUZA FONTES, agricultor-proprietário no Vale do Una, e MARIA CATULA DE PAIVA, filha de Joaquim Basílio de Barros e de Rosa Benta de Paiva, são pais de:

F1) — **Constância Paiva de Souza,** casada com Antônio Saturnino de Oliveira. Pais de:

N1) — Temístocles Soares de Albuquerque, sem maiores informações.

F2) — **Pulquéria Fontes Ventura,** casada com Joaquim Ventura. Pais de:

N2) — Maria Fontes Ventura, casada com Pedro Jerônimo, com sucessão.

F3) — **Rosa Lins de Paiva,** casada com José Lins de Vasconcelos. Pais de:

N3) — Pedro Lins de Paiva, sem maiores informações.
N4) — Maria Lins de Vasconcelos, sem maiores informações.
N5) — Padre Emílio Lins, sem maiores informações.
N6) — José Lins de Paiva, sem maiores informações.
N7) — Rosa Lins de Paiva, sem maiores informações.

F4) — **Olinda Lins de Paiva Câmara,** casada com Ulisses José da Câmara. Pais de:

N8) — Pedro Lins de Paiva Câmara, casado com Nair Guimarães da Câmara. Pais de:

Bn1) — Maria Lúcia Guimarães Câmara, falecida solteira.
Bn2) — Maria Niedja Guimarães Câmara, sem maiores informações.
Bn3) — Milton Guimarães Câmara, casado com Ana Lúcia de Oliveira Camboim, com sucessão.
Bn4) — Edna Guimarães Câmara, casada com Francisco Mergulhão, com sucessão.
Bn5) — Pedro Milton Guimarães Câmara, casado com Maria Adelza Alves, com sucessão.

F5) — **Domingos Lins de Paiva Fontes,** agrestino de 1862, casado, em 1as. núpcias, com Maria Pessoa Fontes, com sucessão; e, em 2as. núpcias, com Ignez Gomes da Silva, também com sucessão, conforme discriminação que se fará em tópico mais adiante.

132

CORIOLANO DE PAIVA MELO, fazendeiro no Agreste Meridional e irmão do **Cel. Paizinho (ver tópico 129),** e FRANCELINA DE PAIVA MELO, são pais de:

F1) — **Feliciano de Paiva Melo,** fazendeiro no Agreste Meridional, o qual foi casado quatro vezes:
Em 1as. núpcias, com Maria Alves dos Santos. Pais de:

N1) — Feliciano de Paiva Melo Jr. (Janja), casado com Júlia Marques, com sucessão.
N2) — Luciano de Paiva Melo, casado com Delzuita Melo, com sucessão.
N3) — Argemira de Paiva Melo, casada com Júlio Figueiredo. com sucessão.

N4) — Graciliano de Paiva Melo, casado com Maria de Lourdes Ferreira, com sucessão.
N5) — Flaviano de Paiva Melo, casado, com sucessão.
N6) — Justiliano de Paiva Melo, casado com Carmen Melo, com sucessão.

Em 2as. núpcias, com mulher não identificada.
Em 3as. núpcias, com Judite Cordeiro de Melo. Pais de:

N7) — Antônio de Paiva Melo, casado com Neusa Alves, com sucessão.
N8) — Edson de Paiva Melo, casado com Odemi, com sucessão.
N9) — Edna de Paiva Melo, casada com o português José Pereira Dourado, com sucessão.
N10) — Aline de Paiva Melo, casada com o húngaro João Vayda, com sucessão.
N11) — Ivald de Paiva Melo, casado com Irene Andrade de Melo, com sucessão.
N12) — Sanê de Paiva Melo, casada com Pedro de Souza Vilaça, de Lajedo. com sucessão.
N13) — Evaldo de Paiva Melo, casado, com sucessão.

E, finalmente, em 4as. núpcias, com Ana da Silva Leal. Pais de:

N14) — Clóvis José de Melo, casado com Norma Gomes de Melo, com sucessão.

133

DOMINGOS LINS DE PAIVA FONTES, 5.º filho de Pedro Lins de Souza Fontes e de Maria Catula de Paiva **(ver tópico 131),** casou duas vezes:

Em 1as. núpcias, com MARIA PESSOA FONTES. Pais de:

F1) — **Maria Cristina Lins Fontes (Doneta),** sem maiores informações.

F2) — **Pedro Lins Fontes,** falecido solteiro.

F3) — **Maria Lins Fontes,** casada com o comerciante português Manuel Araújo, pais de:

N1) — Antonina Fontes Araújo, sem maiores informações.

N2) — Raimundo Fontes Araújo, sem maiores informações.

N3) — Luiz Fontes Araújo, sem maiores informações.

N4) — Beatriz Fontes Araújo, sem maiores informações.

N5) — Albino Fontes Araújo, sem maiores informações.

N6) — Felicidade Fontes Araújo, sem maiores informações.

F4) — **Vitória Lins Fontes,** casada com o fazendeiro Joaquim Cintra Valença, de São Bento, com sucessão mais adiante discriminada.

E, em 2as. núpcias, com IGNEZ GOMES DA SILVA. Pais de:

F5) — **Iraci Lins Fontes,** casada, em 1as. núpcias, com Misael Gomes da Silva, com sucessão; e, em 2as. núpcias, com João Batista Cordeiro Campos, também com sucessão.

F6) — **Iracema Lins Fontes,** casada com Francisco Cribari, com sucessão.

F7) — **Domingos Fontes Filho,** casado com Otávia de Carvalho Fontes, com sucessão.

F8) — **Auristela Lins Fontes,** casada com Vanildo da Cunha Batista, com sucessão.

F9) — **Antenor Lins Fontes,** casado com Marly Coutinho, com sucessão.

F10) — **Maria Auxiliadora Lins Fontes,** casada com Heribaldo Lopes Maia, com sucessão.

F11) — **Paulo Lins Fontes,** casado com Maria Nicéa Gonçalves. com sucessão.

134

VITÓRIA LINS FONTES, 4a. filha de Domingos Lins de Paiva Fontes e de Maria Pessoa Fontes, casou com o fazendeiro JOAQUIM CINTRA VALENÇA (16.07.1884 / 15.01.1940), que, segundo Sebastião Soares Cintra **(Os Cintra de São Bento, 213-220),** era sambentense da **Fazenda Recanto,** agricultor e criador de gado no **Sítio Olho D'Água da Onça,** situado no município pernambucano de SÃO JOÃO, em pleno Agreste Meridional, sendo filho legítimo de Caetano de Oliveira Cintra (São Bento, 1853 / São João, 1936), proprietário da **Fazenda Boa Vista.** situada no Vale do Una, e de Aguida Benvinda Valença (falecida na **Fazenda Recanto** em 01.10.1890); neto paterno de Joaquim de Oliveira Cintra (Freg. de Cintra, Lisboa, 1820? / Fazenda Recanto, São Bento-PE, 1904) e de Leopoldina Carolina de Vasconcelos (portuguesa da Ilha de São Miguel, falecida na Fazenda Recanto. São Bento-PE, em ..... 03.03.1904); e neto materno de Francisco Cândido Valença e de Luíza Benvinda de Araújo, gente de muita influência na sociedade de São Bento (atual SÃO BENTO DO UNA).

O casal JOAQUIM CINTRA VALENÇA-VITÓRIA LINS FONTES (esta, falecida no Mun. de Major Izidoro, Alagoas) teve os seguintes filhos:

F1) — **Antônio Fontes Cintra**, já falecido, agricultor e criador de gado em São Marcos, AL; casado com Maria Oliveira Cintra. Pais de:

N1) — Antônio Cintra Filho (Sota), médico-veterinário, criador de gado em São Marcos, AL, solteiro.

N2) — Vilma Oliveira Cintra, casada com Samuel Bezerra Cavalcanti, residentes em Maceió, AL. São pais dos menores: Michel Ney Cintra Cavalcan-

ti, Teobaldo Lino Neto, Antônio Fontes Cintra Neto e Marina Teresa Cintra Cavalcanti.

N3) — José Astrogildo Oliveira Cintra, professor do curso primário em Major Izidoro, AL; solteiro.

N4) — Virgílio Oliveira Cintra, agricultor e criador de gado em São Marcos, AL; solteiro.

F2) — **Hilda Fontes Cintra**, solteira, residente em São Marcos, AL.

F3) — **José Fontes Cintra,** agricultor-proprietário em Batalha, AL; casado com Elizabete Vieira Cintra, sem sucessão.

F4) — **Hildebrando Fontes Cintra,** agricultor e criador de gado em São Marcos, AL, onde desfruta de largo prestígio político e vem prestando relevantes serviços à comunidade. Permanece no estado de solteiro. Nasceu em Pernambuco.

F5) — **Elias Fontes Cintra,** pernambucano, agricultor e criador de gado em São Marcos, AL; solteiro, político de muito prestígio, grande benfeitor da região, ex-prefeito de Major Izidoro-AL.

F6) — **Jaime Fontes Cintra,** pernambucano de 1921, Técnico em Contabilidade, político em São Bento do Una, de cuja Câmara Municipal foi presidente; funcionário do INPS lotado na Agência de Pesqueira; casado com Marieta Demétrio Cintra, sem sucessão.

F7) — **Paulo Fontes Cintra,** criador de gado e empresário em São Bento do Una, casado com Cândida Braga Cintra. Pais de:

N5) — Paulo Afonso Velozo Cintra, sambentense de 1951, agricultor-proprietário, sócio-diretor da Imobiliária Cintra, político, prefeito municipal de São Bento do Una (eleito pelo PDS em ..... 15.11.1982); casado com Sônia Maciel Cintra, pernambucana de 1949, havendo 4 filhos do casal: Cândida Paula Maciel Cintra, de 1974, Cristiano Maciel Cintra, de 1977, Paulo Fontes Cintra Neto, de 1979, e Paulo Afonso Velozo Cintra Júnior, de 1981.

N6) — Joaquim Alvaro Velozo Cintra, comerciante na praça de Afogados, Recife; casado com Eliane Felipe Velozo Cintra, pais de: Enaile Felipe Velozo Cintra, Elaine Felipe Velozo Cintra e Cândida Maria Velozo Cintra, todas menores.

N7) — Maria Perpétua Velozo Cintra, casada e separada legalmente do marido.

N8) — José Maria Velozo Cintra, produtor rural em São Bento do Una; casado com Maria Dalva Martins Cintra, pais da menor Leila Daiana Martins Cintra.

N9) — Wilson Marconi Braga Cintra, solteiro.

F8) — **Alércio Fontes Cintra,** pernambucano de São Bento do Una, agricultor e criador de gado em São Marcos, AL; casado com a professora Maria do Carmo Sá Cintra. Pais de:

N10) — Alércio Sá Cintra, estudante.

F9) — **Maria Fontes Cintra,** casada com Edmundo Barros Ezequiel, comerciante em Maceió, AL. Pais de:

N11) — Ricardo Edmundo Cintra Ezequiel, dentista e servidor público em Maceió, AL; solteiro.

N12) — Cristiano Edmundo Cintra Ezequiel, comerciante em Maceió, AL; solteiro.

N13) — Lamartine Edmundo Cintra Ezequiel, empresário em Maceió, AL; casado com Áurea Rita Costa Ezequiel.

N14) — Cristina Maria Cintra Ezequiel, casada com Paulo Roberto Pontes de Miranda, residentes em Maceió, AL. Pais de Cristiano Ezequiel de Mendonça, Adriana Ezequiel de Mendonça e Paulo Roberto Pontes de Miranda Filho.

N15) — Vitória Amélia Cintra Ezequiel, casada com Jerônimo Costa. Pais de Rita de Cássia Ezequiel Costa, Ruth Ezequiel Costa e Sara Ezequiel Costa.

F10) — **Heronides Fontes Cintra,** empresário em Timbaúba, PE; casado com Auri Dias Cintra, residentes no Recife. Pais de:

N16) — Lenita Dias Cintra, psicóloga, solteira.

N17) — Heronides Dias Cintra, estudante de Engenharia, solteiro.

N18) — Clarice Dias Cintra, estudante, solteira.
N19) — Henrique Dias Cintra, estudante, solteiro.

F11) — **Lenita Fontes Cintra,** nascida em 18.03.1929 no **Sítio Olho D'água da Onça,** São João-PE. Curso primário em São Bento. Ginasial e Normal no Colégio de Santa Sofia, em Garanhuns. Professora estadual em São Bento. Conta, a seu respeito, Sebastião Soares Cintra, o genealogista da família: "A 24 de março de 1957, em companhia de colegas e amigas, Lenita foi banhar-se nas águas do Rio Una, no **Sítio Caldeirão**. Havia chovido na região. O rio estava cheio e profundo; algumas colegas atiraram-se precipitadamente às águas e foram surpreendidas pelo abismo insondável do poço, pois não sabiam nadar; e gritavam, em tumulto, pedindo ajuda. Lenita não vacilou. Nadadora exímia, lançou-se ao abismo, em socorro das que se afogavam. Qual Iara protetora e misteriosa, salvou as amigas, à custa de esforço inaudito, em conseqüência do qual veio a baquear, submergindo para não mais voltar à tona; seu corpo fora encontrado algumas horas depois. Esta, a tragédia de sua vida, seu derradeiro e fatal sacrifício. Imolou-se em doação aos outros. Perdeu a vida resgatando vidas". Em reverência à sua memória, existe, em São Bento do Una, a Escola Estadual Lenita Cintra.

135

As terras da SESMARIA ARAROBA, inclusive o LUGAR DO ALTINHO, antes do povoamento e fundação de sítios e fazendas, levados a efeito pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, tinham sofrido a operação hoje em dia chamada de **limpeza de área**, procedida sob o comando de um irmão de Antônio — o destemido cabo de guerra BERNARDO VIEIRA DE MELO, como vem historiado neste livro, o qual, em 2as. núpcias, era casado com CATARINA LEITÃO ARNOSO, cuja ascendência aqui também já foi registrada **(ver tópico 065)**. Por seu leito, nasceu um mártir-herói da **Guerra dos Mascates:** ANDRÉ VIEIRA DE MELO, eliminado, tal e qual o pai, numa prisão de Lisboa, Portugal, por ter sido idealista, nativista, republicanista. Uns descendentes de André assinavam VIEIRA DE MELO; outros, LEITÃO ARNOSO. Todos possuíam terras dentro dos limites da SESMARIA ARAROBA, inclusive

no LUGAR DO ALTINHO. Entre as propriedades altinenses fundadas pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, mas pertencentes aos LEITÃO ARNOSO, destaca-se a **Fazenda Cachoeira Grande** (atual ITUGUAÇU), que, durante anos e anos, foi de JOÃO LEITÃO ARNOSO e MARIA INÁCIA VIEIRA DE MELO **(ver tópico 081)**.

Outra propriedade altinense em poder da família LEITÃO ARNOSO era o **Sítio São Francisco,** cujas terras o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, em seu testamento **(ver tópico 122),** declara que, em vida, as havia dado a ANTÔNIO LEITÃO ARNOSO, pai de Bernardo Vieira, "e hoje pertence dito sítio a seus filhos".

ANDRÉ VIEIRA DE MELO era casado com ANA TERESA DOS REIS, filha do sargento-mor Nicolau Coelho dos Reis, comerciante português estabelecido na praça do Recife, e de Maria de Farias. Por seu leito nasceram:

F1) — **Luíza Bernarda de Melo,** casada com o primo **Gonçalo Francisco Xavier Cavalcanti,** com sucessão.
F2) — **Catarina Josefa de Melo,** casada com o primo **Nicolau Coelho de Albuquerque,** com sucessão.
F3) — **Antônio Leitão Arnoso,** senhor e possuidor do **Sítio São Francisco,** no LUGAR DO ALTINHO, casado com **Maria Muniz de Melo,** sua prima, filha do sargento-mor Cristóvão Vieira de Melo e de Úrsula Leitão Arnoso. Pais de:

N1) — Bernardo Vieira de Melo, casado, com sucessão.
N2) — Antônio Leitão Arnoso Filho, casado, com sucessão.
N3) — Manuel de Melo Bezerra, fazendeiro no BONITO, casado, com sucessão.
N4) — Antônio Vieira Muniz de Melo, casado, com sucessão.
N5) — Cristóvão Vieira Muniz de Melo, casado, com sucessão.
N6) — Úrsula Leitão de Melo, sem maiores informações.
N7) — Catarina Leitão de Melo, sem maiores informações.
N8) — Ignez Maria Muniz de Melo, sem maiores informações.

N9) — Úrsula Vieira de Melo, casada com o fidalgo baiano Francisco de Sá Peixoto, filho de João Peixoto Viegas e Joana de Sá, **nobres** proprietários rurais na Bahia. Ao fidalgo baiano Francisco de Sá Peixoto "e à sua neta bastarda chamada Claudiana Xavier de Sá", o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO deu os sítios **Divisão, Una** e **Mimoso,** todos situados no Vale do Una, como vem historiado neste livro.

136

Em 1765, o coronel CRISTOVÃO PINTO DE ALMEIDA, na qualidade de viúvo de JOSEFA MARIA DO Ó e ainda senhor e possuidor de metade das terras da antiga **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** no LUGAR DO ALTINHO, casava-se, em 2as. núpcias, com MARIA DO ROSARIO RODRIGUES DURO, filha de SIMÃO RODRIGUES DE SÁ e de MARIA DE AQUINO DURO, com sucessão relacionada na época oportuna.

No ano seguinte, 1766, o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA perdia mais uma filha, a última ainda viva, de seu primeiro matrimônio, a qual se chamava ANTÔNIA TERESA DE JESUS (1840-1866), altinense de nascimento. As suas outras filhas já falecidas eram JOSEFA MARIA DO Ó (que deixara viúvo o agricultor CAETANO DE FARIAS COSTA, havendo filhos do casal) e ANA FRANCISCA XAVIER (que deixara viúvo o agricultor FRANCISCO VELHO DE OMENA, também havendo filhos do casal).

ANTÔNIA TERESA DE JESUS era senhora e possuidora (por herança deixada por sua mãe) do **Sítio Bebedor das Queimadas** e do **Sítio Poços Pretos,** na ribeira do Una, proximidades do ALTINHO; e da **Fazenda do Caruru,** onde residia na data do falecimento, cuja propriedade, situada no **caminho das boiadas** do "roteiro do Ipojuca" e fundada pelos RODRIGUES DE SÁ desde o último quartel do século XVII, pertencia, por herança, ao seu marido, o fazendeiro meio-altinense SIMÃO RODRIGUES DURO, que, por sinal, também falecia no mesmo ano de 1766, ficando do casal quatro filhos menores: Joaquina Maria de Jesus (ou Joaquina Rodrigues de Jesus, como também aparece), caruaruense de 1754, casada precocemente (aos 12 anos de idade), em 1as. núpcias, com o agricultor Manuel da Silva Nunes, com sucessão, e, em 2as. núpcias, com o agricultor altinense João Pereira Bezerra, também com sucessão; José Rodrigues da Cruz (1756-1820), ca-

sado com a sobrinha Maria do Rosário Nunes, com sucessão; Maria da Conceição Rodrigues de Jesus, caruaruense de 1759, falecida solteira, e Maria do Rosário, casada com Antônio José do Bom Fim.

Com os falecimentos de SIMÃO RODRIGUES e de ANTÔNIA TERESA DE JESUS, os menores José Rodrigues e Maria da Conceição iam viver e residir no **Sítio Juriti,** de propriedade da irmã Joaquina Maria, que, como foi dito, ainda em 1766, com apenas 12 anos de idade, casava com Manuel da Silva Nunes, mais conhecido pelo apelido de **Nunes dos Bezerros,** que ficava sendo o novo chefe da família.

Com isso, ou seja, com a saída dos filhos de SIMÃO RODRIGUES DURO e de ANTÔNIA TERESA DE JESUS para o **Juriti,** a velha **Fazenda do Caruru** ficava em completo abandono, caindo em decadência e servindo apenas para o esconderijo de salteadores e para abrigo provisório de contrabandistas de ouro trazido de Minas e encaminhado por terra até Cabedelo, na Paraíba, onde era embarcado para a Inglaterra. Suas terras, por herança, ficavam pertencendo aos irmãos José Rodrigues da Cruz e Maria da Conceição Rodrigues de Jesus, os quais somente iriam ocupá-las muitos anos mais tarde.

137

Diz Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 67)** que, feita a partilha dos bens deixados por JOSEFA MARIA DO Ó, falecida na sua **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** seu viúvo, o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, contraiu, como foi esclarecido, segundo matrimônio, desta feita com MARIA DO ROSÁRIO, irmã de SIMÃO RODRIGUES DURO, da Fazenda do Caruru. "E com o falecimento do coronel, o **Sítio do Altinho,** como ficou denominada a antiga sede da Fazenda Nossa Senhora do Ó, tocou ao seu filho do primeiro matrimônio JOSÉ VIEIRA DE MELO, que, em 29 de julho de 1770, dele desmembrou meia légua de terras e a doou para patrimônio da capela que erigiu sob a invocação de Nossa Senhora do Ó". Mais adiante **(ob. cit., II, 6-7),** aquele autor, confirmando o dito no 1.º volume, acrescenta: "Essa capela foi a mais movimentada entre todas as outras filiais da Matriz de Santo Antônio de Garanhuns, tendo nela sido efetuados, até o ano de 1820, nada menos de 485 casamentos e 228 no período de 1829 a 1837, quando foi elevada à categoria de Matriz da sua própria freguesia".

O documento comprovador da doação a que se reporta Alfredo Leite Cavalcanti ainda existe no ALTINHO e, conforme o Livro de Tombo da igreja respectiva, no informe do Prof. Rubens Lemos, tem esta redação:

"**Patrimônio de Nossa Senhora do Ó, de Altinho**.

"Por escritura pública passada aos vinte e nove de julho de mil setecentos e setenta, na povoação de Santo Antônio de Garanhuns, comarca e capitania de Pernambuco, fez José Vieira de Melo, morador na sua fazenda do Altinho, da ribeira de Una, freguesia **(sic, por curato)** de Santo Antônio de Garanhuns, por serviço de Deus e bem dos povos que moravam distante de sua morada, doação de meia légua de terra demarcada no lugar donde se fundar a capela que desejava erigir com a invocação de Nossa Senhora do Ó, no lugar mais próprio e conveniente para o doador e administrador."

Desta escritura foram testemunhas — capitão Antônio da Silva Portugal, Paulo da Costa e Silva, Manuel Tomé Cavalcanti. Era tabelião do público judicial e notas Jacinto Pereira da Silva.

Além de doador do patrimônio e principal construtor da Capela de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, o fazendeiro JOSÉ VIEIRA DE MELO foi o seu primeiro administrador. É ele o responsável pela transformação do antigo **Sitio do Altinho,** fundado por seu avô materno ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, na POVOAÇÃO DA CAPELA, da qual vem a atual CIDADE DO ALTINHO.

138

Segundo aquela informação de Alfredo Leite Cavalcanti, por conseguinte, o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA teria falecido antes de julho de 1770, deixando para o seu filho JOSÉ VIEIRA DE MELO o **Sitio do Altinho**.

Sebastião Galvão (**Dicionário, I, A-O, 20-21**), no verbete dedicado ao ALTINHO, historia:

"Vivia, em 1770, José Vieira de Melo, proprietário da **Fazenda Altinho,** situada à margem do rio Una, o qual, além de cidadão abastado, também era homem assás religioso. Então, deliberando fundar ali uma capela para ter mais perto de sua família e do povo das cercanias o culto de sua religião, de fato, com a licença da autoridade eclesiástica respectiva **(D. Francisco Xavier Aranha, Bispo de Olinda),** por essa época erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, dando-lhe como patrimônio 20 novilhos e 1 touro e meia

légua de terra demarcada **(no local hoje tachado de DEMARCAÇÃO),** como consta de escritura pública. Mas, esse patrimônio constituído, foi em duas terças partes usurpado e vendido pelos subseqüentes administradores **(da capela, os quais eram desonestos e irresponsáveis)**.

"Por algum tempo, foi chamado o povoado, que desde logo se formou no sítio, de **Povoação da Capela,** perdendo depois esta denominação pela primitiva — **ALTINHO,** que era, como se disse, a da fazenda, e deriva o nome da situação sobre uma colina de elevação suave e de vista encantadora no alto da mesma. Foi criada paróquia pela Lei Provincial n.º 45, de 12 de junho de 1837, que desmembrou uma porção do território de Garanhuns para formá-la."

Concorda Sebastião Galvão, portanto, que seja de 1770 a data do início da construção da capela erguida pelo dinâmico altinense JOSÉ VIEIRA DE MELO no seu **Sítio do Altinho**.

João de Deus de Oliveira Dias, contudo, no seu livro **CARUARU (87-88),** conta história diferente quando cuida do falecimento de JOSEFA MARIA DO Ó, em 1764, e da subseqüente partilha de seus bens deixados no LUGAR DO ALTINHO. Textualmente escreve:

"Depois dessa partilha de terras, o Coronel Cristóvão Pinto de Almeida contraiu segundo matrimônio, com d. Maria do Rosário de Almeida, no fim do ano de 1765.

"Este consórcio durou, apenas, dez anos, e dele nasceram as filhas chamadas Inácia Teresa, Maria Teresa e Brites do Rosário de Almeida, que ficaram órfãs de pai em 14 de setembro de 1775.

"Com o falecimento do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, o **Sítio Altinho,** como ficou denominada a antiga sede da Fazenda Nossa Senhora do Ó, tocou a seu filho do primeiro matrimônio José Vieira de Melo, que, em 29 de julho de 1776 **(?),** desmembrou dele meia légua de terra em quadra e a doou para patrimônio da Capela que erigiu, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó."

Como se pode observar, o informe de João de Deus, quanto à instituição do patrimônio da primeira capela do ALTINHO, entra em conflito com o documento transcrito no tópico anterior, o qual, autêntico, é de 1770 e não de 1776. E, quanto à morte do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, seu dizer choca-se com o do historiador Alfredo Leite Cavalcanti. Somente com prova documental hábil poderá ser dirimida a

dúvida acerca do exato ano em que teria falecido o referido coronel português.

139

No fim do ano de 1770, o governador de Pernambuco, capitão-general Manuel da Cunha Menezes, concedia terras no Agreste Meridional, quando, no processo formado pela petição respectiva, segundo **Doc. Hist. Pern. — Sesm., I, 217-219,** exarava despacho assim redigido:

"Faço saber aos que esta carta de data de doação virem que havendo respeito a FRANCISCO SOARES QUINTÃO me representar em seu requerimento que, na Freguesia de Garanhuns **(em 1770 ainda não existia a freguesia e, sim, o curato de Garanhuns),** tem várias cabeças de gado vacum e cavalar, e porque não tinha terras para os beneficiar, e naquele sertão se achava devoluta uma propriedade de terras de criar ditos gados, me requeria três léguas de comprido e uma de largo, pegando do Norte no Pé da Serra do Mendes **(proximidades do LUGAR DO CARURU)** e no olho d'água, e cortando para o Sul contestando com a sesmaria em que faz barra Chata, pegando parte de Leste e cortando para o Este pelo rio de Una acima em que há o Poço chamado de Santa Teresa, cortando para o Norte do primeiro rumo em procura da lagoa chamada do Genipapo e contestando com terras que foram de Francisco Velho **(o agricultor-proprietário FRANCISCO VELHO DE OMENA, que fora genro do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA e agora era casado, em 2as. núpcias, com MARIA DA EXALTAÇÃO DE SOBRAL)** afixar na serra, logrando todos os meios de uma serra a outra para criação de seus gados

"E sendo por mim visto o seu requerimento, ordenei por despacho de 27 de abril do corrente ano aos oficiais da Câmara do respectivo Distrito mandassem afixar na dita Freguesia editais para se saber de certo estar ou não devoluta a mesma terra, e haver ou não terceiros prejudicados, e constando-me por informação dos ditos oficiais, que assim o mandaram executar, que não houve pessoa alguma que aos ditos editais saíssem.

"Por outro meu despacho com data de 15 de maio, mandei ouvir ao Contador e mais oficiais da Contadoria da Real Fazenda, e como todos uniformemente me responderam estar nos termos de se dar ao suplicante de sesmaria a terra pedida, pagando anualmente o foro competente.

"Ultimamente mandei por despacho de 28 do mesmo mês de maio assim se executasse em cumprimento do qual, e pela faculdade que Sua Majestade Fidelíssima me permite no Capítulo 15.º do Regimento deste Governo.

"Hei por bem dar em nome do dito Senhor ao mesmo Francisco Soares Quintão, de sesmaria na Freguesia de Garanhuns, as três léguas de comprido e uma de largo no referido lugar pedido e confrontado no seu requerimento, ficando a légua de permeio para logradouro dos heréus confinantes, pagando o foro de 4 mil réis por légua em cada um ano, etc., etc. — Dada no Recife de Pernambuco aos sete dias do mês de dezembro. — Francisco Gonçalves Reis Lisboa, oficial-maior da Secretaria do Governo a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1770. — O Secretário de Governo José Gonçalves da Fonseca o fez escrever. — **Manuel da Cunha Menezes**."

Nas terras agora obtidas, o sesmeiro FRANCISCO SOARES QUINTÃO, tronco da família QUINTÃO no Município do ALTINHO, fundou a **Fazenda Santa Teresa,** da qual vem a **Povoação de Santa Teresa,** situada no atual Município de AGRESTINA, nas fronteiras com o Município altinense.

Na época de sua fundação, a **Fazenda Santa Teresa** situava-se no lugar denominado **A Capivara,** no qual, entre outros, havia os sítios de cultura dos irmãos CARLOS DE AZEVEDO CALDEIRA e JOSÉ PAES DE LIRA **(ver tópicos 108 e 109)**.

140

Antes de transformar-se na **Povoação de Santa Teresa,** a fazenda de igual nome, fundada em 1771 pelo sesmeiro FRANCISCO SOARES QUINTÃO dentro da jurisdição do ALTINHO (ao qual, na época, também pertencia o **Sítio Bebedor das Queimadas,** de onde vem a VILA DO BEBEDOURO, atual CIDADE DE AGRESTINA), foi passando de mão em mão e sendo subdividido o seu território entre diversos proprietários, inclusive a família BARROS, egressa do Sertão do Pajeú para fixar-se no Agreste Meridional, e alguns descendentes daquele fundador, um dos quais era o altinense FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA QUINTÃO, casado com JOAQUINA JESUINA DE SOUZA QUINTÃO, por cujo leito, entre outros, houve o filho MANUEL DE SOUZA QUINTÃO (altinense de 1876, já falecido), que, por sua vez, casou com OLINDINA ESTER QUINTÃO, por quem se tornou pai do célebre charadista QUINTÃO,

ganhador de vários prêmios no Brasil e em Portugal nas primeiras décadas do século XX. Em 1913, o charadista QUINTÃO exercia o cargo de secretário do Ginásio Porto Carreiro, no Recife. Também era altinense de nascimento.

Quanto aos BARROS do PAJEÚ, domiciliados na **Fazenda Santa Teresa** desde a segunda metade do século XIX, talvez hajam sido levados para ali por seus parentes — os BARROS CORREIA, do ALTINHO, sobre os quais se falará bastante na época oportuna. Seja como for, o fato é que, muitos anos antes da **Fome Grande,** fenômeno climático-social ocorrido em 1877 em todo o Nordeste do Brasil, alguns membros da família BARROS, do Sertão do PAJEÚ, já estavam localizados em SANTA TERESA, vivendo relativamente bem e desfrutando de muita fartura, tanta que, no ano da **Fome Grande,** davam-se ao luxo de receber mais parentes no sítio em que residiam. E foi assim que, fugindo da seca inclemente e da fome sem fim imperantes na região sertaneja, emigrava do PAJEÚ, para SANTA TERESA, o velho agricultor ANTÔNIO FRANCISCO DE BARROS, viajando ora a pé, ora a cavalo, e trazendo em caçuás os seus quatro filhos: MIGUEL FRANCISCO DE BARROS, JOÃO FRANCISCO DE BARROS, MANUEL FRANCISCO DE BARROS e MARIA FRANCISCA DE BARROS, todos ainda de menoridade.

Tornado rapaz em SANTA TERESA, o sertanejo MIGUEL FRANCISCO DE BARROS, ali já vivendo da agricultura, casou com u'a matutinha da família NUNES, a jovem RITA MARIA DA CONCEIÇÃO, cujos pais eram do BELO JARDIM. Por seu leito, nasceram, em SANTA TERESA, dez filhos, cinco dos quais foram identificados: ANTÔNIO NUNES DE BARROS (Sta. Teresa, Bebedouro, distrito do ALTINHO, 29.06.1909 / Rio de Janeiro, 17.01.1974), SILVINO NUNES DE BARROS, PEDRO NUNES DE BARROS, JOSÉ NUNES DE BARROS e JOANA NUNES DE BARROS.

ANTÔNIO NUNES DE BARROS foi alto comerciante (redes e artefatos de couro) nas praças de Caruaru e do Recife. Na vigência do Estado Novo, foi nomeado prefeito municipal de CARUARU, realizando excelente administração. Ao falecer, já era viúvo de SINÉSIA HOLANDA CAVALCANTI DE BARROS, com quem havia casado em Caruaru, e deixava um filho havido por seu leito: O caruaruense GLÊNIO CAVALCANTI DE BARROS, médico-veterinário radicado no Rio de Janeiro.

JOANA NUNES DE BARROS casou com MARIANO PINTO BARBOSA, altinense-bebedourense de SANTA TERESA,

nascido em 1919, comerciante de peças de automóveis primeiro em Caruaru e, depois, no Recife; filho do agricultor João Pinto Ferreira Barbosa (Sta. Teresa, 1880 / 1952) e de Teresa das Graças Bela Pinto Barbosa. Houve sucessão.

JOSÉ NUNES DE BARROS, homem calmo e extremamente bondoso, comerciante na praça de Caruaru durante quase toda a sua vida, era casado com uma das moças mais graciosas da sociedade caruaruense em sua época: VALDECILA REINAUX DUARTE DE VASCONCELOS BARROS, apelidada de **Váva** (irmã de Celina Reinaux Duarte de Oliveira, casada com Antônio Apolônio de Oliveira, Toinho Apolônio), nascida em BELÉM DE MARIA, filha legítima de JOÃO SENHOR DE VASCONCELOS, **João do Capim,** e da canhotinense ISABEL REINAUX DUARTE. Por seu leito, **Zé** e **Váva** tornaram-se pais de:

WILMA BARROS TOSCANO DE CARVALHO, bela senhora portadora de inteligência invulgar. Advogada, Licenciada em História, substituta do marido no Ofício de 3.º Tabelião e Escrivão da Comarca de Caruaru; casada com o altinense CARLOS ALBERTO TOSCANO DE CARVALHO, Advogado, Licenciado em História, antigo Vereador com assento na Câmara Municipal de Caruaru, Professor de Sociologia na FAFICA, Secretário da PMC por mais uma vez, etc. Pais de ANA CARLA BARROS TOSCANO DE CARVALHO, casada com DJEAN DE MEDEIROS DANTAS, filho de Eliseu Alves Dantas e de Terezinha de Medeiros Dantas. Pais de Guilherme Barros Toscano de Carvalho Dantas.

VÂNIA BARROS DE OLIVEIRA, casada com GIVALDO OLIVEIRA, pernambucano de CACHOEIRINHA, filho de Naziazeno Francisco de Oliveira e de Maria Stela de Oliveira. Pais de: Márcio Henrique, Renato César e Nadja Raquel de Oliveira.

VERA LÚCIA DE BARROS AGUIAR, formada em Pedagogia, residente no Recife, casada com o economista ERNANI DE AGUIAR GOMES, filho de Enéas Gomes e de Maria Anunciada de Aguiar. Pais de: Catarine, Gustavo e Andréa Barros de Aguiar Gomes.

ISABEL MIRIAM DE BARROS CRUZ, residente no Recife, casada com o caruaruense FLÁVIO FERNANDO LOPES DA CRUZ, bancário, filho do médico-analista Gonçalo Lopes da Cruz e de Maria de Lourdes Souza (filha do industrial Pedro Joaquim de Souza, que foi prefeito municipal de Caruaru por duas vezes; deputado federal, político de projeção nacional, fino homem de sociedade, chefe do **Curtume São João,**

de Souza & Irmãos, cuja matriz ficava em Caruaru). Dr. Gonçalo era filho de Bernardo Lopes da Cruz, alto comerciante em Caruaru, e de Marieta Monteiro Cruz (filha do notável professor Vicente da Silva Monteiro). Não há sucessão.

RITA SOLANGE, casada com MAURILIO DE MORAIS SILVA, filho de Sebastião Bernardo da Silva e de Maria de Morais Silva, pais de Tiago Barros de Morais Silva.

141

No tópico 137 registrou-se a instituição do patrimônio da capela de Nossa Senhora do Ó, fundada no ALTINHO pelo empreendedor fazendeiro JOSÉ VIEIRA DE MELO, um amante da terra natal e homem de larga visão. Pereira da Costa **(Anais, X, 119-120),** historiando a evolução daquele templo religioso, acentua:

"A povoação do ALTINHO remonta-se aos primeiros anos do século XVIII, com a criação de uma fazenda pastoril **(a Fazenda Nossa Senhora do Ó)** situada pelo capitão Antônio Vieira de Melo em uma data de terra desmembrada da grande sesmaria dos Garanhuns **(na verdade, a Sesmaria Ararobá, tantas vezes focalizada neste livro)** concedida a seu pai, o coronel **(apenas capitão)** Bernardo Vieira de Melo **(e mais dois co-sesmeiros)** em 1671.

"Pertencendo posteriormente a fazenda a José Vieira de Melo, por herança paterna **(na verdade, a Fazenda Nossa Senhora do Ó jamais pertenceu a JOSÉ VIEIRA DE MELO por herança paterna, pois, após a morte de JOSEFA MARIA DO Ó, sua proprietária, em 11 de março de 1764, aquela propriedade do Vale do Una foi partilhada amigavelmente entre os seus herdeiros, tocando ao filho José o SITIO OLARIA, como vem historiado neste livro),** no valor de 600$000, segundo avaliação judicial procedida em 1761, — construiu em 1773 uma capela no terreiro das casas de vivenda **(do SITIO DO ALTINHO, já em poder de JOSÉ VIEIRA DE MELO),** sob a invocação de Nossa Senhora do Ó, para a qual fez **(em 1770)** o seu competente patrimônio canônico constante de meia légua de terra, conveniente demarcada, desmembrada da propriedade, e de mais vinte e uma cabeças de gado vacum para a situação de uma fazenda pastoril **(a Fazenda da Marcação ou Fazenda Demarcação),** o que tudo particularmente consta da respectiva escritura de doação; entretanto, os seus administradores, que depois **(da morte de JOSÉ VIEIRA DE MELO)** vieram, em geral homens sem escrúpulos, desonestos, venden-

do diversos lotes de terras, reduziram a uma terça parte a área territorial do patrimônio da capela."

Mesmo assim, com a graça de Deus, a capelinha de Nossa Senhora do Ó e a **Povoação da Capela,** formada em seu redor, prosperariam a olhos vistos e obteriam as condições de igreja-matriz e freguesia no ano de 1837, o que será devidamente historiado na época própria.

142

O velho capitão DOMINGOS BEZERRA CAVALCANTI, senhor dos engenhos **Catende, Laranjeiras** e **Moreno,** pai de família numerosa, casado, em 2as. núpcias, com BERNARDINA DE ASSUNÇÃO FERREIRA, em sesmaria obtida de parceria com o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, no lugar denominado **Capivara,** ribeira do riacho da Chata, Agreste Meridional, havia fundado na parte que lhe tocara uma fazenda de gado, a qual, por má administração de seu vaqueiro, não prosperara, de modo que, em 1771, desinteressado da propriedade, permitira que sua mulher "traspassasse" aquelas terras, com as benfeitorias ali efetivadas durante mais de 20 anos, ao fazendeiro ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO, que, no ano seguinte, desconfiado de que a fazenda adquirida não estivesse devidamente legalizada na repartição competente, apresentava ao governador Manuel da Cunha Menezes requerimento assim redigido, segundo **Doc. Hist. Pern. — Sesm., I, 223-226:**

"Diz Antônio Pereira de Carvalho, morador nesta praça **(do Recife),** que o capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti tirara uma sesmaria no sertão **(na verdade, no Agreste Meridional),** ribeira do Una, Freguesia de Santo Antônio de Garanhuns **(ainda não existia, na época, tal freguesia, porém, sim, um curato),** de três léguas de terra, a qual pega, digo, a qual terra pega na barra da Chata, correndo por Una abaixo até a Cachoeira Grande, partindo por uma banda com terras de Carlos de Azevedo **(a Fazenda Gado Bravo e o Sítio Impoeiras, dos irmãos Paes de Lira, aqui anteriormente citados)** e da outra parte com terras de Francisco Soares Quintão **(a Fazenda Santa Teresa),** no lugar chamado a Capivara, donde o dito capitão-mor teve fazenda de gado vacum e cavalar com currais e casas, pagando o foro da dita terra à Fazenda Real, e porque o dito capitão-mor lhe não fez mais conveniências possuir a dita terra, dela desistiu, e sua mulher, traspassando-a ao suplicante, quer situar e beneficiar as ditas terras com ga-

do e mais criações, o que não pode fazer sem que se lhe passe sesmaria da dita terra confrontada na forma que sempre a possuiu o dito capitão-mor, portanto pede a V. Exa. lhe faça mercê conceder-lhe as ditas terras por sesmaria da forma que declara nas confrontações, na forma do estilo. E. R. Mercê."

Examinado "o papel de traspasso assinado pelo dito Domingos Bezerra Cavalcanti e sua mulher d. Bernardina de Assunção Ferreira, e reconhecido competentemente", o governador encaminhava o processo ao ouvidor-geral, que em seguida se manifestava:

"Pela data de sesmaria que alcançou Domingos Bezerra Cavalcanti e posse que dela tomou todo o domínio em a mesma para a possuir, desfrutar, se deve traspassar a quem quiser, com as condições da sua mesma data. E como pela cessão e traspasso que o suplicante junta, aprovado pela mulher do cedente, consta desistir o mesmo da dita sesmaria em benefício do suplicante, obrigando-se este a cumprir com as condições da mesma data, tendo o suplicado cedente satisfeito o foro dos anos da sua posse, não se segue prejuízo algum à Real Fazenda. V. Exa. determinará o que for servido. Recife, 4 de dezembro de 1772. — O ouvidor desta Câmara, José Teotônio Secron Zuzarte."

Cumpridas as demais formalidades de praxe, o governador Menezes, aos 9 de fevereiro de 1773, assinava a respectiva carta de sesmaria em nome do novo proprietário da **Fazenda da Capivara** — capitão ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO, o qual, por sua vez, tendo em vista o prejuízo que iria sofrer na exploração daquelas terras, passados alguns anos, abandona-las-ia para sempre, vendendo seu gado e deixando a propriedade em tamanha decadência que passaria a ser considerada terra devoluta.

143

No LUGAR DO CARURU, falecia, vitimado pela praga da **varíola negra**, a primeira autoridade militar domiciliada na região — capitão ANTÔNIO LOURENÇO DA CRUZ, cuja família era ligada, através de matrimônios efetuados, aos RODRIGUES DE SÁ e aos SALVADOR MONTEIRO, agricultores-proprietários ali no Vale do Ipojuca.

Para sua vaga, o governador José César de Menezes, em 25 de maio de 1775, nomeava o capitão FRANCISCO BEZERRA DE VASCONCELOS, rico e poderoso agricultor e cria-

dor de gado no **Curato de São José dos Bezerros** e, também, na jurisdição do ALTINHO, **Povoação da Capela,** na época, onde possuía terras no lugar denominado **Azevém**. Aliás, nesse tempo, já existia ali, nas vizinhanças da **Fazenda Santa Teresa,** de FRANCISCO SOARES QUINTÃO, o **Sítio Azevém,** que, mais tarde, cairia em poder da família CORREIA DE VASCONCELOS, do ALTINHO. Transformado em enorme e excelente propriedade agropastoril, o **Azevém,** desde meio século passado, pertence aos GOMES DE MELO e atualmente se chama **Fazenda Serra Azul,** administrada pelo engenheiro-agrônomo FERNANDO GOMES DE MELO, filho legítimo do Cel. PIAUHILINO GOMES DE MELO e de MANUELITA CAVALCANTI GOUVEIA DE MELO, que são avós do economista MIGUEL MEIRA DE VASCONCELOS, funcionário da FIAM e, em 1986, Coordenador do **Centro de Estudos de História Municipal — CEHM**.

Capitão FRANCISCO BEZERRA DE VASCONCELOS, novo comandante da Companhia de Infantaria de Ordenanças, com parada no LUGAR DO CARURU, era casado e tinha muitos filhos, um dos quais, capitão ANTÔNIO JOSÉ DE VASCONCELOS, bezerrense de nascimento, tornar-se-ia, em fins do século XVIII, um grande fornecedor de algodão e de farinha-de-mandioca para a praça do Recife, mercearias produzidas em larga escala nas suas propriedades agropastoris situadas no Vale do Ipojuca e no Vale do Una.

Capitão ANTÔNIO JOSÉ DE VASCONCELOS casou com u'a moça da família BARROS CORREIA, do ALTINHO e também de Garanhuns e Belo Jardim, a qual se chamava DELFINA MARIA DA CONCEIÇÃO, por cujo leito houve muitos filhos, sendo identificados apenas dois deles, os seguintes:

F1) — JOAQUIM ANTÔNIO CORREIA DE VASCONCELOS (1837-1899), tte-cel. da Guarda Nacional, abastado agricultor e criador de gado nos campos de Bezerros, Bonito, Lagoa dos Gatos, Bebedouro e ALTINHO; casado com a prima CÂNDIDA GENEROSA DA SOLEDADE (irmã de Matilde Soledade de Vasconcelos, altinense de nascimento), com sucessão mais adiante discriminada.

F2) — JOSEFA CORREIA DE VASCONCELOS, nascida no **Azevém,** casada com MARCOLINO DE VASCONCELOS, que era irmão de Francisco de Vasconcelos, ambos nascidos também no **Azevém,** onde se iniciavam nas lides agrícolas, em seguida trabalhando **de**

ganho, como **alugados,** em diversas propriedades rurais, situadas em Altinho, Bebedouro, Lagoa dos Gatos e Bonito, com sucessão mais adiante discriminada.

144

Tte-cel. JOAQUIM ANTÔNIO CORREIA DE VASCONCELOS, residente no **Azevém,** e CÂNDIDA GENEROSA DA SOLEDADE, são pais de:

F1) — OLIMPIA CORREIA DE VASCONCELOS (1868-1904), casada com o fazendeiro ANTÔNIO JOVINIANO FERREIRA DA SILVA, de família altinense porém de filiação até aqui não identificada. Pais de:

N1) — **Diomedes Augusto Correia de Vasconcelos,** nascido no **Azevém,** em 1884, e falecido em Caruaru, onde foi alto comerciante, político, fino homem de sociedade e delegado-de-polícia; casado com **Maria de Almeida Tavares,** filha de Valentim de Almeida Tavares. Sem sucessão.

N2) — **Diógenes Ferreira de Vasconcelos,** nascido no **Azevém,** em 1888, e falecido em Caruaru, no ano de 1961. Tinha o apelido de **Dida**, era boêmio e desportista, tendo sido comerciante e banqueiro-de-bicho em Caruaru, em cuja cidade, pelo carnaval de 1934, fundou o **Clube Misto Carnavalesco Vassourinha em Folia,** obtendo estrondoso sucesso, o qual sobrevive até os dias de hoje. Foi diretor da banda musical **Nova Euterpe,** do **Esporte Clube Caruaruense** e do Prado de Caruaru. Casou em 1as. e 2as. núpcias (a última vez com **Maria Cursino de Vasconcelos,** da família CURSINO DA SILVA, de Conter 1as), sem sucessão em ambos os leitos.

N3) — **Deolinda Bezerra de Vasconcelos,** nascida no **Azevém,** em 1892, e falecida em Caruaru; casada, em 1906, com o agricultor-proprietário **Minervino Dinamérico de Araújo Bezerra**.

N4) — **Doralita Ferreira de Vasconcelos,** nascida no **Azevém,** em 1893, casada, em 1as. núpcias, com um agricultor de Caruaru, cujo nome não foi identificado; e, em 2as. núpcias, em 1916, com **Francisco Félix Ferreira,** com sucessão.

N5) — **Demócrito Correia de Vasconcelos** (1895-1908), falecido solteiro.

F2) — ADELAIDE CORREIA DE VASCONCELOS, nascida no **Azevém,** em 1869, e falecida em Caruaru; casada com o comerciante caruaruense JOÃO CLIMACO DA SILVA LIMEIRA (1867-1938), apelidado de **João Mijada,** homem bondoso e simples, portador de incrível ingenuidade, o qual, irmão do tte-cel. Aurélio Florêncio da Silva Limeira **(Major Léo, Papai Leléu),** era filho legítimo do fazendeiro João José da Silva Florêncio, "da Limeira", isto é, da **Fazenda Limeira,** no Cariri paraibano, e de Maria de Paula da Silva Limeira **(Dona Quinha),** gente que tinha origem nos irmãos Carlos d'Azevedo Caldeira e José Paes de Lira, senhores e posuidores de sítios e fazendas altinenses situados nas **Impoeiras,** no **Gado Bravo** e na ribeira do **riacho Mondé,** como vem historiado neste livro **(ver tópicos 108 e 109).** Pais de:

N6) — **Arlindo de Vasconcelos Limeira** (1901-1981), nascido em Caruaru, onde, em 1920, foi cofundador do **Esporte Clube Caruaruense** e, durante muitos anos, um de seus principais craques, jogando na linha de ataque; fino homem de sociedade, tipo altamente educado; coletor estadual; casado com a professora **Aurora Giardini Limeira,** com sucessão.

N7) — **Natália de Vasconcelos Limeira,** grande animadora da sociedade caruaruense em sua época, falecida solteira.

N8) — **Natalice de Vasconcelos Limeira,** falecida solteira.

N9) — **Josefa de Vasconcelos Limeira (Cinina),** falecida solteira.

N10) — **José de Vasconcelos Limeira (Dedé Mulambo),** craque de futebol nos idos amadoristas em Caruaru, banqueiro-de-bicho no Recife, onde faleceu, em 1981.

N11) — **Maria José de Vasconcelos Limeira (Zezina),** industriária aposentada, moça dinâmica e empreendedora, solteira, notável desportista vinculada ao **Esporte Clube Caruaruense.**

N12) — **Emanuel de Vasconcelos Limeira (Manu)**, nascido em Caruaru e falecido, em avançada idade, no Recife; craque de futebol na mocidade, pequeno comerciante em Caruaru e, depois, comerciário na Capital do Estado; casado com **Nilza de Andrade Limeira,** filha de José Gomes de Andrade, telegrafista aposentado ao falecer, e de Maria José Gomes de Andrade, falecida em 1958 Pais de Eduardo Emanuel de Andrade Limeira, residente em Olinda e empregado, no Recife, do Grupo João Santos; e de Natália de Andrade Limeira, sem maiores informações.

F3) — LIBERATA CORREIA DE VASCONCELOS, nascida no **Azevém,** em 1870, casada com o capitão RICARDO TEIXEIRA CARDIM, proprietário da **Fazenda Caldeirão,** de São Bento (atual S. Bento do Una). Pais de:

N13) — **Sebastião de Vasconcelos Cardim** (1897-1972), alto comerciante de algodão na praça de Caruaru durante largos anos, dono de refinaria de açúcar, desportista, diretor do **Esporte Clube Caruaruense,** sócio de seu primo José de Vasconcelos e Silva em empreendimento industrial pioneiro no Brasil: a **Fabrica de Caruá de Caruaru;** político de muita evidência no Agreste, nos tempos do governador Carlos de Lima Cavalcanti, de quem era amigo íntimo. No fim da vida, empobreceu, passando a residir no Recife, onde manteve pequena casa comercial. Em 1917, em Caruaru, casou com **Amélia Alice da Silva Cardim** (1898-1929), filha do comerciante e agricultor-proprietário João José da Silva Neto **(João José dos Mocós).** Pais de:

Bn1) — Gladys da Silva Cardim, professora universitária, jornalista, cronista social em Caruaru durante muitos anos, quando usava o pseudônimo de **Françoise,** dire-

tora da **Casa de Cultura José Condé** durante o 2º governo municipal de Drayton Nejaim; solteira.

Bn2) — Voline da Silva Cardim, solteira.

Bn3) — Ricardo da Silva Cardim, sem maiores informações.

Bn4) — Voleide Cardim de Melo, casada, desde 1953, com Sebastião Dias de Melo, filho de José Feliciano de Melo e de Regina Dias de Melo, com sucessão.

Bn5) — Paulo da Silva Cardim, sem maiores informações.

N14) — **Joventina de Vasconcelos Teixeira,** casada com **José Rodrigues Teixeira,** comerciante no ALTINHO. Com sucessão.

N15) — **Joviniana de Vasconcelos Teixeira,** falecida solteira.

F4) — UMBELINA CORREIA DE VASCONCELOS, nascida no **Azevém,** em 1871, casada com o primo PEDRO CELESTINO DE VASCONCELOS, irmão do industrial José de Vasconcelos e Silva, da **Fabrica de Caruá de Caruaru,** ambos filhos de Francisco de Vasconcelos e de Matilde Soledade de Vasconcelos (irmã de Cândida Generosa da Soledade). Pais de:

N16) — **Zacarias Correia de Vasconcelos,** casado, com sucessão.

N17) — **Pergentino Correia de Vasconcelos,** nascido em Altinho e falecido em Caruaru; casado, com sucessão.

N18) — **Celestino Correia de Vasconcelos,** casado, com sucessão.

N19) — **Dino Correia de Vasconcelos,** casado, com sucessão.

N20) — **Josefa Correia de Vasconcelos,** casada, com sucessão.

N21) — **Adelaide Correia de Vasconcelos,** casada, com sucessão.

N22) — **Candida Correia de Vasconcelos,** casada, com sucessão.

N23) — José de Vasconcelos Sobrinho (XOXÓ), casado, com sucessão.

F5) — CORIOLANA CORREIA DE VASCONCELOS (1875-1941), apelidada de **Cori,** nascida no **Azevém,** casada com JOSÉ FRANCISCO LIMEIRA **(Zuza Hemetério),** comerciante de algodão em Caruaru. Sem sucessão.

F6) — LAURINDA CORREIA DE VASCONCELOS, nascida no **Azevém,** em 1879, casada com o fazendeiro JOÃO DE ALMEIDA TAVARES, filho de Valentim de Almeida Tavares, de Lagoa dos Gatos, com sucessão.

F7) — EDUARDO CORREIA DE VASCONCELOS **(Paiada),** nascido no **Azevém,** em 1882, funcionário público municipal em Lagoa dos Gatos; casado com MARCIONILA ANA DA ANUNCIAÇÃO, com sucessão.

145

MARCOLINO DE VASCONCELOS, do **Azevém,** agricultor a serviço de várias propriedades rurais, como trabalhador **alugado,** em Altinho, Bebedouro, Lagoa dos Gatos e Bonito, e JOSEFA CORREIA DE VASCONCELOS são pais de:

F1) — MANUEL DE VASCONCELOS E SILVA (1887-1949), agricultor nos campos de Caruaru, casado com CARMELITA DOS SANTOS VASCONCELOS, filha do **Cel. Chico dos Santos,** isto é, Francisco José dos Santos (1853-1933), tte-cel. da Guarda Nacional, abastado proprietário rural e dono de muitos imóveis na cidade de Caruaru, grande negociante de algodão, e de sua 1a. mulher — Maria Emília de Vasconcelos Santos (esta, filha do alferes Francisco Gustavo Ferreira e Silva e de Petronila de Vasconcelos e Silva). Pais de:

N1) — **Oldacino dos Santos Vasconcelos,** cirurgião-dentista, funcionário do INAMPS, diretor da Faculdade de Odontologia de Caruaru; casado com **Evaneusa Barbosa da Silva,** nascida em Palmares, com sucessão.

N2) — **Oldenira Vasconcelos de Melo,** viúva do comerciante **João de Oliveira Melo,** do Vale do Pau Santo, filho do saudoso violeiro e poeta popular apelidado de **Quincas de Melo,** com sucessão.

N3) — **José dos Santos Vasconcelos (Zequinha),** casado, com sucessão.

N4) — **Maria José de Vasconcelos,** viúva do primo **Aurélio José de Vasconcelos e Silva** (1897-1972), filho do industrial José de Vasconcelos e Silva e de Otília Limeira.

N5) — **Zeneida dos Santos Vasconcelos,** sem maiores informações.

146

FRANCISCO DE VASCONCELOS, irmão de Marcolino de Vasconcelos, ambos nascidos no **Azevém** e iniciados nas lides agrícolas pelo Altinho, Bebedouro, Lagoa dos Gatos e Bonito, como simples trabalhadores **alugados,** pois eram pobres de Job, nada obstante possuíssem parentes riquíssimos; — casou no ALTINHO com MATILDE SOLEDADE DE VASCONCELOS, sua prima, a qual era irmã de Cândida Generosa da Soledade (ambas nascidas no Altinho), casada com o tte-cel. Joaquim Antônio Correia de Vasconcelos **(ver tópico 144).** Pais de:

F1) — JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA (Bonito-PE, 08.05.1873 — São Paulo-SP, 17.03.1944), capitão de indústria, homem de vida fabulosa, dotado de inteligência rara, fundador da **Fabrica de Caruá de Caruaru,** que, no gênero, foi realização pioneira em todo o Brasil. Sobre sua genialidade e sua personalidade fulgurante se falará mais adiante em tópico especial. Era casado, desde 26.11.1896, com OTILIA LIMEIRA DE VASCONCELOS, filha legítima de Aurélio Florêncio da Silva Limeira (1849-1925), apelidado de **Major Léo,** porém, na verdade, tte-cel. da Guarda Nacional, o qual foi dono de **bolandeira** e, em seguida, possuidor de enorme armazém de algodão junto à estação ferroviária de Caruaru (armazém vendido, muitos anos depois, à empresa **Boxwell & Co.)** e, na Rua do Norte, de u'a máquina movida a vapor utilizada para o descaroçamento do algodão. Junto à sua casa residencial, na Rua da Frente, mantinha a melhor e maior loja de tecidos e miudesas da região. Político, foi vereador, presidente da Câmara Municipal, sub-prefeito no exercício do cargo de prefeito de Caruaru etc. Era senhor e possuidor da **Fazenda Melancia,** uma das melhores dos Cariris da Paraíba, em cuja Província nascera. Tinha sete irmãos: 1 — Amelinha ou **Lica do Chambá,** falecida solteira; 2 — Dona de Chico do Beco (mulher de

Francisco de Vasconcelos Filho); 3 — Dindinha das Queimadas; 4 — Maria de Gravatá; 5 — Filadélfia ou **Dona Delfa** (mulher do Capitão João Velho — **ver tópico 109);** 6 — Constância (mulher de José Florêncio de Souza Pepeu, **Zé Condé,** anteriormente citado neste livro); e 7 — João Clímaco da Silva Limeira, também já citado neste livro **(ver tópico 144).** Todos eram filhos do major João Joaquim da Silva Florêncio, "da Limeira", senhor e possuidor de várias propriedades rurais nos Cariris da Paraíba, e de Maria de Paula Florêncio (1823-1913), apelidada de **Mãe Quinha.** Tte-cel. Aurélio Limeira era casado com a prima-irmã Donina da Silva Florêncio Limeira. **José de Vasconcelos e Silva** e **Otília Limeira de Vasconcelos** são pais de:

N1) — **Aurélio José de Vasconcelos e Silva** (1897-1972), formado na Inglaterra, casado, em 2as. núpcias, com **Maria José de Vasconcelos,** sua prima **(ver tópico 145).** Um filho de Aurélio José, nascido pelo 1º leito, o Luiz José de Vasconcelos (falecido em acidente no Pará), era casado com Edileusa Alves de Souza, filha do deputado José Bezerra Alves **(Zuca de Souza),** de Belo Jardim, e da sertaneja Marcionila Alves de Souza (irmã do industrial Pedro Joaquim de Souza, aqui já citado — **ver tópico 140),** havendo sucessão.

N2) — **Francisco José de Vasconcelos e Silva, Chico,** também formado na Inglaterra, casado, com sucessão.

N3) — **Luíza de Vasconcelos,** sem maiores informações.

N4) — **Helena de Vasconcelos,** sem maiores informações.

N5) — **Maria José de Vasconcelos,** sem maiores informações.

N6) — **José de Vasconcelos Filho,** sem maiores informações.

N7) — **Mário Vasconcelos,** falecido no Rio de Janeiro, casado com **Carolina Monteiro da Cruz,** filha de Bernardo Lopes da Cruz e de Marieta Monteiro da Cruz, sendo neta pa-

terna do engenheiro Paulino Lopes da Cruz (um dos construtores da primitiva Estação Ferroviária de Caruaru, inaugurada em 1895) e neta materna do célebre Professor Vicente da Silva Monteiro. Sem sucessão.

N8) — **Sylvio Vasconcelos,** sem maiores informações.

F2) — FRANCISCO DE VASCONCELOS FILHO, agricultor em Altinho, Bebedouro e Caruaru; casado com uma irmã do tte-cel. Aurélio Florêncio da Silva Limeira, conhecida pelo apelido de DONA DE CHICO DO BECO. Pais de:

N9) — **Pedro Vasconcelos,** agricultor em Bonito, casado, com sucessão.

N10) — **Quitéria Vasconcelos,** residente em Bonito, sem maiores informações.

F3) — JOAQUIM DE VASCONCELOS E SILVA, agricultor em Bonito, casado com SINHÁ. Pais de:

N11) — **Quitéria de Vasconcelos e Silva,** sem maiores informações.

F4) — PEDRO CELESTINO DE VASCONCELOS, agricultor-proprietário no Altinho, casado com a prima UMBELINA CORREIA DE VASCONCELOS, altinense de 1871, filha do Cel. Joaquim Antônio Correia de Vasconcelos (1837-1899) e de Cândida Generosa da Soledade, com sucessão já discriminada neste livro **(ver tópico 144).**

F5) — ROSA DE VASCONCELOS E SILVA, altinense-bebedourense do **Azevém,** casada com EMILIANO, comerciante no Recife. Pais de:

N12) — **Erasmo,** sem maiores informações.

N13) — **Isolina,** sem maiores informações.

147

A vida e as realizações do quase altinense JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA são coisas simplesmente fabulosas, coisas que o tornam um predestinado, uma criatura fantástica, um ser iluminado por Deus e dotado de fecunda capacidade empreendedora, em suma: um homem fora de série.

Por mero acidente, ou seja, porque, na época do parto, seus pais agricultavam no Bonito, ele nasceu bonitense, quando fora gerado no ALTINHO e era para haver nascido no **Azevém,** como quase todos os seus parentes mais aproximados.

Muito pequeno ainda, deixou o Bonito, sendo levado para o ALTINHO, em cujo lugar teve a desventura de perder os pais, passando a viver na pobre casa do tio Marcolino de Vasconcelos, que o encarregava de serviços domésticos, inclusive movimentando uma foice-de-corte numa baixa-de-capim perto do Una. Muito vivo, inteligente e precocemente decidido a tornar-se senhor de seu próprio nariz, logo percebeu que aquilo não era vida e que o mundo lá fora certamente muito teria a lhe dar. Assim, "ditriminado", como dizia a matutada das circunvizinhanças, passou sebo nas canelas e, rapazola ainda, fugiu para o Recife, onde arranjou emprego na **venda** de um português estabelecido no Pátio do Terço, Bairro de São José. Ganhava tão pouco que se vira obrigado a dormir pelas calçadas da Rua Direita, mas, obstinado, aproveitava todo momento de folga para aprender a ler, escrever e contar. Melhorando de vida, chegou a juntar 500 mil réis, para si uma verdadeira fortuna, na época. Aí, decidiu deixar a capital para quem era da capital e voltar para o interior, onde a vida era menos complicada e maiores as oportunidades de enriquecimento para quem, como ele, já possuía "capital".

Deu as caras em Caruaru, cidade já sua conhecida e que considerava sua terra natal. Primeiro mascateou pelas feiras locais e das povoações circunvizinhas; depois trabalhou como tropeiro, sempre ganhando uns **cobrinhos** e sempre procurando economizá-los, pois era órfão de pai e mãe, já conhecia a dureza da vida e sabia que o homem se faz por si mesmo. Já muito prático e bastante vivido, abriu um bilhar na Rua da Matriz e um pequeno armazém de compras de algodão perto da linha do trem e perto, também, do armazém gigantesco do **Major Léo,** que, na época, era o maior negociante de algodão de Caruaru e redondezas. Num átimo, conheceram-se e o **Major** começou a simpatizar com o "menino" do armazenzinho. E a simpatia foi tamanha que, quando o povo deu fé, JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA **tava de namoro fiche** com uma filha do **Major Léo,** que outro não era senão o todo-poderoso tte-cel. Aurélio Florêncio da Silva Li-

meira, personagem já citado por diversas vezes neste livro. Segundo depoimento (através de carta) prestado pela **Carol** (esposa de Mário Vasconcelos — **ver tópico anterior)** ao autor destas mal traçadas linhas, a filha do **Major Léo** dada em casamento a **Zé Vasconcelos** foi OTILIA; e o casório se efetivou aos 26 de novembro de 1896, quando a praça de Caruaru nadava em ouro e a cidade tomava notável impulso desenvolvimentista, principalmente porque, desde o fim do ano anterior, todo o algodão produzido na região passara a ser transportado para o Recife por via-férrea — e do Recife era exportado para a Inglaterra, rendendo excelentes lucros para o **Major Léo** e, também, dagora por diante, para o seu genro preferido — o "ditriminado" JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA, nesta altura da vida já totalmente esquecido das aperturas sofridas no Pátio do Terço e nas lides agrícolas na propriedade do **Pai Vem-Vem** (fase do Bonito). Narra o filho Mário Vasconcelos, através da esposa Carolina:

"José Vasconcelos, procurando melhorar de vida, seguiu para o Recife e tentou, a princípio, engajar-se na Marinha, mas, sendo de baixa estatura, foi rejeitado por incapacidade física... Daí, então, procurando trabalho, foi ser caixeiro de uma venda **(a do tal português)** perto da Estação das 5 Pontas.

"Permaneceu no Recife até mais ou menos os 16 anos, quando se foi para Caruaru e iniciou outro tipo de trabalho, mascateando de lá para outras localidades do interior. Alguns anos depois se fixou em definitivo em Caruaru, com o seu primeiro grande negócio: compra e venda de algodão, couros e peles. Nessa época, casou-se com Otília Limeira, filha do major Aurélio Florêncio da Silva Limeira e de Donina da Silva Limeira, apelidada de **Mãe Sinhá."**

"José de Vasconcelos, percebendo que o comércio de algodão em Campina Grande era mais progressista que o de Caruaru, para lá foi residir com a família e negociar no mesmo ramo; e, com os resultados alcançados e a boa fase do algodão, procurou a praça do Recife, onde se estabeleceu em definitivo, iniciando exportação do produto para o Rio, São Paulo e outras praças do Sul.

"Foi nessa época, aproximadamente em 1915, que fundou a firma **José de Vasconcelos & Cia.**, tendo como 1º sócio

seu cunhado João Tibúrcio Limeira (pai de Delmont Limeira). Já em 1921, desligando-se do sócio e sendo o único proprietário da empresa, e com o fito de expansão dos negócios, bem como pensando em melhor educar os filhos mais novos, fixou residência no Rio de Janeiro.

"Nessa época, os dois filhos mais velhos, Aurélio e Francisco, recém-chegados da Inglaterra, onde estudaram, entraram como sócios da firma. Posteriormente, os outros filhos José, Mário e Sylvio entraram também.

"Em 1929, voltou para Caruaru (que considerava sua terra natal) e, para expandir os negócios, montou uma Usina de Prensagem e Beneficiamento de Algodão. Empreendedor como sempre fora, estudou e alcançou as possibilidades de aproveitamento de fibras vegetais na indústria; e idealizou e construiu a primeira fábrica de caruá do Brasil, isto no ano de 1935. Nesse tempo, adquiriu várias fazendas no alto sertão pernambucano, para plantio e desfibramento do caruá e para o seu aproveitamento na indústria de cordoaria, fiação e tecelagem. Tudo isso era atividade pioneira no Brasil.

"A fazenda mais importante foi a de nome **São Gonçalo S/A.** Em todas, além do desfibramento, havia criação de gado especial. E assim fundou uma Agro-Indústria Pastoril.

"Vários anos após a fundação da Fábrica de Caruá de Caruaru, JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA e os filhos ainda estenderam o negócio de fiação até São Paulo, onde construíram e movimentaram, por vários anos, uma fábrica utilizando o **ramy** (fibra comum no Sul do país), sendo o nome da empresa: **Indústria Fibrasil de São Paulo S/A.**

"Esse grande homem, empreendedor e trabalhador, JOSÉ DE VASCONCELOS E SILVA, notável sob todos os aspectos, assim viveu até o dia de sua morte, ocorrida em 1944."

Aí fica, portanto, em linhas gerais, a história de um menino nascido no Bonito mas criado no ALTINHO, que sempre lutou pela vida e sempre soube dignificar a terra de seus pais e avós, o **Azevém** principalmente, que era o lugar de nascimento de quase todos eles.

148

Na **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** do ALTINHO, segundo João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru, 87-88),** falecia, aos 14 de setembro de 1775, o velho cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, português de nascimento, um dos baluartes do desenvolvimento altinense em meados do século XVIII. Fora casado, em 1as. núpcias, com uma filha legitimada do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, — a fazendeira **meio-sangue** JOSEFA MARIA DO Ó, por cujo leito, como vem registrado neste livro, houve 6 filhos. Casara, em 2as. núpcias, em 1765, com MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, de cujo consórcio deixara seis filhos — INACIA TERESA, MARIA TERESA, FRANCISCO JOSÉ BEZERRA, MANUEL DA FONSECA NEVES, IGNEZ MARIA DE JESUS e BRITES DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, todos ainda menores.

João de Deus **(ob. cit., 88-89),** a respeito do acontecido no ALTINHO, esclarece:

"Com o falecimento do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, o **Sítio Altinho, como** ficou denominada a antiga sede da **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** tocou a seu filho do primeiro matrimônio, José Vieira de Melo, que, em 29 de julho de 1776 **(ou 1770, como consta da respectiva escritura, aqui já transcrita?),** desmembrou dele meia légua de terra em quadra e a doou para patrimônio da Capela que erigiu, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó.

"Com o falecimento de José Vieira de Melo, sua viúva Antônia Maria Bezerra, que já havia casado em segundas núpcias com Antônio Ferreira da Silva, vendeu a Manuel Muniz Bittencourt **(neto do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO)** um trecho das terras de sua meação, demarcado da seguinte maneira: "pega no pilar da igreja que existe nesta povoação de Nossa Senhora do Ó **(também chamada de POVOAÇÃO DA CAPELA, atual CIDADE DO ALTINHO),** o qual fica na esquina da dita igreja ou Capela, da parte esquerda olhando para o nascente, digo para o poente, e daí desce pelo riachinho abaixo, que corre por detrás da mesma igreja, digo que corre por detrás da casa que serve de moradia aos capelães da mesma igreja, seguindo para o poente até chegar na estrada que vai para São Francisco e daí segue pela mesma estrada para o rumo direito até chegar ao rio Una, na mesma passagem que vai para São Francisco e dessa descerá rio

abaixo a topar com as terras de Nossa Senhora do Ó da referida igreja" **(ditas terras constituíam a Fazenda da Marcação ou Fazenda Demarcação).**

"A parte em litígio das terras separadas do **(Sítio)** Agreste, que havia ficado em poder do coronel Cristóvão Pinto de Almeida, em face do seu falecimento, foi incluída na meação de sua viúva Dona Maria do Rosário de Almeida.

"Dentre os sítios organizados nesta parte do Agreste, houve o de nome BEBEDOR DAS QUEIMADAS, hoje chamado Agrestina **(cujas terras, muito antes, estiveram em pendência judicial entre os herdeiros da primeira mulher do cel. Cristóvão Pinto de Almeida, d. Josefa Maria do Ó, tocando inicialmente à sua filha Antônia Teresa de Jesus e, depois, com a morte desta, à sua filha Joaquina Maria de Jesus, casada, em 2as. núpcias, com o alferes João Pereira Bezerra),** que a viúva Dona Maria do Rosário de Almeida doou à sua filha Inácia Teresa do Rosário de Almeida, a fim de casar-se com José Antonio Alves, cujo casal o vendeu em 4 de fevereiro de 1782 ao alferes João Pereira Bezerra, já casado em segundas núpcias com Joaquina Maria de Jesus **(residente no Sítio Juriti, ao norte da Fazenda do Caruru).**

"Alfredo Leite Cavalcanti disse que "este comprador e sua mulher Joaquina de Jesus desmembraram do território, que constituiu o SITIO BEBEDOR DAS QUEIMADAS, a metade do brejo denominado TERRAS VERMELHAS e a venderam ao capitão Luiz Carneiro dos Santos e Miguel Gonçalves, moradores na Ribeira do Ipojuca, no LUGAR CARURU, do Termo da Cidade de Olinda, em 22 de fevereiro de 1799."

INÁCIA TERESA, senhora e possuidora do SÍTIO BEBEDOR DAS QUEIMADAS, em documentos diversos aparece com nomes diferentes entre si — INÁCIA TERESA DO NASCIMENTO, INÁCIA TERESA DE ALMEIDA, INÁCIA TERESA ALVES DO NASCIMENTO, INÁCIA TERESA MARTINS. Por sua vez, o seu marido, JOSÉ ANTÔNIO ALVES, também surge com o nome de JOSÉ ANTÔNIO MARTINS.

149

Uma parte da SESMARIA ARAROBÁ, situada no Vale do Una, pertenceu a uma irmã do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO — Dona ARCÂNGELA BEZERRA VIEIRA DE MELO,

casada com o capitão FRANCISCO DE SÁ PEIXOTO. Na citada parte havia diversos sítios de cultura, inclusive um que, nos tempos dos quilombos palmarinos, estivera ocupado por uma povoação negra, daí o seu nome ter sido MOCAMBO, acerca do qual informa Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 76):**

"Dona Maria Madalena de Sá e Melo, filha e herdeira do casal de d. Arcângela, vendeu, em 13 de agosto de 1777, a Teodósio da Rocha Monteiro **(sic, por Teodósio Monteiro da Rocha),** o SITIO MOCAMBO, com as seguintes confrontações: "começa a correr do Riacho da Boa Vista até topar com o heréo da Fazenda do Agreste **(no ALTINHO)** e pelo mesmo Riacho da Boa Vista abaixo até topar com o rio de Una, donde o dito Riacho da Boa Vista faz barra no dito rio, Servindo o dito riacho de extrema entre o Sítio Mocambo e Mimoso, e do riacho da Porteira cortará rumo direito ao lugar chamado Caldeirão **(cuja fazenda pertenceria ao capitão RICARDO TEITEIXA CARDIM, marido de LIBERATA CORREIA DE VASCONCELOS e pai de SEBASTIÃO DE VASCONCELOS CARDIM — ver tópico 144),** servindo o Riacho dos Brabos de extrema entre o SITIO DO MOCAMBO e a FAZENDA UNA **(da qual vem SÃO BENTO DO UNA)** donde se acha situado Francisco Dias de Melo e daí não servirá de extrema o dito Riacho dos Brabos e sim cortará rumo direito a buscar o rio Una, gozando o dito Sítio Mocambo até topar com o Sítio do Olho d'Água, do defunto Antônio Dias de Melo, e toda a mais terra que se achar compreendida nesta forma sobredita".

TEODÓSIO MONTEIRO DA ROCHA, comprador aos VIEIRA DE MELO do **Sítio Mocambo,** era capitão de Ordenanças, filho do cel. Teotônio Monteiro da Rocha e de Inocência da Silva Cavalcanti, sendo neto paterno do capitão-mor Manuel Monteiro da Rocha e de Francisca Leite de Oliveira, fazendeiros no Moxotó; e, materno, do capitão-mor Manuel Leite da Silva, regente do Ararobá, e de Maria Bezerra de Araújo Cavalcanti, os fundadores da CIDADE DA PEDRA.

150

O cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, como ficou registrado, faleceu aos 14 de setembro de 1775, na sua **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** no ALTINHO, deixando viúva MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, em quem gerara seis filhos

— INÁCIA TERESA, casada, aos 12 anos de idade, em 1777, com o agricultor José Antônio Alves; MARIA TERESA, FRANCISCO JOSÉ BEZERRA, MANUEL DA FONSECA NEVES, IGNEZ MARIA DE JESUS e BRITES DO ROSÁRIO DE ALMEIDA. Agora, decorridos quase dois anos e meio do seu falecimento, sem que a família tomasse qualquer iniciativa de regularizar o inventário dos bens constantes do respectivo espólio, o juiz ordinário e de órfãos de Garanhuns, capitão-comandante Joaquim Ferreira de Sá, expedia ordem de intimação àquela viúva no sentido de comparecer à sua presença, a fim de tratar do referido assunto, sob pena de, não o fazendo, ser a partilha dos bens deixados pelo falecido coronel efetivada à revelia de seus familiares.

Em tais condições, acompanhada de sua filha mais velha e de seu genro José Antônio Alves, apresentava-se na povoação de Santo Antônio dos Garanhuns a viúva MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, procurando a autoridade competente e disso resultando a lavratura dos seguintes documentos relativos ao inventário do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, segundo João de Deus de Oliveira Dias **(ob. cit., 89 e segs.):**

"Aos 25 dias do mês de fevereiro de mil setecentos e setenta e oito anos, nesta povoação de Santo Antônio dos Garanhuns, Capitania de Pernambuco, em casa de moradia do Juiz Ordinário e Órfãos Capitão-Comandante Joaquim Ferreira de Sá, donde se achava, comigo Escrivão deste Cargo adiante nomeado, a Inventariante Dona Maria do Rosário de Almeida, viúva que ficou do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, pelo dito Juiz foi dado início ao presente Inventário dos Bens que ficaram pelo falecimento do dito seu marido, para a partição que lhe cabe a ela dita Inventariante e aos demais herdeiros, filhos legítimos das primeiras e segundas núpcias do referido Senhor que Deus haja."

... ...

"Perante o dito Juiz Capitão-Comandante Joaquim Ferreira de Sá, as testemunhas abaixo assinadas ouviram haver a dita Inventariante protestado não incidir nas penas de perjúrio e de não haver feito algum protesto no Inventário que faz, e de que por esquecimento retivesse alguns bens que herdara, o declarasse e ficasse pronta a todo o tempo fazer

para não incorrer nas leis, em louvor deles, encarregando-lhe que ela em face do seu juramento, com boa e sã consciência de fé, declarasse neste Inventário todos os bens que por falecimento do seu defunto marido haviam ficado, tanto bens móveis como de raiz, e peças de ouro, prata, dinheiro amoedado, fazendas, encomendas, carregações, casas de farinha, escravos, para que não incorresse nas penas de perjúrio, outrossim declarasse o dia, mês e ano em que o dito seu marido falecera e se fez testamento que o apresentasse para se dar cumprimento às suas disposições e quantos filhos herdeiros haviam ficado habilitados, em segundas núpcias como das primeiras, o que em resposta a dita viúva declarou que o defunto seu marido falecera a quatorze de setembro de mil sete centos e setenta e cinco anos e que não fizera testamento e que enquanto a seus filhos e mais herdeiros órfãos que haviam ficado os seus nomes e idades já eram anotados neste Inventário e os havia declarado nas folhas que descrevem os bens e prometia dar e declarar neste inventário todos quantos haviam no Casal e juntamente rogara notificasse (o Juiz) alguns que tivesse ocultado para não incorrer nas penas da Lei de que é juramentada. Mandou o dito Juiz fazer estes Autos que assinou com a dita Inventariante que por não saber ler assinou de uma cruz. **Antão Bezerra de Vasconcelos,** Escrivão de Órfãos o escrevi."

... ...

"TERMO DO CURADOR DE ÓRFÃOS

"E logo no mesmo dia, mês e ano retro-declarado, nesta povoação de Santo Antônio dos Garanhuns, Capitania de Pernambuco, em casa de morada do Juiz Ordinário e Órfãos Capitão-Comandante Joaquim Ferreira de Sá onde se achava comigo Escrivão desse Cargo adiante nomeado e chamado ali pelo dito Juiz, foi nomeado para Curador dos Órfãos deste Inventário a Cosme Bezerra Frazão que por estar presente logo lhe deferiu o juramento em face dos Santos Evangelhos, encarregando-lhe que ele assumisse verdadeiramente o Cargo de Curador "**Ad lidene**" dos Órfãos, procurando e escrevendo tudo quanto seja bens dos ditos órfãos e recebido pelo dito Curador o declaramento assim prometeu fazer como lhe era encarregado, e ditando para constar mandou o dito Juiz fazer este termo em que assinou com o dito Curador.

Antão Bezerra de Vasconcelos, Escrivão de Órfãos o escrevi. — **Joachim Ferreyra de Saa — Cosme Bezerra Frazão".**

... ...

"TERMO DE LOUVADOS E PARTIDORES DO INVENTÁRIO DO CORONEL CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA

"E logo no mesmo dia, mês e ano retro-declarado, nesta povoação de Santo Antônio dos Garanhuns, Capitania de Pernambuco, perante os Avaliadores do Conselho Juramentados pelo dito Senhor Juiz Ordinário e Órfãos, foi dito que para avaliação e repartição do presente Inventário se louvava por parte dos Órfãos na pessoa de José Telles de Vasconcelos, e pela Inventariante foi dito que ela possuía uma parte de terra na propriedade de Cosme Bezerra Frazão, para avaliação e partição do que disse ter e de tudo para constar mandou o dito Juiz fazer este termo em que assina Cosme Bezerra Frazão e a dita Inventariante, que por não saber ler assinou de cruz. **Antão Bezerra de Vasconcelos,** Escrivão do Cartório o escrevi e assino. **Antão Bezerra de Vasconcelos. — Joachim Ferreyra de Saa — Cosme Bezerra Frazão** e a cruz de Maria do Rosário de Almeida."

151

Em seguida, complementando a documentação transcrita no tópico anterior, vem a citação a José Antônio Alves (ou José Antônio Martins), genro da inventariante Maria do Rosário de Almeida, pois desde 1777 era casado com sua filha Inácia Teresa (que, na época, tinha apenas 12 anos de idade, ainda u'a menina, portanto), — assim redigida:

"CITAÇÃO EM JUIZO DE JOSÉ ANTÔNIO ALVES

"Sr. José Antônio Alves: Por este Juízo de Órfãos da Povoação de Santo Antônio dos Garanhuns será procedido o Inventário dos Bens que ficaram pelo óbito de seu sogro o Coronel Cristóvão Pinto de Almeida e por estar (o mesmo) extinto deve Vmcê. ser citado para a fatura das Partilhas a se fazerem julgar por sentença em cujos termos Vmcê. assim o será atendido, mandando a resposta para o mencionado fim pretendido e permanente ocasião de seu serviço à causa pública. Garanhuns 28 de fevereiro de 1778. O Escrivão Antão Bezerra de Vasconcelos".

"DESPACHO: — "Por esta do Sr. Escrivão Antão Bezerra de Vasconcelos me dou por citado. Hoje 10 de março de 1778. **José Antônio Alves."**

"CERTIDÃO: — "Certifico em fé do meu ofício que o sinal do Sr. José Antônio Alves é por mim conhecido. Hoje 10 do presente mês de março de 1778. Escrivão João Nunes de Mendonça."

Na mesma data, a viúva inventariante encaminhava ao juiz a seguinte petição:

"SOLICITAÇÃO: — "Diz Dona Maria do Rosário de Almeida, viúva que ficou por óbito do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, que por este Juízo se está procedendo Inventário dos Bens do defunto seu marido e a Suplicante como pobre viúva honesta (expõe) que se acham **(ainda, nos bens)** do dito Casal três escravos: uma de nome Joana, outra de nome Teresa e outro de nome João, os quais requer a Vmcê. para seu serviço mande que os Partidores lancem os ditos três escravos à sua meação para poder com eles melhormente trabalhar a fim de poder alimentar os seus três órfãos a quem está a Suplicante encarregada, inteirando aos mais herdeiros nos mais bens que se acham no Casal."

"DESPACHO: — "Para Vmcê. Sr. Juiz Ordinário e Órfãos seja servido atender a pobreza da Suplicante assim o mandar". "Sim". **Joachim Ferreyra de Saa".**

A viúva do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, evidentemente, não era tão pobre quanto o fingia ser perante a justiça e, em casa, não mantinha mais seis órfãos, pois a filha INÁCIA TERESA já era casada com JOSÉ ANTÔNIO ALVES, saindo, portanto, de sua dependência. Mas a sua solicitação fora deferida e não mais se trataria do assunto.

Do casal JOSÉ ANTÔNIO ALVES-INÁCIA TERESA DE ALMEIDA provavelmente descendem os ALVES DA SILVA, os ALVES DO COUTO, os ALVES DE OLIVEIRA, os ALMEIDA MARTINS e os ALVES PIMENTEL, cujas famílias figuram entre as principais do ALTINHO. Na época do inventário do cel. Cristóvão Pinto de Almeida, o referido casal era senhor e possuidor do **Sítio Bebedor das Queimadas** (depois BEBEDOURO e atualmente CIDADE DE AGRESTINA), em cuja propriedade residia e agricultava.

152

O trecho de terras denominado AGRESTE e situado dentro dos primitivos limites da **Fazenda Nossa Senhora do Ó**, no ALTINHO, depois da morte de sua proprietária, JOSEFA MARIA DO Ó, havia ficado na meação pertencente a seu marido, o cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, que, mais tarde, casara, em 2as. núpcias, com MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, havendo sucessão, como vem registrado neste livro. Falecido o coronel, alguns anos depois, o **Sítio Agreste** ficou na meação de sua viúva, que dele fez doação à sua filha INÁCIA TERESA, como dote para sustentação do casamento desta com o agricultor JOSÉ ANTÔNIO ALVES (ou JOSÉ ANTÔNIO MARTINS).

Agora, segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 68, e II, 9)**, JOSÉ ANTÔNIO e INÁCIA TERESA, que, nas terras chamadas **Agreste**, haviam reorganizado o sítio "com a denominação aparente de **Bebedor das Queimadas**", vendiam-no, em 4 de fevereiro de 1782, a uns parentes do LUGAR DO CARURU, isto é, ao alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA e sua mulher JOAQUINA MARIA DE JESUS, os quais para ali se mudavam, abandonando o **Sítio Juriti**, que voltava a ser ocupado pelo seu co-proprietário JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ (irmão e genro de Joaquina Maria de Jesus), o doador da faixa principal da FAZENDA DO CARURU, no Vale do Ipojuca, à Igreja Católica, como patrimônio da capela que ali vinha construindo sob a égide de N. S. da Conceição.

Mais tarde, o alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA separava a parte norte do **Sítio Bebedor das Queimadas**, vizinha do LUGAR DO CARURU, onde havia o brejo denominado **Terras Vermelhas**, e, aos 22 de fevereiro de 1799, venderia este ao "capitão Luiz Carneiro dos Santos e Miguel Gonçalves, estes moradores na Ribeira do Ipojuca, no lugar Caruru, do Termo da Cidade de Olinda".

153

A predominância da família VIEIRA DE MELO era total e absoluta do ALTINHO até a **Fazenda Juriti**, passando pela **Fazenda Nossa Senhora do Ó, Sítio Bebedor das Queimadas, Brejo das Terras Vermelhas, Fazenda Santa Rosa**, LUGAR DO

CARURU etc., todas as propriedades ainda detidas em poder de descendentes do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o fundador de todas elas na sua imensa SESMARIA ARAROBÁ.

Na povoação de Garanhuns, no mesmo dia em que INÁCIA TERESA vendia o **Bebedor das Queimadas** aos seus parentes da **Fazenda Juriti**, a MARIA TERESA, sua irmã ainda impúbere, casava-se com o agricultor MANUEL INÁCIO DA SILVA, conforme certidão anexada ao inventário de seu pai e assim redigida, segundo João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru, 93-95):**

"Diz Manuel Inácio da Silva como Administrador dos bens de sua mulher Dona Maria Teresa do Rosário, filha legítima do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida já defunto e de sua mulher Dona Maria do Rosário de Almeida para o bem de sua justiça que o Revdo. Cura e Vigário da Vara destes Garanhuns, revendo os Livros dos Casamentos à página 6 consta a Certidão do teor do assento do casamento do Suplicante. Para Vmcê. Revdo. Sr. Cura exigir da Vara seja servido passar-lhe a Certidão requerida. E. R. M. Manuel do Espírito Santo Saraiva, Presbítero Secular do Cabido de São Pedro, Cura e Vigário da Vara nessa Paroquial Igreja de Santo Antônio dos Garanhuns, pelo Exmo. e Revmo. Senhor Dom Tomás da Encarnação Costa Lima, Bispo de Pernambuco e do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima que Deus guarde. Certifico que revendo os Livros de Assentos de Casamentos que servem nessa Matriz, em um deles à fls. 16 verso achei:

"Aos quatro dias do mês de fevereiro de mil setecentos e oitenta e dois anos nessa matriz de Santo Antônio dos Garanhuns, feitas as diligências do estilo e com a fiança dos banhos de naturalidade do nubente, sem se descobrir impedimento algum, de manhã, em minha presença e das testemunhas Antônio José Ferreira Calado e José Antônio Alves, casados, moradores na Ribeira do Rio Una, Termo dessa Freguesia de Garanhuns, se receberam em casamento por palavras de presente, na forma do Sagrado Concílio Tridentino e Constituição do Bispado, Manuel Inácio da Silva, natural da Freguesia de Santo Antão da Mata e morador nessa de Garanhuns na sobredita Ribeira do Una, filho legítimo de Francisco Gomes da Silva e de sua mulher Ana Pais, com Dona Maria Teresa, natural dessa Freguesia e nela moradora, filha

legítima do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida e de sua mulher Dona Maria do Rosário de Almeida, e logo lhes dei as bênçãos como determina a Santa Igreja de Roma, de que fiz esse assento que bem e fielmente traslado do próprio Livro a que me reporto e vai sem coisa que dúvida faça. Povoação dos Garanhuns e de fevereiro 22 de 1782. O Revdo. Pedro Manuel do Espírito Santo Saraiva, Cura dos Garanhuns."

154

Finalmente, outra filha da viúva MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, a menina BRITES DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, também se casava, escolhendo para marido um santantense irmão de seu cunhado MANUEL INÁCIO, o qual se chamava FRANCISCO XAVIER DE AZEVEDO, membro integrante da família AZEVEDO LIRA, que, na época, já se espalhava por diversas localidades do Agreste de Pernambuco, tais como ALTINHO, CARUARU, LAGOA DOS GATOS, BEBEDOR DAS QUEIMADAS, GARANHUNS, BEZERROS. BONITO, SÃO CAETANO DA RAPOSA, SÃO BENTO etc.

O documento comprovador do consórcio vem divulgado por João de Deus de Oliveira Dias **(Caruaru, 95)**, da seguinte maneira·

"Aos três dias do mês de fevereiro de mil setecentos oitenta e três anos, corridos os banhos na Freguesia de Santo Antão donde é natural o Nubente sem descobrir impedimento, sendo pelas horas do meio dia, mais ou menos, em presença do Padre João Lourenço Paes e das testemunhas Manuel de Azevedo Silva e Manuel Inácio da Silva, donde de licença minha se achavam, internamente, na Capela de Nossa Senhora do Ó **(já em pleno funcionamento no ALTINHO)**, desta Freguesia, FRANCISCO XAVIER DE AZEVEDO, filho legítimo de Francisco Gomes da Silva e de sua mulher Ana Paes, com Dona Brites do Rosário, filha legítima do Coronel Cristóvão Pinto de Almeida, já defunto, e de sua mulher Dona Maria do Rosário de Almeida, receberam as bênçãos na forma que manda a Santa Igreja de Roma; o que para constar fiz este termo que assinei. Manuel da Ascensão, Cura nos Garanhuns."

155

O governador José César de Menezes, aos 30 de março de 1786, assinava carta de sesmaria **(Doc. Hist. Pern.-Sesm.,**

IV, 83) em favor do sargento-mor FRANCISCO CASADO LIMA, a quem, no Agreste Meridional, proximidades da **Povoação da Capela (Altinho),** concedia "uma légua de terra em S. José, vertentes do rio de Una, freguesia **(isto é, curato)** dos Bezerros, Termo de Olinda, pegando do rio da Prata, onde faz barra o riacho Capema acima, meia légua por um lado do mesmo riacho e meia pelo outro, com o qual faz pião pelos rumos do poente, confrontando com as fazendas **(altinenses)** do Agreste, Gado Bravo e Riachão, e pelos do norte, sul e nascente, sem heréos confinantes".

Ao oeste do sítio-de-cultura do novo sesmeiro, localizava-se uma das duas cordilheiras que ladeiam a povoação do ALTINHO, a qual é formada pelas serras do Tamanduá, da Iatá, do Fernandes, do Carlos, Cabeleira, Gurita (a mais elevada), Água Branca, Mondé, Tabocas e Gado Bravo.

O sesmeiro FRANCISCO CASADO LIMA deixaria descendentes no Agreste Meridional, os quais, através de matrimônios, se ligariam à família PONTES, do Pé da Serra do Mendes, como o será comprovado na época oportuna.

156

Ao sul da POVOAÇÃO DO CARURU (atual CARUARU), o SÍTIO BEBEDOR DAS QUEIMADAS, fundado pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO na sua SESMARIA ARAROBÁ e adquirido em 4 de fevereiro de 1782 pelo alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA, agora tinha o nome de FAZENDA DO BEBEDOR, segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., II, 9),** que informa a ocorrência do primeiro casamento realizado na "casa de orações" ali erguida, "conforme o respectivo assento que a seguir vai copiado na **Integra**":

"Aos vinte e sete de setembro de mil setecentos e oitenta e oito, em desobriga na FAZENDA DO BEBEDOR, depois de corridos os banhos e feitas as diligências do estilo e dispensados no terceiro e quarto grau de sanguinidade, se receberam por palavras de presente em matrimônio DOMINGOS JOSÉ, filho legítimo de José Ferreira e Reinalda da Silva, com MARIA JOSÉ DO ROSÁRIO, filha legítima de José Ferreira dos Santos e Maria Gomes da Silva, na minha presença e das testemunhas José dos Santos e Manuel Inácio dos San-

tos, casados e moradores nesta Freguesia. E logo receberam as bênçãos, como depõe a Santa Igreja Romana. De que para constar mandei fazer este termo que assino — **Fabiano da Costa Pereira,** Cura **(isto é, vigário)** dos Garanhuns."

É possível que a "casa de orações" em que se realizou o referido casamento tenha sido construída pelo alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA, que fora senhor e possuidor da referida FAZENDA DO BEBEDOR, da qual vem a CIDADE DE AGRESTINA.

157

Aos 4 de junho de 1789, em cartório da POVOAÇÃO DE GARANHUNS, lavrava-se escritura de compra e venda, através de cujo documento o capitão FRANCISCO RODRIGUES DE MELO, senhor e possuidor da FAZENDA DO JUPI desde 1782, adquiria por 2 mil cruzados (800 mil réis) o SITIO DA CHATA, situado nas proximidades da FAZENDA DO BEBEDOR e até então pertencente, por herança paterna, a ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e sua mulher BRÁSIDA MARIA DE SÃO JOSÉ **(ver tópico 126),** cuja propriedade, no informe de Pereira da Costa **(Anais, VI, 408),** "herdaram eles de seu pai e sogro **(respectivamente),** o capitão Antônio Vieira de Melo, filho do capitão Bernardo Vieira de Melo, um dos concessionários de uma grande data de terras concedida por carta de sesmaria de 23 de dezembro de 1671. Quando em 1761 foram seqüestrados os bens do capitão Antônio Vieira de Melo, o SITIO DA CHATA, onde então estava situada uma fazenda de criação de gado, foi avaliado em 400$000. As terras das fazendas do JUPI e da CHATA faziam parte da referida sesmaria" **(a SESMARIA ARAROBÁ, tantas vezes aqui citada).**

O adquirente do SITIO DA CHATA, capitão FRANCISCO RODRIGUES DE MELO é o proprietário da FAZENDA DAS PANELAS, da qual vem a CIDADE DE PANELAS.

158

Ao norte do SITIO DA CHATA e na ribeira do médio rio Ipojuca, já no Agreste Central de Pernambuco, nada obstante o fazendeiro/agricultor JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ ainda continuar assinalando em documentos posteriores a

1786 o CARURU como fazenda de gado, a verdade é que o lugar, desde aqueles idos, já era movimentada povoação, conforme se pode deduzir através da própria documentação pública ainda existente a seu respeito. E tanto assim o era que, agora em 1789, para a instalação e funcionamento da primeira escola pública do CARURU, chegava ao povoado o mestre JOÃO FRANCISCO DE SOUZA, seu primeiro professor, portanto, hoje em dia um ilustre desconhecido em CARUARU, cuja sociedade, em matéria de história, porta ignorância sesquipedal, infelizmente.

Efetivamente, com data de 1º de agosto daquele ano, existe registro no **Livro de Provisões** daquela época, ainda conservado no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, de uma — "Provisão régia de ler, escrever e contar, passada a favor de JOÃO FRANCISCO DE SOUZA para ensinar na Freguesia **(isto é, curato)** de São José do Sertão dos Bezerros, no LUGAR DO CARURU".

Na época, o nascente POVOADO DO CARURU pertencia eclesiasticamente à Freguesia de SANTO ANTÃO e, administrativamente, ao Termo Municipal de OLINDA.

Na escola de primeiras letras do CARURU, regida pelo prof. JOÃO FRANCISCO DE SOUZA, estudariam meninos da localidade e, também, da RAPOSA, das TERRAS VERMELHAS, DO BEBEDOR e até de ALTINHO, como o atestam seus registros de matrículas.

159

Em abril de 1795, quando na POVOAÇÃO DO CARURU já se realizava uma feira semanal, aos sábados, na qual se comercializavam farinha-de-mandioca, carne-de-sol, fumo-de-rolo, manteiga-de-gado, algodão e mais produtos diversos cultivados nos campos locais e também nos do ALTINHO, da RAPOSA, do BEBEDOR etc., — falecia, "de morte morrida", o capitão-comandante FRANCISCO BEZERRA DE VASCONCELOS, abastado fazendeiro do Curato de São José dos Bezerros e chefe de numerosa e tradicional família que agricultava e criava gado nos campos bezerrenses, altinenses, bonitenses e nos caruruenses, nos quais os VASCONCELOS possuíam grandes propriedades **(ver tópicos 143 a 147).**

Para a vaga deixada pelo capitão Francisco Bezerra de Vasconcelos no comando da Companhia de Infantaria de Ordenanças, dos Bezerros, ia outro fazendeiro influente na região agrestina — o capitão-comandante JOAQUIM JOSÉ TORRES GALINDO, também chefe de família numerosa e proprietário de sítios e fazendas no CARURU, no ALTINHO, no BONITO e nos BEZERROS.

160

No Livro nº 25, fls. 72, arquivado no 2º cartório de Garanhuns, existe registro de escritura de compra e venda do **Sítio Passagem**, em cujo documento se faz referência à POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO Ó DO ALTINHO, em sinal evidente de que o lugar não mais era chamado de POVOAÇÃO DA CAPELA. Eis sua transcrição:

"Sorte de terras no lugar chamado PASSAGEM.

"Em nome de Deus amén. Saibam quantos este público instrumento de escritura de venda virem que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e noventa e sete, aos trinta e um dias do mês de março do dito ano, nesta POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO Ó DO ALTINHO, Termo do Julgado de Santo Antônio dos Garanhuns, Capitania e Comarca de Pernambuco, no meu escritório apareceram partes presentes e contratantes, outorgantes e aceitantes, a saber de uma como vendedores INÁCIO FERREIRA DA SILVA e sua mulher dona ANTÔNIA MARIA DE JESUS e como comprador JOSÉ CAETANO DA SILVA, todos moradores no lugar do Brejo do CARURU, da ribeira do Ipojuca, uns e outros reconhecidos pelas testemunhas Félix Gomes da Silva e Abreu e Domingos Valente Soares pelas próprias de que se tratam, e são moradores neste Termo, do que dou fé, e pelos vendedores foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas e assinadas que eles eram senhores e possuidores de uma sorte de terras da qual estavam de mansa e pacífica posse no lugar chamado a PASSAGEM, na ribeira do Ipojuca, cujas terras confrontam no modo seguinte: para a parte do Poente pegando com terras de Francisco José Florêncio **(chefe de numerosa família do CARURU)** e para a parte do Nascente com eles vendedores e para a parte do Sul com uma légua de fundo até topar com

terras de Francisco Pereira e para a parte do Norte com o mesmo Francisco José Florêncio, as quais terras disseram eles vendedores que as haviam comprado a Francisco Pereira Xavier e sua mulher Isabel da Silveira Fernandes."

161

No Agreste Centro-Ocidental de Pernambuco, entre os vários sítios organizados pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, dentro dos limites de sua imensa SESMARIA ARAROBÁ, e por ele deixados como herança para os seus dois filhos naturais — Alexandre Muniz de Melo e Antônio Vieira de Melo —, havia um denominado **Santa Rosa,** na POVOAÇÃO DO CARURU, ribeira do médio rio Ipojuca, o qual, situado à margem direita do citado rio, por este se dividia com as terras do capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ, que também era um VIEIRA DE MELO, como está comprovado neste livro.

De acordo com a escritura lavrada às fls. 68 do Livro nº 26, do 2º cartório de Garanhuns, aqueles dois herdeiros tinham vendido o **Sítio Santa Rosa** ao agricultor MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA e este, pouco depois, o revendera a JOSÉ VIDAL, que enfim o transmitia, em 28 de agosto de 1789, para o poder de JOÃO ALVES DA FONSECA **(João Rosa),** criador de gado e talhador de carne na feira semanal do CARURU, em cuja **Rua da Frente** residia com a família, cujos remanescentes ainda sobreexistem, atualmente, na Cidade de Caruaru.

JOÃO ALVES DA FONSECA era casado com u'a moça dos VIEIRA DE MELO, do ALTINHO, daí advindo o parentescc de seus descendentes com os familiares do capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ.

Segundo aquela escritura, o **Sítio Santa Rosa,** ao tempo de sua venda a JOÃO ALVES DA FONSECA, começava "confrontando pelos fundos com terras de Francisco Correia Xavier de Sá nas Pedrinhas Brancas na parte do Sul, e da parte do Norte com o rio Ipojuca, da parte do Leste com terras do próprio vendedor **(JOSÉ VIDAL DOS SANTOS, do Riacho da Palha, no Vale do Pau Santo),** e do Oeste com **(terras d')** a viúva Florência de Almeida Pereira", muito conhecida no CARURU pelo apelido de **Sá Fulorença.**

Logo na primeira década do século XIX, o **Sítio Santa Rosa,** sem sair das mãos de descendentes de seu fundador, mais uma vez mudaria de dono, sendo adquirido, por compra feita ao caruaruense JOÃO ALVES DA FONSECA, pelo abastado fazendeiro agrestino ANTÔNIO VIEIRA DE MELO JÚNIOR, que era primo do capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ, da **Fazenda do Caruru.** Fixando residência no **Sítio Santa Rosa** e sendo casado, ANTÔNIO VIEIRA DE MELO JÚNIOR se tornaria o chefe da numerosa família espalhada por quase todo o Agreste de Pernambuco e popularizada durante o século XIX pelo apelido de VIEIRA DE CARUARU, da qual seriam figuras de projeção nacional o poeta CELSO VIEIRA, da Academia Brasileira de Letras, e o político ALFREDO PINTO VIEIRA DE MELO, Ministro da Justiça no governo do presidente Epitácio Pessoa.

Os VIEIRA DE MELO e os RODRIGUES DE SÁ, entrelaçados entre si, haviam surgido no LUGAR DO ALTINHO e no LUGAR DO CARURU desde o último quartel do século XVII e constituíam famílias das mais representativas e tradicionais da região, mas, ao que parece, logo em começos do século XIX, seus principais membros entrariam em choques mútuos ou se desentederiam uns com os outros, de maneira tão intensa e absoluta que, com o avançar dos anos, o primeiro ramo — o chamado VIEIRA DE CARUARU —, dominando inteiramente a vida política de vasta porção das ribeiras do Ipojuca e do Una e conseguindo notáveis promoções para o CARURU, relegaria o segundo ramo — o dos RODRIGUES DE SÁ — para um plano bastante secundário, de quase anonimato e de incômodo ostracismo político somente um pouco aliviado após o advento da República do Brasil, ou seja, já às portas do século XX. O fato, bastante curioso, ainda hoje apresenta reflexos negativistas entre vários descendentes daqueles dois ramos de um mesmo tronco — os integrantes da linha RODRIGUES DE SÁ nem sequer admitem ou falam da irreversível ascendência político-econômico-social dos VIEIRA DE MELO; e estes, por sua vez, desconhecem ou fingem desconhecer a existência dos primeiros, como se ambas as partes não constituíssem a mesma família surgida e disseminada, tanto no Vale do Una quanto no Vale do Ipojuca, por um mesmo e único homem — o capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, desbravador e povoador da gigantesca SESMARIA

ARAROBÁ, sobre cuja personalidade fulgurante já muito se falou através dos tópicos deste livro.

Após a morte do fazendeiro ANTÔNIO VIEIRA DE MELO JÚNIOR, o **Sítio Santa Rosa** ficaria sob a direção de dois filhos seus — o capitão ANTÔNIO VICTOR DA SILVA VIEIRA e o coronel JOÃO VIEIRA DE MELO E SILVA. Este, o **Coronel de Caruaru**, como seria conhecido, grande chefe político da região, durante mais de meio século, é o pai do citado Ministro ALFREDO PINTO VIEIRA DE MELO.

162

Entre a ribeira do rio Una e o LUGAR DO CARURU espraiava-se o grande **Sítio Bebedor das Queimadas,** situado nas terras denominadas **Agrestes,** tocadas, por herança, depois de longa questão judicial, a MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, na condição de viúva do cel. CRISTÓVÃO PINTO DE ALMEIDA, que, por sua vez, as possuíra depois do falecimento de sua primeira mulher, JOSEFA MARIA DO Ó, filha do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, seu primitivo desbravador. Aquelas terras — integrantes da antiga **Fazenda Nossa Senhora do Ó,** da qual advém a POVOAÇÃO DO ALTINHO — haviam sido dadas a Josefa Maria do Ó, por seu pai, como parte do dote de seu casamento com o cel. Cristóvão Pinto de Almeida, como vem historiado na época oportuna.

MARIA DO ROSÁRIO DE ALMEIDA, quando do matrimônio de sua filha INÁCIA TERESA DO NASCIMENTO com o agricultor JOSÉ ANTÔNIO ALVES, dera-lhe a parte das terras chamadas **Agrestes,** com a denominação de **Bebedor das Queimadas,** como dote para "sustentação do casamento".

Aos 4 de fevereiro de 1782, o casal José Antônio Alves-Inácia Teresa do Nascimento vendera o **Sítio Bebedor das Queimadas** ao alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA, casado com JOAQUINA MARIA DE JESUS, bisneta do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, a qual era irmã e sogra do capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ, da **Fazenda do Caruru.** Posteriormente, o alferes, na parte norte de sua propriedade, entre a Serra das Cruanhas e o Pé da Serra do Mendes, organizou o **Brejo das Terras Vermelhas,** cuja metade, em 22 de fevereiro de 1799, vendia ao capitão LUIZ CARNEIRO DOS SANTOS e a

MIGUEL GONÇALVES, ambos "moradores na ribeira do Ipojuca, no lugar CARURU, do Termo da cidade de Olinda", conforme escritura de compra e venda lavrada às fls. 150, do Livro nº 26, do 2º cartório de Garanhuns.

163

Já no mês de outubro de 1800, de acordo com documentos registrados às fls. 17 e sgs. do Livro nº 26, do 2º cartório de Garanhuns, o **Sítio Torre de Cima,** localizado nos campos da **Povoação do Caruru,** ribeira do Ipojuca, era por d. ISABEL DA SILVEIRA FERNANDES, "que o herdou da sua irmã Inácia dos Santos", parcialmente vendido ao agricultor JOSÉ BEZERRA DE VASCONCELOS, gente do **Azevém,** no ALTINHO, sendo o restante de suas terras, medindo 400 braças, doado a FRANCISCO MENDES DA PAZ, "por ter-se casado com a sua afilhada e sobrinha Felipa da Costa Xavier". Este casal, na mesma ocasião, vendia 50 braças das terras do **Sítio Torre de Cima** a JOÃO RODRIGUES POMBO, "traficante no Caruru".

Pouco depois, segundo o citado Livro, ainda no CARURU, o sítio de cultura denominado **Brejo da Mulata,** vindo dos primitivos tempos dos quilombolas em suas incursões pela ribeira do médio rio Ipojuca e Vale do Una, e, posteriormente, organizado pelo capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, vez que se situava dentro dos limites territoriais da SESMARIA ARAROBÁ, — era vendido a FRANCISCO PEREIRA XAVIER por Alexandre Muniz de Melo e sua mulher Rosa Benta Joaquina, que o haviam herdado por morte de seu pai e sogro, respectivamente.

FRANCISCO PEREIRA XAVIER, que era casado com a citada ISABEL DA SILVEIRA FERNANDES, em 30 de outubro de 1800 revendia o **Brejo da Mulata** ao agricultor INÁCIO FERREIRA DA SILVA, com a seguinte demarcação: "Confrontando pelo poente com as terras de Francisco Xavier Correia de Sá **(fazendeiro do ALTINHO),** e pelo nascente e pelo sul com as dos vendedores, e pelo norte com as de José Félix da Silva, começando do norte em um marco que se acha ao pé de um jucá, e para o sul até uma laje defronte do mesmo roçado, e pelo poente até acima da laje grande".

Aquele citado FRANCISCO XAVIER CORREIA DE SÁ, fazendeiro do ALTINHO, fazia parte integrante da numerosa família agrestina dos CORREIA DE SÁ, ligada aos BARROS CORREIA, aos RODRIGUES DURO e aos GUILHERME DE AZEVEDO, cujos membros principais eram influentes na vida política e social não só do ALTINHO, como, também, do CARURU, BEBEDOURO, BEZERROS, SÃO CAETANO DA RAPOSA **etc.**

164

O capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ, que agricultava tanto no ALTINHO (**Sitio Poços Pretos,** que, mais tarde, seria doado ao patrimônio da igrejinha de Nossa Senhora do Ó, do Altinho) quanto no CARURU (**Fazenda Juriti),** dirigia com pulso fraco a povoação surgida em sua fazenda na ribeira do médio rio Ipojuca (da qual vem a cidade de CARUARU), daí porque a localidade, agora em começos do século XIX, vivia cheia de malfeitores, os quais lhe causavam tamanhos problemas que ele pedia providências urgentes ao governo da Capitania, denunciando que ali todo o mundo se achava com o direito de andar acintosamente armado, disso se gerando constantes brigas e alterações da ordem pública, com ferimentos, mortes e intrigas por todos os lados.

Apesar dos pesares, também ia surgindo gente honesta, expressiva quantidade de gente ordeira e trabalhadora a radicar-se no CARURU, como, por exemplo, a família MOTA DE OLIVEIRA, cujo chefe, o velho agricultor JOÃO DA MOTA, morador no **Serrote do Boi,** aos 11 de novembro de 1801, por compra a JOANA FRANCISCA BEZERRA DE SOBRAL, altinense de nascimento, viúva de CRISTÓVÃO DE MELO E MACEDO, gente da TAQUARA, de CACHOEIRINHA e da antiga **Fazenda Cachoeira Grande** (atual ITUGUAÇU), adquiria, por 300 mil réis, metade do **Sítio Taquara,** situado na ribeira do Ipojuca, e cujo terreno tinha a seguinte demarcação, segundo lançamento feito às fls. 28 do Livro nº 20, do 2º cartório de Garanhuns:

"Começando da estrada que vai da Barra da Taquara para o Serrote do Boi, e da Baixa do Pau Ferro rumo direito para o Norte até o riacho Maribondos e por ele acima até confrontar com a amigável composição feita com José de Almeida e que, com a sua morte, continua com Antônio Álvares de Souza, e daí rumo direito para o poente até confrontar

com o sítio do Serrote do Boi e daí rumo direito à Baixa do Pau Ferro onde começou".

Ao que se sabe, da família MOTA DE OLIVEIRA havia muitos membros que agricultavam também nos campos do ALTINHO, onde alguns deles, através de matrimônios, ligavam-se aos ALVES DA SILVA, tradicionais na sociedade altinense.

165

A Junta Governativa de Pernambuco, em 11 de dezembro de 1801, assinava carta de sesmaria **(Doc. Hist. Pern.-Sesm., IV, 11)**, beneficiando o comerciante ANTÔNIO DA SILVA, português, estabelecido no Recife, e deferindo-lhe pedido assim redigido:

"Diz Antônio da Silva, negociante nesta praça **(do Recife)**, que Antônio Pereira de Carvalho alcançou por sesmaria três léguas de terras em quadra na ribeira do Una, freguesia de Garanhuns, pegando da Barra da Chata, vindo por Una abaixo até a Cachoeira Grande, partindo por uma banda com terras de Carlos de Azevedo **(a fazenda dos AZEVEDO LIRA, dirigida pelo velho sesmeiro CARLOS DE AZEVEDO CALDEIRA PAIS DE LIRA)** e de outra parte com terras de Francisco Soares Quintão, no lugar chamado **a Capivara**, donde teve fazenda de gados o capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti **(todos anteriormente citados neste livro)**, e porque as ditas terras se acham devolutas e desaproveitadas, como se mostra pelo documento junto, e o suplicante as quer situar, beneficiar e cultivar em benefício da coroa do Estado, por requerer a Vossa Excelência e Senhorias lhe hajam de conceder por sesmaria em nome de Sua Alteza Real, pagando anualmente o foro com que já foram concedidas àquele sesmeiro, visto que o suplicante tem necessárias posses para encher os fins a que se propõe. Pede a V. Exc. e Senhorias sejam servidos conceder-lhe por sesmaria as ditas três léguas de terra na forma que requerido tem. E receberá mercê."

Situada na jurisdição do POVOADO DO ALTINHO, a **Sesmaria da Capivara**, de fato, havia sido concedida em 1749 ao requerente Domingos Bezerra Cavalcanti, como foi historiado na época oportuna. Dito sesmeiro ali fundara fazenda de gado mas sofrera enorme prejuízo, motivo por que, mais tarde, desistira de sua exploração. Assim, as terras da CAPI-

VARA foram reconcedidas, em 1773, ao agricultor ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO, que, por sua vez, julgando-as improdutivas, também as devolvera ao governo, deixando-as como "pasto abandonado e devoluto".

Obtendo confirmação régia em 22 de dezembro de 1802, a sesmaria de ANTÔNIO DA SILVA, porém, somente seria demarcada vinte anos depois de sua concessão, quando, aos 16 de março de 1821, o respectivo sesmeiro tomaria posse definitiva de suas terras altinenses e nelas fundaria um sítio de cultura.

166

Em 4 de março de 1803, a Junta Governativa de Pernambuco assinava carta de sesmaria **(Doc. Hist. Pern.-Sesm., IV, 12)** em favor do requerente FRANCISCO DE SALES PEIXOTO, concedendo-lhe no Agreste Meridional "uma légua de terra, na freguesia de S. José dos Bezerros, Termo da Cidade de Olinda, principiando desde a barra dos Tanques das Piabas até a barra da Capivara, pela testada da parte do Norte que pertence ao capitão Manuel Ferreira da Costa e João Freire Gonçalves, e pelo Sul com todas as águas pertencentes **(ao rio)** Serinhaém, onde divide com a sesmaria do coronel Francisco Casado Lima **(aqui citado anteriormente)**, pelo poente divide com terras do GADO BRAVO e pelo nascente findam com o mesmo rio Serinhaém".

O sesmeiro SALES PEIXOTO, estabelecendo-se nas proximidades do ALTINHO, obteria confirmação régia de sua data de terra em 12 de junho de 1804.

167

O novo governador de Pernambuco, CAETANO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO, aos 24 de março de 1805, em ofício dirigido ao Visconde de Anadia, tecia considerações em torno dos moradores da Capitania, afirmando em certo trecho da mensagem:

"Esta Capitania é povoada por quatro espécies de habitantes — brancos, índios, pretos e mestiços. Os índios, pelo seu pequeno número, não entram no objeto destas castas e, por isso, falarei somente das outras três espécies.

"Não sei a proporção em que estão umas para as outras, porque não achei mapas da população, e agora é que vou recebendo os que mandei tirar das setenta freguesias desta Capitania e das do Rio Grande, apesar de ter ordenado aos vigários que em janeiro deste ano me haviam de ser remetidos ditos mapas.

"Pode-se contudo dizer, em geral, que os mestiços excedam já, ou hão de vir a exceder a cada uma das outras espécieis, porque todas as primitivas concorrem para o seu aumento, além de sua própria multiplicação; e, aumentando-se os pardos aos pretos, virão a fazer o duplo, o triplo ou o quádruplo dos brancos.

"Os brancos são os possuidores das terras e das riquezas. Os pardos e pretos em geral são pobres, vivem do seu trabalho e indústria; sendo porém em muito maior número, e mais robustos nestes climas, têm a força física da sua parte.

"Por conseqüência, a força moral deve estar a favor dos brancos, quando não dirão os outros: — **Ide-vos embora, também queremos possuir; já basta de obedecer; também queremos mandar!"**

Esta, portanto, era a regra geral em Pernambuco, com muita acuidade esboçada pelo arguto governador quanto às gentes da Capitania. No Agreste e no Sertão, o panorama se modificava um pouco, apenas, no que dizia respeito aos índios, cujo número ainda era sensivelmente maior do que o de pretos, levando-se em consideração os seus aldeamentos no LIMOEIRO, no BREJO DA MADRE DE DEUS, em CIMBRES, em ÁGUAS BELAS, no PAJEÚ, em CABROBÓ, nas ilhas do SÃO FRANCISCO, no EXU etc.

No caso particular do ALTINHO, por exemplo, onde a primeira família dominadora da região não era branca e, sim, **meio-sangue** — branca pelo cel. Cristóvão Pinto de Almeida e mestiça por Josefa Maria do Ó, cuja mãe era índia cariri do JUPI, — pode-se afirmar que, em princípios do século XIX, o elemento branco ainda constituía a minoria (forte) de sua sociedade; o índio puro quase não mais existia; e o mestiço — ali considerado **cabra, cabrocha, mulato, cabelo-mal-com-Deus, moreno** — já formava a grossa maioria desunida entre si, desorientada e, conseqüentemente, fraca. O número de pretos era relativamente avultado, sendo quase todos escravos.

Os donos das terras altinenses eram os brancos e alguns do tipo chamado **meio-sangue,** como os VIEIRA DE MELO, por exemplo; os trabalhadores escravizados eram os pretos; e os trabalhadores **alugados,** considerados livres, embora paupérrimos, eram os mestiços.

Via de regra, os brancos do ALTINHO eram portugueses ou descendentes diretos de lusitanos, constituindo exceção rara o branco puro nascido de pais oriundos de outras nações européias. Os seus mestiços eram produto do cruzamento de portugueses com negras africanas, ou de portugueses com crioulas, ou de portugueses com índias tapuias e cariris, ou de portugueses com mestiças luso-brasileiras ou afro-lusitanas, ou ainda de próprios mestiços com africanas ou com outras mestiças. Os africanos, em grossa maioria, eram importados de ANGOLA e adquiridos no Mercado da Ribeira, em Olinda, a cujo Termo o ALTINHO pertencia.

168

Logo em começos do século XIX, JOSÉ VIEIRA DE MELO, o transformador de seu sítio-de-cultura no Vale do Una na POVOAÇÃO DA CAPELA (depois, POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO Ó DO ALTINHO e POVOAÇÃO DO ALTINHO), com a construção de sua primitiva igreja e a instituição de uma feira semanal em frente do templo religioso, já era defunto, tendo deixado mulher e filhos. Sua viúva, ANTÔNIA MARIA BEZERRA, casava, em 2as. núpcias, com o agricultor ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA, havendo sucessão por seu leito.

Na condição de viúva, ANTÔNIA MARIA BEZERRA havia herdado um trecho de terras no ALTINHO, o qual, agora depois de casada com ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA, ela o vendia, em 28 de julho de 1806, a MANUEL MUNIZ BITTENCOURT, primo de seu 1º marido, com a seguinte demarcação, segundo Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 67-68):**

"Pegará no pilar da Igreja que hoje existe nesta povoação, denominada Nossa Senhora do Ó, que fica... da mesma Igreja ou Capela, da parte esquerda olhando para o Poente, e daí descerá pelo Riachinho que corre por detrás da casa que serve de moradia dos capelães da mesma Igreja, se-

guindo para o Poente até chegar na estrada que vai para **(o sítio)** São Francisco, e daí seguirá pela mesma estrada para o rumo direito até chegar no rio Una, na mesma passagem que vai para São Francisco, e desta descerá, rio abaixo, a topar com terras **(do patrimônio)** de Nossa Senhora do Ó, da mesma Igreja".

No ano seguinte, MANUEL MUNIZ BITTENCOURT revenderia o sítio ao casal JOSÉ ANTÔNIO MARTINS-INÁCIA TERESA DO NASCIMENTO, voltando assim aquelas terras altinenses ao poder da família do cel. Cristóvão Pinto de Almeida.

Pelo documento transcrito, verifica-se que, no primeiro decênio do século XIX, a povoação de José Vieira de Melo ainda era chamada de NOSSA SENHORA DO Ó.

169

Alvará régio de 27 de julho de 1811 criava a Vila e Município de SANTO ANTÃO, cujo Termo era formado pelos distritos das freguesias de Santo Antão e São José dos Bezerros. José Aragão **(Hist. da Vitória de St. Antão, I, 91)**, reportando-se aos seus limites e equivocando-se, inclui AGRESTINA **(ex-Bebedor das Queimadas** e **Bebedouro)** como integrante do primitivo território municipal santantense. Jamais o foi. As terras da **Fazenda do Bebedor,** na época da criação e instalação do Município de Santo Antão, pertenciam à jurisdição da Povoação do ALTINHO, cujo território, integralmente, fazia parte da freguesia de Santo Antônio dos GARANHUNS, que era e sempre fora independente da área territorial antonense.

170

Durante todo o mês de junho de 1812, como nos anos anteriores, havia festejos diversos por todas as povoações agrestino-sertanejas de Pernambuco, inclusive o ALTINHO, festejos dedicados a Santo Antônio, São João e São Pedro, e trazidos de Portugal (geralmente pelo clero, mas, no caso altinense, é possível que o seu introdutor ali haja sido o cel. Cristóvão Pinto de Almeida, que era português) para a colônia e em nosso interior adaptados aos usos e costumes surgidos em terras brasileiras, graças à influência dos índios e

também dos negros, os quais participavam gostosa e ativamente de todos os folguedos juninos, entusiasmando-se com os balões e as fogueiras, enchendo a pança com as tachadas de canjica, pamonha e milho cozido, soltando foguetões patrocinados pelos senhores brancos, dançando cocos de roda, dando umbigadas uns nos outros, tocando zabumba, batendo com os pés no chão socado de terra, animando cantorias e desafios intermináveis executados pelos violeiros/repentistas especialmente contratados para isso.

Festa junina pelo interior da Capitania era alegria de ricos e pobres, símbolo de confraternização e de fartura nos campos, pois sempre realizada em fase de colheitas de feijão, milho, jerimum "e outros ligumes", como dizia o matuto agrestino-sertanejo, geralmente mestiço de branco com índia, ou de branco com negra, ou de preto com índia, ou de índio com mulata etc. A misturada racial era infinita e tudo concorria para a formação de uma nova raça — a raça brasileira, está evidente, raça que, até em mês festivo, como o de junho, demonstrando ingenuidade sem par, acreditava firmemente em superstições várias, como o assegura Getúlio César **(Crendices, 17-19)**, que, a seu respeito, ensina:

"Crendice é uma crença incongruente e insólita, gerada pelo medo doentio de pessoas que possuem religiosidade exaltada.

"O medo é o grande gerador dos crendeiros: medo do inferno, medo do diabo, medo do purgatório, medo de pecar, medo de ser perseguido por espíritos inferiores, medo do feitiço... Todas essas fobias criam pessoas crendeiras e supersticiosas e, concomitantemente, um sincretismo de crenças, engendradas para transformar pecados em virtudes.

"O crendeiro é um fabulador. Sente surgir de tudo que o cerca um mistério aterrorizante; um temor doentio que o faz viver num arrebatamento de dúvidas acerbas; em tudo descobre um mau presságio, porque em tudo acredita a seu modo.

"Na ânsia de obter favores dos santos de sua afeição e de espíritos protetores; na persuasão de tanger o mal que ele mesmo cria, o crendeiro gera uma crença subjetiva. Sem

nutar **(sic)**, faz promessas e pedidos aos santos da sua confiança; freqüenta reuniões espíritas; ouve missa, confessa-se e comunga; confia nos **despachos** depositados nas encruzilhadas e nas respostas que os búzios dão através da perspicácia de quimbandeiros, de pais-de-santo; consulta quiromantes, cartomantes, e acredita nas solércias ditas por ciganas; ouve, cheio de crença, as **linhas** de umbanda e catimbó, e os conselhos dos **senhores mestres** espirituais, dados pela boca das **mestras** ou **mestres** evocadores, que sabem impressionar com sagacidade e inteligência, enche-se de amuletos e em tudo confia, porque de tudo desconfia.

"O crendeiro procura esquecer-se da recomendação de São Paulo: "...evita as práticas vãs e profanas, porque só servem muito para a impiedade; e a prática delas lavra como gangrena..." (II Timóteo, 2-16).

"Todo crente que foge do ritualismo normal da lei que segue, se transforma em crendeiro; esquece que o pecado só aparece quando a lei é transgredida.

"Da vacilação de uma pessoa surge a crendice. Quando se hesita e se apela para mais de uma potência na intenção de se obter uma graça, é porque não se está firmado em nenhuma delas."

Pelo mês de junho, moças solteiras tacavam facas em tronco de bananeira e, conforme a feição tomada ou aparecida na folha da faca, "sabiam" se casariam ou não até o fim do ano. Quase toda moça agrestino-sertaneja era uma crendeira, uma supersticiosa de chapa, uma ingênua ao infinito. Vivia pensando em casamento e, todo ano, fazia pedidos e promessas a Santo Antônio, "o santo casamenteiro", para tentar "sair do barricão" ou "não morrer vitalina". Diz Getúlio César **(ob. cit., 29-30)** que "as porfias amorosas, que a ânsia de ver e falar com o bem-amado é imperiosa entre os namorados, são comuns em todos os tempos, a prática, porém, amolda-se às contingências das épocas"; e acrescenta:

"No princípio do século passado **(século XIX)** até mais ou menos o ano de 1860, os namorados valiam-se de vários artifícios para se comunicarem. Nesse tempo as moças, que só andavam acompanhadas por parentes ou escravas de confiança, sofriam uma espécie de reclusão, os vestidos chega-

vam até os pés e as mangas até os punhos, não usavam decotes e maquiagem. Quando alguma jovem tentava discretamente corar as faces, recebia o nome de cômica, em alusão às atrizes. Os namoros eram firmados através de bilhetinhos, que escravas argutas conduziam aos destinatários, e recados pela posição de conduzir a bengala, muita usada nesse tempo, pela maneira de colocar o lenço no bolso, pelo jeito de usar o leque e por flores. Livrarias **(apenas no Recife, pois, pelo interior, não nas havia)** vendiam **Dicionário das Flores,** que era comprado pelos namorados.

"A sempre-viva **(flor)** dizia: "Hei de amar-te até morrer"; o cravo branco: "A minha amizade é viva"; o cravo vermelho: "Amo-te com ardor"; a dália vermelha ou amarela: "O meu pensamento está contigo". Assim, todas as flores tinham a sua linguagem amorosa, e os namorados delas se utilizavam infantilmente para se corresponderem.

"Hoje, devido à liberdade existente, as moças valem-se de superstições tolas para verem e atrairem os namorados. A poesia simples da vida está desaparecendo, levada pelo progresso".

No ALTINHO do começo do século XIX a **linguagem das flores** era muito utilizada pelos namorados, ao invés de bilhetinhos, principalmente porque as moças, de modo geral, eram analfabetas. Os fazendeiros da região achavam que mulher alfabetizada estava a um passo da perdição. E as primeiras escolas primárias da POVOAÇÃO DE NOSSA SENHORA DO Ó destinavam-se apenas a alunos do sexo masculino. Os casamentos entre jovens de famílias abastadas faziam-se na base do **dote** e as moças, via de regra, casavam-se ainda meninas, aos 12, 13 anos de idade, segundo vários exemplos anteriormente citados neste livro.

171

Era mais ou menos por essa época — 1a., 2a. década do século XIX — que, pelos **caminhos das boiadas** (seguindo quase sempre os leitos dos grandes rios — Capibaribe, Ipojuca, Una), subiam as primeiras carradas de **carne-do-ceará** produzida no Rio Grande do Sul e daí por diante comercializada em todas as feiras e povoações de Pernambuco, inclu-

sive o ALTINHO, naturalmente. A seu respeito, ensina Câmara Cascudo **(Dicionário do Folclore Brasileiro, I, 383-384):**

"CARNE-DO-CEARÁ — O atual charque ou jabá, carne-do-rio-grande (R. G. do Sul), onde é fabricada em sua maioria. Foi, de fins do século XVII em diante, indústria comum na região das salinas do Rio Grande do Norte e Ceará (Camucim e Aracati) e na povoação de Oficinas, no primeiro Estado. A carne, aberta em mantas e posta em salmoura, secava ao sol, sendo vendida para todo o Norte. Em 1746 era abundante a exportação de carne seca de boi do Ceará. Um cearense, João Pinto Martins, fundou em 1780 o primeiro estabelecimento para fabricação de carne-do-ceará no Rio Grande do Sul, uma légua da foz do rio Pelotas, na sua margem direita. O vocábulo charque é quichua, **ch'arqui.** Trinta anos depois, em 1810, a carne vinda do Rio Grande do Sul conservava o antigo nome de "carne-do-ceará". Henry Koster, escrevendo sobre a Capitania do Ceará, informa: "Antigamente eram exportadas, para outras Capitanias, grandes quantidades de carne de boi, seca e salgada, mas a mortandade no gado, devido às secas freqüentes, tornou inevitável a cessação deste comércio. Agora a região se supre no Rio Grande do Sul, a fronteira meridional dos domínios portugueses. Vinda do Rio Grande do Sul para Pernambuco, a carne-seca ainda conserva o nome de carne-do-ceará"; "A parte animal é geralmente carne-do-ceará, carne salgada que vem do Rio Grande do Sul". Em 1821 o nome charque popularizara-se. Mary Graham, visitando o comércio de comestíveis do Recife, escreve: "Vi e provei hoje carne-seca, o charque da Sul América espanhola; parece, quando pendurada em mantas nas portas das lojas, com pedaços de couro esfarrapado; preparam-na cortando a carne em longas tiras, limpas dos ossos, que são ligeiramente salgadas, comprimidas e secas ao ar". CARNE-DO-SERTÃO, CARNE-SECA, CARNE-DE-VENTO, CARNE-DE-SOL: carne em mantas, salgada e exposta ao ar para enxugar e secar. Resiste menos que a carne-do-ceará, charque ou jabá. A carne-de-sol é uma base da alimentação do Nordeste, insubstituível e indispensável. François Pyrard de Laval, visitando a cidade do Salvador em 1610, encontrou a carne-de-sol exposta à venda, com grande consumo local."

Ainda hoje, no ALTINHO, o charque é chamado pelo povo em geral de **ciará, carne-de-ciará** e **carne-do-ceará.** O

produto continua vindo do Rio Grande do Sul, mas a sua qualidade deixa muito a desejar e, como diz o matuto velho, "seu gosto perdeu o gosto de antigamente".

172

A **Fazenda do Bebedor,** do alferes JOÃO PEREIRA BEZERRA e de sua mulher JOAQUINA MARIA DE JESUS, já possuía, fazia alguns anos, uma **Casa de Oração,** a qual era bastante freqüentada pelos católicos das redondezas e em muito concorria para a transformação do lugar no POVOADO DO BEBEDOR, mais tarde chamado de BEBEDOURO e, atualmente, de AGRESTINA. Suas terras integravam a jurisdição do ALTINHO e pertenciam ao Julgado e à Freguesia dos GARANHUNS, cujo vigário, em 1812, era o padre João da Silva da Fonseca, que, em viagem de desobriga pelo interior de sua paróquia, visitava a POVOAÇÃO DO BEBEDOR, segundo o comprova documento divulgado por Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., II, 9-10)** da seguinte maneira:

"Aos vinte e seis de novembro de mil oitocentos e doze, na casa de oração do BEBEDOR, desta freguesia de Santo Antônio de Garanhuns, depois de haver banhos corridos, feitas as mais diligências do costume sem que resultasse impedimento algum, de minha licença, em presença do reverendo D. Felipe de Leo e das testemunhas o alferes Jacinto Teodoro de Melo e João Batista Pereira, casados, e mais pessoas todas minhas paroquianas, se receberam em matrimônio com palavras de presente VICENTE FERREIRA DA SILVA, filho legítimo de Manuel Gonçalves e de Ana Maria, ambos falecidos, naturais da Vila de Goiana, com MARIA DOS PRAZERES, filha legítima de José Correia de Vasconcelos **(da família VASCONCELOS, do Azevém — ver tópicos 143 a 147)** e de Ana Maria, já falecida, ambos os nubentes moradores nesta freguesia, e logo lhes dei a bênção do estilo na forma do Sagrado Concílio Tridentino. E mais não continha na certidão do dito reverendo e nos banhos. Do que, para constar, mandei fazer este assento em que me assinei. — **O Vigário João da Silva da Fonseca."**

173

Mais ou menos por essa época, quando o BEBEDOR já era um arruado e a GAMELEIRA também se ia transfor-

mando num povoado, a POVOAÇÃO DO ALTINHO, beneficiada com o **caminho das boiadas,** pelo Vale do Una, a subir até os Campos dos Garanhuns, e já possuidora de considerável número de habitações e de uma capela bastante movimentada, havia-se desenvolvido tanto que, no informe de Pereira da Costa **(Anais, X, 120),** — "o dr. José Marques da Costa **(ou o dr. Antônio José Pereira Barroso de Miranda?),** ouvidor-geral da Comarca do Sertão, solicitara a sua elevação a vila" **(com instalação e funcionamento da respectiva Câmara de Vereadores, Termo Municipal etc.),** não sendo atendido, contudo, por motivos inexplicáveis, quando era conhecido o interesse do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro pelo mais rápido desenvolvimento do interior da Capitania e pela criação de mais vilas tanto no Agreste quanto no Sertão. Por certo, os políticos influentes de Garanhuns, a cujo distrito pertencia o ALTINHO, ouvidos a respeito, não aprovaram a sugestão do ouvidor, levando o príncipe-regente, D. João, na Corte, no Rio de Janeiro, a indeferir a solicitação saída da Comarca do Sertão de Pernambuco. Cometia, o marido da infiel Carlota Joaquina, flagrante injustiça contra os altinenses, pois, nesse tempo, o ALTINHO já possuía todas as condições exigidas pela legislação vigente para se tornar Vila e Município. No gênero. outras injustiças surgiriam algum tempo depois.

174

Alfredo Leite Cavalcanti, sempre tão seguro e minucioso nas pesquisas cartoriais, parece não haver consultado documento algum do arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns, principalmente os papéis relativos à instalação da vila e da **CMG,** às primeiras autoridades municipais (inclusive as designadas para funcionamento no ALTINHO), ao Termo do Município garanhuense etc. A seu respeito, tudo quanto informa nos dois volumes de sua HISTÓRIA DE GARANHUNS limita-se ao seguinte:

Vol. I, pág. 106: "JURISDIÇÃO DA VILA DE SANTO ANTÔNIO DE GARANHUNS — O governo que se compunha de um Comandante (antes Capitão-mor) e um Juiz Ordinário que ao judiciário acumulava o Poder Executivo" **(como se pode observar, a confusão que faz é enorme e seus equívocos**

são flagrantes). — "No mesmo ano em que o Julgado de Garanhuns foi transformado em Município, instalado em 13 de dezembro de 1813, também, conforme se lê na Revista do Instituto da Vitória de Santo Antão, ano de 1959, vol. II, pág. 53, a esta categoria, foi elevada a antiga Freguesia de Santo Antão, por alvará régio de julho de 1811, e instalado em 28 de maio de 1812, e este acontecimento causou à jurisdição de Garanhuns a perda de grande parte da região onde se formou a povoação do Bonito, que foi incorporada ao território desse Município".

À pág. 120 do vol. I apenas relaciona os juízes ordinários da vila de Garanhuns, citando em primeiro lugar o nome de Antônio da Silva Portugal.

Vol. II, pág. 22: "mesmo com o crescimento lento da povoação **(de Garanhuns),** já o arruamento atingia as confrontações da Matriz, e surgiram construções nas desembocaduras dos caminhos que a ela iam dar, quando, por carta régia de 10 de março de 1811, foi a povoação elevada à categoria de Vila, contudo somente em 13 de dezembro de 1813 foi instalada, cujas solenidades constaram especialmente da criação do pelourinho e da posse dos vereadores **(quais seriam eles?)** e demais autoridades. Foram as referidas solenidades abrilhantadas com a presença do Clero, Nobreza **(que nobreza?)** e Povo para esse fim convocados." — "Compunha-se, então, a Vila de Santo Antônio de Garanhuns, como ficou se chamando, de cem casas, pouco mais ou menos, tomando-se por base as cento e cinqüenta e seis que a compunham no ano de 1855."

Finalmente, à pág. 78 do vol. II, diz que a forma de governo da povoação, através do Julgado, "prosseguiu até 1813, quando a parte administrativa foi modificada com a instalação da Câmara de Vereadores, por ter sido, pela carta régia de 10 de março de 1811, o Julgado elevado à categoria de Município e a sua sede à de Vila, com a denominação de Vila de Santo Antônio de Garanhuns."

E mais não disse, talvez por não ter sido perguntado.

João de Deus de Oliveira Dias, no seu livro **A Terra dos Garanhuns,** págs. 135-136, também fala pouco acerca da ins-

talação da vila, em sinal evidente de não haver pesquisado devidamente os primeiros livros do Senado da Câmara da Vila de Santo Antônio de Garanhuns, limitando-se a registrar:

"Pelo alvará de 10 de março de 1811, foi Garanhuns erigida em Vila, por solicitação do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e foi inaugurada em dezembro de 1813 pelo Ouvidor-Geral interino e Corregedor da Comarca **(do Sertão)**, o doutor desembargador Antônio Pereira Barros de Miranda Leitão **(sic, por Antônio José Pereira Barroso de Miranda).**

"Foi festivo o dia 13 de dezembro de 1813 e em sessão solene na Casa da Câmara e Paço do Conselho foi declarado o território do termo da Vila, com a presença dos Juízes Ordinários, Oficiais e Escrivão José Antônio de Carvalho Couto, Joaquim Machado Dias, Francisco Vaz Cavalcante, Antônio Machado Dias, José de Barros Silva, Manuel Teixeira dos Santos, Basílio Rodrigues de Freitas e Francisco Godoy de Vasconcelos."

E mais também não disse:

As melhores informações a respeito da instalação da vila/município de Santo Antônio de Garanhuns ainda são as prestadas por Pereira da Costa **(Anais, VII, 72-73)**, assim registradas:

"De posse o governador **(Caetano Pinto)** daquele documento **(da criação da vila de Garanhuns)**, oficiou ao ouvidor da Comarca **(do Sertão)**, dr. Antônio José Pereira Barroso de Miranda, em 10 de setembro de 1813, ordenando a sua execução, procedendo depois às dos Ofícios criados, para se regularem os donativos e novos tributos, e que procedesse com os oficiais da Câmara a eleição do capitão-mor das Ordenanças; e assim, a 15 de dezembro daquele ano, teve lugar a solenidade da instalação da vila pelo referido ouvidor.

"Para termo da vila **(Município)**, como consta do competente auto de assinação, lavrado nas casas da Câmara e Paços do Conselho, a 23 de dezembro daquele mesmo ano de 1813, foi declarado pelo referido ouvidor que mantinha os mesmos limites do extinto Julgado **(não ocorrendo, portanto, a perda citada por Alfredo Leite Cavalcanti), a saber:** — "pela parte do nascente, pela serra do Mendes **(o Pé da Serra do**

Mendes); para a parte do norte, todas as águas da ribeira do Una que dividem com a de Ipojuca, termo de Cimbres; para a parte do sul, com a vila de Atalaia **(nas Alagoas)** na serra Cavaleiro, subindo pelo riacho Paraíba de uma e outra parte até dividir com a vila de Campos de Anadia na serra Caranguejo, que desce para a povoação da Palmeira **(atual Palmeira dos Indios),** e pelo mesmo cordão da serra indo para o poente até a serra chamada dos Cavalos, ficando Retiro, Cágado, Inxu, Barra dos Meninos, Serra do Caracol, Serra Nova, Barra do Riacho e Tapera, por este acima até topar na serra de Santa Maria e daí virá demarcando com Cimbres para o norte até vir às águas de Ipojuca. Estes sítios aqui declarados são os termos e limites da vila de Santo Antônio de Garanhuns, tudo na forma que fica declarado".

"Para as funções da Câmara Municipal oferecera então o capitão-mor Luís Tenório de Albuquerque **(dono do SÍTIO DO BURACO, em Garanhuns, e genro do capitão Francisco Rodrigues de Melo, da FAZENDA DAS PANELAS)** um belo edifício, medindo 15,40m de frente, sobre 8,80m de fundo, com acomodações suficientes para o Conselho e audiências dos juízes no pavimento superior, e para quartel e prisão no térreo".

Todos os campos do ALTINHO, sendo desmembrados do Município de OLINDA, passavam a integrar a jurisdição territorial do termo municipal de Garanhuns, cuja Câmara, daí por diante, nomearia as primeiras autoridades do Distrito altinense.

175

D. João, o príncipe-regente, aos 11 de novembro de 1814, confirmava a carta-patente de capitão Ordenanças lavrada em favor do fazendeiro MANUEL MONTEIRO PAES DA ROCHA LIRA, cujo documento é assim redigido:

"D. João, por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém-Mar, em África, de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio d'Etiópia, Arábia, Pérsia e da India, etc.

"Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem. Que atendendo aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Manuel Monteiro Paes da Rocha Lira e a

achar-se provido por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Governador e Capitão General da Capitania de Pernambuco no Posto de Capitão da Companhia de Ordenanças novamente criada no Distrito de Cruz das Almas do termo da nova Vila de Santo Antão, esperando dele que em tudo o de que for encarregado servirá a Meu contentamento, por todos estes respeitos, Sou servido de o confirmar, como por esta o confirmo no mencionado Posto de Capitão, o qual servirá enquanto Eu o Houver por bem e com ele não vencerá soldo de Minha Real Fazenda, mas gozará de todas as Honras, Privilégios e Liberdades, Isenções e Franquezas que devidamente lhe pertencerem, Pelo que Mando ao dito Governador e Capitão General que por tal o reconheça, honre e estime, deixe servir e exercitar debaixo da posse e juramento que já prestou, e o mesmo ordeno ao Capitão-mor e mais Oficiais maiores das ditas Ordenanças, e oficiais e soldados seus subordinados lhe obedeçam, cumpram e guardem suas ordens em tudo que tocar ao Meu Real Serviço tão inteiramente como devem e são obrigados, em firmeza do que lhe mandou passar a presente por Mim assinada e selada com selo de Minhas Armas. Dada na Cidade do Rio de Janeiro aos onze dias do mês de novembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quatorze. **O Príncipe".**

João Pereira Callado **(Hist. de Lagoa dos Gatos, I, 101-107),** no capítulo intitulado "Os Fundadores da Nossa Terra", cita JOSÉ PAES DE LIRA, "filho de Manuel Monteiro Paes da Rocha Lira, senhor de terras no lugar GADO BRAVO, do atual Município do ALTINHO"; e diz que o rapaz, "com suas irmãs Agustinha e Joana Paes", mudara-se do GADO BRAVO para Lagoa dos Gatos, onde se estabelecia no Sítio da Pedra de Fogo. Acrescenta que JOSÉ PAES DE LIRA, em Lagoa dos Gatos, casou com CAROLINA SOARES, filha dos agricultores-proprietários FLORÊNCIO JOSÉ SOARES e MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, sendo neta paterna de FRANCISCO JOSÉ SOARES, "português, dono do **Engenho Penon,** no Município de Bezerros, PE", e comprador, "a 13 de setembro de 1802, a José Antônio Frazão e sua mulher", de um trecho do **Sítio do Gato.**

Como se observa, entrosavam-se, através de casamento, as famílias ROCHA LIRA, do ALTINHO, e SOARES, de Lagoa dos Gatos, daí surgindo os SOARES DE LIRA, dos quais descendem grandes vultos do jornalismo e da política de Per-

nambuco no século XX, como, por exemplo, o jornalista SAMUEL SOARES, do **Diário de Pernambuco**, e o deputado federal FERNANDO SOARES DE LIRA, que chegou a ocupar o cargo de Ministro da Justiça no governo do presidente José Sarney.

176

Aos 24 de setembro de 1816, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro assinava carta de sesmaria **(Doc. Hist. Pern.-Sesm., IV, 23-24)** em favor do capitão MANUEL MONTEIRO PAES DA ROCHA LIRA, concedendo-lhe "pouco mais ou menos meia légua **(de terra em quadro)**, na freguesia de S. José dos Bezerros, Termo da Vila de Santo Antão, no lugar denominado **Baticaba**, entre as sesmarias do Gado Bravo, Riachão e terras dos herdeiros de Francisco Xavier Correia de Sá, do Pé da Serra do Mendes, medindo-se pelos rumos das indicadas sesmarias, cujo terreno é entre aquelas mesmas sesmarias e as terras daqueles herdeiros, dividindo-se o terreno do referido Rocha Lira pelos mesmos rumos daqueles heréos, ficando nesta compreensão o dito lugar Baticaba".

As terras da FAZENDA BATICABA, dos PAES DA ROCHA LIRA, mais tarde, desligando-se do Termo municipal de Santo Antão, passariam a integrar a jurisdição do Município de CARUARU. Muito depois iriam para a jurisdição municipal do ALTINHO e atualmente pertencem ao Município de S. JOAQUIM DO MONTE.

Passando, por herança, de pais para filhos, a BATICABA ainda sobreexiste, agora com o nome de **Fazenda Jabuticaba,** pertencente à família altinense-agrestinense dos AZEVEDO, todos de notável influência na vida política do ALTINHO e de BEBEDOURO durante largos anos.

177

Na carta de sesmaria do capitão MANUEL MONTEIRO PAES DA ROCHA LIRA fala-se no nome do agricultor-proprietário FRANCISCO XAVIER CORREIA DE SÁ, grande vulto da história do ALTINHO no século XVIII, já falecido no ano de 1816, o qual deixara herdeiros e fora dono de sítios de cultura no BEBEDOR DAS QUEIMADAS e no CARURU.

Segundo Nelson Barbalho (**Dez Famílias de Caruaru, 40**), FRANCISCO XAVIER CORREIA DE SÁ era filho legítimo do coronel MANUEL D'ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA, chefe político no BEBEDOR DAS QUEIMADAS e um dos maiores donos de propriedades rurais no Distrito do ALTINHO, falecido em 1860, e de RITA FRANCISCA D'ASSUNÇÃO. Esta, nascida no ALTINHO, integrava a família CORREIA DE SÁ, já muito expressiva, nas primeiras décadas do século XIX, em todo o Agreste Meridional de Pernambuco, e surgida, na sociedade altinense, da união, através de casamentos, dos RODRIGUES DE SÁ, do **Lugar do Caruru,** com os BARROS CORREIA, do Cabo de Santo Agostinho e da freguesia de Santo Antônio dos Garanhuns.

FRANCISCO XAVIER CORREIA DE SÁ fora casado com IGNEZ MARIA DE ARANDA, por cujo leito houvera filho único: JOÃO DE DEUS CORREIA DE SÁ, casado com SANTINA CORREIA E SÁ, havendo descendência numerosa, quase toda radicada entre ALTINHO, BEBEDOURO e CARUARU.

Irmãos de FRANCISCO XAVIER CORREIA DE SÁ, todos agricultores-proprietários no ALTINHO do século XIX:

JOSÉ JANUARIO CORREIA E SÁ, falecido solteiro.

MANUEL ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA (o 2º com este nome), destacado político do ALTINHO, de BEBEDOURO e de CARUARU, também falecido solteiro, em 1905. Era tenente-coronel da Guarda Nacional.

JOÃO MATULINO DE ASSUNÇÃO, casado com MARIA URSULINA DA SILVA LIRA, com sucessão.

RITA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO LIRA, casada com o agricultor-proprietário FRANCISCO GOMES DE LIRA (irmão de Maria Ursulina, mulher de João Matulino de Assunção), com sucessão.

FRANCISCA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO CRUZ, casada com JOAQUIM SALVADOR DA CRUZ, agricultor-proprietário no **Brejo da Mulata** e em **Carapotós,** com sucessão.

IGNEZ ASSUNÇÃO DE AZEVEDO LIRA, casada com o primo JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA (filho do major

João Guilherme de Azevedo e de Maria Guilhermina), agricultor-proprietário e comerciante em BEBEDOURO, não havendo sucessão por seu leito. Seu marido, contudo, por leito extraconjugal, segundo informe do engenheiro-agrônomo Afrânio Assunção, se tornaria pai de família ilustre e numerosa — os GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, dos quais vêm os GUILHERME DE PONTES, de São Caetano da Raposa, os AZEVEDO GUEDES, da **Fazenda Baticaba,** em Bebedouro etc.

178

Em 1816, a **Casa de Oração** existente no BEBEDOR DAS QUEIMADAS já se achava transformada na "capela do Bebedor", segundo documento divulgado por Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., II, 10),** nestes termos:

"Aos três de novembro de mil oitocentos e dezesseis, na Capela do Bebedor, desta Freguesia de Santo Antônio de Garanhuns, depois de haver banhos corridos, feitas as mais diligências do costume, sem que resultasse impedimento algum, de minha licença, do reverendo D. Felipe de Leo **(cura do Bebedor)** e das testemunhas José Pedro de Melo, casado, e Francisco José, casado, e de várias pessoas todas minhas paroquianas, se receberam em matrimônio com palavras de presente Reinaldo Gomes da Silva, viúvo que ficou por falecimento de Ana Rosa da Silva, com Antônia da Silva, filha legítima de Bernardo Álvares da Silva, já falecido, e Maria José da Silva, todos naturais e moradores nesta Freguesia, e lhes deu a bênção do estilo na forma do Sagrado Concílio Tridentino, e mais não continha na certidão do dito reverendo e dos banhos, do que para constar mandei fazer este assento e me assinei. **O Vigário João da Silva Fonseca".**

Até hoje, apesar das diversas pesquisas levadas a efeito, ainda não se conhecem os verdadeiros construtores da "Capela do Bebedor", nem se sabe quem instituiu o seu patrimônio.

179

Em começos de 1817, antes de irromper em Pernambuco a célebre "revolução republicanista de 6 de março", o desembargador Antônio José Barroso de Miranda Leite, na qua-

lidade de ouvidor-geral da Comarca do Sertão, abria os trabalhos de correição na Vila de Garanhuns, cuidando de vários assuntos, entre os quais, como um dos mais importantes, o relativo ao plantio de mandioca nos campos garanhuenses, tendo em vista a grande seca e a escassez de alimentos em toda a Capitania. A seu respeito, lavrava o seguinte documento, deixado no arquivo da Câmara Municipal de Garanhuns, a cuja jurisdição pertenciam os campos do ALTINHO:

"Tendo o doutor Desembargador Ouvidor Geral Corregedor da Comarca presente a grande fome, principalmente de farinha de mandioca, gênero de primeira necessidade neste continente, que atualmente labora nestes sertões, com funestas conseqüências e prejuízo da população e até da Real Fazenda, se viu na precisa necessidade fazer publicar o Edital seguinte:

"Tendo em vista que a grande escassez que se está experimentando de farinha de mandioca, gênero de primeira necessidade neste continente, procede não tanto da atual seca, como principalmente de se ter posto em desuso a observância do Alvará do Senhor Rei Dom Pedro Segundo de 27 de fevereiro de 1701, em que se determina que os lavradores ou pessoas outras que têm somente três escravos e daí para baixo não plantem outro gênero qualquer que seja senão farinha de mandioca, milho, feijão e arroz, para venderem a público, e que os Senhores de Engenhos de Canas, a que correspondem os cultivadores e fabricantes de algodão, gênero que naquela época não havia, e, por isso, se contemplou só os Senhores dos Engenhos lavradores de canas, determinando que estes, não tendo maior número de três escravos, fossem obrigados a plantar somente mandioca para venderem ao Público; e que aqueles fossem obrigados a apresentar, além das canas de seu fabrico, tantas covas de mandioca, de modo que com o produto de duas partes delas sustentassem as suas famílias e a terceira parte a vendessem ao Público, tudo debaixo das penas declaradas no mesmo Alvará de Lei, fazendo caso de devassa contra os transgressores que assim o não observassem, e que nas Devassas Gerais da Correição se perguntasse por isto e se procedesse contra os transgressores, e é por isso mesmo que o primeiro Corregedor desta Comarca pôs nos interrogatórios das ditas Devas-

sas a de número 25 e eu o mandei por nesta correição debaixo do número 26, trazendo aquele Ministro a lembrança não somente do dito Alvará de Lei, mas também o termo, que sendo eu ouvidor geral da Comarca do Recife de Pernambuco, quando compreendia esta, o fiz assinar por todos os Senhores de Engenho e lavradores de canas na de Olinda, Igaraçu, Serinhaém, talvez que na do Recife, a fim de ficarem todos entendidos no disposto no dito Alvará de Lei, e de que se perguntaria nas Devassas da Correição sobre este objeto, e se procederia contra os transgressores impondo-se-lhes as penas declaradas no mesmo Alvará de Lei. Pelo que ordeno a todas as pessoas empregadas na agricultura de Cana, de Algodão, de Farinha de Mandioca, Milho, Feijão, que observem inviolavelmente o disposto no já declarado e referido Alvará de Lei e neste Edital, sob pena de se inquirir e proceder contra eles na Devassa da Correição, para o que este Edital depois de publicado e fixado no Pelourinho desta Vila, fica o Escrivão da Câmara na responsabilidade de o tirar por certidão e remeter para as povoações do ALTINHO, do Panema **(atual Águas Belas)**, do Papacaça **(atual Bom Conselho)** e os mais lugares que forem de maior agricultura, sob pena de se lhes dar em culpa nas correições futuras faltando deste preceito, que será repetido nos Provimentos da Correição próxima, e que chegue à notória de todos e não possam alegar a ignorância manda passar o presente.

"Dado e passado nesta Vila de Garanhuns, sob meu sinal e selo que ante mim serve, valha sem selo e causa. Aos vinte dois dias do mês de fevereiro de mil oitocentos e dezessete."

O escrivão Joaquim Severino do Couto, fazendo cumprir a determinação do ouvidor-geral, mandava fosse afixada cópia do referido edital na porta central da Capela de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, a fim de que todos os agricultores altinenses o cumprissem rigorosamente, incrementando o cultivo da mandioca em suas terras e fabricando a farinha respectiva em quantidade tal que sobrasse para exportação, pois mercado certo para seu comércio e consumo havia na praça do Recife, com a qual localidade se comunicava semanalmente através de comboios a percorrer o **caminho das boiadas**, via-CARURU DOS BEZERROS.

Documentadamente, o nome de BEBEDOURO, em substituição a **Bebedor das Queimadas** e **Bebedor,** surge logo no início de fevereiro de 1818, conforme registro lançado no respectivo "Livro de Assentos de Casamentos", arquivado na Diocese de Garanhuns e pesquisado por Alfredo Leite Cavalcanti, que atribui a construção da primeira capela bebedourense ao padre D. Felipe de Leo. O documento, em que aparece o nome BEBEDOURO, tem a seguinte redação:

"Ao primeiro dia de fevereiro de mil oitocentos e dezoito, à hora do meio dia, na Capela de Santo Antônio do BEBEDOURO, desta Freguesia de Garanhuns, depois de haver banhos corridos e terem-se dispensados os nubentes no impedimento em que se achavam ligados, feitas as mais diligências de costume sem que resultasse em impedimento algum de minha licença, em presença do Reverendo Fidelis da Rocha Preto, e das testemunhas Antônio Ferreira Calado, solteiro, e Teotônio Gomes da Silva, solteiro, e de várias pessoas, todas minhas paroquianas, se receberam em Matrimônio com palavras de presente BELCHIOR LEITE DO AMARAL, viúvo que ficou por falecimento de MARIA MADALENA DA SILVA, com MARIA QUERUBINA DA FONSECA GALVÃO, viúva que ficou de JOSÉ DOS SANTOS, ambos os nubentes naturais e moradores nesta freguesia, e mais não continha na certidão do dito reverendo e dos banhos. Do que para constar mandei fazer este assento em que me assinei. **O Vigário João da Silva Fonseca".**

A capela de Santo Antônio, do BEBEDOURO, era filiada à igreja-matriz de Sto. Antônio, dos GARANHUNS, permanecendo nessa situação até 1837, quando passaria a filiar-se à nova freguesia do Agreste Meridional de Pernambuco, isto é, à igreja-matriz de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, o que será historiado na época oportuna. Ao que tudo indica, a capela bebedourense, desde o início de suas atividades religiosas até seu desligamento da paróquia garanhuense, foi regida, em fases distintas, pelos seguintes padres-capelães — D. Felipe de Leo, Fidelis da Rocha Preto, Joaquim Pedro de Almeida, José Atanázio de Jesus e Francisco José Rosa Lagoa.

Alfredo Leite Cavalcanti, que viu e anotou a certidão eclesiástica do casamento, em BEBEDOURO, do fazendeiro agrestino BELCHIOR LEITE DO AMARAL, afirma que ele era nascido e vivente naquela ribeira do médio rio Una, mas José de Almeida Maciel **(Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres, 56)** apresenta-o como um dos políticos municipais de bastante evidência em CIMBRES, em cujo Senado da Câmara fora vereador em 1810; e, categórico, acrescenta: "Patriota em 1817, fundador da fazenda Capivara em Sanharó: avô do notável escritor Zeferino Galvão".

Em conseqüência da degringolada do movimento revolucionário de 6 de março de 1817 em Pernambuco, todos os "patriotas" a ele vinculados, em fevereiro de 1818 ou já haviam sido exterminados pelas forças governistas, ou ainda se achavam sofrendo horrores nos cárceres da Bahia, ou se encontravam foragidos, à espera de melhores dias na Capitania duartina, para se efetivar o retorno respectivo. Em tais condições, com a terrível **Alçada** em plena atividade, impiedosamente efetuando prisões, fazendo seqüestros, perseguindo tudo quanto era "patriota" encontrado dentro dos limites da Província, como se justificar a liberdade plena do "patriota" BELCHIOR LEITE DO AMARAL, tão livre e tão tranqüilo que, quando as devassas da ALÇADA ferocíssima iam no auge de suas ações, requeria o corrimento de **banhos** nos templos religiosos de Garanhuns, aparecia em público, casava-se sem utilizar procuração, comparecia pessoalmente a todas as solenidades de seu casamento com a viúva MARIA QUERUBINA DA FONSECA GALVÃO? Diante de fato assim tão espantoso, é possível que BELCHIOR LEITE DO AMARAL jamais haja participado da revolução republicanista de 1817.

Seja como for, o fato é que, ao casar-se em BEBEDOURO, em 2as. núpcias, com a viúva MARIA QUERUBINA (integrante da tradicional família GALVÃO, do antigo **Bebedor das Queimadas**, da qual fazem parte, além do citado escritor Zeferino Galvão, o desembargador Augusto Galvão, o político Celso Galvão, o jornalista Anísio Galvão etc.), BELCHIOR LEITE DO AMARAL já era pai de cinco filhos, de seu leito compartilhado com d. MARIA MADALENA DA SILVA, segundo Luis Wilson **Ararobá, Eterna e Lendária, 232):**

F1) — TERESA CARLOTA LEITE, "solteira e com 40 anos em 1848" **(ano do inventário de seu pai, falecido em 1847).**

F2) — ISABEL GALDINA LEITE, "viúva em 1848".

F3) — ANA VITÓRIA LEITE, "casada com Manuel Joaquim da Fonseca Galvão".

F4) — FRANCISCA ROSALINA LEITE, "casada com Francisco Celestino Leite".

F5) — MARIA ZEFERINA LEITE, "que casou com Vicente Ferreira Calado".

De seu 2º casamento, agora realizado no BEBEDOURO, haveria mais seis filhos:

F6) — BERNARDINO LEITE GALVÃO, "casado com Secundina América Leite".

F7) — HELENA QUERUBINA DA FONSECA, "solteira, com 26 anos em 1848".

F8) — BELCHIOR DE AQUINO GALVÃO, "solteiro, com 25 anos em 1848".

F9) — ZEFERINO CÂNDIDO GALVÃO, "solteiro, com 24 anos em 1848", o qual, mais tarde, se casaria e teria filhos, um dos quais seria o escritor Zeferino Galvão, que, assim, tem raízes altinenses-bebedourenses.

F10) — MANUEL TEOTÔNIO GALVÃO, "que casou com Francisca de Assis Calado".

F11) — MARIA CLAUDINA GALVÃO, sem maiores informações.

182

Aos 5 de fevereiro de 1818, o governador Luís do Rego Barreto ordenava a construção de cercas nas pequenas fazendas de criação de gados vacuns e cavalares situadas no

Agreste e no Sertão, a fim de que, com a medida, não se prejudicassem as lavouras dos agricultores de suas circunvizinhanças, causando sérios transtornos ao abastecimento do litoral, onde predominava a monocultura da cana-de-açúcar. Possivelmente, é daí por diante que, nos campos altinenses, irão surgir os "cercados", isto é, os sítios e fazendolas protegidos com fortes cercas de varas, muito mais tarde substituídas pelas cercas de arame farpado ainda em uso nos dias de hoje.

183

Através de registros diversos, documentadamente comprovados, feitos neste livro, verifica-se que BEBEDOURO vem de **Bebedor das Queimadas,** sítio fundado no Vale do Una pelo sertanista ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e, depois, transformado na FAZENDA DO BEBEDOR, da qual se origina a povoação do mesmo nome. Em 1818 já existia e estava em pleno funcionamento a capela de Sto. Antônio, surgida talvez por iniciativa de seu primeiro cura, o padre D. Felipe de Leo, e reformada em 1846. Tudo vem documentado aqui, mas o redator da **Enciclopédia dos Municípios** assim não entende e, sem apresentar documentação hábil, na parte dedicada a AGRESTINA **(pág. 25, vol. 1º, A-B),** divulga o seguinte histórico **(evidentemente inconsistente):**

"Terminava o ano de 1845, época em que os Sertões sentiam com todo o rigor os efeitos de tremenda crise, motivada por uma seca devastadora. Sertanejos, diariamente, desciam às dezenas e centenas, em demanda do Sul, atraídos pela fartura da zona canavieira. Nesse tempo, a área onde se localiza atualmente a cidade de Agrestina não passava de uma fazenda em miniatura **(o equívoco é evidente, em face dos documentos comprovadores do contrário disso e citados neste livro).** Meia dúzia de trabalhadores, também sertanejos, atraídos pela água que jorrava espontaneamente de um certo local do terreno, resolveram **(sic)** dar à nascente uma feição permanente, cavando um grande poço, para o abastecimento da população e dos animais, a que deram o nome de Bebedouro **(na verdade, tal nome já era registrado no papel desde 1818).** Como não existisse nas cercanias outra fonte de água potável, foram os moradores, bem como os adventícios, se instalando em torno do bebedouro, daí nascendo os primei-

ros casebres de taipa cobertos de telha e, desse modo, o lugarejo que passou a ser chamado por Bebedouro deu seus primeiros passos na escala lenta de seu progresso. Como era de se esperar acontecer, a influência da religião seguiu paralelamente a realização humana. Na história deste Município ela toma corpo, gerando iniciativas. Instaladas as primeiras famílias, estas deram início à exploração do terreno adjacente, advindo daí a descoberta de uma imagem de Santo Antônio, talhada em madeira, deixada por algum transeunte menos avisado. O fato é que, julgando tratar-se de um autêntico milagre, o senhor Miguel Joaquim de Lima Freire, senhor de respeitável idoneidade e querido por todos, coadjuvado pelos não menos respeitáveis Antônio Bezerra de Andrade, Severino Francisco da Silva, Francisco Antônio da Silva, José Januário de Assunção e seu irmão Manuel Januário de Assunção, lançaram os fundamentos da capela **(já existente quase trinta anos antes de tais "fundamentos")**, futura matriz de Agrestina. Isto aconteceu em dias de fevereiro de 1846 **(na verdade, em 1846 haveria a remodelação da Capela de Sto. Antônio, de BEBEDOURO).** Em abril do mesmo ano a capela estava concluída **(isto é, remodelada)**, escolhendo-se o dia 13 de junho para a celebração do primeiro ato religioso **(depois da reconstrução, evidentemente)**, o qual constou de um terço em louvor de Santo Antônio, patrono do lugarejo. Passaram-se os anos. Bebedouro deixa de ser somente o ponto de confluência de quem necessita de se abeberar, para tornar-se um aglomerado de pessoas, dispostas a transformá-lo num povoado, numa vila e, posteriormente, cidade. Se à influência da Igreja, deve Agrestina seus primeiros passos, quando ainda Bebedouro, a essa mesma Igreja deve alguns de seus reveses."

O trecho em transcrição, evidentemente, apesar de oficial, não deve ser levado a sério, pois não corresponde à verdade dos fatos históricos relativos ao surgimento da povoação do BEBEDOURO, atual AGRESTINA.

184

O governador Luís do Rego Barreto, aos 23 de dezembro de 1818, expedia instruções concernentes à construção de estradas públicas em alguns Municípios do interior da Província, aproveitando naturalmente as **picadas** e os **caminhos das**

boiadas vindos do primeiro século da colonização agrestino-sertaneja de Pernambuco e ampliados por alguns fazendeiros mais progressistas, como ocorrera, por exemplo, no Vale do Una e Vale do Ipojuca, dentro dos limites da SESMARIA ARAROBÁ, onde o sertanista ANTÔNIO VIEIRA DE MELO mandara abrir algumas estradas vicinais ligando, uns aos outros, os sítios e fazendas de sua imensa propriedade; e ligando, também, tais núcleos populacionais aos caminhos oficiais já existentes na época, chamados **estradas reais,** uma das quais passava pelo ALTINHO.

Segundo Pereira da Costa **(Anais, VIII, 32),** naquele serviço, dirigido por um engenheiro militar, armado de poderes discricionários, todo negro forro era obrigado a trabalhar de graça um dia por mês, na construção ou ampliação das tais estradas. Sendo escravo, dois dias. A reação a isso seria enorme, porém o governador não era homem de temer partes prejudicadas e, na lei do a pulso, conseguia, pelo menos, alargar e modernizar alguns caminhos carroçáveis saídos do Recife em direção da Zona da Mata e do Agreste, pelos quais transitavam não só as boiadas agrestino-sertanejas, mas, principalmente, os comboios com farinha-de-mandioca, base alimentar de quase toda a população pernambucana e cujo produto andava bastante escasso nas casas-de-negócio recifenses. O negro que não cumprisse a ordem de Luís do Rego seria "exemplado" em praça pública, inclusive levando chibatadas no lombo ou sendo torturado no **tronco,** até se decidir a "colaborar" com o governo.

O tempo era de crise e o ano de 1818 ia chegando ao fim com enorme seca a reinar, mais uma vez, em todo o Nordeste do Brasil. Os governos limitavam-se a tomar medidas paliativas e a comentar a falta de chuvas na região, em cujo interior o povo, ignorante e desassistido na forma do costume, tinha de recorrer ao velho hábito, importado de Portugal, de usar Santo Antônio como **chama** de água do céu, mergulhando sua imagem numa bacia cheia do precioso líquido (no Nordeste, preciosíssimo). Aliás, Santo Antônio, nas plagas nordestinas, era utilizado até para tirar **vitalina** do **caritó,** isto é, para fazer moça velha arranjar casamento. Gilberto Freyre **(Csa Grande & Senzala, I, 272),** analisando a superstição popular em relação a determinados santos e referindo-se especificamente a Santo Antônio, diz que — "em certas regiões do

Norte quando há incêndio nos canaviais coloca-se à imagem do santo numa das janelas da casa-grande até abrandar o fogo. Quando ronca cheia ou inundação é ainda sua imagem que se opôe ao perigo das águas alagarem a lavoura".

Nos campos do ALTINHO, principalmente no BEBEDOURO, a imagem de Santo Antônio era das mais populares e o seu culto bastante acentuado, principalmente entre as camadas mais ricas da população, em cujas residências sempre havia um oratório, onde o "santo casamenteiro" era figura de primeira grandeza. No seio do chamado zé-povinho, contudo, a coisa ficava um pouco diferente e agora, quando a falta de chuvas em seus campos ia-se prolongando demasiadamente, os invés de se recorrer aos milagres de Santo Antônio, dava-se ouvido a uns rumores vindos das bandas do BONITO, onde se dizia estar aparecendo um "santo" em carne e osso, o qual fazia pregações e ameaçava com o "fogo dos infernos" a todo aquele que não acreditasse em suas palavras. Tudo isso provocava, naturalmente, espanto e agitação entre o pessoal pobre da sociedade altinense, todo ele, com raríssimas exceções, constituído de gente bronca, crédula, incapaz de raciocinar inteligentemente.

185

Quase todo o mundo no Agreste — principalmente pretos escravos ou forros, mulatos, mestiços, a pobreza em geral, em síntese — mostrava-se maravilhado com a novidade surgida no BONITO e, num piscar de olhos, passava a militar ou, pelo menos, a simpatizar com a causa defendida pelo **Mestre Quiou,** como, vulgarmente, era apelidado o "santo" a fazer pregações no **Sítio da Pedra,** em plena Serra do Rodeador.

Muitos trabalhadores dos campos altinenses, em havendo oportunidade, fugiam em direção ao **Sítio da Pedra,** procurando agregar-se às legiões de fanáticos já instalados na Serra do Rodeador, mesmo sem compreender direito a finalidade do movimento pregado pelo **Mestre Quiou.**

Aliás, qualquer aventureiro esperto, ali surgido nas mesmas condições do **Santo da Pedra,** de logo contaria com a colaboração de quase toda a população pobre do Agreste, região entregue ao deus-dará e à lei do mais forte, semi-isolada do mundo, caracterizada pela ignorância crassa de

suas gentes, dominadas, via de regra, por donos de terras vastas insensíveis a reivindicações populares e interessados apenas em si mesmos ou em alguns de seus familiares.

Em amplas vastidões territoriais, abrangentes de sítios, fazendas, arruados e povoações como Bezerros, Bonito, Gravatá, Bebedouro, ALTINHO, Raposa, Curralinho, Panelas, Canhoto etc., até meados de 1819, não se tem notícia de instalação efetiva de escola alguma, exceção única, e assim mesmo por muito pouco tempo, para o CARURU, onde, fazia anos, funcionara pobre cadeira de primeiras letras, sob a regência do pioneiro "Professor Souza", aqui anteriormente citado.

Interesse real pela leitura quase não existia. Os senhores e possuidores das grandes vastidões territoriais do Agreste mantinham muito interesse, tão-só, pelo obscurantismo de seus moradores, pois sempre consideravam, como ainda hoje o consideram, gente que lê como sendo "gente perigosa", principalmente em se tratando de gente pobre, no entender deles, "nascida para trabalhar para o patrão, quando viva, e para adubar a terra, depois de morta". A esses coronéis de barranco interessavam muito mais braços fortes e servis do que cabeças esclarecidas de "pobre metido a cavalo do cão, querendo pensar por si mesmo". A idéia geral era uma só: para bem manejar a enxada ninguém tinha precisão de saber ler e escrever. Isso era "luxo para filho de rico", não para "mundiça de pobre". Esta era a lei imposta e respeitada por todos eles, tanto os "senhores e possuidores", quanto os escravos e demais "possuídos" ditos livres. Governantes portugueses, nobreza da terra, clero, militares de alta patente, todos os pernambucanos enfim, com raríssimas exceções, rezavam pela mesma cartilha: "Pobre deve aprender a trabalhar no pesado desde cedo; leitura é luxo e quem lê muito ou afraca a vista ou finda com o juízo mole".

Como, portanto, fugir de tão humilhante situação? Matriculando-se e freqüentando a escola da vida. Exatamente o que procuravam fazer todos os escravos, todos os agregados, todos os demais trabalhadores pobres, os quais, praticamente, constituíam a totalidade da população agrestino-sertaneja de Pernambuco. E o que lhe ensinava a dura escola da vida? Eis aqui algumas de suas principais lições:

— Aprender, desde menino, a manejar com habilidade e eficiência um "pau-de-fogo" ou uma "pajeùzeira" bem afiada, armas sistematicamente conduzidas "nos quartos" do "aluno", de modo a poder usá-las com facilidade ao menor sinal de perigo;

— Aprender a caminhar pelas caatingas mais íngremes da região, para, em caso de necessidade, escapar com rapidez de qualquer ação policial;

— Aprender a mentir com arte e sisudez, para, através da dissimulação, ir-se livrando dos castigos sempre impostos pelos poderosos;

— Aprender a masturbar-se desde tenra idade, como um modo de "alegrar-se de graça" ou de se vingar do patrão, "gozando em intenção das filhas ou da mulher dele", sem que ele o descobrisse;

— Aprender a roubar sutilmente, "devagar e sempre", para assim compensar a exploração de que o "aluno" era permanente vítima; etc. etc.

Em tais condições, "formava-se", ou antes, deformava-se o pobre homem do Agreste e do Sertão de Pernambuco, onde ignorância era mato.

Para quem apelar, então? Para todo e qualquer "santo" baixado no seu terreiro e que, para os desgraçados alunos da escola da vida, representasse uma esperança de libertação. Por isso, agora, ali bem perto do ALTINHO, na Serra do Rodeador, no BONITO, apelavam para o **Mestre Quiou,** tornando-se "fanáticos" e conseqüentemente "elementos perigosos" para as autoridades em geral, principalmente para o vigário da freguesia de Santo Antão, o qual sentia-se altamente prejudicado e ofendido com os "milagres" feitos pelo **Santo da Pedra.**

186

O **sebastianismo,** irrompido coletivamente na Serra do Rodeador, era efeito da sesquipedal ignorância típica da sociedade agrestino-sertaneja de Pernambuco em toda a fase

colonial do Brasil, em cujo espaço de tempo estudo era "luxo para filho de rico" e livro era objeto considerado inútil, por uns, e perigoso, por outros. Na verdade, a sociedade agrestino-sertaneja procedia de um tripê formado por índios botocudos, negros escravizados e brancos degredados de Portugal, com raríssimas exceções. Que se poderia esperar dessa pobre gente senão muita ignorância coletiva ou particular? O agrestino-sertanejo, via de regra, era analfabeto, ingênuo, supersticioso, sujeito perenemente a tornar-se vítima de todo tipo de espertalhões em geral. Não dispunha de escolas, nem os governantes se mostravam interessados em sua instrução. Até mesmo em relação à sua saúde, não contava, em seus pagos, nem com assistência médica, nem hospitalar, nem ao menos farmacêutica. Quando adoecia, o infeliz, geralmente, recorria ao chamado **doutor raiz** — um curandeiro charlatão metido a sabichão, o qual vivia pelas localidades do interior, "arreceitando os pacientes" e fazendo **meizinhas** à base de ervas ditas medicinais, como, por exemplo, a secularmente popularizada **garrafada do sertão,** panacéia aceita por todos como verdadeiramente milagrosa. Ao invés de médico, havia, pelas vilas, como a de Garanhuns (à qual subordinava-se o ALTINHO), "subdelegados de Medicina" e "cirurgiões", nomeados pelo governo, cujos cargos eram exercidos por leigos, sistematicamente.

Em tais precárias condições, não era de admirar o fanatismo popular, levando quase todos os agrestinos à adesão ao **Mestre Quiou** e às suas práticas sebastianistas.

187

Na "casa-grande" da fazenda-mor "dos Assunção", situada no BEBEDOURO, jurisdição distrital do ALTINHO e municipal dos GARANHUNS, agora em 1820, nascia MANUEL ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA (o 2º a assinar este nome), filho legítimo dos agricultores-proprietários altinenses Manuel d'Assunção Azevedo e Silva e Rita Francisca de Assunção (Rita Francisca Correia e Sá, em solteira), cuja família já mereceu destaque especial neste livro **(ver tópico 177).**

MANUEL ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA (1820-1905), durante sua longa existência, seria o grande chefe político do BEBEDOURO, exercendo enorme influência na sociedade altinense, durante o século XIX e começos do século XX. Muito

moço ainda, tornar-se-ia tenente-coronel da Guarda Nacional e, apesar de solteiro, seria uma das figuras mais respeitadas do Agreste Meridional, militando nas hostes do Partido Conservador, durante a fase imperial, e ao lado de Rosa e Silva, no período republicano. Quando, em 1848, o CARURU (atual CARUARU) tornou-se Município, integrado, entre outros, pelos distritos do ALTINHO e do BEBEDOURO, entre os primeiros vereadores eleitos para a sua Câmara Municipal estava o coronel MANUEL ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA, já defendendo com muita garra e sabedoria os interesses da sociedade bebedourense, a cuja terra amaria, com verdadeiro ardor, durante a sua vida inteira.

Apesar das muitas pesquisas levadas a efeito em torno de seus avós, nada se descobriu de positivo até aqui. É possível que o cel. MANUEL ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA seja neto paterno de MANUEL DE AZEVEDO SILVA, que em 3 de fevereiro de 1783 aparece como testemunha de um casamento efetuado na capela de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO **(ver tópico 154).** É caso para averigüação mais profunda.

188

Na povoação do CARURU, entre 3 e 4 de setembro de 1820, falecia o velho capitão JOSÉ RODRIGUES DA CRUZ (1756-1820). filho da altinense ANTÔNIA TERESA DE JESUS e do meio altinense SIMÃO RODRIGUES DURO. Era casado com a sobrinha MARIA DO ROSÁRIO NUNES, filha de sua irmã JOAQUINA MARIA DE JESUS e do primeiro marido desta, o capitão MANUEL DA SILVA NUNES, apelidado de **Nunes dos Bezerros.** Do consórcio só se tem conhecimento de um filho — o agricultor MANUEL RODRIGUES DE JESUS, casado com CÂNDIDA ANA PRUDÊNCIA DA SILVA, com sucessão.

Quando o capitão José Rodrigues saía de cena, sua povoação do CARURU já era um dos mais movimentados distritos da ribeira do Ipojuca e do Município de Santo Antão, ao qual pertencia, principalmente pelo seu privilégio de situar-se em pleno **caminho central das boiadas** (a BR-232 dos dias atuais, pouco mais ou menos) e de ficar num cruzamento de estradas carroçáveis que ligavam a sede distrital, ao leste, a São José dos Bezerros, Gravatá, Sto. Antão, Sto. Amaro de Jaboatão e Recife; ao oeste, aos povoados da Raposa, do Tacaimbó, do Capim, de Sanharó, de Pesqueira, de Olho Dágua dos Bredos e de todas as demais localidades do Sertão; ao

norte, ao povoado de Taquaritinga e à Província da Paraíba; e, ao sul, aos povoados de Bebedouro, do ALTINHO, do Bonito, do Canhotinho, de Panelas de Miranda e, por intermédio da vila de Garanhuns, à Província das Alagoas.

189

Desde alguns meses passados, muitos negros escravos e mestiços livres, trabalhadores rurais no Agreste e na Mata-Sul, em companhia de mulheres e filhos, haviam abandonado sítios, fazendas e engenhos onde viviam labutando, para, em romarias constantemente renovadas, fixarem-se na povoação do BONITO, em cujo interior os atraía o **Santo da Pedra,** ou antes o espertalhão SILVESTRE JOSÉ DOS SANTOS, o célebre **Mestre Quiou,** o qual, proclamando-se **sebastianista** e "enviado de Deus", vinha dominando verdadeira legião de "fiéis" na Serra do Rodeador. O povo acreditava nas suas potocas, enquanto ele, o sacripanta, vivia à tripa forra, junto a uma amásia conhecida pelo apelido de **Aninha do Gavião.**

O governador Luís do Rego Barreto, cientificado das ocorrências no Rodeador, como medida preventiva, enviara ofício ao ouvidor Antero José da Maia e Silva, da Comarca do Recife, ordenando-lhe seguir o quanto antes para o BONITO e, de passagem, visitar as localidades de Santo Antão, Crauatá, S. José dos Bezerros, Caruru e ALTINHO, a fim de, entre suas gentes, abrir devassas acerca "do ajuntamento perigoso de fanáticos na Serra do Rodeador".

Dando cumprimento à ordem governamental e viajando em lombo de cavalo, dr. Antero José comparecera a todas as citadas localidades e, sem dúvida alguma, tendo-se deixado levar por fofocas e intrigas de pessoas ignorantes mas metidas a anti-sebastianistas e principalmente pelas denúncias e acusações feitas pelo vigário de Santo Antão, tornava ao Quartel General do Governo trazendo notícias alarmantes, como se o fim do mundo estivesse próximo e fosse ter início no BONITO.

Malvado e violento como era, ao mesmo tempo que medroso, Luís do Rego Barreto, escutado o ouvidor, não titubeava no autorizar às pressas a formação de um pequeno

exército, com tropas requisitadas em Santo Antão, S. José dos Bezerros, Caruru, ALTINHO, Garanhuns e Bonito, com o fim de ir-se preparando para bloquear e extingüir o chamado "foco de malvados" do Rodeador, entre os quais se previa a existência de agitadores remanescentes do fracassado movimento republicanista de 1817.

Tomadas estas medidas preliminares e projetada a dizimação total do "arraial dos fanáticos", o capitão-general de Pernambuco queria ir pessoalmente comandar a expedição militar a caminho do Rodeador, deixando no governo da Província, como seu substituto, o marechal português Antônio Salazar Moscoso, mas, na ocasião, aportava ao Recife, procedente da Europa, o paquete inglês **Cresterfield,** trazendo as primeiras notícias sobre a revolta liberalista ocorrida na Cidade do Porto, entre as quais havia alusões a governo constitucional, queda da monarquia, vitória do liberalismo em Portugal etc. Preocupado com tudo isso, Luís do Rego Barreto desistia da ida ao BONITO, mandando em seu lugar o comandante Moscoso.

Na madrugada de 22 de outubro de 1820, a força expedicionária, sem o concurso das tropas interioranas (já fracassadas nos primeiros encontros com os **sebastianistas),** partia do Recife, sob o comando geral do marechal Salazar Moscoso e dividida em três batalhões de linha, chefiados por José de Morais Madureira Lobo, José de Sá Carneiro Pereira e José Belarmino Cardoso.

Chegada à vila de Santo Antão, a força expedicionária resolvia aceitar a incorporação de milicianos locais e do distrito de São José dos Bezerros, publicando-se na ocasião um comunicado de que o exército em marcha se destinava a PAJEÚ DE FLORES, a fim de, com isso, despistar curiosos e prováveis espiões **sebastianistas** espalhados na sede daquela vila.

Ao subir a íngreme Serra das Ruças, mostrava-se indisposto o marechal Salazar Moscoso, decidindo permanecer no LUGAR DO CRAVATÁ (atual Cidade de Gravatá), de onde retornava ao Recife, e deixando no comando geral dos expedicionários o capitão português Madureira Lobo, "oficial insolente, de maus instintos e, além disso, dado à embriaguês".

Já perto da povoação do BONITO, Madureira Lobo, fazendo negaça e acompanhando-se de bons guias, enveredava pelas matas, em rumo diferente do "arraial dos fanáticos", conseguindo assim iludir muita gente, mas atingindo seu objetivo, que outro não era senão a Serra do Rodeador, a cuja base surgia na madrugada de 25 de outubro, seguido por seus comandados. Dividia o exército em dois corpos de ataque, para surpreender o "inimigo" por dois flancos distintos, e ordenava sua marcha rápida por caminhos diferentes, segundo Pereira da Costa **(Anais, VIII, 94-95)**, que acrescenta:

"O chefe que primeiro chegou às quebradas da serra em que estava situado o arraial dos reunidos sebastianistas, formado de grande número de casas de palha, ou porque pressentido, foi logo recebido com descargas de fuzilaria pela gente de Silvestre dos Santos, ou porque entrasse de assalto no arraial, hostilizando-o com veemência, o certo é que, ouvidos os primeiros tiros por Madureira Lobo, que se achava um pouco distante ainda, avançou em marche-marche e, galgando a chapada do arraial, ainda em plena escuridade, rompeu o fogo, sem atender mesmo sobre quem o dirigia.

"Estabeleceu-se então completa confusão, combatendo com vigor e sem a devida orientação as tropas do governo entre si próprias, de sorte que, somente com o clarear do dia, foi que se desfez o engano, quando grande número de mortos alastrava o campo de ação. Convergiram então as forças, reunidamente, o combate sobre a gente do arraial, que foi fácil de vencer pelo quase nenhum armamento de que dispunha.

Os "fanáticos" do Rodeador não eram políticos nem inimigos do governo. Ignorantes, queriam rezar à sua maneira e esperar pela volta de D. Sebastião com a felicidade plena sobre a face da terra. Criam nas potocas do **Mestre Quiou** e cresciam em número e em prestígio junto às populações do Agreste e do Sertão, principalmente as populações do Município de Santo Antão, o que causava bastante incômodo ao vigário da paróquia, por certo um homem mesquinho e intolerante, além de prepotente e bafejado pelas autoridades locais. Os **sebastianistas** do BONITO precisavam de trabalho e instrução. Ao invés disso, davam-lhes fogo cerrado como se se tratasse de gente altamente periculosa. O exército agia

com rigor exagerado e sem um mínimo de clemência ou de piedade humana.

"Madureira Lobo, furioso com o contratempo, manda lançar fogo à povoação; e um grande número de mulheres e crianças, principalmente, perecem envolvidas nas chamas que rapidamente se desenvolveram e tudo devoraram, uma vez que todas as habitações eram construídas de madeira e palhas de catolé.

"Não satisfeito ainda com aquele ato da mais requintada ferocidade, Madureira Lobo mandou passar a fio de espada a um grande número de fanáticos, quando estes já haviam deposto as poucas armas que possuíam, tinham-se rendido e não ofereciam mais o menor receio de resistência.

"Reunidas as mulheres e crianças que escaparam da fuzilaria do assalto e das chamas do incêndio, cujo número subia a 500, regressaram as tropas para o Recife, trazendo-as escoltadas, e entraram na capital (Olinda), com esses miserandos troféus da sua vitória, no dia 5 de novembro.

"Toda essa gente, imunda, maltrapilha e quase em completa nudez, foi atirada às prisões do Recife, ou enviada para bordo do navio **Pernambuco**, para cujo sustento mandou o governo dar 100 réis **(um mísero tostão)** diariamente e metade para o das crianças, até que, depois de uma prisão de mais de mês, foram soltas todas as mulheres, por ordem de um conselho de investigação, que se instaurara, e remetidas depois a diversos distritos, ficando sob a vigilância dos seus respectivos comandantes militares. As crianças foram entregues às suas mães; e as que não as tinham foram repartidas entre as famílias mais opulentas.

"Toda essa gente, depois de solta, enquanto não teve o conveniente destino, vagou sem abrigo e sem pão pelas ruas do Recife, imunda e maltrapilha como viera, implorando à caridade pública."

Meninotas de 12, 13 anos de idade, para sobreviver, entregaram-se à prostituição no baixo meretrício da cidade e todo o mundo ao redor achou fosse isso a coisa mais natural da vida.

Na chacina do Rodeador, por causa da imprevidência dos respectivos comandos, feriram-se mais de 100 praças e morreram vinte e dois soldados envolvidos no tiroteio entre os dois blocos de tropas legais. E, entre os **sebastianistas,** foram mortos 79 fanáticos e mais de 200 pessoas feridas. Os 500 presos levados para o Recife constituíam-se de 300 crianças e 200 mulheres.

Mestre Quiou, "santo" poderoso como era tido, não salvava "irmão" algum, mas fizera o "milagre" de salvar a si mesmo e à sua amásia, a tal **Aninha do Gavião,** fugindo pelas brenhas ao primeiro sinal de fogo e ocultando-se matreiramente, para somente reaparecer, no ano seguinte, são e salvo, já em Goiana, não mais como o **Santo da Pedra** e, sim, como um legítimo herói, lutando ao lado dos pernambucanos que ali se levantariam contra a prepotência do governador Luís do Rego Barreto e a favor da libertação do Brasil do terrível jugo português.

Estava assim consumada a horripilante "fogueira humana" do BONITO, em torno de cujo massacre D. Pedro, em seu manifesto de 1º de agosto de 1822, faria referência, exclamando: — **Recordai-vos, Pernambucanos, das fogueiras do Bonito!**

Madureira Lobo e demais oficiais encarregados do massacre do Rodeador não sofreriam sequer um padre-nosso de penitência. Luís do Rego Barreto, ficando impune também, escreveria u'a **Memória justificativa** sobre o fato criminoso, procurando denegrir a população do BONITO, tachando sua povoação de "uma aldeia pobre e cuja cultura consiste em algodão, que pertence a alguns lavradores deste gênero, sendo o resto do povo miserável".

Varnhagen **(ob. cit., V, 179),** um tanto alheio à realidade do drama acontecido no Rodeador, diz que os **sebastianistas,** "mandados dissipar, não obedeceram, e, pelo contrário, resistiram valorosamente aos primeiros milicianos armados; mas, por fim, foram submetidos pela tropa, caindo prisioneiros muitos, a quem el-rei perdoou, como a ilusos, mandando-os restituir a seus lares". Sobre a chacina monstruosa cometida pelo exército del-rei nem um pio!

D. João VI, inteirado de tudo, expediria **Aviso,** no começo do ano seguinte, através do qual acharia bastante suspeita e perigosa a gente reunida no Rodeador, trataria com muita benevolência a ação criminosa do comandante Madureira Lobo e, paternalista como sempre, concluiria determinando:

"E não podendo deixar de magoar muito o real e pio coração de sua majestade a desgraça da maior parte dos que se achavam no mencionado sítio do Rodeador, tendo sido para aí conduzidos por ignorância e superstição; há por bem que se ponha este negócio em perpétuo silêncio, que se prossiga na diligência para se prender o chefe daquela associação, Silvestre José dos Santos, e, sendo preso, vá para Angola por toda a vida; que sejam remetidos também para a mesma cidade, mas por tempo somente de cinco anos, todos aqueles que estiverem em termos de ser soldados, que se lhes mande assentar praça, para servirem fora dessa Capitania, sendo metidos como recrutas para a corte ou Santa Catarina, pondo-se em liberdade todos os mais, dando pela real Fazenda as esmolas que entender convenientes às mulheres e filhas que por este motivo ficarem viúvas e órfãs."

Para fazer diminuir um pouco a incultura generalizada entre as populações agrestino-sertanejas de Pernambuco, para lutar contra a ignorância no interior da Província, o "magnânimo" marido da infiel Carlota Joaquina não moveria uma palha sequer, procurando apenas eliminar efeitos, sem jamais pensar em dar solução definitiva e racional às causas de ajuntamentos humanos semelhantes ou assemelhados àquele do Rodeador, na pobre povoação do BONITO.

190

No Cabo de Santo Agostinho, em 1710 e anos imediatos, tomara parte nas lutas nativistas, das quais resultara a **guerra dos mascates,** o capitão JOÃO DE BARROS CORREIA, que foi preso pelo governador Félix José Machado e enviado para Lisboa, sendo eliminado na prisão. É possível que os seus familiares, a fim de fugir às perseguições e violências cometidas pelo governo português contra os pernambucanos favoráveis ao regime republicano, tenham deixado o CABO e ido fixar residência no Ceará, onde os BARROS COR-

REIA, descendentes daquele mártir-herói, mantendo a tradicional linha política de seus antepassados, teriam participado do movimento republicanista de 1817 nas plagas alencarinas, sofrendo, novamente, toda a família, tantas perseguições ali que se vira obrigada a fugir outra vez, desta feita retornando a Pernambuco e domiciliando-se, inicialmente, na povoação do BREJO DA MADRE DE DEUS, em cuja sede, na época, funcionava uma "alternativa" da Comarca do Sertão, ou, pelo menos, nela residia o respectivo ouvidor-geral. Seja como for, o certo é que, em 1820, falecera em CIMBRES o fazendeiro MANUEL ANTÔNIO DAS NEVES, deixando casa residencial na vila cimbrense e uma "propriedade de terras no Termo de São João do Cariri da então Comarca da Paraíba". No seu inventário, concluído em 1822, segundo José de Almeida Maciel **(Ob. cit., 205-207)**, haviam trabalhado "os advogados **(rábulas)** José de Barros Correia e Antônio Joaquim de Melo, bem assim dois outros escrivães: Bernardo José de Barros Correia e Manuel Lopes Bandeira, residentes no Brejo **(da Madre de Deus)**, onde permanecia o ouvidor geral da Comarca do Sertão de Pernambuco" **(dr. Tomás Antônio Maciel Monteiro)**.

"Sobre as pessoas mencionadas: (...) Bernardo José de Barros Correia dedicou-se depois à advocacia **(na qualidade de rábula)** e os seus pareceres, constantes do inventário de d. Teresa de Jesus Leite, em 1831, revelam conhecimentos jurídicos; José de Barros Correia, pai ou irmão de Bernardo Correia, também do Brejo, com a mesma profissão de causídico".

Pelas citações de José de Almeida Maciel, documentadamente se verifica a presença em CIMBRES e no BREJO DA MADRE DE DEUS, já entre 1820 e 1822, dos irmãos (ou parentes próximos) BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA e JOSÉ DE BARROS CORREIA, o primeiro funcionando como escrivão, no foro da Comarca do Sertão, e o segundo como "advogado".

A informação de José de Almeida Maciel, estribada em documento hábil, conflita-se com uma outra, prestada por Luís Wilson, sem comprovação, registrada no livro **Roteiro de Velhos e Grandes Sertanejos**, vol. III, págs. 1201-1202, quando diz que BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA era o "ad-

vogado que, em 1824, acompanhara a senhora sua mãe do Ceará para Pernambuco, visto haver seu pai, João de Barros Correia, tomado parte na **Confederação do Equador,** tendo sido preso e enviado para o Rio de Janeiro, não se sabendo mais notícia do mesmo".

Pelo documento pesquisado por José de Almeida Maciel, verifica-se que o mesmo BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA não viria em 1824 do Ceará para Pernambuco, pois, desde 1820, já se achava vivendo e residindo no Município de CIMBRES, trabalhando, como escrivão, na Comarca do Sertão, com sede no BREJO DA MADRE DE DEUS. Somente iria aparecer como "advogado", ou antes, como rábula, em 1831. Assim, é possível que o seu pai — JOÃO DE BARROS CORREIA, segundo Luís Wilson — tenha mesmo tomado parte, no Ceará, na revolução republicanista de 1817, quando seria "preso e enviado para o Rio de Janeiro, não se sabendo mais notícia do mesmo". E a vinda de BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA, do Ceará para Pernambuco, em companhia de sua mãe, MARIA VANDICK WANDERLEY, teria acontecido mesmo em 1817, fixando-se a família, inicialmente, no BREJO DA MADRE DE DEUS. O "advogado", segundo José de Almeida Maciel, era JOSÉ DE BARROS CORREIA, que, não sendo pai de BERNARDO JOSÉ, possivelmente seria seu irmão ou tio. Isto posto, volte-se a palavra ao historiador Luís Wilson:

"Veio, no entanto, também do Ceará, acompanhando a mãe, além de Bernardo José de Barros Correia, o seu irmão Francisco Joaquim de Barros Correia, casando ambos, depois, com filhas de José Vieira Pinto, filho do Capitão Jerônimo Vieira Pinto, do Cabo, proprietário da Faz. Retiro de Cima, no Vale do Una.

"Bernardo morreu moço. Seus filhos, entre os quais Augusto de Barros Correia e seu irmão, o futuro Padre Tito (que foi o segundo vigário de Gravatá, onde chegou a 08.05.1859), foram muito ajudados pelo tio, Francisco Joaquim de Barros Correia **(domiciliado no ALTINHO)**, pai de Antônio Epaminondas de Barros Correia **(altinense de 1839),** mais tarde **Barão de Contendas,** Governador de Pernambuco quatro vezes, no século passado, e pai de Eurico de Barros Correia, do qual é filho o Dr. Eutico de Barros Correia, que

casou com **Zitinha** (Carolina), filha do cel. Mário Cavalcanti e de sua primeira esposa, D. Anita, ele filho do Dr. Leonardo Arcoverde de Albuquerque e ela irmã de Armando da Costa Brito".

A partir, inclusive, da terceira década do século XIX, a vida dos BARROS CORREIA em Pernambuco está intimamente ligada à História do ALTINHO, onde os irmãos BERNARDO JOSÉ e FRANCISCO JOAQUIM, já casados, passaram a viver e residir — o primeiro, trabalhando como rábula e sempre viajando, surgiria em Pesqueira, Garanhuns, Brejo da Madre de Deus, Caruaru etc.; e o segundo, na qualidade de professor público provincial, regeria a 1a. Cadeira Primária para o sexo masculino surgida no distrito altinense até jubilar-se, aí permanecendo pelo resto da vida e tornando-se uma das pessoas mais influentes do lugar, que considerava seu e onde nasceram todos os seus filhos.

191

Enfim, Pernambuco passava a ser dirigido por uma Junta Governativa composta de pernambucanos e presidida por GERVÁSIO PIRES FERREIRA, homem de visão larga, o qual, interessado na instrução pública pelo interior da Província, criava, em 18 de março de 1822, algumas Cadeiras de Primeiras Letras no Agreste e no Sertão. Segundo Pereira da Costa **(Anais, VIII, 196),** criadas as Cadeiras Primárias de Tacaratu, Fazenda Grande (atual Floresta), Cabrobó e ALTINHO, e as de Gramática Latina de Flores e do Brejo da Madre de Deus, "foram por edital de 22 de julho postas em concorrência", a fim de serem providas.

Em relação a quase três séculos de domínio governamental português em Pernambuco, sem o menor interesse pelo problema educacional pelo interior da então Capitania, o que o governo dos pernambucanos acabava de realizar nesse setor, em poucos meses de administração, era quase revolucionário, de tão inédito e sensacional. Mesmo assim, na época, em Pernambuco, muita gente lutava com unhas e dentes pelo regresso do Brasil à humilhante condição de simples colônia de Portugal.

Não se conhece, com exatidão, o nome do 1º professor público provincial nomeado para reger a recém-criada Cadeira de Primeiras Letras do ALTINHO, porém sabe-se que, alguns anos mais tarde, as suas aulas seriam ministradas pelo jovem professor FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA. Há quem diga tenha sido ele, de fato, o primeiro regente da pioneira escolinha altinense, mas não existe ou ainda não apareceu documentação hábil, a seu respeito, para comprová-lo. Primeiro ou um dos primeiros, o fato é que o Prof. FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA, pouco depois de fixado no ALTINHO, tornar-se-ia um dos políticos mais influentes de sua sociedade, em cujo seio, até hoje, os BARROS CORREIA constituem grupo familiar dos mais importantes e mais tradicionais da **Terra do Barão de Contendas**, o 1º altinense a governar Pernambuco.

192

No trabalho intitulado **Origem de algumas Famílias Portuguesas que têm Brasão de Armas** há um verbete dedicado aos BARROS, em que se lê:

"Esta família procede de Gonçalo Nunes de Barros, senhor de Crastodairo, de Cabo e de Entre-Homem, no tempo do rei D. João I, morto em 1433. O solar da família era o lugar de Barros, concelho de Regalados, Província de Entre Douro e Minho. A família já era conhecida no tempo de D. Diniz I, rei de Portugal, em 1281. (Baena, XXIV)."

E outro verbete dedicado aos CORREIAS, assim redigido:

"A origem desta família é a vila de Salceda, comarca de Túy, Província de Pontevedra, na Galiza. (Carrafa, XXVII, 196). Procedem de D. Paio Corrêa, mestre da Ordem de Santiago, na Espanha, que viveu no tempo do conde D. Henrique, morto em 1114 (pai do 1º rei de Portugal). Foram senhores de Farelães, na comarca de Barcelos."

Na **Nobiliarchia Portuguesa**, de Antônio de Vilas Boas e Sampaio, parte dos "Brasões de Portugal", no verbete alusivo aos BARROS vem escrito:

"Têm por Armas em campo vermelho três bandas de prata, & sobre o campo nove Estrelas de ouro, uma na cabeça do campo, duas no pé dele, seis no meio, três de cada parte. TIMBRE: uma aspa de vermelho com cinco Estrelas."

E no verbete dos CORREIAS:

"São suas Armas o campo de ouro fretado de correias de vermelho, repassadas umas por outras. TIMBRE: dois braços armados em aspa, atados com uma fivela vermelha."

193

Entre as filhas de Jerônimo de Albuquerque, o **Adão Pernambucano,** por seu leito com a índia tabajara **Muirá-Ubi** (Maria do Espírito Santo Arcoverde, no batismo cristão), destaca-se ANTÔNIA DE ALBUQUERQUE, casada com o fidalgo luso GONÇALO MENDES LEITÃO (irmão de D. Pedro Leitão, 2º bispo do Brasil).

Um dos filhos do casal GONÇALO MENDES LEITÃO-ANTÔNIA DE ALBUQUERQUE chamava-se JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE (falecido em Olinda no ano de 1617), casado com MARGARIDA BARBOSA, filha do 1º governador da Paraíba (em 1588), Francisco Barbosa, fidalgo da Casa Real.

Do casal JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE-MARGARIDA BARBOSA é filho outro JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE, casado com CATARINA PEREZ, filha de Jacques Perez.

JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE e CATARINA PEREZ deram a um de seus filhos o mesmo nome de JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE, o qual casou com MADALENA BARBOSA, sua prima.

Uma filha do casal JORGE LEITÃO DE ALBUQUERQUE-MADALENA BARBOSA, a jovem LUÍSA DE ALBUQUERQUE, casou com JOÃO DE BARROS CORREIA, lusitano passado para Pernambuco antes da invasão holandesa (1630), fixando-se em Olinda, a convite de seu tio Filipe Deniz, senhor do **Engenho Nossa Senhora da Assunção,** muito mais tarde popularizado pelo nome de **Engenho Suassuna,** em Santo Amaro de Jaboatão.

Ao que se diz, o tio, não tendo filhos, em testamento lavrado pouco antes de falecer, deixava todos os seus possuídos para o sobrinho, já casado com LUÍSA DE ALBUQUERQUE, o citado JOÃO DE BARROS CORREIA, que assim, sem fazer muita força, do dia para a noite se tornava rico e um dos nobres senhores de engenho da Capitania duartina.

Segundo Luís Wilson **(Minha Cidade, Minha Saudade, 301-303)**, "João de Barros Correia e seus irmãos, um dos quais de nome Francisco, era louco e veio para Olinda, e mais dois irmãos e cinco irmãs, em Portugal, eram filhos de Heitor de Barros Correia e de sua esposa D. Branca de Carvalho".

"Deixou o casal João de Barros Correia-D. Luísa de Albuquerque **(tronco dos BARROS CORREIA em Pernambuco)** um filho único: Marcos de Barros Correia, que nasceu, tem-se a impressão, em 1641. Seria depois Mestre-de-Campo do Terço de Auxiliares das Freguesias do Cabo, Ipojuca e Sirinhaém, por patente de 21.12.1661, e foi Vereador em 1681. Morreu a 07.09.1684, de um tiro de espingarda que lhe deram quando voltava para casa.

"O Mestre-de-Campo Marcos de Barros Correia, a 23.01.1680, recebia duas datas de terras do Governador Ayres de Souza Castro, sem foro ou pensão alguma, salvo o dízimo a Deus (SESMARIAS, Documentação Histórica Pernambucana, vol. IV, pág. 93 — Secretaria de Educação e Cultura, Biblioteca Pública, 1959):

"Uma, de 50 léguas de comprido na costa do mar, e no rio que os tapuias chamam — **Piatto** — acima, que entra parte para o Sertão e Rio Piranhas na Paraíba ou Rio Grande, com vinte léguas de um ao outro lado do dito rio, juntamente com o Padre Vigário João Batista, Capitão-mor Francisco de Nobalhos Correia, Gabriel de Barros Rego, Gaspar Pereira de Oliveira, Antônio Batista, Luís Alverno e o Capitão-mor Antônio de Oliveira Ledo e seus herdeiros.

"A outra, apenas em seu nome, de duas léguas de terras em quadra pelo rio Ipojuca acima da parte Sul e fronteira as que pertencem ao Mestre-de-Campo Antônio Casado Vidal."

O mestre-de-campo que fora beneficiado com terras entre os rios Ipojuca e Serinhaém chamava-se ANTÔNIO CURADO VIDAL e era sobrinho de ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS, que, quando governador de Pernambuco, havia assinado carta de sesmaria em favor do aludido parente. As terras de ANTÔNIO CURADO VIDAL situavam-se no **Riacho da Palha** e no **Vale do Pau Santo** e nelas o dito sesmeiro fundara sítio-de-cultura ocupado e desenvolvido por parentes seus. Aqui neste livro já se fez referência às terras do mestre-de-campo ANTÔNIO CURADO VIDAL **(ver tópico 085).**

A sesmaria de duas léguas de terra em quadro, concedida ao mestre-de-campo MARCOS DE BARROS CORREIA em 1680, limitava-se com a propriedade de ANTÔNIO CURADO VIDAL e atingia também o **Vale do Pau Santo,** ficando na parte Sul, já quase no Agreste Meridional, daí o motivo por que, fundando-se nela uma fazenda agropastoril, a propriedade, explorada pelos BARROS CORREIA, iria integrar a jurisdição municipal de Garanhuns e a distrital do ALTINHO.

Diante de tais fatos, explica-se a perene permanência dos BARROS CORREIA nos campos do ALTINHO desde o último quartel do século XVII, ligando-se muitos de seus membros com outras famílias da região, através de matrimônios vários, como, por exemplo, os RODRIGUES DE SÁ (formando os CORREIA DE SÁ e os CORREIA E SÁ), os AZEVEDO E SILVA, os NUNES etc.

Os BARROS CORREIA, do ALTINHO, em face do que vem registrado a partir do tópico 192, também são — NUNES DE BARROS, ALBUQUERQUE ARCOVERDE, MENDES LEITÃO, BARBOSA, LEITÃO DE ALBUQUERQUE, PEREZ, entre diversos outros grupos familiares passados da Europa para Pernambuco.

194

O mestre-campo MARCOS DE BARROS CORREIA casou, em Olinda, com MARGARIDA DE MELO, filha legítima do mestre-de-campo PEDRO MARINHO FALCÃO e de BRITES DE MELO, personagens integrantes da **nobreza** pernambucana em sua época.

Houve muitos filhos do casal MARCOS DE BARROS CORREIA-MARGARIDA DE MELO, dentre os quais foram identificados os cinco seguintes:

F1) — PEDRO MARINHO DE BARROS, senhor de engenho em Santo Amaro de Jaboatão, casado com FLORÊNCIA DE ANDRADE BEZERRA, sem sucessão.

F2) — MARIA DE MELO, casada com ANTÔNIO BEZERRA CAVALCANTI, filho de José Gomes Pedrosa e de Maria Isabel Joana de Albuquerque.

F3) — LUÍSA DE MELO BARBOSA, casada com o primo GABRIEL DE BARROS REGO, por cujo leito nasceu filho único: Marcos de Barros Correia, vereador em Olinda no ano de 1731, falecido solteiro.

F4) — JOÃO DE BARROS CORREIA, possivelmente nascido em 1677, o qual talvez seja o mesmo capitão João de Barros Correia envolvido na **guerra dos mascates** por suas idéias republicanistas e sua aproximação com o líder Bernardo Vieira de Melo. Era senhor de engenho no Cabo de Santo Agostinho e seus familiares, depois de sua prisão ordenada pelo governador Félix José Machado, teriam emigrado para o Ceará, para assim escapar às perseguições de seus inimigos políticos **(ver tópico 190)**. Casou com BRITES MARIA DA ROCHA, viúva de Fernão Rodrigues de Castro e filha do sargento-mor João Marinho Falcão e de sua primeira mulher, Maria da Rocha. Houve também um filho único: Marcos de Barros Correia.

F5) — BRITES DE MELO, casada com LUÍS MARREIROS DE SÁ, filho do **nobre** Luís Marreiros e de Juliana de Oliveira. Pais de:

N1) — **Marcos de Barros Correia,** passado para o Ceará, onde casou com **Bernarda Cavalcanti de Sá,** filha do coronel José Bernardo Uchoa e de Mariana Cavalcanti, sem sucessão.

N2) — **João de Barros Correia,** sem maiores informações.

N3) — **Pedro Marinho de Barros,** casado, no Cabo, com **Luísa Barreto,** filha do senhor de engenho Filipe Paes Barreto e de Margarida Barreto de Albuquerque, sem sucessão.

Luís Wilson informa: "Deixou ainda o Mestre-de-Campo Marcos de Barros Correia, em outro leito, uma filha — D. Clara de Barros Correia"; e acrescenta, por mera suposição: "Nós pensamos que é de um dos filhos de D. Brites de Melo e de Luís Marreiros de Sá que é descendente (neto, talvez) o João de Barros Correia, revolucionário de 1817 no Ceará, fugindo, naquele ano, para o Rio de Janeiro e não se sabendo mais notícias do mesmo e que foi o pai de Francisco Joaquim de Barros Correia (pai de Antônio Epaminondas de Barros Correia, mais tarde Barão de Contendas) e do advogado Bernardo José de Barros Correia, que vieram naquele ano para Pernambuco, acompanhando a senhora sua mãe, à procura aqui, sem dúvida, entre outros parentes, dos Marinho Falcão do Brejo da Madre de Deus, onde era já Bernardo José de Barros Correia advogado provisionado em 1820 ou em 1821."

É possível, também, que os irmãos FRANCISCO JOAQUIM e BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA descendam do 4º filho do mestre-de-campo Marcos de Barros Correia e de Margarida de Melo, o citado JOÃO DE BARROS CORREIA, mártir-herói da **guerra dos mascates**. Somente diante de documentação hábil o caso poderá ser devidamente esclarecido.

195

Seja como for, o fato, exato e irreversível, é que os irmãos cearenses FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA e BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA, filhos do também cearense JOÃO DE BARROS CORREIA, já nos fins da segunda e começos da terceira década do século XIX, ainda jovens e solteiros, achavam-se em Pernambuco, domiciliados inicialmente no BREJO DA MADRE DE DEUS, onde, por certo, tinham amigos e parentes próximos. Descendentes, ambos, de família radicada no CABO desde o século JVII (ou talvez antes), em cujo Município ainda tinham muitos parentes, é no CABO que resolvem casar-se: FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA com ANGELINA JOAQUINA HERCULINA VIEIRA PINTO; e BERNARDO JOSÉ DE BARROS

CORREIA com TERESA AUGUSTA VIEIRA PINTO, irmã de Angelina Joaquina, ambas filhas do capitão José Jerônimo Vieira Pinto e netas paternas de Jerônimo Vieira Pinto de Lacerda, capitão-mor do CABO e fazendeiro em São Bento, e de Theresa de Jesus.

Casados, iriam viver perto dos seus parentes no Agreste Meridional de Pernambuco — os antigos BARROS CORREIA descendentes dos agricultores pioneiros no povoamento da sesmaria de 1680, situada no Riacho da Palha e no Vale do Pau Santo; e os atuais REGO BARROS, BASÍLIO DE BARROS, CORREIA DE SÁ, CORREIA E SÁ, NUNES DE BARROS etc., do Distrito do ALTINHO. Segundo nota de Manuel Omena de Oliveira (fornecida ao prof. Rubens Lemos), FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA e BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA "chegaram a Altinho pelos anos de 1829 a 1830".

No ALTINHO nasceram todos os filhos do casal FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA-ANGELINA JOAQUINA HERCULINA VIEIRA PINTO (depois de casada: Angelina Joaquina Herculina de Barros Correia); e possivelmente os primeiros do casal BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA-TERESA AUGUSTA VIEIRA PINTO (depois de casada: Teresa Augusta de Barros Correia).

FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA, concorrendo ao posto de regente da 1a. Cadeira de Primeiras Letras, para o sexo masculino, do Distrito do ALTINHO, e sendo classificado, ali ensinou, como professor público provincial, até jubilar-se. Além de mestre de curso primário, era político, agricultor, animador da vida social e grande benfeitor do ALTINHO de sua época.

BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA, ao contrário do irmão, tornando-se rábula famoso em todo o Agreste de Pernambuco, mantinha casa residencial no ALTINHO, onde viveriam sua mulher e seus filhos, mas passava a maior parte do tempo em viagens pelas comarcas que iam surgindo na região — a do Bonito, a do Brejo da Madre de Deus, a de Garanhuns etc. —, no foro das quais, com muito destaque, exerceria sua profissão de "advogado provisionado". Falecendo ainda moço, em 5-11-1845, ficariam seus filhos sob a

proteção do Professor Francisco Joaquim de Barros Correia, no ALTINHO.

196

Quais os filhos do casal BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA-TERESA AUGUSTA VIEIRA PINTO nascidos e criados no ALTINHO, que ficaram sob a proteção do Prof. FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA depois da morte do pai? Até aqui ninguém o soube dizer. Dos filhos do citado casal apenas foram identificados: AMERICANA AUGUSTA, AUGUSTO, TITO. TRAJANO, JUVÊNCIO, THEREZA e NUMA POMPILLO DE BARROS CORREIA, segundo Carlos Abilio Valente Antunes.

Segundo Luís Wilson **(ob. cit., 296-300),** "Augusto de Barros Correia nasceu no sótão da Cadeia de Garanhuns. Seu pai, Bernardo José de Barros Correia, fazia visitação a algumas comarcas do interior, acompanhado da esposa, que estava para dar à luz. Não havia hotel em Garanhuns. A mãe de Augusto teve-o no sótão da Cadeia." E acrescenta:

"Contava-me Ruy **(Dr. Ruy de Barros Correia, médico em Arcoverde, já falecido)** que, um dia, alguns anos mais tarde, Augusto de Barros Correia foi buscar a parteira para a esposa. Desapareceu de Belo Jardim ou da cidadezinha em que residia. Quatorze anos depois, a criancinha que havia nascido, à qual deram o nome de Inácio e seria mais tarde o pai de seu Tito e seu avô **(do Dr. Ruy),** estava num circo em Cachoeirinha, com um tio ou um parente. No trapésio, um camarada era a sensação do espetáculo.

"O tio ou parente de Inácio olhou direito para o homem e disse, em seguida, a Inácio: — **Aquele trapesista é Augusto, teu pai. Quando acabar o espetáculo eu vou levar você pra falar com ele!**

"Assim, Inácio conheceu o pai.

"Auguns dias depois, Augusto escreveu uma carta a seu filho (Inácio), em que, às linhas tantas, dizia o seguinte:

"— **Vereis pela assinatura desta que mudei de nome**"; e escreveu o seu jamegão, em vez de Augusto de Barros Correia, **Augusto Chernoviz Bonaparte de Pontes.** Augusto desapareceu durante 14 anos e mudou de nome, para fugir, na realidade, à fúria da "Revolução Praieira".

"Augusto de Barros Correia casou com uma irmã do Cel. Pedro Pais **(da Fazenda Tacaité, fundada pelo cap. ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, na sua SESMARIA ARAROBÁ, e seqüestrada em 1761 — ver tópico 112)**, nascido em 1789 e filho de Inácio Paes de Souza, da Fazenda Tacaimbó **(também fundada pelo cap. ANTÔNIO VIEIRA DE MELO e seqüestrada em 1761).** Era de Vitória de Santo Antão. Pedro Pais, antigo chefe político de Caruaru nos anos que antecederam à Revolução Praieira, tendo levantado forças naquela região para o ataque ao Recife em 1848, não teve filhos de seus dois matrimônios **(havendo adotado uma filha).** Criou Inácio de Barros Correia, filho de sua irmã e de Augusto de Barros Correia.

"Inácio, que casou com D. Ana César de Medeiros Cordeiro, foi comerciante em um sobrado, na Rua do Quadro (Praça da Conceição), em Belo Jardim, e não sei se proprietário da **Fazenda Caianinha**, em São Bento do Una.

"São filhos de Inácio Paes de Barros Correia e de sua mulher D. Ana César Cordeiro da Fonseca **(como também assinava)**, (falecida em 1937):

"I — MARIA AUGUSTA, D. Donzinha (nascida a 15.11.1875, não constando das notas do Cel. Abílio de Barros Correia o ano em que morreu). Casou com João Cintra, dos CINTRAS de São Bento do Una, da Conceição da Pedra e de toda aquela região. Pais de Sebastião, Luís, Alice, Antônia e Luísa.

"II — FLORIANO DE BARROS CORREIA (1877-1904). Casou com Maria Celeste, filha de Antônio Cordeiro da Fonseca, da **Fazenda Gravatá**, no Município de Pesqueira, no século passado do Cel. Cândido Xavier Pereira de Brito (2º Barão de Cimbres) e hoje de Walter Didier. Sucessão: Mário de Barros Correia, diretor da Receita e membro do Tribunal de Contas do Estado; e D. Maria Doralice, solteira, ambos falecidos.

"III — Cel. ABILIO CÉSAR DE BARROS CORREIA (Tacaité, 02.05.1879 / Pesqueira, 21.06.1958). Casou com D. Clara Leocádio Vieira, filha de Agostinho Leocádio Vieira (senhor de engenho em Quipapá) e de sua esposa Francisca Alves da Costa Couto Vieira **(altinense de nascimento).** São os pais de 7 filhos: 1 — Inácio de Barros Correia, casado com D. Maria de Lourdes, pais de Norma (formada em Medicina), Helam (cirurgiã-dentista), Marta (formada em Medicina), Inácio (economista), Roberta, José Arthur, Tânia, Lúcia e Maria da Conceição (formada em Medicina). 2 — Coaracy de Barros Correia (Coletor Estadual em Pesqueira, em 1958). Casou com Maria Celeste e foram os pais de Maeve (formada em Medicina), Abaeté (engenheiro civil), Simoni (formada em Engenharia), Maria Clara (médica), Lenira (formada em Engenharia), Carlos (engenheiro civil), Marcílio (engenheiro-agrônomo), Sandra, Maria de Fátima e Marise. 3 — Amaury de Barros Correia, do Centro de Estudos de História Municipal, Fundação de Desenvolvimento dos Municípios do Interior do Estado, Secretaria de Planejamento, Governo de Pernambuco. Casou em primeiras núpcias com D. Edite (pais de Mirtes e Marco Rutênio) e em segunda núpcias com D. Laurita Régis (pais de Sueli, formada em Medicina, Amaury, professor universitário, Glauco, bacharel em Direito, Carlos, engenheiro civil, Abílio, Virgínia e Cristina). 4 — José Abaeté, casado com D. Maria José Cirino, pais de Cármen (formada em Medicina), Marcos (formado em Medicina), Márcia (formada em Engenharia), Paulo (engenheiro civil) e Telmo (estudante). 5 — Lígia, casada com José Cândido Mergulhão, pais de Cláudio (engenheiro civil) e Maria do Socorro (formada em Medicina). 6 — Jessé, casado com D. Iracema, pais de Verônica Danúbia (formada em Medicina). 7 — Urze do Prado, que casou com o seu primo Pedro de Barros Correia, pais de Fernando Antônio, engenheiro civil.

"IV — ANA CÉSAR DE BARROS CORREIA (1883-1958), casada com o bacharel em Direito Bernardino Ferreira Sobral, filho do coronel do Exército José Luciano Cabral e de uma fidalga espanhola. Ana e Bernardino são os pais do General Gerson Cabral (falecido, casado, com sucessão) e de Dino Cabral (antigo funcionário da Fazenda Estadual).

"V — CÂNDIDA, sem maiores informações.

"VI — TITO DE BARROS CORREIA (Lajedo, 01.07.1885 / Belo Jardim, 08.09.1962), comerciante em Rio Branco **(atual Arcoverde)** com uma casa de tecidos, chapéus, sapatos, perfumes, gravatas e miudezas, de 1917 ou 1918 a 1937. Casou com Ana Maria de Medeiros Correia, D. Nanu (Belo Jardim, 19.01.1895 / Recife, 02.10.1975), filha de Pedro Firmino de Medeiros Correia, cel. da Guarda Nacional, e de D. Maria Cândida de Medeiros. Pais de: 1 — Ruy de Barros Correia (Belo Jardim, 21.07.1913 / Arcoverde, 27.11.1976), médico em Rio Branco desde 1936, formado pela Faculdade de Medicina do Recife, turma de 1935; casado com Adalgisa Cavalcanti, uma das moças mais bem educadas, mais alegres e mais inteligentes de Rio Branco, filha de André Alves Cavalcanti (falecido no Recife em dezembro de 1936) e de D. Anália de Almeida Cavalcanti (que morreu alguns anos depois do marido, ao saltar de um trem em Belo Jardim), sendo neta paterna de Lourenço Tenório Cavalcanti (ou Lourenço de Andrade Cavalcanti), Seu Lolô, e de D. Maria Tenório Cavalcanti (ou D. Maria Generosa Cavalcanti), e, materna, de Raimundo de Almeida Cavalcanti (ou Raimundo de Melo Cavalcanti), Raimundo do Poço do Boi, outrora prefeito da Conceição da Pedra, e de D. Maria de Siqueira Cavalcanti (ou Maria de Almeida Cavalcanti). Tiveram 2 filhos: Ruy (formado em Medicina, faz 12 ou 13 anos, cardiologista e atual prefeito de Arcoverde, casado com Rosa, filha de Waldemar Lins e D. Alice, falecida, filha de Isaias Lima, de Triunfo, pais de Ruy e Maria Clara); e Edna (que casou com o médico Ronald Falabela, falecido, pais de Ronald e Andréa). 2 — Maria José (Madre Fernanda), Superiora do Colégio das Damas Cristãs, em Ponte d'Uchoa, no Recife. 3 — Pedro de Barros Correia (04.04.1920), engenheiro-agrônomo, casado com sua prima, formada em Medicina, Urze do Prado, filha do casal D. Clara-Cel. Abílio de Barros Correia. Foi engenheiro-agrônomo, logo depois de formado, das Grandes Fábricas Peixe, em Pesqueira, por 15 ou 20 anos. Sucessão: Fernando Antônio, engenheiro-civil, casado com Maria José Lapa (filha de Luciano e de D. Maria José Lapa), pais de Andrei e Fernanda. 4 — Inácio de Barros Correia (08.12.1921), cirurgião-dentista. Casou com Judite de Barros Correia e, depois de clinicar em Rio Branco, por alguns anos, veio residir no Recife. O casal tem um único filho: Tito (nome do avô). 5 — Rubens de Barros Correia (20.06.1926), engenheiro-civil, casado com Ivonilde

Maia Brito, filha de João Cícero de Brito e de D. Nair Maia Brito. Tem também apenas um filho: Rubens Eduardo Brito de Barros Correia. 6 — Fernando de Barros Correia (23.10.1937). Bacharel em Direito e Economista, no Recife. Solteiro.

"VII — RICARDO DE BARROS CORREIA (01.03.1887 / 16.09.1964). Casou com D. Carlinda Arcoverde. Sucessão: Maria Isabel, Cacilda (com a qual casou o Dr. José Eustáquio, viúvo de sua tia Alice), Zenaide **(casada com o caruaruense Nilson Condé, funcionário estadual aposentado, com sucessão),** Ivanira, José, Radjalma e Maria da Conceição.

"VIII — BEATRIZ DE BARROS CORREIA (1888 / 1951). Casou com Fabriciano Alves Maciel, senhor de engenho em Água Preta. Sucessão: José Otávio Maciel (médico em Limoeiro), Ruy, Maria do Carmo (casada com Lúcio Maciel, filho do Cel. Frederico Alves do Rego Maciel), Manoli, Haiti, Antônio, Rômulo e Nice.

"IX — ALICE DE BARROS CORREIA (13.06.1892 / 28.03.1964). Casou com o Dr. José Eustáquio da Silva, pais de Neli, Ilka, Alice, Maria do Céu, Pedro e Manuel. Em segundas núpcias, por morte de Alice, casou o Dr. José Eustáquio com Cacilda, filha de Ricardo de Barros Correia e sobrinha de Alice, sua primeira esposa.

"X — CELECINA DE BARROS CORREIA, nascida a 26.09.1894, casada com o Dr. Agrício Brasil, primeiro Juiz de Direito de Arcoverde, em 1934 **(Dr. Agrício da Silva Brasil foi juiz de Direito em diversas outras comarcas de Pernambuco, inclusive em Caruaru),** sem descendentes.

197

MARIA AUGUSTA DE BARROS CORREIA, apelidada de **Dom** e, também, de **Donzinha,** era a primeira filha do casal INÁCIO PAES DE BARROS CORREIA-ANA CÉSAR CORDEIRO DA FONSECA, sendo neta paterna do excêntrico AUGUSTO DE BARROS CORREIA e, por este, bisneta do rábula BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA e de TERESA VIEIRA PINTO, que, como foi dito, iniciaram sua vida conjugal residindo no ALTINHO, onde teriam nascido alguns de seus fi-

lhos. É uma senhora, portanto, que tem raízes altinenses. Casou com um viúvo sambentense, o célebre Coronel JOÃO CINTRA, ou seja, JOÃO DE OLIVEIRA CINTRA (São Bento, 1854 / Belo Jardim, 1918), 10º filho dos portugueses JOAQUIM DE OLIVEIRA CINTRA (1820-1904) e LEOPOLDINA CAROLINDA DE VASCONCELOS, senhores e possuidores da tradicional **Fazenda Recanto**, de São Bento do Una. Neto paterno de ANASTÁCIO COELHO CINTRA e MARIA TERESA CINTRA; e, materno, de MANUEL INÁCIO DA CUNHA e ANA NAREIZA. Sobre o Cel. João Cintra, o genealogista da família, escritor Sebastião Soares Cintra **(ob. cit., 229-239)**, presta os seguintes esclarecimentos:

"João Cintra foi, entre os filhos do casal, o de maior nomeada, o expoente que liderou a família e exerceu a chefia política local durante mais de duas décadas. Sua influência começou no último quartel do século XIX, permanecendo até 8 de julho de 1912, quando renunciou à Presidência do Conselho Municipal, por imperioso motivo de saúde, segundo alega em ofício da mesma data, dirigido ao então Governador do Estado, General Dantas Barreto.

"Foi membro orgulhoso e convicto da Guarda Nacional, em cujas fileiras atingira a patente de coronel pela qual veio a se tornar conhecido no universo de sua influência. Filiado ao Partido Republicano, seguidor do Conselheiro Rosa e Silva, sua atuação política caracterizava-se pela fidelidade ao Partido e obediência ao Chefe. Assim entendia João Cintra o comportamento político-partidário. E, dentro dessas premissas, procurava dirigir com mão segura e esperta objetividade a política local, exigindo dos correligionários aquilo que sabia dar coerentemente ao Partido e ao Chefe: obediência irrestrita. Este, o desiderato maior, que levaria à unidade permanente, ao mando seguro de décadas a fio, resistindo a tudo e a todos e enfrentando, galhardamente, o desafio periódico de pugnas eleitorais.

"João Cintra foi, no seu tempo, um político interiorano moldado segundo a concepção reinante. Concebia o poder na razão direta do mando oficial, do "faça-se". Era pragmático até onde lhe permitiria o senso de homem comum, identificado com o "uso" da razão pessoal aplicado ao "útil conveniente" da ação política, em benefício da terra e do povo.

A seu modo, exercia o arbítrio sempre que a necessidade o indicasse como meio de resolver impasses de natureza política ou de ordem administrativa, conciliando vontades ou reexaminando pendências. Era hábil no relacionamento político e objetivo na missão de dirigir. Fez prosélitos incondicionais e adversários inconciliáveis. Sua ação política, até certo ponto, corria parelha à intolerância, não admitindo meio-termo entre adeptos e discrepantes. Ordinariamente, voltava-se para os amigos com os favores da lei, as regalias do poder. Teve sinceros amigos e acerbos inimigos. Foi amado e odiado, aplaudido e renegado, apoiado e combatido.

"Segundo contam, salvara-se de infausta tocaia que lhe armaram inimigos políticos, no interior do Município. E o fizera de modo invulgar, precípite, incorporando-se a uma tropa de carvoeiros que eventualmente passava com destino à cidade. Vestindo-se à moda dos carvoeiros e assimilando-lhes os hábitos formais, vencera o percurso sem ser molestado, tão bem identificado ficara com a nova postura, sabendo até tanger com desembaraço os animais de carga...

"Conta-se, ainda, — o que se presume do domínio da lenda, do anedotário político — ser o coronel João Cintra responsável por notória desforra aplicada ao major Quintino Alves da Silva Valença, inquieto rábula e atento político de oposição, que não poupava ensejo no combate sistemático à chefia local, urdindo planos e maquinando astúcias para solapar a ação política do seu mais destacado e frontal adversário. Numa época de arraigado obscurantismo, em que a dissensão política lavrava animosidade pessoal, o desfecho para casos típicos de oposição desabusada seria, fatalmente, a desforra pessoal, o implacável ajuste-de-contas entre indivíduos, não raro do mais forte contra o mais fraco, numa afronta inominável ao direito e à razão. Segundo alguns sobreviventes dos tempos de João Cintra, incluindo-se, entre estes, Joaquim Antônio de Melo, o conhecido Joaquim Gordo, a agressão a Quintino ter-se-ia verificado em um riacho que cruza a estrada de Fazenda Nova, ao lado do Poente, e o seu autor material teria sido o sicário Manuel Caboclo, na época um fúgubre serviçal de "coronéis" e "mandões". Ainda hoje, decorridos três quartos de século do evento, a tradição oral conserva o local da vindita com o nome de "Riacho do Quintino".

"Muita coisa ainda se poderia mencionar, envolvendo direta ou indiretamente a personalidade de João Cintra, o seu passado de lutas políticas, a sua longa atuação na vida do Município, não fossem as limitações de um trabalho desta monta, um simples esboço genealógico, por natureza escasso no tocante a referências biográficas mais profundas.

"Em 1901, quando no exercício do primeiro mandato de Prefeito, João Cintra morava na fazenda SITIO-DO-MEIO, de sua propriedade e localizada 5 quilômetros ao norte de S. Bento. O imóvel fora adquirido de D. Francisca Maria da Conceição em 26 de agosto de 1898, pela quantia de 600$000 (seiscentos mil réis). A fazenda CAIANA, banhada pelo Riachão, também fora propriedade sua até 28 de agosto de 1916. Localizada à margem da pista asfáltica que liga S. Bento a Belo Jardim, ainda hoje guarda a feição de outros tempos, permanecendo em perfeito estado de conservação a casa-grande alpendrada que fizera construir, e onde vivera bucolicamente talvez os anos mais doces de sua existência. No pátio à frente, o açude, cuja parede serve de trânsito para o interior da fazenda e dá acesso à casa, comunicando-a com o exterior. Na parte posterior da velha habitação, vêem-se fruteiras remanescentes do pomar antigo, situadas em agradável e fértil baixio ora mal conservado pelo uso depredatório de seus proprietários. Segundo contam, havia aí, nos tempos de João Cintra, ativa engenhoca produzindo rapadura e saboroso caldo de cana caiana, um regalo a mais para o desfrute familiar. A engenhoca utilizava a cana que o pomar produzia, nos idos de 1915.

"João Cintra casou em primeiras núpcias, em 12 de fevereiro de 1873, com Francisca Correia de Farias, filha de João Correia Botelho e de D. Maria Francisca dos Santos; Francisca Correia era irmã de Ana Firmina de Farias, esposa do primogênito Elias Coelho Cintra; enviuvando, casou segunda vez com Maria Augusta de Barros Correia (Dom), nascida a 15-11-1875, de tradicional família de Belo Jardim" **(e, principalmente, do ALTINHO).**

198

Do casal JOÃO DE OLIVEIRA CINTRA-MARIA AUGUSTA DE BARROS CORREIA houve sete filhos, estes a seguir:

F1) — LUIZ COELHO CINTRA, assassinado em 1943 em Caruaru, por um operário seu, de nome Elpidio. Luiz era industrial **(fabrico de sapatos)** e comerciante de calçados nessa cidade. Sua casa comercial, a **Sapataria Cintra**, localizava-se na Praça Cel. João Guilherme, 54 **(na época, Rua 15 de Novembro)**, onde hoje existe a BOM JESUS MODAS. Casou com ÉLCITA DE SOUZA CINTRA. Pais de:

N1) — **Berta Coelho Cintra**, jornalista e escritora, residente em Caxambu, Minas Gerais. Casada com **Oddoni Zanella**, por cujo houve dois filhos: Daniel Cintra Zanella, comerciante no Recife, casado com a prima Teresa Cristina Guerra Cintra, filha de Sebastião Coelho Cintra e de Maria Cristina Guerra Cintra, pais de Cristine Cintra Zanella; e Graciete Cintra Zanella sem maiores informações

N2) — **Danuzzia Coelho Cintra**, casada com **Renato Mazanek**. Pais de: Renato Mazanek Filho, Liege Cintra Mazanek e Luize Cintra Mazanek.

N3) — **Acidália Coelho Cintra**, que casou, em 1as. núpcias, com **Charles Clemente Chen**, por cujo leito nasceram Charles Clemente Cintra Chen e Corina Cintra Chen; em 2as. núpcias com um senhor cujo nome não foi identificado, não havendo sucessão; e, em 3as. núpcias, com **Roberto Mazza**, pais de Luiz Guilherme Cintra Mazza.

N4) — **Luélcito Coelho Cintra**, poeta, orador de palavra fluente, líder estudantil em Caruaru durante certa época. Solteiro, vivendo em companhia de **Vilma**, por cujo leito nasceu filha única: Zaira Cintra.

N5) — **Paulo Coelho Cintra**, solteiro.

F2) — SEBASTIÃO COELHO CINTRA, já falecido; comerciante de calçados em Caruaru e posteriormente no Recife; casado com MARIA CRISTINA GUERRA CINTRA, pais de:

N6) — **João de Oliveira Cintra Neto,** comerciante grossista de calçados no Recife; casado com **Maria de Lourdes Pereira Cintra,** pais de: Rubem Pereira Cintra, casado com Rosângela Pascareta Cintra, por cujo leito nasceram João Vitor Pascareta Cintra, e Leonardo José Pascareta Cintra; Vera Regina Pereira Cintra, sem maiores informações; João de Oliveira Cintra Júnior, casado com Márcia Ávila Cintra· por cujo leito nasceram Felipe e Renata Ávila Cintra; Sérgio José Pereira Cintra, casado com Taciana Farias Guerra Cintra, por cujo leito nasceu Rodrigo Farias Guerra Cintra; e Elizabete Pereira Cintra, sem maiores informações.

N7) — **Antônio Guerra Cintra,** professor de línguas no Recife; casado com **Lucicleres Bezerra Cintra,** pais de Grace Mary Bezerra Cintra e Antônio Guerra Cintra Júnior.

N8) — **Teresinha de Jesus Guerra Cintra,** casada com **Manuel Adrião Coelho,** pais de Glabson Cintra Coelho e Adriana Cintra Adrião.

N9) — **Maria das Dores Guerra Cintra,** solteira.

N10) — **Leda Maria Guerra Cintra,** casada com **Lino Caminha Cortizzo,** pais de Lino Caminha Cortizzo Júnior, Luciano Cintra Cortizzo, Luiggi Cintra Cortizzo, Leandro Cintra Cortizzo e Liliane Cintra Cortizzo.

N11) — **Maria das Graças Guerra Cintra,** casada com **Francisco de Albuquerque Maranhão Charamba,** residentes no Recife, pais de João Carlos Cintra Charamba, Leandro Cintra Charamba e Francisco de Albuquerque Maranhão Charamba Júnior.

N12) — **Teresa Cristina Guerra Cintra,** casada com o primo **Daniel Cintra Zanella,** filho de Oddoni Zanella e de Bertha Coelho Cintra, com sucessão.

Filhos naturais de Sebastião Coelho Cintra:

N13) — **Rosa de Fátima de Souza Cintra**, casada com **José Nunes**, pais de Natália Cintra Nunes.

N14) — **Alexandre de Souza Cintra**, casado com **Rita de Cássia**, pais de Alexandra Cintra.

F3) — MARIA DE OLIVEIRA CINTRA (NINA), falecida em 1918, sem geração.

F4) — ALICE COELHO CINTRA (LICINHA), solteira.

F5) — ANTONIETA COELHO CINTRA (TOINHA), casada com JOÃO CESNA, residentes no Rio de Janeiro. Pais de:

N15) — **Karla Cintra Cesna**, sem maiores informações.

N16) — **Kátia Cintra Cesna**, sem maiores informações.

N17) — **Bóris Cintra Cesna**, sem maiores informações.

N18) — **Regina Cintra Cesna**, sem maiores informações.

F6) — ELIZABETE DE OLIVEIRA CINTRA (LÉ), casada com JOSÉ GUILHERME DE AZEVEDO, descendente dos GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, de Bebedouro e Altinho. Pais de:

N19) — **Lígia Guilherme de Azevedo Cintra**, funcionária da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, casada com **Clóvis de Miranda Carneiro**, desenhista, residentes no Recife, pais de Sídéria, nutricionista, Júlio César, zootecnista, e Eleonora, estudante.

N20) — **Lívia Guilherme de Azevedo Cintra**, casada com **Milton Rocha Pereira**, residentes no Recife, pais de Nilton Cintra Rocha Pereira, estudante, e Marcelo Cintra Rocha Pereira, estudante.

N21) — **Lídio Guilherme de Azevedo Cintra**, comerciante em São Paulo, casado com uma se-

nhora cujo nome não foi identificado, pais de dois filhos.

N22) — **Lícia Guilherme de Azevedo Cintra**, casada com **Yokito**, residentes em São Paulo, com sucessão.

N23) — **Luzinete Guilherme de Azevedo Cintra**, casada com **Henrique Sans**, protético, residentes em São Paulo, pais de Marcelo e Alberto, estudantes.

N24) — **Lívio Guilherme de Azevedo Cintra**, jornalista em São Paulo, casado, com sucessão.

N25) — **Éstia Guilherme de Azevedo Cintra**, casada com **Sidomar**, funcionário da Nestlé em São Paulo, com sucessão.

N26) — **Isis Guilherme de Azevedo Cintra**, casada, com sucessão.

N28) — **Maria de Lourdes de Azevedo Cintra**, comerciária, residente em São Paulo, solteira.

N28) — **José Gamaliel de Azevedo Cintra**, comerciário, solteiro, residente em São Paulo.

N29) — **Emanuel de Azevedo Cintra**, comerciário, solteiro, residente em São Paulo.

N30) — **Lício de Azevedo Cintra**, funcionário da Polícia Rodoviária em Brasília, DF, casado, com sucessão.

F7) — HERMES COELHO CINTRA, falecido em tenra idade.

Vale a pena observar que, com exceção do Cel. João Cintra, todos os personagens que assinam CINTRA e aparecem neste tópico, descendem do rábula BERNARDO JOSÉ e têm raízes altinenses, como vem comprovado neste livro, sendo, todos eles, BARROS CORREIA legítimos.

No tópico 195 foi dito que, no ALTINHO, nasceram todos os filhos do professor FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA e de sua mulher ANGELINA JOAQUINA HERCULINA VIEIRA PINTO. Sabe-se que, por seu leito, houve muitos filhos, dos quais foram identificados, até aqui, apenas quatro, estes a seguir, segundo notas fornecidas pelo pesquisador Rubens Lemos:

F1) — ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA (Altinho, 1839 / Amaraji, 20.04.1905), o **Barão de Contendas,** o 1º altinense a governar Pernambuco, político de projeção nacional, notável personagem da História de Pernambuco e da própria História do Brasil, uma das mais destacadas personalidades da sociedade altinense em todos os tempos. A seu respeito se falará, mais adiante, em tópico especial.

F2) — AURELIANO DE BARROS CORREIA **(Loulinho),** comerciante, pecuarista, agricultor, capitalista altinense em sua época. Casou, em 1as. núpcias, com uma viúva muito rica, dona de sítios e fazendas no Altinho, conhecida pelo nome de DONA FLOR CAVALCANTI, a qual trazia, além da fortuna, dois filhos do leito anterior: **Francisco Cavalcanti** e **Agostinho Cavalcanti,** agricultores-proprietários, criadores de gado, gente de muita projeção na sociedade altinense do século XIX. Ambos foram políticos de muita influência e partidários do Padre Manuel Zacarias de Souza Lyra, vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Ó e chefe político local até morrer, seguindo, no Estado, a corrente política do Conselheiro Rosa e Silva **(Chico Marreta).** Aureliano e Dona Flor (também chamada de **Fulozinha)** tiveram muitos filhos, sendo identificados pelo Prof. Rubens Lemos apenas estes dois:

N1) — **Teresa Augusta de Barros Correia,** senhora riquíssima, proprietária de imóveis, de sortida casa comercial e de grandes fazendas agropastorais no Altinho. Segundo Orlando Joel de Oliveira **(Revista Oliveira, 6),** D. Teresa Augusta casou com um primo legítimo, cujo nome não identificou, o qual era filho de Juvêncio de Barros Correia, professor

público (1º, provincial; e 2º, estadual), inclusive em Bebedouro; havendo sucessão.

N2) — **José Aurélio de Barros Correia,** que, no dizer de Rubens Lemos, transferiu-se, ainda jovem, para Alagoas, em cuja capital montou um grande atelier fotográfico. Segundo Orlando Joel de Oliveira **(ob. cit., 6),** José Aurélio também casou com uma prima legítima, filha do mesmo professor Juvêncio de Barros Correia. Curiosamente e, de certa maneira, estranhamente, no ano de 1905 o semanário **O Caruaruense,** órgão mantido na cidade de Caruaru pelo Cel. Manuel Rodrigues Porto, publica duas notícias que ou se chocam com o que aqui foi informado em torno de Teresa Augusta de Barros Correia e de José Aurélio de Barros Correia. ou referem-se a pessoas que tinham os mesmos nomes de ambos. 1º, aquele jornal informa que, em 20 de abril de 1905, ocorrera a morte, em Amaraji, de Antônio Epaminondas de Barros Correia (o **Barão de Contendas),** senhor do Engenho Contendas, em Amaraji, e co-fundador e presidente perpétuo do **Clube Literário de Caruaru** (surgido em 1883). Acrescenta a dita folha que, por esse motivo, José Aurélio de Barros Correia, primo do Barão e alto comerciante na praça de Caruaru, prestara a Antônio Epaminondas de Barros Correia merecida homenagem, realizando sessão solene no **Clube Literário de Caruaru.** E 2º, na coluna social dos casamentos, **O Caruaruense** informa que, em 1905, em Caruaru, houve o matrimônio de José Aurélio de Barros Correia, altinense de 1860, ttecel. da Guarda Nacional e já viúvo, com Teresa Augusta de Barros Correia, também altinense. de 1857, e também viúva e riquíssima. E agora? Somente através de documentação hábil o caso poderá ser devidamente esclarecido.

F2) — AURELIANO DE BARROS CORREIA **(Loulinho)** ficou viúvo de DONA FLOR, mas, antes disso, no informe do Prof. Rubens Lemos, já mantinha "relações amorosas" com a prima OLÍMPIA DE BARROS CORREIA, por cujo leito haviam nascido José Aureliano e Antônio, entre outros filhos extraconjugais. Enviuvando, resolveu legalizar sua situação junto à prima OLÍMPIA, com ela se casando, em 2as. núpcias. Além dos naturais, houve filhos legítimos do casal, mas, até aqui, estão identificados apenas aqueles dois, assim conhecidos:

N3) — **José Aureliano de Barros Correia (Zé Loulinho)**, altinense, alto, forte, corpulento, um tanto rude, dono de caminhão. Segundo Orlando Joel de Oliveira **(ob. cit., 7), Zé Loulinho** foi o primeiro motorista do Altinho e o primeiro altinense a possuir um automóvel na localidade, isto acontecendo em 1918. Rubens Lemos informa que **Zé Loulinho** foi comerciante, pecuarista e prefeito municipal do Altinho "no período de 1921 a 1925". Feito o pai, teve filhos legítimos e filhos naturais. Casou com **Vina Benevides de Barros Correia** (Altinho, 1886 / 1943), por cujo leito houve vários filhos, sendo identificados apenas os seguintes:

Bn1) — **José Aureliano de Barros Correia Filho** (Zé Aureliano Filho), que foi comerciante de estivas em grosso na praça de Caruaru e, depois, na do Recife. Era um tipo forte, simpático e bastante mulherengo. Em Caruaru casou com u'a moça de Bom Conselho: **Honorina Firmino de Araújo,** filha de Joaquim Firmino de Araújo (falecido aos 82 anos de idade) e de Adelaide Azevedo de Araújo (falecida aos 83 anos de idade), os quais, em 1940, em Caruaru, comemoraram 50 anos de casados. Houve sucessão pelo leito de D. Honorina, mas, inesperadamente, Zé Aureliano Filho dá uma guinada em sua vida,

abandonando mulher e filhos e juntando-se com u'a moça lindíssima, filha de Noé Caetano da Silva (Noé Barbeiro), com quem passou a viver maritalmente no Recife, para onde transferiu a sua casa comercial e onde veio a falecer. Não se sabe se houve sucessão pelo leito extraconjugal.

Bn2) — **Luiz Aureliano de Barros Correia**, falecido em 1950. Altinense, comerciante em Caruaru, onde casou com a gravataense Irene Augusta Wanderley, por cujo leito nasceram Sineide (casada com o Prof. Adérito de Siqueira Nunes, residentes no Recife, com sucessão), Célia Maria Wanderley de Barros Correia (sem maiores informações), os gêmeos José e Luiz (ou Ruy?), nascidos em 1939, Gilberto, caruaruense de 1941 e Grace Wanderley de Barros Correia, sem maiores informações. José Aureliano de Barros Correia Neto, dono de empresa imobiliária no Recife (em sociedade com o irmão gêmeo), casou com Maria do Carmelo Torres de Barros Correia, filha legítima de Adalberto Torres, expressiva e bondosa figura da sociedade caruaruense, nascido em 1913, e de Maria da Conceição Silva, sendo neta paterna dos caruaruenses Antônio Torres Galindo e Emília Nunes Torres; e, materna, dos palmarenses Ambrósio da Silva e Hermínia Ambrósio da Silva; com sucessão.

Bn3) — **Maria José de Barros Correia**, casada com **Sebastião Oliveira**, sem maiores informações.

Bn4) — **Marcionila de Barros Correia Gomes**, casada com **Abel Gomes**, coletor estadual, com sucessão.

Bn5) — **Maria de Barros Correia Ribeiro**, casada com **Manuel Ribeiro**, comerciante em Bebedouro, com sucessão.

Bn6) — **Antônio Aureliano de Barros Correia Sobrinho**, sem maiores informações.

N4) — **Antônio de Barros Correia**, comerciante no Bairro dos Afogados, Recife; casado, com sucessão.

F3) — BRASILIANO DE BARROS CORREIA, tte-cel. da Guarda Nacional, Intendente Municipal do Altinho em 1890 (fase de transição entre os regimens imperial e republicano), agricultor-proprietário, pecuarista, 1º prefeito eleito do Município do Altinho (eleição procedida aos 30 de setembro de 1891), porém cassado antes de tomar posse, tendo como companheiro de chapa o vice-prefeito Antônio Alves da Costa Couto, também cassado antes da posse. Motivo da cassação: A Lei Orgânica dos Municípios de Pernambuco ainda não havia sido aprovada pelo Congresso Estadual e assim todas as eleições municipais ocorridas no Estado, em 1891, foram nulas, cassando-se os mandatos dos eleitos. Seja como for, o tte-cel. Brasiliano de Barros Correia fica na história político-social do Altinho como o seu primeiro prefeito eleito. Era casado com uma senhora cujo nome, até aqui, não foi identificado, sabendo-se apenas que ela pertencia à tradicional família altinense dos ALVES DA COSTA COUTO. Por seu leito houve muitos filhos, os ALVES DE BARROS CORREIA, do ALTINHO, mas o Prof. Rubens Lemos identificou tão-somente um, este a seguir:

N5) — **Sebastião Alves de Barros Correia**, uma das mais expressivas figuras humanas da sociedade altinense em sua época, político de real prestígio em todo o Vale do médio rio Una. Quando findou a gestão de seu primo José Aureliano **(Zé Loulinho)** à frente da

PMA (1921-1924), em virtude da eleição havida em setembro de 1924, Sebastião Alves de Barros Correia assumiu o posto de vice-prefeito do Altinho (o prefeito, nessa época, 1924-1928, era o bebedourense Abel Guilherme de Azevedo Lira); e, na eleição seguinte, a de setembro de 1928, tendo por companheiro de chapa Caetano Bento de Figueiredo, o influente Sebastião Alves de Barros Correia foi escolhido para assumir a **PMA**, mas, poucos meses após a posse (em 15.11.1928), vitimado por pertinaz moléstia, teve de licenciar-se para tratamento da saúde, indo procurar suas melhoras na casa residencial de sua sogra **(Dona Tiinha)**, em São Caetano, quando faleceu, em maio de 1929, segundo informações prestadas por seu genro, o Prof. Rubens Lemos. Casou Sebastião Alves de Barros Correia, em São Caetano, com **Minerva Menezes de Barros Correia**, prendada senhora nascida na antiga vila sancaetanense (distrito de Caruaru, na época de seu nascimento), filha do comerciante João Menezes e de Maria Menezes **(Dona Tiinha)**. Esta era tia de Maria Nila, Severino (que foi tabelião público e figura de relevo da sociedade de **Caruaru)**, Quitéria (Teté) e João Menezes, todos filhos de José Fernandes Lima e de Francisca Xavier de Lima (1879-1913). Segundo Rubens Lemos, do consórcio de Sebastião Alves de Barros Correia com Minerva Menezes de Barros Correia houve três filhos, todos altinenses:

Bn7) — **Maria Menezes de Barros Correia**, falecida em 1973, casada com o Professor **Rubens Lemos Barbosa da Silva**, ex-prefeito municipal do Altinho e um profundo conhecedor de seu passado histórico, sendo um pesquisador dinâmico e eficiente, sobre cuja personalidade se falará um pouco mais adiante, em tópico especial. Houve sucessão.

Bn8) — Sebastião de Barros Correia, residente na cidade do Altinho, sem maiores informações.

Bn9) — Maria Alzira de Barros Correia, já falecida.

F4) — JOAQUIM JUVÊNCIO DE BARROS CORREIA, altinense chegado às letras e às artes, capitão da Guarda Nacional, casado, em 1as. núpcias, com uma senhora cujo nome não foi identificado até aqui, não se sabendo se houve sucessão; e, em 2as. núpcias, com SENHORINHA PEREIRA DE BARROS CORREIA, sobre quem Orlando Joel de Oliveira **(ob. cit., 6)** presta este esclarecimento em 1970: "Completa, no mês de março, seus 96 anos **(de idade, tendo nascido, portanto, em 1884),** D. Senhorinha Pereira de Barros Correia, viúva do antigo coletor estadual Joaquim de Barros Correia." Pais de:

N6) — Sebastião de Barros Correia Primo, que, no informe do Prof. Rubens Lemos, foi "competente Mestre de Música (tocando todos os instrumentos da banda), músico de 1a. Classe da Polícia Militar do Estado; e regeu várias bandas de música no interior de Pernambuco e em Alagoas". Segundo Orlando Joel de Oliveira **(ob. cit., 12),** "Sebastião de Barros Correia Primo nasceu nesta cidade **(do Altinho)** a 17 de abril de 1899, **(tendo sido)** batizado pelo Pe Zacarias de Souza Lira"; "freqüentou a escola do professor Pereira, dedicou-se à profissão de Músico, sendo um grande professor, lecionou em mais de 60 cidades de Pernambuco, atingindo a Bahia em Santo Antônio da Glória; casou-se com D. Júlia Mendonça, em 1921, e tem diversos filhos, todos de tino administrativo". Sebastião de Barros Correia Primo também foi um notável compositor musical.

N7) — José de Barros Correia, que, no dizer do Prof. Rubens Lemos, foi Secretário da Prefeitura Municipal do Altinho e, depois, du-

rante muitos anos, Escrivão e Tabelião Público em Panelas, passando a residir no Recife depois de aposentado.

N8) — **Félix de Barros Correia,** que, segundo o Prof. Rubens Lemos, "exerceu, por vários anos, o cargo de Adjunto de Promotor Público, foi grande mecânico e, por fim, como bom musicista que era, regeu a Banda de Menores da Sociedade de Assistência à Infância e à Juventude do Altinho — SAIJA".

N9) — **Maria do Patrocinio de Barros Correia,** professora municipal no Altinho.

Diz, ainda, o Prof. Rubens Lemos, que, do casal JOAQUIM JUVÊNCIO DE BARROS CORREIA-SENHORINHA PEREIRA DE BARROS CORREIA houve outros filhos, cujos nomes ele não conseguiu identificar. É possível que, entre estes, esteja JUVÊNCIO DE BARROS CORREIA, que, no último quartel do século XIX, aparece como professor público a reger a Cadeira de 1as. Letras, para o sexo masculino, em funcionamento na povoação de Bebedouro (atual AGRESTINA). Segundo Carlos Abílio, Juvêncio é filho de Bernardo José e os filhos de Francisco Joaquim são: ÂNGELA CLEMENTINA, BRASILIANO, AURELIANO, GENEROSA e ANTÔNIO EPAMINONDAS.

200

Enfim, chegam a vez e a hora de aqui se homenagear, merecidamente, o **Barão de Contendas,** o maior vulto da família BARROS CORREIA em Pernambuco, o 1º altinense a governar a Província, na fase imperial, e o Estado, pouco depois do advento da República no Brasil. Político de projeção nacional, o **Barão de Contendas** era neto paterno do cearense JOÃO DE BARROS CORREIA, revolucionário republicanista na capital alencarina em 1817, em conseqüência do que, fracassado o movimento no Ceará, teria ele sido preso e enviado para o Rio de Janeiro, onde por certo faleceu, sem mais se saber de qualquer notícia sua. Sua mulher e filhos, cearenses, todos, foram obrigados a fugir, emigrando para o interior de Pernambuco e procurando parentes e amigos domiciliados no Brejo da Madre de Deus, de onde, mais tarde, a família

saiu, passando a viver em diversos recantos do Agreste, principalmente aqueles onde houvesse remanescentes dos antigos BARROS CORREIA na Capitania duartina, como, por exemplo, o ALTINHO, a vila de GARANHUNS, a **Fazenda Tacaité** (na época, situada em terras da jurisdição da Freguesia do BREJO DA MADRE DE DEUS e, mais tarde, passando a pertencer ao território do CAPIM, evoluído para o Município de BELO JARDIM), a povoação do BEBEDOURO, a vila de PESQUEIRA etc. Tudo isso já foi mais ou menos evidenciado em tópicos anteriores deste livro, nos quais também se deu projeção aos BARROS CORREIA pioneiros na fixação definitiva na sede do Distrito do ALTINHO: FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA e sua mulher ANGELINA JOAQUINA HERCULINA VIEIRA PINTO, pais do **Barão de Contendas,** e BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA e sua mulher TERESA AUGUSTA VIEIRA PINTO, tios do **Barão,** os quais, chegados ao ALTINHO entre 1825 e 1830, aí viveram, com os respectivos filhos, residiram e faleceram, estando sepultados, ao que se diz, em solo altinense.

Os irmãos FRANCISCO JOAQUIM e BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA militaram na vida política de boa porção territorial do Agreste, estendendo o seu raio de ação pelo ALTINHO e BEBEDOURO, pelos campos dos GARANHUNS, pelo CARURU DOS BEZERROS e até mesmo pelo interior do BREJO DA MADRE DE DEUS, mais precisamente pela **Fazenda Tacaité** (ou **Itacaité),** pertencente ao Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, de quem eram amigos, protegidos e correligionários políticos. O **Coronel de Tacaité** era o chefe político da região e militava nas hostes do Partido Liberal, sendo ferrenho adversário dos GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, cuja família, de modo geral, pertencente ao Partido Conservador, fazia política (ora na situação, ora na oposição) no ALTINHO, em BEBEDOURO, em SÃO CAETANO DA RAPOSA, em SÃO BENTO, no CARURU DOS BEZERROS, em SÃO JOSÉ DOS BEZERROS e também em GARANHUNS. Irreconciliáveis eram, politicamente, entre si, os GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, cujo chefe, na época, era o Major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO, o maior boiadeiro do Agreste de Pernambuco no seu tempo, senhor e possuidor de enormes propriedaeds rurais em SÃO CAETANO DA RAPOSA, BEBEDOURO e CARURU (atual CARUARU).

Nascido e criado nessa escola de intrigas sem fim e de lutas políticas entre famílias que, através de matrimônios di-

versos, mais tarde se entrelaçariam, formando evidentemente uma mesma família, sem deixar de lado as suas diferenças políticas, as suas **reixas,** as suas desavenças e críticas recíprocas, o **Barão de Contendas,** desde moço, tomou gosto pela coisa, torcendo, naturalmente, pelos seus — os BARROS CORREIA, do ALTINHO —, e seguindo, também, a orientação política do grande chefe, protetor e amigo de seus familiares que era o Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, que foi quem o levou para militar nas hostes do Partido Liberal, de cuja organização em Pernambuco ele, o **Barão,** haveria de tornar-se figura de primeira grandeza, ao lado de líderes do porte de JOSÉ MARIANO CARNEIRO DA CUNHA, LUIS FELIPE DE SOUZA LEÃO e do BARÃO DE LUCENA.

Altinense de 1839, o **Barão de Contendas** foi batizado na matriz de Nossa Senhora do Ó, sendo oficiante do ato religioso o padre Agostinho de Godoy e Vasconcelos, vigário da paróquia, e recebeu o nome de ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA. Fez o primário (excelente sob todos os aspectos e ministrado com uma segurança espetacular) na escolinha regida por seu próprio pai, o notável professor FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA, que deu ao filho base educacional tão sólida que o firmaria pelo resto da existência como um homem invulgar, extraordinariamente instruído e reconhecidamente bondoso e humanitário. Foi a instrução recebida na 1a. Cadeira de Primeiras Letras, para o sexo masculino, da povoação do ALTINHO, que tornou o **Barão de Contendas** uma personalidade destacada da sociedade altinense de sua época, levando-o a projetar-se não apenas no plano local, mas, também, no provincial e no imperial.

Concluídos no ALTINHO seus estudos preliminares, ANTÔNIO EPAMINONDAS, já um rapazola de inteligência invulgar, foi mandado pelos pais para fazer o Curso de Humanidades na Capital de Pernambuco, possivelmente com o patrocínio ou o apoio de seu padrinho, o citado Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, senhor e possuidor da **Fazenda Tacaité.** Depois do Secundário, ingressou na **Faculdade de Direito do Recife,** onde sempre se destacou como um de seus alunos mais brilhantes. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1864. A seu respeito, escreveu Clóvis Bevilaqua **(História da Faculdade de Direito do Recife, 110):**

"ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA — Pernambucano. Nasceu em 1839 e faleceu em 1905. Por três

vezes administrou a Província de Pernambuco, ao tempo da Monarquia, sendo, em 1889, agraciado com o título de **Barão de Contendas.** Ainda na República, administrou Pernambuco, em dias difíceis. Gozava de real estima entre os seus conterrâneos."

201

A turma de 1864, da Faculdade de Direito do Recife, marcou época, revelando-se, através dos anos, como uma de maior destaque de sua história, principalmente pelo projeção tomada por alguns de seus membros, dentre os quais, além do próprio ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, exaltam-se estes a seguir, segundo Clóvis Bevilaqua **(oh cit., 110-113):**

ANTÔNIO PINTO NOGUEIRA ACIÓLI (Icó, CE, ... 11.10.1840 / Rio de Janeiro, DF, 14.04.1921), o qual, "com o falecimento de Pompeu, tornou-se chefe de um dos grupos liberais do Ceará, que representou na Câmara e no Senado, e que administrou mais de uma vez, na Monarquia e na República. Foi ele que fundou a Faculdade de Direito do Ceará".

ANDRÉ CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, o célebre **Ministro André Cavalcanti,** o qual "é natural de Pesqueira. Foi magistrado, chefe de polícia, na Paraíba, em Pernambuco **(no ano de 1880)** e no Rio de Janeiro, e, por fim, ministro do Supremo Tribunal, cuja presidência ocupou. Representou o seu Estado na Constituinte republicana **(de 1891).** Faleceu em 1927." Era primo do Barão de Contendas.

AUGUSTO COLIN DA SILVA RIOS, maranhense de inteligência fora do comum. "Foi político e jornalista no Piauí".

BENTO CECILIANO DE SOUZA RAMOS, que foi juiz de Direito em várias Comarcas do interior de Pernambuco, inclusive em BOM CONSELHO (1875-1881).

FRANCISCO PRISCO DE SOUSA PARAISO, baiano de cultura vasta. "Foi deputado geral e ministro da Justiça no Gabinete de 24 de março de 1883".

FILIPE FRANCO DE SÁ, fluminense de 2 de janeiro de 1841, filho do senador Joaquim Franco de Sá. "Foi deputado

e senador na Monarquia. Dirigiu também duas pastas ministeriais, a dos Estrangeiros (1882) e a da Guerra (1884). Grande ilustração, deixou um livro publicado, **A Reforma Constitucional** (1880) e outro inédito, que o Estado fez imprimir sob a direção de Fran Pacheco: **A Língua Portuguesa** (1915). Em 1867, publicou as **Poesias** de seu irmão Antônio Joaquim Franco de Sá, precedidas de uma nota biográfica."

JOÃO VIEIRA DE ARAÚJO, pernambucano do interior. Foi juiz municipal do Termo de CIMBRES entre 1867 e 1869; delegado-de-polícia de CIMBRES em 1870; deputado provincial pelo 4º Distrito; juiz de Direito em várias Comarcas do interior, inclusive a de BEZERROS (seu 1º juiz e seu instalador em 1873) e a de BOM CONSELHO (também seu 1º juiz e seu instalador). Foi Lente da Faculdade de Direito do Recife.

JOÃO JOSÉ DO MONTE JÚNIOR (Sergipe, 1843 / Rio de Janeiro, 1907). "Fundou o **Direito,** em 1873, e manteve a sua publicação até à morte. A coleção dessa revista compõe-se de 120 volumes, nos quais se encontra vasto material de doutrina e jurisprudência."

JOÃO DAMASCENO PINTO DE MENDONÇA (Ceará, 1843 / Rio de Janeiro, 1911), "advogado notável no foro da Paraíba do Sul e, depois, no Rio de Janeiro".

JOÃO TOMÉ DA SILVA JÚNIOR, cearense, Lente da Faculdade de Direito do Recife.

JESUÍNO JOSÉ DE FREITAS, piauiense, falecido em 1906. "Seguiu a carreira da magistratura, foi juiz de Direito no Piauí e no Maranhão, de cuja Relação foi um dos membros mais respeitáveis, por sua integridade e espírito de justiça".

JOAQUIM CORREIA DE ARAÚJO, advogado ilustre, Lente da Faculdade de Direito do Recife; nascido em Pernambuco.

JOAQUIM GUENES DA SILVA MELO, alagoano, famoso por suas tentativas de curas do câncer exposto através de aplicações de leite de avelós. Foi juiz de Direito em várias Comarcas do Agreste e do Sertão de Pernambuco, inclusive a do BREJO DA MADRE DE DEUS (seu 1º juiz e seu instalador) e a do GRAVATÁ (também seu 1º juiz e seu instalador).

JOSÉ AVELINO GURGEL DO AMARAL (Aracati-CE, 10.11.1843 / Rio de Janeiro-DF, 19.07.1901). "Jornalista de raça e advogado de nota. Representou o Ceará na Câmara dos Deputados. É autor da comédia **As Aparências Iludem.** Para bem frisar o seu valor intelectual, transcrevo as seguintes palavras de Moreira de Azevedo, que lhe traçou a biografia na Revista do **Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,** 1901, pg. 751-754: "Inteligência viva, dúctil e com grande faculdade apreensiva, o Dr. José Avelino dispunha de variada e boa instrução sobre quase todos os ramos dos conhecimentos humanos. Escritor correto e elegante, era de uma fecundidade extraordinária, colaborando, diariamente, na imprensa da Capital e na de vários Estados do Brasil." Defendeu tese e foi aprovado em 1872. Foi, segundo afirmam, um dos colaboradores do **Manifesto** dirigido à Nação, pelo Marechal Deodoro, quando, a 3 de novembro de 1891, dissolveu o Congresso Federal."

MANUEL LOPES DA CUNHA MACIEL, juiz de Direito em diversas Comarcas do Agreste e do Sertão de Pernambuco (de cuja Província era natural), inclusive a de GARANHUNS, entre 1870 e 1872.

202

ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, poucos meses depois de formado, vai exercer sua profissão pelo interior da Província, ocupando o cargo de Promotor Público em algumas Comarcas do Agreste e do Sertão, inclusive a de CARUARU, logo após a sua instalação, em 1867, fixando residência na **Cidade Serrana** (em casa alugada na **Rua da Cadeia,** vizinha ao Forum, Quartel da Polícia e Paço da Câmara Municipal) e passando a movimentar a parte artístico-cultural de sua sociedade ao lado de gente fina e sensível às artes e letras, por exemplo, a professora ANA JOAQUINA PERES CAMPELO DE OLIVEIRA MELO, o rábula JUVÊNCIO TACIANO MARIZ, o poeta ANTÔNIO FLORÊNCIO DE CARVALHO, o tabelião GREGORINHO (homem de sete instrumentos) todos mais ou menos ligados à política do Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, da **Fazenda Tacaité,** protetor dos BARROS CORREIA, do ALTINHO e de BELO JARDIM, e adversário político dos VIEIRA DE MELO, de CARUARU, e dos GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, de SÃO CAETANO DA RAPOSA, BEBEDOURO e ALTINHO. Daí para o seu ingresso na política foi um passo

e, quando se deu fé, estava ele eleito deputado provincial pelo Círculo (ou Colégio) Eleitoral cuja cabeça situava-se exatamente em CARUARU. Seria reeleito por diversas vezes, tornando-se uma das figuras principais e mais atuantes da Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco. Tornar-se-ia, também, vice-presidente da Província de Pernambuco.

Em 1867, já sendo um homem de projeção política na Capital, ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA casou-se com u'a moça rica e bonita — MARIA JOSÉ DE ARAÚJO, dileta filha do BARÃO DE AMARAJI, a qual, como dote de casamento, levou o **Engenho Contendas**, moente e corrente, na Mata-Sul de Pernambuco, ou seja, no interior de Amaraji. Na casa-grande do engenho haveriam de nascer alguns de seus filhos.

Em 1881, na qualidade de deputado provincial, ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, cumprindo promessa feita aos seus conterrâneos, apresentou, na Assembléia Legislativa, projeto-de-lei com o fim de transformar o Distrito do ALTINHO (então pertencente à jurisdição municipal de CARUARU) em Vila e Município, conseguindo sua aprovação e inclusão na Lei Provincial nº 1.560, assinada pelo Presidente José Antônio de Souza Lima em 30 de maio daquele ano, cujo Artigo 2º está assim redigido: "Ficam elevados a vila o povoado do Altinho, com o nome de VILA DE N. S. DO Ó DO ALTINHO; e a povoação de Gravatá, na Comarca de Bezerros, com o mesmo nome." O território municipal do ALTINHO seria desmembrado do Termo de Caruaru, a cuja Comarca ficaria pertencendo até 1894, quando seria criada e instalada a própria Comarca do ALTINHO.

Na qualidade de vice-presidente da Província, Dr. ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, em 17 de dezembro de 1881, assumiu, pela primeira vez, o governo de Pernambuco, mantendo-se no cargo até 11 de março de 1882. Em 11 de setembro de 1882 assumiu, pela segunda vez, o governo da Província, permanecendo no cargo até 17 de novembro de 1882. Aos 25 de abril de 1883 assumiu, pela terceira vez, o governo de Pernambuco, ficando no cargo até 17 de julho de 1883. Como governador da Província, sendo um homem de visão larga, tentou realizar ligação ferroviária com um ramal saído de PALMARES, passando por BONITO, PANELAS DE MIRANDA e ALTINHO, e chegando até SÃO BEN-

TO. O plano era fabuloso, mas os proprietários rurais da região, todos coronéis obscurantistas de enorme prestígio político-eleitoral na Província, foram contra o projeto do Dr. ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, sob a incrível alegação de que o trem iria trazer micróbios e doenças graves para suas terras e para aquelas localidades. Era por causa de coisas assim que Maquiavel dizia: **Contra a estupidez até Deus luta em vão!**

Em fins de 1889, já instalada a República no Brasil, o Partido Liberal de Pernambuco era chefiado pelos drs. LUIZ FELIPE DE SOUZA LEÃO E ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, que, na época, já era portador do título de **Barão de Contendas,** posto pelo Imperador Pedro II e escolhido em homenagem ao engenho de que era senhor e possuidor.

Em 1891, o **Barão de Lucena** renunciou ao cargo de governador de Pernambuco e fez eleger o seu sucessor: Desembargador José Antônio Correia da Silva, tendo por companheiro, na vice-governança, o **Barão de Contendas.**

Aos 23 de novembro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca, fracassado no golpe que pretendera aplicar, transmitiu o governo da República ao vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, disso surgindo reviravolta política em todo o país. Em Pernambuco, o governador Correia da Silva, dando parte de doente, transmitiu o governo para o poder do presidente da Câmara dos Deputados Estaduais, dr. José Maria de Albuquerque e Melo, que, três dias passados, isto é, em 30 de novembro, amedrontado, largou o "abacaxi" nas mãos do vice-governador eleito, exatamente o Dr. ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS, que, na ocasião, encontrava-se no **Engenho Contendas,** em Amaraji. Através de telegrama, o marechal Floriano apelava para ele assumir o cargo, o que fez logo mais, apesar de ser deodorista e lucenista.

Aos 18 de dezembro de 1891, já de noite, estando Pernambuco em terrível fase de agitações políticas, forças do Exército, por ordem de Floriano Peixoto, aproximam-se de palácio e depõem do governo do Estado o **Barão de Contendas,** "após longo tiroteio em combate com as forças estaduais, do que resultou grande mortandade de lado a lado". O general Ouriques Jacques invade o palácio. Dr. ANTÔNIO

EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, sentindo-se vencido e deposto, sem segurança até mesmo no próprio palácio, diz ao general: "— Tome V. Exc. conta do governo; é inútil esta matança, faça parar o fogo e garanta-me a vida, que quero sair daqui!"

O general fez cessar o tiroteio, deu o braço ao **Barão de Contendas** e o acompanhou a pé, com alguns amigos deste, que o seguiam, até além da Ponte Santa Isabel. Desde aí, caindo em ostracismo político, retirou-se, para sempre, da vida pública o nobre altinense ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, o **Barão de Contendas,** a quem, aqui e agora, presta-se apenas uma pálida homenagem.

203

Na casa-grande do **Engenho Contendas,** em Amaraji, faleceu, aos 66 anos de idade, em maio de 1905, ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, o 1º altinense a governar Pernambuco, fazendo-o por quatro vezes, como vem historiado neste livro; e, em sua casa residencial no Recife, faleceu, em avançada idade, sua viúva, MARIA JOSÉ DE ARAÚJO DE BARROS CORREIA, a **Baronesa de Contendas,** no ano de 1940.

Do casal ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA-MARIA DE ARAÚJO DE BARROS CORREIA houve quinze filhos, estes a seguir:

F1) — ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, advogado, casado com ANA LUIZA PONTUAL, por cujo leito nasceram:

N1) — Maria de Lourdes.

N2) — Carmelita Pontual de Barros Correia, residente em Campos, RJ, casada com dr. Otaviano Pernambucano da Costa, havendo sucessão.

N3) — Antônio.

F2) — MARIA GENTIL DE BARROS DIAS, residente no Rio de Janeiro, casada com dr. PEDRO DOS SANTOS DIAS,

filho de Manuel Antônio dos Santos Dias e de Filonila Teresa Dias. Pais de:

N4) — Antônio.

N5) — Manuel Antônio Dias, médico no Rio de Janeiro, casado, em 1as. núpcias, com a carioca Helena Fernandes Ribeiro, por cujo leito nasceu, em 1928, dr. Antônio Carlos Dias, parisiense; e, em 2as. núpcias, com Marita Diniz Dias, pais de Carlos Antônio, Fernando e Eduardo Dias.

N6) — José Cândido dos Santos Dias, casado com Maria José Dias, sem sucessão.

N7) — Maria de Lourdes.

N8) — Pedro Dias Filho, casado com Eulália Melo, com sucessão.

N9) — Feliciana Dias Domingues (Filam), casada com dr. Edgar Domingues da Silva, sem sucessão.

N10) — Cícero Dias, casado com a francesa Raymonde, residente em Paris, célebre pintor de projeção internacional.

N11) — João.

N12) — Mário dos Santos Dias, residente no Rio de Janeiro, casado com Beatriz Luísa dos Santos Dias, pais de Maria Luísa Dias, sem maiores informações.

N13) — Rômulo dos Santos Dias, residente no Rio de Janeiro, casado com Maria Dulcinéia dos Santos Dias, pais de Dóris, Cicero e Carlos, sem maiores informações.

N14) — Maria Gentil dos Santos Dias, casada com Cândido Carrazedo, com sucessão.

F3) — EUTIQUIO DE BARROS CORREIA, que Luís Wilson **(Roteiro, III, 1202)**, por equívoco, registra como sendo EURICO DE BARROS CORREIA, baseado possivelmente em informações apressadas. EUTIQUIO DE BARROS CORREIA, engenheiro-agrônomo, casou com JÚLIA BITTENCOURT CORREIA. Pais de:

N15) — Eutíquio de Barros Correia Filho, advogado, casado com Carolina de Brito Cavalcanti (Zitinha), filha do cel. Mário de Albuquerque Cavalcanti e de sua 1a. mulher, Ana da Costa Brito, sendo neta paterna do dr. Leonardo Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (Fazenda Fundão, Distrito de Olho Dágua dos Bredos, Mun. de Cimbres, 1855 / Recife-PE, 1950), médico formado na França, e de Carolina de Caldas Lins (Dona Caró), e, materna, de Bento de Assis Brito e de Ana Isabel da Costa Brito. Dr. Leonardo Arcoverde era irmão de D. Joaquim Arcoverde, 1º Cardeal da América Latina, sendo ambos sertanejos do Ararobá, filhos legítimos do notabilíssimo Antônio Francisco de Albuquerque Cavalcanti, o Capitão Budá, e de Marcolina Dorothéia Pacheco do Couto (filha do cap. Leonardo Pacheco do Couto e de Ana Antônia Cordeiro do Rego). Houve sucessão.

N16) — Edgar de Barros Correia, casado com Virgínia, com sucessão.

N17) — Eunice de Barros Correia, casada com Gentil da Cunha França, com sucessão.

N18) — Edith de Barros Correia, casada com Genésio de Sousa Formiga, com sucessão.

F4) — CICERO DE BARROS CORREIA, advogado, falecido solteiro.

F5) — RAQUEL DE BARROS CORREIA, falecida na infância.

F6) — GENEROSA DE BARROS CORREIA, residente no Recife, casada com JOSÉ HERMINIO PONTUAL (irmão de Ana Luísa Pontual, mulher de Antônio Epaminondas). Pais de:

N19) — Hilda Pontual, casada com Marcelo Gonçalves Peres, com sucessão.

N20) — Edite Pontual, casada com Humberto de Oliveira Fernandes, com sucessão.

N21) — Generosa Pontual, falecida, deixando viúvo José Constantino Gomes Ferreira e filho único: José.

N22) — Aída Pontual, sem maiores informações.

N23) — Raquel Pontual, sem maiores informações.

F2) — JOAQUIM DE BARROS CORREIA, casado com FELICIANA, com sucessão.

F8) — CONSTÂNCIO DE BARROS CORREIA, falecido solteiro.

F9) — MELÂNIO DE BARROS CORREIA, advogado e tabelião público, casado com IRENE MIRANDA PEREIRA DE ARAÚJO, sua prima. Pais de:

N24) — Constâncio de Araújo Correia, casado com Eugênia Uchoa Peres, com sucessão.

N25) — Eurico de Araújo Correia, casado com Medina Escobar, com sucessão.

N26) — Melânio de Araújo Correia, casado com Lindalva Cavalcanti de Sá.

N27) — Maria dos Anjos Araújo Correia, casada com Severino Montenegro.

N28) — Maria Irene de Araújo Correia, casada com José Correia de Araújo.

F10) — SOLON DO BARROS CORREIA, advogado, casado, em 1as. núpcias, com FELICIANA PONTUAL CORREIA, sem sucessão; e, em 2as. com GEORGINA RIOS, sem sucessão.

F11) — ANGELINA DE BARROS CORREIA (ou ANGELINA BUARQUE DE GUSMÃO), casada com o dr. PEDRO NOLASCO BUARQUE DE GUSMÃO, residentes no Recife. Pais de:

N29) — Maria Angelina Nolasco, sem maiores informações.

N30) — **Pedro Nolasco de Gusmão,** c.c. Maria Dulce, c/sucessão.

N31) — **Mário Nolasco de Gusmão,** c.c. Otilra Rosado, c/sucessão.

N32) — **Oscar Nolasco de Gusmão,** c.c. Ana Maria, c/sucessão.

N33) — **Lúcia Nolasco de Gusmão,** c.c. Manuel Tavares, c/sucessão.

N34) — **Jaime Nolasco de Gusmão,** c.c. Ivete Cert, c/sucessão.

N35) — **Paulo,** c.c Isaura, c/sucessão.

F12) — NAIDE DE BARROS CORREIA, solteira.

F13) — ERASMO DE BARROS CORREIA, advogado, já falecido, casado com MARIA FILOMENA DA SILVEIRA, também já falecida, filha do dr. Rodolfo da Silveira. Pais de:

N36) — **Lucila da Silveira Correia,** c.c. Lidio Leusidi.

N37) — **Erasmo da Silveira Correia,** c.c Ondina, c/sucessão.

N38) — **Paulo da Silveira Correia,** c.c. Eulina, c/sucessão.

N39) — Silvio José da Silveira Correia, c.c. Maria Helena, c/sucessão.

N40) — Geraldo da Silveira Correia, c.c. Rosa Maria, c/sucessão.

N41) — Maria de Jesus da Silveira Correia, c.c. Roberto Figueira.

N42) — Rodolfo da Silveira Correia, c.c. Criméia, c/sucessão.

F14 — CORDOLINA, falecida ao nascer.

F15) — EDITH, falecida na infância.

204

Focalizou-se, no tópico 199, o nome de MARIA MENEZES DE BARROS CORREIA, falecida em 1973, altinense de nascimento, filha legítima do Prefeito Sebastião Alves de Barros Correia e de Minerva Menezes de Barros Correia, a qual teve a ventura de casar, no ALTINHO, com um benfeitor da terra, um seu Prefeito também: o Professor RUBENS LEMOS, a quem se dedica este capítulo.

Descendente da poderosa família BARBOSA, que, antes da invasão holandesa em Pernambuco, já agricultava e criava gado nos Campos do LIMOEIRO, Vale do Capibaribe e adjacências, realizando trabalho pioneiro na região, RUBENS LEMOS BARBOSA DA SILVA é cearense da Cidade de Viçosa, nascido aos 4 de janeiro de 1910, filho legítimo do Dr. Joaquim Freire Barbosa da Silva, escadense de nascimento, e de Felismina Lemos Barbosa da Silva, nascida no Recife. Para a realização deste livro, ninguém mais colaborou com o seu autor do que o Prof. RUBENS LEMOS, altinense de coração, homem de cultura vasta, de fina sensibilidade e de bondade ao infinito. De sua redação, as notas que no tópico se seguem dizem respeito ao Prof. RUBENS LEMOS e respectivos familiares:

"Avós paternos: Manuel Freire Barbosa da Silva, senhor de engenho nos Municípios de Gameleira e Palmares; e Maria da Pureza Barbosa da Silva, primos, descendentes de família de Bom Jardim, deste Estado.

"Avós maternos: Joaquim Tranquilino de Lemos Duarte, de família do Recife, onde trabalhava na Recebedoria do Estado; e Evarista Lança de Lemos Duarte, de família do Maranhão.

"Irmãos:

"— Eurípedes Lemos Barbosa da Silva, que foi funcionário da Prefeitura do Recife, casado com Cecília Cavalcanti Barbosa da Silva, da família Cavalcanti, de Carpina.

"— Políbio Lemos Barbosa da Silva, funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado, casado com Josefa Moura, de família do Altinho.

"— Bel. Homero Freire Barbosa da Silva, Procurador da Prefeitura do Recife e da CELPE, ex-professor da Faculdade de Direito de Caruaru e advogado no Recife, casado com Amélia Mendes Freire, de família de Belém do Pará.

"— Bel. Rossini Lemos Barbosa da Silva, Fiscal de Rendas do Estado, casado com Madalena Couto Lemos, descendente das famílias Couto e Barros Correia, do Altinho.

"(Seu pai, Joaquim Freire Barbosa da Silva, colou grau na Faculdade de Direito do Recife em 1902, sendo, logo depois, nomeado Promotor Público de Macau, no Estado do Rio Grande do Norte e, em seguida, Juiz Municipal de Viçosa, no Estado do Ceará; tendo exercido, ainda, naquele Estado, o cargo de Juiz de Direito de Açaré, Barbalha e Lavras. Regressando ao Estado de Pernambuco, em 1915, dedicou-se à agricultura, como senhor de engenho no Município de Palmares, até quando aceitou o cargo de Juiz Municipal de Salgueiro e, posteriormente, em 1920, o de Altinho, exercendo a magistratura neste Município durante 11 anos. Sobrevindo a Revolução de 1930, foi removido para Aliança, depois para Maraial e, em seguida, para Lagoa dos Gatos, onde se aposentou. A partir daí, dedicou-se à advocacia na Comarca de Panelas e, finalmente, na de Altinho, falecendo em 24 de maio de 1950. Na cidade do Altinho, como na de Viçosa, do Ceará, procurou despertar nos jovens e na sociedade local o gosto pelas artes, especialmente a do Teatro, para o que organizou uma sociedade sob a denominação de **Grêmio Músico-Teatral Altinense,** e construiu, com a colaboração do povo, o edifício de sua sede, o atual **Teatro Paroquial.**

"Casou-se **(o Prof. Rubens Lemos)** em fevereiro de 1936 com Maria Menezes de Barros Correia, filha do comerciante e ex-Prefeito Sebastião Alves de Barros Correia e de Minerva Menezes de Barros Correia, da família Menezes, de São Caetano. Sebastião Alves de Barros Correia, seu sogro, era filho de Brasiliano de Barros Correia; e este do Professor Francisco Joaquim de Barros Correia. O Professor Francisco Joaquim de Barros Correia e seu irmão Bernardo José de Barros Correia chegaram ao Altinho pelos anos de 1825 a 1830. Vieram da então Província do Ceará. O primeiro trouxe o encargo de professor público do Altinho, sem que se saiba que tivesse aqui antecessor; e o segundo, o encargo de "advogado". Dizia o velho Manuel Omena de Oliveira, antigo Secretário da Prefeitura, que constituíram família e aqui faleceram. O Professor Francisco Joaquim, dentre a sua prole, teve em destaque o Dr. Antônio Epaminondas de Barros Correia, que iniciou sua carreira como Promotor Público, recebeu o título de **Barão de Contendas** e chegou a ser Vice-Presidente da Província de Pernambuco; e, no sistema do governo republicano, Vice-Governador do Estado, em cujo exercício esteve por algum tempo.

"Motivo por que se radicou no Altinho

"Com a remoção do genitor, como juiz, para o Altinho, chegou nesta Cidade em 1920, com os seus dez anos de idade. Aqui concluiu o Curso Primário, passando, depois, a estudar Contabilidade, no Recife, quando no exercício do cargo de auxiliar-de-escrita da Companhia Industrial de Algodão e Óleos — CIDAO —, em Areias. Com o encerramento das atividades da CIDAO, voltou para o Altinho, passando a ocupar, sucessivamente, os cargos de escrivão de polícia, observador da Estação Termo-Pluviométrica do Ministério da Agricultura, até a extinção da Estação em 30 de setembro de 1931, e de escrevente de cartório. Teve por pouco tempo, atividade no comércio, sendo, depois, indicado por um grupo de figuras de relevo do Município para Prefeito, ao Interventor Federal Agamenon Magalhães, por intermédio do Cel. João Guilherme de Pontes, chefe político de Caruaru e Municípios vizinhos. Designado para o cargo de Prefeito o Dr. Antônio Lins de Figueiredo, Chefe do Posto de Higiene, foi, por este, convidado para o cargo de Secretário da Prefeitura, que aceitou depois da concordância dos amigos que o indicaram para o cargo de Prefeito. Decorridos sete meses, o Dr. Antônio Lins

de Figueiredo afastou-se do cargo. Foi, então, nomeado Prefeito em 7 de julho de 1939, cargo que exerceu até 10 de outubro de 1945 e, depois, durante dois meses. Deixando o cargo de Prefeito, exerceu, por pouco tempo, o de Escrivão e Tabelião Público em Altinho e, por concurso, na Comarca de São Joaquim do Monte, serventia vitalícia que renunciou para ingressar no quadro de funcionários da Prefeitura do Recife, trabalhando no Gabinete do Secretário do Prefeito, passando, depois, a Chefe de Secção, Chefe de Serviço e Diretor do Departamento de Material e Bens, em cujo exercício, depois de onze anos, requereu aposentadoria por tempo de serviço. Passou, daí por diante, a vir, com mais assiduidade, a Altinho, onde administra pequeno terreno que lhe coube e aos filhos por herança de sua mulher.

"Atividade política

"Quando, em 1945, começou-se a falar na redemocratização do País, compareceu a Palácio e pôs nas mãos do Interventor Agamenon Magalhães o cargo de Prefeito, para que escolhesse outro que melhor pudesse servir à sua política e ao Município. O Interventor não aceitou o pedido de exoneração. Continuou, então, no exercício do cargo, quando, em atenção a apelo dos seus munícipes, ingressou no Partido Social Democrático — PSD —, como Presidente do Diretório Municipal. Em 1947, foi lembrado para o cargo de Prefeito Constitucional em memorável reunião de 6 de setembro, no salão principal da Prefeitura, presidida pelo Dr. Manuel César de Morais Rego, não aceitando a indicação por considerar correta e necessária a renovação de valores na administração pública. Indo para o Recife em 1948, deixou a política, embora, ainda hoje, por insistência de velhos amigos, faça parte do diretório do PDS, mas na disposição de, terminado o período do mandato, se afastar, em definitivo, dessa atividade.

"Administração

"Apresenta, como das mais importantes da sua Administração, na Prefeitura do Altinho, as seguintes realizações:

"O levantamento da Planta da Cidade, com os traçados sanitários de água e esgostos e plano de expansão.

"A restauração do serviço de iluminação pública e particular da Cidade.

"A restauração do Posto de Higiene, antes mantido pelo Estado.

"A construção do Grupo Escolar Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia, com financiamento do Estado.

"A construção do Matadouro Público.

"A aquisição de um prédio, onde instalou todas as escolas municipais, com a denominação de "Escolas Municipais Reunidas".

"A reforma dos prédios da Prefeitura e da Cadeia Pública.

"A construção do Açude Público da então Vila de Ibirajuba, com auxílio do Estado.

"A construção do Cemitério Público daquela Vila.

"A construção do Prédio Escolar do Povoado Santo Antônio.

"A construção de uma barragem para melhor higienização da água destinada à população da Cidade.

"A construção das estradas Altinho-Santa Teresa e Altinho-Panelas; e conservação e construção de obras-d'arte das estradas Altinho-Mentirosos, Altinho-Ibirajuba-Picirongara, Altinho-Jurema, Altinho-Ituguaçu e Altinho-Guaraciaba.

"A criação da Biblioteca Pública.

"A criação do jornal "A VOZ INFANTIL DO ALTINHO", com corpo redacional de alunos das escolas locais, sob a supervisão das professoras.

"A criação da "Associação de Amparo à Maternidade e à Infância do Altinho".

"Sobre estas instituições o Prof. Joaquim Amazonas, em parecer referente à prestação de contas ao Conselho Administrativo do Estado, do qual também eram membros o Desembargador Liberalino de Almeida, o Dr. José Bezerra Filho, o Dr. Leôncio de Araújo e o Dr. Manuel Leão, disse:

"— O Sr. Prefeito do Altinho fez acompanhar suas contas de resumido porém claro e suficiente RELATÓRIO de sua

atuação na Prefeitura, durante o ano financeiro, e onde se verifica que, além das obras relacionadas, teve várias realizações, sendo de salientar: 1) o restabelecimento da luz elétrica da cidade, serviço que se achava suspenso desde 1935. 2) a manutenção à custa do Município do Posto de Higiene, anteriormente mantido pelo Estado e extinto pelo decreto-estadual nº 417. 3) a criação da Caixa Escolar do Altinho, para auxílio dos alunos pobres das escolas estaduais e municipais. 4) a criação da Associação de Amparo à Maternidade e à Infância. 5) a criação da Biblioteca Pública do Altinho, o primeiro serviço de grande utilidade para a cidade, e as quatro últimas criações de inestimáveis benefícios e capazes, cada uma por si só, de recomendar uma administração à benemerência dos munícipes. Fica-se a saber ainda que atualmente o Município não tem dívida de espécie alguma. Em conclusão, julgando a administração do Sr. Prefeito **(Rubens Lemos)** do Altinho digna dos mais francos louvores, não os regateio; e estando exatas todas as suas contas, segundo a Secretaria do Interior, pela Secção competente, opino por sua aprovação por este Departamento Administrativo do Estado de Pernambuco". (Diário do Estado de 18/3/1941).

"Atividades na Vida Social do Altinho

"Fundador, dentre outros, em 1932, exercendo os cargos de Secretário e Diretor de Esportes, do **Ipiranga Esporte Clube**, agremiação esportiva ainda hoje funcionando.

"Foi, ainda bem jovem, músico da **Banda Santa Cecília**, tocando trompa, piston e, depois, trombone, quando tomou parte na orquestra do **Clube Carnavalesco Bela União**, de Caruaru, por interferência, junto ao seu genitor, de Emídio Sobral, em cuja casa de residência, na Rua do Cafundó, se hospedou **(esse Emídio Sobral que proporcionou hospedagem ao então jovem RUBENS LEMOS, para abrilhantar os festejos momescos na cidade de Caruaru, era o altinense EMIDIO ABILIO DE SOBRAL, funcionário da PMC e um dos diretores do clube BELA UNIÃO, o qual era casado com Elvira Pereira Sobral, irmã do farmacêutico João Napoleão. Uma das filhas de Emídio, a Julcinéa, bebedourense de nascimento, casou com o jornalista JOSAPHAT VASCO DE CARVALHO ROSAS, por cujo leito houve filho único: Emídio Antônio Sobral, casado, com sucessão)**.

"Depois, foi Presidente dessa Banda, conseguindo um bom músico da Polícia Militar do Estado para dirigí-la, quando se apresentava como uma das melhores organizações musicais da região.

"Incentivou a criação da Cooperativa Agro-Pecuária do Altinho, da qual foi Diretor Comercial.

"No período de 1966 a 1968, exerceu o cargo de Presidente da Sociedade de Assistência à Infância e à Juventude de Altinho — SAIJA —, onde criou uma escola de música, do que resultou o surgimento de uma banda de menores de 10 a 15 anos de idade, a qual chegou a tocar até noutras cidades; criou uma escola de corte e costura, uma escola de datilografia e mais uma de letras.

"Atualmente, é Coordenador da Comissão de Desenvolvimento do Altinho — CODEAL."

205

A repercussão da escolha de RUBENS LEMOS para governar o ALTINHO foi enorme e, a seu respeito, o DIÁRIO DA MANHÃ, do Recife, edição de 28 de março de 1946, divulgou o seguinte noticiário:

"ALTINHO

"REPERCUSSÃO DA NOMEAÇÃO DO PREFEITO RUBENS LEMOS — MENSAGENS DE CONGRATULAÇÕES

"ALTINHO, março. (Do correspondente) — Causou a mais simpática repercussão nos círculos sociais e políticos do Estado a nomeação do sr. Rubens Lemos para Prefeito deste Município. De vários pontos deste Estado têm chegado ao sr. Rubens Lemos numerosas mensagens de felicitações, destacando-se as seguintes:

"DO RIO — "Agradecendo sua gentileza envio-lhe cordiais abraços. (a) Agamenon Magalhães". — "Afetuosas felicitações (a) Gercino de Pontes". — "Um abraço do Jarbas Maranhão".

"DO RECIFE — "Receba prezado amigo sinceros parabéns justiça Interventoria reintegrando-o cargo Prefeito esse próspero Município. Abraços (a) José Falcão."

"Congratulo-me dinâmico restaurador torrão natal fazendo votos continue realizando ideiais altinenses conscientes democráticos. (a) Edilásio".

"Aqui vai um abraço para você e felicitações para o povo de Altinho. (a) Carvalho".

"Inexistência frases capazes patentear vulto contentamento, digo apenas parabéns. Forte abraço. (a) Petronilo".

"Congratulo-me retorno vossa vida pública vanguarda destino Altinho. Felicidades deseja Luiz Batista".

"Peço aceitar minhas congratulações ter assumido cargo Prefeito Altinho. (a) Jose do Ó".

"Aceite meu abraço de parabéns pela sua nomeação cargo prefeito. (a) Assis".

"DE MAUÁ — "Aceite parabéns sua nomeação Prefeito Altinho. Abraços. (a) José Couto".

"DE PESQUEIRA — "Nossas congratulações brilhante escolha governo do Estado. (a) Caetano Tavares e família".

"DE VICÊNCIA — "Parabéns sua reintegração cargo Prefeito esse Município povo minha terra exultará continuação programa traçado seu alto tino administrativo. (a) Abel Gomes".

"DE CORIPÓS — "Testemunho minha alegria sua volta administrativa destino Altinho. Oxalá seja duradoura bem essa terra tanto admiro. Abraços. (a) Maurílio Alves, coletor".

"DE CACHOEIRINHA — "Regozijado justo ato Exmo. Interventor fazendo voltar administração Município prezado amigo queira aceitar parabéns votos continue anterior atuação benefício progresso Município. Filho de Altinho, alegro-me com todos bons altinenses vendo à frente seus destinos o maior Prefeito todos os seus tempos. Abraços. (a) Abdon".

"Abraços felicitações vossa nomeação Prefeito. (a) José Gomes".

"DE PANELAS — "Aceite prezado amigo forte abraço volta Prefeitura nossa querida terra. (a) José de Barros". — "Parabéns abraços. (a) Freire".

"DE RIBEIRÃO — Parabéns sua volta Prefeitura. (a) Sargento Rodrigues".

"DE CARUARU — Regozijamo-nos sua volta cargo Prefeito parabéns. (a) Maria das Graças. Maria Isabel Anselmo".

"DE AGRESTINA — Queira amigo aceitar o meu forte abraço pela grande vitória alcançada. Abraços (a) Joaquim Tiburtino Barros".

"Parabéns justa nomeação. Abraços. (a) Alberto Guilherme Sobrinho".

"Queira amigo aceitar o meu grande abraço pela justa nomeação. Egerson Rafael".

"Queira aceitar os meus sinceros parabéns pela grande vitória. (a) João Gomes".

"Aceite meus parabéns pela grande vitória. (a) Manuel Correia".

"Aceite meu forte abraço pela gloriosa vitória alcançada ficando sempre de baixo nossos adversários. (a) Antônio Ferreira".

"DE SÃO CAETANO — "Compartilho alegria povo Altinho. (a) Antônio Sinésio".

"DE GARANHUNS — "Aceite um forte abraço pela justa nomeação. (a) Sargento João Alves".

"DE ALTINHO — "Ato Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado nomeando estimado conterrâneo Prefeito nossa terra é a concretização feliz da tranqüilidade esperada ansiosamente pelo povo humilde mas consciente de Altinho. (a) Sebastião Oliveira".

"Não temos expressões dizer alegria nos vai nalma vê-lo prestigiado honrado e querido voltar frente governo esta terra. Saudações atenciosas. (a) José Lima e família".

"Correligionários dos que sabem conservar espírito sublime gratidão alunos professorado Grupo desejam felici-

dades posse vosso governo benéfico fecundo. (ass.) Josefa Alves Bezerra, diretora; Carolina Melo, Aurora Tabosa, Maria José Félix, Maria Bezerra, Luíza Lemos, Adalice Diniz, Maria Assunção".

"Manuel Omena muito jubiloso o saúda".

"Aceite querido chefe nossas felicitações motivo sua nomeação. Abraços. (a) Moisés Correia e família".

"Receba prezado amigo nossas sinceras congratulações motivo sua nomeação. (a) Luiz de Melo e família".

"Aceite sinceros parabéns acompanhados votos de felicidades. (a) Antônio Camelo".

"Queira prezado chefe receber nossas felicitações motivo sua nomeação. (a) Amaro José do Nascimento e família".

"Com este minhas sinceras felicitações motivo sua justa nomeação cargo Prefeito local. (a) José Murilo de Oliveira".

"Com imensa satisfação pela vossa vitória enviamos os mais regozijados parabéns. (a) Antônio Neves e família".

"Meus parabéns sua nomeação cargo prefeito. (a) Joaquim Pedro".

"De um humilde pobre altinense receba expressões sinceras minha alegria. (a) José Ferreira".

"Regozijados pela vitória vossência enviamos os nossos sinceros parabéns. (a) Amadeu Sobral e família".

"Com os votos sua felicidade pessoal apresento ilustre Prefeito minhas sinceras congratulações. (a) Oséas Bezerra".

"Receba nossos sinceros parabéns motivo sua nomeação. (a) Pedro Melo, Sebastião Melo. Severino Benevides".

"Meus parabéns acompanhados votos felicidades. (a) Artur Ramos e família".

"Dou-lhe meus parabéns sua nomeação cargo Prefeito. (a) Lourenço Bezerra da Silva".

"Eu e minha família felicitamos ilustre chefe sua nomeação cargo Prefeito. (a) João Batista de Barros Correia".

"Receba minhas sinceras felicitações motivo sua nomeação governo esta terra. (a) José Luiz do Nascimento".

"Minhas felicitações sua nomeação. (a) Bia".

"Receba nossas sinceras expressões de alegria motivo reconhecimento parte governo suas altas virtudes nomeando-o Prefeito este Município. Estamos certos sua administração será profícua e de grande proveito esta terra. Com votos sua felicidade pessoal e de sua exma. família, apresentamos nossas felicitações. (ass.) João Antônio de Oliveira, José Leite dos Santos, João Clementino de Andrade, Deusdedit da Silva Jordão, Antônio José Ferreira, José Domingos da Silva, José Batista da Silva, Antônio Alves Machado Dias, José Pires da Silva. José Sabino da Silva, Felipe Pessoa de Amorim, Hermenegildo Rodrigues e Juvenal Tavares de Vasconcelos.

"A família Ferreira, que sempre esteve, está e estará ao seu lado, vem por intermédio deste dar-lhe suas sinceras felicitações motivo sua justa nomeação cargo Prefeito esta terra. (a) José Ferreira Irmão, Luiz Alves Ferreira, Amarando José Ferreira, Sebastião Ferreira da Silva, João Ferreira Filho, Sotero Ferreira da Silva, Pedro Ferreira da Silva, Abel Ferreira da Silva, José Ferreira da Silva, Luiz Ferreira da Silva, José Tibúrcio, Antônio Cordeiro da Silva, José Cordeiro da Silva".

206

O Ministro Costa Porto, de saudosa memória, além de político, também era historiador e jornalista. Durante muitos anos, pelas colunas do **Jornal do Commercio,** do Recife, manteve movimentada seção sob o título de — **Das Arquibancadas,** através da qual, em 10 de junho de 1953, fez publicar:

"Nas minhas excursões pelo Interior, quando dirigia o Departamento de Assistência às Cooperativas, tive, várias vezes, de passar pelo Município de Altinho, onde conheci Rubens Lemos, àquela época prefeito de sua terra, senão de origem, de adoção, porque ali passou a meninice e a juventude, se casou e exerceu as suas primeiras atividades na vida pública.

"E desde então pude constatar a têmpera rara de um administrador exemplar, e não foi sem especial agrado que vi o Prefeito Maciel designar Rubens Lemos para um dos setores mais sérios da Prefeitura do Recife, — o Serviço de Material e Bens, hoje sob minha supervisão mais direta, e onde me sinto tranqüilo, porque, para assegurar a defesa do patrimônio municipal, se posta a correção e a pureza de aço de um dos moços mais dignos que conheço.

"Esta introdução, porém, não é para ressaltar as virtudes de um meu auxiliar imediato, mas para tratar de um assunto que constituiu objeto de uma carta que em maio me endereçou Rubens Lemos.

"Porque eu houvesse tocado em problemas de estradas de Canhotinho, Rubens aproveitou a deixa e me escreveu longamente sobre um melhoramento intermunicipal que desejo entregar ao carinho e ao dinamismo do Secretário Armando Monteiro: é a reconstrução da ponte sobre o Rio da Chata, na estrada Panelas-Altinho. Para melhor compreensão do assunto, será de interesse sumariar o que existia em matéria de tráfego naquela zona. O nosso sistema rodoviário (e é isto seu grande mal) se desata em forma de asas de leque, todas as estradas buscando o Recife, mas quase não havendo ligação entre os raios que da periferia partem para o centro.

"Assim, as cidades que demandam fora da passagem dos raios vivem isoladas do resto do Estado, o caso de Altinho, de Panelas, por exemplo.

"A tronco-centro que demanda o Sertão bifurca-se em São Caetano, para Garanhuns, através da subtronco que passa por Lajedo, deixando Canhotinho num remanso, porque para atingir a cidade é preciso infletir através de uma intermunicipal, de pouco mais de 80 quilômetros, mas que é uma das piores carroçáveis do Estado.

"Relativamente fácil se torna o intercâmbio com Caruaru, através do subtronco, de Lajedo, mas impossível seria ligação com Altinho por falta de estrada. Foi sentindo esta anomalia que Gercino de Pontes, quando Secretário de Viação, acertou com Zezinho Rufino, então Prefeito de Panelas, e Rubens Lemos, prefeito de Altinho, a construção da intermunicipal, construindo a Secretaria a ponte sobre o rio da

Chata. E hoje é possível viajar-se de Canhotinho a Altinho e Caruaru, pelo Centro, economizando distâncias, e há mesmo uma linha de "sopas" ligando Caruaru não apenas a Canhotinho, mas a São José da Laje, em Alagoas, o que representa grande serviço prestado a todos os Municípios da região, sendo avultado o movimentado de caminhões, transportando mercadorias, interessando, assim, todo o Estado, pois se trata de zona grandemente produtora de cereais. Sucede, porém, que a ponte sobre o Rio da Chata caiu com uma invernada e deste modo o tráfego somente é possível nas quadras do estio: porque com o rio cheio, o trânsito fica interrompido.

"Que sugere Rubens? Coisa muito simples: uma palavra a fim de o Estado tomar a si a reconstrução da ponte, enquanto os prefeitos tratariam de conservar a estrada que é de grande serventia e de real interesse coletivo.

"Faz tanto tempo que não passo por aquelas ribeiras que não tenho mais idéias do traçado da estrada, nem me recordo ao exato do que ela significa. Mas o dr. Armando sabe bem tudo isso e certamente concorda com o Rubens Lemos sobre a conveniência de tal serviço. Deixo a sugestão ao exame do ilustre Secretário da Viação, na certeza de que o caso merecerá sua atenção pronta, dado que se trata de interesse de ordem geral."

O depoimento de Costa Porto diz bem do perene interesse de RUBENS LEMOS pelo progresso e desenvolvimento do ALTINHO.

207

RUBENS LEMOS BARBOSA DA SILVA, **benfeitor do ALTINHO**, e sua esposa MARIA MENEZES DE BARROS CORREIA (nome de solteira), prima do **Barão de Contendas,** tiveram apenas dois filhos, altinenses ambos, estes a seguir:

F1) — ALBA LEMOS SOARES, formada pela Escola Normal Pinto Júnior, do Recife, turma de 1957, possuindo, também, o título de Professora de História, pelo Curso Plena, concluído em 1985. É professora pública estadual, atualmente em exercício (Curso de História) no Município de Abreu e Lima. Casada com o Promotor Público, já aposentado, ERNANDO SOARES LIMA, sertanejo de Serra Talhada, nascido

em 1934, formado pela Faculdade de Direito do Recife (turma de 1966), filho legítimo do Cel. Cornélio Aurélio Soares Lima (Salgueiro, 14.09.1886 / Serra Talhada, 26.08.1955), antigo chefe político, vinculado ao tradicional PSD, no Sertão do Pajeu, homem de fortuna imensa e de mãos abertas para quase todo o mundo, industrial, fazendeiro, exportador de algodão, grande proprietário rural na velha **Vila Bela**, tte-cel. da Guarda Nacional, e de Úrsula de Carvalho Soares (Dona Ursinha), sendo neto paterno do capitão Tibúrcio Valeriano Gomes de Lima e da primeira esposa deste, Lucinda Soares Lima (irmã do célebre coronel Veremundo Soares), e, materno, de Urbano Alves de Carvalho e de Clara Úrsula de Carvalho (membros integrantes da poderosa família sertaneja dos CARVALHOS, famosos por sua luta quase secular contra os PEREIRAS). Cap. Tibúrcio Valeriano era filho de Francisco Gomes Jurubeba e de Ana Gomes de Lima, sertanejos do Pajeú, sendo neto paterno do fazendeiro Inocêncio Gomes Lima e de Antônia Cavalcanti de Albuquerque. O pai de Inocêncio Gomes Lima era o português João Gomes Lima, estabelecido em Jatobá de Tacaratu com a **Fazenda Ema,** o qual casou com uma índia Cariri, nascida na Serra Negra e batizada cristãmente com o nome de Antônia Gomes Jurubeba. Ao que se diz, **Jurubeba** era a tribo a que pertencia a mãe de Inocêncio Gomes Lima, que, assim, era **meio-sangue.** Lucinda Soares Lima, 1a. esposa do Cap. Tibúrcio Valeriano e avó de Ernando Soares Lima, era filha natural de um antigo vigário de Salgueiro, padre Antônio Joaquim Soares (mineiro de nascimento), e da sertaneja pernambucana Marcolina Maria da Glória. Alba Lemos Soares e Ernando Soares Lima são pais de:

N1) — **Úrsula Maria Lemos Soares,** sertaneja de Inajá, nascida em 02.10.1968, solteira.

N2) — **Ernando Soares Lima Filho,** sertanejo de Sertânia, nascido em 09.03.1973, estudante.

N3) — **Bruno Lemos Soares,** pernambucano de Barreiros, nascido em 22.07.1980.

F2) — ALDO LEMOS BARBOSA DA SILVA, nascido em 09.09.1945, formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciência da Administração do Limoeiro — FACAL; funcionário público lotado no IPEM-PE e, atualmente

(1986), à disposição da Secretaria de Administração do Estado; casado com a professora pública estadual MARIA LÚCIA DE CARVALHO LEMOS (regente de Cadeira no Bairro do Cordeiro, Recife), filha legítima do farmacêutico Luiz Gonzaga de Carvalho (irmão do Monsenhor Bernardino Adrião de Carvalho, antigo vigário da freguesia de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, e atual Vigário Geral da Diocese de Caruaru) e de Maria da Conceição Anselmo de Carvalho, sendo neta paterna de Heleno Quintino de Carvalho e de Maria das Dores Carvalho, e, materna, de Juvêncio Anselmo da Silva, funcionário público estadual aposentado e falecido na cidade de Caruaru, e de Joana Lemos da Silva, ambos nascidos no Altinho. Juvêncio (1886-1963) era filho de João Anselmo da Silva e de Antônia Herculina Alves da Costa Silva (1869-1933); e Joana era filha de Silvino Tertulino da Silva Lemos e de Maria Francisca da Paixão. Aldo e Maria Lúcia são pais de:

N4) — **Andréa de Carvalho Lemos,** nascida em 1970, estudante no Recife.

N5) — **Fábio de Carvalho Lemos,** nascido em 1975, estudante no Recife.

N6) — **Cristina de Carvalho Lemos,** nascida em 1979, estudante ainda primária no Recife.

208

Finda a parte relativa ao Professor FRANCISCO JOAQUIM DE BARROS CORREIA e ao rábula BERNARDO JOSÉ DE BARROS CORREIA, inclusive os descendentes de ambos, vinculados direta ou indiretamente aos nobres BARROS CORREIA da sociedade altinense, retoma-se o fio da meada interrompido no tópico 191, ou seja, volta-se ao registro de fatos históricos expostos em ordem cronológica e alusivos à História do ALTINHO, para acentuar-se o que se segue:

Um dos principais heróis (e mártires) da **Confederação do Equador,** em Pernambuco, foi o europeu JOÃO GUILHERME RACTICLIFF (Lisboa, 1784 / Rio de Janeiro, 1825), lusitano de origem inglesa. Político de tendências liberalistas, tomara parte, em 1820, na chamada **Revolução do Porto,** militando nas hostes do partido constitucional e batendo-se contra o absolutismo e os desvarios da rainha Carlota Joaquina,

que, através de decreto, banira-o de Portugal. Em face disso, RACTICLIFF, obrigado a abandonar mulher e filhos, fugiu para o Brasil, desembarcando no Recife, em data ainda não de todo esclarecida. De qualquer maneira, ambientou-se em Pernambuco antes de 1824, solidarizando-se de logo com os liberais da Província e passando a integrar o partido "carvalhista", com cujos princípios revolucionários se entrosava perfeitamente. Agitador nato, andara escondido, durante algum tempo, para escapar à ação policial, num afastado subúrbio recifense e, também, numa povoação do Agreste, voltando à cena assim que o movimento da **Confederação do Equador** julgava-se vitorioso e consolidado, politicamente, em Pernambuco.

Homem sanguíneo, neurastênico, valente, sem papas na língua e sem controle emocional, RACTICLIFF era inteligente, poliglota, poeta e idealista. Em Portugal, segundo Pereira da Costa **(Anais, IX, 78-86),** exercera "vários cargos de eleição popular e o de oficial da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, e foi tenente do Batalhão de Infantaria da Guarda Cívica de Lisboa". Para uma missão de guerra, em que o portador tivesse incontestável coragem, RACTICLIFF seria o candidato ideal, sem dúvida alguma, mas o presidente Manuel de Carvalho o escolhia com outra finalidade: Ir ao campo da luta, na Barra Grande, e procurar avistar-se com o Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, "para concordar com ele sobre as condições de paz em que se haviam de propor, a fim de acabar por uma vez as calamidades da guerra civil, restabelecendo-se o sossego e a tranqüilidade pública na Província, visto que os do partido contrário tinham rejeitado as que se lhes propuseram, exigindo outras inadmissíveis", esquecidos de que Pernambuco estava exposto à invasão militar portuguesa.

Durante a missão, JOÃO GUILHERME RACTICLIFF, acompanhado pelo maltês João Metrowic e por Joaquim da Silva Loureiro, caía em poder da esquadra imperial, juntamente com aqueles dois companheiros. Levados para a Barra Grande, os prisioneiros eram transferidos para Salvador, na Bahia, sendo entregues ao presidente da Província, que, submisso ao absolutismo de Pedro I, trataria de recambiá-los para a Corte.

"Racticliff estava perdido. A sua atitude em Portugal nas lutas contra a rainha Carlota Joaquina, mãe do imperador

do Brasil, ia arrastá-lo ao patíbulo, e, com ele, os seus dois companheiros de infortúnio, Joaquim da Silva Loureiro e João Metrowic. Ninguém ignorava que Pedro I iria descarregar o golpe da vingança sobre a cabeça de sua vítima; e o próprio Racticliff, ao subir a escada da forca, apertando a destra leal daqueles companheiros, dando-lhes o adeus de despedida e do túmulo, disse-lhes: — **Sinto que sejam arrastados ao suplício por meu respeito, porque só eu sou o alvo a quem se dirige a tirania!"**

É possível que JOÃO GUILHERME RACTICLIFF tenha sido o tronco da família GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, do ALTINHO, de BEBEDOURO, da RAPOSA (atual São Caetano), de BEZERROS etc.

209

Em carta dirigida ao autor deste livro, faz muito tempo (mais de 30 anos), o saudoso bebedourense ALBERTO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, antigo prefeito municipal do ALTINHO e político de bastante evidência, em sua época, em todo o Agreste de Pernambuco, declarou que "o GUILHERME dos AZEVEDO LIRA, de BEBEDOURO, vem do europeu JOÃO GUILHERME RACTICLIFF, que, fugido de Portugal por questões políticas, viveu em Pernambuco durante alguns anos, inclusive no Agreste, tomou parte nas escaramuças da **Confederação do Equador** e, por causa disso, sendo detido, foi enforcado no Rio de Janeiro". De fato, os GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, em geral, são agalegados, isto é, alvos, sanguíneos, de cabelos louros, olhos verdes e, sobretudo, temperamentais como o era João Guilherme Racticliff. Mas a Dra. Ignez de Azevedo Guedes, integrante da poderosa família e uma estudiosa de suas raízes genealógicas, pensa de modo diferente, declarando que o seu tio Alberto Guilherme de Azevedo Lira estava equivocado ao fazer aquela declaração e que o agitador político João Guilherme Racticliff nada tem a ver com os Guilherme de Azevedo Lira, do Agreste de Pernambuco. Por sua vez, a Dra. Ignez Guedes não esclarece a origem do GUILHERME na família AZEVEDO LIRA.

Orlando Joel de Oliveira **(Revista Oliveira, 13)**, sem apresentar comprovação hábil do que escreve, diz que o "Patriarca dos Guilherme" chama-se ALFREDO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA e "nasceu na **Fazenda Boqueirão**, do Município

de ALTINHO, hoje Município de IBIRAJUBA". Acrescenta que ALFREDO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA foi o construtor do primeiro sobrado surgido em CARUARU e, depois, "foi morador em São Caetano, onde constituiu família". Se procedente, a notícia seria sensacional.

Documentadamente, existe em Caruaru o **1º LIVRO DE NOTAS** do 2º tabelião público do respectivo Termo, Belarmino Firmino Bezerra de Melo, às fls. 95 do qual vem o registro de uma escritura de doação feita em 22 de julho de 1853 aos irmãos JOSÉ FRANCISCO DA SILVA AZEVEDO (que também assinava JOSÉ FRANCISCO DE AZEVEDO LIRA) e FRANCISCO SANTINO DE AZEVEDO, os quais, por sua vez, eram irmãos do então já falecido **Major João Guilherme de Azevedo Lira** (que fora assassinado, entre Caruaru e São Caetano da Raposa, em 29 de outubro de 1852), — todos filhos da doadora, ou seja, de IGNEZ DE SANTA ANNA AZEVEDO, como está divulgado no livro **País de Caruaru,** 35, de Nelson Barbalho.

Em tais condições, o casal tronco dos GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, do Agreste de Pernambuco, seria formado por ALFREDO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, altinense da **Fazenda Boqueirão,** e IGNEZ DE SANTA ANNA AZEVEDO, proprietários de sítios de cultura e fazendas de criação na RAPOSA e no CARURU, sendo possível que o nome de seu filho JOÃO GUILHERME tenha sido posto em homenagem ao citado revolucionário JOÃO GUILHERME RACTICLIFF. Somente com documentos hábeis o caso poderá ser devidamente esclarecido.

210

Seja por seu leito com ALFREDO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, seja por seu relacionamento extra-conjugal com JOÃO GUILHERME RACTICLIFF, o fato indiscutível é que a senhora dona IGNEZ DE SANTA ANNA AZEVEDO era mãe de quatro filhos: João Guilherme de Azevedo Lira, José Francisco da Silva Azevedo (ou José Francisco de Azevedo Lira), Manuel Francisco de Azevedo e Francisco Santino de Azevedo, todos os quatro de muita projeção político-social no ALTINHO, Bebedouro, São Caetano da Raposa, Caruaru, Bezerros, São Bento e Bonito.

JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA ou apenas JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO, como sistematicamente assinava, major da Guarda Nacional e dono de sobrado na **Rua**

da Frente, Caruaru, era casado com d. MARIA GUILHERMINA DE AZEVEDO (MARIA DO ROSÁRIO CORREIA DE SÁ em solteira).

Segundo a Dra. Ignez Guedes, MARIA GUILHERMINA DE AZEVEDO (falecida em 22 de maio de 1850), esposa do major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO, era filha de **Ignez Maria de Jesus,** senhora que, já viúva, em avançada idade, faleceu em 3 de maio de 1869 no lugar denominado **Pé da Serra do Mendes,** aqui já citado por diversas vezes.

211

O major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO e sua mulher MARIA GUILHERMINA DE AZEVEDO integravam-se na família do tte-cel. MANUEL D'ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA, nascido no último quartel do século XVIII e falecido no ano de 1860, o qual era o maior proprietário rural do ALTINHO (inclusive Bebedouro) em sua época, chegando a deter em suas mãos dez fazendas agropastoris devidamente registradas, em 1858, na Freguesia de Nossa Senhora do Ó, segundo relação de registros fornecida pelo Padre Ediberto Alves de Oliveira.

Tte-cel. MANUEL D'ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA casou na altinense família dos CORREIA E SÁ (oriunda dos BARROS CORREIA, do Vale do Una, e dos RODRIGUES DE SÁ, do Vale do Ipojuca), isto é, casou com RITA FRANCISCA CORREIA E SÁ (nome de solteira) ou RITA FRANCISCA D'ASSUNÇÃO (nome adotado depois de casada), segundo esquema genealógico formado pelo Dr. Afrânio de Assunção Barros.

O tte-cel. MANUEL D'ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA foi pai de:

F1) — JOSÉ JANUÁRIO CORREIA E SÁ, agricultor-proprietário nos campos do ALTINHO, falecido solteiro em 10 de junho de 1899.

F2) — MANUEL ASSUNÇÃO D'AZEVEDO E SILVA, bebedourense de 1820, falecido em 1905, solteiro. Fazendeiro abastado, chefe político no ALTINHO e em Bebedouro tanto na fase imperial quanto na republicana. Vereador com assen-

to na 1a. Câmara Municipal de Caruaru, em cuja Vila (e, depois de 1857, Cidade) fazia política ao lado do major João Salvador dos Santos em oposição sistemática ao Cel. Pedro Pais de Souza, da **Fazenda Tacaité.** Fazia parte do diretório caruaruense do Partido Conservador e, na fase republicana, acompanhou sempre a orientação política do Conselheiro Rosa e Silva, no plano estadual, e do Cel. Manuel Rodrigues Porto, no plano municipal. Também foi líder católico em Caruaru e em Bebedouro.

F3) — JOÃO MATULINO DE ASSUNÇÃO, bebedourense falecido em 1913, comerciante, agricultor-proprietário, capitão da Guarda Nacional, político, casado com MARIA URSULINA DA SILVA LIRA, moça integrante da tradicional família PAIS DE LIRA, tantas vezes citada neste livro e, na época, espalhada por Santo Antão, São José dos Bezerros, Caruaru, Lagoa dos Gatos, Bonito, ALTINHO, Bebedouro, Garanhuns e São Caetano da Raposa. Ela era irmã do agricultor-proprietário Francisco Gomes de Lira. Pais de:

N1) — **José Matulino de Assunção,** comerciante em Bebedouro, casado com **Maria Celeste Galvão,** da família MARQUES GALVÃO, do Vale do Una, sobre a qual se falará em tópico especial. Pais de: Guttemberg Assunção, Armando Assunção (casado, com sucessão), Dr. Afonso Ligório Assunção, Rita Augusta de Assunção (casada com o Dr. Clímaco Calado, com sucessão) e Maria Abigail Assunção.

N2) — **Manuel Matulino de Assunção,** falecido solteiro, em Bebedouro, no ano de 1950.

N3) — **Arthur Matulino de Assunção,** comerciante e agricultor-proprietário em Bebedouro, já falecido, casado com **Elisa Pinheiro de Assunção,** que era irmã de João Pinheiro de Barros (dos BARROS CORREIA, do ALTINHO, e REGO BARROS, de Bebedouro). João Pinheiro de Barros, por seu casamento com a alagoana Mariete da Mota Pinheiro **(Madame Mariete),** tornou-se pai do médico bebedourense Pedro Nicolau da Mota

Pinheiro **(Pedrito)**, que, criado em Caruaru, casou, no Recife, com Maria dos Anjos Santos Pinheiro **(Anjinho)**, e, ao que noticia a imprensa recifense, foi assassinado pela esposa em setembro de 1976, deixando sucessão. Elisa e João Pinheiro de Barros são filhos de Pedro Antônio Pinheiro de Barros, que, em 1894, no **Almanaque de Pernambuco,** figura como professor público estadual e regente da cadeira de 1as. letras da Vila de Bebedouro. Prof. Pedro Antônio era irmão de Francisca Pinheiro de Barros Lins (1866-1924), casada com o funcionário público municipal Pedro Alexandrino Lins, **Pedro Chato** (1878-1930), pais do escritor Álvaro de Barros Lins, da Academia Brasileira de Letras, já falecido. Prof. Pedro Antônio e Francisca são filhos legítimos de Joaquim do Rego Barros, **Quincas de Barros** (1838-1935), tte-cel. da Guarda Nacional, e de sua 1a. mulher: Josefa Pinheiro de Barros, já falecida. Arthur Matulino de Assunção e Elisa Pinheiro de Assunção são pais de: Pedro Adalberto Pinheiro de Assunção, casado, em 1as. núpcias, com Maria José Caldas, com sucessão, e, em 2as. núpcias, com Aliete Assunção, sem maiores informações; Dr. José Wamberto Pinheiro de Assunção, ex-prefeito municipal do ALTINHO, jornalista, escritor publicado, membro da Academia Pernambucana de Letras e da Academia Brasiliense de Letras, conselheiro (aposentado) do Tribunal de Contas, Brasília-DF, casado com Almerinda Lemos de Assunção, com sucessão; e Maria Haidéa Nogueira de Assunção, casada com o Dr. José Maria Nogueira.

N4) — **Maria de Assunção Barros,** casada com **Antônio Cordeiro de Barros,** capitão da Guarda Nacional, agricultor-proprietário em Bebedouro, filho do capitão Manuel Cordeiro de Barros. Pais de: Dr. Afrânio Assunção Barros, engenheiro-agrônomo, sol-

teiro, agricultor-proprietário em Bebedouro; Dr. Antônio de Assunção Barros, solteiro; e Dr. Manuel de Barros Neto, casado com Emília Genn de Barros, com sucessão.

N5) — **Rodolpho Matulino de Assunção,** comerciante em Bebedouro, casado com **Ana Florentina Pais de Lira,** ambos já falecidos.

Pais de: José Matulino de Assunção Sobrinho, casado, com sucessão; Maria do Socorro de Assunção Florêncio, casada com Inácio Gomes Florêncio, com sucessão; Terezinha de Assunção Florêncio, casada com João Gomes Florêncio Filho, com sucessão; João de Lira Assunção; e Joselma de Lira Assunção.

N6) — **João Matulino de Assunção Filho,** casado com **Amélia Assunção,** ambos já falecidos. Pais de: Maria Marta Assunção, casada, com sucessão; e Gilda Assunção, casada, com sucessão.

N7) — **Rita de Assunção,** falecida solteira.

N8) — **Ignez de Assunção,** falecida solteira.

N9) — **Coriolana de Assunção,** falecida solteira.

F4) — FRANCISCO XAVIER CORREIA E SÁ, agricultor-proprietário no ALTINHO, em Bebedouro e em Caruaru **(ver tópico 177),** casado com IGNEZ MARIA DE ARANDA. Pais de filho único:

N10) — **João de Deus Correia e Sá,** agricultor-proprietário no Vale do Una e no Vale do Ipojuca, casado com **Santina Correia e Sá,** de cujo casal descendem os CORREIA E SÁ (inclusive o célebre **Major Dandinho** — João Paulo Correia e Sá, que foi tabelião público e fundador de **O Vigia,** o primeiro jornal caruaruense) do ALTINHO, Bebedouro e Caruaru.

F5) — RITA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO LIRA **(Dondon)**, casada com FRANCISCO GOMES DE LIRA, gente de São Caetano da Raposa, agricultor-proprietário em Bebedouro, irmão de Maria Ursulina da Silva Lira (mulher de João Matulino de Assunção), os quais, quando solteiros, viviam e residiam na **Fazenda Poção**, situada em Imburanas (atual Gonçalves Ferreira), interior de Caruaru. Do casal só foi identificado um filho:

N11) — **Manuel d'Assunção Azevedo e Silva**, falecido em 1933, tte-cel. da Guarda Nacional, comerciante e agricultor-proprietário em Bebedouro, casado com a prima **Ignez Salvador de Azevedo**, caruaruense, filha legítima do major João Salvador dos Santos, que foi o 3º prefeito eleito, o 2º eleito e empossado e o 1º eleito, empossado e permanecido, durante todo o respectivo mandato (3 anos), à frente da Prefeitura Municipal de Caruaru, e de sua 1a. mulher, Ana Possidônia de Assunção Santos. Os filhos do casal serão registrados em tópico especial.

F6) — FRANCISCA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO CRUZ (ou FRANCISCA MARIA DOS SANTOS), **Dona**, casada com o abastado agricultor-proprietário JOAQUIM SALVADOR DA CRUZ, nascido no **Brejo da Mulata**, onde agricultava, e falecido, em 1911, na Cidade de Caruaru; capitão da Guarda Nacional, político, conselheiro municipal, descendente de João Salvador Monteiro (ou João Salvador Assunção de Azevedo), que, em 1801, já era agricultor-proprietário nas circunvizinhanças da **Fazenda do Caruru**, pertencente, na época, ao capitão José Rodrigues da Cruz, seu parente. Houve muitos filhos do casal, todos viventes em Caruaru.

F7) — IGNEZ ASSUNÇÃO DE AZEVEDO LIRA, falecida em 1919 sem deixar sucessão, embora fosse casada, aliás, casada com um primo (filho de Maria Guilhermina de Azevedo e do major João Guilherme de Azevedo) — o comerciante JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, tte-cel. da Guarda Nacional, político, agricultor-proprietário em Bebedouro, acerca de cuja personalidade se falará em tópico especial, para acentuar-se, principalmente, a sua descendência havida por leito extraconjugal.

José Matulino de Assunção **(ver N1, tópico 211)** casou, em Bebedouro, com MARIA CELESTE GALVÃO, moça integrante da família MARQUES GALVÃO, espalhada por diversas localidades do Agreste, tais como ALTINHO, Bebedouro, Caruaru, Garanhuns, entre outras.

No Agreste Meridional de Pernambuco, a família MARQUES GALVÃO, no século XIX, era chefiada por um homem extraordinário — NAPOLEÃO MARQUES GALVÃO (Bebedouro, 07.05.1843 / Caruaru, 16.09.1917), filho de José Cordeiro Muniz Galvão e de Cândida Rosa Galvão, o qual, durante muitos anos, até aposentar-se, foi funcionário público com exercício na Secretaria do Senado de Pernambuco e era um homem de larga visão, inteligente e progressista, chefe de família exemplar, político de influência no ALTINHO, em Bebedouro, Garanhuns e Caruaru, em cuja cidade se radicou no ano de 1907, juntamente com a sua ilustre descendência.

NAPOLEÃO MARQUES GALVÃO, tte-cel. da Guarda Nacional, era primo legítimo de um antigo almocreve bebedourense — GALDINO MARQUES DE LUNA GALVÃO (1856-1945), que, depois, tornando-se abastado pecuarista e coronel da Guarda Nacional, casou, em 1as. núpcias, com MARIA MARQUES GALVÃO, com sucessão, e, em 2as. núpcias, com ANTÔNIA DE ALBUQUERQUE CHAVES (1858-1928), também com sucessão.

Entre os filhos do casal GALDINO MARQUES DE LUNA GALVÃO-MARIA MARQUES GALVÃO foi identificada apenas a moça **Rita Augusta Galvão**, casada com o agricultor altinense **Manuel Marcolino Alves da Silva**, pais de Anália Estefânia Galvão de Azevedo, bebedourense que casou com o notável político agrestino Abel Guilherme de Azevedo Lira (1882-1975), sobre cuja personalidade e descendência se falará em tópico especial.

Entre os filhos do casal GALDINO MARQUES DE LUNA GALVÃO-ANTÔNIA DE ALBUQUERQUE CHAVES destaca-se **José Galdino Chaves** (Alagoa do Monteiro-PB, 1880 / Caruaru-PE, 1966), que fundou e movimentou, durante anos e anos, na "Cidade Princesa do Sertão", uma casa de hospedagem pioneira no gênero em todo o interior pernambucano — o fa-

moso **Hotel dos Boiadeiros,** situado nas proximidades do "Quadro", ou seja, do grande curral público onde semanalmente se realizava a tradicional **Feira do Gado** caruaruense, na época, a maior de todo o Estado.

José Galdino Chaves casou com **Maria de Oliveira Chaves** (1877-1963), filha de Antônio Fernandes de Oliveira (Poção, 1847 / Pesqueira, 1917) e de Laurinda Ferreira Neves (Poção, 1837 / Caruaru, 1917). Pais de:

F1) — **Antônio de Oliveira Chaves,** o popular **Chaves Contabilista,** paraibano de Alagoa do Monteiro, nascido em 1908 e falecido, em avançada idade, na cidade de Caruaru, na qual passou a viver e residir a partir dos 10 anos, de logo freqüentando o curso primário regido pelo célebre professor Paulo Ferrúcio da Rocha. Em 1927, colocado pelo capitalista Bernardo Lopes da Cruz, foi trabalhar na Contabilidade da "Cooperativa Banco Popular de Caruaru Ltda.", aí permanecendo durante quatro anos. Desportista, foi diretor do **Esporte Clube Caruaruense** e, durante muito tempo, presidente da **Liga Desportiva Caruaruense,** onde realizou eficiente administração. Durante mais de meio século dirigiu movimentado escritório de Contabilidade em Caruaru. Político, sempre ao lado do Cel. João Guilherme de Pontes e do filho deste, o Dr. Gercino Malagueta de Pontes, militando nas hostes do P. S. D., foi suplente de vereador da **CMC** no governo do prefeito Abel Menezes. Em 1947 se tornou, por nomeação, substituto preparador do Juiz de Direito da Comarca de Caruaru. Em 1951 foi nomeado avaliador judicial da mesma Comarca, em cujo cargo se tornou vitalício em 23.01.1963. Como juiz preparador, dava audiências, realizava casamentos, preparava processos etc. Só não presidia o Tribunal do Júri nem exarava sentenças nos respectivos processos. Em 1940 fundou o **Comércio Futebol Clube,** tornando-se o seu 1º presidente e voltando ao cargo em 1945, 1949 e 1950. Formou-se em Contabilidade pela Academia de Comércio do Recife, turma de 1934.

F2) — **Maria José Chaves dos Santos** (1909-1951), casada com **João Gomes dos Santos** (1897-1944), o popular **João Cebola,** motorista-proprietário de carro-de-praça em São Caetano, com sucessão.

F3) — **Maria do Rosário Chaves,** casada com o primo **José de Oliveira Chaves,** residentes em Monteiro-PB, com sucessão.

F4) — João de Oliveira Chaves (1913-1948), craque de futebol amadorista em sua mocidade, boêmio, solteiro.

F5) — Maria de Lourdes Chaves, sem maiores informações.

F6) — Áurea de Oliveira Chaves, sem maiores informações.

213

Cel. NAPOLEÃO MARQUES GALVÃO, aos 6 de abril de 1872, casou, em Quipapá, com LILIOSA SILVINA DE OLIVEIRA E SILVA, (10.05.1846 / 05.05.1935), professora pública provincial (regente, em fases distintas, de cadeira de 1as. letras, para o sexo feminino, em diversas localidades do Agreste Meridional). Pais de:

F1) — José de Oliveira Galvão, sem maiores informações.

F2) — Antônio Cícero Galvão (1885-1962), advogado militante no foro do Rio de Janeiro (Distrito Federal, na época), casado, com sucessão.

F3) — Augusto Galvão, advogado brilhante, promotor público em várias Comarcas de Alagoas, desembargador. Na mocidade, foi jornalista, inclusive em Caruaru (semanário O NÚCLEO), em cuja cidade foi pioneiro (juntamente com o seu irmão Celso) na tentativa de implantação do Curso Secundário, ali inaugurado em fevereiro de 1908 (ainda sem equiparação oficial ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro-DF), como vem historiado no livro **Caruaru, Cidade Princesa,** de Nelson Barbalho. Sem dúvida alguma, um benfeitor de Caruaru, onde atualmente não passa de ilustre desconhecido.

F4) — José Homero Galvão, destacado advogado militante no foro da capital alagoana.

F5) — Celso Galvão (1889-1975), nascido em Garanhuns e formado pela Faculdade de Medicina e Odontologia do Rio de Janeiro, onde manteve gabinete dentário durante alguns anos, na mocidade, depois retornando para Pernambuco e exercendo sua profissão no Recife, Caruaru e Gara-

nhuns. Ao lado do irmão Augusto, em 1908, instalou o "Curso Superior de Caruaru", constante de 7 cadeiras: Português (regência do Prof. Vicente da Silva Monteiro), Aritmética (idem do Prof. Paulo Ferrúcio da Rocha), Geometria (idem do Dr. Augusto Galvão), Geografia (idem do Prof. Eduardo Valois), Francês (idem do Dr. Arthur da Silva Rego), Latim (idem do Dr. Augusto Galvão) e Música (idem do Prof. Eduardo Valois). O trabalho era pioneiro não apenas em Caruaru, mas em todo o interior de Pernambuco. Político, Dr. Celso Galvão, foi prefeito municipal, por duas vezes, de Caruaru e, também por duas vezes, de Garanhuns, sempre se revelando excelente administrador, honesto e competente. Casado com Dulce Galvão, sem descendência.

F6) — **Camila Galvão Freire** (falecida em 1942), casada com **Pedro Freire**, funcionário público em Natal, Rio Grande do Norte, com sucessão.

F7) — **Maria Eulina Galvão**, falecida solteira.

214

Major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO foi assassinado de emboscada no lugar denominado **Posse**, situado entre Caruaru e São Caetano da Raposa. Crime de natureza política, ocorrido aos 29 de outubro de 1852, com enorme repercussão em toda a Província de Pernambuco, na qual o rico fazendeiro dono de **Serra dos Cavalos** era figura das mais populares, seja por suas constantes polêmicas divulgadas pela imprensa recifense, seja por sua sistemática oposição ao Partido Liberal, seja por sua coragem pessoal no enfrentar sozinho poderosos coronéis situacionistas, como, por exemplo, o Cel. João Vieira de Melo e Silva (chefe político de Caruaru, Altinho, Bebedouro, Quipapá, São Caetano, Tacaimbó etc.) e o Cel. Pedro Pais de Souza (chefe político de Tacaité e, durante algum tempo, também de São Caetano, Caruaru, Altinho, Bebedouro e Tacaimbó).

No ALTINHO, o Cel. Pedro Pais de Souza era apoiado, incondicionalmente, pelos **influentes** Francisco Joaquim de Barros Correia, professor público provincial, tte-cel. da Guarda Nacional, agricultor-proprietário, vereador com assento na Câmara Municipal de Caruaru (a cujo Termo o distrito altinense pertencia, na época), e Joaquim Basílio de Barros, ca-

pitão da Guarda Nacional e agricultor-proprietário. Ambos — tte-cel. Francisco Joaquim de Barros Correia e cap. Joaquim Basílio de Barros —, no ALTINHO e Bebedouro, contavam com a oposição cerrada do português Dionísio Rodrigues Jacobina (comerciante, juiz de paz, homem de valentia fora do comum), do fazendeiro Tomás José de Aquino Duro (suplente de vereador e subdelegado-de-polícia algumas vezes) e de quase toda a família Assunção de Azevedo e Silva/Guilherme de Azevedo Lira.

Na ocasião, foi acusado de mandante do assassinato do major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO o senhor e possuidor da **Fazenda Tacaitê** (evoluída, depois, para **Itacaitê**, distrito de Caruaru) — tte-cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, chefe do Partido Liberal em boa parte do Agreste e protetor dos BARROS CORREIA, do ALTINHO. Instaurou-se inquérito policial e o processo respectivo, já na alçada judicial, levou o acusado senhor de **Tacaitê** às barras do Tribunal do Júri, nada se provando, contudo, acerca de seu envolvimento no ruidoso crime político.

Na **Vila do Caruru** (Cidade de Caruaru desde 1857), o major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO era tido e havido por "campeão de intrigados" do Município, mas o fato era que, poucas semanas antes de sua **morte matada,** candidato a uma cadeira na Câmara Municipal, em pleito dos mais renhidos, ao qual concorriam **vieiristas** (Cel. João Vieira de Melo e Silva e sua gente), **paisistas** (Cel. Pedro Pais de Souza e seu bloco), **salvadoristas** (Major João Salvador dos Santos, Cel. Manuel d'Assunpção Azevedo e Silva, com o seu povo) e **guilhermistas** (os GUILHERME DE AZEVEDO LIRA e seus correligionários políticos), ele, João Guilherme de Azevedo, vencera a todos espetacularmente e chegara em 1º lugar na eleição, acirrando o ódio dos adversários políticos e pessoais, naturalmente. 1º vereador eleito, fatalmente iria presidir os trabalhos da Câmara Municipal de Caruaru, com início premarcado para 7 de janeiro de 1853; e, como presidente da CMC, iria mandar em Caruaru, Altinho, Bebedouro, Quipapá, São Caetano, Tacaitê e demais distritos do Município caruaruense, com o que, evidentemente, não concordavam os seus inimigos, o mais destacado dos quais era mesmo o Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA.

Ainda moço e solteiro, JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO vivera maritalmente com u'a mulher cujo nome não foi identificado, nascendo dessa união, em 1830, MARIA POSSIDÔNIA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, que, reconhecida legalmente pelo pai, passaria mais tarde a conviver com os filhos legítimos dele e, após o assassinato, seria incluída, na qualidade de herdeira, no inventário respectivo.

Em 1833, o major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO casou com MARIA GUILHERMINA DE AZEVEDO, sua prima, falecida aos 22 de maio de 1850, deixando oito filhos. Quando o major foi assassinado, já era viúvo, portanto, e todos os seus filhos legítimos ainda eram menores. A filha natural, Maria Possidônia, já era casada com Antônio Gomes de Barros, agricultor-proprietário no ALTINHO, onde o casal vivia e residia.

Segundo a Dra. Ignez de Azevedo Guedes, o inventário do major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO é de 1853, nele funcionando como curador dos órfãos o capitão José Isidoro dos Santos, professor público provincial em Caruaru, e, como inventariante, o alferes Francisco Saturnino de Azevedo, o filho mais velho do falecido.

Filhos do major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO:

(Com mulher não identificada):

F1) — MARIA POSSIDÔNIA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, casada com ANTÔNIO GOMES DE BARROS, residentes no ALTINHO, com sucessão.

(Com Maria Guilhermina de Azevedo):

F2) — FRANCISCO SATURNINO DE AZEVEDO (Caruaru, 1834 / Canhoto, 1860), agricultor-proprietário, casado com ANA MARIA DAS MERCÊS, com sucessão.

F3) — IGNEZ GUILHERME DE PONTES, caruaruense de 1835, casada com IRINEU FRANCISCO DE PONTES, matuto de **Pé de Serra do Mendes,** membro integrante da família RIBEIRO DE ANDRADE, do ALTINHO, agricultor-proprietário em São Caetano da Raposa, capitão da Guarda Nacional, político de muita influência em Caruaru, onde possuía "casa

na rua[ii]. Sobre sua personalidade, ascendência e descendência se falará, mais adiante, em tópico especial.

F4) — EMÍLIA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, nascida em 1836, mulher dinâmica e politiqueira, falecida na cidade de Bezerros. Casou, em 1as. núpcias, com LUIZ JOSÉ DE VASCONCELOS, capitão da Guarda Nacional, político, juiz de paz, vereador municipal, agricultor-proprietário em Bezerros, sem sucessão; e, em 2as. núpcias, ainda virgem, com o capitão JOSÉ ANTÔNIO DE MELO, fazendeiro em Bezerros, com sucessão.

F5) — FRANCELINO GUILHERME DE AZEVEDO (1838-1927), o célebre **Major França**, grande vulto da história de Quipapá, onde permaneceu durante quase toda a sua vida, sempre politicando e sempre se destacando em suas atividades sociais. Foi comerciante, agricultor e criador de gado. Chefe político de Quipapá, foi vereador e presidente de sua 1a. Câmara Municipal, cuja Vila fora criada pela Lei Provincial nº 1.402, de 12 de maio de 1879. Segundo seu filho Sizenando Guilherme de Azevedo (o **Prefeito do Centenário de Caruaru**), MAJOR FRANÇA foi casado três vezes, tendo havido 11 filhos do 1º leito, 12 do 2º e 13 do 3º — trinta e seis filhos, portanto, todos nascidos em Quipapá. Sobre o extraordinário **Major França** e sua gente se falará, mais adiante, em tópico especial.

F6) — ITERVINA GUILHERMINA DE AZEVEDO, nascida em 1840 e casada com MANUEL GOMES DA SILVA, capitão da Guarda Nacional, senhor do **Engenho Riachão**, em Bezerros, com sucessão.

F7) — BELMIRO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, nascido em 1843, capitão da Guarda Nacional, político, fazendeiro abastado em São Bento, onde casou com ANA GUILHERME DE MENDONÇA, irmã de Josefa Liberata de Mendonça (casada com o capitão Antônio Vitalino de Melo, fazendeiro em São Bento, com sucessão), Laura Francisca de Melo (casada com Antônio da Silva Cardoso, com sucessão), João Mendonça da Silva, José Felipe da Silva e Anália Francisca de Mendonça (casada com Francisco Teotônio Pereira da Costa, com sucessão), todos filhos legítimos de Joaquim Mendonça da Silva, falecido em 15.11.1879, proprietário da **Fazenda Quaty**, em São Bento, segundo informe prestado pela historiadora Ivete de Morais Cintra. Em São Bento nasceram.

todos os filhos do cap. Belmiro Guilherme, inclusive o rico agricultor/fazendeiro **Esperidião Guilherme de Azevedo Lira,** casado com a sambentense **Francisca Dantas de Oliveira (Cocota),** filha do português Antônio Bento de Oliveira e da paraibana Francisca Dantas de Oliveira (dos DANTAS ROTHÉA, do Sertão das Piranhas-PB). Esperidião e Francisca tiveram 8 filhos: 1 — Eutrópio Guilherme de Azevedo, casado com Leonor Paiva de Azevedo (irmã do historiador Adalberto Paiva), filha de Rodolfo Monteiro Paiva e de Joana de Almeida Paiva, por cujo leito nasceu Lizete Paiva de Azevedo, professora pública em Caruaru, casada com Leovigildo Torres; 2 — Ermírio Guilherme de Azevedo, sem maiores informações; 3 — Eufrásio Guilherme de Azevedo, sem maiores informações; 4 — Érico Guilherme de Azevedo, sem maiores informações; 5 — Eriberto Guilherme de Azevedo, médico no Rio de Janeiro; 6 — Francisca de Azevedo Caldas, casada com Sebastião Caldas, pais de Cleonice de Azevedo Caldas (casada com o dentista Milton Paiva, seu primo, com sucessão) e Maria da Conceição de Azevedo Caldas; 7 — Maria Guilherme de Azevedo, sem maiores informações; e 8 — Ignez Azevedo de Figueiredo, casada com João Figueiredo, com sucessão.

F8) — JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, nascido em 1844, comerciante e agricultor-proprietário, tte-cel. da Guarda Nacional, delegado-literário (entre 1880-1881), chefe político de Bebedouro. Casou com sua prima IGNEZ ASSUNÇÃO DE AZEVEDO LIRA **(Tia Dédê),** falecida em 1919, filha do tte-cel. Manuel d'Assunpção Azevedo e Silva **(ver tópico 211, F8),** não havendo sucessão. Paralelamente ao seu lar, o tte-cel. João Guilherme de Azevedo Lira mantinha no distrito bebedourense uma casa extra, dentro da qual vivia, maritalmente, com IGNEZ MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR, excelente senhora, e, por seu leito, houve descendência ilustre (5 filhos), acerca da qual se dedicará, mais adiante, tópico especial.

F9) — FORTUNATO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, nascido em 1845, capitão da Guarda Nacional, político, fazendeiro abastado em São Caetano da Raposa, casado, com sucessão.

215

MANUEL D'ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA, nascido em Bebedouro e falecido em avançada idade no ano de 1913, fi-

lho de Francisco Gomes de Lira e de Rita Assunção de Azevedo Lira **(Dondon)**, como vem registrado neste livro **(ver tópico 211, F6)**, casou com a prima IGNEZ SALVADOR DE AZEVEDO, caruaruense, filha do major João Salvador dos Santos e de Ana Possidônia de Assunção Santos, por cujo leito houve quatro filhos:

F1) — ORLANDO ASSUNÇÃO SANTOS, nascido em Bebedouro e falecido, em avançada idade, no mês de abril de 1977, na cidade de Olinda, comerciante na terra natal durante largos anos, agricultor-proprietário, grande cultivador de café, dono de casa-residencial na cidade de Caruaru, de cuja Prefeitura Municipal foi secretário com muita eficiência, político, homem culto e inteligente, chefe de família exemplar, casado com a caruaruense OLINDINA LEITE D'ASSUNÇÃO, por cujo leito houve quatro ou cinco filhos, três dos quais foram identificados: 1 — Dr. Antônio Assunção **(Sunsa)**, engenheiro-químico, caruaruense de 1916, solteiro, residente em Olinda; 2 — Dr. Arnaldo Assunção (Caruaru, 1917 / Olinda, 1966), apelidado de **Foguete**, na mocidade, advogado, consultor jurídico do Serviço Social Contra o Mocambo, político de muita evidência no Recife, em cuja Câmara Municipal foi vereador nos anos 50, casado com Maria José Guedes Alcoforado Assunção, pais de Arnaldo (médico, chefe da Secretaria de Saúde no governo Gustavo Krause), Antônio Alexandre, Maria do Carmo e Maria de Fátima; e 3 — Almerinda Assunção, falecida solteira.

F2) — ADELAIDE ASSUNÇÃO DE OLIVEIRA **(Iàiá)**, professora pública municipal em Caruaru, casada com ULISSES NUNES DE OLIVEIRA **(Ulisses Vèinho)**, tipo alegre e comunicativo, músico, pobre, romântico, animador dos velhos carnavais caruaruenses, filho de Augusto Nunes de Oliveira e de Alexandrina Possidônia de Aguiar. Pais de:

N1) — **Manuel Assunção de Oliveira (Oliveirinha)**, caruaruense de 1912, antigo empregado da **Boxwell & Co.**, filial de Caruaru; ex-presidente do Sindicato dos Comerciários de Caruaru, onde realizou excelente administração; ex-gerente da Cooperativa de Melhoramentos de Caruaru Ltda., com brilhante atuação; fino homem de sociedade, incentivador do Aero Clube de Caruaru; re-

sidente no Recife, onde gerencia uma empresa gráfica. Casado com **Ambrosina Marques de Oliveira**, filha do dentista Manuel Marques da Silva, sem sucessão.

N2) — **Linduarte Assunção de Oliveira (Lindo)**, caruaruense de 1918, antigo dono de bar em Caruaru, casado com **Maria do Carmo Gonçalves de Oliveira (Carminha)**, com sucido. Com sucessão.

N3) — **Maria Doralice de Oliveira Souza (Dora)**, casada com **Milton Barbosa de Souza**, o popular goleiro **Milton Piancó**, que chegou a jogar na Seleção Pernambucana, já falecido. Com sucessão.

N4) — **Rildo Assunção de Oliveira**, caruaruense de 1924, residente no Recife, bancário aposentado, casado com **Alcina Maciel Assunção**, com sucessão.

N5) — **Neusa Assunção de Oliveira**, sem maiores informações.

F3) — ALBERTINA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO, casada com o primo SIZENANDO GUILHERME DE AZEVEDO, filho de Francelino Guilherme de Azevedo Lira, o famoso **Major França**, que, por três casamentos efetuados, tornou-se pai de 36 filhos. Sizenando, o velho **Siza** de saudosa memória, foi o **Prefeito do Centeário de Caruaru**. Pais de:

N6) — **José Guilherme de Azevedo**, caruaruense de 1825, comerciário, casado com Arlinda Calado Lima de Azevedo, filha de José Gonçalves Lima e de Efigência Calado Lima, com sucessão.

N7) — **Marlene Assunção de Azevedo**, solteira.

N8) — **Rute Assunção de Azevedo**, solteira.

N9) — **Josete Assunção de Azevedo**, solteira.

F4) — ÁUREA ASSUNÇÃO SANTOS DE SOUZA, casada com JOSÉ HIPÓLITO DE SOUZA, comerciante, co-fundador em 1907 da **Loja Maçônica Dever e Humanidade**, de Caruaru, onde o casal vivia e residia. Pais de:

N10) — **José Hipólito de Souza Filho**, sem maiores informações.

N11) — **João Alberto Assunção de Souza**, sem maiores informações.

N12) — **Diva Assunção de Souza**, sem maiores informações.

216

Tte-cel. JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, comerciante em Bebedouro, filho do major João Guilherme de Azevedo e de Maria Guilhermina de Azevedo **(ver tópico 214, F8)**, casou com sua prima Ignez Assunção de Azevedo Lira, sem deixar sucessão **(ver tópico 211, F8)**, mas viveu maritalmente com IGNEZ MARIA DA CONCEIÇÃO AGUIAR, filha de Francisco Silveira e de Maria da Conceição Aguiar, por cujo leito foram pais de:

F1) — ABEL GUILHERME DE AZEVEDO LIRA (Bebedouro, 11.09.1882 / Recife, 16.06.1975), homem de forte personalidade, sanguíneo, temperamental, inteligente e culto, professor, adjunto de Promotor Público, Vereador Municipal em duas legislaturas, Prefeito do ALTINHO e de Bebedouro, Chefe Político da terra natal, onde também foi comerciante, agricultor-proprietário e grande cultivador de café, além de ter sido Delegado de Ensino. Casou, em 1914, com ANÁLIA ESTEFÂNIA GALVÃO, filha legítima de Manuel Marcolino Alves da Silva, agricultor-proprietário no ALTINHO, e de Rita Augusta Galvão, sendo neta paterna dos altinenses Manuel Antônio Alves da Silva e Felícia Alves da Silva, e, materna, de Galdino Marques de Luna Galvão **(ver tópico 212)** e de Maria Marques Galvão. Pais de

N1) — **Maria de Lourdes de Azevedo Lira**, bebedourense de 1915, solteira, já falecida, professora pública municipal.

N2) — **Manuel Wilson de Azevedo Lira (Mané Popeiro)**, nascido de 7 meses, um homem sem-

pre insatisfeito, político, candidato a vereador algumas vezes, em Caruaru, sem jamais sair eleito; caixeiro-viajante revendedor de eletrodomésticos pelo interior de Pernambuco, falecido ainda forte e relativamente moço. Salvo engano, foi casado.

N3) — **João Guilherme de Azevedo Lira**, comerciante, ex-prefeito municipal de Agrestina, casado, com sucessão.

N4) — **José Guilherme de Azevedo Lira**, comerciante, casado, com sucessão.

N5) — **Antônio Guilherme de Azevedo Lira**, comerciante, casado, com sucessão.

N6) — **Alberto Guilherme Sobrinho**, bebedourense já falecido, alto comerciante de eletrodomésticos em Caruaru, solteiro mas com um filho nascido de mãe-solteira, com a qual vivia maritalmente.

N7) — **Ignez Guilherme de Azevedo Lira**, solteira, professora pública estadual com exercício em escola recifense.

N8) — **Pedro de Alcântara Guilherme de Azevedo Lira**, bebedourense de 1925, ex-prefeito municipal de Agrestina, professor público estadual, antigo catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), solteiro.

N9) — **Maria das Vitórias de Azevedo Lira**, solteira, professora pública estadual entre 1945 e 1963 e, depois, funcionária do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

F2) — ALBERTO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA (Bebedouro, 1883 / Caruaru, 1969), homem de cultura vasta, amante das letras e artes, músico na mocidade, político a vida inteira, tipo extremamente bondoso e educado, prefeito municipal do ALTINHO, vice-prefeito de Caruaru (com exercício na

PMC durante algum tempo), secretário da Prefeitura Municipal de Caruaru por mais de uma vez. Pouco depois de sua morte, o juiz de Direito Artur César Franklin, no semanário A DEFESA, de Caruaru, edição de 26 de outubro de 1969, fez publicar o seguinte artigo: "Pelos desígnios implacáveis da Providência, fomos privados da presença neste velho mundo, em dias desta semana, de Alberto Guilherme de Azevedo Lira. — Conheci este nosso amigo quando ele sentia os albores de uma mocidade na antiga Vila de Bebedouro, atualmente cidade de Agrestina. — Ali, viveu grande parte de sua vida, sempre voltado para os interesses da terra. Tive oportunidade de privar de sua sincera e aproveitável amizade, e senti o seu devotamento pelas coisas boas e a sua reconhecida honestidade. — No antigo Bebedouro, assisti e tomei parte em festas cívicas e religiosas, nas quais a sua palavra e o seu tino administrativo apresentavam-se em torno do desenvolvimento da gleba. Dentre estas festas, e na qualidade de convidado, lembro-me de sua capacidade de trabalho, do seu amor à terra, do seu devotamento pela grandeza e prosperidade daquela antiga Vila. Ali assisti a uma festa cívica, cujo programa por ele idealizado e posto em execução constituiu um acontecimento marcante na vida social e política daquela comuna. Inteligente, palestra agradável, independente, apresentando sempre um gesto de grandeza e lealdade. Lealdade que foi o apanágio de sua vida. Foi a caminhada pela qual ele invariavelmente seguiu, cuja trilha representava para si um abono no seu gesto, na grandeza de suas atitudes, e na maioria elevada e segura dos seus atos e de sua palavra. Alberto Guilherme soube viver. Nasceu pobre, viveu pobre e morreu rico. Rico não do vil metal, que representa para muitos a meta principal da vida, e, sim, de grandeza de atitudes que foram sempre elevadas. Sempre teve uma palavra de conforto, de proteção, de solidariedade humana para os humildes e desajustados da sorte. Para aqueles sobre quem a vida se apresenta sempre sombria e sem atrativos. — Fui prefeito de minha terra — São Joaquim do Monte — lá pela década de 1948. Posteriormente fui sucedido na administração por parentes e amigos, em cujo Município fica encravada a **Fazenda Jaboticaba**, da qual o mesmo Alberto Guilherme era um dos condôminos; e, sinceramente, nunca recebemos uma queixa, uma denúncia de seus moradores. Antes, pelo contrário, recebíamos, sim, elogios francos e respeitáveis pela maneira fidalga e humana por ele dispensada a cada um dos que o ajudavam no trato de sua fazenda. — Exerceu ele o cargo de Prefeito do Município do

Altinho, tendo-se revelado um grande administrador. Com orçamento inexpressivo, conseguiu deixar marco de sua passagem. Aqui na cidade de Caruaru, sem querer, tomou parte numa campanha política, como candidato a Vice-Prefeito, e sem solicitar um voto sequer de pessoa alguma, numa época em que este não era vinculado, ele alcançou uma votação expressiva. Na Administração de Altinho, quando o prefeito não tinha a quem prestar contas, ele, Alberto Guilherme, saiu mais pobre de quando iniciou a administração. — À sua família, que é respeitável nestas paragens, onde vive, o mesmo deixou um legado, um patrimônio que representa um Pedestal em cujos alicerces assenta o Poder máximo da honestidade. Por tudo isso, e muito especialmente pelo seu caráter, pela sua inquebrantável austeridade, pela maneira nobre e elevada, pela independência dos seus atos, deixo aqui consignado o meu saudoso adeus, a minha sentida despedida ao meu inesquecível amigo — Alberto Guilherme de Azevedo Lira." O extraordinário bebedourense ALBERTO GUILHERME DE AZEVEDO LIRA foi casado em 1as. núpcias com GEORGINA JOVENTINA DE OLIVEIRA (1899-1945), e em 2as. núpcias, não sendo, contudo, identificado o nome de sua respectiva esposa. Filhos do primeiro matrimônio:

N10) — **Maria do Socorro Guilherme Feitosa,** grande dama da sociedade caruaruense, **DM do Lions Club Caruaru,** viúva do advogado **Edgar Feitosa de Lima,** falecido em 28 de janeiro de 1982, político, fino homem de sociedade, tipo alegre, extrovertido, amigo de todo o mundo, descendente dos célebres ALVES FEITOSA, do Ceará. Dos filhos do casal identificaram-se as jovens Kelma e Kyonara, sem maiores informações.

N11) — **Maria Arlete Azevedo de Menezes,** figura das mais simpáticas da sociedade caruaruense, casada com **Valdo Ramos de Menezes,** filho de Severino Menezes, antigo tabelião público na Comarca de Caruaru, e de Guiomar Ramos de Menezes, ambos já falecidos. Dos filhos do casal identificaram-se Carlos Alberto, Giana Cristina e Valdo, sem maiores informações.

N12) — **Maria do Rosário Guilherme de Azevedo,** sem maiores informações.

N13) — **Ignez Guilherme de Azevedo,** casada com **Vânio Fox da Rocha Pereira,** antigo juiz de Direito em diversas Comarcas do Agreste de Pernambuco.

N14) — **Edite de Oliveira Bohrer,** casada com Arnaldo Bohrer, com sucessão.

F3) — PORCINA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, bebedourense nascida em 26 de outubro de 1886 e falecida no Recife em avançada idade (mais de 90 anos), senhora e possuidora (em conjunto com os irmãos) da famosa **Fazenda Jaboticaba,** algumas vezes citada neste livro e situada no Agreste Meridional de Pernambuco, em cuja casa-grande, aos 7 de junho de 1916, casou com o Dr. FELISMINO PEREIRA GUEDES, advogado, formado pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1902. No mesmo dia da formatura o Dr. Guedes foi nomeado Promotor Público, indo exercer o cargo na Comarca de Bezerros. Depois, tornando-se Juiz de Direito, regeu diversas Comarcas do interior de Pernambuco: Petrolina (1920/1921), ALTINHO, Buíque, Panelas, Canhotinho e Palmares. Também foi juiz de Direito na Capital do Estado, quando, em 24 de fevereiro de 1943, foi nomeado Desembargador do Tribunal de Apelação (hoje em dia Tribunal de Justiça de Pernambuco), em cujo cargo se aposentou aos 22 de junho de 1950. Quando, em 1922, a então extinta Comarca do ALTINHO foi recriada, quem a reinstalou e tornou-se seu novo juiz de Direito foi o Dr. Guedes. Nascido na casa-grande do **Engenho Manibu,** de seu pai, situado no Município de També, aos 19 de dezembro de 1881, e falecido na cidade do Recife aos 2 de agosto de 1957, o desembargador FELISMINO PEREIRA GUEDES era filho legítimo de José Antônio Pereira Guedes e de Joana Pereira Guedes, sendo neto paterno de Paulo Pereira Guedes e de Cândida Maria de Jesus Pereira Guedes, e, materno, de José Alves Berenguer e de Lourença Alves de Souza Berenguer. Entre 1917 e 1938 residiu em Caruaru, em cuja cidade, em frente ao **virador do trem,** possuía a "Vila Maria", amplo e tradicional chalé vindo do século XIX e adquirido por compra feita ao português Manuel José F. Vieira, comerciante estabelecido na praça do Recife e irmão do também luso Antônio José Vieira **(Vieirinha),** comerciante em Ca-

ruaru e genro do Cel. João Guilherme de Pontes. Ao casar-se com PORCINA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, Dr. Guedes já era viúvo de IGNEZ GUILHERMINA DE AZEVEDO GUEDES (1878-1915), falecida em Bezerros, onde o casal residia e ele exercia o cargo de Juiz Municipal. Havia casado com Ignez Guilhermina em 1903, nascendo doze filhos por seu leito, um dos quais famoso: **Padre José Ayrton de Azevedo Guedes (Padre Guedinho)**, bezerrense de 2 de agosto de 1906, com estudos feitos no Seminário de Olinda e, depois, indo para Roma, na Universidade Gregoriana, enquanto tinha a sua formação no Colégio Pio Latino-Americano, ordenando-se em 28 de outubro de 1928 na Capela do Colégio Alemão, em Roma e celebrando sua primeira missa na Catacumba de São Calixto, Roma, Itália. No Brasil, sua 1a. missa foi celebrada, solenemente, na cidade de Bezerros, sua terra natal. Prelado Doméstico de S. Santidade o Papa Paulo VI, Padre Guedinho foi coadjutor e vigário-substituto em algumas paróquias do interior de Pernambuco e em alguns bairros do Recife, onde passou a residir e onde se tornou vigário colado da igreja-matriz de Nossa Senhora da Piedade, situada na Rua do Lima, bairro de Santo Amaro. Dr. FELISMINO PEREIRA GUEDES e PORCINA GUILHERMINA DE AZEVEDO LIRA são pais de:

N15) — **Ignez de Azevedo Guedes**, bezerrense de 23 de abril de 1917, solteira, a genealogista e historiadora da família, moça de virtudes extraordinárias, formada pela Faculdade de Direito do Recife. Foi aluna, antes, do Colégio São José, no Recife, e da Academia Santa Gertrudes, em Olinda. Aposentou-se como juíza do Trabalho, havendo exercido o cargo, durante muitos anos, na Junta de Julgamento e Conciliação, na cidade de Caruaru. Atualmente vive e reside no Bairro do Espinheiro, Recife.

N16) — **Xisto Albano de Azevedo Guedes**, nascido na **Fazenda Jaboticabas**, atualmente pertencente ao Município de São Joaquim do Monte, aos 11 de julho de 1918. Engenheiro-agrônomo, formado pela Escola de Agronomia da Universidade Rural Federal de Pernambuco. Casado com Gláucia Oliveira de Azevedo Guedes, pais de Albano Otávio,

Maria Stela, José Solano, Paulo Filipe e Stemilton.

N17) — **Antônio Geraldo de Azevedo Guedes,** o célebre **Deputado Geraldo Guedes** de tanta projeção no cenário político nacional, caruaruense de 1º de agosto de 1919, nascido no tradicional chalé denominado "Vila Maria". Em Caruaru fez o curso primário, estudando no Colégio do Sagrado Coração ("Colégio das Freiras") e no primitivo ginásio (ainda não equiparado, na época) dirigido pelo Prof. José Florêncio de Souza Leão e pelo Padre Júlio Cabral de Medeiros, quando se tornou companheiro de banca e amigo de Nelson Barbalho, autor destas mal-traçadas linhas. No Recife, cursou o secundário no Colégio Nóbrega e no Ginásio do Recife (hoje em dia, Colégio Padre Félix). Formado pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1940 e licenciado em Filosofia. Estudou na Sorbonne (França), sobre a América Latina. Cursou a Escola Superior de Guerra. Catedrático da Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, onde mantém residência. Advogado brilhante, foi Promotor Público na Comarca de Triunfo, Diretor-Secretário da Penitenciária Agrícola de Itamaracá, Secretário da Prefeitura Municipal do Recife (governo Novais Filho), Secretário do Interior e Justiça e Secretário do Governo (administração Cordeiro de Farias), Membro do Conselho Penitenciário de Pernambuco, Membro do Conselho da O.A.B., secção de Pernambuco, Comendador da Ordem de Cristo (de Portugal), Deputado Federal por 6 legislaturas (entre 1958 e 1983), sendo votado para mais uma legislatura na eleição de 15 de novembro de 1986. Na Câmara dos Deputados foi Membro das Comissões de Justiça, Serviço Público e Relações Exteriores, 2º Secretário da Casa, Presidente da Comissão da Reforma da Câmara, Mem-

bro da Comissão Especial do Reestabelecimento das Prerrogativas do Legislativo, Relator Parcial do novo Código Civil. Presidente do Grupo Parlamentar Franco-Brasileiro. Presidente alterno do Parlamento Latino-Americano. Fundador, em Bezerros, do Hospital Infantil Jesus Pequenino e da Unidade Mixta de Saúde em São Joaquim do Monte. Fundador da CERAPE, em Caruaru, e de 247 grupos escolares espalhados por diversos Municípios do Agreste de Pernambuco. Casado com **Velinda Marback de Azevedo Guedes**, baiana de nascimento, por cujo leito nasceu filha única: Maria Isabel, casada, com sucessão.

N18) — **João Crisóstomo de Azevedo Guedes**, nascido na **Fazenda Jaboticabas**, em 2 de dezembro de 1921, e nela sepultado aos 44 anos de idade. Formado pela Faculdade de Direito do Recife. Casado com **Durvalina Marinho de Azevedo**, por cujo leito nasceram João Bernardo, Carla e Fernando Marinho de Azevedo.

N19) — **Maria do Socorro de Azevedo Guedes**, nascida na cidade do ALTINHO em 2 de julho de 1923, solteira, professora no Colégio de Santa Gertrudes.

N20) — **Domingos Benígno de Azevedo Guedes**, nascido na cidade de Caruaru em 6 de agosto de 1924, químico-industrial formado pela Escola de Química do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco. Casado com **Lenira Autran de Azevedo Guedes**, por cujo leito nasceram Alexandre José, Guilherme José, Ana Cristina e Ana Elisabeth Autran de Azevedo Guedes.

N21) — **Stemilton de Azevedo Guedes**, nascido na cidade de Caruaru em 16 de janeiro de 1928, solteiro, bacharel em Ciências e Letras.

F4) — **LUIZA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA,** sem maiores informações.

F5) — MARGARIDA GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, sem maiores informações.

217

Capitão IRINEU FRANCISCO DE PONTES, nascido no **Pé de Serra do Mendes**, agricultor-proprietário em São Caetano da Raposa, dono de casa-residencial na cidade de Caruaru, em cuja vida política, com muita influência, militava, sendo figura destacada do **guilhermismo** vigente na época, casou com a caruaruense IGNEZ GUILHERME DE PONTES, filha do célebre major João Guilherme de Azevedo e de Maria Guilhermina de Azevedo **(ver tópico 214, F3)**, por cujo leito nasceram os seguintes filhos, que aqui não estão relacionados por ordem de nascimento:

F1) — JOÃO GUILHERME DE PONTES (Distrito de São Caetano da Raposa, Município de Caruaru, 10.11.1864 / Cidade de Caruaru, 20.06.1944), sem dúvida alguma a maior figura política da poderosa família em todos os tempos. Muito moço ainda, um tanto enfezado no físico, deixou São Caetano, indo trabalhar na **loja** de seu tio João Guilherme de Azevedo Lira, situada no distrito de Bebedouro, onde aprendeu vários truques das lides comerciais e de onde, já **escolado,** se afastou para radicar-se em definitivo na Cidade de Caruaru, em cuja **Rua da Frente** mais tarde se estabeleceu com o mesmo ramo de negócio do tio — loja de tecidos, chapéus, miudesas e até calçados, tornando-se um dos **influentes** da sociedade local e ingressando na sua vida política por intermédio do Cel. Juvêncio Taciano Mariz e sob a chefia do velho major João Salvador dos Santos (1834-1915), que, no Município, ainda militava nas hostes do Partido Liberal (fase do Império) e, depois de 1889, nas do Partido Republicano Conservador. Moço afável e de fino trato, era querido de todos, inclusive até de alguns adversários políticos, como o Cel. Manuel Rodrigues Porto, por exemplo. Fazia parte dos clubes sociais de Caruaru e quando, em 1896, foi fundada a **Nova Euterpe,** em sucessão à **Banda Musical Liberal Caruaruense,** tornou-se o seu 1º presidente, mantendo-se no posto durante quase 20 anos. Ao casar-se, em 1892, com a filha de abastado comerciante, recebido o respectivo **dote,** "para sustenção do matri-

mônio", ampliou os seus negócios, adquiriu muitos terrenos e prédios na cidade e montou uma fábrica de óleos nas proximidades do **Paredão** (a barragem que seccionava o leito do rio Ipojuca na altura do **Vassoural**), com isso ganhando bons cobres e tornando-se um dos mais destacados capitalistas locais. Em 1910, demonstrando possuir espírito progressista, fundou e passou a movimentar, com absoluto sucesso, o **Cinema Palace**, c primeiro salão cinematográfico de Caruaru. Já era tenente-coronel da Guarda Nacional e, ao lado do Cel. Juvêncio Mariz, chefiava a oposição caruaruense ao **rosismo** (a política do Conselheiro Rosa e Silva no âmbito estadual) e ao **portismo** (a ala **rosista** local, dirigida pelo Cel. Neco Porto). Em 1911, em face do **golpe dantista,** tendo ficado ao lado das "'salvações", era levado à presença do general Dantas Barreto pelas mãos do político José Rufino Bezerra Cavalcanti, seu amigo, compadre e correligionário, e, num passe de mágica, dando inesperada rasteira no velho Cel. Juvêncio Taciano Mariz, voltava do palácio do governo de Pernambuco altamente prestigiado, tornando-se assim o chefe único de Caruaru e localidades adjacentes, inclusive o ALTINHO, Bebedouro e São Caetano — chefe político situacionista, de cuja posição somente seria afastado, por 2 ou 3 anos (entre 1928 e 1930), por não ter querido submeter-se a um acordo com os adversários, proposto pelo governador Estácio Coimbra. Acontecida a Revolução de 30, voltava, pouco depois, a militar na política de Caruaru, de cujo Município foi chefe até morrer, em 1944. Foi prefeito municipal de Caruaru três vezes — duas, eleito; e a terceira, já na última etapa de sua longa existência, na fase do **Estado Novo,** nomeado (pelo interventor Agamenon Magalhães, que gostava de chamá-lo de "aroeira do sertão"). Sua tripla passagem pela **PMC** foi assinalada por grandes realizações, mas a sua chefia política, no ápice do **guilhermismo,** foi sensivelmente prejudicial à sociedade caruaruense, já por certas arbitrariedades cometidas e acobertadas pelo "coronel" mandachuva, já pela atuação negativista e pela nociva influência mantida sobre ele por sua concubina Santina Eulália Lopes, a temível **Dona Santa**, que dizem ter sido a grande paixão do Cel. João Guilherme de Pontes. Depois de adulto, era um homem temperamental, de estatura baixa, portador de asma crônica, catarrento, viciado no fumo e nos jogos de azar, esporrento e ditatorial. Durante muitos anos, manteve, por sua conta e risco, o semanário **Cinco de Novembro,** um dos grandes órgãos da imprensa matuta em sua época. Além de chefe político e de prefeito de Caruaru,

foi senador estadual por mais de uma legislatura. Casou, em Caruaru, em 1as. núpcias, com AMÉLIA MALAGUETA DE PONTES, filha legítima do mineiro Francisco de Paula de Souza Malagueta, que, passado para Pernambuco na segunda metade do século XIX, ingressou na sua Força Policial, fazendo carreira e chegando ao posto de capitão, quando se tornou delegado-de-polícia do Termo de Caruaru, onde, casando-se, fixou residência e estabeleceu-se com uma casa comercial na **Rua da Frente**, abandonando a vida militar; e de Inácia Florêncio de Carvalho Malagueta (1820-1911), tia-avó do **Major Sinval de Carvalho Santos**, dono da tradicional **Pharmacia Francesa**, o qual, por sinal, em 1904, casou com Eulália Andréa Malagueta Vieira de Melo **(Lalu)**, filha de Casimiro Vieira de Melo (1861-1937) e de Elvira Clementina de Paula Malagueta Vieira (1865-1921), sendo esta, caruaruense de nascimento, irmã da citada Amélia Malagueta de Pontes. Os filhos do Major Sinval, portanto, são primos dos filhos do Cel. João Guilherme de Pontes. Do casal João Guilherme de Pontes-Amélia Malagueta de Pontes houve os seguintes filhos:

N1) — **Irineu Malagueta de Pontes**, caruaruense de 1893, falecido no Rio de Janeiro em 1964, celibatário. Poeta e jornalista na mocidade, fez o curso primário em Caruaru, na escola do Prof. Paulo Ferrúcio da Rocha. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (da qual, mais tarde, seria catedrático), é o 1º caruaruense médico e o 1º a tornar-se Mestre de Medicina. Seu consultório-médico, no Rio de Janeiro era famoso em todo o Brasil e freqüentado até por presidentes da República. Amigo íntimo do Prof. Antônio Austregésilo, que chegou a visitar Caruaru a convite seu. Recém-formado, teve consultório no Recife, instalado pelo pai, mas preferiu ir viver e residir no Rio, longe de Caruaru, por causa, ao que se dizia na época, da amigação do cel. João Guilherme com a prostituta Santina Eulália Lopes **(Dona Santa)**, criatura insuportável, que vivia a humilhar a família inteira, sem sofrer um padre-nosso de penitência por parte do coronel seu amante.

N2) — **Gercino Malagueta de Pontes** (Caruaru, 1894 / Recife, 1967). Fez o Curso Primário na cidade natal, na escola do Prof. Paulo Ferrúcio da Rocha e o Secundário no Ginásio Pernambucano, no Recife, formando-se em 1917 pela Escola de Engenharia de Pernambuco e tornando-se o 1º engenheiro-civil de Caruaru. Ainda estudante, iniciou-se na vida pública de maneira modesta: Lançador do Imposto Predial da **PMC**, para cujo cargo foi nomeado aos 12.01.1914 pelo prefeito José Martins de Araújo. Em 1915 publicou u'a "Memória" em torno do passado histórico de Caruaru, cujo texto vem transcrito, na íntegra, no livro **Caruaru do Major José Martins**, de Nelson Barbalho. Em 1918 foi nomeado "auxiliar-técnico" da Repartição de Obras Públicas do Estado. No ano seguinte, tornou-se gerente da **Usina Cucaú**, de José Rufino Bezerra Cavalcanti, que, assumindo o governo de Pernambuco, levou o jovem Dr. Gercino para dirigir a Repartição das Obras Públicas e Saneamento do Estado. Em 1921 voltou a gerenciar a **Usina Cucaú** e passou a chefiar a Cia. Geral de Melhoramentos, onde trabalhou até 1932. Em 1927 seu pai o tornou prefeito municipal de Caruaru, de cujo cargo quase sempre viveu afastado, a fim de evitar maiores contatos com **Dona Santa**, que chegava ao cúmulo de tentar manobrar a **PMC** de acordo com os seus caprichos pessoais. Foi inspetor regional da Caixa Econômica Federal, com exercício no Nordeste. Fundou no Recife o Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco, do qual foi o 1º presidente. Como jornalista, era filiado à Associação de Imprensa de Pernambuco. Em 1937, nomeado pelo interventor Agamenon Magalhães, assumiu a Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado, permanecendo no cargo até 1945 e realizando excelente administração. Eleito deputado federal pelo P.S.D., tomou parte na Assem-

bléia Constituinte de 1946. Na Câmara dos Deputados, foi presidente da Comissão de Obras Públicas e membro da Comissão de Investigação Social e Econômica e da Comissão do Vale do São Francisco. Substituiu o dep. Barbosa Lima Sobrinho na Comissão de Finanças. Voltou a chefiar a Secretaria de Viação e Obras Públicas em 1948, ficando no cargo até 1950. Com a morte do pai, em 1944, tornou-se o chefe político de Caruaru até passar o comando para os seus sobrinhos José e Irineu de Pontes Vieira. Já muito envelhecido e politicamente desgastado, tentou voltar à Câmara Federal, obtendo votação ridícula e não sendo eleito, em face do que, ainda exercendo o cargo de superintendente da Rede Ferroviária Federal em Pernambuco, resolveu abandonar a política. Sua morte ocorreu aos 31 de maio de 1967, deixando viúva a francesa **Raymonde Egèe de Pontes** (com a qual havia casado, em Paris, no ano de 1928), por cujo leito houvera cinco filhos: Eliane Juanita Egèe de Pontes, Liliane Egèe de Pontes, Didiane Egèe de Pontes, Gercino Malagueta de Pontes Filho e João Guilherme Egèe de Pontes (político, ex-deputado estadual).

N3) — **Ignez de Pontes Vieira** (Inezita), caruaruense de 1895, residente no Rio de Janeiro faz mais de 60 anos, onde vivia, em plena lucidez, na companhia de suas filhas. É viúva do português **Antônio José Vieira**, chegado a Caruaru em 1910, em cuja **Rua da Frente** se estabelecera com uma loja de tecidos e miudesas. Era baixinho e alegre, sendo chamado pelo povo de **Vieirinha**. O casamento de ambos aconteceu em 1911 e, com a subida do cel. João Guilherme para o lugar de chefe político situacionista, logo em 1913 o português **Vieirinha** foi nomeado tesoureiro da **PMC**, permanecendo no cargo durante mais de 15 anos. Dentre os fi-

lhos do casal, destacam-se José de Pontes Vieira, caruaruense de 1915, ex-deputado federal, residente no Rio de Janeiro; Irineu de Pontes Vieira, caruaruense, ex-chefe político de Caruaru, ex-deputado estadual, antigo diretor da Fábrica Nacional de Motores (no Rio de Janeiro), ex-secretário da Fazenda de Pernambuco (governo de Agamenon Magalhães), ex-conselheiro da CELPE, advogado, casado com Irene Cândido da Silva (nascida em São Joaquim do Monte, filha do fazendeiro José Cândido da Silva e de Cornélia Pereira de Lucena, falecidos juntos, em desastre automobilístico, em 18.11.1972), com sucessão; e Domingos de Pontes Vieira, engenheiro formado pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro.

N4) — **Adalberto Malagueta de Pontes,** falecido em tenra idade.

Cel. JOÃO GUILHERME DE PONTES, tendo enviuvado em 1905, casou, em 2as. núpcias, no ano de 1907, com MARIA IGNEZ DE SOUZA PONTES, **Dona Lilia,** filha de João Norberto de Souza, agricultor-proprietário, capitão da Guarda Nacional, e de Constância de Souza, não havendo sucessão.

F2) — CAETANO GUILHERME DE PONTES, agricultor-proprietário em São Caetano, casado com a prima FRANCISCA EMILIA DE PONTES, com sucessão.

F3) — FRANCISCO GUILHERME TIRCO DE PONTES, nascido em São Caetano da Raposa, Município de Caruaru, aos 6 de fevereiro de 1872, agricultor na terra natal e, depois, comerciante na praça do Recife, casado com DULCE ABRANCHES FEIJÓ DE MELO, pernambucana de 06.08.1871, filha de Laurindo Feijó de Melo (1837-1915) e de Emília Abranches Ferreira da Cunha (1841-1910), portuguesa, sendo neta paterna de Antônio Feijó de Melo (1800-1882) e de Maria Cavalcanti Feijó de Melo, e, materna, de José Luís Ferreira da Cunha e de Libânia Abranches Ferreira da Cunha, portuguesa de Coimbra, donos da propriedade intitulada **Casal Coimbra,** segundo informe prestado por Yony Sampaio. Foi identificada uma filha do casal:

N5) — **Naly Feijó de Pontes,** pernambucana de 14.10.1896, casada, desde 06.02.1915, com o médico **Antônio de Sá Barreto Sampaio Júnior,** cearense de 09.05.1888, formado pela Escola de Medicina da Bahia, turma de 1912, com vários cursos de pós-graduação feitos em hospitais de Paris, França. Segundo Yony Sampaio, Dr. Barreto Sampaio Jr. "foi médico da Higiene durante vários anos, assim como da Escola de Aprendizes Marinheiros. Clinicou sempre no Recife. Tem vários trabalhos escritos. Citado por Raimundo Girão e Antônio Martins Filho em "O Ceará", em 1939, como um dos seus filhos ilustres. Proprietário de vários engenhos no Ceará e Pernambuco, citando-se, por ser tradicional da família e monumento histórico, o **Engenho Tupinambá**. Nunca se dedicou à agricultura, abraçando a sua profissão, embora, por seu espírito caridoso, nunca obtivesse êxito financeiro nela". O casal teve sucessão.

F4) — IGNEZ MARIA DE PONTES, falecida solteira em 1943, já aposentada. Fora funcionária da agência postal de Caruaru.

F5) — PEDRO GUILHERME DE PONTES, falecido em 1908, agricultor-proprietário em São Caetano, casado, com sucessão.

F6) — JOSÉ NICODEMOS DE PONTES, casado com MARIA SARMENTO DE PONTES **(Sinhá)**, com sucessão.

F7) — MARIA JOSÉ DE MELO AZEVEDO **(Mãe Lilia)**, nascida em São Caetano, no ano de 1875, e falecida ultra-centenária em Bezerros, onde, até bem perto da morte, em plena lucidez, gostava de politicar. Era casada e não tinha sucessão.

F8) — IRINÉA DE PONTES LIRA, casada, com sucessão.

F9) — JOANA GUALBERTA DE PONTES LIMA, casada com JOÃO NORBERTO DE LIMA, abastado fazendeiro em Alagoas, por cujo leito houve seis filhos, sendo identificados (por Mercês Pontes) apenas dois:

N6) — **Abelardo Pontes Lima**, político de muita evidência em Alagoas, de cuja capital foi prefeito durante dez anos; casado, com sucessão.

N7) — **Mercês Tavares Correia**, casada, mãe de MARIA CRISTINA DE LIMA TAVARES CORREIA, a famosa CRISTINA TAVARES, deputada federal em várias legislaturas, sempre com muito destaque no Congresso Nacional por sua atuação firme e segura em defesa dos mais sagrados interesses do Brasil.

218

Capitão IRINEU FRANCISCO DE PONTES fazia parte integrante do poderoso **Clã dos Pontes**, concentrado primitivamente nos campos agrestinos do lugar denominado **Pé de Serra do Mendes**, tantas vezes citado neste livro. Os PONTES, pela linha materna, descendiam dos RIBEIRO DE ANDRADE, formando, na verdade, uma só família, espalhada, principalmente, pelo ALTINHO, Bebedouro, Caruaru, Bezerros, São Bento e São Caetano da Raposa, e interligada, através de casamentos vários, aos ASSUNÇÃO AZEVEDO E SILVA, aos GOMES DOS SANTOS, aos GUILHERME DE AZEVEDO LIRA e, também, aos SALVADOR DA CRUZ/SALVADOR DOS SANTOS.

De acordo com um inventário de 1843, descoberto na Universidade Federal de Pernambuco pelo pesquisador/genealogista Yony Sampaio e referente a JOANA FRANCISCA DE PONTES, o primeiro membro da família PONTES que documentadamente aparece na história de Altinho-Bebedouro-Caruaru é FRANCISCO NICOLAU DE PONTES, o qual, casado, já falecido naquele ano (deixando bens de raiz na povoação de São Miguel dos Afogados), era pai da citada JOANA FRANCISCA DE PONTES, falecida em 1843 e casada com o agricultor-proprietário JOÃO RIBEIRO DE ANDRADE, destacado político no Agreste Meridional, homem valente e destemido, citado por Pereira da Costa **(Anais, IX, 7)**, que afirma ter sido ele capitão-comandante da Companhia de Guerrilhas autorizada a funcionar no Distrito do Riacho (ou do Riachão), Termo de Garanhuns, nomeado pela Portaria de 13 de janeiro

de 1824. Residente na **Lagoa da Farinha** (ou **Laje da Farinha**), o casal JOÃO RIBEIRO DE ANDRADE-JOANA FRANCISCA DE PONTES possuía, nos campos do ALTINHO e adjacências, as propriedades denominadas **Engenho Novo de Comcucas, Taquara, Gado Bravo** e **Riachão.** Pais de:

F1) — JOÃO RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário, morador na **Laje da Farinha** em 1850, casado com CLEMÊNCIA MARIA DE JESUS, com sucessão.

F2) — ANTÔNIO RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário, casado.

F3) — FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário, casado.

F4) — PEDRO RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário no ALTINHO, casado com a prima LUIZA FRANCISCA DE PONTES, com sucessão.

F5) — ANNA FRANCISCA DE PONTES, casada com o primo JOÃO LUIZ RIBEIRO, moradores na **Macambira,** com sucessão.

F6) — MARIA FRANCISCA DE PONTES, casada com DOMINGOS RIBEIRO DE ANDRADE JÚNIOR, agricultor-proprietário, com sucessão.

F7) — JOSÉ RIBEIRO DE ANDRADE, falecido solteiro em 1856.

F8) — LINO RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário, criador de gado, comerciante; casado, sem sucessão; morador em São Bento, de cuja Câmara Municipal foi vereador (entre 1880 e 1882). Foi também delegado-literário.

F9) — MANUEL RIBEIRO DE ANDRADE, agricultor-proprietário, casado.

F10) — DOMINGOS RIBEIRO DE PONTES, nascido em 1839, agricultor-proprietário.

F11) — JOAQUINA FRANCISCA DE PONTES, já falecida em 1843, possivelmente no estado de viúva (não identifi-

cado o nome de seu marido). Era agricultora-proprietária no **Pé de Serra do Mendes,** onde residia e onde nasceram os seus três filhos arrolados no dito inventário, os quais são:

N1) — **Irineu Francisco de Pontes,** capitão da Guarda Nacional, casado com **Ignez Guilherme de Pontes,** com sucessão já relacionada neste livro **(ver tópico 217).**

N2) — **Miguel Francisco de Pontes,** agricultor-proprietário em São Caetano da Raposa, casado, com sucessão.

N3) — **João Ribeiro de Andrade,** sem maiores informações.

219

Segundo informes prestados por alguns antigos descendentes do **Clã dos Pontes,** de **Pé de Serra do Mendes,** o 2º filho de JOAQUINA FRANCISCA DE PONTES — o agricultor-proprietário MIGUEL FRANCISCO DE PONTES (tio do Cel. João Guilherme de Pontes) seria o pai, dentre outros filhos, de:

F1) — JOÃO FRANCISCO DE PONTES, nascido em 1844 no **Pé de Serra do Mendes,** agricultor-proprietário e criador de gado em São Caetano da Raposa, casado, em 1as. núpcias, com TERESA DE JESUS BATINGA DE PONTES, do **Sítio Batinga,** no ALTINHO, com sucessão; e, em 2as. núpcias, no ano de 1906, com a viúva ANTÔNIA CELESTINA DE LIRA, nascida em São Caetano da Raposa, em 1868, agricultora e criadora de gado, mulher riquíssima, mãe de muitos filhos do 1º leito.

F2) — MANUEL FRANCISCO DE PONTES, nascido no **Pé de Serra do Mendes,** agricultor-proprietário e criador de gado em São Caetano da Raposa, casado com CLAUDINA DE AZEVEDO PONTES. Pais de:

N1) — **Ananias de Azevedo Pontes,** nascida em São Caetano da Raposa e casada (em 1903) com **José Francisco Ramos** (São Caetano,

17.10.1878 / 1932), agricultor-proprietário, criador de gado, comerciante, político, vereador municipal, vice-prefeito de Caruaru no exercício do cargo por diversas vezes (quando o prefeito era o seu parente Gercino Malagueta de Pontes), filho de Antônio Ramos da Luz (ou Antônio Francisco Ramos) e de Joana Francisca dos Santos (ou Joana Francisca de Jesus), sendo neto paterno de Antônio Francisco dos Santos e de Ana Maria de Jesus e, materno, de José Clemente dos Santos e da bezerrense Teresa Francisca de Jesus. Pais de Rita de Cássia Ramos, casada com o recifense Osvaldo de Souza Leão, por cujo leito nasceram: 1 — Maria de Lourdes Ramos de Souza Leão (Lourdinha), professora pública estadual, já aposentada, casada com Fritz dos Reis e Silva, fiscal de previdência aposentado (filho de Alexandre Figueiredo Reis e Silva, 1891-1935, e de Maria do Carmo da Cunha Cruz Gouveia, 1902-1931, nascida em Tacaimbó), com sucessão; 2 — Ivanilda Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; 3 — Maria José Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; 4 — José Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; 5 — Osvaldo Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; 6 — Edna Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; 7 — Eurico Ramos de Souza Leão, sem maiores informações; e 8 — Fred Ramos de Souza Leão, sem maiores informações. **Cap. José Francisco Ramos** era irmão de — Francisco Ramos dos Santos, Manuel Francisco Ramos dos Santos, João Ramos dos Santos, Noé Francisco Ramos, Pedro Francisco Ramos, Severiano Ramos (que foi prefeito de São Caetano), Odilon Ramos dos Santos, Manuel Ramos dos Santos, Pedro Ramos dos Santos, Maria Francisca Ramos, Teresa Francisca Ramos, Emília Ramos dos Santos e Ignez Francisca Ramos.

N2) — **Caetano Vasconcelos de Pontes,** fazendeiro em São Caetano da Raposa, já falecido; casado com **Úrsula Maria de Pontes,** filha de Antônio Fernandes de Pontes e de Maria Fernandes. Uma das filhas do casal é Maria Vasconcelos de Pontes, casada com Cícero Albuquerque, bacharel em Direito, funcionário da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, filho dos paraibanos Amaro Bezerra Albuquerque e Quitéria Albuquerque, com sucessão.

220

Do casal JOÃO FRANCISCO DE PONTES-TERESA DE JESUS BATINGA DE PONTES (**ver tópico 219, F1**) houve filhos e filhas, uma das quais foi JOSEFA BATINGA DE PONTES, casada com ARISTIDES SOLANO DE ANDRADE, seu primo, do **Clã dos Ribeiro de Andrade,** do ALTINHO, São Caetano da Raposa etc.; o qual era irmão de Elpídio, Euclides, Mário, Adalgisa, Antonieta e Hermelinda Solano de Andrade, todos sancaetanenses de nascimento, filhos de Francisco Solano de Andrade e de Francisca Solano de Andrade, agricultores-proprietários e criadores de gado. ARISTIDES SOLANO DE ANDRADE e JOSEFA BATINGA DE PONTES são pais de:

F1) — LIDIA PONTES DE ANDRADE, casada com CLODOALDO DE OLIVEIRA BONIFÁCIO, comerciante estabelecido na praça do Recife, filho do português Joaquim Bonifácio da Silva e de Hermelinda de Oliveira Bonifácio. Pais de:

N1) — **Maria Alípia de Andrade Bonifácio,** casada com **Reginaldo Ribeiro,** empresário da **Rodoviária Dom Vital,** do Recife, com sucessão.

N2) — **Cármen Lúcia de Andrade Bonifácio,** casada com **Valdir,** bancário, residentes no **Recife,** com sucessão.

N3) — **Ana Lúcia de Andrade Bonifácio,** casada com **Simão,** funcionário da **Petrobrás,** com sucessão.

N4) — **Ana Maria de Andrade Bonifácio,** falecida solteira.

F2) — CREUSA PONTES DE ANDRADE, casada com o recifense HILDEBRANDO JOÃO DA SILVA ALMEIDA, comerciante, filho de Antônio Albertino Silva Almeida e de Maria Barros Silva Almeida. Pais de:

N5) — **Antônio Fernando de Andrade Almeida,** casado, com sucessão.

N6) — **Fátima Maria de Andrade Almeida,** casada, com sucessão.

F3) — MARIA DO SOCORRO PONTES DE ANDRADE, casada com JOSÉ CASADO DE LIMA, já falecido, oficial reformado do Exército, filho de Benjamin Casado de Lima e de Olímpia Casado de Lima. Pais de:

N7) — **Carlos Alberto de Andrade Casado,** comerciante, casado, com sucessão.

N8) — **Kátia Maria de Andrade Casado,** casada, com sucessão.

N9) — **Ana Maria de Andrade Casado,** casada, com sucessão.

N10) — **José Marcelo de Andrade Casado,** casado.

N11) — **Ângela Maria de Andrade Casado,** solteira.

N12) — **Rosângela Maria de Andrade** Casado, solteira.

N13 — **José Casado de Lima Júnior,** solteiro.

F4) — NADIRA PONTES DE ANDRADE, casada com FAUSTO FELICIANO DOS SANTOS, já falecido, oficial reformado do Exército, filho de Francisco Feliciano dos Santos e de Rosa Feliciano dos Santos (de Bonito). Pais de:

N14) — **Fausto Feliciano Filho,** casado, com sucessão.

N15) — **Teresa Cristina de Andrade Feliciano,** casada, com sucessão.

N16) — **Franklin de Andrade Feliciano**, solteiro.

N17) — **Francisco de Andrade Feliciano**, solteiro.

N18) — **Rosa de Andrade Feliciano**, casada.

F5) — NEUSA PONTES DE ANDRADE, casada com MANRICO ZAMORANO, recifense, comerciante, filho do espanhol Lomelino Zamorano e de Olindina Tenório Zamorano. Pais de:

N19) — **Verônica Zamorano da Silva**, casada com **Sérgio Roberto da Silva**, comerciante no Recife, filho de José Pereira da Silva e de Maria dos Anjos da Silva Angico, sendo neto paterno de José Custódio da Silva e de Josefa Pereira da Silva (de Limoeiro), e, materno, de José Vicente da Silva Angico e de Ana Senhorinha da Conceição.

N20) — **Conchita Zamorano Chaves**, casada com **Cláudio Aragão Ferreira Chaves**, engenheiro-agrônomo, filho de Petrônio Augusto Ferreira Chaves e de Anatilde Aragão Chaves. com sucessão.

F6) — MARIA THEREZA DE ANDRADE GALAMBA, nascida no Recife, onde casou com o português SILVESTRE RIBEIRO GALAMBA, nascido em 31 de dezembro de 1918 e aposentado como agente de seguros. Sobre o casal e sua descendência se falará, mais adiante, em tópico especial.

F7) — MARIA DO CARMO PONTES DE ANDRADE **(Carminha)**, casada com o comerciante ADERBAL DE AMORIM VALENÇA, nascido em Panelas, filho do poeta Argemiro Camilo Valença, nascido em 1888, em Lagoa dos Gatos, e, com a graça de Deus, ainda vivo e perfeitamente lúcido em 1987, e de Anésia Gomes de Amorim Valença, falecida aos 86 anos de idade, sendo neto paterno de José Camilo Valença e de Maria da Anunciação Valença, e, materno, de Alfredo Celso de Souza Amorim e de Maria de Souza Gomes, de Lagoa dos Gatos. Pais de:

N21) — **Sérgio Ricardo de Andrade Valença,** falecido solteiro em plena mocidade.

N22) — **Sandra Valéria de Andrade Valença,** casada com **Francisco de Assis Cordeiro Barbosa,** médico em Serra Talhada, residente no Recife. Pais de — Daniela, Manuela, Mariana e Áurea Maria Valença Cordeiro Barbosa, todas ainda menores.

F8) — JOSÉ PONTES DE ANDRADE, tipo romântico, extrovertido, sonhador e viajado. Moço ainda, deixou o Recife, sua terra natal, indo residir no Rio de Janeiro, onde viveu maritalmente com ADEILDA DE OLIVEIRA ANDRADE, carioca, por cujo leito nasceram Miriam Oliveira de Andrade, Fred Oliveira de Andrade, Terezinha de Oliveira Andrade, Elizabeth de Oliveira Andrade, João Paulo de Oliveira Andrade, Cristina de Oliveira Andrade, André de Oliveira Andrade e Aristides Solano de Andrade Neto. Depois, já maduro, fixou-se no Ceará, onde casou com FLORINDA PONTES DE ANDRADE, não havendo sucessão.

221

SILVESTRE RIBEIRO GALAMBA, marido da recifense MARIA THEREZA DE ANDRADE GALAMBA **(ver tópico 220, F6),** nasceu em Urqueira, Vila Nova de Orém, Distrito de Santarém, perto de Olival, na Extremadura ao Sul de Portugal, e veio para Pernambuco, em companhia de seu pai, em fins da 3a. década do século XX, menino ainda, radicando-se no Recife e indo estudar no Colégio Salesiano. É filho legítimo dos portugueses Luiz Pereira Galamba e Clementina Cândida Ribeiro Galamba, sendo neto paterno de Joaquim de Abreu Galamba e de Maria Júlia de Abreu Galamba.

A família GALAMBA, tradicional na Extremadura, tem nome de origem lusitana, surgido de um apelido de certo chefe popular de Alentejo, o qual se tornou célebre durante as lutas político-liberalistas ocorridas em Portugal no ano de 1820, quando servia no Exército Liberal com a graduação de oficial. Em 1846, o **Capitão Galamba** comandou forças progressistas alentejanas e, terminada a insurreição, abandonou a militância político-partidária, recolhendo-se à vida privada e reaparecendo em 1853 como simples boticário na Extremadura,

onde, em 1855, foi estupidamente assassinado, em plena luz do dia, por um sapateiro ignorante, seu inimigo político, o qual já o houvera ameaçado de morte. Deixava mulher e filhos.

Popularizada na Extremadura, a família GALAMBA, na verdade, antes da adoção do singular apelido, era ABREU, PEREIRA e RIBEIRO, todas as três de muita tradição em Portugal, onde possuíam solar e brasão de armas.

De acordo com a **Nobiliarchia Portugueza,** estas são as armas dos ABREU: "Em campo vermelho, cinco cotos de Águia de ouro, direitos em aspa. **Timbre:** Um dos cotos estendido"; e "é seu solar a Torre de Abreu, junto a Valença do Minho. Têm a Casa de Regalados".

A palavra ABREU talvez se origine do germânico AUREDO (ou AURED), nome de um bispo hispânico do século VII.

Em 13 de janeiro de 1071, Vasco Nunes de Abreu doou uma herdade à rainha D. Urraca, que a transmitiu ao bispo de Tuy. Com o Conde D. Henrique de Borgonha (morto em 1114, pai do 1º rei de Portugal), D. Gonçalo Rodrigues de Abreu passou a Portugal, onde fundou solar em Montebelo. É do **Solar de Abreu** que descendem os ABREU, de Portugal, e, por extensão, do Brasil.

Armas dos PEREIRA: "Em campo vermelho, Cruz de prata, florida, azia do campo. **Timbre:** Uma Cruz vermelha florida, vazia entre dois cotos de asas de Anjos. O primeiro que usou desta Cruz foi D. Rodrigo Forjaz, o moço, por se achar na batalha das Navas de Tolosa, ano 1212"; e "foi seu solar a Quinta de Pereira, donde tomaram o apelido, junto ao Rio Ava, em terra de Vermoim".

A família PEREIRA — uma das mais populares em Portugal — procede do Conde D. Forjaz Bermudez, neto do Conde D. Mendo (irmão de Desidério, último rei dos Longobardos, da Itália) e de sua mulher d. Joana de Ramais, neta de D. Fruela I (morto em 768), rei de Astúrias. Seu descendente Gonçalo Rodrigues Frolaz passou a Portugal no tempo de D. Sancho I (morto em 1211), 2º rei de Portugal. O Conde D. Gonçalo Pereira, seu neto, foi um dos grandes senhores

portugueses. Era tão rico e tão poderoso que, um dia, fez presente de 70 cavalos a fidalgos amigos seus. Foi avô do grande condestável D. Nuno Álvares Pereira, ascendente da dinastia bragantina em Portugal e dos imperadores do Brasil.

Armas dos RIBEIRO: "Três faixas verdes postas em campo de ouro. São suas armas o escudo esquartelado, o primeiro de Aragão, o segundo de Vasconcelos; e assim os contrários. **Timbre:** Um lírio florido de ouro. Estes vêm de Martim Paes Ribeiro, filho de D. Payo Moniz Rico homem del Rey D. Sancho I"; e "foi este apelido de Ribeiro nos tempos antigos de Portugal ilustre, e teve varões famosos, e no Reinado del Rey D. Afonso IV admirou com heróicos feitos a Corte de Castela Gonçalo Rodrigues Ribeiro, sendo Rey em ela D. Afonso II".

No **Anuário Genealógico Brasileiro**, Salvador de Moya informa que a família RIBEIRO descende de D. Ramiro III, morto em 984, rei de Leão. Gonçalo Rodrigues Ribeiro, português, distinguiu-se por feitos heróicos, na Corte de Castela, no tempo de D. Afonso, morto em 1350. E acrescenta que o "**Anuário** trata esta família de "**fidalgos e de alto sangue**" e a deduz do Conde D. Osório, natural de Cabreira, progenitor dos Vasconcelos".

MARIA THEREZA, mulher de SILVESTRE RIBEIRO GALAMBA, vem dos RIBEIRO DE ANDRADE, do Altinho, e dos PONTES, também do Altinho e de São Caetano da Raposa. Pelo RIBEIRO é prima do marido, evidentemente, pois tem as mesmas origens européias aqui já assinaladas.

Armas dos ANDRADE: "Em campo verde, uma banda vermelha acoticada de ouro, com duas cabeças de serpes. **Timbre:** Dois pescoços de serpes de ouro, com duas cabeças postas em fugida, armadas de vermelho, retorcidos, batalhantes. Alguns põem por orla em campo de prata "Ave Maria" de letras negras, em memória do feito que obraram certos cavaleiros desta família, tomando aos Mouros um estandarte, que ganharam aos Templários, no qual havia a "Ave Maria". Os que procedem de Fernando Álvares de Andrade trazem por armas, em campo de ouro, banda vermelha, que sai das bocas de duas Serpes de prata, picadas de verde, entre duas caldeiras escaquetadas de prata e vermelho, com cintas e asas de ouro, e em cada remate das asas uma cabeça de Serpe".

A família ANDRADE tirou o nome de seu solar em Andrade, na Galiza, Espanha. Seus membros procedem de um dos cinco cavaleiros que se salvaram de um naufrágio, indo da Itália para a Espanha, com o Conde D. Mendo, a combater os Mouros. O Conde D. Mendo, de Rausona, irmão de Desidério, último rei dos Longobardos (da Itália), era de estirpe goda, ainda que procedente de Roma. Na Espanha, casou-se com d. Joana Romaes, neta de D. Fruela I, morto em 768, rei de Astúrias. Dos cinco cavaleiros que com ele se salvaram do naufrágio descendem as famílias ANDRADE, AMBIA, BELTRÃO, MARINHO e TROSANTO. Nuno Pereira de Andrade, mestre da Ordem de Cristo, passou a Portugal, no reinado de D. Pedro I, morto em 1369, rei de Castela.

Armas dos PONTES: "Em campo vermelho uma ponte de prata de cinco arcos e sobre ela uma cabeça de Serpe de ouro e um Rio por baixo de sua cor. **Timbre:** A cabeça. Os de Veneza têm por Armas uma ponte de um só arco com suas guardas".

Em Portugal a família é PONTE (no singular) e tem origem espanhola, com o solar na Vila de Valmaceda, no Vale de Salcedo. Procede de Sancho Peres, que defendeu a ponte do rio Orbito, pela qual pretendia passar um famoso capitão mouro, a quem cortou a cabeça. O brasão de armas é alusivo ao feito. Passou ao Minho, em Portugal, Pedro da Ponte, filho de Diogo Anes da Ponte, no tempo de D. Fernando I, morto em 1383, rei de Portugal, e seus netos viveram em Évora.

222

SILVESTRE RIBEIRO GALAMBA e MARIA THEREZA DE ANDRADE GALAMBA são pais de:

F1) — ANA LÚCIA GALAMBA DOS ANJOS, famosa arquiteta na capital pernambucana, formada pela Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal de Pernambuco, onde fez curso brilhante. Casada com JOSÉ EDUARDO MAGALHÃES RODRIGUES DOS ANJOS, economista, funcionário do INCRA e, depois, do CONDEPE e do PRO-RURAL, filho de Vinitius

Tavares Rodrigues dos Anjos, químico-industrial, aposentado pelo IAA, e de Eliete Magalhães Rodrigues dos Anjos, sendo neto paterno de José Rodrigues dos Anjos e de Margarida Tavares Rodrigues dos Anjos, e, materno, de Eduardo Magalhães e de Josefina Magalhães. Pais de:

N1) — **Guilherme Galamba Rodrigues dos Anjos,** falecido ainda criança.

N2) — **Henrique Galamba Rodrigues dos Anjos,** solteiro, estudante.

N3) — **Eduardo Galamba Rodrigues dos Anjos,** solteiro, estudante.

N4) — **André Galamba Rodrigues dos Anjos,** solteiro, estudante.

F2) — LUIZ ANTÔNIO DE ANDRADE GALAMBA, o famoso Dr. LUIZ GALAMBA, radiologista formado pela Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, um dos chefes da **Unidade Radiológica do Recife** (situada na Rua Gervásio Pires), alto funcionário do INAMPS (com exercício no Hospital Agamenon Magalhães), recifense de nascimento, casado com VERA LÚCIA BARBALHO DE SIQUEIRA CAVALCANTI (nome de solteira), ou VERA LÚCIA DE SIQUEIRA GALAMBA (nome de casada), ou ainda VERA GALAMBA (nome de profissão), endocrinologista formada pela Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (da qual, atualmente, e assistente-responsável pela Cadeira de Endocrinologia, no 5º ano, com curso de pós-graduação no IEDE, Rio de Janeiro, filha legítima de Nelson Barbalho de Siqueira (autor deste livro) e de Geni de Siqueira, sendo neta paterna de João Barbalho de Siqueira Cavalcanti de Albuquerque e de Antonieta Bernardino de Siqueira, e, materna, de Manuel Anselmo de Oliveira Pinto, tte-cel. da Guarda Nacional, e de Theodora Avelina Rodrigues de Oliveira. Pais de:

N5) — **Luiz Felipe de Siqueira Galamba,** pernambucano do Recife, nascido em 20 de outubro de 1977, estudante, extrovertido, irônico, sadio, com a graça de Deus.

N6) — **Renato de Siqueira Galamba,** o divertido **Nato,** também nascido no Recife, aos 24 de

janeiro de 1981, estudante, metido a mandão e afobado, sadio e inteligente, graças a Deus.

F3) — BARTOLOMEU DE ANDRADE GALAMBA, recifense, engenheiro, jovem capitão de indústria, tipo muito prático e inteligente, casado com a psicóloga MARIA NEIDE MOURA GALAMBA, filha legítima dos paraibanos Manuel Antônio de Moura e Júlia Afonso de Moura. Pais de:

N7) — **Silvestre Ribeiro Galamba Neto (Titéu),** solteiro, estudante.

N8) — **Maria Júlia de Moura Galamba,** menor.

N9) — **Maria Priscila de Moura Galamba,** menor.

F4) — SILVESTRE RIBEIRO GALAMBA JÚNIOR, estudante de Engenharia, agente de seguros no Recife, casado com a sertaneja DIANA GOMES DE LUCENA GALAMBA, psicóloga, filha legítima do cearense Pedro Gomes de Lucena **(Peixe Gomes),** já falecido, fazendeiro e revendedor de automóveis em Serra Talhada-PE, e de Leonor Gomes de Lucena, e, materna, de Antônio Madeiro Moura e de Angelina de Lucena Madeiro. Pais de:

N10) — **Melina de Lucena Galamba,** menor.

223

FRANCELINO GUILHERME DE AZEVEDO (1838-1927), mais conhecido pela alcunha de **Major França,** homem de espantosa prolificidade, foi campeão de filhos na Vila de Puipapa, onde era chefe político. Ao que se diz, gerou mais de meia centena de filhos em mulheres diversas, 36 dos quais foram legítimos, tendo casado em 1as., 2as. e 3as. núpcias, segundo já se registrou neste livro **(ver tópico 214, F5).** Seu terceiro casamento ocorreu quando já era sexagenário, em fins do século XIX, porém, mesmo assim, o "Adão de Quipapá" ainda fez treze filhos na esposa — a caruaruense MARIA SOARES MOREIRA DE AZEVEDO, sendo identificados apenas estes dois:

F1) — SIZENANDO GUILHERME DE AZEVEDO, o velho **Siza,** quipapaense de 16 de julho de 1901, falecido em Caruaru aos 84 anos de idade. Na mocidade, até 1921, trabalhou como empregado do comércio em Quipapá, Lagoa dos Gatos e Bebedouro, quando se passou para Caruaru, aí se radicando pelo resto da vida. Em 1932 ingressou na **Academia de Comércio de Caruaru,** pela qual se formou em Contabilidade, daí passando a exercer a função de contabilista em várias empresas locais, inclusive o **Curtume São João,** de Souza & Irmãos. Depois, montou escritório contábil, mantido até bem perto de morrer. Em 22.12.1934, por influência do industrial Pedro Joaquim de Souza, foi nomeado prefeito municipal de Caruaru, mantendo-se no cargo até junho de 1935, para candidatar-ao posto como prefeito constitucional, porém perdendo a eleição para o Dr. Celso Galvão. Daí por diante, jamais abandonaria a militância política. Entre 1951 e 1955 foi Secretário e, depois, Diretor de Finanças da Prefeitura Municipal de Caruaru (governo de Abel Menezes). Escolhido como "prefeito do acordo", por imposição do general Cordeiro de Farias, governador do Estado, ganhou a eleição e governou Caruaru entre 16.11.1955 e 16.11.1959, quando se tornou o **Prefeito do Centenário.** Realizou apenas uma pálida administração. Foi vereador, com assento na Câmara Municipal de Caruaru, entre 16.11.1959 e 16.11.1963; e Secretário da Fazenda da PMC entre 11-1963 e 1-1967 (governo de Drayton Nejaim). Foi chefe de expediente da Câmara Municipal de Caruaru. Por lei municipal oriunda de projeto do vereador Aristides Veras de Souza, tornou-se **Cidadão de Caruaru.** Casou, em 1as. núpcias, com a prima ALBERTINA ASSUNÇÃO DE AZEVEDO, filhá de Manuel d'Assunção Azevedo e Silva e de Ignez Salvador de Azevedo **(ver tópico 215),** com sucessão aqui já relacionada; e, em 2as. núpcias, com MARIETA CARDOSO LIRA, filha de Manuel Izídio Pais de Lira, oficial do Registro Civil de Caruaru, e de Maria Cardoso Lira, sendo neta paterna de João Izídio Pais de Lira e de Tereza Pais de Lira, e, materna, de Antônio de Vasconcelos Cardoso e de Antônia Vasconcelos Cardoso, sem sucessão.

F2) — ALICE GUILHERME DE AZEVEDO, casada com JOÃO PEDRO DE ASSUNÇÃO, agricultor-proprietário em Lagoa dos Gatos, filho de Pedro Manuel de Assunção e de Teresa Firmina de Assunção, sendo neto paterno de Manuel de Assunção Oliveira e de Maria Virgolina Soares, e, materno, de Pedro Soares de Souza e de Teresa Maria de Jesus. Pais de:

N1) — BIVAR GUILHERME DE ASSUNÇÃO, sem maiores informações.

N2) — SIZENANDO GUILHERME DE ASSUNÇÃO, sem maiores informações.

224

A ligação dos AZEVEDO LIRA, RIBEIRO DE ANDRADE e PONTES, do Altinho, com os GOMES DOS SANTOS, de São Caetano da Raposa, fez-se através de casamentos diversos, um dos quais foi o de MARIA ADELAIDE PONTES **(Mocinha)**, filha legítima do capitão José Francisco Pontes de Azevedo (1855-1916) e de Ignez Leopoldina de Azevedo Lira, com o capitão CAETANO GOMES DOS SANTOS (1864-1939), **Sinhô Gomes**, político que acompanhava o **rosismo**, no âmbito estadual, e o **portismo**, no Município de Caruaru, de cuja **PMC** foi subprefeito. Abastado criador de gado em São Caetano, sua terra natal, era filho de Manuel Gomes dos Santos (1824-1915) e de Joana Gomes dos Santos. Quando casou com MARIA ADELAIDE PONTES, o capitão CAETANO GOMES DOS SANTOS já era viúvo de ÚRSULA DE OLIVEIRA GOMES, por cujo leito houvera muitos filhos, inclusive o comerciante/político Alfredo de Oliveira Gomes, casado com Helena Martins de Araújo, filha do major José Martins de Araújo, que foi prefeito municipal de Caruaru. Um dos filhos do casal Alfredo de Oliveira Gomes-Helena Martins de Araújo é Hugo Martins Gomes **(Guri)**, político esquerdista, deputado estadual em duas legislaturas, casado, com sucessão.

Capitão JOSÉ FRANCISCO PONTES DE AZEVEDO fora político de muita influência em São Caetano da Raposa, militando nas hostes do Partido Liberal, nos tempos do Império, e, depois do advento da República, passando-se para o Partido Republicano Conservador. Exerceu o cargo de coletor federal no ALTINHO e, depois, em Caruaru, quando, em 1913, perdeu o lugar para o político João Francisco Paes de Lira **(Capitão João Velho)**, sendo nomeado na mesma ocasião, no entanto, coletor estadual em Caruaru, na vaga deixada por um conterrâneo seu — capitão Ananias Pinheiro de Menezes, que naquele ano caía em ostracismo político.

MANUEL GOMES DOS SANTOS (1824-1915), **Neco Gomes**, capitão da Guarda Nacional, chefe de família exemplar, político **rosista**, homem de muita austeridade, agricultor-pro-

prietário e criador de gado em São Caetano da Raposa, e JOANA GOMES DOS SANTOS, sua prima, eram pais de:

F1) — JOSÉ GOMES DOS SANTOS, agricultor-proprietário em São Caetano, casado com HONORATA GOMES DOS SANTOS. Pais de — Manuel Gomes dos Santos Neto; João Gomes dos Santos, casado, com sucessão; Victor Gomes dos Santos, casado, pai de José Câmara dos Santos (sobrinho do monsenhor Alfredo de Arruda Câmara); Possidônio Gomes dos Santos, casado, pai de Diomedes Gomes dos Santos; Maria Gomes Torres **(Liquinha)**, casada com José Gomes Torres, por cujo leito, entre outros filhos, nasceu Nestor Gomes Torres, que foi prefeito municipal de São Caetano; Filomena Gomes Torres, casada com Francisco de Torres, com sucessão; Felismina Gomes dos Santos; Ana Augusta Gomes dos Santos; Leonila Gomes dos Santos; e Santa Gomes, casada com Napoleão Santa Cruz, de cujo casal é neto o deputado federal Sérgio Murilo Santa Cruz.

F2) — ANTÔNIO GOMES DOS SANTOS, agricultor e criador de gado em São Caetano, casado com MARIA RUFINA GOMES DOS SANTOS, sua prima, pais de — Manuel Gomes Neto, casado com Jovelina Gomes de Carvalho, com sucessão; José Gomes Sobrinho, casado com Francisca Gomes Torres, com sucessão; e Maria Gomes Torres, casada com Francisco Torres, com sucessão.

F3) — FRANCISCO GOMES DOS SANTOS, agricultor-proprietário e criador de gado em São Caetano, casado com a sobrinha IGNEZ GOMES DOS SANTOS, filha do agricultor-proprietário Antônio Rodrigues da Cunha (primo dos RODRIGUES VALENÇA, de São Bento) e de Ana Gomes dos Santos **(Mãeninha)**. Pais de — Filonila Gomes Damasceno (1882-1971, casada com o viúvo Manuel Damasceno de Azevedo, cuja primeira esposa fora Hermínia Damasceno de Azevedo (pais de Antônio, Pedro, José e João Damasceno de Azevedo). Filhos de Filonila e Manuel Damasceno: Cônego Adalberto Gomes Damasceno, já falecido, construtor da igreja-matriz de N. S. do Rosário, de Caruaru; Margarida Damasceno Gomes, funcionária do INPS, já aposentada, casada com Leduar Gouveia Gomes, funcionário do IAPAS, agência de Caruaru, com sucessão; Geraldo Gomes Damasceno, bancário, casado com Maria José Torres Damasceno, com sucessão; Manuel Gomes Damasceno, casado com Raimunda de Andrade Damasceno,

com sucessão; e Maria Alice Damasceno Alves, casada, em 1as. núpcias, com Rodolfo Gomes Torres, sem sucessão, e, em 2as. núpcias, com o farmacêutico José Alves da Silva (1900-1971), **Juca da Farmácia,** dos ALVES DA SILVA, do Altinho, com sucessão.

F4) — JOAQUIM GOMES DOS SANTOS, agricultor-proprietário e criador de gado em São Caetano da Raposa, casado com ANA RUFINA DOS SANTOS, sua prima, com sucessão.

F5) — CAETANO GOMES DOS SANTOS (1864-1939), **Sinhô Gomes,** caruaruense do Distrito de São Caetano da Raposa, o grande chefe político da família, adversário sistemático do Cel. João Guilherme de Pontes, seu contra-parente, tte-cel. da Guarda Nacional, 1º prefeito constitucional, em 1928, de São Caetano, abastado agricultor-proprietário e criador de gado, casado, em 1as. núpcias, com URSULA DE OLIVEIRA GOMES, com sucessão, e, em 2as. núpcias, com MARIA ADELAIDE PONTES **(Mocinha),** por cujo leito houve muitos filhos, inclusive Waldemar Gomes de Pontes, casado com Alice Brito Gomes, com sucessão, e Maria de Lourdes Gomes Coimbra, casada com o sancaetanense Luiz Coimbra Cordeiro Campos, com sucessão. Entre os filhos do 1º leito, **Sinhô Gomes** foi pai de Josué de Oliveira Gomes, casado com Maria da Conceição Alves da Silva Gomes, dos ALVES DA SILVA, do Altinho, por cujo leito houve 18 filhos; e de Joana de Oliveira Gomes, casada com Antônio Lumachi do Monte, com sucessão.

F6) — PEDRO GOMES DOS SANTOS, agricultor-proprietário em São Caetano da Raposa, casado com FIRMINA GOMES DOS SANTOS, sua prima, com sucessão.

F7) — ODILON GOMES DOS SANTOS, solteiro, agricultor e criador de gado em São Caetano, onde foi assassinado, aos 19 anos de idade, a mando de um padre, coadjutor da paróquia local.

F8) — JOÃO FERREIRA DE MELO LIRA, o valentão/desordeiro da família, major da Guarda Nacional, político e violento, falecido de **bexiga-lixa** (Varíola sanguínea) em 1911.

F9) — ANTÔNIA GOMES DA SILVA, casada com o agricultor-proprietário PEDRO DA SILVA, com sucessão.

F10) — ANA GOMES DOS SANTOS (**Mãeninha**), casada com o agricultor-proprietário ANTÔNIO RODRIGUES DA CUNHA, de Lagoa dos Gatos, com sucessão.

F11) — MARIA NAZARÉ GOMES SANTINO, casada com JOÃO SANTINO, com sucessão.

F12) — JOANA GOMES DOS SANTOS LEAL, casada com JOSÉ LEAL, com sucessão.

F13) — FILOMENA GOMES DOS SANTOS, falecida solteira.

225

Aqui se retoma, novamente, o fio da meada da história do ALTINHO, interrompido no tópico 208, e volta-se ao ano de 1825.

Da povoação do CARURU, onde fizera correição e mandara prender e ser conduzida para julgamento pela Comissão Militar em ação no Recife muita gente envolvida nos sucessos da **Confederação do Equador**, passava-se para CIMBRES e anunciava a ida, depois, para GARANHUNS, o dr. Francisco José de Farias Barbosa, ouvidor da Comarca do Recife. O fato vinha provocando intranqüilidade e até mesmo pânico entre pessoas diversas, viventes no Agreste, as quais haviam militado ou simplesmente simpatizado com a causa **confederada** e agora se viam sujeitas às perseguições e aos castigos impostos pelo governo imperial. Para tentar livrar-se de tão incômoda situação, muita gente, pondo as barbas de molho, ia de logo cuidando de conseguir "justificação" firmada pela autoridade competente, com cujo documento na mão iria provar sua inocência junto ao doutor-ouvidor, que ali não se achava para brincar em serviço.

Pelos antigos cartórios de Santo Antão, Cimbres, Limoeiro, Garanhuns etc. há centenas de tais "justificações" em seus arquivos, todas mais ou menos iguais em seu teor, mudando apenas os nomes de seus figurantes. Um de tais documentos, arquivado em cartório de Garanhuns e pesquisado pela historiadora Ivete de Morais Cintra, tem o título de **Justificação do Padre Antônio Alves Couto** e serve de modelo da farsa que se ia espalhando pelos juizados agrestino-sertane-

jos e procurando inocentar "justificantes" notoriamente envolvidos na questão **confederada** em Pernambuco.

O padre ANTÔNIO ALVES COUTO, radicado na povoação do ALTINHO, de cuja capela era o cura, aderira à **Confederação do Equador** enquanto esta lhe parecera firme e eterna no poder. Vindo a sua degringolada, o reverendo-capelão, pernas pra que te quero, mandava seu "patriotismo" às favas e corria para a vila de Garanhuns, onde arranjava testemunhas "idôneas" de sua total omissão durante a vigência do governo **confederado** e cuidava de munir-se de uma "justificação" firmada pelo juiz ordinário Antônio Teixeira de Macedo e confirmadora de sua inocência na rumorosa questão que vinha dando cadeia e até morte, como acontecera a Frei Caneca, por exemplo. Assim, ia ao escrivão Soares e dava começo ao processado respectivo, cujo manuscrito original se inicia com esta redação:

"Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e cinco aos dezoito dias do mês de janeiro do dito ano, nesta Vila de Santo Antônio de Garanhuns, no meu cartório por parte do Padre Antônio Alves Couto foi apresentada uma sua Petição com o despacho nela posto pelo Juiz Ordinário Antônio Teixeira de Macedo para efeito de justificar os Itens da mesma Petição, a qual em virtude do mesmo despacho e por me ser distribuída a tomei e autuei que tudo é o que ao diante se segue, eu **(ilegível)** Soares, Escrivão, o escrevi.

"Diz o Pe. Antônio Alves Couto, deste Termo, que faz a bem do seu direito e justiça os seguintes Itens:

"1º Item — Que o suplicante achando-se na Povoação do Altinho, no princípio do mês de agosto do ano passado, retirou-se da dita Povoação para esta Vila de Garanhuns, pelos ataques, roubos e assassínios que praticavam as tropas que comandava Antônio José de Siqueira, nos Mentirosos, pelo que se acha, pelo mesmo Siqueira criminoso, perseguido.

"2º Item — Que nesta Vila se achava no Acampamento comandado pelo ex-Comandante José de Albuquerque, e o Suplicante nela

se conservou sem influência no dito acampamento, até que apareceu o Ten. Coronel Pedro da Silva Pedroso, na Povoação do Bonito, para onde se passou imediatamente e ali ficou no serviço com as tropas imperiais.

"3º Item — Que o Suplicante em todo o tempo que durou a rebelião carvalhina não prestou serviços aos rebeldes anarquistas e nem em tempo algum obrou ou falou de modo que desabonasse a S.M.I. e C.

"Para V. S. Sr. Juiz Ordinário se digne admitir e justificar o Suplicante o deduzido e aprovado quanto baste seja julgado pela Sentença (ilegível) do seu instrumento pelas vias que puder. E. R. Mercê. — **Padre Antônio Alves Couto.**"

Depunham em favor do capelão do ALTINHO, no processo, as seguintes testemunhas, todas ouvidas em Garanhuns, aos 18 de janeiro de 1825, e algumas das quais viventes no Sertão do Ararobá:

João Leite Torres Galindo, "branco, solteiro, morador no Sanharó, do Termo da Vila de Cimbres, idade de vinte e sete anos, vive de agricultura".

Alexandre José Soares, "branco, casado, morador no Sanharó, do Termo da Vila de Cimbres, idade de vinte e quatro anos, vive de agricultura".

Francisco Leite Torres Galindo, "branco, casado, morador no lugar do Sanharó, Termo da Vila de Cimbres, idade de trinta e cinco anos, vive de agricultura".

Antônio Cavalcanti de Albuquerque e Melo, "branco, casado, morador no Buíque, Termo da Vila de Cimbres, idade de quarenta e seis anos, vive de agricultura".

Francisco Teixeira de Macedo, "branco, solteiro, morador no Sítio Brejinho, deste Termo **(de Garanhuns),** idade de vinte e cinco anos, vive de agricultura".

Joaquim Antônio da Costa, "branco, viúvo, morador no Sítio do Araçá, deste Termo, idade de sessenta anos, vive de agricultura".

José Antônio Teixeira, "branco, casado, morador no Sítio da Gameleira, deste Termo, idade de setenta e um anos, vive de agricultura".

Domingos Antônio da Silva, "branco, casado, morador no Lugar da Mochila, deste Termo, idade de trinta e cinco anos, vive de agricultura".

João Ferreira Chaves, "branco, casado, morador nesta Vila **(de Garanhuns)**, vive de negócio".

Atanázio Gomes da Silva, "pardo, casado, morador nesta Vila, idade de trinta anos, vive de agricultura".

Todas as testemunhas, jurando pelos "Santos Evangelhos", confirmaram tudo quanto o padre ANTÔNIO ALVES DO COUTO alegara nos três itens de sua petição.

O juiz ordinário, no dia seguinte, julgando satisfatórios os depoimentos das testemunhas arroladas no processo, justificava os itens citados no requerimento do pe. Couto, livrando-o assim de cair nas malhas da justiça imperial através da Comissão Militar em ação no Recife.

226

A última carta de sesmaria concedida em Pernambuco é assinada pelo governador Lima e Silva e diz respeito ao suíço JOÃO HENRIQUE SIEGERT, que, segundo o **Livro nº 3 das Sesmarias,** desde 1818 vivia agricultando no Agreste Meridional, onde, em 20 de setembro de 1821, comprara fazenda e escravos a ALEXANDRE DE SOUZA MALHEIROS, chefe de Divisão da Armada Real Nacional. As terras adquiridas, contudo, para a posse legal, precisavam de demarcação e confirmação oficial da primitiva sesmaria, o que fora requerido, desde 1823, pelo gringo Siegert. Mas surgiram as escaramuças políticas e as agitações de 1824, paralisando quase todo o expediente normal do governo provincial, de modo que somente agora, 12 de abril de 1825, o respectivo processo chegava ao fim, quando já não mais se concediam sesmarias no Brasil. Mesmo assim, Lima e Silva, tendo em vista se tratar de velho requerimento paralisado por motivos superiores e não querendo prejudicar a parte interessada, passava por cima da lei e assinava a respectiva carta sesmarial, doando

àquele europeu uma légua de terra em quadro, na margem direita do rio Una, "partindo da barra do Prata com terras de José Alexandre, e seguindo da parte do sul pelo rio de Una acima até onde se preencher a dita légua de fundo e de frente", cujas terras confinavam com a barra do "riacho denominado dos Mentirosos, donde tomarão o rumo deste até a barra da Chata".

É esta a única notícia que se tem da fazenda do suíço JOÃO HENRIQUE SIEGERT nos campos do ALTINHO.

227

Em 23 de maio de 1825 o mineiro José Carlos Mairynk da Silva Ferrão assumia o governo de Pernambuco e, entre os seus primeiros atos públicos, havia um referente ao velho agricultor JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA VIEIRA, proprietário da **Fazenda Primavera**, na freguesia de São José dos Bezerros, e de um sítio-de-cultura na povoação de Maraial. O presidente da Província oferecia-lhe incentivos a fim de que, em suas terras, cultivasse o café em larga escala e procurasse difundir sua cultura também nas propriedades de seus amigos, o que, efetivamente, acontecia ainda em 1825, quando SILVA VIEIRA fazia distribuir grande quantidade de mudas da rubiácea não apenas nos campos bezerrenses, mas, também, no ALTINHO, Bonito, Caruaru e Garanhuns, onde, daí por diante, teriam enorme destaque agrícola as fazendas-de-café.

228

Pereira da Costa **(Anais, IX, 384)** informa que, em 1830, foi criado um distrito de paz na povoação de BEBEDOURO (atual Agrestina), advinda do **Sítio Bebedor das Queimadas**, tantas vezes citado neste livro. Naquele ano, o ALTINHO também já constituía um distrito de paz, tendo por juiz o fazendeiro/negociante PEDRO ANTÔNIO DE SOBRAL, de tradicional família local. Ambos os lugares faziam parte integrante do Município de GARANHUNS, em cuja Câmara de Vereadores, nos livros respectivos, deve existir documentação hábil acerca dos distritos de paz altinense e bebedourense.

O mesmo Pereira da Costa, equivocado, diz ter encontrado notícia de que a povoação de BEBEDOURO fora "fundada por João Guilherme Pontes, em época porém desconhe-

cida". O equívoco é flagrante, pois João Guilherme de Pontes só nasceria no ano de 1864, não podendo assim ter sido o fundador de um povoado já existente no século XVIII. Infelizmente, o grande autor dos **Anais Pernambucanos** não indica o nome do primeiro juiz de paz do BEBEDOURO, cuja nomeação também deve constar dos registros lançados nos livros da Câmara Municipal de Garanhuns.

229

Em começos de 1832 era instalada oficialmente a agência do correio em Garanhuns, cujo primeiro agente, QUINTILIANO FERREIRA DA CUNHA, em cumprimento a instruções recebidas da capital, mandava o almocreve itinerante apanhar e deixar sacos de correspondência nas povoações de seu caminho para o Recife, tais como JUPI, ALTINHO, CARUARU, BEZERROS e GRAVATÁ.

Com esse serviço postal a movimentar-se regularmente duas vezes por semana, para lá e para cá, interligando o Recife àquelas povoações agrestinas, o ALTINHO beneficiava-se bastante e muitos de seus moradores passavam a ler jornais recifenses com assiduidade. O progresso era visível a olho nu e mais rápido não se tornou porque, logo na segunda quinzena do mês, começavam a surgir os primeiros sinais concretos de gravíssimas anormalidades a suleste da região agrestina, com ramificações nas matas de Jacuípe e demais terras fronteiriças já pertencentes à Província das Alagoas. Era o início da **guerra dos cabanos,** que tanto atraso e tantos prejuízos haveria de causar à sociedade altinense em geral. O movimento tinha cunho **regressista** — lutando pelo regresso de Pedro I ao trono brasileiro e pela volta do colonialismo ao Brasil — e, no Agreste, vinha sendo apoiado abertamente pelo capitão-mor de Santo Antão, DOMINGOS LOURENÇO TORRES GALINDO, que contava com muitos aliados no ALTINHO e no BEBEDOURO.

Para chefiar os **cabanos** ou **papaméis,** os **regressistas** escolhiam um indivíduo aventureiro e inconseqüente, conhecido pelo nome de VICENTE DE PAULA e, filho do vigário Tavares, nascido em Goiana, no ano de 1791.

Vicente de Paula, agindo sob o patrocínio e a orientação de capitalistas lusos dos mais retrógrados da praça do

Recife, conseguia reunir em torno de si mais de três mil homens fortemente armados e municiados, espalhando o terror e a morte de Garanhuns a Canhotinho, do Altinho à Barra da Jangada, do Bebedouro a Panelas de Miranda, de Quipapá a Pimenteiras, de São Benedito a Palmares, de Catende a Capoeiras, de Jacuípe a Feijão Bravo e Serrote Liso; e resistindo, com êxito, aos esforços governamentais no sentido de conter-lhe a fúria ameaçadora.

230

Na segunda semana de julho, aparecia em Panelas de Miranda um tal de TIMÓTEO, a chefiar numeroso bando de homens armados, assaltando sítios e fazendas, assassinando patriotas pernambucanos, causando tamanho espanto entre o povo ordeiro da localidade que este, aterrorizado, em grossa maioria abandonava suas plantações e seu criatório, fugindo às carreiras para a povoação de São Bento, onde ainda reinavam um pouco de paz e alguma tranqüilidade.

Ciente da revolução eclodida no Agreste Meridional, o presidente Francisco de Carvalho, aos 13 de julho de 1832, escrevia ao juiz de paz do ALTINHO, participando-lhe ter mandado "colocar nesse lugar um destacamento de 20 homens comandados por um oficial hábil e prudente" — o alferes JOÃO CRISÓSTOMO FERREIRA DOS SANTOS, o qual se deslocava para a povoação altinense com o fim exclusivo de "perseguir e prender o facinoroso Manuel Timóteo e seus consócios em roubos e assassínios, contra os quais procederá em conformidade das Leis".

Na verdade, muito mal informado andava o Cel. Francisco de Carvalho acerca de "Manuel Timóteo e seus consócios", aos quais imputava a simples pecha de ladrões e criminosos de morte, ou de meros salteadores de fazendas agrestinas, quando, na realidade, os acontecimentos já evidenciados e a evidenciarem-se mostrariam ser bem outra a origem daqueles "roubos e assassínios": Por trás de Manuel Timóteo de Andrade camuflavam-se os verdadeiros inimigos do Brasil, estava o grosso do comércio português no Recife e em quase todas as localidades do Agreste, escondiam-se os Torres Galindo, os Aranha da Fonseca e outros líderes **regressistas** combatidos poucos meses antes tanto na capital quanto no interior da Província, estavam os **caiados**, os **calhambolas**,

os **corcundas**, os **colunistas**, os **caramurus** e todos os demais "brasileiros", inocentes úteis ou oportunistas sem pátria, a serviço de potências comerciais estrangeiras que, em três séculos de domínio absoluto, haviam deixado a pobre terra dos papagaios e do pau-brasil reduzida **à petição de miséria**, como diz o matuto agrestino-sertanejo quando depara com um flagelado ou com qualquer coisa praticamente arrasada.

Os indícios o demonstravam claramente desde o começo da **abrilada** no Recife e do levante do capitão-mor Torres Galindo no Agreste: Ataques sucessivos apenas aos sítios e fazendas pertencentes a partidários do Governo; articulações dos sediciosos com o bando do cel. João Batista de Araújo, da Barra Grande; contrabando intenso de armas e munições do comércio do BONITO para as matas de Jacuípe; pequenos surtos de revolta, atribuídos ora a Manuel Timóteo, ora a Antônio Timóteo, e simultaneamente irrompidos em UNA, em ÁGUA PRETA, no ALTINHO, em GARANHUNS. Tudo indicava não se tratar apenas de simples "roubos e assassínios" tão comuns no interior da Província e geralmente debelados com forças locais, mas o presidente Francisco de Carvalho não queria enxergar longe, preferindo desgastar-se em coisinhas miúdas, como, por exemplo, a criação de Guardas Nacionais na povoação do GRAVATÁ, quando decidia entregar o seu comando ao alferes JOAQUIM PINTO DE MELO. Outro assunto a tomar-lhe muito tempo dizia respeito à prisão do padre AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS (o qual, nascido em Palmeira dos Índios mas vivente em Garanhuns, de cuja paróquia era vigário), suspeito de articular-se com os **regressistas** de sua terra natal, porém defendido pelos políticos mais influentes da sociedade garanhuense, temerosos das iras do clero em geral.

231

Logo na primeira semana de agosto, o juiz de paz de ÁGUA PRETA denunciava que TIMÓTEO, por aquelas terras, andava "com uma quadrilha de salteadores e assassinos, cometendo toda sorte de crimes", e pedia ao governo, com urgência, a remessa de forças "para a apreensão daqueles malvados". Em seguida, o juiz de paz de PANELAS DE MIRANDA fazia denúncia mais veemente, bradando por socorro. E, por sua vez, o velho Sobral, juiz de paz do ALTINHO, comunicava que a situação ali era das mais graves, sendo enorme o nú-

mero de assaltos, roubos e assassinatos cometidos nos sítios e fazendas altinenses. Vítimas invariáveis de tudo isso; Gente partidária do governo.

A situação do povo altinense era tão dramática que a Câmara Municipal de GARANHUNS chegava a requisitar auxílio bélico ao presidente das Alagoas, Manuel Lobo de Miranda Henriques, enquanto, na sede da vila, organizavam-se forças sob o comando do cel. LOURENÇO BEZERRA CAVALCANTI, **o das Panelas,** as quais marcharam em socorro do distrito do ALTINHO, no interior de seu Município. Segundo Manuel Correia de Andrade **(A Guerra dos Cabanos, 49),** "os rebeldes, que somavam mais de mil homens, haviam derrotado o Tenente Santos em Joaz e, a 30 de julho, proclamaram em Passo o governo do Primeiro Imperador. Reunindo mais de mil homens vindos de Alagoas e de Cimbres, aos do Termo de Garanhuns, anunciou Lourenço Bezerra Cavalcanti um novo ataque a Panelas para o dia 15 de agosto".

Com o Agreste Meridional envolvido em plena guerra civil, as populações trabalhadoras dos campos altinenses fugiam espavoridas, geralmente para os lados de GARANHUNS, onde esperavam encontrar paz e abrigo. Lá, contudo, também havia **regressistas** e, com estes em ação, reinava o terror em suas terras agricultáveis.

232

Francisco de Carvalho Pais de Andrade, presidente da Província, enfim, tirando a venda dos olhos e compreendendo a gravidade da situação, parecia enxergar o abismo em que estava prestes a despenhar-se Pernambuco, de cuja segurança vinha tratando com real eficiência apenas a parte da capital, como se o interior fosse independente de seu governo. Este, aliás, um dos maiores e mais sérios males de todos os governantes encastelados no palácio: Muita atenção aos problemas de suas proximidades, muito apego aos problemas e ao conforto deles próprios e quase nenhuma verdadeira preocupação pela vivência dos desgraçados homens do mato, uma quase total indiferença pelo bem-estar dos matutos pernambucanos em geral.

Enfim, estabelecia-se um piquete em BEZERROS, renovado de 10 em 10 dias, vencendo cada soldado o soldo da tabela — "que são duzentos réis e nada mais".

Apesar das providências tomadas pelo governo, a guerra na ribeira do Una, ao invés de regridir em sua intensidade, avolumava-se ainda mais, levando o presidente da Província a oficiar ao Comandante das Armas nos seguintes termos:

"Tendo sido nomeado pelo Conselho deste Governo o Comandante Geral das Guardas Municipais Permanentes, José Francisco Vaz de Pinho e Carapeba, para marchar a Panelas de Miranda com uma força de 100 homens do mesmo Corpo, a fim de destruir os perturbadores que ali existem, o comunico a V. Sa. para sua inteligência e para que os oficiais por V. Sa. nomeados para o mesmo fim cooperem todos de comum acordo com o referido Comandante, a quem V. Sa. fornecerá até 3 cornetas".

E ao presidente do Ceará, negando-lhe novo pedido de remessa de tropas pernambucanas para o combate contra o agitador **regressista** PINTO MADEIRA, o cel. Francisco de Carvalho justificava-se dizendo que — "cumpre-me participar a V. Exc. que no lugar de Panelas de Miranda, Distrito da Vila de Garanhuns, desta Província, apareceu presentemente uma quadrilha de salteadores e assassinos, de que é chefe um cabra de nome Antônio Timóteo, incomodando os pacíficos habitantes do campo, e para que ela seja inteiramente perseguida, tenho ordenado que amanhã marche para o dito lugar de Panelas de Miranda o Comandante Geral do Corpo das G. M. Permanentes, José Francisco Vaz de Pinho e Carapeba, com uma força de cem homens".

Pelo ofício encaminhado ao presidente do Ceará, verifica-se que o chefe do governo pernambucano ainda permanecia na crença de que a guerra eclodida no Agreste Meridional não tinha caráter político e limitava-se a escaramuças de "uma quadrilha de salteadores e assassinos". Pelo visto, o cel. Francisco de Carvalho Pais de Andrade ou era conivente com os **regressistas** de Pernambuco, ou não queria ver, em toda a sua profundidade, o drama em que se atolava a Província com uma nova guerra civil dentro de suas fronteiras.

A força militar, sob a chefia de CARAPEBA, saía do Recife aos 15 de agosto de 1832, certa de que, como da vez anterior, tão logo se espalhasse a notícia de sua presença no Agreste, os insurgentes concentrados em PANELAS DE MIRANDA, em número superior a 1.000 homens, fugiriam e se dispersariam, finalizando-se de uma vez por todas a campanha e tudo se resumindo em um passeio pelo interior, remunerado pelos cofres públicos. Tão convicto disso, também, estava o presidente que, mesmo tendo recebido novas denúncias de insurreição, como a surgida em BEBEDOURO e participada por seu juiz de paz MANUEL DE ASSUMPÇÃO E AZEVEDO SILVA, escrevia, no dia 16, às autoridade de UNA e ÁGUA PRETA: "Não sendo preciso auxílio de Tropa das Alagoas para perseguir a quadrilha de salteadores e assassinos da Panela de Miranda, ordeno a V. Sas. que proibam o ingresso de gente armada daquela Província em território desta".

A ordem, como se pode perceber, era de um ridículo sem par, pois as pobres autoridades de UNA e ÁGUA PRETA não dispunham de meios para o impedimento da entrada de alagoanos armados, **regressistas** ou não, em suas densas matas. O presidente de Pernambuco pretendia eliminar a guerra civil já implantada e em evolução na sua Província com ofícios utópicos e ordens que de antemão já se sabia que jamais seriam cumpridas. Dessa incompetência governamental é que se aproveitariam os sediciosos para alastrar por todo o Agreste Meridional os efeitos calamitosos de uma guerra entre irmãos e de finalidades altamente prejudiciais à segurança e estabilidade do próprio Brasil.

233

Pereira da Costa (**Anais, IX, 502-504**), reportando-se à guerra civil em ebulição no Agreste Meridional, diz que, "fracassando os planos políticos de um partido forte e arregimentado, e com ramificações em outras Províncias do Norte, com as insurreições da tropa que irromperam em 14 de setembro de 1831 e 14 de abril deste ano de 1832, apelou esse partido, na sanha do seu desespero, para a guerra de emboscadas, nas matas da Província, e pôs em campo uma revolta conhecida por **Cabanada**, ou também por **Guerra dos cabanos**, pelo fato de constituirem as tendas dos seus acampamentos miseráveis cabanas".

"Vicente Ferreira de Paula, o chefe dos insurgentes de Pernambuco, dia a dia, aumentava o seu séquito com o concurso de gente que lhe chegava de várias localidades do interior, formando corpos distintos, entre os quais figurava um, composto dos escravos dos engenhos que atacava e de outros que voluntariamente se apresentavam, e ao qual deram a particular denominação de **Papa-mel**. A esses escravos fora dada a promessa da sua alforria, finda a campanha.

"Uma pequena força que o governo expediu com destino a Panelas, ao chegar em Bezerros foi agredida por um número superior de paisanos armados que aprisionaram os soldados e os desarmaram; e depois **(o governo)** fez seguir uma força de uns 200 homens **(na realidade, apenas 100)** sob o comando do tenente-coronel **(isto é, capitão)** José Francisco de Vaz Pinho e Carapeba, que aumentada com alguns reforços de Cimbres, Altinho, Caruaru e Bonito, e alguns soldados de artilharia com uma peça de pequeno calibre, chegados de Maceió, reuniu aquele comandante uma força de 500 homens e partiu de Bebedouro, onde acampara, para Panelas, que, vivamente atacada, foi a povoação evacuada pelos **cabanos**, que se foram refugiar no Cafundó, Brejo Velho e Catende, onde levantaram fortificações de defesa.

"Vendo então o chefe Carapeba que a guerra tinha ainda de continuar por algum tempo, foi estabelecer o seu quartel-general na povoação do ALTINHO e tomou outras providências."

A situação era inédita para o povo altinense em geral, vendo a sua povoação transformada em verdadeira praça de guerra e a soldadesca acampada na sede do distrito a causar espanto e medo aos matutos da enxada, inclusive muitos negros escravos que, aproveitando-se da confusão reinante em todo o ALTINHO, tratavam de fugir e aderir aos **cabanos**, pensando que, com isso, iriam adquirir a liberdade total e definitiva. Em face de todos esses acontecimentos imprevistos, os campos altinenses iam ficando desertos e o progresso da localidade entrava em ritmo de estagnação, com evidentes prejuízos para todo o mundo ao redor.

234

Com a fuga de trabalhadores pacíficos e suas famílias, dos campos do ALTINHO e de PANELAS DE MIRANDA, beneficiavam-se, em contrapartida, diversas outras povoações

agrestinas, onde não estava ocorrendo invasão dos **cabanos**, principalmente SÃO BENTO, RAPOSA (atual São Caetano), CARURU (atual Caruaru), TACAIMBÓ e PESQUEIRA, cujos desenvolvimentos tomariam expressivo impulso de 1832 por diante.

A verdade é que a guerra civil se expandia; e as batalhas iam sendo vencidas pelos "regressistas" patrocinadores dos **cabanos**, graças à inépcia de certos comandantes governamentais, às ciumadas ocorridas entre uns e outros, à falta de malícia no combater as forças inimigas. De tudo isso ficava inteirado o presidente da Província, agora o deão Bernardo Luiz Ferreira, que, com muito senso crítico, em 23 de outubro de 1832, escrevia ao comandante das Armas:

"A demora em ALTINHO, seis léguas distantes de PANELAS, para onde foi mandado com a Tropa o Comandante José Francisco Vaz de Pinho e Carapeba, me fez sempre temer que o resultado fosse o que de fato aconteceu: Nenhum oficial que vai operar sobre um ponto estabelece o seu quartel-general em seis léguas de distância, dando assim largo intervalo para o inimigo animar-se, fortificar-se e abastecer-se de tudo quanto lhe fosse necessário para repetir os ataques, e sustentar as forças e amortecer pelo ócio e prazeres a tropa atacante, não sendo PANELAS mais que um Ponto, assim como eram todos os mais que foram a seu turno e em diversas épocas atacados; como pois a demora em tomar PANELAS, e com o grosso do Exército ir atacando e incomodando todos os dias e a todas as horas o inimigo em diversos Pontos, que ocupasse, e evitando a entrada de víveres, — trouxesse o mal que consta do ofício e documento que V. Sa. me enviou e deu causa a que os habitantes do Centro **(isto é, do Agreste)**, que se tinham reunido ao Exército, se fossem aborrecendo e retirando-se; é preciso remediar o mal, salvando-se a Província do flagelo de que é ameaçada por uns poucos de bandidos sem nome e fortuna: Aprovo a expedição que V. Sa. marca em seu ofício, a qual convém muito que parta quanto antes a ir reunir-se ao Corpo existente em PANELAS, para ver se porventura se consertam os erros passados e se opera com a atividade, e se põe fim à insurreição filha mais da reação ou paixão da vingança, conseqüência necessária das anteriores violências que aos povos se fizeram, do que dos desejos de inquietar a Província com a mira em novo Sistema!"

Como se pode perceber, o próprio governo ainda insistia em não querer ver, em toda a sua crueza e profundidade, a fria realidade dos fatos sucedidos às suas barbas — enxergando um pouco mais adiante hoje, ficando cego-de-guia amanhã, quando não mais existia razão alguma para fechar os olhos a certos detalhes daquela guerra que sugava terrivelmente as já combalidas finanças da pobre Província. Insistir no desconhecimento dos verdadeiros mantenedores da **guerra dos cabanos** equivalia à conivência com o inimigo ou à incapacidade para exterminá-lo, pois estava mais do que visto, àquela altura dos acontecimentos, que uns simples matutos "acabanados" não poderiam nem teriam recursos pecuniários para enfrentar e vencer todo um exército relativamente bem armado e municiado. A verdadeira luta desenvolvia-se entre forças brasileiras, mantidas por brasileiros livres e patriotas, e forças compostas de estúpidos matutos patrocinados por portugueses inimigos do Brasil.

235

Com o súbito aumento populacional da sede do distrito, trazendo-lhe, em benéfica conseqüência, inusitada movimentação de seu comércio e enriquecimento de muitos altinenses atilados, a verdade é que, nada obstante as incursões dos **cabanos** em seus campos, o ALTINHO crescia e prosperava tanto que os seus moradores, através da Câmara Municipal de Garanhuns, enviavam abaixo-assinado ao deão-presidente de Pernambuco, solicitando-lhe a criação da freguesia de Nossa Senhora do Ó, com sede naquela povoação, mas, desgraçadamente, o governo provincial, preocupado com a guerra civil ali na ribeira do Una, negava-lhes a reivindicação, sugerindo esperassem os requerentes por u'a melhor oportunidade, a qual somente iria concretizar-se cinco anos depois, o que será historiado na época oportuna.

No ALTINHO e em BEBEDOURO deveria ocorrer, agora, eleição para a escolha dos vereadores com assento na Câmara Municipal de Garanhuns e dos juízes de paz de seus respectivos distritos. Políticos garanhuenses, liderados pelo capitão LOURENÇO BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, tendo em vista os distúrbios sucedidos em ambas as povoações, pretendiam transferir o local das eleições altinenses e bebedourenses para o consistório da igreja-matriz de

Santo Antônio em Garanhuns, efetivando-as, assim, a bico de pena e de acordo com os seus interesses, mas, sendo a fraude por demais grosseira, temiam realizá-la por conta própria, motivo por que, agora, dirigiam consulta a seu respeito ao deão-presidente, que, cientificado da proposta e não querendo prejudicar as representações do ALTINHO e de BEBEDOURO na **CMG**, respondia aos consulentes, em 13 de novembro de 1832, da seguinte maneira:

"Ao legítimo impedido não corre tempo, a impossíveis ninguém é obrigado. ALTINHO e BEBEDOURO em o mês de setembro estiveram, e estão ainda, com as armas nas mãos, e a mor parte dos povos dispersa; portanto V. Sas., como a lei não remedia sobre o caso presente, marquem a eleição daqueles habitantes, para vereadores da Câmara Municipal **(de Garanhuns)** e seus juízes de paz, marquem outro dia em que os povos daquelas freguesias façam **(isto é, possam fazer)** a sua eleição".

O golpe pretendido pelo capitão LOURENÇO BEZERRA e outros fraudadores de pleitos eleitorais em Garanhuns esboroava-se; e as eleições nos distritos do ALTINHO e BEBEDOURO legalmente somente iriam procesar-se quando Deus desse bom tempo aos seus eleitores, que, de armas nas mãos, davam combate aos **cabanos** e defendiam a integridade e a independência do Brasil.

236

Em dezembro de 1832, em PANELAS DE MIRANDA, travava-se uma grande batalha entre **cabanos** e forças governistas (incluídas nestas havia combatentes do ALTINHO e de BEBEDOURO), deixando no campo da luta — o lugar denominado **Feijão** — um sem número de feridos e mais de 100 mortos, inclusive o líder **regressista** MANUEL TIMÓTEO DE ANDRADE, que era casado e tinha filhos.

Com a morte de MANUEL TIMÓTEO, permaneciam liderando os **cabanos** de PANELAS DE MIRANDA dois irmãos seus: ANTÔNIO e JOÃO TIMÓTEO DE ANDRADE, os quais eram parentes próximos dos RIBEIRO DE ANDRADE e dos PONTES, gente de muita influência político-social no ALTINHO, CARURU, BEBEDOURO e SÃO CAETANO DA RAPOSA.

O local da sangrenta peleja no **Feijão** ficou sendo conhecido, até os dias atuais, pelo nome de **Sítio Batalha**, pelo qual passa um riacho — o **Riacho da Batalha**.

As forças altinenses que tomaram parte no **ataque do Feijão** eram comandadas por DIONISIO RODRIGUES JACOBINA, moço portador de valentia incomum, português de nascimento porém brasileiro de coração, casado, no Agreste Meridional, com u'a moça da família ALVES COUTO, tradicional em PANELAS, ALTINHO e GARANHUNS.

237

DIONISIO RODRIGUES JACOBINA, durante muitos anos, foi figura de primeira grandeza na sociedade altinense, militando em sua vida política e sempre defendendo com muita garra soluções para os principais problemas da comunidade que considerava sua, embora fosse português de nascimento. Através de eleição, chegou a ser bem votado para o cargo de vereador (representante do distrito altinense na Câmara Municipal de Caruaru) e a ser escolhido para exercer o dignificante posto de juiz de paz da localidade. Aliás, no tempo da **guerra dos cabanos**, de acordo com informações prestadas pelo Pe. Ediberto Alves de Oliveira, o luso JACOBINA, na qualidade de suplente, já exercia o cargo de juiz de paz do ALTINHO, vez que o titular, capitão PEDRO ANTÔNIO DE SOBRAL, residindo em sua propriedade situada em **Cachoeira Grande**, aparecia muito pouco na sede distrital, com isso deixando o juizado de paz mais ou menos acéfalo e provocando inúmeras queixas e reclamações das partes prejudicadas. Diz o padre-informante: "Sinto que foi a partir dessas reclamações que se procedeu outra eleição, que recaiu sobre o português de nascimento, Dionísio Rodrigues Jacobina, morador na Povoação, excelente escrivão, o qual era casado com u'a mulher da família ALVES COUTO. Os seus serviços prestados foram enormes, malgrado nunca termos uma placa de rua com o seu nome".

O notável português JACOBINA participou ativamente, arriscando a própria vida, da campanha contra os **regressistas, cabanos e papaméis**, sempre se destacando por seu arrojo e valentia, pelejando ao lado de FRANCISCO ALVES CAVALCANTI CAMBOIM (chefe das forças legalistas vindas de

CIMBRES para a frente de batalha no ALTINHO e futuro **Barão de Buíque)** e de PEDRO SOARES DE SOUZA e SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA (guerreiros dos "permanentes" de Lagoa dos Gatos). Todos eram **patriotas** e militantes do Partido Conservador, lutando no ALTINHO e principalmente em PANELAS DE MIRANDA, onde os **cabanos** trucidaram MANUEL SOARES, motivo por que, um pouco depois, seu irmão HONORATO JOSÉ SOARES, revoltado, passou-se para o Partido Liberal, provocando com isso um cisma na importante família agrestina.

No ALTINHO, onde era comerciante e chefe de família exemplar, DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA militava na política dos ASSUNÇÃO DE AZEVEDO E SILVA e GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, fazendo oposição cerrada e sistemática ao Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, de **Itacaité,** e aos seus aliados altinenses, entre os quais se destacavam o prof. Francisco Joaquim de Barros Correia e o capitão Joaquim Basílio de Barros **(ver tópico 214).**

Dos filhos do português DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA apenas um foi identificado — Capitão JOSÉ DIONÍSIO JACOBINA, altinense de nascimento, agricultor-proprietário, casado com FRANCISCA MARIA JACOBINA (esta era da família FERREIRA CALLADO, de Lagoa dos Gatos, Panelas, Garanhuns etc.).

Cap. JOSÉ DIONÍSIO JACOBINA e FRANCISCA MARIA JACOBINA são pais de:

F1) — DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA ou DIONÍSIO FERREIRA JACOBINA (como também às vezes assinava), agricultor-proprietário, político, comerciante, agente postal e delegado-literário do ALTINHO em 1860. Tinha o apelido de **Buá.** Casado com a altinense MARIA JOSÉ JACOBINA. Pais de:

N1) — **Francisca Maria Jacobina Jordão (Xiô),** que foi a primeira esposa do altinense **Abdon da Silva Jordão,** sobre cuja personalidade e descendência se falará, mais adiante, em tópico especial.

F2) — JOSÉ RODRIGUES JACOBINA, sem maiores informações.

F3) — JOSEFA AUGUSTA JACOBINA DE MACEDO, altinense, casada com o capitão FRANCISCO XAVIER DE MACEDO, fazendeiro em Cachoeirinha. Pais de:

N2) — **Maria José Jacobina Jordão (Noca)**, casada com o viúvo **Abdon da Silva Jordão**, que fora o marido de sua prima legítima **Xiô**, isto é, Francisca Maria Jacobina Jordão. Houve descendência, da qual se cuidará, mais adiante, em tópico especial.

238

ABDON DA SILVA JORDÃO, nascido no ALTINHO, aos 4 de junho de 1894, vivia e residia em Cachoeirinha, ainda lúcido e relativamente forte até 1988, ano de seu falecimento. Fez o curso primário na terra natal, de onde se afastou, jovem e cheio de vida, em 1909, para ir trabalhar na Capital, como empregado do armarinho de José Antônio Ribeiro Pinto. Depois, estabeleceu-se com um pequeno negócio e, em 1918, já pensando em constituir família, resolveu fixar-se, em definitivo, na Vila de Cachoeirinha, Município de São Bento, aí exercendo, através dos anos, atividades diversas — político, pecuarista, comerciante de tecidos, dono de armazém de cereais, subprefeito do 3.º distrito desde 1951 e conselheiro municipal no ano de 1928, sócio de **A Voz de Cachoeirinha** (uma difusora de anúncios, notícias e gravações populares), chefe do diretório local do P.S.D., funcionário do Departamento de Correios e Telégrafos. É filho legítimo do caruaruense FRANCISCO DA SILVA JORDÃO, que, como professor público estadual, regeu durante muitos anos cadeira de 1as. letras no ALTINHO, onde também era **banqueiro de bicho**, possuía casa de jogos de azar e mantinha sítio-de-cultura nas proximidades do riacho Taquara. Gente abastada, por conseguinte.

FRANCISCO DA SILVA JORDÃO **(Pai Jordão)**, caruaruense do **Jucá**, zona rural ao norte do Município, era filho legítimo do agricultor-proprietário MANUEL FLORÊNCIO DA SILVA JORDÃO e de JOANA MARIA JORDÃO, tradicionais cultivadores de algodão na sociedade de Caruaru. MANUEL FLORÊNCIO DA SILVA JORDÃO era irmão de ALEXANDRE FLORÊNCIO DOS SANTOS JORDÃO, dono de sítio no **Jucá** e em **Malhada de Pedra**, casado, em 1as. núpcias, com MARIA CRISÓLITA DE CARVALHO (falecida em 1890), por cujo leito

nasceram SINVAL FLORÊNCIO DE CARVALHO SANTOS (12.04.1883/29.01.1974), o célebre **Major Sinval,** dono da **Pharmacia Franceza,** de Caruaru, poeta, trocadilhista, glosador emérito, personagem principal de três livros publicados por Nelson Barbalho; e ERNESTINA DOS SANTOS TABOSA, esposa do famoso poeta/vernaculista AUGUSTO TABOSA. Pelo 2º leito, ALEXANDRE FLORÊNCIO DOS SANTOS JORDÃO teve muitos filhos, um dos quais foi CAMILO JORDÃO DE CARVALHO, dono de armazém de cereais no **Alto do Vassoural,** Caruaru, casado com LEOBINA DA SILVA CARVALHO, filha de Genuíno Pedro da Silva e de Maria Filomena de Sales Tiné. Camilo Jordão de Carvalho foi assassinado em outubro de 1954, por motivo fútil, pelo jovem Manuel Néri da Silva, **Mané Rope,** agricultor em Terra Vermelha.

MANUEL FLORÊNCIO DA SILVA JORDÃO e ALEXANDRE FLORÊNCIO DOS SANTOS JORDÃO eram filhos legítimos de MANUEL DOS SANTOS JORDÃO, agricultor-proprietário no **Jucá,** político, major da Guarda Nacional, e de FRANCISCA FLORÊNCIO DE CARVALHO JORDÃO.

Professor FRANCISCO DA SILVA JORDÃO **(Pai Jordão)** casou, em 1as. núpcias com JOSEFA SOARES DA SILVA JORDÃO (dos SOARES, de Lagoa dos Gatos, vindos da união de um português com uma índia da região), filha de João Clímaco Soares e de Cecília Soares; e, em 2as. núpcias, com MARIA JOSÉ BEZERRA JORDÃO, havendo descendência por ambos os leitos.

Filhos do 1º matrimônio:

F1) — ABDON DA SILVA JORDÃO, altinense, falecido em 1988, casado, em 1as. e 2as. núpcias, com duas primas legítimas, ambas de Cachoeirinha, bisnetas do português DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA, herói da **guerra dos cabanos** no Agreste Meridional de Pernambuco. Sobre os dois casamentos e filhos de ABDON se falará, mais adiante, em tópico especial.

F2) — PAUTILA JORDÃO DE OLIVEIRA, nascida no ALTINHO, em 12.02.1898, e falecida em 06.09.1963. Era casada, desde 1925, com o Dr. ALBERTO MIRANDA BAPTISTA D'OLIVEIRA (10.03.1895 / 09.04.1966), recifense de nasci-

mento, famoso médico no BONITO (onde manteve consultório durante muitos anos e de cujo Município foi prefeito por duas vezes), filho do professor Floriano Baptista de Oliveira e de Beatriz Guilhermina Miranda de Oliveira, sendo neto paterno de Floriano Oliveira e de Cândida Alves de Oliveira, e, materno, de Francisco Miranda e de Guilhermina da Costa Miranda. Dr. ALBERTO D'OLIVEIRA era irmão de Maria Cândida **(Mariá)**, solteira; Clóvis Izaías de Oliveira, já falecido, funcionário do Banco do Brasil, agência de Caruaru, durante muito tempo, casado, com sucessão; e Maria do Carmo de Oliveira **(Mariinha)**, casada com Reinaldo Carneiro Leão, sem descendência. PAUTILA JORDÃO e ALBERTO D'OLIVEIRA são pais de:

N1) — **Lucilo Jordão de Oliveira**, engenheiro-civil, residente em Tupã, SP; casado com **Terezinha Barros de Oliveira**, pais de Alberto José, Fernando César, Paulo Maurício e Beatriz Regina.

N2) — **Lucinete Jordão de Oliveira**, administradora do CNEC em Pernambuco, residente no Recife, solteira.

N3) — **Lucíola Jordão de Oliveira**, professora já aposentada; viúva de **Mílton Soares da Silva**, por cujo leito nasceram Maria de Fátima, Maria Tereza e Sérgio Luís.

N4) — **Lucionéa Jordão Batista de Oliveira**, professora na Universidade Federal de Pernambuco, residente no Recife, solteira.

N5) — **Lucilda Jordão Batista de Oliveira**, funcionária da Secretaria de Educação de Pernambuco, residente no Recife, solteira.

N6) — **Lucídio José Batista de Oliveira**, médico com exercício na Secretaria de Saúde de Pernambuco e no INCRA; casado com **Cleonilde Jordão de Oliveira (Nildinha)**, sua prima legítima, pais de Carlos Maurício, estudante de Engenharia Civil.

F3) — JOEL DA SILVA JORDÃO, falecido solteiro.

F4) — HERMÓGENES DA SILVA JORDÃO, nascido em Jurema, casado em Cachoeirinha, com sucessão.

F5) — CLOTILDE DA SILVA JORDÃO, nascida em Bonito, solteira.

Filhos do 2º matrimônio:

F6 — OTONIEL DA SILVA JORDÃO, médico, casado, falecido.

F7) — IVETE JORDÃO ARCOVERDE, viúva.

F8) — IVONETE JORDÃO SOBRAL, casada, falecida.

F9) — DEUSDEDITH DA SILVA JORDÃO, casado, falecido.

239

Já foi dito que o altinense ABDON DA SILVA JORDÃO casou duas vezes, com duas bisnetas do português DIONISIO RODRIGUES JACOBINA, as quais eram primas legítimas entre si. Em 1as. núpcias, casou com FRANCISCA MARIA JACOBINA JORDÃO **(Xiô)**, com sucessão; e, em 2as. núpcias, com MARIA JOSÉ JACOBINA JORDÃO **(Noca)**, também com sucessão. Filhos dos 1º matrimônio:

F1) — CLEYDE JORDÃO DA SILVA, casada com JOSÉ JACINTO DA SILVA, comerciante em São Paulo. Pais de:

N1) — **Maria Jadir Luvisan**, casada com **Francisco Luvisan**, pais de Ricardo e Débora Luvisan.

N2) — **José Jacinto da Silva Filho**, casado com **Clotilde da Silva**, sem sucessão.

N3) — **Maria Jaidete da Silva**, casada com **José**, pais de Charles e David.

N4) — **Maria Jasmelina da Silva**, casada com **Marcos**, pais de Fagner.

N5) — **Maria Janete Jordão da Silva**, solteira.
N6) — **Joselito Jordão da Silva**, solteiro.

F2) — CLEONICE JORDÃO DOS SANTOS, professora aposentada, casada com HENRIQUE CARNEIRO DOS SANTOS, comerciante no Recife, pais de:

N7) — **Antônio José**, funcionário público.

N8) — **Gustavo**, funcionário público.

Filhos do 2º matrimônio:

F3) — JOSÉ ABDONAL JORDÃO, advogado, formado pela Faculdade de Direito do Recife, delegado do Patrimônio da União em Pernambuco; casado com LUCIETE VERAS VALADARES JORDÃO, advogada, funcionária pública estadual, pais de:

N9) — **Alexandre Valadares Jordão**, estudante, funcionário do SERPRO.

N10) — **Frederico Valadares Jordão**, solteiro, jornalista.

F4) — CLEONILDE JORDÃO DE OLIVEIRA **(Nildinha)**, nascida em Cachoeirinha. Fez o Curso Pedagógico no Ginásio do Sagrado Coração, em Caruaru, onde começou a trabalhar (no cartório de Lupicínio de Carvalho) e, depois, tendo feito concurso, na agência local do IAPI. Trabalha na FIAM desde 1980, sendo lotada no **Centro de Estudos de História Municipal.** Casou com o médico LUCIDIO JOSÉ DE OLIVEIRA, formado pela Faculdade de Medicina do Recife, turma de 1956. A sucessão foi citada no tópico anterior.

F5) — CLEONEIDE JORDÃO, professora, funcionária do DERE no Grande Recife, órgão da Secretaria de Educação de Pernambuco. Solteira.

F6) — FRANCISCO ABDORAL JORDÃO, funcionário do Supremo Tribunal Federal em Brasília, DF; casado com ADELAIDE RIBEIRO JORDÃO, professora na Capital Federal; pais de:

N11) — **Maria Elisa**, estudante.

N12) — **Leonardo**, estudante.

N13) — **Abdon Carlos**, estudante.

N14) — **Luciano**, estudante.

F7) — ABDON JORDÃO FILHO, engenheiro-agrônomo, formado pela Escola de Agronomia de Cruz das Almas, Bahia; funcionário da EMATERBA, em Salvador-BA; casado com ELIETE MORTMER JORDÃO, funcionária da EMATERBA; Pais de:

N15) — **Úrsula**, estudante.

N16) — **Débora**, estudante.

N17) — **Abdon Jordão Neto**, estudante.

N18) — **Guilherme**, estudante.

F8) — CLÉA MARIA JORDÃO DE OLIVEIRA, professora, funcionária do DERE em Caruaru-PE, casada com MARCÍLIO APOLÔNIO DE OLIVEIRA, dentista, funcionário do Hospital São Sebastião (em Caruaru), filho de Antônio Apolônio de Oliveira; pais de:

N19) — **Ricardo Jordão de Oliveira**, estudante.

N20) — **Eduardo Jordão de Oliveira**, estudante.

F9) — ANTÔNIO ABDONILDO JORDÃO, dentista, formado pela Faculdade de Odontologia de Pernambuco; residente em Bonito, onde exerce a profissão. Casado com MARIA BETÂNIA DE OLIVEIRA JORDÃO, professora em Bonito. Pais de:

N21) — **Erick de Oliveira Jordão**, estudante.

N22) — **Gabriela de Oliveira Jordão**, estudante.

240

Finda a parte referente a alguns descendentes do luso DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA, volta-se à **guerra dos ca-**

banos, para se acentuar que, nos campos do ALTINHO, os combates se renovavam com extrema ferocidade, levando os **regressistas** nítida vantagem sobre as forças legalistas chefiadas pelo capitão CARAPEBA, que, sabedor da presença do comandante das Armas, cel. José Joaquim da Silva Santiago, no teatro da guerra, em LAGOA DOS GATOS enviava-lhe às pressas relato de sua situação, pedindo providências.

Na ribeira do Una, o coronel Santiago projetava marchar, com sua tropa, em socorro do capitão CARAPEBA, no ALTINHO, mas, obrigado a dar auxílio às forças alagoanas, a fim de que PORTO CALVO não caísse em poder dos **cabanos**, não pudera fazê-lo. Com isso, CARAPEBA ficava em péssima situação, pois os seus comandados, com os soldos em atraso, provocavam muitas desordens no estacionamento ou deixavam o ALTINHO, desertando das forças legalistas. Para remediar o mal, em 25 de janeiro de 1833, o presidente Manuel Zeferino dos Santos enviava ofício a CARAPEBA, autorizando-o a contrair um empréstimo de 6:000$000 (seis contos de réis) — verdadeira fortuna, na época —, com um dos fazendeiros ricos da região, a fim de pôr em dia o pagamento dos soldos da tropa e evitar suas constantes deserções. Com o ofício na mão, CARAPEBA procurava um "herói" abastado e idealista, para atender ao apelo do governo, mas, pelo menos no ALTINHO, não encontrava ninguém disposto a tamanho "sacrifício". E, enquanto a solução do caso não surgia, a indisciplina ia tomando conta do acampamento, oferecendo nítidas vantagens aos **cabanos** e inquietando sobremaneira a sociedade altinense obrigada a conviver com elementos indesejáveis e destituídos de qualquer amor à Pátria.

241

Manuel Correia de Andrade **(ob. cit., 66-67)**, reportando-se à gravidade da situação da **guerra dos cabanos** no Agreste de Pernambuco, assinala:

"A situação da luta não apresentava melhoras que correspondessem às vitórias oficiais e a condução da guerra foi muito prejudicada devido ao desentendimento cada vez maior entre o presidente Manuel Zeferino e o Coronel Santiago. Pequenas desavenças e divergências de opinião provocariam sérias controvérsias que iriam baixar as discussões de rua e da imprensa, fazendo diminuir a autoridade dos dois chefes ante o povo.

"As divergências se iniciavam quando o presidente censurou o Coronel Santiago por conceder licenças de favor a vários oficiais do Batalhão 57, entre os quais mencionava o alferes-ajudante João Gomes de Melo, e se acentuariam em março de 1833, por ocasião da passagem pelo Recife do Brigadeiro Labatut. Tratando-se de um oficial de grande reputação, herói da Guerra da Independência, e que vencera Pinto Madeira, resolveu o presidente Zeferino dos Santos convidá-lo a participar da luta contra os cabanos. Tendo ordem de regressar à Corte, escusou-se o Brigadeiro a atendê-lo mas, logo, mudou de idéia ao chegar um aviso da Regência, pondo-o à disposição do presidente de Pernambuco. Resolvido a permanecer na Província, fez ver a necessidade da existência de um comando único para as forças legais e esclareceu desejar comandá-las porque — "não se sujeitava a comando que lhe era desairoso" —, uma vez que tinha patente superior a do Comandante das Armas".

A alegação de Labatut era justa, mas, como atender o brigadeiro sem ferir os melindres do coronel Santiago? Enquanto não encontrava solução para o caso, Manuel Zeferino, diante da ferocidade da luta na ribeira do Una e da falta de voluntários para reforço das hostes legalistas, tornava a apelar para os sentimentos patrióticos dos moradores de GARANHUNS, em cujo território a guerra se desenvolvia, pedindo-lhes prestassem efetiva ajuda ao capitão CARAPEBA, encurralado no ALTINHO e sem meios de vencer o inimigo.

O apelo era veemente, mas a Câmara Municipal de Garanhuns, em ofício de 24 de março de 1833, respondia ao presidente da Província:

"Já se têm estagnado os meios possíveis de reunir Povos para a nefanda Guerra de Panelas de Miranda, e vendo-se, outro sim, as fealdades que acarreta esta falta de coadjuvação, acordou este Município, por indicação do presidente e comandante geral interino, de convocar um Conselho dos melhores cidadãos do Termo, a fim de se administrarem alguns meios para a remessa de nova gente, o que tendo lugar em data de hoje, foi de acordo que o mesmo comandante oficiasse aos cidadãos da 1a. graduação para uma marcha tão mistér, convidando-os."

A decisão do "Conselho dos melhores cidadãos do Termo" de Garanhuns resultaria em nada, como vem narrado

em novo ofício ao presidente da Província, pelo simples fato de que, das convocações anteriores, os garanhuenses e altinenses, pressurosos, haviam corrido à luta em defesa da pátria ameaçada, mas não tinha havido "paga de soldos, reiteradas vezes afiançada nos ofícios de V. Excia., causionando esta falta tal dissabor e desprazer que os miseráveis habitantes deste Termo, outrora assíduos em prestarem-se para a Guerra, agora iludidos preferem o entranharem-se para os Matos, antes do que marcharem" para o campo de batalhas em favor de um governo nem sempre cumpridor de seus deveres e obrigações, — "sendo pela mor parte pobres e sobrecarregados de pesadas famílias, já não podem sofrer o jugo de uma Guerra onde há a falta de soldos".

Aí estava delineada, sem papas na língua, a dura realidade acerca do lado governista da **guerra dos cabanos**, envolvido na qual ninguém na verdade vinha lutando por idealismo ou pela defesa de uma causa nobre, todos pensando apenas em ganhar dinheiro e enriquecer o mais depressa possível. Que o presidente Manuel Zeferino dos Santos agisse como bem o entendesse, mas falar diferente não poderiam os práticos e sinceros vereadores da Câmara Municipal de Garanhuns.

242

Na última semana de março, voltava a agravar-se a situação no Agreste, de acordo com um comunicado da Câmara Municipal de Santo Antão ao presidente da Província, informando no trecho principal:

"Na freguesia de BEZERROS, nos lugares Palmeiras, Japaranduba e Primavera, se acha um adjunto de homens já em crescido número, os quais é de supor tencionarem qualquer rompimento, ou interceptarem a comunicação da Capital com as forças de PANELAS e ALTINHO. Como quer que isto seja, os Chefes que se dão a esta gente são homens perdidos e como tais capazes de tudo e de qualquer atentado; e por isto seria muito conveniente que se conservasse nas Povoações deste Município, — Carauatá **(atual GRAVATÁ)**, Bezerros e Bonito —, alguma força que se opusesse aos projetos desses perdidos".

O pedido santantense estava para ser atendido, quando, a palácio, chegava notícia da grande batalha do ALTINHO, uma das poucas em que as forças governistas rechassavam o inimigo, nada obstante seu menor número de com-

batentes e o fato de seu comandante, o capitão CARAPEBA, logo no princípio da peleja haver sido obrigado a retirar-se, gravemente ferido, sendo conduzido em maca para o Recife, com uma escolta de 30 praças chefiadas pelos tenentes Mavignier e PEDRO ALEXANDRINO BARROS, e ficando no comando das tropas no ALTINHO o major Manuel Muniz Tavares, ex-capitão-mor agregado da Vila de CIMBRES.

As honras dessa excepcional vitória nos campos altinenses cabiam, principalmente, aos briosos voluntários cimbrenses em colaboração com a tropa de CARAPEBA e os voluntários do ALTINHO chefiados pelo valente DIONÍSIO RODRIGUES JACOBINA. A seu respeito, aos 4 de abril de 1833, o Quartel do Comando Geral em ALTINHO expedia esta ordem do dia, divulgada pouco depois pelo **Diário de Pernambuco:**

"O Ilmo. Snr. Comandante Geral, tendo a infelicidade de ser gravemente ferido nos primeiros tiros do inimigo no ataque desta Povoação na madrugada do funesto dia 2 do corrente mês, teve grande pesar de não ter sido testemunha do entusiasmo com que foi valorosamente sustentado o porfiado choque pelo pequeno Destacamento e pelos valentes Guardas Nacionais de CIMBRES e zelosos moradores da Povoação contra a multidão dos bárbaros salteadores, que, sedentos do nosso sangue, pretendiam roubar-nos com as vidas o dinheiro, munições e armamento. Se porém ao Ilmo. Snr. Comandante Geral não coube a glória de dirigir a briosa tropa, a quem entre os gemidos da mais acerba dor faz o merecido elogio, ele teve a fortuna de ser substituído por tão denodados como dignos Snrs. Oficiais, que, tendo sabido ganhar a estima e confiança do Ilmo. Snr. Comandante Geral, o confirmaram na justa opinião que dele fazia. Sendo difícil de conhecer-se dentre os Snrs. Capitães João Francisco de Melo, Francisco Alves Cavalcanti Camboim **(o futuro BARÃO DE BUIQUE, também chamado BARÃO DO POÇO, e chefe do Partido Conservador no BREJO DA MADRE DE DEUS)**, Tenente José Luiz Beltrão Mavignier, Manuel Ramos de Siqueira **(agricultor-proprietário em PESQUEIRA)**, Pedro Alexandrino de Barros **(parente dos BARROS CORREIA, do ALTINHO, e futuro senhor de engenho em RIO FORMOSO, onde haveria de nascer o seu filho SILVINO ALEXANDRINO LINS, pai de PEDRO ALEXANDRINO LINS e, por este, avô de ÁLVARO DE BARROS LINS, que é o célebre ÁLVARO LINS, caruaruense, membro da Academia Brasileira de Letras)**, Comandante João

Leite Torres Galindo **(abastado fazendeiro em SANHARÓ)**, Ajudante Antônio Bernardino dos Reis e mais Snrs. Oficiais, o que melhor se distinguiu, o Ilmo. Snr. Comandante Geral tem contudo de agradecer mais particularmente aos Snrs. Capitão Melo e Tenente Mavignier, por isso que, apesar de estarem doentes não só durante o conflito se expuseram a peito descoberto, desempenhando ao mesmo tempo os deveres de Oficiais e de Soldados, como depois continuaram a prestar seus bons serviços, dando parte de prontos.

"Não é a força numérica de laxos e vís escravos que vence e arrasta um pequeno número de defensores da Pátria, que, animados do fogo patriótico, não cedem sem que dêem o último suspiro na justa defesa. Sirva de exemplo o ataque de que falamos: mais de 300 cabanos foram repelidos e destroçados por menos de 50 Patriotas, que os levaram de arrojo além de uma légua distante desta Povoação **(do ALTINHO)**.

"Cinco praças, inclusive duas de menor idade, defenderam o quartel do Sr. Comandante Geral contra o embate dos malvados.

"Se alguns dos Patriotas foram vítimas sorteadas ao sacrifício da liberdade, por esta se esforça o braço dos demais defensores, para os vingar. Seus nomes serão caros aos verdadeiros amigos da Pátria e suas famílias serão compensadas pelo nosso justo governo, entretanto que seus espíritos repousem no seio do Eterno.

"O Ilmo. Sr. Comandante Geral, bastante do estado de suas próprias feridas, sente, quanto lhe é possível, o sofrimento dos seus amigos, os Senhores Capitão Camboim, Comandante João Leite, Ajudante Antônio Belarmino e das mais praças, que com ele partilharam da mesma sorte.

"A presteza com que o Sr. Juiz de Paz PEDRO ANTÔNIO DE SOBRAL **(agricultor-proprietário em CACHOEIRA GRANDE, atual ITUGUAÇU)** e mais pessoas vindas a esta povoação, correram em socorro dela, não só os torna credores do reconhecimento do Sr. Comandante Geral, como de uma prova de zelo e patriotismo de tão dignos cidadãos, entre os quais se distinguiu o Sr. Comandante Manuel Inácio do Bom Fim, que, além de vir acompanhado de algumas praças, fez marchar seus escravos e se prestou para acompanhar a ambulância **(carroça com medicamentos)** vinda de CARUARU.

"O Ilmo. Sr. Comandante Geral, tendo de ser transportado à Capital, a fim de se tratar convenientemente, entrega o Comando Geral interino da Força, que estava à sua direção, ao Capitão João Francisco de Melo, a quem recomenda que, de acordo com o Sr. Major Manuel Muniz Tavares, Comandante da Força em frente, obre em tudo que for a bem do serviço, segundo as ordens do Sr. Comandante das Armas, de quem receberão as ulteriores.

"Marcham em guarda e defesa do Ilmo. Sr. Comandante Geral, os Srs. Tte. Mavignier e Pedro Alexandrino de Barros com trinta praças do Corpo Municipal e, para a sua assistência, o Sr. Doutor Cirurgião-Mor Mavignier.

"O Sr. Capitão Camboim e o Ajudante Antônio Bernardino têm licença para se irem curar dos ferimentos que receberam; e igualmente tem licença, para regressar, a Banda de Música do Corpo Municipal **(possivelmente a primeira banda musical a exibir-se no ALTINHO)**. Da mesma forma, pode regressar o Reverendo Capelão Frei José de São Jacinto Mavignier, por ter sido rendido por outro religioso.

"Finalmente, o Ilmo. Sr. Comandante Geral dirige suas despedidas às pessoas com quem tem tido relações de amizade e às que tiveram sob sua inspeção nos lugares por onde tem transitado durante sua malfadada comissão, e lhes recomenda a continuação dos seus serviços à Pátria, a fim de a livrar das garras dos infames salteadores.

"Também se despede da Força que deixa de comandar, tanto da Tropa regular, como dos Guardas Nacionais e de Ordenanças, e em seu nome e do Exmo. Sr. Comandante das Armas, agradece os bons serviços prestados pela referida Força, de quem espera a mesma resignação, constância e fortaleza, com que ele tem resistido a tão penosas como repetidas privações e as mesmas provas de valor, patriotismo e subordinação, no progresso da defesa da Pátria.

"Os seus serviços e reclamações em seu favor continuarão a ser levados, talvez com melhor resultado, à presença das autoridades da Província enquanto o Ilmo. Sr. Comandante Geral contar com a sua arriscada existência. **(as) Bento José Fernandes Barros.** — Está conforme. **Francisco de Barros Falcão de Albuquerque Cavalcanti,** 1º Comandante das ordens."

A ordem do dia, de 4 de abril de 1833, além de ser uma página gloriosa acerca do povo altinense, comprova, de maneira inequívoca, a participação do ALTINHO na História do Brasil, quando muitos de seus filhos pegaram em armas e sacrificaram-se em defesa da Pátria ameaçada pelos **regressistas** e seus **cabanos** inconseqüentes atolados na luta inglória pela recolonização da terra brasileira.

243

Félix Fernandes Portela, militar legalista, também participou ativamente da vitoriosa batalha do ALTINHO, em torno da qual, através de relato escrito, depõe nos trechos principais:

"De quando em vez, o presidente da Província remetia para ALTINHO dinheiro para pagar os soldos e para comprar gado, farinha de mandioca etc., como mandava fardamento, cartuchame e medicamentos para o hospital **(casa alugada na povoação, dentro da qual eram recolhidos e medicados pelo Dr. Mavignier e seus auxiliares os feridos nos combates travados contra os cabanos),** cujo recebimento dos objetos devia ser acusado pelo chefe, como era praxe. Então os cabanos, por meio dos seus agentes e espias, souberam que o chefe CARAPEBA tinha de vir a ALTINHO, para responder os ofícios, em virtude de uma remessa que ali tinha chegado de dinheiro e outros objetos. O dito CARAPEBA, quando chegava a ALTINHO, ia hospedar-se em uma casa grande, assobradada, pertencente a um tal BENEVIDES, em cuja casa também residiam o capitão do Corpo de Permanentes — José Bento Fernandes Barros, o Tenente do mesmo Corpo — Luiz da Costa Porto Carreiro; assim como a música, devidamente armada e municiada para defender-se quando fosse necessário".

"No dia 2 daquele mês, pela Semana Santa, às quatro horas e meia da manhã, na povoação do ALTINHO, quando a soldadesca ia para a prontidão, no lugar de costume, que era entre as paredes duma começada igreja **(o segundo templo religioso erguido no ALTINHO e que mais tarde, quando concluído, serviria de igreja-matriz da freguesia de Nossa Senhora do Ó),** foi recebida por uma descarga dada pelos cabanos que ali estavam ocultos.

"Em vista de tal agressão, aquela gente retrocedeu pelo flanco esquerdo e o sargento Antônio Carneiro, que a comandava, voltou na carreira para o quartel, a fim de avisar aos outros que ali tinham ficado de guarda, e então foi gritando: "— **Alerta! Alerta! gente, que fomos atacados pelos cabanos!**"

"Os cabanos, que se achavam em frente da força, rumaram para o flanco esquerdo e se abrigaram em umas casas começadas, donde faziam fogo de pontaria para a casa do BENEVIDES, onde estava residindo o chefe CARAPEBA, bem como também o seu Estado Maior.

"Já vinha amanhecendo o dia e o fogo dos cabanos ia diminuindo por falta de cartuchame, visto como eles não conseguiram apoderar-se das reservas dos Patriotas, como era seu intento, segundo declarou, depois, um prisioneiro. Tendo moderado o fogo dos cabanos, o comandante CARAPEBA dispôs-se a sair para o quartel, a fim de dar algumas providências. Ao chegar à porta da rua, os soldados que estavam ali de sentinela requereram que ele não saísse, porque, pela referida porta, tinham entrado muitas balas, dos tiros dos cabanos. Porém aquele oficial não pôs caso ao aviso e foi saindo, pondo a espada na cinta. Nessa ocasião foi ferido por uma bala que lhe partiu o osso da coxa na altura da virilha, caindo imediatamente. Sem poder dar mais um passo, os soldados o conduziram para dentro de casa. No quartel nada sabiam ainda do ferimento do comandante; entretanto ali faziam grandes esforços para impedir o assalto à casa onde ele estava residindo.

"Às 7 horas da manhã, quando o fogo já estava muito moderado, o Capitão Comandante saltou para fora do quartel com alguns soldados e, nessa ocasião, foi também ferido por uma bala, que lhe partiu o osso da canela; sendo feridos ainda o sargento Carneiro e o Portela, na mesma ocasião de sair do quartel com dois balaços na coxa direita, que aliás não o privaram de continuar a luta até o fim, enquanto não sentia muito a dor da ferida, como depois aconteceu, com grande intensidade.

"Foi de muito proveito o auxílio das praças que estavam convalescendo no hospital, em número de 20 ou 25, as quais, tomando suas armas, saíram para a luta, comandadas

pelo Cirurgião-mor SIMPLÍCIO ANTÔNIO MAVIGNIER **(o primeiro médico a exercer sua missão no ALTINHO)** e o Capelão José de São Jacinto Mavignier, que animara aos doentes e enfermeiros a enfrentar o inimigo.

"Às 9 horas da manhã, a povoação do ALTINHO continha mais de duzentos homens dos quarteirões de fora, dirigidos pelos respectivos inspetores, quando não mais havia com quem brigar, porque os cabanos já se haviam retirado.

"O prejuízo das forças legais foi apenas de 8 homens e 2 extraviados. Entre os mortos, contava-se o BENEVIDES **(primeiro mártir-herói do ALTINHO na luta pela soberania nacional)**, que foi encontrado em seu sobradinho, por efeito duma bala perdida. Tiveram mais dez feridos, entre os quais o comandante CARAPEBA.

"Quanto ao prejuízo dos cabanos, não foi possível tomar conhecimento, porque eles costumavam conduzir seus mortos e feridos, sendo, todavia, algum tempo depois, encontrados alguns mortos nos matos perto da povoação."

244

A insatisfação era geral em Pernambuco — seca, fome, guerra, falta de verbas públicas, desemprego, abandono dos campos agrícolas, crise política, indiferença total da Regência, na Corte, pela sorte da Província, desconfianças mútuas nas hostes governistas, insegurança em qualquer parte, impunidade para criminosos ricos e poderosos, tudo isso a concorrer para tornar o pernambucano um povo desesperado e sumamente pessimista, principalmente porque não havia nem a quem apelar, visto que a própria justiça praticada em seus tribunais funcionava apenas a peso de ouro, daí advindo substancioso editorial do **Diário de Pernambuco**, em 17 de maio de 1833, em cujo trecho central afirmava-se:

"E tal o clamor geral que se tem levantado contra a classe Magistral, é tão escandalosa a crônica de seus feitos, malversações e venalidade, que, não obstante as honrosas exceções que entre eles se notam, a demissão ou aposentadoria de algum é motivo de público regosijo, a que todos se entregam, mesmo sem indagar se merecida ou não. E quem

dirá que o povo não tem razão? Que não é justo e mui necessário castigar homens que tão despejadamente traficam com a mais santa das obrigações — a de fazer justiça? Que põem em leilão, e a quem mais der, a decisão das causas? Encarregados de decidir segundo as razões e provas apresentadas, das disputas originadas entre os particulares e deveres, e só acham direito em quem melhor paga, e só culpado é o miserável que não tem o que dar e que tem a infelicidade de seguir opinião que não lhe apraz".

Manuel Correia de Andrade **(ob. cit., 204)**, comentando essa triste realidade pernambucana no tempo da **guerra dos cabanos**, afirma que — "nestas condições, sem terra para trabalhar, sem capitais e meios para desenvolver as aptidões comerciais, sem facilidades e garantias em empregos, era natural que a grande maioria da população pobre tivesse que submeter-se aos caprichos e prepotências dos proprietários, formando a sua "clientela", ou reagisse através do banditismo, ou aguardasse o momento em que aparecesse um líder que os arrebanhasse para uma revolução. Revolução que, conforme o momento e as circunstâncias determinantes, poderia ter os mais diversos fins. Seguiriam apenas o chefe em quem confiassem, fosse ele liberal ou absolutista, republicano ou moderado, tivesse ou não alguma idéia a defender".

Assim, compreende-se facilmente o motivo por que um impatriota ignorante e violento como o testa-de-ferro DOMINGOS LOURENÇO TORRES GALINDO, ex-capitão-mor da Vila de Santo Antão, tornar-se-ia líder dos insatisfeitos do Agreste e por onde passava, destruindo propriedades rurais e assassinando adversários políticos, ia angariando a simpatia popular e criando fama de herói e de libertador, quando, na realidade, o poderoso senhor do **Engenho Canha** e da **Fazenda Alexandria** nada mais era que um crápula opressor a serviço de seus interesses imediatos e desserviço da independência do Brasil.

245

Em 1833 havia apenas três Municípios cujas sedes (vilas) situavam-se no Agreste — CIMBRES, de 3 de abril de 1762; GARANHUNS, de 10 de março de 1811; e LIMOEIRO, de 27 de julho de 1811. E nenhuma Comarca puramente agrestina, não obstante ainda funcionar, às vezes, na povoa-

ção do BREJO DA MADRE DE DEUS, com o nome de **Alternativa,** a COMARCA DO SERTÃO DE PERNAMBUCO, a qual, como a própria denominação indica, era também sertaneja e tinha a sua sede localizada ao sabor e aos caprichos de seus juízes-corregedores.

Depois da Constituição do Império (1824), a primeira organização judiciária de Pernambuco operou-se em 1833, em decorrência do **Código de Processo Criminal,** surgido no ano anterior, quando a Província era dividida em nove Comarcas; RECIFE, GOIANA, LIMOEIRO, SANTO ANTÃO, BREJO (Brejo da Madre de Deus), FLORES, BONITO, RIO FORMOSO e NAZARÉ.

Na nova divisão judiciária da Província, conforme determinação do Conselho Geral de Pernambuco, presidido por Manuel Zeferino dos Santos, datada de 20 de maio de 1833, quem mais se prejudicava era o Município de OLINDA, que, além de deixar de ser cabeça de Comarca, reduzia-se a simples Termo anexo à Comarca do RECIFE; e quem mais se beneficiava era a povoação do BONITO.

De fato, o BONITO recebia duplo benefício com a resolução do Conselho Geral da Província, visto que, de simples povoação, que nem freguesia ainda era (esta somente irá surgir em 1839), passava à categoria de Vila/Município e via o seu distrito elevado à condição de Comarca. O caso era tão singular que, empolgados pelo duplo acontecimento, os primeiros vereadores bonitenses, através de edital de 11 de novembro de 1833, noticiando a instalação de sua Câmara Municipal, diriam: "A Providência quís que, em menos de cinqüenta anos, de uma terra inculta e despovoada despontasse uma formosa povoação, populosa, com um Termo cheio de prodigiosas riquezas naturais, cultivando os seus habitantes todos os gêneros necessários ao nutrimento e usos da vida, e com um comércio ativo, importantíssimo, e que sem requerição alguma se viu premiado com a categoria e dignidade de vila e comarca".

A transcrição baseia-se em Pereira da Costa **(Anais, IX, 511-514),** que, comentando a afirmação da Câmara Municipal do BONITO sobre não ter havido "requerição alguma" para a promoção do lugar a Vila e Comarca, esclarece:

"Ocorreu, porém, que em 1832, quando o governo cogitava de dar execução ao Código do Processo Criminal, e para o que era a criação de novas Comarcas, ouvisse a respeito os capitães-mores das antigas Ordenanças, opinando o capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo **(que desde 6 de maio de 1831 estava suspenso das funções de capitão-mor da vila de Santo Antão e, rebelando-se contra o governo, não mais voltaria a exercer o cargo),** cujo distrito jurisdicional chegava ao povoado do Bonito, que devia ser este a vila e cabeça de uma nova comarca ao sudoeste da Província, de preferência a outros mais antigos, como Gravatá, Bezerros, Caruaru, ALTINHO e Panelas de Miranda, sendo assim acatada a sua opinião".

Tudo indica que o esclarecimento de Pereira da Costa não representa a expressão da verdade, pois o **Código de Processo Criminal** somente surgiu em fins de 1832, quando DOMINGOS LOURENÇO TORRES GALINDO, além de não mais ser capitão-mor, já vivia na ilegalidade, perseguido pelas forças governistas envolvidas na **guerra dos cabanos,** e comandando inimigos do mesmo governo, que, por certo, não iria ouvir a sua opinião para coisa alguma e muito menos sobre problemas do BONITO, em cujo distrito quem mais vinha perturbando a ordem pública era exatamente TORRES GALINDO.

Assim, o motivo em que se baseou o Conselho Geral da Província para beneficiar tanto o BONITO, prejudicando outras povoações na época bem mais importantes, como o ALTINHO, por exemplo, que, além de mais importante, era mais antiga, deve ter sido outro, nunca a opinião do rebelde TORRES GALINDO. Seja como for, fugindo à tradição em Pernambuco, a povoação do BONITO, antes de ser freguesia, elevava-se às categorias de Vila/Município e de Comarca, mesmo tendo, na ocasião, o seu território a servir de palco para batalhas diversas da **guerra dos cabanos.** O ato do CGP é o mais ilógico que se possa imaginar, mas aconteceu e o acontecido é irreversível.

246

José Aragão **(ob. cit., I, 177),** sem anunciar a fonte em que bebeu a notícia, informa:

"Em virtude da Resolução de 17 de maio de 1833 **(na verdade, é de 20.05.1833)** do Conselho Geral da Província, foi a povoação do Bonito elevada a Vila, constituindo-se município autonomo **(erro crasso, pois a autonomia municipal do Bonito somente aconteceu em 1893)**, desmembrado do de Santo Antão, abrangendo o seu território a freguesia de São José dos Bezerros, que compreendia, além do Bonito, as povoações de Bezerros, Gravatá, Caruaru, São Caetano, Altinho, São Bento e Bebedouro".

Na pequena informação há equívocos, além do da data: 1.º — BONITO, em 1833, tornava-se Município, porém não "município autônomo", pois, durante o Império, não houve autonomia municipal no Brasil. Esta somente iria surgir com a Constituição de 1891, já na fase republicana. Todos os Municípios de Pernambuco, sem exceção, ganharam sua emancipação política, isto é, tornaram-se autônomos de fato e de direito, somente de 1893, inclusive, por diante; 2º — o Município do BONITO, ao constituir-se, em 1833, tinha o seu território desmembrado, em parte, do de SANTO ANTÃO e, também, do de GARANHUNS; e 3º — à freguesia de São José, dos BEZERROS, não pertenciam as povoações do ALTINHO, SÃO BENTO e BEBEDOURO, as quais, até 20 de maio de 1833, tendo sido desmembradas do Município de OLINDA, integravam o território municipal de GARANHUNS, como o informa Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., II, 19)**, que diz que, para a composição do Município bonitense, "do território de Garanhuns foi desmembrado o que compunha os distritos do ALTINHO, Quipapá, Panelas e Capoeiras (Belém de Maria)". Alfredo Leite se esqueceu de incluir o distrito de BEBEDOURO (atual Agrestina).

247

Aos 24 de setembro de 1834 desaparecia o motivo pelo qual lutavam os **cabanos**, os **regressistas**, os **caramurus** de todo o Brasil, isto é, falecia em Portugal o Duque de Bragança, Pedro I para os brasileiros, Pedro IV para os lusitanos.

Somente no mês de novembro seguinte é que a notícia de seu desenlace chegaria a Pernambuco, trazendo naturais frustrações para os portugueses e os maus brasileiros patrocinadores da **guerra dos cabanos**, os quais, vendo-se perdidos, iriam cortando as verbas destinadas às aquisições

de armas e munições para envio a Vicente de Paula e seus comandados.

O presidente da Província, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, pensava que, com a morte do ex-imperador do Brasil, o movimento **regressista** extinguia-se para sempre e que a luta em JACUÍPE, PANELAS DE MIRANDA, LAGOA DOS GATOS e adjacências iria ser suspensa imediata e definitivamente, por falta de motivação, já que era público e notório que a **cabanada** era uma campanha visando restaurar-se o império de Pedro I. Mas, contrariando o pensamento do presidente, os **cabanos,** não se conformando com a deposição das armas pura e simplesmente, tocava a luta para a frente, embora com muito menor intensidade. Seja como for, ainda causariam muitas dores de cabeça aos governantes em geral.

Com a diminuição das atividades bélicas e a volta de muitos agricultores aos campos do Agreste Meridional de Pernambuco, o povo do ALTINHO, também pensando já viver tempo de paz e de prosperidade, voltava a apelar para o governo acerca de antigo pleito da sociedade local, qual seja o referente à promoção do povoado à categoria de freguesia. O pleito era dos mais justos e oportunos; e os altinenses, que em sangrenta batalha de vida e morte, a única batalha, aliás, de expressiva vitória para as forças legalistas, deram tudo de si em favor do governo, agora esperavam a retribuição com a sonhada criação da freguesia de Nossa Senhora do Ó, para a concretização do que, fazia anos, vinham construindo, às suas expensas, um novo templo religioso na sede distrital. O governo, contudo, mais uma vez não atendia às pretensões dos altinenses, ou antes, tratava de adiar seu atendimento para mais tarde, quando já estivesse em pleno funcionamento a Assembléia Legislativa Provincial, novidade a causar sensação em Pernambuco inteiro, principalmente pela caça ao voto, feita em todos os distritos, para o pleito eleitoral premarcado para efetivar-se em 30 de outubro de 1834. Os candidatos a uma cadeira na **ALP,** sem exceção, andavam em plena cabala por seus respectivos colégios eleitorais, prometendo mundos e fundos aos eleitores é procurando agradar a todo o mundo ao redor.

Os altinenses também se empolgavam com a campanha eleitoral e deixavam a luta pela criação de sua paróquia para quando Deus lhes desse bom tempo, entregando-se aos

candidatos de seu colégio e subdividindo-se nas suas preferências aos postulantes de cargos eletivos, os quais visitavam o ALTINHO e eram recebidos com entusiasmo invulgar pela população em peso.

Nesse pleito pioneiro em Pernambuco, os candidatos à Assembléia Legislativa Provincial, pelo colégio do BONITO (ao qual pertenciam os distritos do ALTINHO e de BEBEDOURO), eram o cel. LOURENÇO BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE (o da **Fazenda das Panelas),** padre FRANCISCO JOSÉ CORREIA e padre-doutor FRANCISCO JOAQUIM DAS CHAGAS.

248

Desde o ano anterior, havia surgido uma questão entre GARANHUNS e BONITO, acerca de seus limites territoriais. A pendenga findava em favor dos bonitenses, cuja Câmara Municipal, em 8 de novembro de 1834, participava ao presidente da Província haver dividido o seu Município em 11 distritos e fixado as "paradas" (estacionamentos) de suas Companhias e Batalhões da Guarda Nacional.

Os distritos bonitenses, oficialmente, eram estes a seguir:

1º — BONITO, sede da vila; 2º — ABA DA SERRA (atual SÃO JOAQUIM DO MONTE); 3º — ALEXANDRIA (vindo da fazenda de igual nome, pertencente a Domingos Lourenço Torres Galindo, **regressista** notório. Atual CAMOCIM DE SÃO FÉLIX); 4º — BARRA DA PALMEIRA; 5º — CRAUATÁ (atual GRAVATÁ); 6º — BEZERROS; 7º — CARURU (atual CARUARU); 8º — SÃO CAETANO DA RAPOSA (atual SÃO CAETANO); 9º — SÃO BENTO (atual SÃO BENTO DO UNA); 10º — ALTINHO; e 11º — BEBEDOR (depois BEBEDOURO e atualmente AGRESTINA).

Além da divisão distrital, a Câmara Municipal do Bonito estabelecia os limites de cada distrito, como, por exemplo, os destes dois de mais interesse para as finalidades deste livro:

"O décimo Distrito do ALTINHO principiará da Fazenda da Laje **(pertencente aos PONTES e RIBEIRO DE ANDRA-**

DE) pelo Rio Una acima até a Fazenda Cachoeirinha inclusive o Riachão do Morais; e, para a parte do sul, todas as suas águas, inclusive o Rio Chata, e pelo norte todas as suas águas, inclusive todo o Termo que antigamente havia Juízes de Paz e que hoje não existem e nem se pode aviar pela falta de habitantes".

"O décimo primeiro Distrito do BEBEDOR principiará da barra do Guandu, subindo pelo Riacho acima para o sul até topar com a Estrada do Tabuleiro, seguindo por ela até chegar no caminho que entra para Gravatá-Açu; e seguindo esta estrada até este lugar; e daí voltará em linha de norte ao lugar Saquinho e na mesma linha ao Imbuzeiro e Fazenda da Laje, Sítio Batinga **(da família BATINGA DE PONTES)** e à casa do Capitão Francisco Xavier de Omena **(já citado, anteriormente, neste livro)**, inclusive os brejos Jardim e Terra Vermelha, e pelo cume da Serra do Mendes a topar a estrada de Garanhuns até o lugar denominado Veado Magro exclusive, e daí voltará para o sul, ao Sítio dos Tanques, ao Olho Dágua de Miguel dos Anjos, Fazenda e Casa de Alexandre José de Lira e Manuel Cacimbu, ao Brejo do Uruaí, à casa de José Ferreira, e seguirá pelo riacho São Domingos abaixo até sua barra no Una, e atravessando este rio desce por ele abaixo até a barra do Guandu, onde teve princípio".

249

Aos 14 de novembro de 1834, o presidente Manuel de Carvalho expedia ao juiz de paz do ALTINHO, capitão PEDRO ANTÔNIO DE SOBRAL, ofício-circular, comunicando-lhe que — "os cabanos estão, além de extremamente reduzidos, impotentes pela falta de recursos; e devendo concorrer para a completa extinção desses malvados salteadores a morte de Pedro I, que teve lugar no dia 24 de setembro do corrente ano, cuja notícia acabo de receber oficialmente do Cônsul Brasileiro em Lisboa", — "mistér se faz aliviar os cofres públicos desta Província e reduzir as forças que atualmente se acham empregadas nos diferentes pontos do Acampamento".

A medida seria justa e oportuna se as forças legalistas em combate houvessem destroçado os redutos dos **cabanos** ou ao menos prendido seus chefes em ação nas matas de JACUIPE e PANELAS. Nada disso porém acontecera e a medida era bastante precipitada, pois VICENTE DE PAULA, JOÃO TI-

MÓTEO DE ANDRADE e outros **cabeças** da campanha **regressista** ainda dispunham de muitas armas e de grande quantidade de munição de guerra, tendo, além do mais, muita gente inconformada sob o seu comando — principalmente negros escravos foragidos dos engenhos da Zona da Mata e dispostos a morrer lutando ao invés de voltar pura e simplesmente para a humilhação e as atrocidades típicas do cativeiro em Pernambuco, com justa razão, aliás, — e assim, com o abrandamento da luta no lado governista, a guerra iria em frente e duraria ainda bastante tempo, muito embora sem o patrocínio dos portugueses capitalistas e dos brasileiros **regressistas** em geral, como antigamente.

Seja como for, no distrito do ALTINHO a notícia da morte de Pedro I entristecia os **regressistas** locais, mas, ao mesmo tempo, provocava intensa alegria entre os partidários do governo, os quais passavam a comemorar o falecimento do Duque de Bragança como uma legítima vitória das forças legalistas, tomando-se porres homéricos e soltando-se por isso inúmeros foguetões no futuro pátio da matriz, em cujo largo havia "passeata", vivórios ao governo constitucional e discursos contra os inimigos da Pátria.

250

Fora dos limites da zona ainda conflagrada, permanecia o inconformismo dos moradores do ALTINHO, do CARURU e dos BEZERROS pela elevação inesperada do BONITO às categorias de Vila/Município e de Comarca. Alegavam que o lugar, muito novo ainda, não tinha condições, inclusive financeiras, para a manutenção de um tão grande privilégio. Em face das representações apresentadas por esses moradores, o presidente da Província escrevia ao Dr. Antônio Batista Giritana, juiz de Direito do BONITO, pedindo-lhe esclarecimentos acerca da situação de sua Comarca. Com relativa objetividade, aquela autoridade agora respondia a Manuel de Carvalho, apresentando-lhe "relatório do estado da Comarca do Bonito, de suas precisões e das providências que carece", de cujo documento se transcrevem estes trechos principais:

"Ilmo. e Exm. Snr. O número de povoações que possui esta Comarca; a fertilidade de quase todo seu terreno; a sua grande extensão; o considerável número de habitantes que em si possui; a paz e harmonia que entre os mesmos existem;

e finalmente a acertada criação da Povoação do Bonito em Vila e cabeça de Comarca mostram a grande coisa que para o futuro há de vir a ser esta Comarca.

"Esta Comarca, Exmo. Snr., compreende, como V. Excia. sabe, esta Vila e as povoações de Caruaru, Bezerros, Crauatá, Bebedouro, São Bento, ALTINHO, Panelas de Miranda, Quipapá, Poço Redondo e Capoeiras.

"Estas quatro últimas se acham hoje inabitadas, sendo a causa de semelhante coisa a Guerra dos Cabanos, porém apenas se ultimar semelhante guerra elas tornarão ao seu antigo estado.

"A mesma Comarca compreende em si onze distritos de paz, os quais são Bonito, Aba da Serra, Alexandria, Crauatá, Bezerros, Caruaru, Bebedouro, São Bento, ALTINHO São Caetano e Barra **(atual Barra de Guabiraba)**, e muito maior número de distritos se poderia compreender a não ser o estado de aniquilação a que hoje se acham reduzidas as Povoações de Panelas de Miranda, Quipapá, Poço Redondo e Capoeiras **(atual Belém de Maria)**.

"Se hoje não existisse mais a facção dos Cabanos, eu poderia afirmar a V. Excia. que a paz e a segurança individual existiam em todos os pontos desta Comarca".

"A falta de uma Cadeia nesta Vila tem sido causa de fugirem todos os criminosos que se prendem nesta Comarca, os quais sendo recolhidos ao Quartel do Destacamento desta Vila facilmente se evadem, recebendo assim a impunidade em prêmio de seus delitos".

"A falta de um Cirurgião e de uma botica nesta Vila tem agora mais que nunca se tornando sensível. Há seis dias pouco mais ou menos chegou a esta Vila uma ambulância **(caixão de medicamentos)**, porém esta de pouco poderá servir, em razão de não haver aqui Cirurgião algum que possa fazer aplicação de suas drogas. Portanto é de absoluta necessidade que haa nesta Vila um Cirurgião, mandado pelo Governo Provincial e pago pelo cofre da Província, devendo semelhante Cirurgião curar gratuitamente todos os pobres desta Comarca".

"A Câmara desta Vila não tem patrimônio algum com que possa remediar suas precisões, e por isso se lhe deve dar quanto antes um patrimônio".

"Um Destacamento de Nacionais, composto de um Oficial inferior, dois Cabos, um Corneta e vinte Soldados, existe nesta Vila.

"Um Batalhão de Guardas Nacionais existe nesta Vila, outro em Bezerros, duas Companhias em Caruaru e uma em cada uma das Povoações de ALTINHO, S. Bento, Crauatá e Bebedouro. O Batalhão desta Vila se acha quase desarmado, tanto assim que apenas tem trinta armas, e algumas destas arruinadas. O mesmo, ou pior, creio que acontece ao Batalhão de Bezerros e às Companhias de Caruaru, Crauatá, S. Bento, ALTINHO e Bebedouro. Portanto, faz-se preciso armamento tanto para os dois Batalhões desta Comarca, como para as Companhias da mesma.

"A criação de uma aula de Latim nesta Vila, além de ser de absoluta necessidade, muito concorrerá para promover o amor das Ciências nesta Comarca.

"A criação de uma escola de meninos nesta Vila faz-se de absoluta necessidade.

"Escolas de primeiras letras existem nesta Vila e nas Povoações de Bezerros, ALTINHO **(sob a regência do professor Francisco Joaquim de Barros Correia)** e Caruaru; e as mesmas devem haver nas Povoações de Crauatá, Bebedouro e S. Bento".

"A criação de uma nova Vila nesta Comarca se faz muito precisa, devendo esta ser criada na Povoação do ALTINHO, e compreender em seu Termo as Povoações de S. Bento, Quipapá, Panelas de Miranda e Poço Redondo.

"Deste modo, Exm. Snr., tenho satisfeito ao que S. Exc. de mim exigiu, permitindo-me V. Exc. que eu note que se a Assembléia Provincial considera esta Comarca como é de se esperar, o que venho expor, breve está Comarca virá a ser uma das primeiras da Província.

"Bonito, 24 de março de 1835 — **Antônio Baptista Gitirana,** Juiz de Direito e Chefe de Polícia."

Ao que se sabe, documentadamente, era o Dr. Antônio Batista Gitirana a primeira autoridade a sugerir ao governo pernambucano a criação da Vila/Município do ALTINHO, com um Termo Municipal formado pelo próprio ALTINHO e mais os distritos de São Bento, Quipapá, Panelas de Miranda e Poço Redondo. A idéia, justa e oportuna, seria encaminhada à Assembléia Legislativa Provincial, cujos trabalhos pioneiros tinham início no 1º de abril, estendendo-se sua primeira sessão até o dia 11 de junho de 1835, sem se tornar realidade a sugerida promoção do povoado altinense a Município do ALTINHO, por motivos inexplicáveis. A injustiça era flagrante.

251

O padre-deputado FRANCISCO JOSÉ CORREIA, na 1a. sessão da Assembléia Legislativa Provincial, transformava a sugestão do juiz GITIRANA em projeto-de-lei, mudando porém o nome do ALTINHO para o de BEZERROS.

No Agreste, por causa da projetada criação de um segundo Município dentro da jurisdição da Comarca do BONITO, desentendiam-se as populações de Bezerros, Caruaru e ALTINHO, cada qual pretendendo agora fosse a sua, exclusivamente a sua, a povoação a ser elevada a categoria de Vila. Não sendo isso possível, lutavam pela transformação do projeto-de-lei do pe. Correia, de criação de uma única Vila, em projeto de 3 Vilas. Inconformados com semelhante pretensão de seus subordinados distritais, os bonitenses entravam na questão e, através das colunas do **Diário de Pernambuco,** de 14 de julho de 1835, davam publicidade a esta representação:

"Snrs. Redatores. Por obséquio queiram publicar no seu **Diário** as cópias da representação que fez o Povo, à Câmara da Vila do Bonito contra o Deputado Padre Francisco José Correia, de cujo obséquio lhe ficará agradecido — **O Japicanga.**

"Ilmos. Snrs. Homens inimigos do nosso bem estar e do sossego público têm semeado um extraordinário temor nos habitantes desta Vila, persuadindo-os de que nessa Ilustre Assembléia se projetava o aniquilamento dos habitantes desta Vila com a criação de três Vilas em seu Termo, nas Povoações de Bezerros, Caruaru e ALTINHO, e supressão da Cabe-

ça dela, ficando por esta forma esta Vila na maior decadência que é possível imaginar, muito principalmente pelo pouco terreno que com semelhantes divisões lhe pode restar; e sendo para temer que semelhante projeto não venha trazer-nos um resultado funesto, que cesse o resto das nossas futuras desgraças. É por tais motivos que levamos à presença de Vv. Ss. a representação inclusa, para que Vv. Ss., como dotados de patrióticas luzes, tomando em consideração, possam obrar a semelhante respeito com imparcialidade e justiça, que tanto cumpre. Deus guarde a Vv. Ss. — Vila do Bonito em Sessão Extraordinária de maio de 1835.

"— **(Aos)** Ilmos. Snrs. Presidente e Membros da Assembléia Provincial de Pernambuco. — Estavam assinados o Presidente **(da Câmara Municipal do Bonito)** e mais Camaristas."

A "representação inclusa" era assim redigida:

"— Ilmos. Snrs. da Câmara Municipal. Dizem os habitantes desta Vila do Bonito, abaixo-assinados, que, achando-se os suplicantes tranqüilos e satisfeitos pela criação e divisão desta Vila e Comarca, que por sorte lhes coube, e quando pretendiam no regaço da paz ir colhendo os frutos que de tão sábia criação lhes devia prover: Eis quando agora uma nuvem escura contra os suplicantes se levanta pela estrondosa notícia de que um ingrato Deputado da Assembléia Provincial, habitante deste Termo, abusando da boa fé de seus Concidadãos, que o ajudaram a elevar ao lugar que hoje ocupa, aleivosamente trama contra o sossego dos suplicantes, querendo que no Termo desta Vila sejam criadas três Vilas por divisões caprichosas e a seu molde, prometendo aos que o bajulam que até mesmo a Cabeça da Comarca deixará de existir, para que esta Vila se torne sujeita à Comarca de Santo Antão.

"Ilmos. Snrs., como será possível sofrer os suplicantes que uma Vila, como esta, que se acha centralmente plantada em um fértil terreno, rodeada de Povoações e já florescente, depois de sua criação, seja hoje reduzida a zero, tirando-se até todas as Povoações do seu Termo? Como se poderá sofrer a mudança da Cabeça da Comarca desta Vila, que por ela tantos benefícios resultam a seus habitantes, para se ir mendigar em uma Vila tão distante? Isto é intolerável, e só um mentecapto poderia assim projetar.

"E para que com tempo se possa evitar a maior das desgraças, levam os suplicantes à presença de Vv. Es. o expendido, para que, tomando em consideração, possam Vv. Ss. fazer sentir à Ilustríssima Assembléia Provincial que, como dotada de luzes e patrióticos sentimentos, desprezará semelhante projeto, como interessada no bem-estar e sossego de seus Concidadãos, do que Esperam Receber Mercê (Estavam assinadas 219 pessoas. — Estavam reconhecidas)."

252

A representação bonitense era indelicada e infeliz, pois, na verdade, o padre-deputado FRANCISCO JOSÉ CORREIA apenas apresentara projeto-de-lei no sentido de que a vila a ser criada dentro da jurisdição da Comarca do BONITO, ao invés de no ALTINHO, como propusera o juiz ANTÔNIO BATISTA GITIRANA, fosse situada em BEZERROS. Os habitantes de Bezerros, Caruaru e ALTINHO é que, por sua conta e risco, haviam sugerido a criação de três vilas dentro da mesma jurisdição. Por isso, já que a Assembléia Legislativa Provincial estava em recesso desde 11 de junho, só reabrindo seus trabalhos parlamentares no ano seguinte, o padre Francisco José Correia, aos 17 de julho de 1835, também fazia do **Diário de Pernambuco** sua tribuna, para repelir as acusações dos moradores do Bonito, dizendo-lhes:

"Snrs. Redatores. Quando certos sujeitinhos da desgraçada Vila do Bonito julgavam que me caluniavam, mandando dar ao prelo o requerimento que fizeram à sua Ilustríssima Câmara em nome do povo, com 219 assinaturas; me fizeram a maior honra e o obséquio possível: injuriado me considerava eu se eles me fizessem algum elogio, ou me dessem algum louvor; pois ainda que eu não tivesse bastante conhecimento do caráter desses tantos ou quantos que redigiram o requerimento, neste os conheci, e vi que árvore se conhece pelos frutos: as mentiras claras e bem publicas no requerimento exaradas depõem contra eles e me dispensam de as demonstrar. Rogo a Vmcs. queiram dar um cantinho no seu **Diário** para aparecer ao judicioso público esta minha satisfação, do qué lhes ficará muito obrigado o seu servo — **Deputado — Padre Francisco José Correia.**"

Na edição de 24 de julho, o **Diário de Pernambuco** ainda voltava ao assunto, agora publicando mais este esclarecimento:

"Snrs. Redatores. Lendo no seu **Diário** nº 124 a representação dos habitantes do Bonito, que tem por fim menoscabar a ilibada conduta do ilustre Deputado Provincial Francisco José Correia, reputando-o instrumento da criação destas novas vilas em despeito da do Bonito, cumpre levar ao conhecimento do público a sem razão com que aqueles mal agradecidos homens censuram o procedimento de tão digno Deputado. Ele, Snrs. Redatores, não projetou a extinção daquela Vila e nem a criação de três; reclamou sim pela criação de duas novas vilas nas Povoações do ALTINHO e Bezerros, que abundam de muito povo, onde a Lei e a Justiça abrangem com mais prontidão e energia; ele olhou a comodidade dos povos e não ao interesse particular; ele atendeu à situação topográfica dos limites de cada uma das novas Vilas e ao incômodo que os seus habitantes sofreriam em caminharem doze a quatorze léguas, quando só lhes bastavam cinco até seis. Ele imitou aos sábios Legisladores que com conhecimento de causa aplicam o remédio ao mal que está iminente. A Povoação do ALTINHO fica ao menos 12 léguas da Vila do Bonito, e daí para a Povoação dos Bezerros 8 a 9 léguas, o que é melhor: trabalhar na sua mesma Vila sem maior incômodo, ou andar tanto caminho fora de suas famílias? Isto não tem resposta.

"Eis aqui, Snrs. Redatores, o que obrigou aquele digno Deputado a obrar da maneira que aparece no seu Projeto, o qual o torna digno das felicitações dos seus constituintes e não das odiosidades que sobre ele fazem pesar os habitantes do Bonito. Queiram portanto, Snrs. Redatores, inserir estas limitadas linhas no seu **Diário**, pelo que lhes ficará obrigado o seu leitor, muito oficioso — **Manuel Gomes da Silva.**"

A questão dos novos Municípios do Agreste somente voltaria a ser debatida, oficialmente, na tribuna da Assembléia Legislativa Provincial, em 1836, mas agora, por sua causa, os altinenses, como os caruaruenses e os bezerrenses, viviam encrespados contra os bonitenses, não querendo inclusive obedecer às determinações das **Posturas Municipais do Bonito,** as quais, por força de lei, deveriam ser aplicadas nos distritos do ALTINHO, do CARUARU e dos BEZERROS.

O primeiro bispo a pisar o solo do ALTINHO foi D. João da Purificação Marques Perdigão, que realizou o feito histórico em fins de 1836, conforme o conta em seu **Itinerário de Visitas**, quando, na qualidade de "Bispo de Pernambuco", resolvera percorrer paróquias interioranas de sua vasta Diocese, penetrando em cheio no Agreste e iniciando a prolongada excursão precisamente aos 19 de outubro daquele ano, pela freguesia de Jaboatão, de onde passou para a de Santo Antão e daí rumou para o povoado de Crauatá (atual Gravatá) e para a freguesia de Bezerros. De Bezerros foi até o Bonito, onde se encontrou com o padre-deputado Francisco José Correia, tantas vezes citado neste livro. Do Bonito se dirigiu para Caruaru, onde se hospedou na casa do capêlao local, pe. Nemésio de São João Gualberto, futuro vigário de Garanhuns.

"Saí desta povoação **(de Caruaru)** pelas 9 horas da manhã **(de 31.10.1836)**, acompanhado de muitos cavaleiros por espaço de 2 léguas; e cheguei ao lugar denominado GADO BRABO **(sic, por GADO BRAVO)**, onde passei a calma, muito bem hospedado e recebido com toque de sinos, de música e tiros, em demonstração de regosijo. No oratório desta casa crismei algumas pessoas vizinhas, e depois do jantar me dirigi à povoação do ALTINHO, onde cheguei pela 6 da mesma tarde, acompanhado de mais de 100 cavaleiros, que desta povoação vieram ao meu encontro. Fui hospedado pelo vigário **(de Garanhuns, pe. Agostinho de Godoy e Vasconcelos)** na mesma casa **(assobradada)** onde o Carapeba **(Capitão JOSÉ FRANCISCO VAZ DE PINHO E CARAPEBA, herói-mártir da guerra contra os cabanos)** recebeu os tiros causativos de sua morte, e nesta noite se iluminaram **(sic)** a povoação.

"Dia 1 de novembro. Amanheci com uma grande indigestão, proveniente de água **(de cacimba)** que bebi no meio da estrada, e de ter caminhado, logo depois de jantar, pela força do sol.

"Dia 2. Amanheci melhor, e depois de despachar vários requerimentos, mandei chamar D. Francisca, administradora da capela de Panelas, para com ela tratar acerca da trasladação do patrimônio da dita capela, a qual existe em terras da dita D. Francisca **(FRANCISCA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MIRANDA, viúva de JOSÉ DE MIRANDA SANTIA-**

GÓ, que era filho do Capitão **FRANCISCO RODRIGUES DE MELO, fundador da capela do Bom Jesus dos Remédios, na sua FAZENDA DAS PANELAS, de onde vem a povoação de igual nome. Na administração da capela, Dona Francisca seria sucedida pelo filho, capitão EUSÉBIO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE),** estando mui vizinho aquele patrimônio, inútil porém por estar fora do terreno em que está situada a capela, não se pôde ultimar este negócio, dependente da vontade de muitos herdeiros, aos quais contudo a mesma D. Francisca se obrigou a falar, para que de boa vontade cedessem a terra em que está fundada a capela, aceitando em recompensa o patrimônio, por estar mui próximo e não haver prejuízo. Neste dia chamei João Francisco da Silva, por ter abandonado sua honrada mulher, para ter comércio **(isto é, para amasiar-se)** com duas mulheres vizinhas, de quem tem seis filhos, e, depois de uma tocante exortação, prometeu não as comunicar mais, conduzindo seus filhos para a sua casa, e o vigário ficou encarregado de ultimar este negócio com eficácia.

"Dia 3. Celebrei missa pelas 8 horas, assistindo muitas pessoas de um e outro sexo, e dei a sagrada comunhão a mais de 20 pessoas, que se tinham confessado, e depois dei audiência e despachei vários requerimentos. Pelo meio dia chamei o padre Antônio Couto **(reverendo ANTÔNIO ALVES COUTO, aqui já referido no tópico 225),** para lhe estranhar o procedimento de embriagar-se, **(de ser)** intrigante e concubinado com uma prima **(mulher da família CALLADO, de Garanhuns, a qual, por seu relacionamento com o padre Couto, tornou-se mãe, inclusive de uma grande figura da sociedade altinense — o político ANTÔNIO ALVES DA COSTA COU- que, em 1856, pelo distrito do ALTINHO, foi eleito vereador, com assento na Câmara Municipal de Caruaru),** posto que me constou que já estava corrigido da embriaguês, e assegurando-me o dito padre que a dita sua prima existia 3 léguas distante dele, determinei tomar mais exatas informações. De tarde, pelas 5 horas, crismei quase 700 pessoas, com prática no fim contra os concubinatos, adultérios etc.

"Dia 4. Despachei vários requerimentos e pelas 9 horas crismei quase 600 pessoas. Igualmente admoestei a Francisco Paes Sarmento, para que casasse com a sua concubina, o que ele prometeu fazer quanto antes ou dotá-la para casar com outro, resolvido a deixar a má vida, atentas às razões que lhes expus, agradecendo-me ao mesmo tempo a suave e

doce correção para bem de sua alma. Neste dia me certifiquei acerca do Padre Couto, e fui certificado que sua prima não estava com ele, e constando-me que o dito padre por várias vezes a visitava, imediatamente diligenciei que fosse entregue à sua mãe, determinando que o vigário **(de Garanhuns)** nomeasse para seu estoler, em lugar do dito padre, ao padre Valença **(reverendo JOSÉ RODRIGUES VALENÇA, professor e fazendeiro em SÃO BENTO, o qual, em matéria de mulher, também não era lá muito católico, sendo público e notório que ele mantinha amásia e filhos)**, por ser mui digno para exercer este ministério. O mesmo vigário **(GODOY)** convencionou comigo confiar a jurisdição paroquial no distrito do ALTINHO **(então entregue aos cuidados do irresponsável padre Antônio Alves Couto)** ao dito padre Valença independente dele vigário, por distar da matriz **(de Garanhuns)** 20 léguas, ao que anuí para bem geral daqueles povos, muito satisfeitos com tal deliberação. Pelas 5 horas **(da tarde)** crismei quase 500 pessoas.

"Dia 5. Celebrei missa pelas 9 horas no altar de Nossa Senhora das Dores, assistindo muitas pessoas, algumas das quais receberam a sagrada comunhão pela minha mão, depois de confessados. Despachei vários requerimentos, crismei mais de 200 pessoas. Neste dia chamei o adúltero João de Deus, e o corrigi acerca dos excessos praticados, prometendo ele emendar-se. Também chamei o já mencionado João Francisco da Silva, para lhe estranhar asperamente o procedimento contrário à promessa que me fez, visto que a suavidade não tinha produzido efeito, atendo o que, o deixei recomendado ao subprefeito **(cargo na época equivalente ao de subdelegado de polícia, nada tendo a ver com os futuros subprefeitos da fase republicana no Brasil)** PEDRO ANTÔNIO DE SOBRAL **(agricultor-proprietário em Cachoeira Grande)**, bem como todos os outros, para usar dos meios legais. Veio também à minha presença N. dos Santos, concubinado, e depois que o admoestei, prometeu casar dentro de um mês. Também neste dia mandei chamar a mãe do Padre Couto, para que esta cooperasse, quanto pudesse, a fim de que seu filho não tivesse mais comunicação com sua prima, que devia ser entregue à sua mãe, ainda mesmo pela coação, visto que ela tinha repelido de si o seu marido. Como porém este desígnio não era praticável, convencionamos em que falasse eu aos irmãos desta mulher casada, para um deles a receber em sua casa, procurando persuadí-la a praticar este arbítrio; que os mesmos irmãos aprovavam, segundo constava.

"Dia 6. Celebrei pelas 7 horas, e dei a sagrada comunhão a 6 pessoas. Chamei o Padre Couto e novamente argüí acerca do procedimento com sua prima, protestando mandá-lo sumariar, se ele não se corrigisse, certificando-o ao mesmo tempo que eu passava a dar todas as providências pelo subprefeito da povoação. Pelas 10 horas crismei mais de 300 pessoas, e de tarde pelas 5 saí desta povoação **(do ALTINHO)** acompanhado de muitos cavaleiros e me dirigi à casa de João José Martins, no Catolé, onde cheguei pelas 6 e meia da mesma tarde, tendo sofrido uma queda, logo que saí da dita povoação, por causa de estar o meu cavalo ofendido de uma mão.

"Dia 7. Saí desta casa com alguns cavaleiros pelas 6 horas da manhã, tendo antes escutado uma mulher casada e outra solteira, as quais recomendei ao subprefeito, para por meio da lei remediar os males que me foram expostos. Cheguei à casa de João Benevides Muniz Falcão, no Riacho Doce, pelas 8 e meia da mesma manhã..."

Deixando as terras do ALTINHO, no dia 8 de dezembro D. Marques Perdigão já estava acomodado no distrito de SÃO BENTO, onde anota: "...falei com os irmãos da prima do Padre Antônio Alves do Couto, e convencionamos o melhor modo de a poder afastar da comunicação com seu primo, ainda mesmo falando acerca de tal objeto ao prefeito **(simples delegado-de-polícia)** de Garanhuns, visto que o subprefeito do ALTINHO não podia ingerir-se sem perigo de vida. Quís nesta ocasião suspender **(de ordens)** o dito padre, porém julguei necessário fazê-lo alguns dias depois."

De SÃO BENTO, o bispo se passou para JUPI e, no dia 12, já se achava em GARANHUNS, onde faz esta anotação em seu livro de viagens: "Em conseqüência de grave inconveniente, proveniente da saída do Padre Valença da povoação de São Bento, de comum acordo com o vigário **(GODOY)** de Garanhuns determinei que o dito padre assistisse algum tempo no ALTINHO, e por alguns dias em SÃO BENTO, a fim de contentar os povos, enquanto não aparece um sacerdote idôneo e até que a Assembléia **(a Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco)**, delibere acerca da divisão da freguesia **(de Garanhuns)**, que muito se faz mister" **(D. Marques Perdigão já havia aprovado a subdivisão da freguesia de Santo Antônio, de Garanhuns, e a conseqüente criação da paróquia**

de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, tendo a questão sido encaminhada à ALP, onde, endossando-a, o padre-deputado FRANCISCO JOSÉ CORREIA iria convertê-la em projeto-de-lei, para os devidos fins).

"Dia 14. Suspendi o padre Couto do uso de suas ordens e jurisdição, oficiando ao prefeito **(isto é, ao delegado de polícia de Garanhuns)** para o corrigir acerca de tal excesso, cuja correção hoje pertence à polícia."

No dia 18 de dezembro, D. Marques Perdigão deixou a vila de Garanhuns, viajando com destino ao povoado de OLHO DÁGUA (depois Olho Dágua dos Bredos e atualmente ARCOVERDE, ex-Rio Branco). No dia 20 já estava em PESQUEIRA e, em 22, achava-se em SANHARÓ, no **Engenho Jenipapo,** onde anota: "Neste engenho recebi participações do ALTINHO, como a suspensão imposta ao padre Couto ia produzir funestas conseqüências, examinadas as quais, julguei absolver o dito padre, como com efeito absolvi, concorrendo para este fim a correção do dito padre, que me foi prometida **(mas não seria cumprida).** Acreditei naquelas funestas conseqüências por conhecer a intriga que atualmente reina no ALTINHO, e protestei ao dito padre que eu procederia contra ele, se da sua parte não houvesse perfeita emenda".

Do **Engenho Jenipapo** o bispo rumou para a povoação do BREJO DA MADRE DE DEUS e daí iniciou a viagem de volta a OLINDA, efetivando notável trabalho pastoral em sua prolongada visita ao Agreste de Pernambuco.

254

No interior do distrito do ALTINHO existia a **Fazenda Sagüim,** pertencente, por herança deixada pelos pais, ao capitão PEDRO PEREIRA DA SILVA, cuja mulher, JOANA FRANCISCA DE ANDRADE, da tradicional família altinense dos RIBEIRO DE ANDRADE **(ver tópico 218),** dava a luz a um menino, na casa-grande da propriedade, em 7 de março de 1837, o qual, na pia batismal, era registrado com o nome de FRANCISCO XAVIER NAPOLEÃO, forte, sadio, robusto.

Segundo João Pereira Callado, até 1870 o altinense FRANCISCO XAVIER NAPOLEÃO agricultou nas terras da família, daí saindo para fixar-se em LAGOA DOS GATOS, onde

se tornaria figura de grande destaque social e chefe de família exemplar, bastante popularizado pelo apelido de **Major Xavier do Roncador.**

No ALTINHO ficavam seus dois irmãos — FIRMO PEREIRA DE ANDRADE e JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE, ambos casados, com sucessão.

255

Aos 12 de abril de 1837 surgia na Assembléia Legislativa Provincial uma representação dos habitantes do ALTINHO, "reclamando pela injustiça que sofreram de sua separação do BONITO para serem incorporados a GARANHUNS". A subordinação dos altinenses à Comarca de Garanhuns, criada pela Lei Provincial nº 22, de 6 de junho de 1836, traria muitas desvantagens para todos eles, que, no geral, sentiam muito mais facilidade descendo para o BONITO do que subindo as longas e cansativas serras garanhuenses, mas o interesse político do deputado-coronel LOURENÇO BEZERRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE, **o das Panelas,** homem forte em todo o Agreste Meridional, falava mais alto que a comodidade do povo do ALTINHO, onde o coronelismo era inexpressivo e a sociedade vivia atolada em inglórias lutas intestinas, e assim o seu requerimento era indeferido.

Para compensar, a **ALP** apressava a tramitação do projeto-de-lei do padre-deputado FRANCISCO JOSÉ CORREIA (1757-1848), com parecer favorável do bispo diocesano D. João da Purificação Marques Perdigão, referente à elevação do povoado à categoria de paróquia, o que era do agrado dos altinenses em geral.

256

Finalmente, aos 12 de junho de 1837, Vicente Tomás Pires de Figueiredo Camargo (mineiro de nascimento), presidente de Pernambuco, assinava a Lei Provincial nº 45, em cujo artigo 1º determinava:

"Fica criada uma Paróquia na Capela Curada de Nossa Senhora do Ó, na Povoação do Altinho, que terá por Distrito a porção da Freguesia de Garanhuns cujas águas entram no Rio Una abaixo da Fazenda do Caracol inclusivamente; exce-

tuando porém o terreno cujas águas entram no Riacho da Chata antes de encontrar-se com o Riacho da Fazenda de Santa Ana".

Pelo art. 5º da citada LP, o vigário da freguesia altinense perceberia "a mesma Côngrua e Direitos Paroquiais que percebe o Pároco da Freguesia de Garanhuns".

A Lei Provincial nº 45 é de 12 de junho e, portanto, Alfredo Leite Cavalcanti **(ob. cit., I, 124)** equivoca-se quando afirma que a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, foi criada "pelos finais do ano de 1837, ou princípios de 1838".

Pereira da Costa **(Anais, X, 119-121)**, reportando-se a criação da Freguesia do ALTINHO, presta estes esclarecimentos:

"A circunscrição territorial da nova paróquia era tão extensa que abrangia as atuais situações de Panelas, Quipapá, Pau-Ferro, Jurema, Cachoeirinha, S. Benedito, Lagoa dos Gatos, Capoeiras **(atual Belém de Maria)** e Bebedouro, cujos territórios foram desaparecendo por desanexações decretadas por lei.

"A povoação do Altinho remonta-se aos primeiros anos do século XVIII, com a criação de uma fazenda pastoril **(a de Nossa Senhora do Ó)** situada pelo capitão Antônio Vieira de Melo em uma data de terra desmembrada da grande sesmaria dos Garanhuns **(sic, por SESMARIA ARAROBÁ)** concedida a seu pai, o coronel **(isto é, capitão)** Bernardo Vieira de Melo **(e mais dois companheiros)**, em 1671.

"Pertencendo posteriormente a fazenda a José Vieira de Melo, por herança paterna, no valor de 600$000, segundo avaliação judicial procedida em 1761, constrói em 1773 **(ou 1770?)** uma capela no terreiro das casas de vivenda, sob a invocação de N. S. do Ó, para o que fez o seu competente patrimônio canônico constante de meia légua de terra, convenientemente demarcada, desmembrada da propriedade, e de mais vinte e uma cabeças de gado vacum para a situação de uma fazenda pastoril, o que tudo particularmente consta da respectiva escritura de doação; entretanto, os seus administradores, em geral homens sem escrúpulos, desonestos, vendendo diversos lotes de terras, reduziram a uma terça parte a área territorial do patrimônio da capela.

"A fazenda do Altinho, que tirava esta sua denominação por ficar situada em uma colina ligeiramente acidentada e de fácil e insensível ascensão, por qualquer lado, e assim chamada **o Altinho,** pertencia então ao Termo de Garanhuns **(na verdade, inicialmente, o ALTINHO pertencia ao Termo de Olinda, como vem historiado neste livro);** e começando a afluir moradores para a localidade, foram levantando suas casas nas circunvizinhanças da capela, vendo-se assim dentro de pouco tempo formar-se um povoado, que ainda mais avultou com a concessão de terras e outras vantagens oferecidas pelos proprietários da fazenda, que assim foi extinta, por se tornar incompatível, situada dentro das raias de uma povoação animada, próspera.

"Em 1813 tinha já a povoação atingido a tamanho desenvolvimento que o dr. José Marques da Costa, ouvidor-geral da Comarca do Sertão, solicitara a sua elevação a Vila; e o mesmo fez a Câmara de Garanhuns em 1832, igualmente pedindo a sua criação em paróquia.

"Em 1837 dirigiram os habitantes da localidade um requerimento à Assembléia Provincial, pedindo a criação de uma paróquia, e descrevendo os seus recursos naturais e a sua vantajosa situação topográfica, declaram que então constava a povoação de umas 100 casas e tinha um animado comércio pela sua extensão com as localidades circunvizinhas; e atendidos em sua pretensão, como vimos, foi a nova paróquia instalada com a posse do seu primeiro vigário, o padre Agostinho de Godoy e Vasconcelos, no dia 2 de outubro de 1837.

"Servindo de igreja-matriz a capela de N. S. do Ó, fundada por José Vieira de Melo, a qual, não somente por ser pequena, tinha ainda o inconveniente de ser de propriedade particular, sob a administração dos seus sucessores na propriedade da fazenda, levantou o vigário um templo próprio para esse fim, espaçoso, bem construído e de bela ornamentação, situado em uma grande praça central da povoação, e em terras patrimoniais da velha capela, que perdeu a sua invocação de N.S. do Ó, e ficou com a de N.S. do Rosário, uma vez que aquela foi transferida para a nova igreja matriz, como orago da paróquia, segundo a lei da sua instituição".

Na verdade, muitos anos antes da instalação da paróquia do ALTINHO, a população católica do lugar, já esperando

sua elevação à categoria de freguesia, dera início à construção do segundo templo religioso-altinense, em torno do qual, por sinal, travara-se a grande batalha em que as forças governistas tiveram uma expressiva vitória na famigerada **guerra dos cabanos**, como vem historiado neste livro. Evidentemente, esse 2º templo religioso do ALTINHO seria erguido por gente da povoação afastada dos pretensos donos da primitiva capela de Nossa Senhora do Ó, e preconcebidamente teria dimensões amplas e apropriadas para torná-lo capacitado a servir de igreja-matriz. O primeiro vigário da freguesia, naturalmente, já encontrando dita construção com os seus trabalhos bem avançados, tratou de concluir a segunda igreja da povoação e de transformá-la na sua matriz, abandonando a velha capela de JOSÉ VIEIRA DE MELO, a qual, além de antiga, era pequena, acanhada, situada fora da praça central do ALTINHO e das terras patrimoniais (chamadas de **Demarcação)**, tendo, ainda mais, a inconveniência de ser administrada por pessoas que se imaginavam proprietárias da igrejinha, as quais constituíam a confraria de Nossa Senhora do Ó. A outra confraria (a do Santíssimo Sacramento), construtora da "igreja nova" sob a orientação do Padre GODOY, por simples capricho de seus membros, escolheram Nossa Senhora do Rosário como orago da matriz, no que contaram com o tácito apoio do vigário, que não era altinense e não tinha amor à tradição local. Em tais condições é que o ALTINHO, nascido e criado sob a proteção de Nossa Senhora do Ó, de repente vê mudado o nome de sua bondosa padroeira e passa-se de armas e bagagem para a bandeira de Nossa Senhora do Rosário, desprezando inteiramente o que lhe era de mais tradicional, pois, desde o início da desbravação e do povoamento de suas terras, sua primitiva fazenda era de Nossa Senhora do Ó e a primeira dona da fazenda também era afilhada de Nossa Senhora do Ó — JOSEFA MARIA DO Ó.

257

2 de outubro de 1837 era uma data festiva no ALTINHO, até então um de seus mais expressivos dias, com a população a se acordar cedo ouvindo uma salva de 21 tiros e o bimbalhar do sino grande de sua igreja. Praticamente todo o mundo ao redor envergava roupas novas e inchava de orgulho pelo que vinha acontecendo na sede do distrito, cujas residências mais cômodas naturalmente se enchiam de convidados ilustres vindos de Caruaru, dos Bezerros, de Garanhuns, de São

Bento, do Bonito, do Bebedouro, das Panelas de Miranda, de São Caetano da Raposa, de Quipapá, de São Benedito, de Itacaité, até do Recife. A comida era farta, gostosa e franca. Era a vez de se tirar a barriga da miséria, como diria o zé-povinho, também entusiasmado e participante de todas as festividades, tanto as profanas quanto as religiosas. Foguetões espocavam nos ares de minuto em minuto. A vibração cívica era de se pegar com a mão, de se avistar a olho nu. Não havia sinal de tristeza na povoação.

2 de outubro de 1837 era a data da instalação solene da nova freguesia do Agreste Meridional de Pernambuco — a **Freguesia de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO** criada quase 4 meses antes pela Lei Provincial nº 45, resultante de um projeto apresentado pelo deputado FRANCISCO JOSÉ CORREIA, que também era padre e agora, presente às solenidades, era figura das mais festejadas na localidade. Também marcavam presença os padres Nemésio de São João Gualberto (ex-capelão de Caruaru e novo vigário de Garanhuns); José Rodrigues Valença, de São Bento: Antônio Alves do Couto, do Altinho; Francisco José Rosa Lagoa, de Bebedouro; e Antônio Jorge Guerra, de Santo Antão; entre outros.

A **Freguesia de Nossa Senhora do Ó**, do ALTINHO, desligava-se da Freguesia de Santo Antônio, dos Garanhuns, cujo vigário, de acordo com a lei, tivera o direito de opção — ou permanecer na paróquia garanhuense, ou transferir-se para a nova. O pároco respectivo, padre AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS, que vinha regendo a freguesia de Garanhuns desde 1816, optara pelo ALTINHO e, assim, na qualidade de 1º vigário da paróquia de Nossa Senhora do Ó, era quem dirigia os trabalhos de sua instalação.

Alagoano de PALMEIRA DOS INDIOS, padre AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS era descendente de um mercenário paulista integrante das forças militares de DOMINGOS JORGE VELHO contratadas pelo governo de Pernambuco, no século XVII, para dar combate e exterminar os **Quilombos dos Palmares** espalhados entre o Agreste Meridional e terras do Oiteiro da Barriga, nas Alagoas, o qual se chamava MIGUEL DE GODOY E VASCONCELOS e era Capitão de Ordenanças.

Finda a campanha palmarina, capitão Miguel de Godoy e Vasconcelos resolvera não mais retornar a São Paulo, fi-

cando na zona dos quilombos e aí adquirindo, no lado alagoano, uma data de terra, através de carta sesmarial, na qual fundou uma fazenda agropastoril e criou a sua família, que era numerosa e se tornaria tradicional na região fronteiriça entre Alagoas e o Agreste de Pernambuco. Através de matrimônios diversos, os GODOY E VASCONCELOS se ligaram às importantes famílias PARENTE e NUNES MAGALHÃES, de Pernambuco, e SÁ BARRETO, do Ceará.

Padre AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS era aquele mesmo reverendo que, nos primeiros tempos da **guerra dos cabanos,** fora preso, por ser "suspeito de articular-se com os **regressistas** alagoanos de PALMEIRA DOS ÍNDIOS", mas que fora "defendido pelos políticos de GARANHUNS, temerosos das iras do clero em geral". Em matéria de política, por conseguinte, o vigário GODOY não era lá muito católico, sendo amigo do ex-capitão DOMINGOS LOURENÇO TORRES GALINDO e sempre agindo como legítimo absolutista muito apreciado pelos conservadores pernambucanos em geral. Através dos anos, tornou-se um homem doente, tanto assim o era que, por motivo de saúde, chegou a afastar-se da regência de sua paróquia por dois anos consecutivos.

Seja como for, à frente da paróquia do ALTINHO o vigário AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS, ao que se sabe, sempre se revelou um homem de bem, íntegro, honesto e muito respeitador da família altinense.

Na **História de Garanhuns,** Alfredo Leite Cavalcanti afirma que à igreja-matriz do ALTINHO se filiaram as capelas de Quipapá, Panelas de Miranda e Bebedouro.

Durante todas as festividades de 2 de outubro de 1837 apenas uma falha havia: a referente ao total esquecimento de prestar-se uma homenagem ao homem que assinou a Lei Provincial nº 45 — o presidente VICENTE TOMÁS PIRES DE FIGUEIREDO CAMARGO, o qual, em última instância, foi quem autorizou a criação e o funcionamento da **Freguesia de Nossa Senhora do Ó,** do ALTINHO. No seu nome ninguém se lembrou de falar.

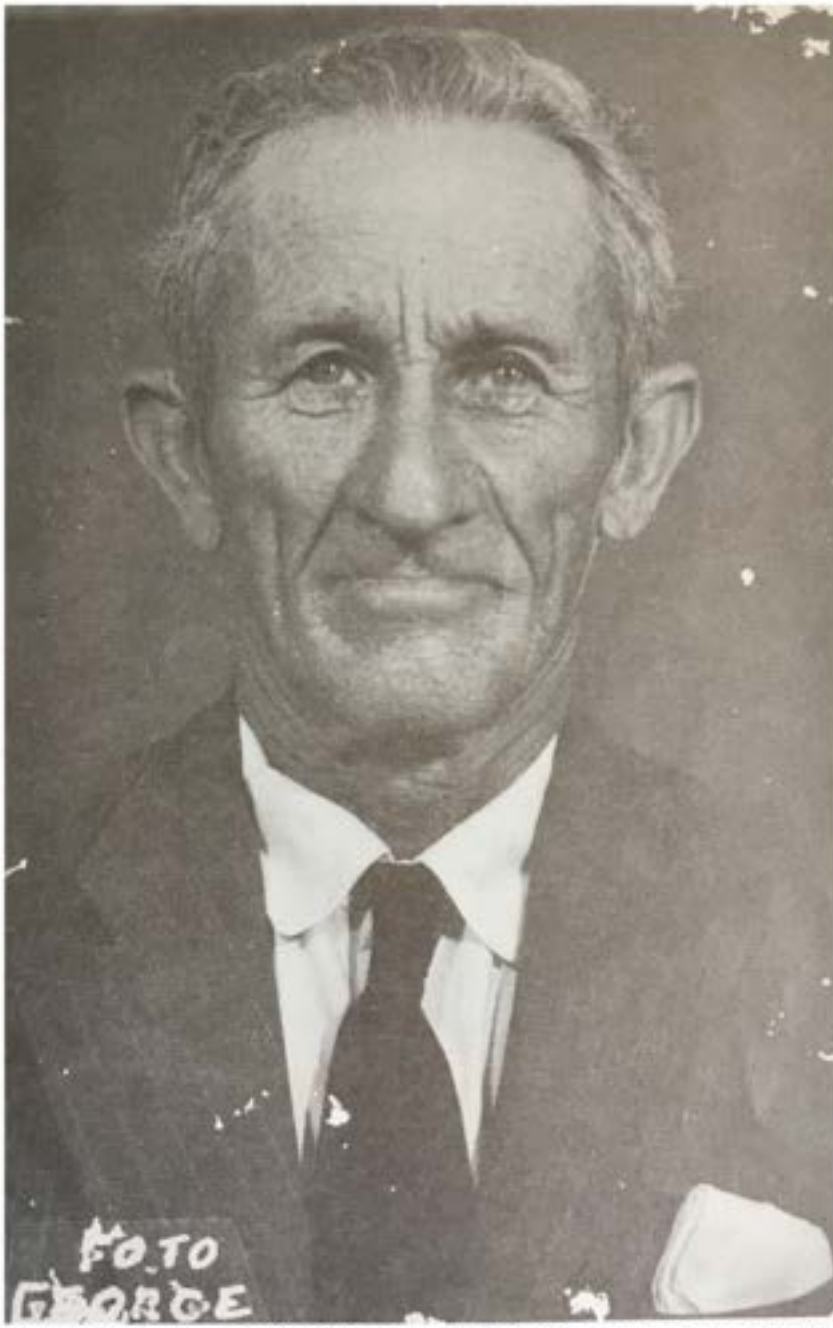
O fardo da gratidão pesa demais.

Dr. Manuel Cézar de Morais Rego, extraordinária figura da política de Pernambuco em sua época, exercendo sua liderança plena no Município do Altinho, onde era proprietário da opulenta Fazenda Fortaleza. Nascido aos 6 de maio de 1900, Dr. Morais Rego faleceu em 17 de fevereiro de 1986.

Dr. Carlos de Castro, médico e prefeito municipal do Altinho entre 1983 e 1988, realizando excelente administração e concorrendo em muito para tornar a sociedade altinense em uma das maiores e mais destacadas do Agreste Meridional de Pernambuco.

Monsenhor Bernardino de Carvalho, espetacular figura do Clero de Pernambuco em todos os tempos. Padre, filósofo, jornalista, escritor publicado, grande administrador, Monsenhor Bernardino, que é personagem deste livro, foi vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, do Altinho, durante 21 anos, inclusive 1937, o ano do 1º Centenário da respectiva paróquia.

Alberto Guilherme de Azevedo Lira, nascido no interior do Altinho, isto é, no distrito do Bebedouro (atual Cidade de Agrestina), de cujo Município foi prefeito. Alberto, amigo de saudosa memória, é personagem de muito destaque neste livro



Menandro Pereira Filgueira Neto, sertanejo de Serrita, da tradicional família Sampaio, o qual, radicado no Altinho, foi seu prefeito municipal entre 1959 e 1963. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Caetano Bento de Figueiredo, farmacêutico e dentista no Altinho durante muitos anos. Foi seu prefeito municipal entre 1929 e 1930. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos.

Inácio Batista de Arruda Melo, titular do Cartório do Registro Civil por largos anos e prefeito municipal do Altinho entre 1937 e 1938. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

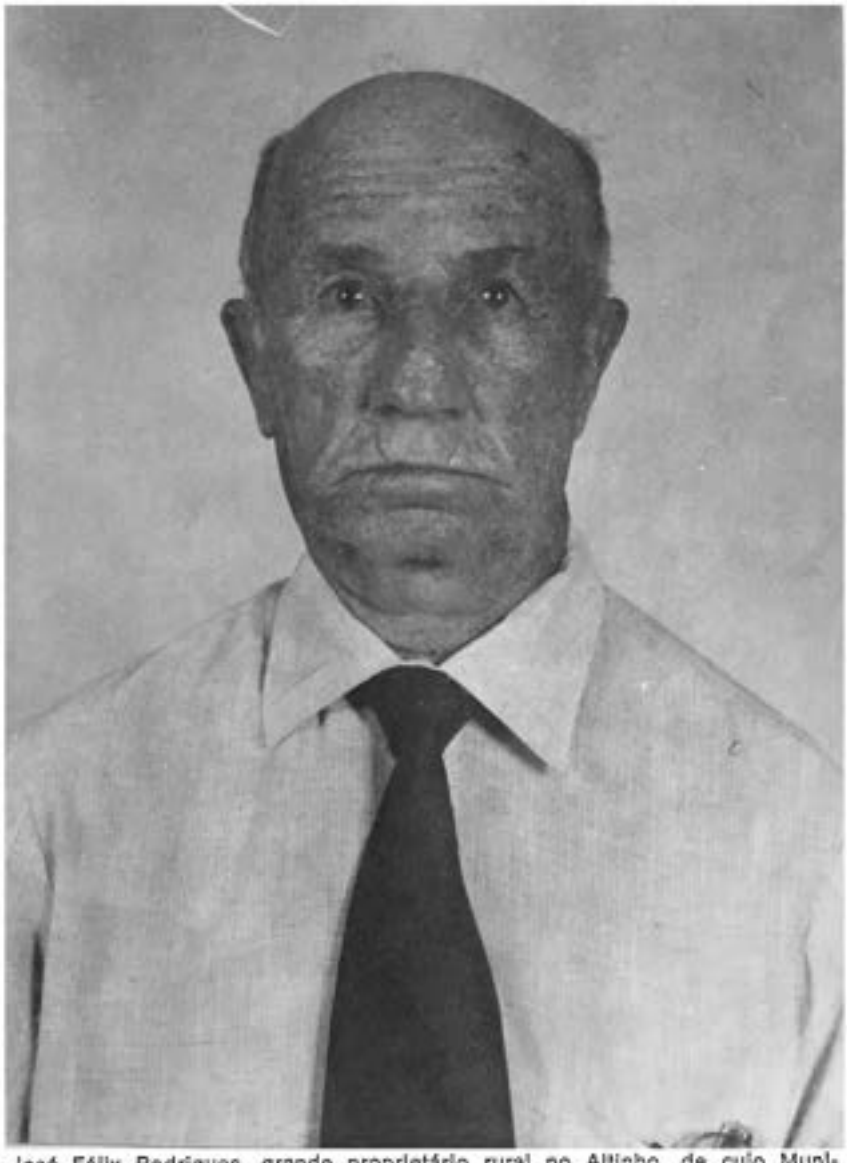
A bela secretária da Prefeitura Municipal do Altinho durante vários anos — Maria da Conceição Pereira de Andrade, filha de Pulquério Pereira de Andrade e de Margarida Augusta de Barros Correia. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Júlio Rodrigues Filho, notável figura da sociedade do Altinho, de cujo Município foi prefeito por duas vezes — entre 1968 e 1972; e entre 1978 e 1982. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Dr. José Ferreira de Lima, advogado, promotor, juiz de Direito, prefeito municipal do Altinho em 1947, em cuja cidade existe praça com o seu nome. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Dr. Carlos Toscano de Carvalho, altinense ilustre, radicado em Caruaru, personagem deste livro, e sua digna esposa, também de raízes altinenses, a bela senhora Wilma Barros (dos Nunes de Barros, de Santa Tereza), que é advogada

Pe. Manuel Zacarias de Souza Lyra, vigário da Freg. de Nossa Senhora do Ó entre 1889 e 1910, fundador do 1º jornal altinense (O Contemporâneo) e prefeito municipal do Altinho entre 1898 e 1901, chefe político e deputado estadual. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

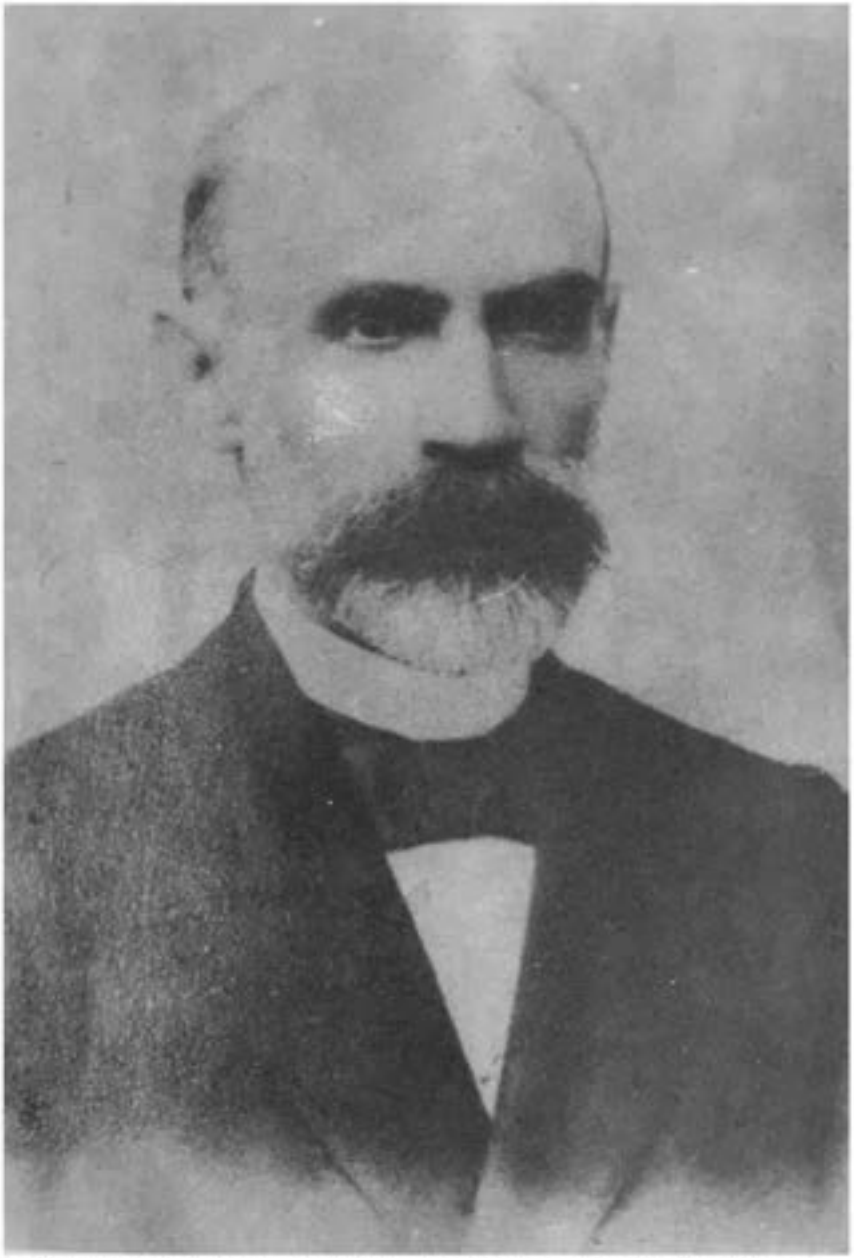


José Félix Rodrigues, grande proprietário rural no Altinho, de cujo Município foi prefeito por 4 vezes, fato comprovador de seu alto prestígio político. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Cel. Pedro Alves da Costa Couto, um dos primeiros prefeitos municipais do Altinho, sua esposa (a professora Gertrudes) e filhos. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Ladeado por membros da Liga Eleitoral Católica, aí está o famoso Monsenhor Bernardino Adrião de Carvalho, personagem deste livro e antigo vigário do Altinho. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Cel. Pedro Alves da Costa Couto, prefeito municipal do Altinho entre 20.7.1896 e 10.9.1898. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos



O Barão de Contendas — Antônio Epaminondas de Barros Correia, nascido no Altinho em 1839, filho legítimo do Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

O Barão de Contendas (Antônio Epaminondas de Barros Correia), altinense que governou Pernambuco por 4 vezes, e respectiva família. Foto cedida por gentileza do carioca Carlos Abílio Valente Antunes, que tem raízes na Terra de Apolônio Sales

Vista parcial da casa-grande do Engenho Contendas, em Amaraji, em cujo solar residia Antônio Epaminondas de Barros Correia (o Barão de Contendas), possivelmente a maior figura política do Altinho em todos os tempos. Foto cedida por gentileza de Carlos Abilio Valente Antunes

Dr. Apolônio Jorge de Farias Sales, nascido no Altinho em 1904 e falecido em 1982. Deputado, Senador, Ministro, o Consolidador da Hidro-Elétrica de Paulo Afonso. Um homem de muito valor e uma das mais expressivas figuras brasileiras do Século XX

Cônego Sebastião Rodrigues Duarte (1929-1972), notável figura do clero pernambucano, altinense de muito valor, tio dos padres Lino e Luiz Gonzaga Rodrigues. Dos Rodrigues Duarte, do Altinho, faz parte integrante a professora Maria do Socorro Duarte, também sobrinha do saudoso Cônego Sebastião Rodrigues

Foto de 1924, na qual aparece a célebre banda musical Santa Cecília, do Altinho. Dela faria parte o jovem Homero Freire, filho do Dr. Freire e irmão do Prof. Rubens Lemos, tantas vezes citado neste livro

Orlando Joel de Oliveira (Altinho, 1899 — Recife, 1985), autor da interessante "Revista Oliveira" e pai de Zé do Pato, ou seja, José do Patrocínio Oliveira, grande figura do jornalismo pernambucano na atualidade

O notável jornalista José do Patrocínio Oliveira (filho do altinense Orlando Joel de Oliveira), ladeado por Nelson Barbalho (autor deste livro) e pelo velho jornalista Josaphat Rosas (casado com Julcinéa, da tradicional família Sobral, do Altinho)

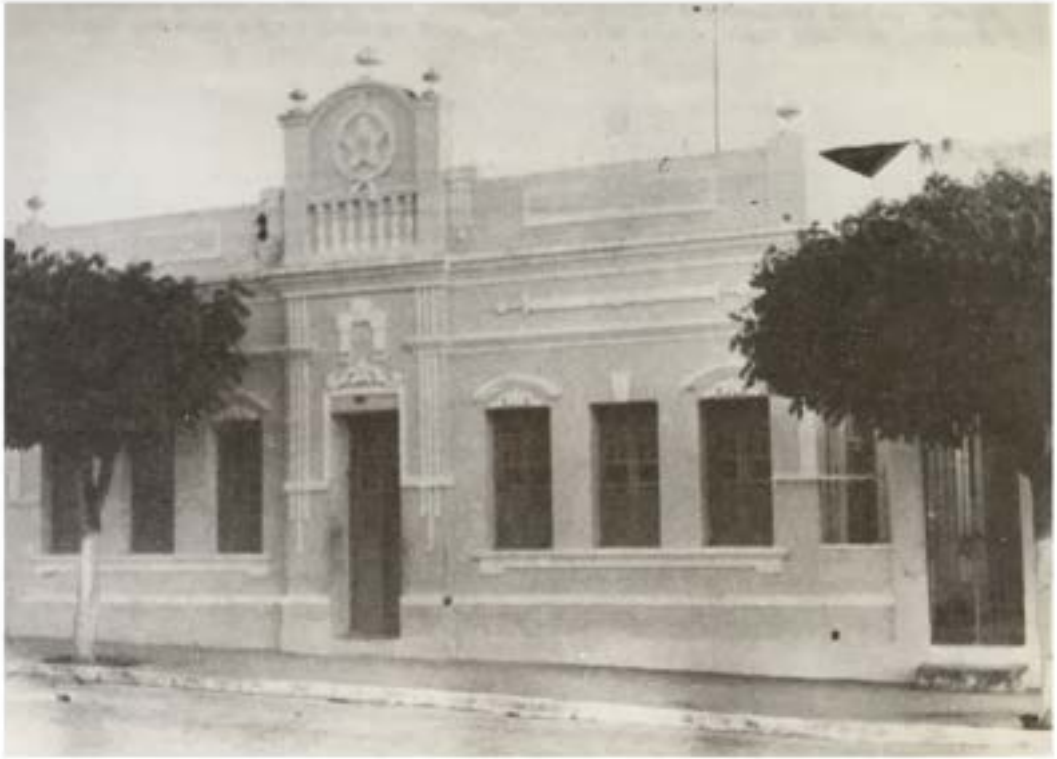
Prof. Rubens Lemos Barbosa da Silva, a quem este livro é dedicado, grande figura humana da sociedade altinense, de cujo Município foi prefeito por diversas vezes, realizando excelente administração. Um tipo realmente valoroso

José Aureliano de Barros Correia, antigo prefeito municipal do Altinho e parente próximo do Barão de Contendas, e seus familiares, todos altinenses de boa cepa. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Grupo Escolar Prof. Francisco Joaquim de Barros Correia, nome posto em reverência à memória do 1º professor público provincial do Altinho, o qual era o pai do Barão de Contendas. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Um prédio histórico do Altinho: o velho Sobrado, localizado na Praça do Centenário e onde, durante a Guerra dos Cabanos (1832-1835), aquartelavam-se as tropas legalistas da Província de Pernambuco, como vem historiado neste livro. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

Símbolo das artes e da cultura do povo do Altinho, aí está o Teatro Paroquial, sucessor do primitivo Grêmio Músico-Teatral Altinense. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos



A Casa Paroquial da Freg. de Nossa Senhora do Ó, do Altinho, residência oficial dos respectivos vigários, um dos quais, na atualidade, é o Padre Geraldo Spósito, homem culto, piedoso, amigo de todos os seus paroquianos. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

A imponente Igreja Matriz do Altinho, com o seu majestoso Cruzeiro, monumental conjunto arquitetônico que emociona o povo altinense em geral. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

A primitiva Capela de Nossa Senhora, fundada pelo altinense José Vieira de Melo no seu Sítio Altinho, localizado em parte central da Fazenda Nossa Senhora do Ó, à margem do Rio Una. Foto cedida por gentileza do Prof. Rubens Lemos

2a. PARTE

FATOS — PESSOAS — COISAS

REGISTRO

O **Diário de Pernambuco**, edição de 12-10-1987, publicou este registro sobre o ALTINHO:

DA CRENÇA, NASCEU, HÁ 150 ANOS, UM POVOADO CHAMADO ALTINHO

A Matriz da cidade está em festa, celebrando o sesquicentenário de sua elevação

Jaques Cerqueira

A juíza Ignez Guedes está estudando a história da cidade cujas raízes estão ligadas à devoção da santa

Por estar sendo comemorado neste mês de outubro e em pleno Ano Mariano, o sesquicentenário da criação da Paróquia de Altinho, sob a invocação de Nossa Senhora do Ó — a Virgem da Expectação e da Alegria Interior —, os historiadores da Religião dizem tratar-se de uma feliz coincidência, enquanto outros fiéis falam em desígnios da Providência. A verdade é que o evento se reveste do maior significado para a história altinense, uma vez que se confunde com os primórdios da criação do município que surgiu em volta da capela, inicialmente como povoado, depois como vila e, mais tarde, como a cidade que hoje se encontra em festa.

Estudos sobre a história de Altinho estão sendo feitos no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, pela pesquisadora e juíza de Direito aposentada Ignez de Azevedo Guedes, motivada pelas informações que lhe fo-

ram transmitidas por Maria Emília de Azevedo Amorim, a prima Marieta, e pelo frei José Milton de Azevedo Coelho, ex-vigário do Convento de Ipojuca. Talvez obra do acaso, quando pesquisava sobre questões agrárias na Região Agreste do Estado, Ignez descobriu nas suas veias sangue altinense pelo lado materno.

— Sou trineta de Ignez Maria de Jesus, que era irmã pelo lado paterno de José Vieira de Melo e bisavó de minha mãe Porcina Guilherme de Azevedo Guedes. Minha tataravó era conhecida àquela época, fins do século XVIII como a "Doce Mãe de Casa", e morava na Serra do Mendes. No seu oratório privado, costumava casar os netos", relembra a pesquisadora, acrescentando que a devoção a Nossa Senhora do Ó em Altinho remonta a meados de 1700.

DOAÇÃO

— O doador das terras onde se erigiu a capela de Nossa Senhora do Ó, em Altinho, chamava-se José Vieira de Melo e era possuidor do terreno que doava por havê-lo recebido em herança de sua mãe Josepha Maria do Ó, por volta de 1735, e cujo inventário se procedeu em 1751, no **cítio** de Nossa Senhora do Ó, da Freguesia de Santo Antônio de Arabá", explica Ignez. Ao se reportar à história de Altinho, ela cita a "escriptura de Doação de Patrimônio, para a criação de uma Capella de invocação de Nossa Senhora do Ó, por serviço de Deus e a bem daqueles povos", datada de 29 de julho de 1770, e assinada por José Vieira de Melo".

Segundo o documento, ele era morador da Fazenda Altinho, da Ribeira do Una e Freguesia de Santo Antônio dos Garanhuns. O terreno doado media "meia legoa demarcada do lugar onde se fundasse a capela para baixo e juntamente com as terras iam vinte novilhas e um touro para que, com o rendimento destes, se pudesse aprementar (sic) a dita capella". Antes da instalação daquela casa de orações, os fiéis da Fazenda Altinho precisavam percorrer muitas léguas, até Garanhuns, para assistir a uma missa.

Depois de se referir ao 150º aniversário da instalação da Paróquia de Nossa Senhora do Ó, de Altinho, Ignez fez questão de esclarecer o significado do nome da santa, lembrando que o mesmo "tem sua origem nas Antífonas do Off-

cio Divino, cantadas em louvor à Virgem Maria, nos sete dias do Advento imediatamente precedentes à festa do Natal, quando Ela esperava dar à luz do mundo o seu Divino Filho". Em seguida, observou que "quando desejamos uma coisa, sempre exclamamos **oh!**, enquanto nossas dores expressamos com **ai**".

Ainda segundo a pesquisadora, "a devoção a Nossa Senhora do Ó trazida para o Brasil pelos colonizadores portugueses que aqui a implantaram não só pela catequese de seus missionários, como pelos ex-votos que faziam recorrendo à proteção materna de Maria, nos freqüentes perigos a que se expunham. E eram sempre válidos". Tanto quanto em Altinho, quando "os filhos do **cítio** de Nossa Senhora do Ó resistiram aos cabanos, na madrugada de 2 de abril de 1833, ocasião em que o povoado foi atacado pelos guerrilheiros".

Nilza Botelho, no seu livro **As 107 Invocações da Virgem Maria no Brasil**, aponta Olinda como a mais antiga sede da invocação de Nossa Senhora do Ó, no País, mais precisamente na igreja de São João Batista, onde a imagem da santa esculpida em terracota, teria chorado copiosamente, por volta de 1709, após ofensa recebida do governador da Província, o qual, a fim de humilhar os olindenses, forçou um soldado a dançar despido em praça pública, diante da imagem sagrada.

Frei José Milton informou à pesquisadora que o estudioso de Arte Sacra, padre Geraldo Leite, apontou a imagem de Nossa Senhora do Ó, que se encontra no orago do convento franciscano de Ipojuca, como a mesma anterior ao século XVII, por conta das características que esta possui: é de terracota, tem a cabeça descoberta, traz o ventre levemente crescido com o manto em pregas, a mão esquerda espalmada sobre o peito e a direita estendida à frente.

Nos seus estudos, Ignez Guedes pôde corrigir o historiador Pereira da Costa que indica a posse do vigário de Altinho, Agostinho de Godoy Vasconcelos, no dia 2 de outubro de 1837, quando, para ela, "os livros de registro paroquial — batizados, casamentos e óbitos — contêm assentamentos desde setembro daquele ano, assinados pelo vigário". Guardada, hoje, a sete Chaves, num cofre forte da Matriz, a imagem em madeira de Nossa Senhora do Ó, de Altinho, já não possui as jóias de antes, mas conserva as orelhas furadas, das quais pendiam valiosos brincos.

ARTIGO

O jornal **Vanguarda**, de Caruaru, na edição de 17 a 23 de outubro de 1987, publicou o seguinte artigo sobre Altinho:

SESQUICENTENÁRIO DO ALTINHO

IGNEZ DE AZEVEDO GUEDES

Feliz coincidência, ou desígnios da Providência, comemorar a Paróquia do Altinho, justamente neste Ano Mariano, o Sesquicentenário da sua criação, sob a invocação de "Nossa Senhora do Ó".

Por oportuno, explicamos em breves linhas o significado de tal título: Origina-se o mesmo das Antífonas do Ofício Divino cantadas em louvor à Virgem Maria, Santa Mãe de Deus, nos sete dias do Advento imediatamente precedente a festa do Natal, quando Ela esperava dar à luz o seu Divino Filho.

As referidas Antífonas são sempre iniciadas com a exclamação Ó — Precisamente: Ó Sapientia; Ó Adonai; Ó Radix; Ó Clavis; Ó Oriens; Ó Rex gentium; Ó Emmanuel. Daí a invocação "Nossa Senhora do Ó".

Foi Santo Ildefonso, bispo de Toledo, na Espanha, quem no séc. VII, pela primeira vez mandou festejar no dia 18 de dezembro (oitava antes do Natal) a festa de Nossa Senhora do Ó, ou festa da Expectação do Parto da SSma. Virgem. Como facilmente se deduz pelo nome: — Expectação = Espera —, é esta uma festa em que se contempla a alegria interior e profunda de uma mãe puríssima que aguarda o nasci-

mento de um Filho que sabe ser o Seu Deus e Salvador. Ela mesma repetiria em seu coração, como consta no texto evangélico: "Meu espírito se transporta em santa alegria em Deus, meu Salvador" — "Exultavit spiritus meus".

No Brasil não é desconhecida a devoção a Nossa Senhora do Ó. Para cá foi trazida pelos nossos colonizadores portugueses que, com piedade filial, aqui a implantaram desde os primórdios da Terra da Santa Cruz, não só pela catequese dos seus Missionários, como pelos ex-votos que faziam, recorrendo à proteção materna de Maria nos freqüentes perigos a que se expunham. E eram sempre válidos.

Em Portugal é famoso o Santuário de Nossa Senhora do Ó em Torres Novas, na Extremadura, e muito venerada a sua imagem que se encontra na catedral de Évora.

Nilza Botelho Megale em obra que intitula "107 Invocações da Virgem Maria no Brasil", afirma que parece ter sido Olinda, aqui no Brasil, a mais antiga sede desta invocação, onde, na Igreja de São João Batista, existe uma efígie da Senhora do Ó, a qual, segundo interessante lenda, chorou copiosamente, por volta de 1709, após grande ofensa recebida do Governador da Província, que a fim de humilhar os olindenses, forçou um soldado a dançar despido em praça pública, defronte da imagem da Mãe de Deus. A este episódio indecoroso seguiram-se dias amargos para Pernambuco, devido ao início da Guerra dos Mascates, confirmando assim a previsão daqueles que viram, nas lágrimas da Rainha do Céu, um mau augúrio.

Frei José Milton de Azevedo Coelho, ilustre e apostólico Franciscano que foi recentemente Vigário do Convento de Ipojuca, nosso amigo e estimado primo, informa-nos que o Padre Geraldo Leite, Vigário de Escada, de saudosa memória, estudioso de arte sacra, observava a respeito da imagem de Nossa Senhora do Ó, órago daquele Convento Franciscano de Ipojuca, que deveria ser a mesma imagem anterior ao Século XVII em face das características das imagens daquela época: é a mesma de terra cota e aparece com a cabeça descoberta.

Nos Sermões do Padre Antônio Vieira (Tomo X), encontra-se, dentre outros, aquele belíssimo, pregado na Igreja

de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, no ano de 1640, com o Santíssimo exposto, dedicado a Nossa Senhora do Ó; donde se vê que, desde então, já naquela Província, conhecida era a Virgem da Expectação sob o título de Senhora do Ó, ou dos desejos da visão do Filho.

No que toca à História do Altinho, o que sabemos, documentadamente, é que, a 29 de julho de 1770, "na Povoação de Santo Antônio dos Garanhuns, Comarca e Capitania de Pernambuco"... "no Escritório do Tabelião do Público Judicial, Jacintho Pereira da Silva" e "perante as testemunhas Antônio da Silva Portugal, Paulo da Costa Silva e Manoel Thomé Cavalcanti, apareceu José Vieira de Mello, morador na Fazenda do Altinho, da Ribeira do Hunna e Freguezia de Santo Antônio dos Garanhuns para passar huma Escriptura de Doação de Patrimônio para a Criação de huma Capella de invocação de Nossa Senhora do Hó, que como doador, por serviço de Deus e a bem daqueles Povos, desejava erigir, com licença do Ordinário, na sua Fazenda do Altinho, sita na Ribeira do Hunna".

Para tanto, fazia a doação de "meia legoa de terra demarcada do lugar onde se fundasse a Capella para baixo e juntamente vinte novilhas e hum touro para que, com o rendimento destes se pudesse aprementar (sic) a dita Capella" (L, Z, 1, 37 do Cart. de Garanhuns, hoje sob a guarda do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano documentos do acervo Orlando Cavalcanti). No mesmo ano de 1770, a 2 de dezembro, no mesmo Cartório e constando do mesmo Livro de Notas, é registrado o Auto de Posse do referido Patrimônio, tomado por Francisco de Barros Rego, como procurador bastante do Reverendo Cura e Vigário da Vara da Freguezia de Santo Antonio dos Garanhuns, o Padre Gonsalo Pereyra Ribeiro. O registro foi feito pelo Tabelião Manoel Thomé Cavalcanti e testemunharam o ato José Nunes de Oliveira e Caetano José.

O doador — José Vieira de Mello, era senhor e possuidor das terras que doava por as haver recebido em herança, há cerca de 17 anos, quando do falecimento de sua Mãe — Josepha Maria do Ó —, cujo Inventário se procedeu em 1751, no "Cítio de Nossa Senhora do Ó", da Freguezia de Santo Antônio do Ararobá, sendo Tabelião, Antonio Pereyra da Cunha e Juiz de Orphãos, o Capitão Frutuozo Marques de

Souza. Tal "cítio" havia sido partilhado e dividido em outros três, cabendo ao Viuvo Meleiro, Christovão Pinto de Almeyda, uma terça parte e, os outros dois terços aos filhos herdeiros — José Vieira de Mello, o nosso doador, então com 16 anos e aos outros cinco irmãos, a saber: Bernardo Pinto de Almeida, com 15 anos; Christóvão Pinto de Almeida (filho), com 13 anos; Antônia, com 12 anos; Anna, com 10 anos; e Josepha (filha) com 8 anos (V. doc. no referido Acervo Orlando Cavalcanti no IAHGP).

Por tais documentos bem confirmado está o fato de que, naqueles Sertões e Agrestes de Nossa Província, já então se encontrava implantada e enraizada a devoção a Nossa Senhora do Ó — Isto se deduz pela denominação de tal invocação dada aquelas propriedades, ou "cítios de terras", já constatada, pelo menos, desde 1751, bem como pelo nome que deu à sua filha — Josefa Maria do Ó, o Capitão Antônio Vieira de Mello, avô do doador.

Tem assim o privilégio, a Cidade do Altinho, de haver nascido sob o manto da Virgem da Expectação — A Virgem da Alegria interior —, e, como fruto de um ato de amor de um filho seu que lhe quis "erigir uma Capella, pra serviço de Deus e a bem dos seus irmãos", para que, naquela mesma "Capella" pudessem honrar a Mãe Comum, sem se deslocarem para a Matriz distante (teor do termo da doação acima citado).

Hoje, quem visita o Altinho, de logo sente não haver frustrado o ato generoso do seu Fundador. A volta da "Capella", nasceu e cresceu a povoação, tornou-se Villa e Cidade, sempre gravitando em torno da Mãe de Deus. Hoje, quem ali chega, de logo constata que a Matriz de Nossa Senhora do Ó e, não apenas geograficamente o ponto físico central da Cidade, mas é, sobretudo, a célula mater espiritual que une e reúne o seu povo, como uma só Família, ciosa de sua tradição profundamente cristã e mariana.

Neste ano, comemora-se a elevação da "Capella", à categoria de Igreja Matriz, em face da criação da Freguezia de Nossa Senhora do Ó do Altinho, desmembrada da de Santo Antonio de Garanhuns — Tal ocorreu, por força da Lei nº 45, de 12 de junho de 1837 (Pereira da Costa — Anais — V. X, pág. 157).

Foi o seu Primeiro Vigário o Revdº Padre Agostinho de Godoy Vasconcellos. Muitos outros o sucederam com dedicação e zelo apostólico, sempre solícitos na defesa da fé e sempre alimentando no seu rebanho, a chama de amor à Virgem Mãe de Deus.

Honra-me nimiamente saber que, pelo lado materno, corre em minhas veias o sangue altinense, pois Ignez Maria de Jesus, que, segundo a tradição segura a nós prestada pela cara prima Marieta, era conhecida como a "doce Mãe de Casa" da Serra do Mendes (ali falecida a 03 de maio de 1869), sendo irmã, pelo lado paterno de José Vieira de Mello, era bisavó de minha saudosa Mãe, Porcina Guilherme de Azevedo Guedes, havendo esta nascido em Agrestina, então Bebedouro, quando ainda Vila e Freguezia de Nossa Senhora do Ó do Altinho; sendo ela, minha extremecida Mãe, devotíssima da mesma Excelsa Mãe e Senhora.

De muitos feitos heróicos, através dos anos, são protagonistas os filhos do antigo "Cítio" de Nossa Senhora do Ó. Alguns deles são registrados pela História, como a resistência aos Cabanos, na madrugada de 02 de abril de 1833, quando os terríveis guerrilheiros, sempre imbatíveis, atacaram a Povoação do Altinho, com contingente bem superior às forças locais! Não conseguiram, todavia, dominá-los, graças a impossibilidade que tiveram de ocupar as posições heroicamente defendidas pelos socorros prestados pelos generosos habitantes da região, sob a liderança dos seus chefes locais. Tanto denodo, altruísmo e desprendimento, características constantes do povo altinense, encontram-se focalizados na Imprensa da época ("Diário de Pernambuco" nºs 102, 107, 113 e 114 de 1833, citados em "Guerra dos Cabanos" de M. Correa de Andrade). Aliás, D. João da Purificação Marques Perdigão, Bispo de Pernambuco à época, em seu "Itinerário" (Rev. do I. H. Brasileiro, nº LX, 1a. parte), como se se sentisse honrado pelo fato, ali registra a sua hospedagem no Altinho, "em casa" onde o heróico Comandante José Carapeba havia "recebido os tiros cauzativos de sua morte".

Outros feitos igualmente de memória gloriosa e assinalados por alto espírito de autêntica e evangélica generosidade, têm como personagens filhos do Altinho. Todavia, encontram-se ainda hibernando por trás dos bastidores da História. Anseio nosso, "se a tanto nos ajudar engenho e arte",

é fazê-los ressurgir a fim de que "as honras sepultadas e as palmas já passadas" (Camões — O de a D. Manoel), dos nossos altinenses gloriosos, brilhem hoje para exemplo dos seus sucessores e estímulo na luta pelo Bem.

Que os nossos ilustres Avoengos, "da Olímpica morada" em nós possam "ver-se renovada sua memória e obras valerosas" (Lus. I, XVII). E a Virgem Senhora do Ó, ouça os OO dos nossos desejos do Céu e nos guarde um "lugar no fim da idade, no templo da Suprema Eternidade (Id. ibid.).

NOTA: A "prima Marieta" a que nos referimos é a mesma Maria Emília de Azevedo Amorim (também como nós, trineta de Ignez Maria de Jesus) residente em Bezerros, solícita e desvelada genitora do doutor Magistrado Dr. José Antônio Amorim, ilustre e honrado Juiz de Direito desta Capital.

Ignez de Azevedo Guedes é juíza do trabalho aposentada e sócia do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

CURRICULO

MONS. BERNARDINO ADRIÃO DE CARVALHO

Dados Bio-Bibliográficos

——— 0 ——— 0 ———

Ø

I — BIOGRAFIA

01.03.1905 — Nasceu em Camaragibe, Pe., então 1º Distrito do Município de São Lourenço da Mata. Arquidiocese de Olinda e Paróquia de S. Lourenço.

SEUS PAIS

HELENO QUINTINO DE CARVALHO, nascido em Caruaru, aos 31.10.18 e falecido em Altinho, aos 07.07.1955, um ano após as Bodas de ouro Matrimoniais; casado religiosa e civilmente, em Camaragibe, aos 18.05.1904,

com

MARIA DAS DORES CARVALHO, nascida em Triunfo (Baixa Verde), Pe., aos 12.03.1888 e falecida em Caruaru, aos 29.09.1955.

SEUS IRMÃOS

Do casal nasceram:

1 — Bernardino Adrião de Carvalho (o biografado)

2 — Maria Helena de Carvalho. 3 — Manoel da Natividade de Carvalho. 4 — Irineu Esperidião de Carvalho. 5 — Heleno Lupicínio de Carvalho. 6 — João Batista de Carvalho. 7 — Luiz Gonzaga de Carvalho. 8 — Maria Dolores de Carvalho.

II — DADOS BIOGRÁFICOS RELACIONADOS COM A VIDA SACERDOTAL

23.04.1905 — Batizado na Capela de Camaragibe, Pe., da Paróquia de S. Lourenço da Mata, sede paroquial.

06.12.1914 — Crismado pelo Arcebispo de Olinda, D. Luiz Raimundo da Silva Brito, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Paulista, então distrito do Município de Olinda.

08.12.1915 — Primeira Comunhão na Igreja de N. Senhora da Conceição (Paulista), sendo Vigário o Padre Manoel Gonçalves da Costa Lima.

a) No Seminário de Olinda

25.01.1918 — Matriculado e internado no Seminário de Olinda, cujo Reitor era o Cônego José Pereira Alves, que faleceu como 1º Bispo de Niterói, Rio.

07.03.1924 — Primeira Tonsura (clérigo), conferida pelo Arcebispo de Olinda e Recife, D. Miguel de Lima Valverde, na Sé de Olinda.

30.11.1924 — Recebeu as duas primeiras Ordens Menores (Ostiário e Leitor) — Oficiante: Dom Miguel.

21.06.1925 — Conferidas as duas últimas Ordens Menores — Exorcista e Acólito — pelo Arcebispo D. Miguel.

27.11.1927 — Ordenado Subdiácono por D. Miguel Valverde.

04.12.1927 — Ordenado Diácono por D. Miguel Valverde.

21.12.1927 — Ordenado Sacerdote na Capela privada do Arcebispo (S. José do Manguinho, Recife, ao lado do Palácio Arquiepiscopal), por D. Miguel.

1926 e 1927 — Durante os dois últimos anos do Curso Teológico, ainda aluno, exerceu as funções de Professor de Latim, Francês e Liturgia do Seminário de Olinda; Cerimoniário do Sólio Arquiepiscopal da Sé de Olinda; Prefeito de Disciplina do Curso Teológico; Bibliotecário do Seminário e Presidente da Academia São Luiz de Gonzaga, do Seminário.

b) Na Seara do Senhor

20.01.1928 — Provisionado Vigário Cooperador da Paróquia de Santo Antão de Vitória, Pe., sendo Pároco o Cônego Américo Pita.

01.05.1930 — Provisionado Vigário da Paróquia de São Joaquim do Monte, Pe.

31.01.1931 — Provisionado Vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Ó, de Altinho, Pe.

08.02.1952 — Provisionado Vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, de Caruaru, Pe.

10.06.1952 — Nomeado Capelão de Honra do Santo Padre Pio XII, tendo recebido o Título no dia das suas Bodas de Prata Sacerdotais.

24.06.1957 — Provisionado 1º Capelão da Comunidade das Irmãs do Bom Pastor, de Caruaru.

24.06.1957 — Provisionado Diretor do Departamento Diocesano do Ensino Religioso.

10.08.1957 — Provisionado Diretor Diocesano da Pontifícia Obra das Vocações Sacerdotais.

18.12.1958 — Confirmado Capelão de Honra do Santo Padre João XXIII.

08.04.1959 — Nomeado Secretário do Conselho de Consultores Diocesanos de Caruaru.

18.09.1959 — Nomeado Governador do Bispado de Caruaru por D. Paulo Hipólito de Souza Libório, então Administrador Apostólico, por ter sido transferido para a Diocese de Parnaíba, Piauí.

21.12.1959 — Eleito Vigário Capitular da Diocese de Caruaru, em vacância plena, com a posse de D. Paulo como Bispo de Parnaíba.

24.02.1962 — Provisionado Diretor Espiritual do Seminário Diocesano de Caruaru, por D. Augusto Carvalho, 2º Bispo de Caruaru.

14.11.1963 — Nomeado Prelado Doméstico e Antístite Urbano, pelo Santo Padre Paulo VI.

14.08.1975 — Nomeado Juiz Auditor do Tribunal Eclesiástico, desde a sua instalação nesta Diocese.

ADENDA

Exerceu outras funções, como: Diretor do Curso Catequético Pio XII e Responsável pela cadeira de Metodologia do referido Curso. Assistente Eclesiástico das Bandeirantes — Distrito de Caruaru, Região de Pernambuco; Assistente Eclesiástico do Círculo Católico de Caruaru; Mestre de Cerimônias da Catedral de Nossa Senhora das Dores...

III — ATIVIDADES NÃO DIRETAMENTE RELACIONADAS COM O MINISTÉRIO SACERDOTAL

*** Em Altinho**

— Fundou o Externato Santa Teresinha, aos .... 20.05.1932 e seis escolas primárias, filiais do Externato, em povoados e propriedades rurais, quando em Altinho só existia uma única escola municipal e esta situada na Cidade.

— Fundou o Grupo de Esperanto "Odilon de Araújo" e lecionou História e Gramática da Língua Esperanto.

— Reorganizou e equipou com instrumentos novos, a Banda Musical Santa Cecília, desativada desde alguns anos, nomeou o Maestro Sebastião Primo de Barros Correia seu Instrutor, e providenciou a sua personalidade jurídica. necessária para obter subvenções dos Poderes Públicos.

— Ergueu, frente à Matriz, a monumental estátua do Cristo Crucificado (base 48 metros quadrados, altura 12 metros lineares e peso do corpo — excluído o peso da cruz — talhado em pedra pelo saudoso missionário Padre Francisco, 900 quilos), por ocasião do 1º Centenário da Paróquia de Nossa Senhora do Ó de Altinho.

— Dotou a Cidade de um serviço de som, destinado a fins culturais e de evangelização, educativos e de recreação, com motor próprio, quando Altinho ainda não possuía iluminação elétrica pública e domiciliar.

— Fundou a Banda Marcial do Externato Santa Teresinha, a primeira no gênero em Altinho, que serviu de excelente preparação à introdução do Escotismo em terras altinenses. A começar daí, eram comemoradas as nossas

datas cívicas, embora consideradas pelo então Inspetor Escolar, perda de tempo e militarização da Juventude à maneira de Mussolini na Itália.

— Fundou a Tropa de Escoteiros "Padre Manuel da Nóbrega" e foi o seu 1º Chefe-Instrutor. Para isto, fez um estágio de especialização em Belo Horizonte, Minas.

— Foi nomeado Inspetor Escolar de todas as escolas do Município, pelo Interventor Agamenon Magalhães.

— Iniciou na Cidade a prática esportiva do Futebol, com alunos do Externato Santa Teresinha e do Catecismo Paroquial, selecionados principalmente entre os Monitores da Tropa de Escoteiros. O **SÃO TARCISIO SPORT CLUBE**, para efeito de treinos e competição, mantinha 4 Equipes: duas tomaram a designação de Altinense (calções vermelhos e blusas brancas) e as outras duas a de Ipiranga (calções verdes e blusas brancas). É interessante notar que, atualmente, existem duas valorosas organizações esportivas similares — o Altinense e o Ipiranga — que defendem as mesmas cores.

— Fundou a primeira Associação Rural do Município, graças à cooperação técnica e espontânea da Secretaria da Agricultura, especialmente Dr. Alfeu, engenheiro agrônomo responsável pela "Residência" (secção) sediada em Altinho.

Foi um dia de grande festa aquele em que, dada a Bênção Litúrgica sobre o campo, no Alto de São Francisco (então Distrito do Município e Capela da Paróquia de Nossa Senhora do Ó de Altinho), os pequenos agricultores e trabalhadores rurais (acostumados a revolver a terra, manejando enxadas, enxadecos e picaretas) e os fazendeiros mais aquinhoados

(que sulcavam os campos com arados de tração animal) presenciaram o trabalho de um trator motorizado, que fazia em pouco mais de uma hora, o que eles só conseguiam fazer em semanas e meses consecutivos.

— Fundou a "Companhia de Bandeirantes Santa Joana d'Arc, obra pioneira em todo o Nordeste.

— Instalou um Cinema no Teatro Paroquial, cujo prédio, ainda sem o acabamento externo, adquiriu e incorporou ao Patrimônio da Paróquia.

— Construiu a Capela de Santo Isídio em Ibirajuba (antiga Gameleira). Anteriormente o serviço religioso funcionava em pequena e rústica (de taipa) residência adaptada, localizada em outro lugar.

— Pouco depois, abriu a primeira escola em Ibirajuba, filial do Externato Santa Teresinha, em sala cedida por José Inácio de Sobral, um dos fundadores de Ibirajuba. Foi sua primeira professora a Bandeirante Teresinha Pires, irmã do Monitor-Chefe da Tropa de Escoteiros Padre Manuel da Nóbrega, José Pires.

— Em 1942, fundou o Clube Agrícola das Bandeirantes em terreno situado à margem esquerda da antiga estrada para Caruaru e regado pelas águas puras do rio Taquara, antes da confluência com o Rio Una de água salobra. Este terreno de muita fertilidade foi cedido gratuitamente pelo sr. Antônio Felix Rodrigues. Destinava-se ao plantio de hortaliças e legumes cultivados pelas Bandeirantes e foi de valiosa ajuda financeira para o desenvolvimento do Externato Santa Teresinha e das suas escolas filiais.

— Organizou um mutirão de numerosos voluntários para a construção de uma estrada para o

alto do povoado de Cabeleira, aonde só se poderia chegar em montarias acostumadas a subir por veredas estreitas e pedregosas. O mutirão durou muitos meses, pois só se reunia às segundas feiras. Afinal, pela primeira vez, um veículo motorizado, a caminhonete das Bandeirantes, tendo no volante o Vigário, pôde chegar à Capela de S. Sebastião, no alto da serra todo embandeirado, entre palmas e espoucar de girândolas no ar.

— Fundou a Escola Normal Regional de Altinho aos 21.12.1953, solenemente instalada no ano seguinte (07.03.1954). Seus Estatutos foram publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 02.02.1954, assinados pela sua Direção, assim constituída: Diretor, Mons. Bernardino Adrião de Carvalho; Vice-Diretora, Maria José Paixão; Secretário, Heleno Lupicínio de Carvalho; Tesoureira, Maria do Patrocínio de Barros Correia.

Teve duração efêmera, em virtude do radicalismo confessional e interesse comercial do Pastor Zacarias (protestante), que logo abriu ilegal e clandestinamente uma outra Escola Normal, fazendo-a passar por filial do Colégio Sete de Setembro de Caruaru, de sua propriedade. Intimada pela Secretaria da Educação do Estado, a Escola fantasma teve que fechar. Mas a Escola Normal — a legítima e oficialmente reconhecida — não pôde resistir aos maléficos efeitos remanescentes da desleal concorrência do Pastor.

— Propôs ao sr. Bispo Diocesano, D. Paulo Hipólito de Souza Libório, convidasse uma Congregação Religiosa que se comprometesse a reorganizar a Escola Normal Regional Santa Teresinha, fundada aos 21.12.1953 e suspensa aos 19.07.1955, por falta de recursos financeiros e outros motivos, já bem conhecidos dos altinenses. Para isto, doou uma casa de sua propriedade, situada ao lado da Casa

Paroquial, para a residência das Religiosas e o prédio onde funcionara o Externato Santa Teresinha. A doação foi feita às **Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena**, com as quais já havia tido entendimento. A ereção canônica da "Casa Religiosa", com todos os direitos, deveres e privilégios, segundo o Direito Canônico, foi concedida pelo Bispo Diocesano, D. Paulo Libório, aos 06 de maio de 1959 (Provisão registrada no Livro 2, fls. 89, da Cúria Diocesana e no Livro de Tombo da Paróquia nº 4, fls. 116 e 116v.). Em Sessão Solene realizada no Teatro Paroquial e presidida por D. Paulo, aos 19.03.1959, a Irmã Elvira Malaguiti, representante autorizada da Madre Joana Fois, Provincial das "Irmãs dos Pobres de Santa Catarina de Sena", recebeu a doação (o prédio da Escola Normal Regional Santa Teresinha, a casa residencial da Rua Coronel Pedro Alves, nº 12, as demais construções existentes entre uma e outra e mais todo o mobiliário escolar que se encontrava no prédio da "Escola) e nomeou a primeira Diretoria da futura Escola Normal, que ficou assim constituída: Diretora, Irmã Josélia Tajra, que é a Superiora da nova Comunidade de Altinho; Secretária, Irmã Maria Ferreira da Silva; Tesoureira, Irmã Olívia Neri. A Irmã Idília Aguiar Dias também fazia parte da "Casa Religiosa" das catarinenses de Altinho.

— Aos fundos da nova capela de Santo Isídio, construiu ampla e confortável Casa Paroquial, com a generosa colaboração de todos e, principalmente, dos filhos, netos e bisnetos de José Inácio de Sobral, cuja estátua fundida em bronze, foi erguida em artístico pedestal, na principal praça da Cidade, por ocasião da Festa do Padroeiro Santo Isídio, em 1984. A Casa Paroquial foi inaugurada no mesmo dia, com a bênção litúrgica apropriada.

*** Em Caruaru**

— Fundou o Instituto de Assistência Social, que mantinha gratuitamente o Externato Nossa Senhora das Dores, ao lado da Matriz, a Casa da Costureira Pobre no Bairro Petrópolis, rua Antenor Navarro, onde hoje funcionam as Escolas Reunidas do Instituto Mons. Bernardino.

— Professorou Sociologia Educacional, Geografia Geral, Francês e Catequética no Colégio Santa Inês, no Centro (Rua 15 de Novembro, 274), escola de 1º e 2º graus, também fundada por ele; professor de Sociologia Educacional do Colégio Diocesano de Caruaru; professor titular de Sociologia Geral nos Cursos de Ciências Sociais, História e Pedagogia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), da qual foi Diretor em exercício em 1971, durante o trimestre de férias do Diretor efetivo, Dr. Luiz Pessoa da Silva. Lecionou a Língua Esperanto em Altinho, no Grupo Esperantista Odilon de Araújo.

IV — ATIVIDADES LITERÁRIAS

A * Livros Publicados

1935 * A Palavra do Homem e a Palavra de Deus
Editora — Cruzada da Boa Imprensa — Rio de Janeiro.

1939 * A Eucaristia, antes, na, e depois da Instituição. (1)

1939 * O Dia Missionário — Vozes de Roma e do Brasil.
Editora — Imprensa Industrial, Rua do Apollo, 78-82 — Recife, Pe.

1940 * Pontos Para o 4º Ano Primário — Síntese de todas as matérias do Currículo.
Editora — Typografia Leite e Silva — Caruaru, Pe.

---

(1) — Editora de "A Eucaristia": Imprensa Industrial, Rua do Apollo, 78-82 — Recife, Pe.

1940 * Estudos Contemporâneos.
Editora — Cruzada da Boa Imprensa — Rio de Janeiro.

1941 * Origem e História do Escotismo em Altinho, Pe.
Editora — Typografia Leite e Silva — Caruaru, Pe.

1941 * Disciplina e Obediência no Escotismo — Considerações sobre a 7ª Lei dos Escoteiros.
Editora — Typografia Leite e Silva — Caruaru, Pe.

1954 * No Fogo do Conselho — Formação Moral e Cívica do Escoteiro.
Editora — Empresa Gráfica de O Cruzeiro, Rua do Livramento, 203 — Rio de Janeiro.

1959 * Formulário Litúrgico da Congregação da Doutrina Cristã da Diocese de Caruaru — Publicado em Janeiro.

1960 * Noções Gerais de Catequese — Importância — Importância, necessidade, dever e vantagens da Catequese.
Editora — Tipografia do Jornal Vanguarda, Caruaru.

1961 * Objetivos do Bandeirantismo — Formação Cívica, Moral e Religiosa da Bandeirante à luz dos Três Itens da Promessa.
Editora — Tip. Vanguarda — Caruaru, Pe.

1964 * Oração de Paraninfo — Autenticidade Democrática a serviço da Educação.
Editora — Tipografia Comercial — Caruaru, Pe.

1965 * Introdução ao Curso de Catequética para Normalistas.
Editora — Tipografia Comercial — Caruaru, Pe.

1965 * Prolegômenos ao Estudo de Sociologia — Teoria Sociológica. 1ª Edição — Caruaru, Pe.

1966 * Prolegômenos ao Estudo de Sociologia, 2ª edição.
Editora — Gráfica Nossa Senhora do Carmo — Recife.

1973 * Conceito Operacional da Sociologia.
Editora — Tipografia Comercial — Caruaru, Pe.

1977 * O Divórcio, Cavalo de Tróia para o Brasil, 1ª edição (mês de abril).
Editora — Norcópia, Papelaria e Artes Gráficas — Avenida Manuel Borba, 106 — Recife, Pe.

1977 * O Divórcio, Cavalo de Tróia para o Brasil, 2ª edição (maio).
Editora — Norcópia, Papelaria e Artes Gráficas — Avenida Manuel Borba, 106, Recife, Pe.

1977 * Complexidade dos Fenômenos Sociais — Uma iniciação à Sociologia.
Editora — Norcópia, Papelaria e Artes Gráficas, Avenida Manuel Borba, 106 — Recife, Pe.

B * Trabalhos Mimiografados.

Monografias, sínteses, apontamentos, debates, roteiros e conclusões de pesquisas realizadas... com farta bibliografia adequada aos temas tratados.

* Socialidade e sociabilidade do homem.

* Posição e Funções do Homem na Sociedade.

* Escolas Sociológicas. Precursores da Sociologia no Brasil.

* Metodologia Sociológica. Classificação e pluralidade de critérios.

* O Processo de Socialização do Indivíduo. Apostila com 80 ilustrações do Autor, tamanho papel-ofício.

* Organização e Instituições Sociais. Elementos constitutivos.

* Valores Sociais e Padrões Culturais.

* O Problema Social dos Entorpecentes — Causas, sintomas e efeitos de cada uma espécie de psico-

trópicos — Remédios preventivos e curativos.

* Apontamentos de Sociologia Educacional — Notas essenciais do processo educativo.

* A Família, instituição fundamental e base da estrutura social.

* Doutrina Social da Igreja — Tarefas da Hierarquia e dos Leigos.

* O Centro de Gravidade da Doutrina Social da Igreja — dinâmico e não estático — que garante a estabilidade do seu equilíbrio, em meio ao vai-e-vem das variações culturais no espaço social.

* Via-Sacra do Professor. Alegoria com as 14 estações da Via Dolorida de J. Cristo — Ilustrações do Autor.

C * Atividades Jornalísticas

Artigos e Estudos publicados em Jornais e Revistas:

"Excelsior" de S. Paulo. "O Modelo" da Academia São Luiz de Gonzaga do Seminário de Olinda. "Revista Maria" do Recife. "A Voz Paroquial", de Vitória de Santo Antão. "Ecos de São Joaquim" de S. Joaquim do Monte. "O Censor", órgão do Externato Santa Teresinha de Altinho. "Esperantista Klubo" — Unueco Estas Forto, Florianópolis, Brazilo. "Flos Carmeli", do Convento do Carmo, Recife. "Rochas Massabielle", do Colégio N. Senhora de Lourdes, de Palmares. "Quinze de Abril", órgão de propaganda da Tipografia Leite e Silva de Caruaru. "A Defesa", de Caruaru. "Vanguarda", de Caruaru.

Alguns destes trabalhos, principalmente em Ecos de São Joaquim e "O Censor", foram assinados com os pseudônimos Artur Honório, Cícero Romão d'Avila, G. L. Marques e Chiquinho de Oliveira e P.B.C.

Membro da Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras (ACACCIL).

PERSONALIDADES

Em documentos diversos arquivados ou publicados no Recife destacam-se diversas personalidades em ação no ALTINHO, dentre as quais estas a seguir:

Em 1851, aparece o Capitão TOMAS JOSÉ DE AQUINO DURO a exercer os postos de juiz de paz e de subdelegado-de-polícia do 4º Distrito do Município de Caruaru, cuja sede ficava no ALTINHO.

Em 1852, o homem forte do ALTINHO era o fazendeiro JOAQUIM BASILIO DE BARROS, cuja política era vinculada ao mandonismo do célebre Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA, senhor e possuidor da **Fazenda Tacaité,** no Vale do Ipojuca. Ambos estavam de cima na situação político-partidária de Caruaru. O comerciante DIONISIO RODRIGUES JACOBINA fazia oposição sistemática aos dois citados políticos e dava apoio ao Major JOÃO GUILHERME DE AZEVEDO, que, por sinal, aos 29 de outubro do mesmo ano, era assassinado, de emboscada, quando viajava entre Caruaru e São Caetano. O crime foi atribuído ao Cel. PEDRO PAIS DE SOUZA. Por sua causa, houve agitações políticas no ALTINHO.

Em 1853, o capitão JOAQUIM PEREIRA DA SILVA DURO era o juiz de paz do Distrito do ALTINHO; e o capitão JOAQUIM BASILIO DE BARROS, o seu subdelegado-de-polícia, tendo por suplentes: José da Silva e Souza, Joaquim Pereira da Silva Duro, José Pacheco Alves do Couto e José de Melo Macedo.

Em 1855, o padre AGOSTINHO DE GODOY E VASCONCELOS, vigário da paróquia de Nossa Senhora do Ó, tinha por

coadjutor o padre JOSÉ FIDÉLIS DA SILVA ROSA. E o professor público provincial regente da Cadeira de 1as. Letras do ALTINHO era o padre FRANCISCO SEABRA DE ANDRADE, membro integrante da tradicional família altinense dos RIBEIRO DE ANDRADE/PONTES, de Laje da Farinha, Gado Bravo etc. Particularmente, Pe. SEABRA ensinava Latim na povoação.

Em 1856, o comerciante ANTÔNIO ALVES DA COSTA COUTO (filho do padre Antônio Alves do Couto), havendo-se candidatado a uma vaga na Câmara Municipal de Caruaru pelo Distrito do ALTINHO, saía eleito vereador, vencendo dois concorrentes locais: DIONISIO RODRIGUES JACOBINA e BRASILIANO DE BARROS CORREIA, os quais ficavam como suplentes.

Em 1867, o coadjutor da freguesia de Nossa Senhora do Ó era o padre JOÃO G. LUIZ DE BARROS, possivelmente parente dos BARROS CORREIA, do ALTINHO. O professor público provincial da localidade era MANUEL FRANCISCO DO REGO, que se mantinha no cargo até o ano seguinte. O subdelegado-de-polícia do Distrito era BRASILIANO DE BARROS CORREIA, major da Guarda Nacional, político de muita influência no Vale do Una, filiado ao Partido Progressista. Ele era filho do tte-cel. Francisco Joaquim de Barros Correia, cuja história vem registrada na primeira parte deste livro.

Em 1869, funcionavam duas escolas primárias no ALTINHO — uma para meninos, regida pelo professor público provincial MANUEL SIZINO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, e outra, para meninas, sob a regência da professora GUILHERMINA DA SILVA CUNHA. O escrivão de paz DIONISIO FERREIRA JACOBINA fazia política na povoação, filiado ao Partido Conservador. Tinha letra ótima e gostava de ler.

Em 1871, a paróquia do ALTINHO tinha um vigário encomendado: Padre MANUEL FRANCISCO PEREIRA, que se mantinha no posto até 1876. Antes, fora coadjutor da matriz de Bonito. Levava a sério a sua missão apostólica e não possuía concubina, como ocorria, por exemplo, com o vigário do Bonito, padre JOAQUIM DA CUNHA CAVALCANTI, que, ao que se dizia, vivia amasiado "na rua" e tinha vários filhos. Aliás, o antecessor dele, na matriz bonitense, Padre MANUEL DE MELO FALCÃO DE MENEZES (vigário até 1859, quando foi assassinado), vivia publicamente amigado com MARIA

FRANCISCA DE ALBUQUERQUE, por cujo leito nascera JOÃO CÂNCIO DE MELO, que foi registrado pelo dito reverendo como sendo seu filho legítimo. A culpa de tudo naturalmente era da Igreja, que não queria (como ainda não quer) admitir fosse o clero composto de criaturas humanas e não de robôs automatizados. A carne é fraca.

Em 1880, a paróquia de Nossa Senhora do Ó era regida por um vigário encomendado: Padre JOSÉ VAZ GUTIERRES, celibatário convicto. A escola para meninos era regida pelo professor JOSÉ BARBOSA DA CUNHA MOREIRA; e a para meninas pela professora LEONOR CAVALCANTI DE HOLANDA CHACON. Havia um "delegado literário": Major BRASILIANO DE BARROS CORREIA, irmão do deputado ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, altinense ilustre, futuro **Barão de Contendas.** O agente postal no Distrito era PEDRO ALVES DA COSTA COUTO; e o professor de Bebedouro era JUVÊNCIO DE BARROS CORREIA, que residia "na rua" do ALTINHO.

Em 1903, houve o casamento do viúvo MANUEL ALVES DA SILVA, altinense de 1867, morador no Riacho do Peixe, onde possuía propriedade agropastoril, com MARCIONILA FERREIRA DA SILVA, moça de 20 anos de idade, nascida no Brejo Novo. Não se sabe se houve sucessão.

Em 1908, quando o prefeito do ALTINHO era o cel. MANUEL ANTÔNIO ALVES DA SILVA, falecia, aos 64 anos de idade, seu pai, o agricultor-proprietário JOÃO ALVES DA SILVA, nascido em Terra Vermelha e dono de sítio no Riacho das Éguas, o qual era casado com BIBIANA ALVES DA SILVA, deixando filhos e netos. O prefeito MANUEL ANTÔNIO ALVES DA SILVA era casado com FELÍCIA ALVES DA SILVA, por cujo leito houve muitos filhos, dentre os quais se destacam o célebre MAMEDE ALVES DA SILVA, que, durante muitos anos, foi comissário de polícia em Caruaru (nos idos do mandonismo do Dr. Gercino Malagueta de Pontes); e o capitão MANUEL MARCOLINO ALVES DA SILVA, que era casado com RITA AUGUSTA GALVÃO, filha de Galdino Marques de Luna Galvão e de Maria Marques Galvão. Do citado casal era filha a moça ANÁLIA ESTEFÂNIA GALVÃO DE AZEVEDO LIRA, casada com ABEL GUILHERME DE AZEVEDO LIRA, que também foi prefeito do Altinho e já foi devidamente evidenciado na primeira parte deste livro.

Em 1911, houve o casamento do altinense EMIDIO ABILIO DE SOBRAL, alferes da Guarda Nacional, com a caruaruense ELVIRA PEREIRA DA SILVA (irmã do farmacêutico João Napoleão), filha de Pedro Pereira da Silva e de Maria Pereira da Silva. Entre os filhos do casal destaca-se Julcinéa Sobral, nascida em Bebedouro e casada com o jornalista Josaphat Vasco de Carvalho Rosas, com sucessão.

ACONTECIMENTOS

Em 1931, o padre BERNARDINO ADRIÃO DE CARVALHO fundava, no ALTINHO, o melhor educandário até então surgido na cidade, o qual tinha o nome de **Externato Santa Terezinha.** No mesmo ano, aos 4 de fevereiro, o interventor federal de Pernambuco, pelo ato 115, nomeava o Dr. ISRAEL LUMACHI DE HOLANDA CAVALCANTI para exercer o cargo de Juiz Municipal do Termo do ALTINHO.

Em 21 de fevereiro de 1932 o altinense Monsenhor JOÃO DA MATA AMARAL, vigário de Orobó, tendo sido transferido, assumia a regência do vicariato de Santana do Bom Jardim. Dois anos mais tarde seria nomeado Bispo de Cajazeiras, na Paraíba.

Em 1934, no ALTINHO, falecia ISIDORO MANUEL DE OLIVEIRA (1855-1934), tte-cel. da Guarda Nacional, antigo conselheiro municipal, delegado de polícia do Termo, político de muita influência. Era filho de Manuel Joaquim de Oliveira e, por seu casamento com APOLINÁRIA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA, deixava 8 filhos, 57 netos e 74 bisnetos.

Em 24 de maio de 1935, o governador Carlos de Lima Cavalcanti, pelo ato 297, exonerava JOAQUIM SANTOS do cargo de prefeito municipal do ALTINHO, nomeando para o seu lugar o jovem bebedourense JOSÉ WANBERTO PINHEIRO DE ASSUNÇÃO, cuja ascendência já foi evidenciada na primeira parte deste livro.

Em 22 de dezembro de 1937, já em plena vigência do **Estado Novo,** o interventor federal de Pernambuco, Dr. Agamenon Magalhães, pelo ato 442, nomeava PULQUÉRIO PEREIRA DE ANDRADE para exercer o cargo de prefeito muni-

cipal do ALTINHO, mas, passados alguns meses, o mesmo Agamenon, pelo ato 1951, exonerava PULQUÉRIO (que haveria de falecer em 1941) e, para o seu lugar, nomeava o Dr. ANTÔNIO LINS DE FIGUEIREDO, médico do Departamento de Saúde Pública.

Em 25 de janeiro de 1946, o Dr. Adauto Maia interventor federal, pelo ato 216, promovia o juiz de Direito NESTOR CAVALCANTI DE CARVALHO VAREJÃO, removendo-o da Comarca de Vertentes para a do ALTINHO, onde, muitos anos depois (em 1958), ele foi assassinado.

Em 19 de fevereiro de 1946, o Dr. José Domingues da Silva, interventor federal, pelo ato 501, exonerava o capitão MANUEL ALFREDO RIBEIRO DA SILVA do cargo de prefeito municipal do ALTINHO e, para o seu lugar, nomeava RUBENS LEMOS, cujos feitos em benefício da sociedade altinense estão focalizados na primeira parte deste livro. Três meses depois, contudo, aos 20 de maio, pelo ato 1425, o mesmo José Domingues exonerava RUBENS, ficando a responder pelo expediente da PMA o seu tesoureiro MOISÉS CORREIA DA SILVA.

Em 7 de janeiro de 1947, o general Dermeval Peixoto, na qualidade de interventor federal de Pernambuco, tirava MOISÉS CORREIA DA SILVA e nomeava o major reformado JOSÉ PEDRO DA SILVA para exercer o cargo de prefeito do ALTINHO. Quando o major ainda estava procurando esquentar o assento, o mesmo general Dermeval, pelo ato 136, de 23 de janeiro daquele ano, ordenava-lhe que entregasse a PMA à secretária MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRADE, possivelmente a primeira mulher a assumir a prefeitura altinense, mantendo-se no cargo por um mês, visto que, pelo ato 387, de 22 de fevereiro, dito general nomeava IZAIAS DE SOUZA FERRAZ, sertanejo do Pajeú, para exercer o cargo de prefeito do ALTINHO. Três dias depois, a nomeação de IZAIAS era tornada sem efeito pelo ato 428, que punha à frente da PMA o bacharel JOSINO BARBOSA DE MEDEIROS.

NOTICIA

Sob o título **História Municipal,** Nelson Barbalho publicou, em 11 de abril de 1986, no **Diário de Pernambuco,** o seguinte trabalho:

"Em 1848, quando, pela Lei Provincial nº 212, Caruaru tornou-se Município, entre os seus distritos havia um, no Agreste Meridional, denominado CACHOEIRA GRANDE, formado por uma povoação oriunda de fazenda de gado gerida por JOÃO LEITÃO ARNOSO em terras de sua mulher MARIA INÁCIA VIEIRA DE MELO, terras integrantes da **Sesmaria Ararobá** e primitivamente desbravadas e povoadas pelo Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO (1669-1774), de quem era bisneta a citada senhora.

"Em 1881, quando, pela Lei Provincial nº 1560, criou-se o Município do ALTINHO, as terras de CACHOEIRA GRANDE lhe ficaram pertencendo, desmembradas que foram de Caruaru.

"Pela Lei Municipal nº 35, de 1900, do ALTINHO, a vila de CACHOEIRA GRANDE se tornou o seu 2º distrito, posição conservada até hoje. Seu nome, porém, mudou, por sugestão de Mario Melo e por força do Decreto-Lei Estadual nº 235, de 9 de dezembro de 1938, passando a denominar-se ITUGUAÇU — ITU: grande; GUAÇU: cachoeira. Quer dizer, mantém o mesmo nome, mas em língua de índio.

"Pelo mesmo DL/235, outro distrito altinense — GAMELEIRA (antiga fazenda de criação fundada por BARTOLOMEU VIEIRA DE MELO, mais outro descendente do Cap. ANTÔNIO VIEIRA DE MELO) —, também por sugestão de Mário Melo, mudou de denominação, passando a chamar-se IBIRAJUBA, que foi 3º distrito do ALTINHO em face da Lei Municipal nº 7, de 1937, sendo, atualmente, cidade, sede do Município de igual nome.

"IBIRAJUBA, por sinal, possui um distrito chamado PISCIRONGABA, cujo primitivo nome era ALTO DE SÃO FRANCISCO, povoação surgida em torno de uma capela, dedicada a São Francisco de Assis e ali fundada por missionários franciscanos, dirigentes da antiga Colônia Isabel, à frente dos quais estava Fr. Fidélis de Camachio.

"Todos estes precisos dados, colho-os de um manuscrito de altinense para mim notável: MANUEL OMENA DE OLIVEIRA, que, no ALTINHO, foi Secretário da Prefeitura e do Conselho Municipal, Delegado Literário, Advogado dos Presos Pobres e Historiador, porém faleceu em estado de pobre-

za e, por isso, hoje em dia, é um grande esquecido na terra natal. Aqui apenas presto singela homenagem à sua memória."

RÉPLICA

Pouco depois de publicada a notícia recém-transcrita, o altinense honorário RUBENS LEMOS, aos 15 de abril de 1986, escreveu este artigo, que mais tarde foi publicado no **Jornal do Commercio,** do Recife:

"HISTORIADOR DO AGRESTE

"Merece a atenção dos altinenses a nota **História Municipal,** do escritor e historiador Nelson Barbalho, publicada no **Diário de Pernambuco** de 11 do corrente, na qual faz justa referência à pessoa do grande e saudoso filho do Altinho, MANUEL OMENA DE OLIVEIRA, falecido em 20 de dezembro de 1954.

"Manuel Omena de Oliveira, depois de uma mocidade durante a qual já se dedicava às boas causas do Altinho, tendo sido, com seus irmãos José e Joaquim, um dos primeiros componentes da **Banda de Música Santa Cecília,** fundada em 1899, e, como bom tipógrafo, colaborador do jornal **O Contemporâneo,** do Padre Manuel Zacarias de Lira, Vigário, Prefeito e Deputado Estadual, exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura, com os encargos, ainda, de Secretário do Conselho Municipal, Procurador dos Feitos da Fazenda, Advogado dos Presos Pobres e Delegado de Ensino, sem a percepção, por estes encargos, de qualquer remuneração.

"Em agosto de 1930, dirigiu-se a Caruaru e, ali, procurou o Cel. Leocádio Porto, cuja chefia política se estendia até Altinho, na época Termo Judicial daquela Comarca, e pediu a sua interferência junto ao Prefeito no sentido de aumentar os seus vencimentos na oportunidade em que elaborava a proposta orçamentária para o exercício seguinte, receioso de que, vitoriosa a revolução, que já se previa, não tivesse mais a possibilidade de conseguir o aumento.

"O Coronel, não obstante o seu corpanzil, levantou-se rápido e, arrogante, disse: "— Se é por isto, pode voltar tran-

qüilo; o governo e a nossa política estão fortes, de pedra e cal, e não cairão!"

"Manuel Omena voltou triste, pela falta de atendimento, e, logo em outubro, vitoriosa a revolução, foi sumariamente demitido.

"Daí por diante, passou a sofrer maiores dificuldades, vindo, alguns anos depois, a ser readmitido por força de decreto do presidente Getúlio Vargas, que mandava reintegrar os funcionários contra os quais nada houvesse sido apurado em processo regular. Mas, de imediato, foi aposentado com modestos proventos, vindo a falecer, depois de vários anos, em lamentável estado de pobreza.

"Existe uma Avenida com o seu nome, caminho antigo por onde vinha, a pé, do seu pequeno terreno, a mais de dois quilômetros, para o expediente da Prefeitura, homenagem esta depois ratificada por sugestão nossa quando na presidência da Comissão de História, e proposição do vereador João Caetano Sobrinho, unanimemente aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo prefeito Júlio Rodrigues Filho.

"Nossos louvores ao escritor Nelson Barbalho pelas suas homenagens à memória do ilustre e saudoso altinense."

OMENA

O primeiro OMENA que aparece na história do ALTINHO é o agricultor-proprietário FRANCISCO VELHO DE OMENA, que, nos anos de 1750, na **Fazenda de Nossa Senhora do Ó**, casou-se com ANA FRANCISCA XAVIER, filha legítima do Cel. Cristóvão Pinto de Almeida e de Josefa Maria do Ó, sendo, por esta, neta do fundador do ALTINHO, ou seja, neta do valoroso Capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, da **Sesmaria Ararobá.** FRANCISCO VELHO DE OMENA e ANA FRANCISCA XAVIER, portanto, formam o casal-tronco dos OMENA do ALTINHO, os quais são, também, evidentemente, VIEIRA DE MELO. Um filho do casal, FRANCISCO XAVIER DE OMENA, deixando o ALTINHO, foi negociar em Lagoa dos Gatos, onde casou com FRANCISCA OMENA DE OLIVEIRA, filha do abastado português José Oliveira Ramos, do **Sítio do Araçá.** FRANCISCO XAVIER DE OMENA e FRANCISCA OMENA DE OLIVEIRA, por conseguinte, formam o casal-tronco dos OMENA DE OLIVEIRA, os quais são, também, está evidente, VIEIRA DE MELO.

FRANCISCO VELHO DE OMENA, enviuvando, casou, em 2as núpcias, no ALTINHO, com MARIA DA EXALTAÇÃO

DE SOBRAL, filha do fazendeiro João Brandão de Sobral e de Maria Inácia Fagundes Bezerra. Como se pode perceber, os OMENA, que também são VIEIRA DE MELO, integram-se nas famílias SOBRAL e FAGUNDES BEZERRA, todas formando um só grupo familiar, evidentemente.

É dessa gente que fez do ALTINHO uma das principais povoações do Vale do Una que descende o notável altinense MANUEL OMENA DE OLIVEIRA, um homem digno, honesto e trabalhador.

Rubens Lemos conseguiu extrair "de uma cadernetinha deixada pelo velho Manuel Omena, e hoje nas mãos do seu neto Bosco", em 2 de junho de 1981, interessantes dados em torno dos OMENA, assim redigidos:

"Manuel Omena de Oliveira casou-se, civil e eclesiasticamente, com Da. Maria Gomes da Silva Oliveira, no dia 30 de outubro de 1897, Foram testemunhas do ato o Dr. José Francisco de Faria Sales **(pai do senador Apolônio Sales)** e sua mulher D. Maria Augusta de Jorge Sales, e Francisco Gomes da Silva e D. Maria Xavier de Omena, sendo o Sacerdote do ato religioso o Revmo. Pe. Manuel Zacarias de Souza Lyra, Vigário da Freguesia. E foram testemunhas do contrato civil o Dr. José Francisco de Faria Sales e Júlio Horácio Alves da Costa, sendo o Juiz o Cel. João Ferreira de Morais. Altinho, 1º de novembro de 1897. (L. 6º, fls. 129).

"O pai de Manuel Omena: Antônio Xavier de Omena, falecido no dia 27/6/1909, um domingo, em casa situada à Rua Dr. Prudente de Morais, na cidade de Altinho. Era casado com Antônia Francisca de Oliveira, deixando quatro filhos maiores: Manuel Omena de Oliveira, José Xavier de Omena, Joaquim Xavier de Omena e Maria Xavier de Omena. Era filho de Francisco Xavier de Omena e Maria Madalena de Pazzi **(residentes em Lagoa dos Gatos),** falecidos antes dele. Os seus filhos não conheciam nenhum inimigo de seu pai. Foi confessado e recebeu comunhão na Matriz, no período de sua enfermidade, que durou 57 dias, sacramentos que foram administrados pelo Pe. Francisco de Luna Sobrinho. Foi-lhe dada a Extrema Unção na 6a. feira anterior ao dia de sua morte, pelo Vigário Zacarias de Lyra, que também o encomendou. Envolto em hábito preto, foi sepultado em caixão no Cemitério da Matriz, no muro do lado do Noroeste. Sobre sua sepultura foi colocada uma cruz com uma redoma centralizada pela imagem de Santo Antônio de Lisboa. Está sua sepultura colocada entre as de seus netinhos Periandro, Maria das

Dores, Hermenegildo, José e Euclides. Vitimou-se em conseqüência de uma gastroenterite. Assistiram ao seu enterramento as pessoas gradas desta Cidade.

"A mãe de Manuel Omena de Oliveira faleceu numa 6a. feira da Paixão, 2 de abril de 1915, pelas 9 e 1/2 horas da manhã, no Sítio da Cisterna, em casa do seu filho mais velho, Manuel Omena de Oliveira, na idade de 76 anos, viúva de Antônio Xavier de Omena, deixando quatro filhos, mencionados na nota anterior. Vitimou-a um ataque de congestão, entretanto foi confessada e ungida pelo Vigário José Ciríaco de Brito, que fez a encomendação. Foi sepultada em caixão na sepultura de seu marido, onde também já tinham 5 netinhos, conservando-se ainda sobre o mesmo pedestal já existente a cruz com a imagem de Santo Antônio de Lisboa. O seu funeral foi assistido pelas pessoas gradas da cidade.

"Pelas 14 horas, de 9 de dezembro de 1918, na casa fronteira à de Claudino Silva, na rua antiga Dr. José Marcelino, n/cidade de Altinho, faleceu José Xavier de Omena, na idade de 45 anos, casado com Guilhermina Gomes da Silva, filho de Antônio Xavier de Omena e Antônia Francisca de Oliveira, também falecidos. Chegando em Taquara de S. Pedro a notícia do faleciento do arquiteto da respectiva Capela, as pessoas gradas daquele Povoado mandaram colocar no frontispício uma bandeirinha preta em sinal de sentimento geral."

MARIA XAVIER DE OMENA, irmã de Manuel Omena de Oliveira, era casada com o tabelião público MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA JÚNIOR, sendo filho do casal o advogado provisionado JOSÉ OMENA DE OLIVEIRA, que, por sua vez, casou com MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA, filha de José Ferreira da Silva (José Brasil), agricultor-proprietário e dono de armazém de cereais, e de Joana Maria de Oliveira, havendo sucessão.

Outro irmão de Manuel Omena de Oliveira, o JOAQUIM XAVIER DE OMENA era um homem progressista e, em 1908, no ALTINHO, fundou o primeiro cinema da cidade, um feito realmente notável.

POEMA

Durante alguns anos, viveu, trabalhou e residiu no ALTINHO o Dr. JOAQUIM FREIRE BARBOSA DA SILVA, que foi

Juiz Municipal do respectivo Termo e um benfeitor da localidade. Era poeta e filósofo, ao mesmo tempo. Um de seus melhores poemas tem o título de VELHICE, havendo surgido em momento de muita inspiração e resultando no belo trabalho que se segue em transcrição:

Ser velho! Que tormento! Horrível pesadelo!
Quem me dera, Senhor, nem mesmo parecê-lo!

Ser velho é andar vivendo à custa da saudade
De um tempo que se foi e que voltar não há-de.

Viver chorando à-toa em busca de um carinho
Que nunca lhe aparece em meio do caminho.

Ó miseranda sorte! Em ruína, o corpo lasso
Não lhe aguarda na queda o calor de um regaço.

Arvore ressequida à beira de uma estrada
Que a ninguém mais acolhe, esguia e desfolhada

E a cuja sombra outrora alguém se recolhera
Fugindo aos vendavais e à ríspida soalheira.

Escombro de um castelo espectral e vetusto.
Onde luziam graças e hoje faz susto.

Ser velho — é dor, é frio, é treva, é lodo, é gelo.
Espantalho do amor, nojento cogumelo.

Infeliz repelente, espantosa carcaça
Trambolhando na rua, enojando a quem passa.

Quando muito, uma vez na desolada vida.
Desperta compaixão de um'alma já descrida.

Perdão, Senhor, Meu Deus! A luz em mim se faz!
Ser velho não é isso assim que eu disse atrás.

Ser velho quer dizer: Prudência, ora conselho,
Critério, sensatez, dos moços claro espelho.

PONTE

O maior sonho do povo altinense, na atualidade, é ver a sede de seu Município interligada aos grandes centros comerciais do Estado e do País através de moderna e ampla estrada pavimentada. A obra já lhe foi prometida por diversas vezes, principalmente nas fases de campanha eleitoral, porém, até aqui, a promessa jamais foi cumprida, pois promessa de político é feito "traque" soltado em meio de feira — não vale nada. Todo político calça 40.

Antigamente, o sonho do altinense era possuir uma ponte. Era que o lugar sistematicamente ficava ilhado, isolado do mundo, nos anos das grandes invernadas. O clamor público, a seu respeito, durou um século, mas um político de muita sensibilidade, um político que era um Estadista, resolveu a questão numa penada, tornando o velho sonho em realidade. Que extraordinário político foi esse? Agamenon Magalhães, que, acerca do fato, fez publicar na **Folha da Manhã,** em 18 de maio de 1939, o seguinte artigo:

"ALTINHO

"Altinho foi o sítio escolhido por José Vieira de Melo para fundar a sua fazenda. É um oiteiro, que fica nas margens do rio Una, esbatendo-se para a caatinga do lado de Bebedouro e para o brejo do lado de Caruaru. As águas do Una quando sobem inundam os vales e isolam o oiteiro, ficando a cidade sem comunicações para a estrada de ferro central.

"Os habitantes de Altinho tinham, por isso, uma velha aspiração. Uma ponte sobre o rio Una e outra sobre o Taquara, a primeira de 25 metros e a segunda de cinco. Além das pontes, um aterro, que aproximasse a cidade do rio, sem o risco das inundações.

"Já na Monarquia, os liberais e conservadores prometiam a ponte. Findou-se o Império, sem que as águas do Una pudessem ser atravessadas de pé enxuto. Veiu a República e com ela renasceram as esperanças, mortas com o trono dos Braganças. Sucederam-se os governos e os projetos da ponte. Terra do Barão de Contendas e de gente rebelde. Altinho não pediu mais. Ficou em atitude de protesto. Desciam e cresciam

as águas do Taquara, que se misturavam com as do Una, desafiando o prestígio dos homens.

"Veiu o Estado Novo. Recebi uma carta, que era um desafio.

"— Se o novo regime não deixa problema sem solução, mande construir a ponte do rio Una, que é uma aspiração secular do povo de Altinho.

"Despachei a carta para o secretário da Viação e Obras Públicas, recomendando-lhe que estudasse o assunto. Em dois tempos foi feito o projeto, foi aberta a concorrência e construída a ponte, que fui inaugurar sábado último. Nunca vi tanta gente e tanta alegria. Tanta gente agradecia. Tanta alegria feliz.

"Uma ponte que era um nada para o governo e tudo para uma população. Uma ponte, um pontilhão, um aterro, que custaram ao Tesouro cerca de duzentos contos de réis, e aos habitantes de Altinho um século de aspirações, de luta, de esperanças e desalentos, o desejo de muitas gerações.

"Não custa servir. O que falta é a vocação de servir. A sensibilidade da função pública. A razão do poder, que é o bem público. Bem público, que é o interesse de todos, e não a comodidade de uns, as vantagens de poucos e a indiferença pela necessidade dos outros.

"Altinho teve o seu dia. Teve, afinal, a sua ponte."

MÚSICO

Rubens Lemos, profundo conhecedor da história altinense, falando acerca da primeira banda musical da localidade, escreve: "Dentre os primeiros músicos da **Banda Santa Cecília**, fundada em 1899, tendo como Regente o Mestre Júlio Horácio Alves da Costa, destacavam-se os seguintes: Manuel Omena de Oliveira, José Xavier de Omena, Joaquim Xavier de Omena, Manuel Gomes, Sebastião Cordeiro, Antônio Feitosa, Pedro Claudino, João Tenente, José Ferreira, Inácio Batista de Arruda Melo e Juvêncio Anselmo da Silva."

O músico JUVÊNCIO ANSELMO DA SILVA (Altinho, 11.07.1886 / Caruaru, 22.10.1963), ao ingressar na **Santa Cecília** tinha apenas 13 anos de idade, mas já executava com perfeição o seu instrumento, que era uma clarineta importada da Europa e de som maravilhoso. Perto de falecer, em avançada idade, já não mais tinha fôlego para tocar a sua clarineta, mas não esquecia jamais seus tempos de músico da **Santa Cecília,** que foi a banda de sua paixão e de sua eterna saudade. Em 1932 foi delegado-de-polícia e tesoureiro da Prefeitura Municipal do ALTINHO. Depois se tornou funcionário público estadual, até aposentar-se. Era irmão de Manuel, Tereza, Maria Laura, Ana e Auta Anselmo da Silva, todos filhos legítimos do cel. João Anselmo da Silva e de Antônio Herculina Alves da Costa. No ALTINHO, casou com JOANA LEMOS DA SILVA (06.11.1891 / 23.03.1942), filha de Silvino Tertulino da Silva Lemos e de Maria Francisca da Paixão. Por seu leito houve 18 filhos, dos quais sobreviveram apenas as cinco altinenses seguintes:

F1) — MARIA JOSÉ ANSELMO CORDEIRO **(Zèzé),** viúva de ANTÔNIO CORDEIRO DA SILVA (1915-1975), antigo tipógrafo em Caruaru, irmão do aviador Severino Cordeiro **(Severino Chora-na-Rampa)** e de Maria José Cordeiro Rosas (esposa do desportista Genésio Rosas), todos filhos de Eugênio Cordeiro da Silva e de Tercila Cordeiro dos Santos. Pais de:

N1) — **Antônio Anselmo Cordeiro — Toinho** (1939-1977), altinense de nascimento, falecido em Tubarão-SC, onde casara com **Arlete Miranda Cordeiro,** por cujo leito houve filha única: Soraya Miranda Cordeiro.

N2) — **Maria do Socorro Anselmo Cordeiro — Nega,** moça simpática, alta, morena, bastante graciosa. Fez o Curso Pedagógico em Caruaru, onde vive e reside, trabalhando na Prefeitura Municipal.

N3) — **Gênova Anselmo Cordeiro,** nascida em 1959, formada em Contabilidade, casada com **Valdir Leitão de Albuquerque,** por cujo leito nasceram Vanieverton e Uyara Janaína Anselmo de Albuquerque.

F2) — MARIA DA CONCEIÇÃO ANSELMO CARVALHO — **Ção** (Altinho, 18.05.1914 / Caruaru, 08.12.1984), casada com o ex-farmacêutico LUIZ GONZAGA DE CARVALHO (irmão do Monsenhor Bernardino Adrião de Carvalho), aposentado como escriturário da Coletoria Estadual do Altinho. Pais de:

N4) — **Maria de Lourdes Anselmo Carvalho (Lurdinha)**, solteira, professora, residente no Recife.

N5) — **Maria Lúcia de Carvalho Lemos**, casada com **Aldo de Barros Lemos**, filho do Prof. Rubens Lemos, tantas vezes citado neste livro. Pais de Andréa, Fábio e Cristina de Carvalho Lemos.

N6) — **Carlos Borromeu de Carvalho**, altinense, comerciário, residente em Olinda, casado com **Cleonice Colaço de Carvalho**, advogada, fiscal do Ministério do Trabalho. Pais de Rodrigo Colaço de Carvalho.

N7) — **Maria de Fátima Carvalho**, bancária em Olinda, casada com Florisvaldo Moraes, comerciário. Pais de Carlos Gustavo, Eduardo José e Juliana Carvalho Moraes.

F3) — MARIA DAS GRAÇAS ANSELMO **(Graça)**, solteira.

F4) — MARIA ISABEL ANSELMO DE MOURA **(Bèbé)**, residente em Caruaru, viúva do altinense ANTÔNIO GOMES DE MOURA (1911-1963), comerciário e depois comerciante, filho de João Gomes de Moura e de Eusébia Gomes de Moura. Em Caruaru era mais conhecido pelo apelido de **Antônio Português.** Pais de:

N8) — **Marcos Antônio Anselmo de Moura**, bacharel em Direito, locutor esportivo, radialista em Caruaru, de cuja Câmara Municipal é vereador eleito em 1982. Casado, em 1as. núpcias, com **Edna Lins Moura**, filha de Euclides Alves de Souza e de Iracema Lins

Souza, sem sucessão. Divorciando-se da primeira esposa, casou, em 2as. núpcias, com **Thelma Margareth T. do Nascimento,** bancária, também sem sucessão.

N9) — **Mércia Maria Anselmo de Moura Pinheiro,** advogada, residente em Caruaru, casada com o industrial **José Pinheiro dos Santos Filho,** construtor civil, desportista, pais de Rodrigo Anselmo e Felipe Anselmo de Moura Pinheiro.

N10) — **Márcia Maria Anselmo de Moura Albuquerque,** contabilista, residente em Caruaru, casada com o dentista **Joel Cavalcanti de Albuquerque Filho,** agente do Moinho Recife, pais de Simone e Marcelo Anselmo de Moura Albuquerque.

F5) — MARIA DAS NEVES ANSELMO NEVES **(Neve),** ex-comerciária em Caruaru, residente no Recife, casada com o comerciante GENIVAL NEVES, caruaruense, filho de José Neves e Sebastiana Neves. Pais de:

N11) — **Ana Paula Anselmo Neves,** solteira, estudante.

ARTIGO

No **Diário de Pernambuco,** de 20 de setembro de 1970, Ulisses Viana, demonstrando conhecer muito pouco a história altinense e cometendo alguns equívocos, divulga o artigo intitulado **ALTINHO,** assim redigido:

"A cidade de Altinho completa, neste ano, dois séculos, pois surgia como povoado em 1770, conforme assevera Ernani Silva Bruno, em sua **História do Brasil,** vol. II, pág. 107. É fora de dúvida que a ocupação daquele trato do agreste pernambucano começara em tempos mais recuados, provavelmente no limiar da centúria. Com efeito, a sesmaria da **barra da Chata,** de que fala Costa Porto **(Estudo Sobre o Sistema Sesmarial,** pág. 141), havia sido concedida em Lisboa (15.11.1751), pelo Marquez de Penalve **(Doc. Hist. Pernam-**

bucana, vol. II, págs. 68 e 101), ao Capitão-mor Domingos Bezerra Cavalcanti e ao Cel. Cristóvão Pinto de Almeida **(ver tópico 101, 1a. parte deste livro),** dizendo-se este, já em 1749, possuidor do **Sítio N. Snra. do Ó do sertão do Ararobá,** de **poucos e ruins pastos,** muito embora os sesmeiros não ocultassem o receio de que na **sobredita terra se lhe metesse algum terceiro,** de modo que após o atendimento de algumas exigências, um tanto minuciosas, eram deferidas três léguas de comprido por uma de largura a cada pretendente, porém com a reserva, para serventia pública, de meia légua ao lado de **algum rio caudaloso que necessitasse de canoa para sua passagem.**

"Como uma primeira indagação, Cristóvão Pinto de Almeida instalara, ele próprio, o sítio de Nossa Senhora do Ó, a padroeira de Altinho (patrimônio ou enfiteuse), ou o adquirira de outrem **(o fato vem devidamente esclarecido, à base de documentação hábil na 1a. parte deste livro)** — hipótese que me parece pouco provável ante a fartura de terras desocupadas —, talvez de José Vieira de Melo (ou Antônio?), que é tido como primeiro dono da Fazenda **(de Nossa Senhora do)** Ó e da aguada próxima, no ponto privilegiado da confluência do Taquara (perene e de águas doces) com o Una (o "rio preto" da linguagem indígena, até ali salgado e intermitente)? Antônio Vieira de Melo, um dos filhos de Bernardo Vieira de Melo, o republicanista de 1710 **(não o era, como vem comprovado na 1a. parte deste livro, Antônio e Bernardo eram irmãos e participaram ativamente da Guerra dos Mascates)** e usufrutuário de muitas terras **(Doc. Hist.,** vol. I, referências de limites às págs. 29 e 281), vivia em Ararobá **(isto é, na sua FAZENDA DO JUPI)** nos meados do século XVIII, segundo diz Barbosa Lima Sobrinho **(Pernambuco e o São Francisco,** pág. 121), citando a **Nobiliarquia** de Borges da Fonseca. Mas, **Ararobá** era toda aquela amplidão do médio Pernambuco de hoje, da qual se iam dando sesmarias, como a da ribeira do Capibaribe em Madre de Deus **(Doc. Hist.,** vol. I, 317), que tinha por extremos o **poço fundo** e a **Pedra Lisa** (a serra do Ponto ou a da Prata, no Brejo, ou a Pedra do Cachorro, junto à Fazenda Nova?...).

"A idéia de uma penetração mais remota naquele trecho do Una reforça-se com a existência do quarteirão QUILOMBO, que perdura como se estivesse a lembrar, quem sabe, um dos antigos quilombos periféricos "dos campos de Gara-

nhuns", por onde passara, em fuga, Domingos Jorge Velho (Luiz Luna — **O Negro na Luta contra a Escravidão**, págs. 150 e 156), sertanista que voltaria mais tarde, raivoso e vingativo **(nada disso aconteceu com DOMINGOS JORGE VELHO, que apenas fora contratado pelo governo pernambucano para guerrear os quilombolas em companhia de BERNARDO VIEIRA DE MELO, com o apoio do capitão ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, o fundador do ALTINHO)**, a destruir o reduto negro dos Palmares (1697), em companhia do sargento Manelli e do mesmo Bernardo Vieira de Melo, que tempos depois era mandado para o cárcere do Limoeiro, em Portugal, com seus dois filhos: André e Antônio **(erro crasso, pois o sargento-mor BERNARDO VIEIRA DE MELO, por ter sido líder do movimento republicanista de 1710 — a Guerra dos Mascates —, sendo detido, foi embarcado a ferros para Lisboa, em companhia de vários outros republicanistas pernambucanos, entre os quais o seu filho ANDRÉ VIEIRA DE MELO, sendo os dois, pai e filho, jogados num cubículo da prisão do Limoeiro, onde foram eliminados pelo governo português. ANTÔNIO VIEIRA DE MELO, que era irmão e não filho do sargento-mor BERNARDO VIEIRA DE MELO, havendo também participado ativamente do movimento republicanista de 1710, para escapar da prisão, fugiu do Recife e internou-se no Agreste Meridional de Pernambuco, fixando-se na sua FAZENDA DO JUPI e tratando de ampliar e movimentar suas demais propriedades na SESMARIA ARAROBÁ, dentre as quais se destacava a FAZENDA DE NOSSA SENHORA DO Ó, por ele fundada e onde havia o SÍTIO ALTINHO, do qual vem a CIDADE DO ALTINHO, como está devidamente historiado na 1a. parte deste livro)**, (Carlos Xavier Paes Barreto — **Os Primitivos Colonizadores Nordestinos**, págs. 42 e 93).

"A ocasião, de qualquer modo, é oportuna para que os altinenses (natos e de adoção) comemorem o bicentenário de sua terra **(na verdade, o bicentenário que se comemorava em 1970 era o da capela fundada no ALTINHO por José Vieira de Melo, neto materno do cap. ANTÔNIO VIEIRA DE MELO)**, se bem que datas significativas e valores dessa continuem desalembrados quando não desconhecidos. Quem fala, por exemplo, do 2 de abril de 1833, quando se travou histórico combate entre legalistas e cabanos (Manuel Corrêa de Andrade — **A Guerra dos Cabanos**, pág. 233), do qual saíram feridos, dentre outros, o grande Camboim e o comandante Carapeba (ainda o lembra a localidade **Comandante)**, aquele que se

hospedava **em uma casa grande assobradada, pertencente a um tal Benevides** (José Pereira Callado — artigo no **Jornal do Commercio**, do Recife, de 16.04.1957), casa que existiu até há pouco onde hoje se erguem dois prédios do sr. Izaías Ferraz, derribada, como também o foram, o velho sobrado da **Demarcação** (não estaria aqui a **divisa** antiga das 3 léguas de cada sesmeiro?) e a casa-grande do sítio São Francisco (Fazenda Liberdade), relíquia esta construída por um dos mais velhos habitantes daqueles ermos, João Francisco, o Moço, que, de uma feita, montado em ágil cavalo, chegou a prear um índio erradio, sem dúvida rebento espavorido das tribos que iam sendo dizimadas a ferro e fogo.

"Não menos de lastimar, também, é o silêncio quanto às suas riquezas minerais (p. ex., o **berilo**, a respeito do qual Altinho foi citado na **Folha de São Paulo**, de 24.02.1963), fonte do metal **berílio**, indispensável à ciência nuclear e útil em aplicações práticas (inscrição rupestre da Furna do Letreiro) e paleontológicas (fósseis do Cenozóico, desenterrados de vários caldeirões), tudo isso sem falar de um clima ameno e solo fértil, com pastagens ubérrimas que desmentem os "poucos e ruins pastos" a que se referiam, matreiramente, os sesmeiros de 1749. A propósito da inscrição e fósseis citados, fiz (carta de 28.02.1968) despretenciosa comunicação ao Museu Nacional da Boa Vista, no Rio, que a recebeu, segundo resposta de 26 de março seguinte, firmada por D. Maria da Conceição Beltrão, desconhecendo, no entanto, providências ulteriores que porventura tenham sido tomadas no sentido de acautelar esse patrimônio cultural.

"Com a palavra, portanto, o sr. Júlio Rodrigues, atual prefeito de Altinho, sem embargo de os altinenses ainda sentirem, neste momento, a perda recente de dois dos seus mais distintos conterrâneos: os ex-prefeitos José Aureliano de Barros Correia (José Loulinho, octogenário) e o meu dileto amigo Luiz Benevides de Melo, um descendente longínquo daquele hospitaleiro **Benevides**, de quem fala o jornalista Pereira Callado."

MUNICÍPIO

ALTINHO tornou-se Vila e Município (não autônomo) pela Lei Provincial nº 1.560, de 1881, mas, estranhamente, somente aos 7 de janeiro de 1887 é que ocorreu a instalação de sua 1a. Câmara Municipal. Não se conhece o motivo de

tanta demora. Deve ter havido um fato bastante grave para que semelhante anomalia acontecesse. O documento de instalação da Câmara Municipal do Altinho tem a seguinte redação:

"Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e sete, nesta Vila e Município do Altinho, no Paço da Câmara Municipal, presentes o Capitão João Francisco de Pontes, como Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Caruaru, e os Vereadores Capitão Manuel Rodrigues Porto, Vice-presidente, e Tenente Aurélio Florêncio da Silva Limeira, comigo Secretário abaixo nomeado, aí deferiu aos Vereadores da nova Câmara Municipal deste Município do Altinho, Agostinho de Barros Rego, João Francisco da Silva Tenório, Agostinho Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Celestino de Vasconcelos e Miguel Joaquim Bezerra, depois de exibirem os seus respectivos diplomas, de que foram reconhecidos como Vereadores, e juramento aos Santos Evangelhos, em um livro deles, em que puseram de per si suas mãos direitas e prometeram desempenhar bem e fielmente os Cargos de Vereadores da Câmara Municipal desta Vila, para cujos Cargos foram eleitos. Ao que para constar mandou o presidente lavrar o presente termo em que assinou com os Vereadores de Caruaru e os novos juramentados. E eu, Vicente Ferrer d'Albuquerque, Secretário, o escrevi.

"**(ass.)** Pres. João Francisco de Pontes — Vice Pres. Manuel Roiz Porto — Aurélio Florêncio da Silva Limeira — Agostinho de Barros Rego — João Francisco da Silva Tenório — Agostinho Cavalcanti de Albuquerque — Pedro Celestino de Vasconcelos — Miguel Joaquim Bezerra".

A comissão da CM de Caruaru foi quem instalou a **CMA** porque, na época, o ALTINHO pertencia ao Termo Municipal caruaruense, do qual agora se desvinculava por força de lei. O presidente instalador da **CMA**, capitão JOÃO FRANCISCO DE PONTES, político de muito prestígio em Caruaru, era do Pé da Serra do Mendes e seu nome já foi devidamente evidenciado na 1a. parte deste livro. O capitão Manuel Rodrigues Porto, vice-presidente da CMC na época, poucos anos depois se tornaria o célebre CORONEL NECO PORTO, chefe político de Caruaru durante vinte anos, até cair, em 1911, em conseqüência do golpe dantista. E o tenente Aurélio Florêncio da Silva Limeira, paraibano radicado em Caruaru desde

a mocidade, mais tarde seria o famoso **Major Léo**, grande exportador de algodão e dono da maior loja da praça caruaruense. Sua filha Otília casaria com José de Vasconcelos e Silva, gente do Azevém, como vem historiado também na 1a. parte deste livro.

CORRESPONDENTE

O **Diário de Pernambuco**, na penúltima década do século XIX, mantinha correspondentes no ALTINHO e em BEBEDOURO, os quais sempre tinham algo de interessante a dizer, como, por exemplo, nas três notícias que se seguem:

No domingo, 11 de maio de 1884: "ALTINHO — Escrevem-nos em 6 de maio: "Temos notícia a lhes dar. O Inverno vai regular, os campos estão amenos, o gado prospera e a lavoura promete grande safra, principalmente de algodão. Já os legumes começam a aparecer nas feiras, e por preços cômodos. O povo daqui está satisfeito, tanto mais que a salubridade pública é boa; e, demais, o alferes Reinaux, comandante do Destacamento desta Vila, conseguiu trazer a calma de que careciam os espíritos, pelo restabelecimento da ordem e tranqüilidade. Entretanto, para que não seja completo o quadro, alguns inimigos do nosso zeloso pároco, o Rvdm. José Vaz Guiterres, que há 6 anos nos serve com a maior dedicação, procuram inquietá-lo. Não há muito, um missivista de Quipapá noticiou terem aqueles inimigos do vigário arrombado porta e janelas da casa de sua residência, não levando adiante o seu arrojo porque o povo despertou e os discolos fugiram. O crime que imputam ao vigário é simplesmente o ter ele iniciado a defesa do patrimônio da nossa padroeira e o patrimônio cuja mor parte, em terras, fora usurpado por certa gente que se julga imune. A não ser esse incidente, iríamos a todos os respeitos muito bem. Infelizmente ele se deu; e é essa mais uma razão para que seja aqui conservado o alferes Reinaux. Quanto ao vigário, não deve ele abandonar o pleito, porque tem por si o direito; e as justiças públicas não o farão periclitar. Nem o devem molestar as calúnias e injúrias, que necessariamente hão de termos. Até outra vez."

No domingo, 5 de outubro de 1884: "BEBEDOURO — Escrevem-nos em 22 de setembro: "Depois de muitos dias de sol abrasador, folgamos de noticiar-lhes que a estação tem mudado de anteontem para cá, pois já hoje tivemos um bom

aguaceiro, a atmosfera está carregada e ameaça chover bastante. Este florescente povoado, cujo futuro se nos antolha o mais auspicioso, está situado à margem direita do ribeiro Mentirosos, e felizmente já temos aqui um grande açude de água potável, devido ao benemérito cidadão Rufino José Cardoso, que não poupa esforços para elevar e engrandecer a sua terra natal. É por aqui que transitam todos os nossos conterrâneos do alto sertão em demanda da capital, e por isso mesmo cresce de ponto a importância deste abençoado torrão, dotado pela natureza de tantas vantagens que impossível será pôr embargos ao seu desenvolvimento e prosperidade. O seu comércio prospera, a civilização progride e todos a uma promovem o seu engrandecimento material, moral e religioso. Elevado, como se acha, à categoria de freguesia, este povoado, os seus habitantes trabalham em dotar a matriz de um bom patrimônio e provê-la de todas as alfaias precisas, e pode-se afirmar que tal projeto já está traduzido em fato, pois ninguém há que se negue a concorrer para esse grande desideratum. Aguardamos a chegada do nosso amado diocesano para enviar-nos o novo pároco, e contamos que não nos fará esperar muito; tanto mais estando ele bem informado quanto à importância deste lugar e à necessidade que temos de um cura d'almas. Seja, pois, S. Exc. Rvdma., bem-vindo. Ainda continua a residir entre nós o nosso incansável vigário José Vaz Guiterres, que por motivo de segurança individual (e muito justo) deixou o Altinho e veio fazer-nos companhia, com o que muito temos lucrado não só sob o ponto de vista religioso e social, como o material, pelo fato de afluir para aqui o povo de Altinho aos domingos e dias santificados e haver portanto crescido muito a nossa feira. Isto quer dizer que o nosso abençoado Bebedouro floresce, enquanto que o Altinho decresce a olhos vistos!... Continua sem alteração a ordem pública."

E, finalmente, na terça-feira, 17 de novembro de 1885: "ALTINHO — Desta localidade em 8 do corrente escreveram-nos o seguinte: "Raiou, ao fim, para esta vila **(já criada porém ainda não instalada)** uma aurora de bonança com a acertada escolha que o Exmo. governador do bispado fez recair na pessoa do revd. padre Vicente de Moura e Vasconcelos, para vigário desta freguesia. De todos os paroquianos que mereceram uma tão grande destinação do seu virtuoso prelado com o rico tesouro que lhe dispensou, satisfazendo assim os mais ardentes anhelos de uma população, que sabe apreciar as virtudes e mais dotes que caracterizam o sacerdote cató-

lico e o pastor desvelado, como soe ser o nosso pároco padre Moura e Vasconcelos, que com suas maneiras afáveis e atenciosas tem sabido conquistar os nossos corações e impor nas vontades dos seus paroquianos que se ufanam em possuí-lo como um verdadeiro iris de paz e garantia de um melhor e mais auspicioso porvir. Parabéns, pois, a esta terra, que, fadada para melhor sorte, tem sido sempre votada a um certo desprezo, mas que hoje, felizmente, já vai vendo surgir no horizonte a sua manha de venturas. Em boa hora no dia 9 do mês pretérito, seguiu viagem o nosso zeloso e estimável pároco de Ipojuca, que por certo deveria ter deixado um vácuo bem difícil de ser preenchido naquela freguesia, para esta freguesia que já vai experimentando os frutos de sua benéfica administração, que tem sido cada dia mais aplaudida e festejada por todos aqueles que sabem apreciar as grandes reformas e as grandes idéias, que só na Religião e na Igreja Católica encontram a verdadeira e sólida base, e pernoitando na Colônia Orfanológica Isabel, no dia seguinte chegou à povoação de Bebedouro, desta freguesia, onde, como na referida Colônia, confiada à sábia direção dos padres capuchinhos, foi muito bem acolhido. (...) Quando nos avizinhávamos da sede paroquial maior foi o entusiasmo que se apoderou de todos, pois ao estrugir das bombas e girândolas de fogos, ouvia-se o som alegre dos campanários, que repicavam festivamente pela boa-vinda do seu novo pastor, e a esses sons misturados com as notas harmoniosas da filarmônica Altinense **(por certo, a 1a. banda musical do Altinho, anterior à Santa Cecília, portanto)** davam um grande realce à espontânea e inopinada recepção do ilustre pároco, que entrou com o seu colega Guiterres, vitoriado por todos, jogando-lhe flores na sua passagem por entre os arcos de folhagens, adrede preparados até à casa de sua residência, onde, apeiando-se, agradeceu mais uma vez aquela manifestação, levantando os seguintes vivas: Viva a Religião Católica, Apostólica, Romana! Viva o imortal Pontífice Leão XIII! Viva o Exm. e Rev. Sr. D. José, Bispo diocesano! Viva o brioso povo desta freguesia!"

SENADOR

O primeiro altinense a tornar-se governador foi ANTÔNIO EPAMINONDAS DE BARROS CORREIA, **Barão de Contendas**, sobre cuja personalidade já muito se falou na 1a. parte deste livro. O primeiro altinense a tornar-se senador da Re-

pública foi APOLÔNIO SALLES, que era filho do Dr. José Francisco de Faria Salles (o 1º juiz de Direito do ALTINHO e o instalador de sua Comarca) e de Maria Augusta de Jorge Salles. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 12 de outubro de 1982, e, no dia seguinte, o jornal **O Globo** noticiou:

"Faleceu ontem no Rio o ex-ministro e senador Apolônio Salles, às 18 horas, no Hospital Samaritano. Apolônio morreu aos 80 anos, de pneumonia, e será enterrado hoje às 11 horas no Cemitério São João Batista. Ao seu velório, ontem à noite, compareciam muitas personalidades da política, dos setores culturais e ligados à energia — Apolônio Salles foi o fundador da CHESF, Companhia Hidrelétrica do São Francisco. Nasceu em Altinho, interior de Pernambuco, era engenheiro-agrônomo e, antes de se projetar na política, foi professor da Universidade Rural de Pernambuco. Foi senador por seu Estado de 1946 a 1958 e em duas ocasiões ocupou a Pasta da Agricultura, ambas em governo de Getúlio Vargas: de 1941 a 45 e de 53 a 54. Embora militando na política, era respeitado como administrador. A CHESF, que presidiu por 12 anos, era seu grande orgulho. Apolônio Salles deixa viúva dona Isabel Salles e sete filhos, entre os quais o publicitário Mauro Salles."

O **Diário de Pernambuco**, em 13.10.1982, também divulgou nota em torno do desaparecimento do extraordinário pernambucano que foi Apolônio Salles, assim:

"APOLÔNIO SALLES: O CONSOLIDADOR DE PAULO AFONSO

"Apolônio Jorge de Faria Salles nasceu em 1904 no Município de Altinho. Filho de José Francisco de Faria Salles, fez seus estudos superiores na Escola de Agronomia de São Bento, em Pernambuco, onde se diplomou. Foi auxiliar-técnico do Serviço Estadual do Algodão no ano de 1925 e professor de Agricultura Especial na Escola de São Bento neste mesmo ano. Em 1927 foi inspetor da cana-de-açúcar no Estado e chefe do referido serviço em 1932.

"Em 1933 foi comissionado para estudar os métodos usados no Hawai e outras possessões norte-americanas, na cultura de cana-de-açúcar. Logo em seguida, foi secretário de Agricultura do Estado de Pernambuco, quando introduziu

o sistema de cooperativas e modernos métodos de produção e transporte de leite. No período de 1942 a 1945, Apolônio Salles foi ministro da Agricultura; e de 1947 a 1965, senador.

"Foi novamente ministro da Agricultura em 1954, afastando-se do posto após a morte do presidente Getúlio Vargas. Neste mesmo ano, elegeu-se outra vez senador. Colaborou assiduamente na imprensa recifense e publicou várias obras sobre problemas agropecuários.

"TESTEMUNHO

"Durante as comemorações do 30º aniversário da CHESF, em março de 1978, Apolônio Salles deu um testemunho no Caderno Especial, editado pelo Diário de Pernambuco, da luta em prol do desenvolvimento da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, da qual participou ativamente como ministro da Agricultura no Governo Getúlio Vargas.

"Transcrevemos abaixo, na íntegra, o seu depoimento:

"Bem merecem ser comemorados, com imenso júbilo, os primeiros 30 anos da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A presença dessa Companhia do Nordeste é bem a marca de uma renovação de possibilidades de desenvolvimento. Todo programa que antes se traçasse para o desenvolvimento dessa Região, precisaria ter como resolver ou ter resolvido o provimento de energia abundante e barata.

"Este pensamento estava na consciência de todos os administradores, quer no setor privado, quer no setor oficial público. O Nordeste seria uma região deficiente porque exposta aos açoites da seca. A fertilidade de suas terras perdidas pelas estiagens. Nele havia, porém, uma riqueza a mais a que recorrer: o Rio São Francisco. Potencial hídrico de vulto a ser explorado sob três aspectos: provimento de água para a irrigação e navegação. Provimento de desnível e água para geração de energia. Paulo Afonso surgiu como acidente hidroenergético a convidar os pioneiros para a Região.

"A iniciativa oficial se traduziu na legislação que foi assinada a 3 de outubro de 1945, pelo saudoso presidente Getúlio Vargas, pela qual o ministro da Agricultura ficava autorizado a organizar uma empresa com o fim específico do

aproveitamento do potencial hidrelétrico do São Francisco, a partir de Paulo Afonso.

"Não foi fácil obter-se essa legislação. Objeções surgiram a todo passo e sob todas as formas. Descriam do êxito técnico uns, superestimavam outros o vulto dos investimentos. Foi preciso que houvesse grande persistência para criação de um ambiente de confiança e otimismo.

"Guardo com muito carinho uma coleção de pareceres contendo estímulo de altas personalidades de então, para que se levasse adiante o empreendimento que se despontava salvador para o Nordeste.

"Menos de um mês de assinatura do Decreto criador da CHESF, mudava o Governo. Ressurgiu, logo, a onda de pessimismo e o sonho de aproveitamento de Paulo Afonso passou a ser uma interrogação. Felizmente, porém, nesta fase, a obstinação patriótica do saudoso presidente Dutra pôs um ponto final à controvérsia, fazendo cumprir-se a legislação.

"Depois de sua visita histórica a Paulo Afonso, o eminente presidente Eurico Gaspar Dutra determinou a construção da CHESF, dentro das diretrizes traçadas pela legislação que aplaudira e referendara como ministro da Guerra e que agora estava, como presidente da República, sendo chamado a efetivar.

"Associo-me com emoção a quantas homenagens se prestem à memória destes dois brasileiros, aos quais o Nordeste deve a solução do problema básico do provimento da energia elétrica."

"Apolônio Salles foi presidente da CHESF e grande consolidador da obra erguida no São Francisco."

DEPOIMENTO

Padre Ediberto Alves de Oliveira, altinense de nascimento, é um profundo conhecedor do passado histórico de sua terra natal. Seu depoimento em torno de pessoas e fatos do ALTINHO fez-se através de farta correspondência mantida com o autor deste livro. Há coisas preciosas ditas por ele, tais como, por exemplo, estas a seguir:

"No que diz respeito à compilação da História da antiga **Fazenda de Nossa Senhora do Ó do Altinho da Beira do Una** (nome que vi em uma certidão de casamento em Garanhuns), sinto-me honrado pela sua incumbência, pois, há tempo, diria desde criança que na **Demarcação** ouvia histórias dos meus antepassados, aguçando a imaginação. Depois, vinha a Sinhá Conceição (filha de escravos) a nos contar as suas rezas e crenças, além de falar da sua gente. A Sinhá Antônia, por sua vez, falava mais dos segredos de família, dos quais afirmava ter sido assassinada a primeira mulher de Miguel Alves da Silva, cujo homicídio teria sido cometido por ele mesmo, afogando-a no Rio Una. O local onde foi o ocorrido se situa na propriedade de meu pai. Este último nunca aceitou tal versão, dizendo que se tratava muito mais de um produto da imaginação da Sinhá Antônia. Miguel Alves da Silva casou-se, a primeira vez, com Francisca de Sobral Oliveira, em 1869; a segunda mulher dele chamava-se Josepha de Sobral Oliveira **(era irmã da primeira),** cujo enlace, de 1874, se deu no solar da **Demarcação.** A terceira mulher chamava-se Maria, sendo mais conhecida por Lica, pela qual teve os seguintes filhos: José Alves, Maria Alves, Iria Alves, Mariano Alves, além de outro filho que não sei o nome. Dona Lica ainda cheguei a conhecê-la de perto: era uma velhinha branca, de fala mansa, e ia muito lá em casa. Ela de vez em quando relatava as crueldades de Miguel Alves, que sempre tratou a mulher como um mero objeto. O seu sogro, Manuel Joaquim de Oliveira, nutria pelo mesmo um medo muito grande, segundo o relato de sua última neta Aurora, de 97 anos de idade. Em suma: Miguel Alves da Silva, filho caçula de Manuel Alves da Silva e Helena Maria da Conceição, casou somente três vezes."

"Ainda sobre a **Demarcação,** digo que durante as festas juninas era a vez do sr. Antônio Fernandes (cafuso), morador no Sítio Cararsco e nosso principal trabalhador alugado.

Ele sempre nos animava com as suas improvisações. Mas, para mim, a experiência maior deu-se quando passei 4 anos de exílio no Velho Continente. Lá, num piscar de olhos, sempre passei em revista a minha história pessoal com suas etapas, suas superações e conseqüências. Pois bem, o quanto senti ser altinense da gema, senhor de crenças e mitos. Por conseguinte, ao retornar ao torrão natal, na minha primeira homilia simplesmente narrei as principais experiências vivi-

das na Matriz de Nossa Senhora do Ó, depois de quase 18 anos de ausência. Depois, foi a Graça de poder reger a Paróquia por dezoito meses. Oh! como senti até dor ao ler no Livro de Óbitos a relação de nomes de pessoas vitimadas pela epidemia de **Cholera Morbus**, quando em menos de 2 semanas uma família perdeu 8 filhos; impressionado por um bilhete do Pe. Agostinho de Godoy e Vasconcelos, escrito à sua sobrinha Telê, afirmando estar deprimido e que ela orasse por um Vigário velho; também daquela carta de 1849, escrita por um oficial — Silva Viana —, na qual expõe a sua visão do mundo — uma verdadeira **Memória do Cárcere** do século XIX (Revolução Praieira). Ou mesmo daqueles dois óbitos de lavradores (um era escravo) que participaram da Batalha do Feijão (Revolução de Panelas ou Cabanada) etc."

"...temos vários inventários, os quais comportam mais de duas assinaturas. Então, que diferença apontaria com relação ao Registro (ou Quaderno) que se encontra no Arquivo Público? Folheando os dois Quadernos, rubricados pelo Vigário Agostinho de Godoy, se vê apenas a caligrafia do sacristão Theodózio da Cruz Cordeiro e o resumo da propriedade registrada, mas na escritura podemos até saber se o proprietário era alfabetizado ou não. Por ex.: o Cap. Manuel d'Assumpção Azevedo e Silva — as suas terras foram descritas por ele mesmo; Manuel Joaquim d'Oliveira usou o seu compadre, pois ele mesmo não sabia ler nem escrever... Tem mais: em toda escritura se fala onde a mesma se localiza, limites, serras, rios, marcos, estradas, árvores, muitos dos quais em base às fazendas do século XVIII. A título de exemplo: o Sítio Poços Pretos, da Propriedade Nossa Senhora do Ó; Sítio Tamanduá, da Propriedade São Francisco; Sítio Gonçalo Antunes, da Propriedade Cachoeira Grande etc. Nesse ínterim, perguntaríamos: E a **Demarcação?** Este sítio está registrado como fazendo parte da Propriedade N. S. do Ó, ora com o nome antigo **Marcação**, ora com o atual nome **Demarcação**, circundado pela Fazenda Fortaleza, dos Rodrigues Duro; Sítio Santo Antônio, dos De Torres; e pela Fazenda da Paz, onde moravam as famílias de Bonifácio Alves Costa (1772-1842), casado com Maria Magdalena da Paz (1767-1845) e de Leandro Pereira de Sobral (1789-1861), casado com Anna Maria de Jesus."

"A respeito da sua pergunta: "Qual o Vigário que mudou a Padroeira do Altinho de N. S. do Ó para N. S. do Rosário? E em que ano ocorreu isso?" Bem, lhe afirmo com se-

gurança que a Paróquia nunca trocou de nome ou de invocação; ela continua sendo a Paróquia de Nossa Senhora do Ó do Altinho. Agora ocorre que, ao ser construída a atual Matriz, pelo então Vigário Agostinho de Godoy e Vasconcelos, a capela de N. S. do Ó perdeu esta denominação para N. S. do Rosário, já que a invocação de N. S. do Ó passou para a atual Matriz. Essa é uma das poucas igrejas da região construída especialmente para ser Matriz **(fato idêntico aconteceu com a igreja de N. S. das Dores, de Caruaru, também construida especialmente para servir de matriz).** Então, do Padre Agostinho até a minha pessoa, todos fomos Vigário da Paróquia de N. S. do Ó. Nunca houve mudança mas somente transferimento, pois se antes a imagem de N. S. do Ó estava na Capela, hoje ela se encontra na Matriz. Sobre a construção do templo pelo Pe. Godoy, muito o ajudou a Irmandade do Santíssimo Sacramento, cuja atuação vale a pena registrar. Quando foi aplicado o Decreto 601, de 18.01.1850, de Registro de Terras **(em todo o Brasil),** quem registra o Patrimônio de Nossa Senhora do Ó é essa Irmandade."

"Sobre o velho Capitão Pedro Antônio de Sobral, se é parente ou pai de Leandro Pereira de Sobral, creio que ambos são contemporâneos e nunca pai ou filho. O primeiro nunca morou na Povoação, pois sua propriedade estava situada em Cachoeira Grande e de lá pouco se afastou. Quando lia um dos ofícios da Câmara Municipal de Garanhuns (Arquivo Público), no tempo dos Cabanos a CMG recebeu informes e pedido de providências porque a Povoação do Altinho estava completamente abandonada, uma vez que o Juiz de Paz Pedro Antônio de Sobral morava a mais de 2 léguas da Povoação. Sinto que foi a partir dessas reclamações que se procedeu outra eleição, que recaiu sobre o português de nascimento, Dionísio Rodrigues Jacobina, morador na Povoação, excelente escrivão, o qual era casado com u'a mulher da família Alves Couto. Os seus serviços prestados foram enormes, malgrado nunca termos uma placa de rua com o seu nome. A família Sobral é enorme!... — Manuel Joaquim d'Oliveira, ao se casar com Rosalina, ambos se encontravam em idade avançada e por isso não tiveram filhos. Orlando Joel de Oliveira é meu parente, porque o seu pai, Manuel Joaquim d'Oliveira Júnior, era o irmão caçula de Izidoro Manuel d'Oliveira, Francisca de Sobral Oliveira e Josepha Maria da Conceição (ambas ,respectivamente, 1a. e 2a. mulher de Miguel Alves da

Silva). Os Alves de Oliveira, do Altinho, são parentes dos de Bonito, Camocim de S. Félix e também de Belém de Maria, através dos filhos de Miguel Alves da Silva com Josepha Maria da Conceição (Josepha de Sobral Oliveira)."

"Os filhos de Leandro Pereira de Sobral, casado com Anna Maria de Jesus (Correia de Brito), até o momento são conhecidos os seguintes: José Velho de Sobral, casado com Delfina Maria dos Prazeres; Maria Francisca de Sobral, casada com José Francisco d'Oliveira; Thomázia Maria de Sobral, casada com João Francisco d'Azevedo; Maria Theotônia de Sobral, casada com Manuel Velho de Omena; Maria Philippia de Sobral, casada, em 1as. núpcias, com José Quintão, e, em 2as., com Manuel Joaquim d'Oliveira; Anna Ignásia de Sobral, casada com Manuel da Motta; Joaquim Machado de Sobral, casado com Francisca Maria de Jesus; Vicente Ferreira de Sobral, casado com Francisca Maria; João Leandro de Sobral, casado, em 1as. núpcias, com Ignez Alexandrina de Sobral, e, em 2as., com Francisca de Jesus de Sobral; Maria Claudina de Sobral. Trata-se, como vê, de uma família imensa, que urge mais pesquisas para ser totalmente esclarecida."

"Para as suas perguntas: Quais as famílias do Altinho que concorreram para, de 1770 por diante, a construção da 1a. Capela altinense? Qual o 1º Cura da Capela? E os demais? — A resposta é: No Arquivo de Garanhuns encontrei o Registro mais antigo da Capela **(de N. S. do Ó, construída por José Vieira de Melo)**, que é uma Certidão de Casamento datada de 1773 **(sinal evidente de que dita capela, três anos depois do início de sua construção, já estava em pleno funcionamento).** As famílias da época em geral diferem das de 1837 em diante. Como estive apenas u'a manhã em Garanhuns, então não deu para fazer grandes anotações. O que sei é que algumas famílias vieram da Freguesia da Luz. Onde estava situada tal Freguesia? **(A antiga Freguesia de N. S. da Luz ficava na Zona da Mata, lado norte, abrangendo terras de São Lourenço, Limoeiro, Chã do Carpina, Glória do Goitá etc.).** Os capelães encontrados foram os seguintes: — 1790: Pe. Antônio Martins Monteiro e, depois, Pe. Antônio Alves Couto **(de quem se fala muito na 1a. parte deste livro, o qual, em 1836, chegou a ser** suspenso de ordens; 1828: Pe. Antônio Francisco de Souza Magalhães."

"Para as suas perguntas: Quando surgiu no Altinho a família Alves da Silva? Quem foi o Patriarca? De onde eles vieram? O sr. descende deles? Através de quem? — A resposta é: Segundo minhas pesquisas (dados parciais), ela se instalou no Azevém (Agrestina-Altinho) bem antes de 1850, com ramificações em Panelas de Miranda, Quipapá e Belém de Maria (Capoeiras). **(Na verdade, desde fins do século XVIII há indícios da existência de membros da família ALVES DA SILVA nos campos de Caruaru, Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Cimbres, Santa Cruz etc.)**. O seu tronco (até agora), **(no Altinho)**, está representado por Manuel Alves da Silva, casado com Helena Maria da Conceição, e até o presente os seus filhos conhecidos são: José Alves da Silva; Anna Francisco de Jesus; Francisca Maria de Jesus; João Alves da Silva; Francisca Alves da Silva; Theotônio Alves da Silva e Miguel Alves da Silva. Este último, no ano de 1869, se uniu a Francisca Pereira de Sobral Oliveira, inaugurando a união Alves de Oliveira, da qual faço parte. Através da linha paterna, a distância que me separa do Manuel é de 4 gerações; da parte materna, de 5 gerações."

"Para as suas perguntas: Por que Altinho, nascido sob a proteção de N. S. do Ó, depois mudou sua padroeira para N. S. do Rosário? Houve briga de confrarias? Quando? — A resposta é: Foi ao meu ver um grande erro histórico do Pe. Godoy e seus colaboradores, pois uma invocação que se dá não se cassa, mesmo que seja para colocá-la em uma Igreja maior, o que de fato acabou acontecendo. Nossa Senhora do Ó continua sendo a Padroeira. Na época, não creio que tenha havido maiores perturbações. Pe. Couto chamava Igreja Velha e Igreja Nova; os leigos: Igrejinha do Rosário. A respeito de Confraria (Irmandade) no Altinho, sei somente da existência de uma, a do Santíssimo Sacramento. Esta foi quem registrou o Patrimônio de N. S. do Ó em 1858, a partir do ponto referencial da Matriz atual (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), mesmo desfalcado pelo sr. Simão Rodrigues Duro em 1807."

"Atualmente concluí um trabalhão — o de pôr em ordem alfabética os nomes dos proprietários e proprietárias contidos nas Escrituras de Terras (Lei acima), que somados dão 576 nomes em 830 documentos."

LIVRO

Um livro notável, danado de gostoso de se ler, com muita história boa relacionada com o Altinho, tem o título de **Confissões do Tempo Anterior** e seu autor é o quase altinense Dr. Homero Freire, um sentimentalista nato, memorialista espetacular, homem de cultura vasta e de bondade infinita. À sua revelia, aqui se transcrevem, sem aspas, alguns trechos do excelente livro:

RAIZES

Não conheci meus avós paternos, Manuel Freire Barbosa da Silva e Maria da Pureza Barbosa da Silva. Meu pai pouco falava a respeito deles. Tenho comigo uma velha fotografia de ambos, já de meia-idade. A foto de minha avó ampliada em cópia a creion, que meu pai colocava na parede da sala, hoje se encontra na residência de meu irmão Rubens Lemos Barbosa da Silva, na cidade de Altinho.

Lamento não ter, no decorrer da primeira fase de vida, ainda ao lado de meus pais, inquirido deles mais informações sobre meus avós. O pouco que sei é que meu avô proveio dos lados de Limoeiro, exercia a profissão de tangerino, trazia alimárias do sertão para os "engenhos" da zona da mata de Pernambuco.

Parece que ganhou dinheiro bastante para adquirir três propriedades de terra para cultivo da cana e fabrico de açúcar, no Município dos Palmares: o "Engenho Poço d'Antas", o "Bela Rosa" e o "Água Fina". De tangerino alçou-se a senhor de engenhos!

Sobre minha avó, Maria da Pureza, nada sei dizer, senão que era prima do marido, e que se deu muito bem com minha mãe enquanto conviveram.

Dos meus tios por parte de pai, cheguei a ver o mais velho, tio João, a quem visitei em modesta casa no arrabalde de Casa Amarela, já moribundo, sem dar tento de si, se preparando para a grande viagem. Não conheci tio Manuel, comerciante de secos e molhados em Gameleira. Mas, tio Virgínio, o mais moço, que foi Prefeito dos Palmares, senhor-de-engenho acatado na região, com este tive relacionamento, re-

cebendo sua visita e carteando-me com ele. Amargurado por problemas de família, faleceu em solidão, se não me engano no seu engenho "Flor de Maria". Dele guardo uma carta, datada de 9 de dezembro de 1939, em que agradece o convite que lhe enviei para a minha formatura, e poreja suas desilusões: ..."há muito tempo não recebo uma carta dos meus parentes, inclusive teu pai. É de lastimar esse silêncio entre dois irmãos, os únicos que sobrevivem, e já velhos. Poderia ser muito agradável essa correspondência para avivar recordações."

Convivi mais com o pessoal de minha mãe. Meus avós maternos, Joaquim Tranquilino Lemos Duarte e Evarinta Lança Lemos Duarte, ele pernambucano, ela maranhense, parece que de ascendência índia, geraram um ror de filhos: Ernesto, Promotor Público em Nazaré da Mata, casado com tia Laura, filha do Desembargador Silva Rego, falecido tuberculoso aos 29 anos de idade; Francisco, Juiz em Granja, no Ceará, depois Promotor Público, professor de humanidades, fundador do Instituto Lima Barreto, naquela cidade, jornalista, advogado, delegado da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, falecido em Fortaleza, "depois de longos anos de padecimentos", como registra "O Estado", da capital alencarina, em nota fúnebre do dia 1º de setembro de 1959; Joaquim, que conheci já inválido, cego e paralítico, sempre assistido pela dedicada esposa, tia Filomena, que o banhava, lia-lhe os jornais do dia, conduzia-o a passeio pelo pequeno jardim ao lado do quarto do casal; Antônio, casado com Olindina, a querida tia Dina, Diretor da Fazenda da Prefeitura do Recife; Maria Macrina, que chamávamos de Titia, solteirona intolerante com quem não simpatizava, capaz de todos os sacrifícios para agradar os sobrinhos preferidos, deixando-se cavalgar e esperoear por eles em brincadeiras ruidosas; Felizmina, minha mãe, de quem falarei mais adiante. Houve outros filhos, mortos na primeira infância, deles desconheço os nomes.

(...)

Meu pai, Joaquim Freire Barbosa da Silva, terceiro filho dos quatro que Manuel Freire e Maria da Pureza conceberam, nascido no Município de Escada, aos 21 de setembro de 1875, cursou a velha Faculdade de Direito que funcionava no Convento da Igreja do Espírito Santo, em área hoje ocupada pela Praça Dezessete ou pelo Grande Hotel.

Pouco partícipe da vida acadêmica, desconfiado como gato do mato, ao penetrar, no primeiro dia de aula, nos corredores da Faculdade, logo exibiu aos veteranos ávidos de trote, a dentuça proeminente que lhe impedia de selar os lábios. Alguém do grupo dos troteadores gritou para ele:

— Bota os dentes pra dentro da boca, calouro burro!

E, em tropel, os rapazes avançaram. Meu pai encostou-se à parede, sacou de uma quicé que, já prevenido, trouxera à cinta, e gritou forte:

— Quem for homem que se aproxime!

Ninguém se aproximou. E nem havia por que correr o risco.

Depois da moradia em "república" da rua de Hortas, bairro de São José, eis o acadêmico residindo à rua da Imperatriz, na Boa Vista, bem defronte do sobrado onde moravam meus futuros avós maternos. Foi da janela fronteira que começou a namorar aquela que viria a ser sua esposa, a jovem Felizmina, na intimidade, Dondon. Namoro à moda da época, piscadas d'olhos, mensagens amorosas jogadas sorrateiramente pela janela ou por baixo da porta.

Com pouco, o coió não tinha mais cabeça para aprender os compêndios de Direito, vivia inquieto, sôfrego, ciumento, absorvido pela imagem da namorada. Escreveu ao pai, dizendo que queria se casar e pedindo dinheiro para o enlace. O velho Freire alarmou-se com a possibilidade de o filho desinteressar-se dos estudos. Sabia-o sem jeito para as lides do canavial. Mandou o dinheiro, mas advertiu:

— Estude, que você só dá pra isso!

O casamento realizou-se na Matriz da Boa Vista, nos idos de 1896, e a moradia, como de praxe na vida dos Lemos Duarte, foi a dos sogros. Só depois de nascidos os dois primeiros filhos, Eurípedes e Políbio, meu pai colou grau, enfiou o anelão vermelho no dedo, fez-se bacharel em Direito.

No começo do século, não havia Faculdade de Direito nos demais Estados do Norte-Nordeste. Era no Recife que os

Governadores dessas regiões recrutavam jovens recém-formados para o exercício de sua magistratura e ministério público. Lá se foi meu pai ser Promotor em Macau, Rio Grande do Norte, e, depois, Juiz substituto em Viçosa do Ceará (ano de 1904), e Juiz de Direito em Ipu, Assaré, Barbalha e Lavras.

Em 1914, falecido meu avô, meu pai herdou o "Bela Rosa". Não pensou duas vezes: abandonou a magistratura e veio plantar cana, esquecido da predição paterna: — Estude, que você só dá pra isso! Não durou muito a nova atividade.

(...)

E tudo foi de água abaixo. Do que pôde arrecadar na venda de semoventes, meu pai instalou, entre 1917 e 1918, um cinema na Escada, sua terra natal. Era novidade, talvez desse certo. Não deu. A Escada, conforme já avisava Tobias Barreto, só servia para descer...

(...)

O espírito mais combativo de minha mãe fê-la criar coragem e procurar o Governador do Estado. Solicitou audiência, disse a situação da família, pediu emprego para o marido. Zé Bezerra não tardou em atendê-la. Em princípio de abril de 1920, o bacharel Joaquim Freire assumiu o juizado municipal de Salgueiro, no ôco do mundo; ele, que fora Juiz de Direito! Juiz Municipal continuou até aposentar-se. (...)

(...)

E minha mãe? Ah! minha mãe! Que pequenina e grande mulher! Que corajosa combatente na luta pela vida, acompanhando o marido pelos ásperos e poeirentos caminhos daquele começo do século, conduzindo ao braço o filho mais novo, os outros se agarrando à sua saia protetora, sempre disposta, sem queixas, a boca fechada por estóica sobrancería! Operária do lar, trabalhou e lutou tanto, não conheceu descanso, e, não obstante, viveu 103 anos e meio! Grande e nobre vida!

(...)

Em abril de 1920, começou a grande e penosa viagem para Salgueiro. Estou vendo hotel do Boleeiro, em Rio Branco (Arcoverde), início da jornada, os cavalos de sela e carga, a caminhada aos primeiros albores do dia, o repouso nas casi-

nhas de barro da estrada, a soalheira inclemente, as refeições improvisadas, o recomeço da andança até ao escurecer, o pernoite onde houvesse uma morada de matuto que nos acolhesse, a travessia de riachos de inverno, a espera, por três dias, da baixa das águas do Pajeú para a vadeação, a queda que levei do cavalo, peitado por galho de árvore pendente sobre o caminho, jogando-me nas patas do outro animal que vinha atrás, e, afinal, a chegada a Salgueiro, com seu arraial, seu açude, a casa-grande do coronel Veremundo Soares.

Quinze dias nesse caminhar! E para que? Quatro meses depois, o Governador oferecia a meu pai remoção para Altinho. Outra caminhada cansativa, em sentido inverso.

Em começo de setembro, entrou o Dr. Juiz, com a família, na Praça da Matriz do Altinho, para residir em casa arranjada pelo escrivão Eugênio Cordeiro, e guarnecida de mesa e algumas cadeiras emprestadas. O resto eram camas de lona e redes, trazidas pelo viajante.

(...)

Eu, de mim, chorei muito no primeiro dia de escola. Mesmo depois, meu coração se confrangia ao sair de casa para a prisão de toda a manhã, sofrendo o rigorismo do professor Renato, com risco de castigo e medo da palmatória...

(...)

O meu mestre-escola parece que tinha prazer em usar o hediondo instrumento de tortura. Ria, sarcástico, quando exigia a mão do pobre apenado: — Cadê a mão? E a mulher não ficava por menos. Na ausência do marido, espionava os meninos, e, na volta dele, enchia-o de denúncias e enredos. Ouvíamos o sussurro lá dentro. E a palmatória muitas vezes cantava.

(...) Depois dele, veio a professora Elvira Figueiredo, com outra mentalidade pedagógica, o que não a impediu de quebrar, certo dia de zanga, a longa régua no lombo do Sizínio.

D. Elvira era muito católica, muito chegada à igreja, olhando com ar de aprovação devota os meninos que ajudavam a missa e tomavam a bênção ao vigário. Eu e meu irmão Rubens éramos filhos de "herege", de "bode", porque meu

pai fundou uma "seita demoníaca", um núcleo do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, e não freqüentava a igreja. Minha mãe rezava o seu terço em casa mesmo, diante do seu oratório.

(...)

Mas, voltemos àqueles tempos de escola, para mostrar que nem tudo era tristeza de menino. Havia também as brincadeiras e a bagunça enquanto o mestre Renato saía à rua para o costumeiro deforete. Na aula da professora Elvira jogávamos bolinhas de papel e soltávamos risadas refreadas desde a manhã, enquanto a gorda senhora se adentrava na casa para atender exigências da natureza, ou lanchar. Um tão pouco que era tão muito!, tanto que suscitava saudades na época de férias, e, hoje, é causa desta nostalgia incurável!

E os banhos no Una? Que delícia! Jogávamos-nos ao rio em pulo de caçote, dávamos braçadas, cortando a lâmina fria, sentindo a água no rosto, no corpo, lavando as nódoas das nossas malinezas e peraltices. Saíamos de dentro d'água de olhos congestos, os poros salientes de frio, os cabelos escorrendo, endurecidos.

E a caça aos ninhos de pássaros?!, a consciência agora ralhando: — Por que fizeste isto?

E a procura de enxus?!, o corte rápido do galho onde as vespas construíam sua fábrica de mel, a corrida desabalada pra deixar pra trás o enxame, o sorvo dos pequenos favos na sombra fresca da baraúna?!

Acodem-me à lembrança as brincadeiras nos lajeiros de rua, nas noites estreladas; as comemorações do mês de Maria; as festas de São João, de fim de ano, com banda de música, fogos, balões, o carrossel com o harmônio resfolegando, a zabumba apontando no começo da rua, a gengibirra, o caldo de cana!...

Todo esse passado foi recordado muitos anos depois, no encontro com velho companheiro de infância:

— Como vai você?... como anda nossa cidade?... mas que satisfação!...

Companheiro bom, sempre disposto e aprovativo, compunha o grupo com Bio-pão-doce (Severino Cordeiro), Irineu de "seu" Belo, Cadete (Sebastião de Barros Correia) e meu irmão Rossini.

Ah! tempo aquele!...

(...)

ALTINHO

Quanta riqueza humana nas criaturas que conheci em Altinho, na vida que levavam, simples e pura, plena de fé e coragem.

Nos domingos, todos acorriam à Igreja, exibindo suas roupas limpas. os xales brancos cobrindo as cabeças das mulheres.

Lá vão Dona Mana, Dona Senhorinha, a professora Dona Elvira!

Olha ali subindo a escadaria da matriz, Zé Moura, Joaquim Diniz, "seu" Zeza, Quinquim! Muitos, durante o sermão, vinham ao adro para espairecer e conversar.

Na feira semanal era aquele burburinho: o vozerio, a algaravia nas compras-e-vendas de mantimentos, enxadas, pás, gás, tantas coisas, as "bicadas" goelas adentro, cusparadas para os lados, ponta salivada de cigarro de palha nos cantos da boca...

À tarde, velhos jogavam gamão com a tábua sobre as pernas, numa sombra de árvore. Mais adiante, mocinhas permutavam confidências. narravam aventuras ingênuas.

E as conversas moles na farmácia?, no bilhar?, nas esquinas?, aquela arte de conversar sobre tudo e sobre nada?!

E os apelidos? — Chico Pinote, Zé Gato, Terezão — a provocar reações de linguagem, forçando as famílias a fecharem as janelas para não ouvirem as descomposturas, ou as ouvirem e as apreciarem por detrás dos postigos, na intimidade?!...

(...)

Em andar vadio, percorro as ruas de Altinho, palco de minhas travessuras, dos meus folguedos, das minhas andanças, da minha curiosidade infantil. Atravesso a Praça da Matriz, pouco importa que hoje tenha nome de gente, dou no oitão da igreja, rua em que meu pai construiu o teatro, passo por trás, chego à outra praça onde morei.

Todo esse itinerário é repleto de significações sentimentais, e, por isso, piso o chão devagar, reverente, em silêncio, como se estivesse dando passos numa casa de oração.

Olho as casas que conheci em pequeno, pescruto seus interiores, povoados, na minha imaginação, pelas personagens de antigamente, tão minhas conhecidas. Reconheço-as, uma a uma, nas suas feições nítidas, como se as visse, não através da miragem da alma, mas na verdade fiel da vida que viveram. Todas estão presentes à minha lembrança, como que a meu lado, pisando aquele solo por onde, naquele momento, pisavam meus passos.

(...)

MÚSICA

Voltávamos, eu e meu irmão Rubens, da casa de um amiguinho, quando divisamos, na escuridão tenebrosa da Praça da Matriz, a luz forte e azulada de uma lâmpada a álcool, iluminando a sala de uma casa.

Tratava-se de aula de música. Convidados a participar do aprendizado, recebemos um pedaço de papel de música com a lição primeira: dó, ré, mi, fá, sol, lá, si, dó.

(...)

Todas as noites nos dirigíamos à escola do professor Sebastião Cordeiro para solfejar, distinguir breve de semibreve, mínima de semínima, colcheia de semicolcheia, fusa de semifusa; conhecer a função do bemol, do sustenido, do bequadro.

Depois, chegou o tempo de aprender a executar as lições dos velhos instrumentos da tradicional banda Santa Ce-

cília: um hélicon, um bombardino, um trombone, um piston, trompa, clarinete, requinta, flautim, bombo, tarol e prato.

Para mim naturalmente veio o flautim, pequeno, leve, adequado a um menino de onze anos.

Na hora do ensaio, era aquele barulho infernal, cada qual soprando ferozmente seu instrumento, procurando vencer as dificuldades mecânicas da execução, os dedos ainda perros, o sopro defeituoso, lábios mal habituados e doloridos — os percalços do aprendizado. Até que a batuta do mestre se erguia, exigindo atenção. A torrente de sons se represava em mal contido silêncio, pronta para romper o dique. Vai começar a execução do dobrado Cangaruçu.

(...)

Após muitos ensaios de muitas noites, a execução se torna aceitável. Agora, restava aprender a tocar andando, que banda de música não é só para retreta, mas também para paradas, procisões, idas-e-vindas nas recepções a políticos e personalidades. Fomos, em mais de uma noite, para a estrada deserta, fora da cidade, porque convinha antes desinibir os executantes, poupá-los dos olhos e ouvidos críticos da população. E, aos tropicões pelos pedregulhos e desníveis do caminho, lá iam os esforçados rapazes, soprando desesperadamente seus instrumentos, aprendendo a automatizar duas atividades simultâneas: a da execução e a das passadas pelos ínvios caminhos.

Quando a Santa Cecília saiu à rua em dia de festa, foi um acontecimento. Muita expectativa, muita alegria, muita vibração. Cangaruçu foi ouvido com emoção. Os executantes deram o máximo de sentimento; o mestre Sebastião Cordeiro exultou. No dia seguinte, toda a cidade comentou o sucesso. Altinho dava um passo agigantado no rumo do progresso...

(...)

Sob a orientação do novo mestre, Sebastião Primo, que viera da banda de música da Polícia Militar, prosperei no conhecimento da teoria musical e na limpeza da execução. O repertório da Santa Cecília já não se restringia ao indefectível Cangaruçu e pouco mais. Primo trouxe composições novas e

de outros gêneros, valsas, chorinhos, mazurcas e uma peça com fumaça de clássico, da lavra de Zuzinha, famoso mestre da banda da Polícia Militar, "Proesas de Artur", para solo de trompete, e que exigia grande agilidade de execução e domínio do instrumento por parte do solista. Ninguém senão eu, no clarinete — diziam todos — poderia vencer as dificuldades oferecidas por aquela peça musical. Treinei e superei os empecilhos.

(...)

Por essa época, houve uma festa em Bebedouro (Agrestina), e a Santa Cecília foi convidada a se exibir, competindo com a banda de música local. Havia aquele tempo uma rivalidade muito aguda entre bebedourenses e altinenses, motivada pela perda da autonomia política de Bebedouro em favor de Altinho. Os bebedourenses não se conformavam com a **captis diminutio** e se vingavam apelidando os altinenses de caiçaras. Fomos ao covil. Diziam que a banda local estava preparada, afiada, ou melhor, afinada para aplicar boa sova na visitante. Os comentários fervilhavam. Meu pai não podia estar ausente; acompanhou os rapazes de Altinho, incentivando-os.

Começou o torneio musical em coretos na praça principal, instalados frente a frente. Como de praxe, os competidores se poupavam, começando a executar músicas simples, guardando munição mais pesada para o combate final. Havia apreensão e esperança na Santa Cecília. O tempo ia se passando e o torneio sonoro se adensando. À meia-noite, quase todo o repertório estava esgotado, e não era dado repetir música. Quem venceria? De que reservas dispunha a nossa competidora? Nos contávamos com algumas poucas músicas e a cartada decisiva e fulminante: "Proesas de Artur"!

Não tardou o pedido de armistício, vindo do lado de lá. Propunha-se encerrar a exibição sem vencido e vencedor. Não aceitamos a proposta, e lançamos gloriosamente a peça decisiva, executada em clima de vitória, fecho consagrador, meu clarinete gorjeando, e meu pai contente, com lágrimas nos olhos.

(...)

A IRMANDADE

Havia distância de idade entre meu irmão mais velho, Eurípedes, e eu, o penúltimo dos cinco: cerca de 14 anos. Ele ficara no Recife na casa dos avós maternos, quando meu pai, com a família, eu ainda muito pequeno, embrenhou-se no sertão para ser Juiz Municipal de Salgueiro. Só muitos anos depois, já rapazote, ao tornar-me músico profissional no Recife, o conheci de perto, abrigado que fiquei em sua casa. Era trabalhador, se esforçava. Mas, desenvolvia atividade desordenada, querendo dar passo maior do que as pernas, não amadurecendo bem as idéias que, num tropel, assomavam à sua cabeça. Abraçava uma e, com pouco, a largava, atraído por outra. Se os parcos vencimentos de amanuense da Prefeitura mal davam para manter a família, acrescida, agora, do irmão-músico, como pensar em atender a seus sonhos?!

(...)

Políbio, esse era o oposto do irmão. Acanhado, tímido e humilde, não dava um passo à frente sem tatear o terreno. Às mais das vezes, nem dava o passo, quedando-se na mesma posição de pobreza digna e limpa, ano após ano. Nada possuía; também nada devia. Vendeiro em Altinho, receiava valer-se do crédito que lhe abriam, generosamente, por nele confiarem, os comerciantes atacadistas de Caruaru. Sem cabedal, comprava à vista o pouco que podia, e, assim, jamais sortiu a venda que sempre conheci de prateleiras desprovidas e gaveta vazia. Depois, foi ser escrivão de coletoria. Apegado a Altinho como canário abarrancado, só sabia viver ali. Tanto que, nomeado coletor de Bom Jardim, renunciou ao cargo para continuar na função subalterna em que se aposentou.

(...)

O terceiro filho do casal Freire-Dondon, o Rubens, ao que me parece, quase não teve infância. Não me lembro de tê-lo visto brincar de pega, de se esconder, dar cangapé no Una, soltar papagaio, fazer travessuras. Quando, com admiração geral, animou-se a montar em bicicleta, desceu sem freios e sem prumo, ladeira abaixo, na estrada da Fazenda Fortaleza, até perder o equilíbrio e ser jogado em touceira de macambira, onde ficou espetado e escalavrado, para a muito

custo ser soerguido. Lembro-me dele, à época, bem arrumado e janota, preferindo a roda dos rapazes.

Desde menino se interessou pelas coisas da função pública, autos e processos, em imitação ao pai-juiz, redigindo ofícios que assinava como "delegado de polícia".

(...)

Formal, protocolar, respeitador das regras de convivência e de educação, nunca o surpreendi pronunciando palavra de baixo calão. Danado, para ele, é nome feio... Na casa do sogro, o velho Sebastião de Barros Correia, não transpunha a porta de entrada sem tirar o chapéu e pedir licença.

Grande ledor de jornais desde a juventude, ainda hoje guarda e coleciona os números para, nas horas vazias e calmas, lê-los, relê-los e trelê-los de cabo a rabo, creio que até anúncios de ama.

Mantém correspondência ativa com o Jornal do Commercio, a quem envia notícias e comentários sobre a cidade, sempre na defesa do interesse público.

Foi Prefeito do Município no tempo do Estado Novo. Administrador eficiente e honrado. Baixou édito proibindo animais soltos nas ruas, e cominando multa ao transgressor. Sucedeu que o fiscal Chico do Carmo encontrou, fuçando na via pública, os bacorinhos da esposa do Prefeito e não se animou a prendê-los. Foi falar com Sua Senhoria:

— "Seu" Rubens, os porcos de D. Maria estão soltos. Que faço?!

— Que faz?! Faça o que é do seu dever! Lace-os e só os devolva mediante o pagamento da multa regulamentar. Ora!...

Naquela época, o Interventor queria saber notícias constantes do interior, sobre o tempo, a seca, as chuvas. A Folha da Manhã e o Diário Oficial publicavam os telegramas dos administradores municipais. Meu pai, entre divertido e admirativo, comentava, risonho:

— O Rubens não falha: Dr. Agamenon. Hoje choveu em Altinho. Dr. Agamenon. Hoje não choveu..

Recém-casados, passamos, eu e Amélia, por Altinho. Rubens, esposa e filha, e assessores imediatos, foram nos receber precisamente nos limites do Município, não além. Suserano cônscio das lindes dos seus domínios. Entramos na cidade em automóvel de capota arriada... Mas, era carnaval.

(...)

Finalmente, Rossini, o caçula, o companheiro de minha infância, sempre a meu lado, formando o grupo com Bio-Pão-Doce (Severino Cordeiro), Irineu de "seu" Belo, Cadete (Sebastião de Barros Correia), nas brincadeiras de rua, banhos no Una ou no Taquara, passeios às terras do engenho Rolo-nu para beber caldo de cana ou às terras da redondeza para descobrir enxus, ou colher goiabas no sítio de D. Terezinha, de onde fomos enxotados pela velha senhora; depois, no Recife, formando comigo nas peladas de quintal e na vida reclusa do "Cortiço". Só nos largamos quando regressou a Altinho para ser recenseador e, posteriormente, serventuário no cartório local. Casou com moça da terra, Madalena, dos Costa Couto, descendente do Major Pinga-Fogo, brabo que só capota choca. Fez-me padrinho do seu filho Paulo de Tarso. Novamente no Recife, trabalhou no tabelionato de João Roma, estudou, formou-se em Direito, conquistou o cargo de fiscal de Rendas do Estado, que exerceu com probidade e competência. Hoje, aposentado, vive na Fazenda Santa Madalena, às margens do Una, de onde envia para os jornais do Recife colaboração bem cuidada, de crítica e análise das coisas da região, tudo em bom e fluente estilo.

FATOS

A emancipação política do ALTINHO surgiu em 1º de março de 1893, foi aí que o Município se tornou autônomo, sendo dirigido pela seguinte equipe: Prefeito — Tte-cel. JOÃO FERREIRA DE MORAIS **(João Verissimo)**; Sub-prefeito — Capitão ANTÔNIO ALVES DA COSTA COUTO (filho do Pe. Antônio do Couto); e Conselheiros Municipais — Pe. MANUEL ZACARIAS DE SOUZA LYRA (chefe político, vigário da paróquia e presidente do CMA), TOMÁS DE AQUINO ALENCASTRO, MATIAS JOSÉ DE FREITAS, MANUEL LUCAS DE AL-

MEIDA e SEBASTIÃO DE BARROS CORREIA. O padre Zacarias era famoso em todo o Estado, jornalista, orador fluente, **rosista** destacado, apaixonado pelo Altinho, mulato meio escuro. A agência postal era manobrada por Antônio Francisco Florêncio de Carvalho (primo do Major Sinval de Carvalho, de Caruaru); e os professores públicos estaduais, regentes das escolas locais, eram Frederico Eteleino Alves Maciel e Maria de Souza Lyra.

Criada a Comarca do ALTINHO, em 1894 ocorreu a sua instalação pelo seu 1º juiz de Direito: Dr. JOSÉ FRANCISCO DE FARIA SALLES, pernambucano, formado pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1883, casado com MARIA AUGUSTA DE JORGE SALLES, por cujo leito nasceu, em 1904, no Altinho, Apolônio Salles, o primeiro altinense a tornar-se Senador da República e Ministro de Estado no Brasil.

O 1º Promotor Público da Comarca foi o Dr. JOÃO BATISTA GONÇALVES, pernambucano, formado pela Faculdade de Direito do Recife, turma de 1892.

Havia um único cartório, do qual era titular o tabelião PEDRO ALVES DA COSTA COUTO. O 2º cartório é de 1899.

O coletor estadual era FRANCISCO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE; e o comandante do destacamento policial era o Tte. JOSÉ GOMES DA SILVA.

Em 5 de julho de 1939, o interventor Agamenon Magalhães assinou o ato 802, exonerando o dr. Antônio Lins de Figueiredo do cargo de prefeito municipal do ALTINHO e nomeando para o lugar o dinâmico RUBENS LEMOS BARBOSA DA SILVA.

Em 10 de outubro de 1945, pelo ato 2130, Etelvino Lins de Albuquerque demitiu RUBENS LEMOS e nomeou Moisés Correia da Silva para exercer o cargo de prefeito municipal do ALTINHO. O ato era injusto, mas, no Estado Novo, mandava quem podia e obedecia quem não tinha poder.

Em fevereiro de 1952 o padre Bernardino Adrião de Carvalho deixava a regência da paróquia altinense, indo ser vigário da freguesia de N. S. das Dores, de Caruaru.

Em 1955, falecia Maria das Dores Carvalho (1882-1955), viúva de Heleno Quintino de Carvalho (1876-1955), deixando sete filhos, inclusive o referido padre Bernardino Adrião de Carvalho. No mesmo ano, em setembro, dizia sua primeira missa, no ALTINHO, sua terra natal, o padre SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA, ordenado em Roma, o qual fora aluno primário da professora Maria Elina de Oliveira.

REVISTA

Em 1970, o altinense ORLANDO JOEL DE OLIVEIRA, um homem bondoso e simples, querendo comemorar os duzentos anos de fundação da Capela de Nossa Senhora do Ó e o seu construtor José Vieira de Melo, fez circular, por sua conta e risco, singela publicação a que deu o nome de "Revista Oliveira", em cujas páginas divulgou muitas curiosidades em torno do ALTINHO e sua gente.

Nascido em 1899, ORLANDO JOEL DE OLIVEIRA, que foi a primeira pessoa a fabricar cerveja em Caruaru, faleceu no Recife, em 1985. No **Diário de Pernambuco,** de 10 de fevereiro de 1985, seu amigo Rubens Lemos publicou, a seu respeito, a nota intitulada **Adeus de Altinho** e assim redigida:

"Altinho, pela presença de figuras as mais representativas, prestou a Orlando Joel de Oliveira as homenagens póstumas a que fazia jus pela admirável dedicação à Terra Natal, apesar de ter-se retirado desta cidade ainda muito jovem, indo para o Brejo da Madre de Deus, onde foi auxiliar de importante firma comercial e constituiu família, casando com a sra. Maria do Carmo Oliveira.

"São seus filhos o jornalista José do Patrocínio Oliveira, figura de relevo da Imprensa pernambucana, a doutora Lindete Oliveira, a doutora Maria do Ó, casada com o engenheiro civil Charri Kalssin de Oliveira Sales, e Maria do Patrocínio, funcionária pública.

"Chegado o corpo, vindo do Recife, onde ocorreu o óbito, teve lugar, na Matriz local, missa de corpo presente, celebrada pelo Mons. Nestor Oliveira, Vigário de Agrestina, acolitado pelo Cônego Antônio Alves, Capelão da Polícia Militar, e o Vigário, Padre Ediberto Alves de Oliveira, que, no ato, em expressivas palavras, discorreram sobre as qualidades

que ornavam a pessoa do grande amante de Altinho, sendo, em seguida, conduzido o corpo para o sepultamento no Cemitério local.

"Orlando Joel de Oliveira era filho do antigo Tabelião Público Manuel Joaquim de Oliveira Júnior e esposa prof. Maria Cordeiro de Oliveira. Nasceu nesta cidade em 1899 e, há muito, residia no Recife.

"Era admirável epistológrafo e membro da Comissão de História de Altinho."

Os dados que se seguem são extraídos da curiosa "Revista Oliveira":

"Três nomes que foram construtores de toda geração de Altinho:

"1º — Francisco Florêncio de Melo Couto, casado com Ana de Melo Couto. Deste casamento houve nove filhas e seis filhos — e todos constituíram famílias nesta cidade.

"2º — Leandro Pereira de Sobral e sua esposa tiveram vinte e quatro filhos e filhas. Era fazendeiro e agricultor na **Demarcação.**

"3º — Miguel Alves da Silva, também fazendeiro e agricultor na **Demarcação,** casou-se três vezes e houve constituição de família nos três casamentos. É custoso um habitante de Altinho que não seja descendente destes três velhos."

(...)

"Primeiro prefeito de Altinho, em 1893: João Veríssimo de Morais **(Na verdade, João Veríssimo foi o 3º prefeito eleito, pois, antes dele, o Altinho teve dois prefeitos eleitos; foi o 2º empossado, pois, antes dele, houve um prefeito que tomou posse da PMA e governou durante seis meses; e o 1º que administrou o Altinho, regularmente, durante todo o triênio).**

"A primeira bicicleta **(pedalada no Altinho),** em 1902, foi do professor Beringuel, professor estadual.

"O primeiro zonofone foi do sr. Manuel Esteves de Andrade, em 1908.

"O primeiro rádio **(foi do)** Padre Bernardino de Carvalho.

"A primeira televisão **(foi de)** Políbio Lemos.

"O primeiro jogo de futebol **(foi realizado pelo)** Padre Heliodônio Basto, em 1913.

"A cadeia pública foi construída em 1910; o açude velho em 1906; o sobrado grande, construído pelo Major Cristóvão Bezerra de Menezes, no fim do século passado.

"O Mercado de Carne, em 1923, na gestão do prefeito Alberto Guilherme.

"O Telégrafo Nacional foi inaugurado no dia 7 de setembro de 1917.

"A luz elétrica, em 2 de fevereiro de 1926, pelo empresário Manuel Licó da Fonseca. A luz de Paulo Afonso, em 1963, na prefeitura de Menandro Sampaio; água encana, no governo do sr. Barbosa Lima Sobrinho."

(...)

"ALTINHO SANGRENTO

"Em 1857, era assassinado a punhal, no oitão da igreja, o sr. Francisco de Souza. Era avô do antigo advogado Ângelo de Souza e de João Andrade Maciel, residente em Caruaru.

"Em 1891, era assassinado de emboscada o sr. Tomás Alves da Costa, conhecido por Tomás Duro. Não apareceu o criminoso. Era sogro do sr. Antônio do Couto, conhecido por Pinga-Fogo.

"Em 1908, João de Melo, na Jaboticaba, assassinou sua futura cunhada.

"Em Passos Pretos, Tereza, do sr. Laurentino, mata seu esposo a mão de pilão.

"A senhora Antônia Gorda, de Cachoeira Grande, mata o marido a pauladas.

"Em 1919, é assassinado, no caminho de Taquara, o sr. Agostinho Florêncio, por Manuel Lucas.

"No dia 7 de fevereiro de 1957 é assassinado, na Praça, o juiz de Direito Dr. Nestor Varejão."

(...)

Parente próximo do Padre Ediberto Alves de Oliveira e do engenheiro-agrônomo Moacir Omena de Oliveira, o valoroso altinense ORLANDO JOEL DE OLIVEIRA, na pág. 8 de sua movimentada "Revista Oliveira", traça ligeiro esboço, de cunho genealógico, acerca de alguns dos seus ascendentes, contando em linhas gerais:

MARIA FELIPA DE SOBRAL, filha do velho LEANDRO PEREIRA DE SOBRAL, era uma fazendeira abastada e muito querida no ALTINHO. Casara, em 1as. núpcias, com um pecuarista muito rico, por cujo leito nasceram duas filhas — uma, casada com MIGUEL ALVES DA SILVA, com sucessão; e outra, com ANTÔNIO CABRAL, também havendo sucessão.

Um dia, já no estado de viúva, mas ainda relativamente moça, MARIA FELIPA DE SOBRAL viu surgir no terreiro da casa-grande de sua fazenda, vindo "do sertão do Pajeú de Flores, um rapaz, com sua mãe, em demanda do Sul" do Estado, à procura de trabalho e de um meio decente de subsistência. Era solteiro, forte, simpático. Na **Fazenda da Demarcação,** onde se achava a rica senhora, pediu-lhe permissão para descansar e já estava abrigado num alpendre da casa quando dava as caras um vaqueiro da propriedade com umas selas necessitadas de conserto. "O rapaz do Pajeú era seleiro e ofereceu os seus serviços", sendo aceito pela viúva MARIA FELIPA DE SOBRAL. O jovem sertanejo se chamava MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA e, saindo-se bem da empreitada, foi-se demorando na **Fazenda da Demarcação** e arranjando alguns trabalhos de seleiro. Era moço e solteiro; a dona da fazenda, moça e viúva. Deu-se o inevitável e, assim, depois de rápido namoro, MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA "chegou a controlar um casamento com Dona Maria Felipa", mas "seu pai, o velho Leandro Pereira de Sobral, se opôs",

simplesmente porque, "além de a filha ser rica, era alva, de olhos azuis, e o sertanejo, além de pobre, era um pouco acatrabalho". Mesmo assim, o amor falou mais forte e "houve o casamento" da viúva agrestina com o rapaz pajeuzense, os quais foram muito felizes pelo resto de suas vidas, patati, patatá. Pelo leito de MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA e MARIA FELIPA DE SOBRAL "nasceram os seguintes filhos": Izidoro Manuel de Oliveira, Manuel Joaquim de Oliveira Júnior (pai de Orlando Joel de Oliveira), Felipe Manuel de Oliveira "e três mulheres: Tereza, Bia e Tomázia". A velha mãe do sertanejo faleceu e foi enterrada no ALTINHO, onde permaneceu o filho, que jamais tornou a Flores, "de onde era natural". Jamais apareceu, no ALTINHO, qualquer outro parente de MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA. "Com a morte de Dona Maria Felipa, em 1897, casou-se Seu Manuel Joaquim com D. Rosária" e, deste casamento, "não houve família".

MANUEL JOAQUIM DE OLIVEIRA "faleceu em 6 de junho de 1904"; e ROSÁRIA, sua segunda esposa, "em 30 de janeiro de 1918".

SUBSÍDIOS

No livro **Caruaru de Vila a Cidade,** de Nelson Barbalho, há os seguintes subsídios referentes ao ALTINHO:

— Pouco satisfeitos com a dependência à Câmara Municipal de Caruaru, os altinenses, reativando peleja vinda das primeiras décadas do século XIX, aos 21 de março de 1854, faziam chegar ao expediente da Assembléia Legislativa Provincial — "um requerimento dos habitantes da freguesia de Nossa Senhora do Ó do Altinho, pedindo a elevação à categoria de Vila da povoação do Altinho, servindo-lhe de Termo a mesma freguesia".

Como das vezes anteriores, a petição, depois de tramitar pela Comissão de Estatística, era indeferida — "por falta de amparo legal". E assim a injustiçada freguesia altinense permanecia integrando o território municipal de Caruaru e sendo manobrada pelo **vieirismo,** ou, mais precisamente, pelos caprichos pessoais do cel. JOÃO VIEIRA DE MELO E SILVA, parente próximo dos VIEIRA DE MELO fundadores do ALTINHO e ainda muito influentes em sua sociedade.

— Aos 30 de outubro de 1854, o governo provincial assinava portaria "nomeando professor público da instrução elementar do primeiro grau da povoação de Quipapá a RICARDO FONSECA DE MEDEIROS, que obteve preferência no concurso a que se procedeu para provimento daquela cadeira". Prof. Ricardo (tio de Bianor de Medeiros, que era pai do higienista Amaury de Medeiros) permaneceu em Quipapá até 1866, entre 1867 e 1870 ensinou em Jurema, e entre 1871 a 1877 foi o professor público do ALTINHO.

— Freguesia de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, em 1855:

1º Distrito — Vigário (colado) da paróquia: Pe. Agostinho de Godoy e Vasconcelos (que fora o instalador da respectiva freguesia). Professor público provincial: Pe. Francisco Seabra de Andrade. Engenhos-de-rapadura-e-aguardente: Cabeleira, Mondé, Buraco, Coelho, Santo André, Muro Verde, Jardim, Gado Bravo, Santa Tereza, Cutãozinho, Sapucaia e Serra. Subdelegado-de-polícia: Francisco Correia de Sá Brasil. Suplentes: Francisco Joaquim de Barros Correia, José da Silva e Souza, José Pacheco Alves do Couto, Joaquim Pereira da Silva Duro, Joaquim Basílio de Barros (pai de Francisco Inácio de Paiva Jr., o célebre Cel. Paizinho, chefe político de Canhotinho até falecer) e José de Melo Macedo.

2º Distrito (Bebedouro) — Subdelegado-de-polícia: João de Barros Sá e Albuquerque. Suplentes: Manuel de Assumpção Azevedo e Silva (residente em Pé de Serra do Mendes), Galdino Marques de Pinho Galvão, Pedro Antônio da Trindade, Antônio Bezerra de Andrade, Francisco Antônio de Oliveira e Pedro Américo Galvão.

3º Distrito — Subdelegado-de-polícia: Vago. Suplentes: José de Barros Lins, José Correia de Vasconcelos (de Azevém), João Francisco da Silva, Joaquim Pereira da Silva Duro, Antônio Alves da Costa Couto.

— O 27º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional situava-se no Município de Caruaru e tinha diversas Companhias espalhadas por todo o Termo. A 5a. Cia. ficava no ALTINHO, sendo assim dirigida: capitão — Francisco Correia de Sá Brasil; e tenente — José de Melo Macedo. A 6a. Cia., situada em Bebedouro, era assim manobrada: Capitão — Galdino

Marques de Pinho Galvão; tenente — José Januário Correia de Sá; alferes — Manuel Tomás de Azevedo Silva. O 27º B. I. mantinha uma "seção de reservas", cuja 2a. Companhia, fixada no ALTINHO, assim era formada: Capitão — José Pacheco Alves do Couto; tenente — João Caetano Coelho da Silva; e alferes — Antônio Alves da Costa Couto.

— Em 7 de setembro de 1856 houve eleição municipal em Caruaru, à qual concorreram diversos candidatos da Freguesia de N. S. do Ó, do ALTINHO. De acordo com os respectivos mapas de apuração, a votação dos altinenses ficou assim distribuída: Manuel d'Assumpção Azevedo e Silva — 434 votos; Antônio Alves da Costa Couto — 271; João Caetano Coelho da Silva — 97; Dionísio Rodrigues Jacobina — 73; João Timóteo de Andrade — 51; Brasiliano de Barros Correia — 38; João Francisco Xavier de Azevedo — 33; Joaquim Pereira da Silva Duro — 9; e José Pacheco Alves do Couto — 2 votos.

CÔNEGO

Vitimado por um certo tipo de câncer que o fez sofrer bastante e deixá-lo fisicamente irreconhecível, o Cônego SEBASTIÃO RODRIGUES, nascido no ALTINHO aos 15 de abril de 1929, faleceu em Caruaru aos 26 de maio de 1972, sendo sepultado no Cemitério de D. Bosco. Homem simples, bondoso, calmo, culto e inteligente, era Diretor do Colégio Diocesano, em Caruaru. Junto ao autor deste livro, sempre se mostrou muito interessado na história de sua terra natal, principalmente a história relativa à Freguesia de Nossa Senhora do Ó, de quem era devoto.

Cônego SEBASTIÃO RODRIGUES teve uma infância feliz no ALTINHO, onde fez o curso primário e de onde saiu para o tradicional Seminário de Olinda, fazendo os gostos de seus familiares. Ali estudou Humanidades e Filosofia, até 1950. No ano seguinte, enviado para Roma, Itália, cursou Teologia, na Universidade Gregoriana. E na Cidade Santa se ordenou padre, em 8-12-1954. De volta ao Brasil, em 25 de setembro de 1955 celebrou sua primeira missa na Igreja-Matriz do ALTINHO. Pouco depois, foi exercer sua missão em Caruaru, de cuja Diocese tornou-se Secretário. Diretor do Colégio Diocesano, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru (FAFICA), membro da Associação Diocesana de

Ensino Superior, Mestre do Cerimonial da Diocese de Caruaru, Assistente do Movimento Familiar Cristão, Capelão do Hospital S. Sebastião, em qualquer uma dessas atividades sua estrela brilhou intensamente. Era uma das pessoas mais queridas da sociedade caruaruense e a notícia de sua morte atingiu profunda repercussão em todas as camadas sociais. Todos os colégios e escolas, particulares ou públicas, de Caruaru, suspenderam suas aulas, em reverência à memória do pranteado morto, e as emissoras locais passaram a difundir notas de pêsames e a tocar músicas especiais. Era filho de José Rodrigues da Silva e Joana Maria do Nascimento.

O enterro do Cônego SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA teve grande acompanhamento, saindo o féretro da Capela do Hospital São Sebastião e estando presente uma representação do ALTINHO.

RAIZES

ÁLVARO DE BARROS LINS — o notabilíssimo crítico literário ÁLVARO LINS, da Academia Brasileira de Letras, uma das inteligências mais lúcidas do Brasil em sua época —, embora nascido em Caruaru, aos 14 de dezembro de 1912, tinha raízes altinenses, pois muitos de seus ascendentes eram filhos do ALTINHO, conforme contava um primo de ÁLVARO, o velho José Leão Pinheiro de Barros, que gostava demais de exaltar os feitos de seus antepassados, todos de larga projeção social em Caruaru, no ALTINHO e em Bebedouro.

Na primeira parte deste livro, quando se põe em evidência a sensacional batalha do ALTINHO, travada entre forças patriotas e mercenários **cabanos,** tem destaque especial o herói PEDRO ALEXANDRINO DE BARROS, Tenente de Ordenanças, o qual era parente dos BARROS CORREIA, do Cabo e do Altinho. Terminada a sua participação na **guerra dos cabanos,** quando lutou em defesa da integridade do Brasil, tte. PEDRO ALEXANDRINO DE BARROS foi cuidar de sua vida na Mata-Sul da Província, onde casou com FRANCISCA ANTONIA LINS, que, em 1840, aparece como senhora do **Engenho Rio Formoso.** Houve sucessão.

Entre os filhos do casal PEDRO ALEXANDRINO DE BARROS-FRANCISCA ANTÔNIA LINS houve um chamado

SILVINO ALEXANDRINO LINS, nascido em 1852, senhor de engenho (fracassado) em Rio Formoso, e falecido no ano de 1924. Era major da Guarda Nacional.

Major SILVINO ALEXANDRINO LINS, que viveu e residiu na Cidade da Vitória (atual Vitória de Santo Antão) durante muitos anos, casou, em 1as. núpcias, com uma senhora cujo nome não foi identificado, por cujo leito houve os seguintes filhos: PEDRO ALEXANDRINO LINS **(Pedro Chato)**, casado, com sucessão; José Alexandrino Lins, comerciante; Clotilde Alexandrino Lins; Maria Lins Alves da Silva, casada com João Manuel Alves da Silva, agricultor-proprietário no ALTINHO, com sucessão; Manuel Alexandrino Lins; Abdon Alexandrino Lins; Lídia Alexandrino Lins; Alexandrina Alves Lins, casada com o dr. Adolfo Nunes Lins, juiz municipal do Termo de Escada, com sucessão. Em 2as. núpcias, o major casou com MARIA DA CONCEIÇÃO WANDERLEY LINS, por cujo leito nasceram: Eutália Lins, casada com Adolfo Nunes Sobrinho; Artur Alexandrino Lins, que, durante muitos anos, foi balconista das **Casas José Araújo,** em Pesqueira, sendo casado e tendo sucessão; Luiz Alexandrino Lins; Maria Alexandrino Lins; Francisca Daria Lins; e Amaro Alexandrino Lins.

PEDRO ALEXANDRINO LINS (Cidade da Vitória, 1878 / Caruaru, 1930) era um tipo boêmio, muito inteligente e bom conversador. Na mocidade, trabalhou em Bebedouro, Altinho e Caruaru, onde, durante a chefia política do Cel. João Guilherme de Pontes, seu amigo e protetor, tornou-se Secretário da Prefeitura Municipal; e onde, em 1910, casou-se com a prima Chiquinha, isto é, FRANCISCA DO REGO BARROS, altinense/bebedourense de 1866, falecida no ano de 1924. Era filha do célebre **Cel. Quincas de Barros,** que foi comerciante de algodão e delegado-de-polícia do Termo de Caruaru durante largos anos.

Cel. Quincas de Barros, ou seja, JOAQUIM DO REGO BARROS (1838-1935) era da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, do ALTINHO, tendo nascido no Bebedouro, em cujo comércio, ainda jovem, foi figura destacada. Segundo José Leão, **Cel. Quincas de Barros** casou em 1as., 2as., 3as. e 4as. núpcias, sendo identificadas apenas sua primeira mulher — JOSEFA PINHEIRO DE BARROS — e a terceira — MINERVA MACIEL DE BARROS. Houve sucessão por todos os leitos.

Do casal JOAQUIM DO REGO BARROS-JOSEFA PINHEIRO DE BARROS são filhos: FRANCISCA PINHEIRO DE BARROS, ou FRANCISCA DE BARROS REGO, ou ainda FRANCISCA DE BARROS LINS (nome adotado depois de casada com PEDRO ALEXANDRINO LINS); e PEDRO ANTÔNIO PINHEIRO DE BARROS, personagem já citado na primeira parte deste livro, o qual é avô materno do Conselheiro José Wamberto Pinheiro de Assunção. Houve, também, a filha MARIA PINHEIRO DE BARROS, falecida em 1918, casada com o comerciante JOÃO LEÃO, por cujo leito nascera, em 1898, o saudoso informante JOSÉ LEÃO PINHEIRO DE BARROS.

Do casal PEDRO ALEXANDRINO LINS-FRANCISCA DE BARROS LINS é filho o grande ÁLVARO LINS, de saudosa memória, o qual era casado e deixou sucessão.

FESTA

Ao que se sabe, a maior festa levada a efeito no ALTINHO, em todos os tempos, aconteceu no dia 12 de junho de 1937, véspera de Santo Antônio e data comemorativa da passagem do 1º centenário de criação da paróquia de Nossa Senhora do Ó (criada, como vem registrado na primeira parte deste livro, pela Lei Provincial nº 45, de 12.06.1837). Na expressiva data, inaugurou-se a **Praça do Centenário** (cujo nome, por incompreensão de certas autoridades locais, apesar dos protestos do Padre Ediberto Alves de Oliveira, foi mudado, sem nenhuma razão de ser). Também foi inaugurado, naquela véspera de Santo Antonio, um marco comemorativo da expressiva data: Artístico pedestal com a imagem do Cristo Crucificado, um excelente trabalho esculpido pelo Padre Francisco Gerardts **(Padre Chico Dágua Preta).**

A população do ALTINHO — principalmente a população católica — compareceu em massa à **Praça do Centenário** e, cheia de entusiasmo e de puro amor ao torrão natal, deu um toque de grandiosidade às festividades, tanto as profanas quanto as religiosas. Jamais o ALTINHO presenciara uma comemoração pública assim tão expressiva e tão grandiosa; e o seu organizador — o Vigário BERNARDINO ADRIÃO DE CARVALHO — mostrava-se felicíssimo, já pela perfeição do espetáculo, já pela certeza de que a sociedade altinense nunca, em tempo algum, havia desfrutado antes de festividades tão

imponentes quão aquelas que agora se estavam realizando na **Terra de José Vieira de Melo.**

Lá no Céu, com certeza, Nossa Senhora do Ó sorria feliz, cheia de contentamento pelas homenagens que Lhe estavam sendo prestadas na sua paróquia, e, por certo, abençoava toda a população do ALTINHO e, infinitamente bondosa, fechava os olhos para os excessos profanos de alguns altinenses mais alegres e mais chegados ao copo. As festividades decorreram em clima de paz e, por certo, contaram com as bênçãos da legítima padroeira da terra altinense — Nossa Senhora do Ó.

Houve muitas presenças ilustres, no ALTINHO, na data comemorativa do 1º centenário da Freguesia de Nossa Senhora do Ó, fora de dúvida, a presença mais ilustre, sem quaisquer resquícios de ofensa para os demais, foi a do altinense D. JOÃO DA MATA AMARAL, que, na época, era Bispo da Diocesa de Cajazeiras, na Paraíba.

Sob a direção de D. JOÃO DA MATA AMARAL houve missa concelebrada, finda a qual, de maneira solene, ocorreu a bênção do pedestal com a imagem do Cristo Crucificado, ato presidido pelo "Bispo de Altinho", como, ingênua e carinhosamente, o povo tachava a S. Excia. Reverendíssima.

Carrossel, gengibirra, cerveja quente, peru assado, tacatas, discursos, namoros, vibração cívica, abraços a torto e a direito, risadagem franca, orgulho coletivo de um povo bondoso, trabalhador e feliz — de tudo houve na **Praça do Centenário** aos 12 de junho de 1937, mas — né o droga? —, como acontecera um século antes, ninguém se lembrou de prestar a mínima homenagem ao homem que sancionou a Lei Provincial nº 45, de 12.06.1837, — Dr. VICENTE TOMÁS PIRES DE FIGUEIREDO CAMARGO, presidente da Província de Pernambuco, na época.

É isso aí: O fardo da gratidão pesa demais.

INDICE

Tóp	Título	Págs.
001	Cariris do Altinho	25
002	O Nordeste e os Fenícios	25
003	Letreiros e Inscrições dos Fenícios	26
004	Navegações dos Fenícios	26
005	Atlantes e Tartéssios	27
006	Antiga História do Brasil	27
007	Letreiros pelo interior do Brasil	28
008	Desenhos indígenas	28
009	Ilha Grande: o Brasil	29
010	Fenícios na Ilha Grande	30
011	Os Povos Caris	30
012	O País Caraíba	31
013	Tupís no Brasil	31
014	Primeiros habitantes do Agreste	32
015	A Nação Cariri	32
016	Costumes Cariris	34
017	Religiosidade dos Cariris	35
018	As Tribos Cariris	36
019	Atividades dos Cariris	37
020	Área geográfica habitada pelos Cariris	38
021	Termos de origem Cariri	40
022	Agreste Meridional de Pernambuco	44
023	Coordenadas geográficas do Altinho	46
024	Zonas Naturais de Pernambuco	47
025	Regiões Naturais do Altinho	50
026	Padres Jesuítas e o Interior de Pernambuco	52
027	Civilização do Couro	54
028	Tapuias e Cariris	57
029	Início da civilização lusa	58
030	Doação de Pernambuco a Duarte Coelho	59
031	Privilégios aos Homiziados	60
032	Degredados pelo Interior de Pernambuco	63
033	Pedido de Duarte Coelho sobre os degredados	64
034	Fecundidade dos degredados	65
035	Primeiros negros pelo Agreste	66
036	Atividades Predatórias dos Brancos	67
037	O Negro e o Açúcar	69
038	A Grande Seca de 1583	71
039	Formação social do Agreste	72

040 A Imprevidência do Homem Branco 74
041 Riqueza do Solo Altinense 75
042 Rios do Altinho 76
043 O Boi no Agreste 78
044 O Carro-de-Boi 81
045 Serras do Grande Altinho 83
046 Ervas Medicinais dos Campos Altinenses 88
047 Lenta Penetração Rumo ao Oeste 101
048 A Mata do Pau-Brasil 103
049 Sesmeiros perto do Agreste 104
050 Pernambuco, Terra sem Lei 107
051 Mais Negros para o Cativeiro 108
052 O Negro e o Açúcar 110
053 Desinteresse pelo Povoamento do Interior 111
054 Significado de Agreste 112
055 Devastação das Matas de Pernambuco 114
056 Desmatamento sem Limites 116
057 Plano do Governador D. Diogo de Siqueira 117
058 Indiferença pela sorte dos Índios 119
059 A Invasão Holandesa 122
060 Os Holandeses e os Índios 124
061 Observações em torno dos Índios 126
062 A Vila/Município do Penedo 130
063 O latifundiário Belchior Álvares Camelo 131
064 O lusitano Antônio Vieira de Melo 133
065 Filhos de Bernardo Vieira de Melo e Maria Camelo 136
066 Holandeses pelo Agreste Meridional 138
067 Fim do Domínio Holandês 140
068 Ordem de Distribuição de Terras 143
069 Início do Povoamento Oficial do Agreste 144
070 A Vida no Agreste Brabo 145
071 Penetração Agrestina por Iniciativa Particular 148
072 Criação de gado no Agreste 149
073 O Homem do Agreste 151
074 A Singular Aventura de Antônio Vieira de Melo 152
075 Os Vieira de Melo 155
076 Quilombo no Altinho 157
077 A Sesmaria dos Burgos 159
078 A Fazenda do Burgo no Agreste 161
079 Doação da Sesmaria Ararobá 163
080 As Terras de Opy 164
081 Sítios e Fazendas da Sesmaria Ararobá 166
082 Cap. Bernardo Vieira de Melo e suas terras 168
083 Quilombos dos Palmares 169
084 Ação de Bernardo Vieira de Melo, filho, no Agreste 173
085 Sesmaria dos Rodrigues de Sá 174
086 Quilombolas pelo Agreste Meridional 178
087 Sesmaria de Bezerros, Gravatá, etc. 179
088 Antônio Vieira de Melo, o da Sesmaria Ararobá 181
089 Bernardo Vieira de Melo, benfeitor do Agreste 184
090 Perseguição aos Índios 185
091 Fundação da Fazenda de N. S. do Ó 188
092 O Fundador do Altinho 191
093 Os Rodrigues de Caruaru 192

094 Bernardo Vieira de Melo e a Sesmaria Ararobá 194
095 A Comarca das Alagoas 196
096 Antônio Vieira de Melo no Jupi 196
097 Pé de Serra do Mendes 197
098 O vaqueiro Fagundes Bezerra 198
099 Casamento de Josefa Maria do Ó 199
100 Filhos do Cel. Cristóvão Pinto de Almeida 201
101 Sesmaria da Capivara 202
102 A Fazenda Cachoeirinha 204
103 Filhos de Simão Rodrigues Duro 204
104 Benefícios na Sesmaria Ararobá 208
105 Gente da Fazenda Cachoeira Grande 213
106 Padre Ediberto Alves de Oliveira 214
107 O Sítio Taquara 217
108 Os Irmãos Paes de Lira 218
109 Descendentes do alferes José Pais de Lira 220
110 Antônio Vieira de Melo, avô e neto 225
111 Ano da morte de Antônio Vieira de Melo 227
112 Seqüestro dos bens de Antônio Vieira de Melo 228
113 Estradas na Sesmaria Ararobá 234
114 Injustiça contra Antônio Vieira de Melo 235
115 Instalação e Limites da Vila de Cimbres 236
116 Morte de Josefa Maria do Ó 237
117 Desmembramento da Fazenda N. S. do Ó 239
118 Pereira da Costa e Antônio Vieira de Melo 240
119 Versões sobre a Morte de Antônio Vieira de Melo 241
120 Início do Testamento de Antônio Vieira de Melo 243
121 Declarações do Testamento de Antônio Vieira de Melo 244
122 Continuação do Testamento de Antônio Vieira de Melo 245
123 Conclusão do Testamento de Antônio Vieira de Melo 246
124 A Família Correia e Sá 247
125 Filhos e Netos de Josefa Maria do Ó 247
126 Filhos de outro Antônio Vieira de Melo 249
127 Filhos de Alexandre Muniz de Melo 250
128 Filhos de Antônio de Paiva e Melo 251
129 Filhos de Joaquim Basílio de Barros 252
130 Filhos e Netos de Lúcio Geminiano de Melo 253
131 Filhos e Netos de Pedro Lins de Souza Fontes 254
132 Filhos e Netos de Coriolano de Paiva Melo 256
133 Filhos e Netos de Domingos Lins de Paiva Fontes 257
134 Filhos e Netos de Joaquim Cintra Valença 258
135 Leitão Arnoso do St. S. Francisco 261
136 Abandono da Fazenda do Caruru 263
137 Patrimônio de N. S. do Ó, do Altinho 264
138 Morte do Cel. Cristóvão Pinto de Almeida 265
139 O sesmeiro Francisco Soares Quintão 267
140 Os Barros de Santa Teresa 268
141 A capela de N. S. do Ó 271
142 Novo dono da Fazenda Capivara 272
143 Os Vasconcelos do Azevém 273
144 Filhos e Netos de Joaquim Antônio Correia de Vasconcelos 275
145 Filhos e Netos de Marcolino de Vasconcelos 279

146 Filhos e Netos de Francisco de Vasconcelos 280
147 Realizações de José de Vasconcelos e Silva 282
148 O Sítio Bebedor das Queimadas 286
149 Venda do Sítio Mocambo 287
150 Partilha dos bens deixados pelo Cel. Cristóvão Pinto 288
151 José Antonio Alves, de Bebedor das Queimadas 291
152 Venda do St. Bebedor das Queimadas 293
153 Casamento de Maria Teresa do Rosário de Almeida 293
154 Casamento de Brites do Rosário de Almeida 295
155 O sesmeiro Francisco Casado Lima 295
156 Fazenda do Bebedor 296
157 Sítio da Chata 297
158 1º professor de Caruaru 297
159 Cap. Joaquim José Torres Galindo 298
160 Povoação de N. S. do Ó do Altinho 299
161 Sítio Santa Rosa, em Caruaru 300
162 Brejo das Terras Vermelhas 302
163 Brejo da Mulata, em Caruaru 303
164 Família Mota de Oliveira 304
165 Sesmaria de Antônio da Silva 305
166 Sesmaria de Francisco de Sales Peixoto 306
167 Brancos e mestiços do Altinho 306
168 Casamento da viúva de José Vieira de Melo 308
169 Criação da Vila de St. Antão 309
170 Crendices e crendeiros 309
171 Carne-de-ciará pelo Agreste 312
172 Casa de Oração no Bebedor 314
173 Pedido de elevação do Altinho a Vila 314
174 Instalação da Vila de Garanhuns 315
175 Patente de Manuel Monteiro Paes da Rocha Lira 318
176 A Fazenda Jabuticaba 320
177 Irmãos de Francisco Xavier Correia de Sá 320
178 Capela de Bebedouro 322
179 Cultivo da mandioca 322
180 Casamento de Belchior Leite do Amaral 325
181 Filhos de Belchior Leite do Amaral 326
182 Primeiras cercas pelo interior 327
183 Eqüívocos sobre Bebedouro 328
184 Grande seca no Agreste 329
185 O "santo" do Bonito 332
186 Falta de médicos pelo interior 333
187 Manuel Assunção Azevedo e Silva 334
188 Morte do cap. José Rodrigues da Cruz 335
189 Carnificina no Bonito 336
190 Os Barros Correia 341
191 1a. Escola do Altinho 344
192 Origem dos Barros Correia 345
193 Ainda os Barros Correia 346
194 Filhos e Netos de Marcos de Barros Correia 348
195 Os irmãos Barros Correia no Altinho 350
196 Descendentes de Bernardo José de Barros Correia 352
197 Cel. João Cintra e os Barros Correia 356
198 Filhos e Netos do Cel. João Cintra 359

199 Filhos e Netos do Prof. Francisco Joaquim de B. Correia 364
200 O Barão de Contendas ... 371
201 Colegas do Barão de Contendas na Faculdade de Direito 374
202 Casamento de Antônio Epaminondas de Barros Correia .. 376
203 Filhos de Antônio Epaminondas de Barros Correia 379
204 Professor Rubens Lemos 384
205 O Prefeito Rubens Lemos 390
206 O benfeitor Rubens Lemos 394
207 Filhos e Netos de Rubens Lemos 396
208 João Guilherme Racticliff 398
209 Patriarca dos Gúilherme de Azevedo Lira 400
210 Major João Guilherme de Azevedo 401
211 Filhos e Netos do cel. Manuel d'Assunção 402
212 Famílias Galvão e Chaves 407
213 Filhos do Cel. Napoleão Marques Galvão 409
214 Filhos do Major João Guilherme de Azevedo 410
215 Orlando Assunção Santos e seus irmãos 414
216 Filhos e Netos de João Guilherme de Azevedo Lira 417
217 Filhos e Netos de Irineu Francisco de Pontes 425
218 Famílias Pontes e Ribeiro de Andrade 432
219 Filhos e Netos de Miguel Francisco de Pontes 434
220 Filhos e Netos de Aristides Solano de Andrade 436
221 O português Silvestre Ribeiro Galamba 439
222 Filhos e Netos de Silvestre Ribeiro Galamba 442
223 Filhos e Netos de Francelino Guilherme de Azevedo 444
224 Família Gomes dos Santos 446
225 Padre Antônio Alves do Couto 449
226 Última Sesmaria 452
227 Cultivo do café pelo Agreste 453
228 Juiz de paz do Altinho 453
229 Início da guerra dos cabanos 454
230 Timóteo de Andrade, chefe cabano 455
231 Altinho na guerra dos cabanos 456
232 O exército de Carapeba pelo Agreste 457
233 QG do Altinho 459
234 Guerra civil pelo Agreste 460
235 Altinho sem eleições 462
236 A Grande Batalha do Feijão 463
237 O português Dionísio Rodrigues Jacobina 464
238 O altinense Abdon da Silva Jordão 466
239 Filhos e Netos de Abdon da Silva Jordão 464
240 Prosseguimento da guerra dos cabanos 471
241 A guerra sem fim pelo Agreste 472
242 Ferimento fatal do Cap. Carapeba 474
243 A guerra no Altinho 478
244 Seca, fome e guerra 480
245 Bonito, Vila, Município e Comarca 481
246 Erros do historiador José Aragão 483
247 Eleição para deputados provinciais 484
248 Altinho, distrito do Bonito 486
249 Notícia da morte de Pedro I 487
250 Relatório sobre o Bonito 488
251 Acusações ao padre-deputado Francisco José Correia ... 491

252 Defesa do padre-deputado Francisco José Correia 493
253 1º bispo a visitar o Altinho 495
254 Gente da Fazenda Sagüim 499
255 Representação do povo do Altinho 500
256 Criação da Freguesia de N. S. do Ó 500
257 Instalação da Freguesia de N. S. do Ó 503

2a. PARTE

FATOS — PESSOAS — COISAS

Registro 509
Artigo 513
Currículo 519
Personalidades 533
Acontecimentos 536
Notícia 537
Réplica 539
Omena 540
Poema 592
Ponte 544
Músico 545
Artigo 548
Município 551
Correspondente 553
Senador 555
Depoimento 558
Livro 564
Fatos 576
Revista 578
Subsídios 582
Cônego 584
Raízes 585
Festa 587

VOLUMES PUBLICADOS

COLEÇÃO BIBLIOTECA PERNAMBUCANA DE HISTÓRIA MUNICIPAL

1. História da Vitória de Santo Antão (1º volume) — José Aragão — 2ª edição
2. Caboclos do Urubá — Nelson Barbalho
3. Jaboatão dos Meus Avós — Van-Hoven Veloso — 2ª edição
4. Canhotinho — José da Costa Porto — 2ª edição
5. História de Lagoa dos Gatos — (1º volume) — João Pereira Calado
6. 7. 8. Roteiro de Velhos e Grandes Sertanejos — Luís Wilson
9. Pesqueira e o Antigo Termo de Cimbres — José de Almeida Maciel
10. Petrolina no Tempo, no Espaço, na Vez — Antônio de Santana Padilha
11. Nazaré, Terra e Gente — Mons. Petronilo Pedrosa
13. Caruaru de Vila a Cidade — Nelson Barbalho
14. Ouricuri: História e Genealogia — Raul Aquino
15. História de Frei Miguelinho — Severino Moura
16. História da Vitória de Santo Antão (2º volume) — José Aragão
17. História da Vitória de Santo Antão (3º volume) — José Aragão
18. História de Garanhuns — Alfredo Leite Cavalcanti
19. São Bento do Una — Formação Histórica — Ivete de Morais Cintra, Adalberto Paiva, Pe. João Firmino
20. Bonito das Calçadas às Indústrias — Flávio Gomes Cabral
21. Quipapá — Fases e Aspectos de sua História — J. V. Valença Júnior
22. Notas para a História de Tabira — José Edson de Moura
23. João Alfredo — Sua História e Sua Gente — Dimas Santos
24. Araripina — História, Fatos & Reminiscências — Francisco Muniz Arraes
25. Altinho — De antes da Fazenda até a Freguesia de N. S. do Ó — Nelson Barbalho

COLEÇÃO TEMPO MUNICIPAL

1. História da Imprensa de Jaboatão — Elieser Figueiroa
2. Minha Cidade, Minha Saudade — Rio Branco (Arcoverde) — Luís Wilson — 2ª edição

3. Questões de Toponímia Municipal Pernambucana — José de Almeida Maciel
4. O Açúcar num Documento Colonial — José da Costa Porto
5. Roteiro de Velos Cantadores e Poetas Populares do Sertão — Luís Wilson
6. 1710 — Recife vs Olinda. A Guerra Municipal do Açúcar — Nelson Barbalho
7. O Vigário da Escada — Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa
8. Inocentes e Culpados no Tribunal do Júri de São Bento — Sebastião Soares Cintra
9. Ruas de Pesqueira — José de Almeida Maciel
10. Os Aldeões de Garanhuns — Alberto da Silva Rêgo
11. Gado Brabo, de Senhores & Senzala — Ivete Morais Cintra

COLEÇÃO CRONOLOGIA PERNAMBUCANA

1 a 16 Cronologia Pernambucana. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão — Nelson Barbalho

COLEÇÃO DOCUMENTOS HISTÓRICOS MUNICIPAIS

1. Livro da Criação da Vila de Cimbres (1762-1867)

Nelson Barbalho

Rua João Ezequiel, 85
Encruzilhada
Recife — PE
52.030

Impresso nas oficinas graficas da COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO - Rua Coelho Leite 530, Santo Amaro - Recife - Fone: 231-3310 - C.G.C. 10.921.252/0001-07 - Insc. Est. 18.1.002.0001117-4

O CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA MUNICIPAL — CEHM

O CEHM foi criado pela FIAM, em 1976, com o objetivo de preservar a memória histórico-cultural dos municípios pernambucanos. Sua função é recolher e distribuir informações acerca da história dos municípios, suprindo uma carência a nível estadual, atingindo tanto a um público de historiadores e interessados, quanto ao poder público. Neste sentido, o CEHM vem concentrando suas atividades na publicação e incentivo à redação de crônicas, estudos e pesquisas produzidos em sua maioria por membros da Associação de Historiadores Municipais, criada juntamente com o Centro, e que congrega hoje 55 estudiosos de história local.

O programa editorial conta com 49 títulos publicados, distribuídos em 4 coleções e uma revista:

— A coleção Biblioteca Pernambucana de História Municipal que enfoca a formação e o desenvolvimento municipal;

— A Coleção Tempo Municipal que se constitui de crônicas do cotidiano ou aspectos particulares de nossa história;

— A Coleção Cronologia Pernambucana que fornece subsídios para a história do Agreste e do Sertão, desde a distribuição das sesmarias até a revolução de 1930;

— A Coleção Documentos Históricos Municipais que transcreve, integralmente textos históricos, por vezes abandonados ou sujeitos à ação do tempo; e

— A Revista de História Municipal que agiliza a distribuição de informações, ampliando a área de abrangência do Centro.

O Centro de História mantém ainda, uma biblioteca especializada, uma equipe que trabalha na distribuição e edição de livros e um núcleo de pesquisas, com o objetivo de intensificar o recolhimento de informações históricas dos municípios, bem como acelerar o retorno e a divulgação destas informações.

A meta é sempre a valorização dos aspectos históricos-culturais de cada município, não deixando porém de estabelecer suas relações regionais e estaduais.

"A VERDADE NÃO É UMA QUESTÃO DE VIDA OU MORTE PARA OS HISTORIADORES. HÁ MUITAS VERDADES CIRCULANDO. A VERDADE É MATÉRIA VOLÁTIL, DISFORME. HÁ SEMPRE MUITAS VERDADES E NÃO HÁ "A" VERDADE. CADA CIDADÃO, CADA GRUPO, CADA SEGMENTO SOCIAL CONTA SUA HISTÓRIA E POSSUI SUA VERDADE. A HISTÓRIA SÃO VERDADES DE MIL FORMAS, DE MIL FACES, DE MIL FEITOS, DE MIL FATOS. E A VERDADE SÃO MIL HISTÓRIAS".

JOSÉ BATISTA NETO

governo do estado
secretaria de planejamento
fundação de desenvolvimento municipal do interior de pernambuco - fiam
prefeitura municipal do altinho